UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

STEFAN FORNOS KLEIN

A universidade e a sociologia segundo Max Horkheimer:

teoria, pesquisa e crítica

Versão da tese com correções
ortográficas e gramaticais; o
exemplar original se encontra
disponível no Centro de Apoio à
Pesquisa Histórica (CAPH) da FFLCH

São Paulo

2012

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Stefan Fornos Klein

**A universidade e a sociologia segundo Max Horkheimer:
teoria, pesquisa e crítica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, como requisito à obtenção do grau de doutor, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Musse.

Versão da tese com correções
ortográficas e gramaticais; o
exemplar original se encontra
disponível no Centro de Apoio à
Pesquisa Histórica (CAPH) da FFLCH

São Paulo
Abril – 2012

Aos meus pais, Beth e Heinz, pela socialização ímpar que me proporcionaram.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Ricardo Musse, pela considerável autonomia intelectual que me concedeu, bem como pelas observações pertinentes e precisas ao meu trabalho de pesquisa.

À Sylvia Gemignani Garcia, minha orientadora durante a graduação e o mestrado, pela iniciação e estímulo ao trabalho intelectual rigoroso e à sociologia; pelos valiosos comentários na qualificação de doutorado, além das diversas e numerosas leituras e observações aos variados textos que redigi durante este esboço de trajetória acadêmica.

Ao meu co-orientador na Alemanha, Alex Demirović, que gentilmente aceitou assumir a responsabilidade de me receber e, assim, tornou possível o acesso a um material fundamental para esta tese, além de se mostrar um formidável interlocutor teórico.

Ao Francisco Machado, pelo diálogo durante e após a banca de qualificação do doutorado, a quem devo dicas preciosas quanto à organização deste trabalho.

À Irene Cardoso, por ter me indicado o caminho da teoria crítica.

Ao Afrânio Catani, por aceitar o convite para participar da banca de defesa.

Ao professor Ludwig von Friedeburg (*in memoriam*), por ter me recebido em pacientes conversas que contribuíram para me aproximar da atmosfera intelectual dos anos 1950, em uma cidade e um país em reconstrução.

Ao Dr. Mathias Jehn, coordenador do *Archivzentrum* da Universitätsbibliothek em Frankfurt, pelo acesso aos manuscritos de Max Horkheimer, e ao seu colega, Stephen Roeper, pela disposição e cuidado no tratamento do material, além das interessantes conversas acerca da teoria crítica, da democracia e da vida (material e intelectual) alemã.

A Michael Maaser e Edith Plöthner, do *Universitätsarchiv* da Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main, pela disposição e apoio em me conceder o acesso a diversos materiais e arquivos da universidade do período em que Horkheimer foi reitor.

Aos colegas da *Internationale Studiengruppe zur Kritischen Theorie* da qual tomei parte em 2009/2010 no *Institut für Sozialforschung* em Frankfurt am Main.

A Gunzelin Schmid Noerr, John Abromeit e Christine Resch.

A Isabel Loureiro, Leopoldo Waizbort, Maria Helena Oliva Augusto, Olgária Matos, Sinésio Ferraz Bueno, Gabriela Rizo e Pedro Hussak, cujo diálogo, incentivo e apoio contribuíram para aprofundar meu conhecimento da teoria crítica e sociologia.

À Fran, pela amizade e pelas observações intelectuais pré-encerramento da tese.

A Peter Marcuse e Peter-Erwin Jansen pela autorização em citar o excerto, referente à carta de Herbert Marcuse utilizada neste trabalho, extraído do material de arquivo.

Às e aos funcionários técnico-administrativos e secretárias, Maria Ângela, Vicente e Evânia (Sociologia-USP), Edda v. Sommerfeld, Pamela Passano e Julia Freier (*IfS* e Uni-Frankfurt), Maria Salgado e Rebeca Mendonça (DAAD) e Vânia Escobar (CAPES).

Às amigas e aos amigos João Bachur, Maíra Muhringer Volpe, Eduardo Dimitrov, Maria Carlotto, Nathalie Bressiani, Guilherme (68), Marília Pisani, Wilson Mesquita, Kadu, Lara Mesquita, Leandro Mahalem, Carlos Pissardo, Silvio Carneiro, Caio Vasconcellos, Vladimir Puzone e Elisa Klüger, pela interlocução e pelo companheirismo, a maioria deles desde os tempos de graduação.

Aos colegas do PPGS, sobretudo aos amigos Tamara, Patricia, Alexandro e Anderson, pelos vários cafês e *croissants* que pudemos compartilhar na metrópole paulista.

Aos amigos dos mais variados cantos do Brasil que tornaram a estadia frankfurtiana consideravelmente mais agradável: Monique, Jorge e Dani, Filipe, Adriana e Marcos, Arthur, Gilberto, Miche e Valéria.

Aos antigos Sorocasanos, em especial Giovane, Lucas e Rodolfo, Thiago e Sandra, Joyce e Talita; ao André Waelkens, à Renata e à Tata, aos (poucos) amigos do meu exílio goiano, em especial os colegas do NEP-TECC, acima de tudo o Luís Cláudio e a Kaithy, e ao Ricardo Golovaty, assim como aos meus irmãos, Christian e Karen.

Aos colegas que dividiram comigo a responsabilidade de atuar na Associação dos Pós-Graduandos da USP (APG) e na representação discente, momentos formativos de suma importância, em especial à Ester, ao Ilan, Christy e Felipe.

Aos companheiros de basquete da FFLCH e do SG Enkheim Flames, ao Studentenwerk em Frankfurt e ao Dr. Murilo Carmona (HU), pelos diversos apoios que, ao todo, tornaram este longo processo mais divertido e relaxante.

Por fim à Cláudia, pelo apoio e, sobretudo, pelo carinho de mais de uma década.

Este trabalho teve o fundamental apoio financeiro da Capes, do CNPq e do DAAD, sem o qual decerto sua realização nestes moldes teria sido impossível.

É desnecessário dizer que, apesar da participação – de maneiras tão variadas – das pessoas citadas acima neste trabalho, as limitações, os equívocos e os erros desta tese são de minha inteira responsabilidade.

Resumo

Esta tese versa sobre o modo como o entrelaçamento de *sociologia* e *crítica* molda a teoria da sociedade de Max Horkheimer. Para tanto, o presente trabalho foca, sobretudo, os escritos, as falas e o material de arquivo de uma década e meia, de 1948 – quando, após o exílio nos EUA, volta à Alemanha, reassume sua cátedra na Johann Wolfgang Goethe-Universität, em Frankfurt am Main, e, logo após, ocupa o cargo de reitor por dois mandatos – até 1962, quando se torna professor emérito. O trabalho é composto de quatro capítulos, além de um interlúdio acerca da relação entre formação (*Bildung*) e ciência (*Wissenschaft*) no contexto alemão e um excurso que aborda algumas críticas endereçadas à teoria de Horkheimer.

No percurso desse empreendimento, a tese reconstrói o contexto histórico e os fundamentos científico-filosóficos da concepção alemã moderna de universidade, bem como localiza o surgimento da sociologia como disciplina científica. Volta-se, ainda, à emergência do tema do conhecimento nos trabalhos horkheimereanos desde a década de 1920, para recuperar a miríade de artigos dos anos 1930 onde desenvolve sua interpretação do materialismo histórico, subjacente aos diagnósticos teóricos elaborados no âmbito do *Institut für Sozialforschung*. Após focar as obras da década de 1940, *Dialética do esclarecimento* e *Eclipse da razão*, ao mesmo tempo em que se aponta as mudanças interpretativas de Horkheimer, enfatiza-se a continuidade em seu pensamento, para concluir debruçando-se sobre as palestras, anotações e material arquivado – tanto do arquivo pessoal quanto da universidade – no intuito de iluminar o seu pensamento no pós-guerra, sistematicamente deixado em segundo plano em variados estudos sobre este autor. Assim, aprofundando aspectos de sua atuação como reitor e o envolvimento no desenho do primeiro curso de sociologia em Frankfurt, quando paralelamente problematiza o espaço que cabe ao ideal de formação no âmbito da sociedade industrial avançada, discute-se, aqui, mais detidamente o modo como, em suas falas públicas do período, Horkheimer aborda os papéis da *sociologia*, da *formação* e da *universidade* no contexto de uma sociedade crescentemente administrada, que se vê às voltas com um ser humano heterônomo condicionado pela razão instrumental.

Palavras-chave: Max Horkheimer; formação; crítica; universidade; sociologia.

Abstract

This dissertation discusses how the intertwinement of *sociology* and *critique* shapes Max Horkheimer's theory of society. In order to do it, the present work focuses mainly on writings, speeches and archival material of a decade and a half, spanning from 1948 – when, after the exile in USA, he returns to Germany, regains his professorship at the Johann Wolfgang Goethe-Universität, in Frankfurt am Main, and shortly thereafter occupies the post of university president during two mandates – to 1962, when he becomes emeritus. The work consists of four chapters and also outlines an interlude on the relation between formation (*Bildung*) and science (*Wissenschaft*) in the German context and an excursus that takes up some critiques addressed to Horkheimer's theory.

During this undertaking, the dissertation reconstructs the historical context and the scientific-philosophical foundations of the concept of modern German university as well as locates the emergence of sociology as a scientific discipline. It also turns itself to the appearance of knowledge as a theme in the Horkheimerean works since the decade of 1920, to recoup the myriad of articles of the 1930s where he develops his interpretation of historical materialism that underlies the theoretical diagnostics brought forward at the *Institut für Sozialforschung*. After focusing books written in the decade of 1940, *Dialectic of enlightenment* and *Eclipse of reason* whilst at the same time pointing out Horkheimer's interpretive changes, it aims to emphasize the continuity in his thought, to conclude by examining the discourses, annotations and archival material – from his personal as well as the university archive – with the intention of illuminating his post-war thought, systematically left aside in various studies on this author. Therefore, by deepening the aspects of his performance as university president along with the commitment in creating the first sociology course in Frankfurt, when he parallelly problematizes the space befitting the ideal of formation (*Bildung*) amidst advanced industrial society, one discusses more thoroughly the way in which Horkheimer's public speeches from the period approach the pertinent roles of *sociology*, *formation* and *university* in the context of a growingly administered society facing heteronomous human beings conditioned through instrumental reason.

Keywords: Max Horkheimer; formation; critique; university; sociology.

Zusammenfassung

Die folgende Dissertation diskutiert in welcher Weise die Verflechtung von *Soziologie* und *Kritik* die Gesellschaftstheorie von Max Horkheimer gestaltet. Hierzu fokussiert diese Arbeit vor allem die Schriften, Vorträge und Archivalien die sich über eine Zeitspanne von circa anderthalb Jahrzehnt erstreckt, von 1948 – Zeitpunkt seiner Rückkehr nach Deutschland aus dem USA-Exil, als er den Lehrstuhl an der Johann Wolfgang Goethe-Universität wieder annimmt und kurz danach den Rektorposten für zwei Amtszeiten besetzt – bis 1962, Jahr seiner Emeritierung. Die Arbeit unterteilt sich in vier Kapitel und beinhaltet außerdem ein Zwischenspiel zum Verhältnis von *Bildung* und *Wissenschaft* im deutschen Kontext sowie einen Exkurs der einigen Kritiken an Horkheimers Werk gewidmet ist.

Der Werdegang des Unterfangen rekonstruiert den historischen Zusammenhang der modernen deutschen Universität nebst seinen wissenschaftlich-philosophischen Grundsteinen und lokalisiert die Erscheinung der Soziologie als wissenschaftliches Fach. Er wendet sich dem Auftritt des Wissen als Thema in den horkheimerschen Arbeiten der 1920er Jahre zu um anschließend die mannigfaltigen Artikel der 1930er Jahren, wo er seine Interpretation des den theoretischen Diagnosen am *Institut für Sozialforschung* zugrundeliegenden historischen Materialismus entwickelt, wieder aufzunehmen. Nach der Ausführung seiner aus den 1940er Jahren stammenden Werke *Dialektik der Aufklärung* und *Kritik der instrumentellen Vernunft* zur Andeutung bestimmter interpretativer Änderungen, wird der Nachdruck auf die Kontinuitäten gesetzt um schlußendlich eine tiefgreifende Deutung der Vorträge, Notizen und Archivalien – sowie aus dem persönlichen Nachlass als dem Universitätsarchiv – darzustellen mit dem Ziel, das in verschiedenen Studien über diesen Autor hintergründiges Nachkriegsdenken zu beleuchten. Indem sein Einsatz als Rektor und seine Mitwirkung an der Einrichtung des ersten Diplomkurses im Fach Soziologie in Frankfurt eingehend behandelt werden, wobei er parallel die Figur des Bildungsideal in der fortgeschrittenen Industriegesellschaft erörtert, folgt die Untersuchung der Art und Weise wie seine damaligen öffentlichen Reden die Rollen der *Soziologie*, der *Bildung* und der *Universität* im Rahmen einer steigend verwalteten Gesellschaft unter dem Zeichen der instrumentellen Vernunft behandeln.

Schlüsselwörter: Max Horkheimer; Bildung; Kritik; Universität; Soziologie.

Lista de abreviações

AJC = American Jewish Committee

BGS = Benjamin Gesammelte Schriften

DGS = Deutsche Gesellschaft für Soziologie

HGS = Horkheimer Gesammelte Schriften

HICOG = High Commissioner for Occupied Germany

IfS = Institut für Sozialforschung

MEW = Marx-Engels Werke

MHA = Max Horkheimer-Archiv*

WRK = Westdeutsche Rektorenkonferenz

* Cabe salientar que a nomenclatura utilizada no arquivo pessoal de Max Horkheimer está sendo alterada de *Max Horkheimer-Archiv* para *Nachlass Max Horkheimer*, o que também implicará a adoção de um novo sistema de classificação. Porém, como até hoje os trabalhos seguem a notação do *MHA*, decidi mantê-la em minha tese. Além disso, é necessário ao leitor saber que em diversos momentos, nas notas de rodapé, encontrará a referência indicada como *MHA*, seguida por um número em romanos – que indica uma primeira divisão interna no material arquivado – seguida por outros números e letras que indicam qual pasta contém aquele material. Como é freqüente haver textos e folhas sem título e sem autor, estes não puderam ser indicados na lista de referências citadas ao final, porém através da *Signatur* (o código expresso nas notas) é possível encontrar sua origem no arquivo.

*“A teoria crítica da sociedade, todavia,
tem como objeto os seres humanos enquanto
produtores do todo de suas formas de vida históricas.
As condições da realidade, da qual a ciência parte,
não lhe aparecem como circunstâncias que devam apenas
ser constatadas e calculadas de acordo com as leis da probabilidade.
O que está dado, respectivamente, depende não apenas da natureza,
mas também daquilo que o ser humano é capaz de fazer com ela”.*

**Max Horkheimer, *Nachtrag – Traditionelle und kritische Theorie*
[Posfácio – Teoria tradicional e teoria crítica, 1937].**

*“A compreensão da crise da ciência depende
da teoria correta da atual situação social;
pois a ciência, como uma função social,
espelha, no presente, as contradições da sociedade.”*

**Max Horkheimer, *Bemerkungen über Wissenschaft und Krise*
[Observações sobre ciência e crise, 1931].**

*“[...] o dualismo não se suprime por um ato de vontade,
ele é um dado geral do capitalismo em toda
parte, é a sociedade cindida. Agora, se você é um
espírito dialético, não pára na dualidade e trata de revê-la
dentro de um movimento mais amplo e de fundo. Entretanto, se você
recusa a dualidade como ponto de partida, você não faz análise dialética”.*

**Roberto Schwarz, “Ao vencedor as batatas 30 anos:
crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz”**

Sumário

1 A universidade e a sociologia segundo Max Horkheimer: teoria, pesquisa e crítica.....	2
Max Horkheimer - nota biográfica.....	2
Introdução.....	4
1 Considerações histórico-teóricas sobre ciência e universidade.....	12
1.1 Prelúdio.....	12
1.2 Sobre filosofia e ciência: a universidade moderna.....	15
1.3 Entre a universidade e a sociologia: o <i>Institut für Sozialforschung</i>	30
(a) O contexto social.....	30
(b) A sociologia como ciência.....	35
(c) Um locus de institucionalização do pensamento teórico de Karl Marx.....	43
Interlúdio: <i>Bildung</i> e <i>Wissenschaft</i>	57
2 Ciência e crítica: a constituição de uma teoria da sociedade.....	64
2.1 O conhecimento como questão para Max Horkheimer.....	65
2.2 ‘Ciência’ materialista? Perspectivas e mutações de uma visada teórica.....	76
2.3 Teoria crítica: ensaios sob a perspectiva da dialética inacabada.....	114
Excurso: sobre o déficit sociológico e a filosofia da história.....	133
3 Dialética e história: aportes para a crítica da razão.....	149
3.1 Os laços entre a razão e a ciência reconsiderados.....	159
3.2 O espaço da razão e seu curso emancipador.....	186
4 Sociologia e universidade: formação científica e teoria crítica.....	199
4.1 Reeducação e formação: a teoria crítica retorna ao lar.....	199
(a) Alguns aspectos da atuação como reitor.....	213
(b) O curso de graduação em sociologia (Diplom-Soziologe).....	230
(c) Sobre alguns projetos de pesquisa do Institut für Sozialforschung.....	243
(d) Prática intelectual e marxismo acadêmico.....	248
Considerações finais.....	267
5 Referências bibliográficas.....	273

1 A universidade e a sociologia segundo Max Horkheimer:

teoria, pesquisa e crítica

Max Horkheimer - nota biográfica

Max Horkheimer, alemão de origem judaica, nasceu na cidade de Zuffenhausen, próxima a Stuttgart, no sul da Alemanha, em 14 de fevereiro de 1895. Filho único de um fabricante têxtil, ele fora destinado a assumir os negócios paternos, motivo por que deixou o ginásio, em 1911 – ano em que também conheceu Friedrich Pollock, com quem manteria uma amizade bastante próxima e *sui generis* até a morte deste, em 1969 – após a obtenção do diploma que lhe permitia cumprir uma preparação profissional, cursada na Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, de 1912 a 1914. Diante do fato de seu interesse estar alhures, após ser alistado mas não servir na Primeira Guerra Mundial por motivos de saúde, decidiu adentrar os estudos universitários, para o que teve de realizar a prova de admissão (1919). Até 1922 estudou em Munique junto a Max Weber e em Freiburg (Breisgau) com Edmund Husserl e Martin Heidegger. Concluiu seus estudos em Frankfurt (Main) onde, além de filosofia como matéria principal, também havia se aprofundado no estudo da psicologia e da economia política.

Doutorou-se em 1923 e habilitou-se em 1925, também em Frankfurt (Main), ambos sob a supervisão de Hans Cornelius, com dois trabalhos acerca da *Crítica à faculdade de julgar (Kritik der Urteilskraft)* de Immanuel Kant. Nesse período conheceu outras duas pessoas que teriam enorme relevância em sua vida: Felix Weil e Theodor Adorno. Após sua habilitação iniciou as atividades docentes na recém-criada Universidade de Frankfurt, tornando-se catedrático em 1930, quando ocupou a recém-criada cadeira de “Filosofia social” (*Sozialphilosophie*), instituída no intuito de cumprir as condições que lhe possibilitassem assumir, no mesmo ano, a direção do *Institut für Sozialforschung*. Logo após iniciar o exercício dessa função, criou o periódico *Zeitschrift für Sozialforschung*, que divulgou as pesquisas e a orientação teórica do *IfS*, para o qual Horkheimer contribuiu com artigos até a publicação do último número (1941), já no exílio estadunidense.

Após a tomada de poder na Alemanha pelos nazistas e a necessidade de o *IfS* deixar o país, Horkheimer emigrou para os EUA em 1934, cumprindo seus trabalhos inicialmente em Nova Iorque e, a partir de 1940, na Califórnia. O período no exterior coincidiu com a publicação de suas obras mais conhecidas: *Eclipse da razão* (1947) e *Dialética do*

esclarecimento (1944), este livro tendo Adorno como co-autor. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em uma decisão conturbada e continuamente repensada, retornou à Alemanha (1949), onde, igualmente na Universidade de Frankfurt, reassumiu sua antiga cátedra, agora renomeada para “Filosofia e sociologia”. Logo após o regresso integrou-se ativamente às atividades administrativas, inicialmente no cargo de decano da *Philosophische Fakultät* (Faculdade de Filosofia), e depois, também, levando adiante dois mandatos como reitor (1951-1953), para, como era tradição naquela universidade, tornar-se pró-reitor no ano seguinte. Findo o mandato, ainda voltou aos EUA após receber um convite para ocupar uma cadeira de sociologia na renomada Universidade de Chicago, junto à qual realizou pesquisas e lecionou de maneira intermitente de 1955 a 1959, tendo sido autorizado – em caráter excepcional – a manter duas cátedras simultaneamente em dois países distintos. Depois de ter atendido seu pedido feito à universidade para se tornar professor emérito, com início em abril de 1962, distanciou-se do trabalho universitário, deixando também a direção do *Institut*, mas sem encerrar por completo a participação nas atividades acadêmicas e institucionais, a partir de quando passou o restante de sua vida residindo na pequena vila de Montagnola, próximo a Lugano (Suíça), vindo a falecer em Nürnberg, na data de 07 de julho de 1973.

Introdução

O objetivo da pesquisa que deu origem a esta tese consiste em investigar a relação existente entre a concepção de trabalho teórico delineada por Max Horkheimer e seu entendimento do conceito e do papel da universidade em sua realização, atentando *en passant* ao caminho percorrido desde os primeiros artigos em que traçou os contornos de uma teoria crítica e culminando nas palestras e anotações do período final de sua trajetória acadêmica, notadamente na década e meia que vai de 1948 a 1962, quando se voltou diretamente aos problemas relacionados às tarefas da educação superior. Em virtude disso, o debate está marcado tanto pela tentativa de articular os diferentes conceitos mobilizados por ele ou aos quais se contrapôs enquanto desenhava sua proposta de prática de pesquisa, quanto pontuar, quando cabível, as condições políticas que marcaram o andar desse projeto.

É assim que até mesmo o uso do vocábulo “ciência” afigura uma certa dificuldade; logo, recorre-se a ele como uma referência de trabalho metódico e rigoroso, que concede preeminência ao grau em que o foco sobre o esboço de uma teoria abrangente do social apresenta suas reservas face às correntes filosóficas metafísicas e idealistas, e procura guiar-se por critérios trazidos das disciplinas científicas. Dessa forma, em consonância com as expressões consagradas na literatura, utilizar-me-ei recorrentemente dos termos “teoria crítica da sociedade” (ou apenas “teoria crítica”) e ‘Escola de Frankfurt’ para designar, respectivamente, a coloração do materialismo histórico-dialético sustentado por Horkheimer, e o grupo de intelectuais que colaborou no desenvolvimento dessa proposta investigativa interdisciplinar. O uso generalizado desses termos¹ ocorreu extemporaneamente e dissociado das intenções de Horkheimer e seu círculo de colegas: “teoria crítica” aparece pela primeira vez – com referência direta aos trabalhos desse grupo – no artigo de 1937 intitulado “Teoria tradicional e teoria crítica”, e a disseminação de ‘Escola de Frankfurt’ data apenas da década de 1960, jamais tendo sido empregado por Horkheimer ou seus colegas para identificar-se até que essa associação estivesse cristalizada nos textos de história desse grupo escritos por outrem². Desse modo, se seu emprego é variável, havendo

¹ Note-se como perspectivas teóricas bastante diferentes concordam nesse aspecto: cf. MATOS, Olgária Chain Féres, *Os arcanos do inteiramente outro*, 1995 [1989], pp. 17 e 18; WIGGERSHAUS, Rolf. *Die Frankfurter Schule*, 1986, p. 156; ALBRECHT, Clemens, “Die Erfindung der >Frankfurter Schule< [...]”, 1999a, especialmente pp. 25-35; SLATER, Phil, *Origem e significado da Escola de Frankfurt*, 1978, pp. 11 e 49-50; bem como WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt school in exile*, 2009, pp. 339-344.

² Em seu artigo “Filosofia e teoria crítica”, Herbert Marcuse (“Philosophie und kritische Theorie”, 2006 [1937a]) adota o uso mais comum de teoria crítica nos escritos desse grupo de intelectuais: denominar uma ‘tradição’ de pensamento crítico que remonta a Immanuel Kant e G. W. F. Hegel, culminando nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, e face à qual manifesta-se a busca de uma filiação explícita.

também problematizações quanto ao seu alcance, a extensa disseminação na literatura especializada justifica sua adoção em meu texto. Todavia, em um movimento posto pela estrutura de conceitos que compõe a sociologia do conhecimento, introduzo no debate o conceito de *ciência* propriamente dito, do qual essa vertente de pensamento em diversos momentos buscou distância.

A origem dessa terminologia é que, também, requer uma interação contínua com aspectos da filosofia, em especial em virtude de haver o objetivo específico de estabelecer as ligações e distinções da prática intelectual de Horkheimer face à tradição acadêmica e universitária alemã, cuja versão moderna veio ao mundo em meio aos embates filosóficos do início do século XIX. Ainda assim, o debate com a história e os sistemas da filosofia restringir-se-á ao necessário para o entendimento dos problemas postos. Subseqüentemente, volto-me direta e aprofundadamente ao diálogo com a sociologia, e este decorre, igualmente, das questões postas pelo discurso metateórico (além da teoria propriamente dita) que Horkheimer delineia. É assim que, se a trajetória de sua formação acadêmica perpassa a psicologia e a economia, em termos de titulação culmina na filosofia para, a seguir, propor outra visada teórica, para a qual servir-se-á do termo *Sozialforschung* (pesquisa social) e retomará como filiação a *Sozialphilosophie* (filosofia social). Nesse contexto, se a proximidade com a filosofia permanece um dado irrefutável, o diálogo cada vez mais estreito com a sociologia se afigura, mesmo quando acontece em meio aos esforços de distinguir-se desse ramo, como expresso no prefácio ao primeiro número da *Zeitschrift für Sozialforschung*, de 1932: “*A pesquisa social não coincide com a sociologia como uma disciplina científica em virtude de, ainda que vise o problema da sociedade, encontrar seus objetos de pesquisa também em domínios não-sociológicos. Entretanto, o que a sociologia em si obteve ou instigou, no interesse de sua ciência, nos domínios da economia, da psicologia e da história, seguramente corresponde ao conceito aqui sugerido. Na afinidade entre a sociologia e as aspirações da Zeitschrift, em seus ensaios também são levantados problemas sociológicos no sentido mais estrito*”³. A característica dessa relação explica, também, a dificuldade de rotular a teoria crítica da sociedade, que por vezes tem representantes na listagem de sociólogos, enquanto outras vezes é ignorada por historia-

Quanto à segunda alcinha, a convergência teórica apenas relativa dos primeiros anos do *IfS* que pudessem fazê-lo aspirar a ser uma “escola” fica evidente quando, em texto de 1929, o próprio Horkheimer (“Pareto und die ‘Frankfurter’ Soziologische Schule”, (*HGS* 2), 1987 [1929b]) refere-se à “Escola Sociológica de ‘Frankfurt’” ao tratar dos discípulos de Franz Oppenheimer, Gottfried Salomon e Heinz O. Ziegler. Como se pode ver a partir de um texto de Oppenheimer em que ele próprio assume o rótulo, essa noção estava cristalizada na época. Cf. OPPENHEIMER, Franz, “Tendencies in Recent German sociology”, 1965 [1932], pp. 129 e 257, entre outras.

³ HORKHEIMER, Max, “Vorwort” (*HGS* 3), 1988 [1932a], p. 37. Para essa distinção disciplinar, cf. ainda SCHMIDT, Alfred, “Die ursprüngliche Konzeption der Kritischen Theorie”, 1986b, pp. 99 e 100.

dores dessa disciplina, como se verá adiante. A proximidade com as reflexões acerca da educação superior, em especial da universidade, tornar-se-ão evidentes na medida em que o objeto epistemológico for trabalhado no transcurso desta tese.

Igualmente, cabe salientar que a trajetória percorrida abaixo tem como fio condutor, posto de maneira inexorável pelo objeto deste estudo, o embate com as condições do existente. A especificidade que, espero, virá à tona na interpretação que procuro expor, é que essa revolta face à realidade contraditória e irracional que se reproduz dia-a-dia foi vista, por Horkheimer, como devendo ser mediada, sempre, pelo trabalho reflexivo. Ou seja, a tomada de posição, mesmo nas esferas ditas práticas dessa vida, deve estar balizada pela teoria, e esta precisa ser crítica na medida em que, para retomar sua formulação em diferentes momentos, apenas pode estar ancorada no *anseio pelo inteiramente outro* (*Sehnsucht nach dem ganz Anderen*)⁴, ou seja, na perspectiva de que o mundo de modo algum encontra-se limitado àquilo que se observa e constata de imediato. Todavia, se essa questão intermedeia todo o trabalho de Horkheimer, no escopo desta tese será impossível retomar, a não ser de maneira pontual, as origens e as primeiras reflexões acerca dessa temática, presentes em seus escritos de adolescência e juventude⁵. Ali, quando mescla a experiência na empresa do pai ao contato inicial com o tratamento teórico da realidade, têm origem os pensamentos que serão, de 1926 a 1931, registrados por ele nos aforismos publicados com o título *Dämmerung* sob o pseudônimo Heinrich Regius⁶. Sem dúvida trata-se dos escritos onde ele se defronta de maneira mais radical e direta com as marcas deixadas pelas exploração e contradições da sociedade por ele vivida.

Retrospectivamente, Horkheimer reconhece, ao final de sua vida, a relevância que diversas daquelas experiências particulares, da amizade com Pollock, do enfrentamento de ambos face aos planos que lhes estavam traçados no quadro de sua origem familiar

⁴ HORKHEIMER, Max, “Die Sehnsucht nach dem ganz Anderen” (*HGS* 7), 1985 [1970b]. O termo “Sehnsucht” pode ser traduzido tanto por “anseio” quanto por “saudade”, tendo em vista que expressa justamente a noção de algo perdido que se pretende, com uma enorme vontade, recuperar.

⁵ Esta é também a época em que se inicia a duradoura amizade com Pollock, relação vital para que Horkheimer fosse levado a questionar o destino profissional traçado em decorrência de sua origem social e encampado, acima de tudo, pelo seu pai. Para referências a esse respeito, cf. GUMNIOR, Helmut e RINGGUTH, Rudolf, *Max Horkheimer*, 1983 [1973], em especial pp. 7-27.

⁶ Cf. HORKHEIMER, Max, *Dämmerung* (*HGS* 2), 1987 [1926-1931a]. Pode-se traduzir o título como “Crepúsculo” ou “Alvorecer”, e a obra é composta por uma série de anotações e aforismos da década de 1920. Maiores detalhes encontram-se no breve comentário de Gunzelin Schmid Noerr ao texto, onde afirma: “Em termos de conteúdo, a *Dämmerung* já antecipa diversas das categorias centrais e figuras argumentativas da teoria crítica tardia”. NOERR, Gunzelin Schmid, “Dämmerung”, 2006b, p. 223; para outra referência à juventude – tanto em termos biográficos, quanto literários – de Horkheimer, cf. SCHMIDT, Alfred, “Die ursprüngliche Konzeption der Kritischen Theorie”, 1986b, pp. 90-98.

Os trabalhos que enfocam especificamente a *Dämmerung* ganharam espaço nas décadas subseqüentes ao falecimento de Horkheimer, ainda que seu estudo continue em um nível ainda embrionário. Um artigo de Schmid Noerr recentemente publicado aborda a crítica ao capitalismo a partir desses aforismos. Cf. NOERR, Gunzelin Schmid, “>Auf die Gemeinheit ist eine Prämie gesetzt.< [...]”, 2008.

burguesa, assim como da relação peculiar que ele teve com seu orientador Cornelius, sem cuja participação ativa e apoio intenso a carreira acadêmica teria, muito provavelmente, sido minada em seus primórdios⁷. Dessa forma, em termos concretos, as condições que provocaram seu engajamento intelectual ainda na juventude, a proximidade da fábrica de seu pai e, portanto, da situação de vida dos trabalhadores; o projeto formativo, que lhe possibilitou realizar diversas viagens e, como ele destaca, conhecer outros países e culturas bastante diversas, um componente inegável de sua sensibilidade no que se refere à apreensão do papel desempenhado pela alteridade; por fim, a experiência política da guerra vivida – ainda que não lutada – e dos ensejos da república conselhistas (*Räterepublik*); tudo isso compõe a constelação de elementos que contribuiu para aguçar seu senso crítico.

O reaparecimento dessa questão se dá sob diversas formas e em diferentes momentos no desenvolvimento de sua obra. Assim, por vezes aparece de maneira explícita e assumida, para, em seguida, estar presente apenas sub-repticiamente, inserida naquele olhar específico lançado sobre a realidade circundante, sempre balizado pelo momento político. É nesse espírito que, em 1933, ele afirma a importância de, malgrado a situação na Alemanha, continuar o trabalho de reflexão: “*O Institut für Sozialforschung também continuará a esforçar-se para fomentar a teoria da sociedade como um todo [Theorie der Gesamtgesellschaft] e as suas ciências auxiliares. O seu círculo de colaboradores, composto de jovens acadêmicos de diferentes disciplinas, vê na teoria um fator para a melhoria da realidade*”⁸. Como ficará mais claro no decorrer do meu texto, essa assunção era um ponto bastante frisado por Horkheimer, que, ao adotar tal posição, asseguraria que a sua proposta passasse ao largo de ser identificada com as correntes dogmáticas do marxismo, ao mesmo tempo em que mantinha o distanciamento necessário face à ótica positivista da ciência. Fazia, ainda, com que delimitasse um pensamento radicalmente negativo, no sentido materialista e dialético do termo, sem recair na resignação face à interpretação da realidade concreta com que se via confrontado.

Se é possível identificar que algumas das preocupações e dos temas na obra de Horkheimer se alteraram em maior grau ao final de sua vida, notadamente a partir de meados da década de 1960⁹, o horizonte da esperança face às possibilidades da

⁷ Cf. HORKHEIMER, Max, “Dokumente – Stationen” (*HGS* 7), 1985 [1969 / 1974]; acerca da inserção acadêmica heterodoxa que lhe foi possibilitada por Cornelius ver, ainda, a conversa com Gerhard Rein (*id.*, “Das Schlimme erwarten und doch das Gute versuchen” (*HGS* 7), 1985 [1972 / 1976], pp. 447-451).

⁸ HORKHEIMER, Max, “Vorwort” (*HGS* 3), 1988 [1933c], p. 110.

⁹ O ‘causo’ de Alexander Kluge, jurista e diretor de cinema, amigo de Adorno, ilustra exemplarmente uma oportunidade e a constelação curiosa que marcou o ambiente acadêmico alemão nos anos 1960: “*Em 1968, em meio ao ápice de mobilização do movimento estudantil, a cadeira de sociologia pertencente a Adorno teve de ser ocupada, durante um semestre, por outro professor [procedimento comum na Alemanha]. O escolhido para essa tarefa foi ninguém mais ninguém menos que Niklas Luhmann, na época*

transformação social estava mantido¹⁰. Ele apenas, mais uma vez, correspondeu à situação histórica dada, adquirindo traços mais filosóficos, no sentido de que se voltou à formulação do conteúdo que deveria orientar o pensamento naquele contexto. Como se verá adiante, era esse o papel atribuído por ele à filosofia desde os anos 1930, sendo, inclusive, o valor que necessitava ser preservado como contraponto ao advento daquela ciência empírica que proclamava a neutralidade do conhecimento.

Paralelamente, os fundamentos de uma teoria social presente no pensamento de Karl Marx constituem o arcabouço conceitual que marca, de maneira indelével, toda a teoria da sociedade de Horkheimer. Se, por vezes, aparece de maneira cifrada, em outras a referência é explícita, sendo que se expressa, acima de tudo, nos escritos de autoria própria, quando procura realmente avançar contribuições “originais” à produção do conhecimento e, como o afirma, à crítica da cultura, encontrando-se em menor grau, por exemplo, nas aulas que ministra na universidade. Ao mesmo tempo, a interação com esse viés teórico em nenhum momento impede o posicionamento crítico também perante as categorias e idéias trazidas à frente – para colocá-lo em termos gerais – pelo pensador Marx. Assim é que, em conversa com Otmar Hersche, em 1968, questionado a respeito de se havia surgido uma dúvida ou hesitação face a essa base, ele reafirma a importância detida por essa visada: *“Devo uma infinidade de meu pensamento à doutrina [Lehre] de Marx. Pois sua análise da sociedade presente é mais iluminadora do que qualquer outra, que me é conhecida. Minha crítica refere-se, essencialmente, às previsões, à explicação denominada de científica por Marx, de que o proletariado realizasse a liberdade através de sua revolução. Afora isso, ainda hoje sou da opinião de que não conseguimos realmente entender a sociedade, como ela é, sem essa teoria, sem a análise de Marx”*¹¹. Ele continua trazendo, a pedido de seu interlocutor, exemplo das categorias e conceitos cunhados, os quais mantêm sua relevância e

ainda desconhecido como teórico. Este realizou o seminário intitulado Amor como paixão, freqüentado por apenas quatro estudantes. Infelizmente, ainda que eu estivesse presente em Frankfurt naquele momento, me faltaram a astúcia e o poder de sedução para unir Luhmann e Adorno – e quem sabe até mesmo Habermas! – em um trabalho teórico conjunto em prol da teoria crítica que, caso se realizasse, decerto hoje nos deixaria 20 anos à frente no que se refere ao desenvolvimento teórico”. Trata-se de informe veiculado por Kluge ao qual tive acesso na pré-estréia de seu filme *Erzählungen eines Tausendfüßlers*, ocorrida no Deutsches Filmmuseum em Frankfurt am Main, em 10 de setembro de 2009.

¹⁰ Nesse sentido, até intérpretes como Helmut Gumnior e Rudolf Ringguth (*Max Horkheimer*, 1983 [1973], p. 98), defensores da noção de que ocorreria uma guinada pessimista em sua trajetória, afirmam o seguinte: *“Apesar de a filosofia tardia de Horkheimer ter se desprendido daquilo que o jovem pensador considerava incontornável – a mediação total de teoria e prática, que leva à superação [Aufhebung] da pré-história, da dominação e da servidão humanas, e realiza a utopia da liberdade, uma humanidade libertada, solta de suas pressões, em uma democracia sem classes – não é, de modo algum, resignativa”*.

¹¹ HORKHEIMER, Max, “Gefährdung der Freiheit [...]” (*HGS 13*), 1989 [1968b], p. 191. O mesmo teor está contido na seguinte afirmação, que segue algumas sugestões de novos conteúdos educativos: *“Se a jovem geração deve dar conta das tarefas históricas que lhe estão colocadas, então ela carece, ao lado de tantas outras coisas que são secundadas, não de reconhecimento acrítico, mas, antes, do conhecimento da interpretação de Marx da história e da sociedade”*. Id., “Marx heute” (*HGS 8*), 1985 [1968a], p. 315.

acuidade para a produção e reprodução social, com o que fica evidente que, malgrado uma noção recorrente de que teria havido um afastamento dessas contribuições teóricas, o que acontece é, antes, a manutenção de uma postura crítica perante o processo histórico e as teorias que colaboram em sua interpretação crítica.

A formulação *sui generis* de Horkheimer, tanto de sua teoria crítica quanto de sua personalidade, perpassa até mesmo a auto-descrição que faz ao final de sua vida. No embate com diversas opiniões que entendiam estar o seu pensamento degenerando em um misto de pessimismo abrupto e imediato, de reacionarismo e, até mesmo, resignação, ele retoma a marca dialética de suas preocupações, na medida em que se recusa a sustentar um radicalismo sem fundamento: a exigência de radicalidade e incisão cabe à crítica, que carece, sempre, da necessidade de mediação. No esteio dessa idéia é que se auto-denomina de uma espécie de “*conservador revolucionário*”¹², com o seguinte sentido: trabalhar em prol de uma mudança revolucionária, no sentido de uma alteração fundamental das condições de vida e das relações sociais atuais, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de conservar determinados aspectos e avanços alcançados pelas estruturas sociais anteriores, que, aliás, possibilitaram a organização de novos modos de vida.

Deve-se considerar que os problemas da formação e da pesquisa compõem debates universitários e educacionais há bastante tempo, e que de uma década pra cá, face a variadas mudanças pelas quais passa o horizonte acadêmico brasileiro, a atividade de pesquisa propriamente dita está sob olhar contínuo e crescente. Pode-se, assim, recorrer às palavras de Franklin Leopoldo e Silva, quando discute o problema da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, base também da concepção de educação superior no Brasil, e que com frequência é entendida de modo instrumental, ou seja, apartada de um sentido interno, duma lógica fundante que se encontra além do mero discurso, visto que engloba e pressupõe um conceito de indivíduo, pois está inserida num contexto educativo. No esteio deste diagnóstico, afirma “*que a noção de formação envolve uma atividade que visa a autonomia. Por isso ela não se realiza se não for regulada pela idéia de consciência autônoma como finalidade, o que aliás deve estar presente em toda e qualquer relação educacional*”¹³. Como poder-se-á observar, esta aparece como idéia orientadora da teoria da sociedade elaborada pelo autor focado nesta tese, e sua ótica, ainda que oriunda de um contexto social diverso, fornece subsídios para pensar o problema atual.

¹² HORKHEIMER, Max, “Ehe und Familie in der Krise?” (*HGS 13*), 1989 [1970a], p. 222. Um resumo crítico da acepção comum que se tem da trajetória intelectual horkheimereana pode ser encontrado na resenha de Alex Demirović (“Max Horkheimer: Der revolutionäre Konservative”, 1990).

¹³ SILVA, Franklin Leopoldo e. “Pesquisa e formação”, 2º sem. 2002, p. 213.

Este trabalho também tem por escopo contrapor-se à tendência de relegar a teoria de Horkheimer ao segundo plano¹⁴ face aos seus colegas de instituto, sobretudo – observando o horizonte acadêmico brasileiro – Adorno e Walter Benjamin. Tal diagnóstico vale, notadamente, no que diz respeito à sua produção e suas reflexões posteriores à *Eclipse da razão*, o que pode ser parcialmente compreendido pela quantidade menor de traduções. Este estudo busca, portanto, jogar luz sobre as idéias deste autor, cuja contribuição para as ciências sociais contemporâneas e, em especial, a sociologia, encontra-se longe do esgotamento.

Com estes propósitos, a tese foi dividida em quatro capítulos. O primeiro tem o objetivo de contextualizar os problemas que orientaram a pesquisa, motivo pelo qual retoma o surgimento da universidade alemã moderna, destacando o papel que teve, com ênfase maior sobre a participação dos filósofos do idealismo alemão em seu desenho, visto que estes se fazem presentes tanto em sua fundação quanto constituem a base epistemológica do tipo de ciência e pensamento que marca a filosofia alemã no século XX. O seu terceiro item dedica-se a uma breve reconstrução da criação do *Institut für Sozialforschung*, seguida da história sucinta de institucionalização da sociologia, em especial na Alemanha, mapeando possíveis interlocutores para o trabalho realizado nessa instituição, no que mostra o caráter particular que essa disciplina, fruto por excelência da modernidade, assumiu.

A seguir encontra-se um interlúdio acerca da relação, no debate teórico alemão, de *Bildung* (formação) e *Wissenschaft* (ciência), ancorado sobre o diagnóstico da passagem do século XIX ao XX, sobretudo nos textos de Friedrich Nietzsche e Max Weber, que busca fazer a ponte entre o ideal formativo, cujos traços embasam o conceito de indivíduo e de formação pela ciência que está subjacente àquela concepção universitária apresentada ao início do trabalho, e o modo como as interpretações de Horkheimer se põem, criticamente, face a uma conceituação que, com o avanço do século XX, sofre os entreveros da nova organização social que altera o espaço concedido à educação.

No segundo capítulo reconstrói-se o pensamento horkheimereano no período que é considerado como de maior proficuidade em termos de produção intelectual e que, após o esforço de, no primeiro item, localizar os anos de formação e o início da carreira docente, demarcado até 1929, foi, para efeito de exposição, circunscrito de 1930 a 1937, englobando, portanto, a grande maioria dos artigos e ensaios publicados no periódico do *IfS*, *Zeitschrift für Sozialforschung*, onde indica a coloração particular de materialismo que desenvolve e os amplos diálogos mantidos por ele com diversas correntes de pensamento daquele período.

¹⁴ Há dez anos esta tendência é registrada e permanece válida: a existência de raros estudos dedicados especificamente à obra e ao pensamento de Horkheimer no Brasil, o que também foi identificado por outros estudiosos deste autor; cf. CHIARELLO, Maurício Garcia, *Das lágrimas das coisas*, 2001, p. 17 e SILVA, Divino José da, *Ética e educação para a sensibilidade em Max Horkheimer*, 2001, pp. 30-33.

O excurso que aparece na sequência dirige-se a delimitar alguns equívocos que a obra teórica de Horkheimer sofre na interpretação de Axel Honneth, e em virtude de tratar-se de uma abordagem longitudinal, em que o enfoque recai sobre diferentes textos tanto de um quanto do outro autor, além de este ser o principal representante contemporâneo do que seria a antiga Escola de Frankfurt, parece justificado separar o devido espaço para o debate, evitando que ele interrompesse a trajetória da tese como um todo. Tendo em vista que tal entendimento de modo algum está restrito a Honneth, é feita uma espécie de balanço da proposta de teoria crítica da sociedade e, recorrendo também àqueles intérpretes onde as questões divergem, indico a perspectiva que serve de norte às páginas seguintes.

O terceiro capítulo se aprofunda nas duas principais obras de Horkheimer, o *Eclipse da razão* e a *Dialética do esclarecimento*, esta redigida em co-autoria com Adorno, ambas de 1940, ou seja, inteiramente escritas durante o exílio nos EUA. Na medida em que grande parte da literatura enxerga uma ruptura neste período, a tentativa é expor que determinados ajustes no eixo teórico e um novo olhar sobre certos fenômenos podem, de fato, ser constituintes de sua ótica, sem que isso implique a quebra do modo como é frequentemente entendida. Essa disputa ganha em relevância pois este trabalho tem como uma hipótese a continuidade entre os diferentes momentos da trajetória horkheimereana.

Por fim, no quarto e último capítulo encontra-se a investigação daquele material que – até mesmo em virtude da dificuldade de acesso – foi alvo de significativamente menos estudos *vis-à-vis* os textos da década de 1930. O intuito foi jogar luz – tentativamente – em sua atuação como reitor, que até hoje permanece bastante obscura, e mostrar como ali se expunha uma proposta de unidade entre teoria e prática, exatamente este o componente que justifica poder-se falar na continuidade de seu viés teórico ao longo dos variados lugares pelos quais passou e dos múltiplos embates acadêmicos ocorridos. Perscrutar os textos e suas falas no período posterior ao retorno à Alemanha permite compreender a relação nada ingênua que mantinha com a atividade educativa, bem como face ao conceito de formação, mostrando que seu espírito crítico dava a tônica ao lidar com questões teóricas e, igualmente, com problemas práticos oriundos do mundo acadêmico.

“A massa alcança a consciência através de uma formação variegada, dada por escolas e jornais. Ela se levanta da consciência de classe à luta de classes. A luta de classes pode destruir aquela sociedade e aquele estado os quais pretende reordenar. E visto que toda a cultura está envolta na civilização social e estatal, então nesta forma transformada a própria cultura também tem fim; a não ser que suas sementes dispersas permaneçam vivas, que a essência e as idéias da comunidade voltem a ser nutridas e uma nova cultura secretamente se desdobre no interior da decadente.”

Ferdinand Tönnies, *Gemeinschaft und Gesellschaft*

1 Considerações histórico-teóricas sobre ciência e universidade

1.1 Prelúdio¹⁵

Quando se fala do que se convencionou denominar a “universidade alemã” ou a “concepção moderna de universidade”, a referência seria seu nascimento por volta do início do século XIX. Precisamente em virtude do fato de não ser possível subsumir o ideário em debate, nem sequer a institucionalização posterior, a somente um autor ou uma corrente, mas tendo antes ocorrido um amplo debate em torno de quais haveriam de ser os princípios orientadores daquela grande reforma (para não dizer “refundação”), procuro, em primeira linha, reconstruir os argumentos centrais em voga naquele contexto.

A situação específica dessa nova concepção detém sua procedência na conjuntura histórica decorrente da derrota da Prússia após o avanço de Napoleão, o que teve como consequência a perda de elevada porção territorial e acarretou a manutenção de apenas duas universidades nos domínios prussianos: de Königsberg (*Albertus-Universität Königsberg*), fundada em 1544, e Frankfurt an der Oder (*Viadrina*, fundada em 1506, e que em 1811 foi extinta, sendo boa parte de seu inventário e pessoal incorporados à Universidade Leopoldina de Breslau, na atual Polônia, vindo a constituir a *Schlesische Friedrich-Wilhelms-Universität zu Breslau*)¹⁶. É sob a condição de ter de iniciar a reconstituição de

¹⁵ As citações textuais de outros autores encontram-se entre aspas duplas [“”], enquanto as aspas simples [‘’] foram utilizadas para destacar expressões que eu considere terem de ser usadas com algum cuidado na situação específica em questão. Apenas quando as aspas simples aparecem numa citação de outro autor referem-se sempre às aspas existentes no original citado. Além disso, os anos de citação referem-se à data de publicação do exemplar citado, seguido pela data do original entre colchetes (a referência completa de cada obra citada encontra-se ao final, na bibliografia), e quaisquer citações em português que tenham como referências originais em alemão constituem tradução livre da minha parte.

¹⁶ Vale lembrar o fato de que, se naquele momento poderia se falar em um povo ou uma nação alemã, inexistia um estado-nação consolidado que equivalesse à Alemanha. Dessa forma, havia na região outras universidades de renome, como a *Universität Wittenberg* (1502), a *Universität Jena* (1558) e a *Universität Halle* (1694), todas localizadas na Saxônia, vindo as duas últimas a ser locais de trabalho de grande parte dos filósofos do idealismo filosófico alemão. Todas sofreram com a reconfiguração territorial, em

uma nação, então despida de grande parte de suas instituições da ‘alta cultura’ e da preparação profissional, que emerge como exigência a necessidade de propor um novo conteúdo e uma outra orientação ao estabelecimento de formação para o nível superior.

O historiador Golo Mann destaca como, de fato, durante algum tempo a Prússia assegurou maior autonomia no período do avanço napoleônico face aos condados, ducados e outras formas de organização governamental que compunham o território alemão. “*Sob a direção de Humboldt foi concebido o sistema das escolas prussas – escola elementar para todos, ginásio humanista para a formação dos estratos burgueses e funcionais elevados, universidades como locais da pesquisa e do ensino científicos. [...] O sistema prussiano visava contrapor-se à hierarquia rígida, demasiadamente centralizada e militarizada do sistema escolar napoleônico*”¹⁷. Se, como o próprio autor comenta, o sentido ideal de uma *Bildung* (formação) livre e humanista dificilmente chegou a realizar-se posteriormente, foi com base nessa noção que tal modalidade de formação foi delineada; é inegável, entretanto, que – como ficará mais claro adiante – a preparação de uma espécie de “casta” ou “estrato”, constituinte da direção do governo, subjazia a essa reorganização, que acompanha o próprio nascimento da Alemanha como um estado-nação.

À derrota da revolução francesa sucedeu em terras alemãs, em termos físicos, a formação de um forte estado prussiano, a partir dos tratados estabelecidos no Congresso de Viena (1815). Concomitantemente ao fortalecimento da Áustria criou-se a Federação Alemã (ou Confederação Germânica - *Deutscher Bund*), em grande parte com vistas ao equilíbrio de poder no continente europeu, que considerava ameaçadora a perspectiva de um estado alemão unificado, em especial quando se toma os eventos históricos protagonizados pelo Sacro Império Romano da Nação Alemã (*Heiliges Römisches Reich deutscher Nation*). Na esfera espiritual deu-se, naquele início de século, a projeção da filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, suporte fundamental para o exercício do alcance do pensamento filosófico anteriormente concebido, tendo influência central durante os anos vindouros.

Dessa feita, remeto a um artigo de Jürgen Habermas que aborda a “idéia da universidade alemã”. A partir de dois pensamentos centrais a calcarem a discussão em torno

especial após a realização do Congresso de Viena, em 1815. Para maiores detalhes acerca do processo de reforma do sistema educacional prussiano e da ascensão de um estamento ilustrado, cf. WEHLER, Hans-Ulrich, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, 2006 [1987], pp. 472-485 e RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], pp. 30-39. Acerca da influência bonapartista no que se refere à reorganização provocada sobre os reinos alemães, na chave do processo de secularização, ver a interpretação de Golo Mann (*Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], pp. 62-83). Remeto, ainda, a Christophe Charle (*Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*, 1996, pp. 38-44) para alguns dados acerca do desenvolvimento intelectual na Europa ocidental, no que se refere à participação da universidade em tal processo.

¹⁷ MANN, Golo, *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], p. 82. Para o restante deste e o próximo parágrafo cf. *ibid.*, pp. 90-99; para o papel da filosofia hegeliana, cf. *ibid.*, pp. 103-111.

daquela concepção – (i) a institucionalização da ciência moderna e, portanto, autônoma; (ii) a forma de pensar e explicar a necessidade e a importância de uma distância e, portanto, ingerência do estado sobre a universidade, apesar de ser ele seu financiador – deriva ele: *“Em primeiro lugar, eles tornam compreensível a relação afirmativa de uma ciência universitária que se entende não-política com o estado, e, em segundo lugar, a relação defensiva da universidade perante a prática profissional, em especial as exigências de preparação [Ausbildungsanforderungen], as quais poderiam colocar em risco o princípio da unidade entre ensino e pesquisa, e, em terceiro lugar, a posição central da faculdade de filosofia no interior da escola superior, assim como o significado enfático que é atribuído à ciência no que se refere à cultura e à sociedade em geral”*¹⁸. Tem-se aqui um problema fundamental que vem sendo debatido nas décadas recentes (para não dizer durante quase todo o século passado e continua a sê-lo atualmente, mesmo que sob outro prisma), em torno da universidade e dos seus modos de ser (para servir-me de uma feliz expressão de Irene Cardoso), e do embate em torno dos seus fins. E é no interesse de contribuir para compreender a ‘recepção’ desse problema no decorrer do século XX, bem como na atualidade, que se torna imprescindível recuperar os marcos de então.

O papel que essa instituição, marcadamente de origem européia, assume na promoção dos saberes na cultura ocidental, é de longa data. O surgimento das primeiras instituições educacionais superiores e, posteriormente, do que se convencionou denominar de universidade, remonta à Alta Idade Média, a partir do século XII, intensificando-se no decorrer do século XIV¹⁹. Desse modo, exprime tanto a ação de formular os traços da cultura entre os estratos instruídos da sociedade de então, sob grande influência do poder eclesiástico, quanto possibilitar a ampla disseminação desse conhecimento para outras esferas da população. Na virada dos séculos XVIII para o XIX (ou, numa periodização mais estrita, 1780-1860), tiveram início reformulações e reformas nas escolas superiores existentes, com destaque para a Alemanha e a França. Ali esteve em debate a orientação do ensino, ou seja, se deveria ter objetivos voltados mais para a prática da ciência ou à preparação profissional²⁰. As mudanças propostas não significaram a prevalência de uma uniformização das instituições existentes, mas levou à coexistência de diferentes propostas

¹⁸ HABERMAS, Jürgen, “Die Idee der Universität”, 2003 [1987], p. 87.

¹⁹ Charle e Verger afirmam como “a contribuição propriamente cultural das universidades medievais não se limitou às doutrinas inovadoras de alguns mestres. A todos os que as freqüentavam com um mínimo de assiduidade, elas ofereceram, pelo menos, uma ‘cultura de base’ muito sólida, um modo rigoroso de raciocinar, uma arte de analisar minuciosamente os textos e, igualmente, noções gerais, os elementos de uma visão coerente do mundo (amplamente aristotélica, como se verá)”. CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques, *História das universidades*, 1996 [1994], p. 30 – aspas e parênteses no original.

²⁰ Cf. CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques, *História das universidades*, 1996 [1994], pp. 69-79.

– internamente a cada um dos países e, de maneira mais acentuada, entre eles. Aquele contexto específico, além de favorecer a consolidação das universidades que seguiam o modelo humboldtiano a ser apresentado adiante, também colaborou na disseminação de alguns de seus traços para outros países europeus da época.

A próxima passagem de século trouxe novas transformações às escolas superiores de modo geral, e às universidades especificamente, que vieram, mais do que no período anteriormente mencionado, no esteio de mudanças significativas nas estruturas sociais existentes. É evidente que se tratou de modificações de grau e tipo diferentes de acordo com os países – mas, ainda assim, pode-se ressaltar uma linha-guia: *“Pelo menos um traço comum surge nessa época: o ensino superior torna-se um lance cada vez mais central para a promoção social dos indivíduos, para a afirmação nacional, para o progresso científico e econômico nacional e internacional, para a formação das elites e, além disso, dos quadros sociais e até para a evolução das relações entre os sexos com o início da feminização dos estudos superiores”*²¹. Passa a haver, portanto, relevância em observar e analisar a universidade como algo mais do que uma instituição entre tantas, visto que assumia um posto cada vez mais central na organização da sociedade e dos estados-nação que se firmavam paulatinamente. Tal influência acabou por transbordar para além do continente fundador, tornando-se decisiva nos arranjos da educação superior nas Américas e na Ásia.

1.2 Sobre filosofia e ciência: a universidade moderna

Aquela que ficou conhecida como a universidade alemã moderna esteve ancorada, do ponto de vista teórico, sobre o debate filosófico travado entre os principais representantes do idealismo alemão na virada do século XVIII para o XIX, e culminou na criação da Universidade de Berlim, em 1809. Se é ponto pacífico que sua organização deve traços distintivos à universidade medieval, o que é perceptível, acima de tudo, no conteúdo das principais faculdades que a constituem, do aspecto tanto de seus objetivos como de sua concepção do conhecimento, há diferenças fundamentais, derivadas essencialmente das contribuições que seus ‘fundadores’ tiveram para a história da filosofia. É assim que se, em virtude da delimitação deste trabalho, seria um desvio apresentar cada sistema filosófico em questão, decerto é relevante recuperar aqueles escritos centrais do período que se encontram diretamente ligados ao problema da educação superior²². Embora obrigue a uma exposição

²¹ CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques, *História das universidades*, 1996 [1994], p. 93.

²² O filósofo Willy Thayer localiza a tensão fundante da crise contemporânea dessa instituição no surgimento da universidade moderna, ao abordar a unidade e a universalidade do conhecimento, preceitos subjacentes à noção de *universitas*. Embora discorde de sua explicação para o fenômeno mais recente, em

em alguma medida esquemática dos pontos de vista, espera-se, com isso, clarificar algumas das questões que reaparecerão nos capítulos posteriores.

Como destaca René König, o período que precedeu os grandes projetos de reforma do XIX foi *sui generis* para a educação superior alemã, levando-se em conta o desenvolvimento imediatamente posterior. Isso pois a idéia da formação profissional, que se estabelecia durante o século XVII, provocou o questionamento da instituição universitária como um todo, visto que os seus objetivos pareciam ter-se tornado anacrônicos face às necessidades sociais daquele momento²³. A pedra de toque para sua manutenção foram a resistência docente, aliada ao interesse da aristocracia reinante em sua existência. Ainda assim, até o mergulho definitivo em sua forma moderna o debate se estendeu por décadas, com destaque para a diferenciação preconizada quanto à educação ginásial; ou seja, estava em questão quais os ensinamentos ou os conteúdos específicos reservados ao nível superior, e estes acabaram por cristalizar-se na idéia de particularidades tanto do ponto de vista docente quanto discente: a tarefa que cabia àqueles excederia as atividades de puro ensino, característica básica do que se exigia da escola, distante da prática de pesquisa bem como de uma concepção abrangente de conhecimento, com o foco sobre uma totalidade do saber.

A conceituação tinha como pano de fundo a idéia de erigir uma nação sólida, de construir os condicionantes institucionais que possibilitariam a consecução de um estado. Nesse sentido, a “pessoa” é disposta sob dois prismas: como ser humano (*Mensch*), de um lado, e como cidadão (*Bürger*), de outro. Assim, para sua constituição primeira como ser humano o esclarecimento, diferentemente da cultura, ser-lhe-ia necessário. Na interpretação de Georg Bollenbeck, o sentido de cultura (*Kultur*) no alemão adquire características que permitem estabelecer uma gradação interna e caracterizar, também, um determinado povo (e, logo, demarcar uma nação). Opõe-se, histórica e conceitualmente, à *civilisation* francesa, que surgira como parâmetro para caracterizar os povos “bárbaros” face aos “civilizados” – ainda que, com o passar do tempo, tenha ocorrido uma aproximação entre aquelas noções²⁴.

que a meu ver atribui um papel excessivo à participação da informática, em especial, e da informação, em geral, nessa mudança, no esteio da crescente presença dos meios de comunicação de massa como veículo de dissolução desse paradigma, e deixar em segundo plano a idéia de autonomização das esferas sociais que se reflete, também, sobre o conhecimento e, portanto, na divisão disciplinar, é importante remeter à sua revisão histórica e filosófica. Cf. THAYER, Willy, *A crise [...]*, 2002 [1996], pp. 11-55 e 88-101.

Saliento, ainda, que a ampla reforma preconizada por Humboldt, cuja base teórica enfocarei a seguir, foi incapaz de reverter o estado material em que se encontravam as universidades alemãs à época, com baixos salários, desprestígio da profissão docente e instalações bastante limitadas. Cf. BUSCH, Alexander, *Die Geschichte des Privatdozenten*, 1959, pp. 23-40.

²³ Cf. KÖNIG, René, *Vom Wesen der deutschen Universität*, 2000 [1935], pp. 21-60.

²⁴ “O conceito de cultura do esclarecimento tardio compreende, dito de maneira geral, a atividade individual e social, a economia e a íntegra das formas de comportamento socialmente determinadas”. BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, p. 93. Para o processo histórico, cf. *ibid.*, pp. 11-96.

Permite, portanto, distinguir características, internamente hierarquizáveis, atribuídas a um conjunto de pessoas, que, sem implicar a subordinação completa dos valores de um desses grupos aos de outro, como dito, passou a se fazer presente no contexto do debate acerca da nacionalidade, perceptível no surgimento do termo “cultura nacional” (*Nationalkultur*). Como portadora de traços particulares permite tal identificação e sustenta concepções de sociedade e história; diversamente, “civilização” volta-se às propriedades mais gerais, que devem ser ambicionadas como constituintes do desenvolvimento humano.

O andar da história fez com que a vertente prática da cultura se transformasse na formação (*Bildung*). Desse modo, esta última esteve estritamente associada ao ato de formar (*bilden*) o ser humano – e semanticamente o termo foi, freqüentemente, alternado com *educação* e *esclarecimento*, impedindo que se entenda o emprego de educação (*Erziehung*) sempre no mesmo sentido da formação. “*O programa da generalização social do progresso científico promove um ‘pensamento’ filosófico sobre a educação do ser humano, assim como uma inchada literatura pedagógica e uma prática pedagógica intensificada, com novas formas de ensino e esboços de escola. Esse desenvolvimento está, até as duas últimas décadas do século XVIII na Alemanha, ligado prioritariamente à expressão ‘educação’, em especial quando se trata da teoria e da prática de uma pedagogia que se assenta sobre a ‘aula’, a ‘instrução’ e o ‘ensino’ para disseminar o ‘esclarecimento’*”²⁵. Esse movimento expressa o fortalecimento do valor social de projetar e fomentar um ser humano integral, capaz de desdobrar suas capacidades e servir a si mesmo, bem como à sociedade como um todo, ideal este que, formulado no contexto do romantismo alemão, do “*Sturm und Drang*” (“Tormenta e ímpeto”), passará a constituir o idealismo filosófico. Ainda de acordo com Bollenbeck, o modelo interpretativo de ascensão da *Bildung* demonstra, portanto, determinada mediação simbólica de indivíduo e sociedade, particularmente no que se refere à estruturação social e à legitimação através de sua obtenção.

A ampla reforma do que se costuma tomar por ‘sistema educacional’ prussiano foi o passo decisivo nesse sentido. Se os reformadores – Humboldt à frente – estiveram longe de propriamente fundar ou delinear o ideal de formação, tomaram-o por base para estruturar a nova proposta de organização do ensino, levando a cabo uma reformulação que atingiu os níveis básico e superior da educação alemã. Teve como dado fundamental as estratégias de

²⁵ BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, p. 110 – aspas no original. Cf. *ibid.*, pp. 98-112 e 119-159. Entre as figuras mais representativas para a afirmação do conceito de *Bildung* face à *Kultur* no contexto de surgimento do neo-humanismo estão Johann Gottfried Herder e Wilhelm von Humboldt, o que dificulta sua tradução para outros idiomas em virtude dos traços históricos específicos que adquire. Bollenbeck destaca igualmente esse viés, que marca a crítica hegeliana materialista de Marx e Engels tanto ao trabalho alienado quanto à assim chamada ideologia alemã, onde, sem fazê-lo na chave da *Bildung*, põem o problema da constituição do ser humano em sua atividade prática. Cf. *ibid.*, pp. 133-136.

ascensão e legitimação da burguesia alemã, que ficou conhecida por *Bildungsbürgertum*, em uma referência explícita ao ideal em questão²⁶. Logo, estava em jogo a importância de instituir as condições ideais para o trabalho e o desenvolvimento do estado alemão, e essa tarefa foi ancorada substancialmente sobre o imperativo de uma formação mínima, de modo que o cabedal dos funcionários estatais teria de, obrigatoriamente, submeter-se à educação ginasial e universitária. Isso fez com que esse ideal transbordasse para além de sua reclusão no interior de uma classe ou de um *Stand* (estrato) da sociedade, ao deslocar as condições da mobilidade social para o mérito, de aquisição da titulação representativa de determinada cultura que precisava ser incorporada pelo indivíduo, para que se tornasse uma pessoa culta (*gebildet*). Desse modo, expressou a tensão entre uma base aristocrática, contexto que originou as grandes obras do romantismo alemão, e a burguesia em formação, que tentava afirmar-se, assentada sobre a cultura, perante o antigo estrato dominante.

Começo, portanto, pela contenda que tomou forma anteriormente ao principal texto kantiano a respeito da educação superior e que contribui ao esboço do quadro de referências conceitual. Se pouco tomou parte explicitamente na disputa posterior, o problema inicial, ali, esteve expresso no debate entre os filósofos Immanuel Kant e Moses Mendelssohn, referente ao significado a ser atribuído à idéia de “ilustração” (ou “esclarecimento”, *Aufklärung* no original)²⁷. Mendelssohn toma a formação (*Bildung*) como sendo composta de cultura (*Kultur*) e esclarecimento (*Aufklärung*), e procura distingui-los a partir de um enfoque que seria, respectivamente, mais prático e mais teórico. “*Aufklärung relaciona-se com a Kultur, como de modo geral a teoria com a prática; como o conhecimento com o costume [Sittlichkeit]; como a crítica com a virtuosidade. Observados em e para si, (objetivamente) encontram-se no nexo mais próximo; ainda que possam freqüentemente estar separados subjetivamente*”²⁸. Tal formulação difere de uma mera ligação entre os dois aspectos (ou conceitos) a formar um terceiro; trata-se, antes, de uma existência interdependente, em que um continuamente fomenta o outro, possibilitando o desdobramento das capacidades individuais, com reflexos sobre a totalidade social.

²⁶ Cf. BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, pp. 160-186 e 195-221. A difícil tradução dessa palavra, tributária das especificidades históricas, políticas e sociais que caracterizam o conceito de *Bildung* propriamente dito, levou-a a ser vertida de diversas maneiras para a língua portuguesa, predominando os seguintes termos: “burguesia intelectual”, “burguesia culta”, “burguesia de educação/formação” e “burguesia culta-e-de-posses”. Opõe-se ao *Besitzbürgertum*, que significa a “burguesia proprietária”, em que se tentava realizar uma diferenciação face aos proprietários desprovidos de cultura, cujo poder se caracterizava sobretudo pela pujança material.

²⁷ Cf. KANT, Immanuel, “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?”, 1999 [1784] e MENDELSSOHN, Moses, “Über die Frage: was heißt aufklären?”, 1998 [1784]. Ver, ainda, TORRES FILHO, Rubens Rodrigues, “À sombra do iluminismo”, 1987.

²⁸ MENDELSSOHN, Moses, “Über die Frage: was heißt aufklären?”, 1998 [1784], p. 116.

Kant prefere dar preeminência à idéia de emancipação. Define assim, ao início de seu escrito: “Esclarecimento é a saída do ser humano da dependência [Unmündigkeit] cuja existência advém de sua própria culpa. *Dependência é a incapacidade de servir-se de sua própria razão* [Verstand] *sem a direção de outrem*”²⁹. Em texto de 1786 debaterá, então, o sentido de orientar-se a partir do pensamento, e este terá como fundamento o exame da realidade objetiva e a conseqüente elaboração de verdades e, portanto, de afirmações subjetivas. Tal difere do esclarecimento na medida em que é possível pensar-se heteronomamente, sendo necessário um próximo passo para a emancipação supracitada.

É esse mesmo ideário que se encontra expresso nos escritos kantianos sobre a pedagogia. Chama ele a atenção, primeiramente, para o fato de o humano constituir o único ser vivo que necessita de educação. Em contraposição aos animais, detentores de uma razão externa, o humano precisa ter sua própria *Vernunft*. Para além de carecer do ato educativo, o humano só se torna o que é, só vem a ser humano, através da educação – ele caminharia, assim, rumo a sua completude³⁰. É precisamente em consideração desses objetivos que Kant afirma ser fundamental uma mudança no que se refere à circunstância presente da educação, que não pode limitar-se, como costumam fazê-lo os pais, a adequar seus filhos ao mundo contemporâneo – civilizá-los – independentemente de sua disposição devendo, antes, inquietar-se perante a realidade, no intento de dar origem a uma condição futura melhor.

O ser humano precisa, através da educação, ser dotado de qualidades e habilidades que o tornem capaz tanto de inserir-se na realidade existente como, e é esse o escopo maior, de poder confrontá-la, interferir e gerar mudanças nesse contexto. Por isso Kant preconiza a importância de desvencilhar-se da instrução praticada pelos príncipes, pois os seus interesses habitualmente distanciam-se daqueles da humanidade, do povo, restringindo-se a um estrato específico. Na formação desse humano a prática da disciplina adquire um papel

²⁹ KANT, Immanuel, “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?”, 1999 [1784], p. 20 – grifos no original. O termo “*Unmündigkeit*”, na língua alemã, é o antônimo de “emancipação”, cuja tradução na língua portuguesa costuma ser “menoridade”, que entendo como mais apropriado em um contexto jurídico, motivo pelo qual optei, aqui, por utilizar a palavra “dependência”. Cf., ainda, KANT, Immanuel, “Was heißt: sich im Denken orientieren?”, 1999 [1786].

O papel central que Kant assume para o esclarecimento, na concepção de Horkheimer, pode ser derivado a partir das anotações de aula do curso denominado “O esclarecimento”. Cf. HORKHEIMER, Max, “Die Aufklärung” (*HGS 13*), 1989 [1959/1960], pp. 622-637.

³⁰ Para essas e as seguintes referências cf. KANT, Immanuel, “Pädagogik”, 1968 [1803]. As características distintivas face aos animais seriam as de que o humano tornar-se-ia *cultivado* e *disciplinado*, traços singulares de uma, por assim dizer, existência cultural. É patente a relação com o ideal educacional-pedagógico como delineado no *Emílio*; cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Émile*, 1966 [1762] e BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, pp. 112-119. É notável a influência que Kant exerce sobre a sociologia da educação de Émile Durkheim. Se Durkheim não concorda inteiramente com a concepção kantiana da educação, ainda assim reconhece sua importância para a manutenção e reprodução da coesão social e a instituição da autonomia, bem como estabelece ser através dela que, para além de apenas desenvolver capacidades naturais inatas, é *criado* um ser humano. Cf. DURKHEIM, Émile, *Éducation et sociologie*, 1934 [1902-1911], em especial pp. 35-49 e 73.

fundamental: ao assentar-se a ciência dos limites socialmente postos à liberdade individual, e de portar-se face a eles e refletir acerca deles, é ocasionada a capacidade pensativa e, portanto, concretizado o esclarecimento. Trata-se não de condição suficiente, mas decerto de condição necessária, onde o ser humano apreenderá os princípios e usos de tal liberdade.

No contexto do pensamento eminentemente filosófico, tal debate pautou-se pelos termos em que se deu a incorporação e o enaltecimento do ideal de formação (*Bildung*) e do estímulo ao “entendimento” ou à “razão” (*Verstand*) que constituiriam os fundamentos para a autonomia e a liberdade do ser humano – distinguindo-se, para Kant, o uso público da razão daquele de cunho privado. Enquanto ali estiveram em jogo as condições objetivas de constituição do sujeito, alguns anos depois Kant acabaria por repor esse problema a partir da necessidade de pensar a organização da universidade. É nesse sentido que, por exemplo, se coloca a relevância de ter em mente a construção de uma nova acepção para a educação sob o prisma do iluminismo³¹. A arquitetura de formação do sujeito pressupõe uma definição específica de ser humano, cujo traço essencial está localizado, com o perdão da palavra, em sua “moldagem” através dos outros e de si mesmo, em um processo marcado pela interação contínua entre as partes constituintes da sociedade, e que compreende a supremacia desta face à determinação natural de cunho biológico.

No texto sobre o conflito das faculdades, de 1798, a questão apresentada circulava em torno da necessidade de identificar e colocar em prática a maneira de gerar esse conceito de cultura. O conflito ao qual Kant fazia referência se dava entre as assim chamadas faculdades superiores (de teologia, direito e medicina) e a faculdade denominada inferior (de filosofia)³², e expressava uma tensão que acabaria por aninhar-se no cerne do conceito de universidade, persistindo até os dias atuais: aquela entre o conhecimento prático e o conhecimento teórico. A teoria, nesse caso, ligava-se diretamente à razão (*Vernunft*),

³¹ Cf. VINCENTI, Luc, *Éducation et liberté*, 1992, pp. 10-14; para sua crítica à concepção kantiana ver *ibid.*, pp. 58-71. Em especial observe-se como ele procurará confrontar a concepção fichteana face ao que ele considera uma tendência de Kant em vislumbrar um educador supremo: “*É pela determinação da educação como relação recíproca que podemos definitivamente romper o círculo kantiano do educador educando em determinando o ato pedagógico em conformidade ao seu fim*” (*ibid.*, p. 101).

O contexto de incorporação da filosofia à tábua dos saberes acadêmicos institucionalizados na universidade é debatido por Horkheimer na década de 1960 e diretamente relacionado com a contribuição que Kant poderia oferecer: “*Quanto mais a filosofia, seja como ontologia, seja como positivismo, se iguala ao empreendimento científico, tanto mais ela toma parte, malgrado todos os elogios que recebe, na alienação face à geração que aprende a lidar com a ciência. A obra de Immanuel Kant é capaz de oferecer resistência a esse declínio. Ela contém a crítica do positivismo e da ontologia*”. Cf. HORKHEIMER, Max, “Kants Philosophie und die Aufklärung” (*HGS* 7), 1985 [1962c], p. 161.

³² Cf. KANT, Immanuel, “Der Streit der Fakultäten”, 1968 [1798]. Para a origem histórica, datada dos séculos XII e XIII, do conceito das faculdades superiores, cf. CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques, *História das universidades*, 1996 [1994], pp. 13-22 e 31-34. As raras instituições universitárias de então concentravam-se na França, Inglaterra e Itália. Apenas no século XIV é que se disseminarão em alguma medida, surgindo na Alemanha, Espanha, Escandinávia, Escócia e Polônia. Cf. *ibid.*, pp. 22-24.

norteada pela idéia da crítica e, portanto, da abordagem científica da realidade³³. Desse modo, deve-se ter em mente que, ao endereçar-se a essa questão e pô-la em debate, Kant influenciou decisivamente sobre a moldura que doravante seria adotada como referência para configurar a organização das instituições de ensino universitárias.

O seu foco também está centrado sobre uma condição subjacente a essa divisão, que expressaria determinada interpretação da divisão do poder. As faculdades superiores ligavam-se a funções intrínsecas ao estado e forneciam os quadros dirigentes necessários à manutenção do governo e à execução de suas tarefas diárias – diferentemente da faculdade inferior, cujo único objetivo estava explícito na busca científica da verdade. Em virtude dessa divisão do trabalho, aquelas estavam sob controle e censura cerrados por parte do estado, enquanto esta detinha um elevado grau de liberdade no exercício de suas atividades. *“Mas que tal faculdade, sem atentar para essa grande vantagem (a liberdade), ainda assim seja denominada de inferior, a origem disso pode ser encontrada na natureza do ser humano: pois aquele que pode comandar, mesmo sendo servo submisso a outrem, entende-se superior do que outro que, mesmo sendo livre, ninguém tem para comandar”*³⁴. Pode-se vislumbrar nesta afirmação a maneira como o pensamento científico, representado pelos professores de filosofia, encontrava-se rotulado naquela conjuntura, o que valia, ainda de acordo com ele, notadamente para o povo de modo geral. Afinal, quando se tratava de obter respostas acerca das questões práticas da vida, a procura se voltava sobretudo aos homens de negócios (*Geschäftsmänner*) encampados pelo estado, em detrimento dos eruditos ou cultos (*Gelehrte*), integrantes da faculdade inferior. Eis a expressão popular desse conflito que, como se pode ver, atingia diferentes dimensões da vida social daquele tempo.

Para uma compreensão mais abrangente do fenômeno, essa questão deve ser complementada, ainda, por referência a uma mudança institucional em curso. A expansão da etapa de escolarização básica correspondente ao ginásio (*Gymnasium*) alemão, que se fazia presente naquele tempo, deslocou seus objetivos, de modo que a função de preparação

³³ Assim, ao analisar o conflito de cada uma das faculdades superiores com a de filosofia, destacar-se-á o problema do questionamento das bases e preceitos que dão origem a esses conhecimentos práticos: os escritos religiosos e a crença; o código de leis e a constituição; a busca pelo controle do ser humano sobre a natureza do corpo, de modo a estender a vida ao máximo. Estes serão confrontados com a argumentação racional em torno de sua validade e pertinência o que, portanto, leva a uma interferência direta em seus domínios, e que decorre notadamente do fato de os fins de um determinado estado ou governo orientarem-se por certos valores e uma dada *rationale*. Cf. KANT, Immanuel, *ibid.*, pp. 21-27.

³⁴ KANT, Immanuel, “Der Streit der Fakultäten”, 1968 [1798], p. 20. Habermas (cf. “Vom sozialen Wandel akademischer Bildung”, 1981 [1963], em especial pp. 117-119) afirma que essa orientação continua presente até mesmo no debate alemão da década de 1960 em torno da reforma da educação superior, quando o problema do posicionamento e da organização das variadas faculdades passa, mesmo que em alguns momentos indiretamente, pelo modo como a filosofia se apresenta nesse contexto de hierarquização institucional e do saber.

para as faculdades superiores, antes reservada às faculdades de filosofia, fosse absorvida pela instrução que precedia a entrada no nível superior³⁵. A principal consequência disso foi a introdução da atividade científica, representada pelo pensamento filosófico conforme aqui apresentado, no interior da universidade, visto que ela até então detinha como sua atribuição quase que exclusivamente o ensino e a preparação profissional.

Visando delimitar o conceito de filosofia então em voga pode-se retomar Hegel que, em carta de 1812 acerca da apresentação da filosofia no contexto do ginásio alemão, aborda precisamente a problemática de como o que está em questão não é prioritariamente o *ensino* de filosofia – por mais que este também tenha de ser levado a cabo e detenha papel central³⁶ – mas sim o *estudo* da filosofia, e que este já contribuiria para exercitar o pensamento filosófico, de modo a fomentar a razão humana. Em carta de 1822 de mesmo teor trata sucintamente da distinção entre o conteúdo filosófico que caberia ao período ginasial e, portanto, necessariamente pré-universitário, e aquele que deve ser guardado para a universidade. Destaca, notadamente, a necessidade de desenvolver o pensamento especulativo desde o período de juventude, e tê-lo como requisito para o acesso à educação superior, visto ali ser fundamental algum domínio dessa ordem.

No que se refere à forma e à constituição da filosofia, tem-se: “*O conteúdo filosófico tem em seu método e sua alma três formas; 1) ele é abstrato, 2) dialético, 3) especulativo; abstrato, na medida em que se encontra em meio ao pensamento de modo geral; mas apenas abstrato, face ao dialético e especulativo, ele é o assim chamado entendimento [Verständige], o qual assegura e conhece as determinações em suas diferenças assentadas. O dialético é o movimento e o desarranjo daquelas determinações assentadas; a razão negativa. O especulativo é o racional-positivo, o espiritual, em verdade a filosofia propriamente dita*”³⁷. São essas as características que haveriam de ser promovidas no ser humano, ao constituírem a essência do pensamento; logo, deve-se compreender a verdadeira atividade científica (que naquele momento estava abarcada pela filosofia) como o exercício da especulação na medida em que impulsiona o questionamento, pois unicamente a prática dessa faculdade poderá provocar a ascensão da razão humana.

³⁵ Cf. STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, pp. 221-226.

³⁶ Em outro texto, de 1816, no qual se dirige ao mesmo assunto no que se refere às universidades, Hegel retoma o ponto e lembra que o ensino deve ser praticado da mesma forma como o das outras ciências da época. “*Como ciência propedêutica a filosofia deve realizar, em especial, a formação e o exercício formais do pensamento; isso ela é capaz tão somente por meio do distanciamento completo face ao fantástico, por meio da definição dos conceitos e de uma ordem metódica consequente; ela precisa conseguir fornecer aquele exercício em uma medida maior do que o faz a matemática, pois não detém, como esta, um conteúdo sensível [sinnlich]*”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, “Über den Vortrag der Philosophie auf den Universitäten”, 1949 [1816], p. 323; cf. *id.*, “Über den Unterricht [...]”, 1986 [1822].

³⁷ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, “Über den Vortrag der philosophischen Vorbereitungswissenschaften auf Gymnasien”, 1949 [1812], p. 313.

Nos anos seguintes, quando ocorreu a disputa em torno dos princípios norteadores da nova universidade a ser erigida em Berlim, essa tensão se fez presente nos escritos dos teóricos envolvidos no processo³⁸. Tratou-se de ‘intelectuais’ dotados de reconhecido mérito acadêmico, com elevada estima em meio à opinião pública, que colocaram em debate diferentes ideais acerca das linhas-guia para desdobrar esse estabelecimento. Como o expõe Christophe Charle, deve-se ter em mente o pano de fundo das condições objetivas nas quais se encontravam aqueles pensadores. Apesar de, como foi retratado, terem críticas explícitas a certas medidas do estado, ainda assim lhe estavam submetidos, sendo que a referência religiosa – ao menos na Alemanha – ainda era bastante marcada. “*É na Alemanha que essa situação contraditória melhor aparece: a maior parte dos sistemas filosóficos emana de universitários, portanto, de funcionários dedicados à lealdade face ao estado, mas que ao mesmo tempo se entendem, em nome do ideal da Bildung e do neo-humanismo, contadores da liberdade de ensinar e aprender das universidades reformadas*”³⁹. É assim que diversos desses escritos naquele momento aparecem enfrentando questões práticas da organização estatal, sendo endereçados aos reis e dirigentes da época, mesmo que, simultaneamente, realizem a crítica de diversos dos aspectos concretos levantados.

Quem de início se dirigiu a essa questão foi o filósofo Johann Gottlieb Fichte. No esteio da disputa em torno do ideal ampliado de educação (*Erziehung*), no primeiro de seus aforismos de 1804 ele estabeleceu definição similar à de Kant: “*Educar um ser humano quer dizer: fornecer-lhe a oportunidade de fazer-se mestre completo e regente próprio da inteireza de suas forças*”⁴⁰. Procurava, portanto, separar a educação como limitação (*Beschränkung*) da libertação (*Befreiung*), o que significa ser fundamental fomentar o aprendizado autônomo, mas fazê-lo de par a prevenir que a disciplina, uma de suas bases, desemboque em repetitividade, tornando-a uma atividade mecânica, o que de modo algum refletiria os objetivos educacionais em voga. Manifesta, portanto, sua afinidade junto àquele ideal de *Bildung* que detinha como pedra de toque a formação de si próprio (*Selbstbildung*).

Em 1807⁴¹, ao traçar as linhas que deveriam estar subjacentes ao planejamento dessa instituição por criar e voltado, sob certos aspectos, ao encontro do ideário de Humboldt, alçava como fundamental o início dessa formação em termos do saber já no ginásio, e via

³⁸ Para uma referência à noção de sistema filosófico como substrato dos ideais de universidade enunciados, cf. FERRY, Luc, PESRON, Jean-Pierre e RENAUT, Alain, “Présentation”, 1979.

³⁹ CHARLE, Christophe, 1996, *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*, pp. 76 e 77. Charle também chama atenção para o fato de que o desenrolar do século XIX trouxe consigo a passagem do *Gelehrtenstand* – conceito mais próximo aos “*hommes de lettres*” franceses – para os *Gebildeten*, calcados sobre o neo-humanismo alemão e altamente influenciados pelo ideário da *Bildung*. Cf. *ibid.*, pp. 91-95.

⁴⁰ FICHTE, Johann Gottlieb, “Aphorismen über Erziehung [...]”, 1965 [1804], p. 353 – grifo no original.

⁴¹ Cf. FICHTE, Johann Gottlieb, “Deducirter Plan einer zu Berlin zu errichtenden höheren Lehranstalt”, 1965 [1807]. Citarei a numeração dos parágrafos, para facilitar a conferência em edições diferentes.

como imperativo pensar o emprego da ciência – que, mediado pela capacidade de aquisição do saber, iria além da mera absorção de informações – e do fomento à faculdade do aprendizado (§ 5), afirmando ser *mister* o desenvolvimento das atividades didáticas nos termos do método socrático (§ 9). A filosofia figuraria, assim, como conhecimento capaz de congrega os diferentes saberes, sendo o substrato da concepção orgânica de organização das várias disciplinas científicas, amplamente presentes nesse estabelecimento (§ 16 - § 19). Subjacente a essa idéia encontra-se a particularidade do pensamento filosófico, que deveria ser apresentado como *sistema* completo, visando desembocar numa “*enciclopédia filosófica da totalidade do saber*”. No mesmo espírito é que, no § 26, volta à questão das faculdades superiores e lembra que devem ser enquadradas nessa nova disposição, submetendo-se às matérias científicas existentes, onde coubesse, ou migrando para institutos autônomos, quando se tratasse de atividades aplicadas, sem relação com a razão existente na ciência (*Wissenschaft*). A titulação conferida na nova instituição – que diferia das universidades à época, mas de início coexistiria com aquelas – traduziria o projeto apresentado. O *doutor* (*Doktor*) corresponderia ao estudioso da filosofia (§ 44), que precisaria demonstrar, além do domínio do conhecimento em questão, a capacidade de lecionar e transmiti-lo ao corpo estudantil, formando sujeitos, conforme um dos fins pressupostos na cultura da ilustração.

Friedrich Schleiermacher abordou, em duas resenhas de, respectivamente, 1807 e 1808, escritos que debatiam a proposta e as condições de criação de uma nova universidade em Berlim⁴². Inserindo-se no debate, redigiu um texto acerca da contenda, incluindo algumas idéias gerais próprias envolvendo a futura instituição. Nesse escrito inicia o argumento apresentando a noção geral presente entre os intelectuais (*Gelehrte*) de que é fundamental manter a distância da universidade face à atuação do estado. A maneira inicialmente encontrada para enfrentar esse problema, além de estabelecer os ditames da autonomia, foi também o aumento da participação dos professores na vida prática estatal.

Lembrando o sentido do termo utilizado para designar tal instituição, Schleiermacher atribui-lhe como tarefa cardinal a formação de indivíduos dotados do espírito científico-filosófico, assim como a manutenção da unidade do conhecimento. “*Despertar a idéia de ciência nos nobres jovens, já dotados de noções de diversos tipos,*

⁴² Cf. SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst, “Rezension von: Zwey Schreiben die Errichtung einer akademischen Lehranstalt in Berlin betreffend”, 1998 [1807] e “Rezension von: Sendschreiben an Herrn G. S. Über die Verlegung der Universität Halle nach Berlin [...]”, 1998 [1808a]. Vale lembrar que, tendo em vista o debate dos critérios de constituição da nova universidade, e pelo fato de ela vir a ser uma instituição orientadora para outras similares, significaria o fechamento da tradicional universidade sediada na cidade de Halle (criada no fim do século XVII). Chamavam atenção as motivações para a escolha de Berlim, bem como a idéia de erigir-se a universidade a servir como um modelo para o restante. Para o desenvolvimento das idéias as quais apresento a seguir cf. *id.*, “Gelegentliche Gedanken über Universitäten in deutschem Sinn. Nebst einem Anhang über eine neu zu errichtende”, 1998 [1808b].

*auxiliá-los no controle sobre ela naquele domínio do conhecimento ao qual cada um deve dedicar-se em especial, de modo que se lhe torne natural, observar tudo do ponto de vista da ciência, cada singularidade não para si, mas em suas relações científicas mais próximas e remetê-las a um nexos maior, em relação constante com a unidade e a universalidade do conhecimento, de modo que aprendam a tornar-se conscientes das leis fundamentais da ciência em cada pensamento, e justamente assim trabalhar paulatinamente, inventar e representar a capacidade de pesquisar por eles próprios, é esse o empreendimento da universidade*⁴³. Expressa-se, portanto, uma ligação evidente com a idéia já anteriormente exposta no espírito do idealismo alemão, em que para além de uma produção científica e de achados no interior das variadas esferas do saber, o mais relevante seja de fato desenvolver uma determinada faculdade de pensar, orientada por uma razão científica que se encontra em comunhão com a abordagem filosófica, responsável por acoplar aqueles conhecimentos dispersos lançados sob variadas condições institucionais.

No esteio desse entendimento elabora, ainda, a distinção entre as escolas e as academias, demarcando o espaço a ser ocupado pela universidade, que deveria precisamente congrega tanto a educação no sentido definido acima quanto o exercício da ciência. Se a academia continuaria a constituir o lugar por excelência da atividade de pesquisa, e a escola o recinto no qual ocorreria a transmissão de uma série de conhecimentos básicos, em sua interpretação é unicamente a intersecção dos professores detentores do conhecimento por serem, também, intelectuais (*Gelehrte*) responsáveis por sua elaboração, que poderia verdadeiramente levar adiante o ideal da formação através da ciência⁴⁴. A preocupação, aqui, reside em tornar necessária a passagem de todos aqueles que pretendem tomar o caminho dos estudos superiores por essa gênese essencial, na medida em que observa a trajetória de uma educação reformada como um dado fundamental à renovação do estado.

Está pressuposto, em tal noção, o papel específico de unificador da ciência o qual emanaria do conhecimento filosófico, de modo que tão somente a intermediação dessa faculdade – dita inferior – poderia orientar os saberes produzidos pelas outras de acordo

⁴³ SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst, “Gelegentliche Gedanken über Universitäten in deutschem Sinn. Nebst einem Anhang über eine neu zu errichtende”, 1998 [1808b], p. 35.

⁴⁴ Cf. SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst, “Gelegentliche Gedanken über Universitäten in deutschem Sinn. Nebst einem Anhang über eine neu zu errichtende”, 1998 [1808b], pp. 42-52. Em seguida abordará, a partir da retomada da divisão entre as faculdades superiores e a inferior, as condições de produção dessa faculdade de pensar, explicitando os motivos pelos quais é a faculdade de filosofia, com sua separação das funções estatais às quais estavam submetidas as faculdades de direito, medicina e teologia, o *locus* apropriado para a realização de tal idéia. Cf. *ibid.*, pp. 52-68. Hans-Ulrich Wehler também faz menção à maneira como aquele novo ideal de universidade contribuiu diretamente para a difusão do conceito de aprendizado através do recurso à ciência, visto que parte significativa dos professores do ginásio alemão teve sua preparação nos cursos de pedagogia e filosofia ali ministrados. Cf. WEHLER, Hans-Ulrich, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, 2006 [1987], pp. 482-483.

com o método científico⁴⁵. Esse diagnóstico parte da associação de uma crise na instituição universitária à crítica do arranjo daquele estado que se encontrava em desenvolvimento. Aliado à concepção do ensino pela ciência nasce, assim, o ideário da ascensão meritocrática no interior das funções estatais, visando contrapor-se às prerrogativas natas pertencentes à aristocracia, exigindo que os chamados “altos funcionários” fossem escolhidos de acordo com os títulos, sem relação direta com sua origem familiar privilegiada e diminuindo, portanto, a influência do poder clerical. Nesse esteio, recomenda a existência de bolsas de estudo e outras formas de auxílio financeiro destinadas àqueles provenientes de famílias menos abastadas e que se deparariam com dificuldades de subsistência face à obrigação de mudar de cidade e permanecer determinado tempo sem uma renda do trabalho.

Além disso, ao abordar os ditames da organização interna dessa ‘nova’ instituição, Schleiermacher preocupa-se com a divisão do poder e a estrutura político-administrativa da universidade. Em seus termos, apresentam-se dificuldades em separar as atribuições de uma determinada autonomia: enquanto a ciência precisa, evidentemente, estar livre de possíveis interferências de outra ordem, e o mesmo seja válido para a nomeação de professores e outras atividades internas, ao estado ainda caberia o direito de receber ‘prestações de conta’ referentes aos terrenos e às instalações cedidos para tais fins. Tratava-se, portanto, de uma autonomia relativa que, por certo, tinha a intenção de realçar a distância face às primeiras universidades européias, onde estudantes e professores participavam igualmente das decisões: aqui a comunidade científica, de fato, implicava o domínio dos cientistas.

Finalmente destaca-se, no texto de Wilhelm von Humboldt, a importância concedida ao exercício da ciência, passível de realização apenas nessa instituição que, apesar do estreito relacionamento mantido com o estado, haveria de recusar o controle estatal sobre suas práticas e seus valores, onde predominava a investigação científica livre. Por mais que, simultaneamente, a formação (*Bildung*) do ser humano também fosse uma tarefa das assim chamadas “instituições científicas superiores” – que compreendiam tanto os “estabelecimentos de ensino” (*Lehranstalten*) quanto as academias de ciência – seu foco principal era a ciência, visto que a formação e a socialização primária iniciar-se-iam e levar-se-iam a cabo preponderantemente na escola. Isso dito, Humboldt postula: *“Uma vez que estas instituições só cumprem sua finalidade ao realizarem a idéia pura de ciência, os princípios mais importantes de sua organização se encontram na autonomia e na*

⁴⁵ Tal apreciação é ilustrada ao versar sobre a concessão dos graus acadêmicos, apresentando argumentação similar à de Fichte ao definir como insustentável que haja doutores cuja avaliação de mérito e capacidade não tenha passado pela faculdade de filosofia, tendo em vista que esse grau expressaria o ápice dentre os certificados conferidos aos professores e cientistas. Cf. SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst, “Gelegentliche Gedanken über Universitäten in deutschem Sinn [...]”, 1998 [1808b], pp. 79-85.

liberdade”⁴⁶. Criava-se ali uma situação que seria de intrincada resolução: a dificuldade de estabelecer os limites para essa liberdade e os direitos à interferência por parte do estado.

Para além disso, estava em questão mesmo a forma que haveria de delinear essa prática científica. Se ali, tendo em conta o estado de arte da atividade denominada de *Wissenschaft*, estava-se perante uma etapa preliminar, sem uma diferenciação aprofundada dentre o que se conheceria como as variadas especialidades, manifestava-se a preocupação em moldar um determinado devir da ciência. “*A organização interna das instituições científicas superiores, portanto, deve produzir e preservar uma colaboração contínua entre cientistas de diferentes disciplinas. Trata-se de uma colaboração capaz de estimular a si mesma, uma colaboração livre e que não obedeça a uma finalidade prévia*”⁴⁷. Mais uma vez torna-se explícita a preocupação desses pensadores em provocar a dissociação dos fins instrumentais colocados pelo estado, sem implicar a extinção desses outros cursos, mas sim garantindo e demarcando o espaço necessário ao tirocínio da ciência.

Quando reflete acerca do problema de se a prática científica deveria dar-se em maior medida nas academias de ciência, dedicadas exclusivamente à pesquisa, ou se as universidades levariam inclusive a uma quase que possível abdicação daquelas, aventa a maior completude dessa nova instituição que ora propõe. “*Ademais, o ensino universitário não deve ser visto como uma sobrecarga que inviabilize o ócio, fator necessário para a pesquisa. Pelo contrário, o ensino universitário auxilia a condução da pesquisa. Nas maiores universidades também encontramos cientistas que trabalham isolados porque ou não ensinam ou apenas dão poucas aulas*”⁴⁸. Observa-se o fundamento da concepção em

⁴⁶ HUMBOLDT, Wilhelm von, “Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim”, 2003 [1810], p. 80. Afirma ao início do texto: “[...] *produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral* [geistige und sittliche Bildung]. *Esse conteúdo não pode ser determinado segundo uma intenção que lhe seja externa*”. *Ibid.*, p. 79. É evidente que não se trata de crer que efetivamente todas as universidades a partir de então tenham seguido esse modelo; como tipo-ideal ele constituiu uma referência importante, mesmo nos processos de diferenciação institucional que explicitaram a necessidade da criação de instituições que tivessem como atribuições somente o ensino ou apenas a pesquisa. Para esse assunto, cf. CASPER, Gerhard, “Um mundo sem universidades?”, 2003 [1996]. Dieter Langewiesche chama atenção para o fato de que o texto de Humboldt veio a público apenas em 1903 – o que não impediu sua influência sobre o modelo de universidade, visto que era membro da academia de ciências prussiana naquela época. Cf. LANGEWIESCHE, Dieter, “Wieviel Geisteswissenschaften braucht die Universität?”, 2004, pp. 47 e 48.

⁴⁷ HUMBOLDT, Wilhelm von, “Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim”, 2003 [1810], p. 80. Deste modo, sua tarefa distingue-se do que caberia às escolas, responsáveis por transmitir o conhecimento que é continuamente produzido no interior das instituições científicas, assim como preparar os alunos ao ingresso em uma delas – isso, claro, caso desenvolvam o interesse pela atividade específica assinalada no empreendimento científico. Curiosamente, de certo modo no espírito do processo de matematização que ganhava corpo após o século XVIII, alega: “[...] *para que o aluno seja preparado para a ciência pura* [reine Wissenschaft], *o ensino da Matemática representa o instrumento ideal, desde os primeiros momentos da vida do estudante na escola*”. *Ibid.*, p. 90.

⁴⁸ HUMBOLDT, Wilhelm von, “Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim”, 2003 [1810], p. 92.

aventar o valor da pesquisa para a atividade didática nesse nível, em função, evidentemente, de objetivos gerais que caberiam à educação superior; se a pesquisa constitui elemento fundamental para o ensino, aquela ocorre majoritariamente nas academias.

Helmuth Plessner formulou uma explicação sociológica para esse desenvolvimento. Ele recupera a divisão entre os interesses dos pesquisadores por espaços em que pudessem realizar seu trabalho, de um lado, e a ausência de instituições concretas disponíveis para tal ofício, de outro, o que levou o estado a assumir essa tarefa para si, impulsionado, como visto, pelo imperativo de aparelhar um local de preparação de seus funcionários. Esse contexto deu origem a uma dupla autonomia: dos docentes face ao estado, e dos estudantes face aos seus professores, o que implicou, por exemplo, a possibilidade de matricular-se em diferentes cursos simultaneamente e montar, livremente, sua grade horária. Isso significa que a idéia da *Wissenschaft* na Alemanha abarcava algo além de uma ciência livre: denotava que justamente esse tipo de prática desembocaria na existência de docentes e discentes com uma formação de maior qualidade. “*Foi precisamente a cultura alemã que empunhou esse sentido de formação [Bildungsbedeutung] da ciência, desde que ela encontrou, na refundação das universidades a partir do espírito do neo-humanismo, sua modelagem clássica. Ela faz parte da essência da idéia alemã de universidade como pesquisa e ensino. Como instituição nacional a universidade deve, em sua forma como se desenvolveu desde a fundação de Halle e Berlim, ligar-se a um círculo de obrigações supranacional de uma preparação das forças espirituais em todos os domínios de valor*”⁴⁹. De acordo com Plessner, até mesmo o tipo de diferenciação que se fez presente decorre desse pano de fundo, o que estimulou desdobramentos como a especialização no interior de cada uma das grandes áreas da ciência e, posteriormente, o surgimento de sub-áreas.

Observa-se, portanto, que os diferentes escritos que brevemente recuperei acercam-se das tarefas que deveriam estar reservadas aos diferentes tipos institucionais existentes e em vias de criação, orientadas notadamente pela reflexão acerca da maneira de interação das práticas da ciência e do ensino. Dessa feita é que se fundamentou a idéia da *formação através da ciência*, que atribuía a esta um papel essencial na constituição do sujeito. Assim,

⁴⁹ PLESSNER, Helmuth, “Zur Soziologie der modernen Forschung und ihrer Organisation in der Deutschen Universität [...]”, 2003 [1924], p. 21 – grifo no original. Ele nomeia esse processo no interior da atividade de pesquisa como sendo caracterizado pela passagem de uma comunidade de trabalho (*Werkgemeinschaft*) para uma sociedade de trabalho (*Werkgesellschaft*). Cf. *ibid.*, pp. 19-29.

Quase quatro décadas depois, Plessner expressaria suas reservas quanto ao caminho tomado pelas ciências na sociedade moderna: se as ciências naturais ganhavam em importância, na medida em que balizavam as técnicas de controle estatais, que o deixavam receoso quanto aos mecanismos de dominação que delas advinham, seu pensamento de coloração liberal via a chance contrária para as ciências humanas: “*Nas ciências do espírito [Geisteswissenschaften], nas ciências do humano, reside o potencial crítico da sociedade moderna*”. *Id.*, “Wissenschaft und moderne Gesellschaft”, 2003 [1961], p. 248.

também, pode-se embasar o argumento de que essa renovação institucional excede os desígnios de um único autor, ainda que, em virtude do cargo ocupado, Humboldt tenha sido responsável pela nomenclatura do modelo. A reconstrução que Herbert Schnädelbach faz desse período, no intuito de introduzir sua obra a respeito da história da filosofia alemã nos cem anos posteriores à década de 1830, tem o seguinte entendimento: “*A universidade humboldtiana buscou um compromisso integralmente produtivo: liberdade acadêmica e simultânea responsabilidade pelas exigências do estado e da sociedade; unificação das tarefas de preparação com a assistência livre de valores da ciência*”⁵⁰. Essa concepção, que teve influência da filosofia hegeliana, passará a ser combatida já a partir da década de 1840, decorrente da ascensão da história e, posteriormente, do historicismo.

A passagem do século XIX para o XX, aliada às mudanças na forma de governo e de organização do estado alemão, também provocaram mudanças no caráter assumido pela educação superior. Estas acompanharam o deslocamento aos setores dominantes no interior da hierarquia social. Assim, Norbert Elias afirma: “*Contemporaneamente, determinados movimentos forçam a que a escola e a universidade sejam alinhadas em maior medida às tarefas que aguardam os jovens seres humanos na economia, no comércio e na indústria. Na Alemanha imperial [kaiserlich] ainda se entendia de modo predominante, conforme uma velha tradição, a tarefa primária da universidade como a preparação para o serviço estatal*”⁵¹. Torna-se discernível, portanto, um rearranjo que permeará o debate em meio a essa instituição até os dias de hoje. Como busco corroborar adiante, a razão e a ciência no século XX, no esteio do viés interpretativo que apreende a autonomização das esferas sociais, estarão prontamente inseridas em uma etapa do arranjo institucional que pressupõe a crescente separação desses domínios, provocando uma nova tensão interna à universidade.

⁵⁰ SCHNÄDELBACH, Herbert, *Philosophie in Deutschland 1831-1933*, 1999 [1981], p. 38; a reconstrução encontra-se em *ibid.*, pp. 35-42, e a referência à relevância da história e do historicismo às pp. 49 e segs., em especial nota 96 e *passim*.

⁵¹ ELIAS, Norbert, *Studien über die Deutschen*, 2005 [1989], p. 89.

1.3 Entre a universidade e a sociologia: o *Institut für Sozialforschung*

“Parece a aflição de toda sociologia empírica,
que ela sempre há de escolher entre a confiabilidade
e a profundidade de seus achados. [...] *É-me difícil esquivar-me da suspeita de que a
crescente exatidão dos métodos da sociologia empírica,
por mais irrefutáveis que seus argumentos possam ser,
repetidamente restrinja a produtividade científica.*”

Theodor W. Adorno, *Wissenschaftliche Erfahrungen in Amerika*, 1968

(a) O contexto social

O andar da história por daí em diante teve influência relativamente menor sobre esse desenvolvimento institucional. As divisões territoriais e de poder ocorridas, mesmo após as experiências semi-revolucionárias de 1848 a 1851, levaram o período pós-1815 a ter poucas mudanças fundamentais até a década de 1860 quando, sob coação prussiana, ganharam fôlego os processos de organização e anexação que levariam à formação do segundo império (*Reich*) alemão, em 1871, tendo como figura basilar de exercício do poder Bismarck⁵². As transformações políticas e econômicas posteriores, no esteio da crescente industrialização alemã, tiveram como consequência, ainda, o acirramento das diferenças de classe, fortalecendo a contraposição da burguesia ao proletariado sem, de início, modificar a parcela de poder que cabia à aristocracia.

Também se fez presente, com maior força, a distinção social em termos dos níveis de erudição, com a criação de estratos cultos e instruídos, dotados de certificados que traduziriam determinados requisitos para atingir profissões restritas. Concomitantemente tem-se, ainda, a expressão desse fenômeno na diferenciação institucional no âmbito da escola, criando-se inclusive um certificado específico para o ingresso no ensino superior, o *Abitur*⁵³. A educação básica foi dividida em níveis hierárquicos, deslocando-se a decisão a respeito da possibilidade de uma pessoa ingressar na universidade para a infância, pois via de regra era apenas o *Gymnasium* que proporcionava o acesso a essa trajetória.

Entendendo-se que as revoluções de meados do século XIX, em especial em torno de 1848, puseram diversas dificuldades ao desenvolvimento da intelectualidade nos países europeus, vale o contrário para o período posterior. Observa-se um crescimento quantitativo

⁵² Cf. MANN, Golo, *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], pp. 193-395. Para o que vem a seguir ver *ibid.*, pp. 399-416.

⁵³ Cf. RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], pp. 39-54.

elevado na educação: mais estudantes, maior número de estabelecimentos e diversificação por origem sócio-econômica⁵⁴. Simultaneamente, ocorrem mudanças econômicas que levam à criação de mais e diversas funções e trabalhos intelectuais (pensados em oposição aos manuais), implicando aumento não apenas de professores nos variados níveis de ensino, mas também no próprio governo, em jornais, revistas e editoras. Se esse crescimento pôde ser verificado em toda a Europa, ele certamente teve maior ênfase na França e na Alemanha, com destaque especial para o sistema educativo desse último país.

Partindo do fato de que, a despeito de a constituição de um governo republicano na Alemanha ter se dado somente no século XX, sob a ascensão de Bismarck, proporcionando um passo decisivo rumo à construção de um estado nacional, o historiador Wolfgang Mommsen destaca como no decorrer do século ganhou força a disputa entre a realeza e a aristocracia tradicional com a nova burguesia, visto que “*o mundo acadêmico, em especial as universidades, desempenhava um papel significativo na formação de uma imagem de mundo burguesa de molde liberal [...]*”⁵⁵. Esse aspecto é central no processo de legitimação de um estado parlamentarista levado adiante através da cultura. Como exporei mais à frente, a participação nos espaços responsáveis pelo desenho do estado será vital para oferecer à burguesia as condições de também tomar parte no processo político.

O final do século XIX deparou-se com o recrudescimento de debates germânicos internos orientados por duas questões. De um lado, o fato de ainda tratar-se de um reino, ou seja, mesmo com a liderança desempenhada pela Prússia, diferentes governos se viam sob um guarda-chuva comum; de outro, a derrocada do poder de Bismarck até sua destituição em 1890 e a posse do *Kaiser* Wilhelm II⁵⁶. Paralelamente à mudança de governo, onde se obteve ganhos de força para a atuação parlamentar, a expansão econômica e o crescimento populacional provocaram o acesso menos vertical à educação em geral e ao nível superior, em especial. A disputa interna de poder passou, ainda, a contar com outros elementos de relevância na esfera política, notadamente a ascensão da social-democracia – impulsionada pelo crescimento quantitativo da classe trabalhadora – e a projeção de manifestações anti-

⁵⁴ Para isto e o que vem a seguir cf. CHARLE, Christophe, *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*, 1996, pp. 144-172.

⁵⁵ MOMMSEN, Wolfgang J., “Kultur als Instrument der Legitimierung bürgerlicher Hegemonie”, 2002 [1998], p. 60.

⁵⁶ Cf. MANN, Golo, *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], pp. 481-569 e RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], pp. 55-72 e 91-128. Sobre o anti-semitismo ver MANN, Golo, *ibid.*, pp. 465-471, 701, *pass.* Também Erhard Stölting destaca a presença, em meio ao alongado processo de constituição da sociologia na Alemanha, especificamente no contexto da República de Weimar, que teve o estudo das raças (*Rassenforschung*), com vazão nas correntes teóricas conhecidas por neoidealismo e biologismo, contendo, além do viés da hierarquia de raças, também referências anti-semitas. Cf. STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie [...]*, 1986, pp. 73-88.

semitas. Assim, a ‘versão’ alemã do iluminismo (*Aufklärung*) e o processo de modernização levaram a um acordo tácito de sustentação mútua entre os intelectuais e o governo.

Todas essas mudanças preveniram transformações políticas efetivas, tanto que o governo monarquista se manteve até o início do que seria denominado de Primeira Guerra Mundial, em 1914. Este período também foi marcado por uma mobilização dos intelectuais, que em sua grande maioria interpretaram a guerra como um momento vital e necessário de afirmação da cultura germânica e dos valores nacionais⁵⁷. Como se verá posteriormente esse acontecimento marcou, indelevelmente, a vida – e, conseqüentemente, a teoria social – de todos os integrantes da ‘Escola de Frankfurt’, que em sua juventude conviveram com a mobilização de guerra e, em seguida, com a movimentação revolucionária do período de 1918 e 1919, sob a responsabilidade de figuras como Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht⁵⁸. A principal conseqüência foi, após anos de desenvolvimento rumo a um estado-nação unificado, o recrudescimento dos interesses de cada um dos “*Länder*” componentes da Alemanha, que em alguma medida procuraram retomar as possibilidades de autogoverno.

De acordo com Norbert Elias também se projetou uma mudança no estudantado que passava a ter acesso ao ensino superior. Depois de 1910 estes deixaram de pertencer em sua maior parte à nobreza ou a funcionários públicos do alto escalão para darem espaço à burguesia em ascensão bem como, também, a pessoas de classes sociais mais baixas, como os filhos de trabalhadores. Ainda assim, a hierarquia e o prestígio sociais reconheciam o que se denominava de “boa sociedade” (*gute Gesellschaft*) como sendo composta essencialmente pelos militares, funcionários públicos e acadêmicos⁵⁹. Isso decorre do arranjo de uma sociedade em que a origem nobre detinha preeminência sobre a riqueza conseguida através do trabalho, reservada à burguesia recém-surgida. Face a isso, a consideração avalizada aos acadêmicos tornava os estudos e, notadamente, a obtenção do

⁵⁷ Cf. MOMMSEN, Wolfgang J., “Die kulturellen Eliten im Ersten Weltkrieg”, 2002 [1996]. Vale registrar que a Academia de Ciências da Prússia (*Preußische Akademie der Wissenschaften*) procurou manter, na medida do possível, certa autonomia científica – mas essa só pode ser derivada mediante a ausência de oposição aos esforços de guerra, o que lhe permitiu sustentar as pesquisas em andamento. Cf. MOMMSEN, Wolfgang J., “Wissenschaft und Krieg”, 2002 [2000].

⁵⁸ Cf. MANN, Golo, *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], pp. 615-668 e RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], pp. 173-188. A associação entre a social-democracia e o marxismo teve como um vetor de rejeição por parte de parcela considerável da população alemã a imagem da Rússia no pós-Primeira Guerra Mundial. É assim que, em meio à indefinição no que se refere à forma de organização do estado alemão, o marxismo só voltará a ganhar amplitude para a organização social após 1945, em que permeará diferentes estratos e classes da população. Cf. ELIAS, Norbert, *Studien über die Deutschen*, 2005 [1989], pp. 338-386.

⁵⁹ Cf. ELIAS, Norbert, *Studien über die Deutschen*, 2005 [1989], pp. 61-74 e 86-90. “*Quanto aos acadêmicos, o olhar passava por cima de sua origem. Entendia-se talvez como evidente que somente uma família adequadamente abastada teria condições de enviar seus filhos à universidade*”. *Ibid.*, p. 70.

título de doutor, um caminho que proporcionava uma alternativa, ainda que restrita, a que pessoas de estratos sociais diferenciados pudessem alcançar o reconhecimento social.

Somente após o Tratado de Versalhes e as consequências econômicas e sociais do conflito europeu é que se pôde observar mudanças significativas. Primeiramente, o sistema produtivo teve de reorganizar-se de modo incisivo em função da inflação galopante que se seguiu ao sacrifício produtivo da economia de guerra⁶⁰. Além disso, a fundação de uma república através da Constituição de Weimar criou o espaço político e institucional necessário às reformulações no sistema educacional. Dessa feita, procedeu-se a uma expansão em todos os níveis, com a revisão da estrutura hierárquica da educação básica assim como a criação de três novas universidades (Frankfurt – 1914, Hamburg e Köln – ambas 1919), sendo a de Köln um dos bastiões de fortalecimento do enfoque heterodoxo apresentado pela sociologia, que inicialmente ganhou corpo através de Ferdinand Tönnies e Leopold von Wiese e, posteriormente, teve como integrante também Max Scheler. Se os anos oficiais de inauguração dessas instituições datam do período anterior à república, sua efetivação deu-se apenas durante a década de 1920, que também observou embates entre os intelectuais ‘mandarins’ representantes do movimento de reação ortodoxo e os modernistas.

Retomo brevemente as observações anteriormente esboçadas alusivas ao obstáculo que a religião judaica passou a apresentar à vida na Alemanha, notadamente no que se refere ao exercício de atividades relacionadas à classe burguesa. O crescente sentimento de animosidade que se disseminava, ao mesmo tempo em que dificultava a vida dos praticantes, provocou também um efeito oposto: “*O anti-semitismo produziu outsiders entre os intelectuais judeus e o status de outsider, qualquer que seja a forma como foi adquirido, favorece muitas vezes tanto o radicalismo quanto a criatividade*”⁶¹. Se não constitui objetivo desse trabalho investigar especificamente tal questão, esse entendimento de Ringer concernente à década de 1920, derivado da interpretação de Friedrich Meinecke, cai como

⁶⁰ Para se ter uma idéia, no momento de extinção da antiga moeda, o *Reichsmark*, a taxa de conversão fez com que o valor de 1 trilhão da antiga divisa equivalesse a um novo *Rentenmark*. Cf. MANN, Golo, *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], pp. 682-698 e RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], pp. 72-90 e 214-227.

⁶¹ RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], p. 226 – grifos no original. Esse argumento é avançado e, igualmente, posto em relação com o conteúdo da prática religiosa judaica por Jürgen Habermas (“Der deutsche Idealismus der jüdischen Philosophen”, 1991 [1961]) e Joseph Maier (“Jüdisches Erbe aus deutschem Geist”, 1986). Horkheimer redigiu o posfácio da coletânea que originalmente publicou o texto de Habermas. Cf. HORKHEIMER, Max, “Nachwort” (*HGS* 8), 1985 [1961b]. Os intelectuais, pensadores e escritores de origem judaica, ainda que predominassem nas humanidades, como o demonstram, para citar alguns nomes, Franz Oppenheimer, Georg Simmel, Rosa Luxemburg, Franz Kafka, Karl Mannheim, Georg Lukács, Ludwig Wittgenstein, Edmund Husserl, Theodor Adorno, Sigmund Freud e Hannah Arendt, também têm representantes nas ciências naturais, como Albert Einstein.

uma luva ao propiciar um viés interpretativo que explique a recorrente presença do judaísmo entre diversas correntes críticas naquele contexto.

Recupero a interpretação eliasiana, que concede um elevado grau de importância às associações estudantis (*studentische Korporationen*) na reprodução de um *habitus* que se aproximava de uma sociedade de castas, ao preservar os privilégios da nobreza. Dessa forma, por exemplo, as *Burschenschaften* e os *Corps*, que reuniam parte do estudantado alemão, submetiam seus integrantes a rituais de iniciação, sendo o mais conhecido o duelo (*Mensur*), além de fazerem uso de vestimentas e indumentárias (conhecidas por *Couleur*) para se identificar publicamente como integrantes desses grupos⁶². Elias matiza, assim, a idéia apresentada acima por Mommsen de a cultura servir como legitimação da burguesia. Se isso ocorreu em um primeiro momento, posteriormente diversos dos elementos do *habitus* da nobreza passaram a ser incorporados pelos ‘novos-ricos’, como, por exemplo, a retomada de um tratamento mais formal, que se distinguia da “*informalização*” que se disseminava na sociedade alemã. Dada a orientação nacionalista e direitista desses grupos estudantis, que exibiam traços anti-semitas, avento essa como uma hipótese para o grau mais elevado de intelectualização entre os universitários de origem judaica, visto que uma das poucas maneiras de alcançar algum reconhecimento naquele contexto seria através do doutoramento e do conseqüente ingresso no meio acadêmico. Essa hipótese também embasa a existência dos judeus como *outsiders*, conforme diagnosticado por Ringer.

De acordo com o desenvolvimento exposto acima, pode-se afirmar que aquela concepção de universidade formulada, idealizada e implementada na Alemanha ao início do século XIX teve um papel fundamental, fosse positivo ou negativo, para a organização da educação superior em fronteiras muito além daquelas de seu país e do continente em que se encontrava. Notadamente foi a idéia de *universitas*, ao congregar os diferentes saberes e, na medida do possível, aproximá-los através do pensamento científico (filosófico), a sofrer as maiores investidas e ter, doravante, perdido sua proeminência e menção como alicerce para o desígnio dos estudos em nível superior. A orientação profissional – no sentido empresarial do termo – tomou conta do ensino superior, em parte decorrente de mudanças na organização social, destacando-se a massificação da exigência dos certificados e títulos.

⁶² Cf. ELIAS, Norbert, *Studien über die Deutschen*, 2005 [1989], pp. 91-149 e 169-173. Os dois tipos de associação citados constituem apenas alguns dentre as variações existentes que incluem, também, as de ordem religiosa ou esportiva. É fundamental remeter ao papel central das corporações estudantis como instâncias de socialização, em que eram praticados rituais que se aproximavam de uma hierarquia social com prerrogativas e *status* adquiridos somente através de submissão aos mais antigos e da obediência estrita de um determinado conjunto de regras, sendo este o único caminho para adquirir o reconhecimento de grupo. Ainda que breve, o destaque aqui concedido a esse tema detém seu significado, também, na medida em que esse problema atrairá, nos anos 1950, a atenção de Horkheimer (cf. capítulo quatro *infra*).

Outro fator que poderia, em algum grau, contribuir para tal primazia na passagem para o século XX pode ser inferido a partir da relação com o nacionalismo. Se havia um elevado número de judeus ditos “alemães”, a idéia de uma defesa do patriotismo assumia, para eles, um papel muito menor, em especial em vista da disputa entre as religiões cristãs que permeava esse discurso. Notadamente no pós-Primeira Guerra Mundial, a defesa de valores e de uma cultura intrinsecamente alemães perpassou o pensamento de muitos cientistas sociais, enquanto a intelectualidade judaica se pautava pelo maior distanciamento face a questões desse matiz⁶³. Isso fica patente, por exemplo, nos escritos de Georg Simmel, mas também vale para os húngaros radicados na Alemanha Georg Lukács e Karl Mannheim, marcados mais pelo viés crítico do que pela exposição afirmativa.

A despeito de quais tenham sido as diversas transformações que essa instituição e suas congêneres tiveram durante os dois séculos seguintes, é importante realçar o caráter central que assumiu desde aquele momento e que se intensificou, com o passar do tempo, na organização da sociedade de maneira geral e de sua forma de expressão no estado moderno por excelência. Retornando à interpretação de Charle e Verger: “[...] *na metade do século XX, o ensino superior tornou-se uma instituição central para as sociedades influenciadas direta ou indiretamente pela Europa. Ele se constitui, no momento, no lugar de inovação científica, social e mesmo política, uma vez que nele são preparados os quadros do futuro. [...] De forma mais global, a maioria das grandes transformações das sociedades do século XX é anunciada ou preparada em seu seio*”⁶⁴. É com essa idéia em mente que aprofundar o estudo da história, assim como da prática e dos debates contemporâneos, da instituição universitária em especial e da educação superior de modo geral, permanece como um empreendimento essencial para a teoria social.

(b) A sociologia como ciência

Abordar – ainda que sucintamente – alguns aspectos da institucionalização da sociologia como disciplina científica detém o objetivo de expor o quadro histórico-teórico em que se insere a figura da sociologia na teoria de Horkheimer assim como de seu trabalho nessa especialidade. A seguir, traço os ditames desse processo histórico e institucional, atentando para a Alemanha, no que me beneficia da crescente dedicação ocorrida durante o século XX, em especial na sua segunda metade, a essa temática no interior da pesquisa

⁶³ Cf. BLOMERT, Reinhard, *Intellektuelle im Aufbruch*, 1999, pp. 121-176.

⁶⁴ CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques, *História das universidades*, 1996 [1994], pp. 124 e 125.

sociológica⁶⁵. Para além de reconstruir o desenvolvimento teórico da sociologia, trata-se de observar os personagens e os condicionantes responsáveis pela fixação institucional dessa nova matéria. Se o foco é circunscrito dado o assunto desta tese, ainda assim constitui uma linha-guia importante para compreender a inserção da teoria crítica.

Seguindo a interpretação de Wolf Lepenies, a sociologia como disciplina ganhou forma inicialmente na França do século XIX, nos moldes do positivismo de Auguste Comte. Ali foram travadas algumas batalhas em torno de sua institucionalização, das quais destaco duas⁶⁶. Primeiramente, a tentativa de mobilizá-la como cerne da intelectualidade face ao predomínio mantido pela literatura, símbolo da *république de lettres* francesa. Num segundo momento, com a ascensão da sociologia que tinha em Émile Durkheim seu representante-mor, ganhou força também a influência da cultura alemã sobre a civilização francesa, visto que após visitas à Alemanha ele decidiu tanto pela reforma do sistema de ensino francês quanto por dar andamento a outra guinada na disposição da ciência.

Diferentemente do desenvolvimento continental, na Inglaterra o leitor se defronta com outro viés. Se John Stuart Mill foi uma referência importante para a sistematização do conhecimento lógico, bem como em vista da sua contribuição à ciência econômica, posteriormente a marca da academia inglesa foi, durante muito tempo, a mescla entre a literatura e as ciências sociais *lato sensu* – antropologia, economia, lógica e sociologia – essa última sempre distante de ser concebida como disciplina autônoma⁶⁷. Mesmo a

⁶⁵ Cf. LEPENIES, Wolf, “Einleitung [...]”, 1981a, MERTON, Robert K., “Zur Geschichte und Systematik der soziologischen Theorie”, 1981 [1967] e PRAHL, Hans-Werner, “Der Streit um die Vaterschaft”, 1986. Para além da evidência do enfoque sobre a Alemanha, o que foi dito a respeito da influência exercida pela educação superior é apropriado, também, no que se refere ao processo formativo da sociologia. Vale enfatizar o fato de que esse processo antecede a emigração forçada que se deu após a tomada de poder pelos nazistas. Uma referência importante nesse quesito pode ser encontrada na biografia dos estadunidenses W. I. Thomas e Robert E. Park, figuras centrais da Escola de Chicago, pioneira da pesquisa social nos EUA, ambos tendo frequentado universidades alemãs em parte de seus estudos. Cf. BAKER, Paul J., “Die Lebensgeschichten von W. I. Thomas und Robert E. Park”, 1981 [1973]. Um retrato do segundo período de projeção da sociologia alemã, apontando também a importância de instituições como a *Rockefeller Foundation* e a *Ford Foundation* para o fomento do intercâmbio científico, está nas notas biográficas de Rudolf Heberle (“Soziologische Lehr- und Wanderjahre”, 1981 [1976]) e Paul Lazarsfeld (“Mit Merton arbeiten”, 1981 [1975]). O outro lado da moeda encontra-se em texto de Theodor Adorno (“Wissenschaftliche Erfahrungen [...]”, 1981 [1968]). Como o espaço e o enfoque não permitem a discussão, com maiores detalhes, da institucionalização da sociologia na França (que se deparou com conflitos disciplinares envolvendo a história e a psicologia) ou na Inglaterra (em que as teorias raciais eugênicas, a sociologia da cidade e a estatística dominaram grande parte das primeiras pesquisas sociológicas), remeto respectivamente aos artigos de William R. Keylor (“Die soziologische Bewegung, die Sociological Society und die Entstehung der akademischen Soziologie in Großbritannien”, 1981 [1975]) e R. J. Halliday (“Die Herausforderung der Wissenschaft von der Gesellschaft”, 1981 [1968]) que se dirigem a essas questões.

⁶⁶ Cf. LEPENIES, Wolf, *Between Literature and Science: the Rise of Sociology*, 1992 [1985], pp. 17-90.

⁶⁷ Cf. LEPENIES, Wolf, *Between Literature and Science [...]*, 1992 [1985], pp. 91-195. É interessante o fato de, ao se referir à presença de um importante periódico britânico ao início do século XX responsável por congregar contribuições de diferentes matizes disciplinares, afirmar que “[...] o rigor inexorável das teorias críticas desses críticos literários foi igualada apenas por aquele com o qual os membros da Escola

presença de intelectuais como Beatrice Webb e Sidney Webb, responsáveis pela criação da *London School of Economics*, em vez de atenuar talvez tenha reforçado tal tendência, dado que a referência ao exercício literário continuou em voga durante todo esse período, atravessando os séculos XIX e XX. Isso leva Lepenies a dar peso à existência de um *pensamento sociológico*, diluído entre as diferentes formas de prática teórica à época.

No que se refere à Alemanha, a esfera da escrita defrontou-se, em um primeiro momento, com um conflito entre a literatura e a poesia. Assim, a influência de intelectuais como Thomas Mann teve apelos diferentes no cenário intelectual alemão. A querela entre a estética e a ciência agudizou-se com a ascensão do círculo de Stefan George e, sob a influência de pensadores como Wilhelm Dilthey, o que ficou conhecido por sociologia alemã manteve-se em meio a disputas disciplinares, provocando o comentário de Lepenies: “*Os sociólogos alemães – em sua maioria filósofos ou economistas políticos que, em todo caso, rejeitavam esse rótulo – eram eles mesmos assumidamente críticos da nova disciplina [...]*”⁶⁸. Isso vale para alguns dos principais nomes, como Georg Simmel e Max Weber, que transitavam, respectivamente, nos domínios da filosofia/psicologia e da economia/história.

Assim, é apenas na década de 1920 que ganharão força a sociologia e alguns de seus ramos, como a sociologia da cultura e do conhecimento, entre outros com a projeção de um grande nome que aceitava a denominação de sociólogo, a saber, Karl Mannheim, dado que mesmo Max Scheler aproximava-se mais da filosofia⁶⁹. Ambos foram referências para uma espécie de guinada teórica que também influenciou Horkheimer, devendo-se registrar o papel desempenhado por esses pensadores em um contexto de efervescência da intelectualidade alemã. Este se fez presente de maneira generalizada ao marcar uma geração de orientação teórica diversificada, congregando também os filósofos Karl Jaspers e Martin Heidegger, escritores como Thomas Mann e o historiador Oswald Spengler.

Dados os limites das perspectivas aqui apresentadas decorrentes do foco de cada um dos trabalhos, seja em virtude de uma concentrar-se preponderantemente sobre a relação e o conflito existentes entre a literatura e a ciência, e o alcance desse problema para o

de Frankfurt atacaram a cultura de massa e a indústria cultural. Aqui fica aparente uma forma curiosa de mimetismo: é como se o criticismo literário, uma nostálgica disciplina intelectual olhando saudosamente os tempos pré-industriais, quisesse imitar a disciplina-chave da era industrial: a sociologia”. Ibid., p. 188. Para outra indicação acerca das aproximações e diferenças do pensamento sociológico alemão, francês e anglo-saxão no esteio do desenvolvimento industrial, cf. PLESSNER, Helmuth, “Der Weg der Soziologie in Deutschland”, 2003 [1960].

⁶⁸ Ele afirma, ainda: “*A sociologia alemã foi criada por homens que não eram sociólogos no sentido estrito do termo, mas é como sociólogos que Max Weber, Georg Simmel e Ferdinand Tönnies sempre serão lembrados*”. LEPENIES, Wolf, *Between Literature and Science [...]*, 1992 [1985], p. 279 e p. 338, respectivamente. Para o contexto alemão mais amplo, cf. *ibid.*, pp. 197-333.

⁶⁹ Cf. RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], pp. 384-397 e MANN, Golo, *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958], pp. 719-737.

nascimento da sociologia; seja por a outra visar à reconstrução e crítica de um determinado tipo intelectual, é substancial aprofundar o debate em torno do nascimento da sociologia alemã e, notadamente, de sua institucionalização ao início do século XX, a partir da retomada de outras contribuições. Isso se faz necessário, em especial, em virtude de o papel de teóricos como Herbert Spencer, Karl Marx e Ferdinand Tönnies ter ficado em segundo plano nessas explanações – e a investigação de sua influência torna-se mais relevante visto que os autores concordam na recorrente associação feita entre a recém-nascida sociologia e doutrinas como o socialismo e a social-democracia ou correntes como o marxismo.

A interpretação de Erhard Stölting em seu estudo acerca da sociologia acadêmica na República de Weimar traz dados mais detalhados do processo de institucionalização dessa disciplina. Também ele corrobora a consagrada apreciação de que Simmel e Weber, apesar de excederem fronteiras disciplinares, desempenharam papel fundamental para firmar a sociologia alemã⁷⁰. A criação da Sociedade Alemã de Sociologia (*Deutsche Gesellschaft für Soziologie* – doravante *DGS*), em 1909, teve sua participação como vetor de legitimação, em meio a um debate sobre o sentido atribuído à sociologia, marcado pelo esforço de estabelecer um conceito unificado de sociedade, levando à constituição de uma ciência autônoma (*Einzelwissenschaft*). Tendo em vista a orientação tomada pela *DGS* ambos logo deixaram de integrá-la; contudo, vale observar que, curiosamente, a fundação da *DGS* antecedeu a criação da primeira cátedra dedicada exclusivamente à sociologia, pertencente a Franz Oppenheimer, em Frankfurt, que ocorreu em 1919⁷¹. E mesmo nos anos seguintes permaneceu em vigência o costume de ter sociólogos lecionando em outras áreas ou, então, que as cadeiras combinassem a sociologia com alguma área afim das ciências sociais.

Se ao início da década de 1930 havia raros institutos de sociologia propriamente ditos, Stölting identifica sete centros como concentradores da prática científica nessa área⁷². São eles: Heidelberg, Berlin, Frankfurt, Köln, Münster, Leipzig e Hamburg. Os dois

⁷⁰ Cf. STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, pp. 43-63.

⁷¹ Cf. GLATZER, Wolfgang “Die deutschen Soziologen [...]”, 1989, pp. 37 e 38.

⁷² Para este e os próximos três parágrafos cf. STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, pp. 106-144. Dada a função de segundo plano nesse processo deixarei de lado, aqui, as universidades de Münster e Hamburg. Stölting também faz referência à participação dos periódicos no processo de institucionalização, em que teve preponderância a hoje denominada *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, associada ao instituto dirigido por Leopold von Wiese. Criada como *Kölner Vierteljahreshefte für Sozialwissenschaften* (Cadernos Quadrimestrais de Köln para as Ciências Sociais), e editada como *Kölner Zeitschrift für Soziologie* de 1948 a 1954, foi uma das revistas científicas pioneiras dedicada à publicação de artigos de sociologia na década de 1920, face à multiplicidade de revistas sobre economia política e filosofia, que apenas ocasionalmente possibilitavam o debate sociológico. Nesse sentido, a revista do *IfS* (a *Zeitschrift für Sozialforschung*), do qual emanou a teoria crítica da sociedade em Frankfurt definiu-se, também, como projeto de uma teoria social interdisciplinar, contra a reprodução de uma sociologia autônoma. Cf. *ibid.*, pp. 145-194. Para mais informações acerca do projeto sociológico de Leopold von Wiese ver *ibid.*, pp. 280-315.

primeiros detinham características similares: nenhum teve, naquele momento, uma cátedra de sociologia, estando sua disseminação a cargo de determinados intelectuais, como os irmãos Max e Alfred Weber, em Heidelberg, ponto de referência na formulação desse pensamento⁷³. Em Berlim, onde a filosofia se manteve como o cerne do pensamento teórico nas humanidades, o destaque recai sobre Werner Sombart e Alfred Vierkandt⁷⁴, sendo o último responsável pela organização e publicação, em 1931, do *Dicionário de Sociologia*, um marco na institucionalização da disciplina.

Como expressivo centro de pesquisas na área da história, Leipzig teve sua atividade no sentido estrito da sociologia quase que inteiramente concentrada sobre Hans Freyer, que após um período de estudos filosóficos em Kiel, na companhia de Tönnies, assumiu a cátedra de sociologia de Leipzig em 1925. Sua proposta da sociologia como uma “ciência da realidade” (*Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft*), em que se pretendia ter essa disciplina como síntese eminentemente teórica de conhecimentos empíricos derivados de outras perspectivas científicas, obteve alguma ressonância à época, mas em virtude de sua proximidade com as atividades universitárias durante o governo nazista lhe foi impossível estabelecer-se no cenário acadêmico do período pós-guerra.

A universidade de Köln foi inicialmente criada como uma escola superior de comércio (*Handelshochschule*), com amplo subsídio de verbas privadas, sendo obrigada a incorporar a preparação profissional à atividade universitária. A prática sociológica tem a marca predominante de dois pensadores: Scheler e Leopold von Wiese. Scheler se manteve distante dos problemas de institucionalização da disciplina, realizando trabalhos mais próximos da filosofia na cadeira de “Ética”, parte da formação teológica católica que

⁷³ Para detalhes, veja-se o estudo de Reinhard Blomert (*Intellektuelle im Aufbruch*, 1999) sobre o “Instituto para ciências sociais e do estado” (*Institut für Sozial- und Staatswissenschaften*), fundado em Heidelberg em 1924. O trabalho intelectual realizado em seu interior, que teve como mentores os irmãos Weber, foi central para a projeção de certos sociólogos na paisagem acadêmica alemã. A influência de Max Weber, se ocorreu de modo indireto dado seu falecimento em 1920, foi abrangente para esse órgão, pois como Blomert destaca, o círculo formado em torno de Weber procurava debater questões sociais sob um prisma científico com relativa liberdade, sem que houvesse a intenção de orientar-se por um viés analítico particular. A partir de suas raízes fundadas em estudos históricos e na economia política, destaca-se a preocupação, de ordem notadamente acadêmica, que procurava contrapor-se, por exemplo, ao emprego da universidade para conceder espaço a cursos equivalentes ao comércio e à administração, cujo caráter prático devia deixá-los reservados a outras instituições. Cf. *ibid.*, pp. 7-31 e pp. 49-70.

A efemeridade dessa influência deve-se à guinada política de seu novo diretor, Carl Brinkmann, rumo à comunhão com o governo nacional-socialista após A. Weber tornar-se professor emérito e deixar a direção do instituto. O apoio da Fundação Rockefeller fora revisado desde 1933, sendo definitivamente interrompido cinco anos depois. É importante frisar, ainda, a grande proximidade de integrantes dessa instituição junto aos políticos partidários, fossem eles do partido nacional-socialista (*NSDAP*) ou ligados à esquerda e ao centro da política alemã. Cf., respectivamente, *ibid.*, pp. 104-120 e pp. 280-328.

⁷⁴ Para uma sucinta explanação da teoria de Vierkandt, com especial atenção ao fato de que, diferentemente da maioria da sociologia alemã em gestação, proveniente da economia política e da filosofia, mantinha estreito diálogo com a antropologia (etnologia), ver STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, pp. 316-342.

compunha o espectro do ensino. Pode-se dizer o oposto de Wiese, que ocupou a cátedra de “Ciências econômicas do estado e sociologia” (*Wirtschaftliche Staatswissenschaften und Soziologie*) e foi co-diretor e principal responsável pelo Instituto de Pesquisa de Ciências Sociais (*Forschungsinstitut für Sozialwissenschaften*), fundado em 1918. Anterior à universidade, face à qual se manteve independente, pioneiro na Alemanha em sua dedicação exclusiva às ciências sociais e à sociologia⁷⁵, e que até hoje mantém relevância no horizonte da sociologia acadêmica alemã, teve peso considerável nos esforços de demarcação da especialidade, com a proximidade da DGS outro fator contribuinte à centralidade de Wiese.

Nesse sentido, Frankfurt (Main) e a sua recém-criada universidade, com origem similar à de Köln, ocuparam um posto vital nesse desenvolvimento. Se o pensamento de Franz Oppenheimer teve importância naquela época, permanece à margem da história dessa especialidade; o mesmo não vale para seu substituto, que assumiu a cátedra em 1930, o húngaro Karl Mannheim. Seus trabalhos tanto na Alemanha quanto na Grã-Bretanha, para onde teve de emigrar após a tomada de poder pelo nazismo, repercutiram em especial com referência à criação da sociologia do conhecimento⁷⁶. Relevância cabe ainda ao teólogo Paul Tillich, distante de se reconhecer sociólogo e ocupante de uma cátedra denominada “Filosofia e sociologia, abarcando a pedagogia social”, tendo inclusive orientado Theodor Adorno; destaca-se, por fim, o *Institut für Sozialforschung*, objeto do próximo subitem.

Se a presença de Ferdinand Tönnies em Kiel foi insuficiente para alçar a cidade a centro do pensamento social alemão, ele teve papel crucial na difusão da sociologia como ciência – ainda que seja menos frequentemente citado no cânone de origem dessa disciplina. Além de ter tomado parte na fundação da DGS, foram igualmente seus escritos teóricos que expressaram o esforço de elaborar uma abordagem rigorosa, sobretudo em *Comunidade e sociedade*⁷⁷. Destaca-se a preocupação conceitual, em especial o fato de ele, sem denominá-lo, ter traçado a base para a abordagem teórica que viria a ser consagrada por Weber no

⁷⁵ Cf. VON ALEMANN, Heine, “Leopold von Wiese und das Forschungsinstitut für Sozialwissenschaften in Köln 1919 bis 1934”, 1981 [1976], pp. 351-354. Para uma comparação com o Instituto de Pesquisa Social (*IfS*) de Frankfurt cf. *ibid.*, pp. 368-372.

⁷⁶ A interpretação de que teria havido, como é sinalizado no título da coletânea aqui citada, “*pelo menos duas ciências sociais*” no âmbito da sociologia junto à Universidade de Frankfurt, com uma mais próxima de pensar as formas de estabelecer um tipo de ordem que pudesse beneficiar os seres humanos (*Ordnungstheorie*), e outra focada sobre a aspiração à libertação (*Befreiungstheorie*), divisão originada na década de 1930 e reconstituída no período posterior à queda do regime nacional-socialista, é apresentada em especial por Heinz Steinert (“Die fünfte Fakultät: Strömungen in der Geschichte der Sozialwissenschaften an der Universität Frankfurt”, 1989). Quanto ao posterior relativo desaparecimento de Oppenheimer da literatura sociológica alemã, cf. HASELBACH, Dieter, “Franz Oppenheimer”, 1989.

⁷⁷ Cf. TÖNNIES, Ferdinand, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, 1991 [1887] e STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, pp. 249-279.

“tipo ideal”. Em paralelo, é manifesta a influência de Marx em sua obra, particularmente através da adoção do conceito de capital e de sociedade derivados de sua crítica.

Para se ter uma idéia da relevância do assunto, Stölting faz uma referência explícita a essa questão. “*Nesse contexto também os marxistas tinham o seu lugar, ainda que aqui pareçam ser tratados de maneira madrastra. Mas isso apenas é um reflexo do tratamento de madrastra que a sociologia acadêmica dirigia ao marxismo. As discussões marxistas mais importantes aconteciam, sem exceção, fora da sociologia acadêmica*”⁷⁸. A história e as proposições da teoria crítica da sociedade serão, como se poderá ver abaixo, um demonstrativo central desse processo singular de disseminação do marxismo no pensamento teórico, que apenas se modificará substancialmente na segunda metade do século XX.

Por fim, antes de passar especificamente ao instituto onde Horkheimer desenvolveu os seus trabalhos, e para além da alusão feita acima, cabe mencionar sucintamente a influência que a sociologia do velho mundo teve sobre o pensamento nos EUA, que se intensificou com o deslocamento dos emigrantes intelectuais europeus e, acima de tudo, alemães. Os intérpretes distinguem, nesse esteio, dois períodos, sendo o primeiro as quatro décadas anteriores a 1933, em que a sociologia foi institucionalizada nos EUA, com destaque para a criação do primeiro departamento na Universidade de Chicago, em 1892, fundado por Albion Small⁷⁹. Assim como outros integrantes do que viria a ser conhecido por Escola de Chicago, Small estudara com Simmel na Alemanha, tendo sido influenciado tanto em termos teóricos quanto na temática de seus enfoques. Ainda que os autores do estudo destaquem que nem sempre a interpretação de Simmel foi corretamente compreendida, a presença de temas como a *cidade*, o *estrangeiro* e questões envolvendo a *integração* e a *interação sociais*, devem muito à teoria simmeliana. Similarmente, Robert E. Park e Talcott Parsons, dois dos grandes nomes da ‘sociologia americana’, tiveram como

⁷⁸ STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, p. 39.

⁷⁹ Três anos mais tarde Small seria, também, o responsável por fundar o prestigiado *American Journal of Sociology*. Cf. LEVINE, Donald N., CARTER, Ellwood B. e GORMAN, Eleanor Miller, “Simmels Einfluß auf die amerikanische Soziologie”, 1981 [1975/76], especialmente p. 36, e CAHNMAN, Werner J., “Tönnies in Amerika”, 1981 [1977].

Note-se o descompasso identificado por Helmut Wagner (cf. “Der Einfluß der deutschen Phänomenologie auf die amerikanische Soziologie”, 1981 [1976], pp. 204-207) no nível de importância assumido por Simmel e Weber. Enquanto Simmel, através da influência de Small, teve presença efetiva ao compor o Conselho do *American Journal of Sociology* e contribuir com diversos artigos até 1910, a obra de Weber passou virtualmente despercebida pela instituição da sociologia nos EUA até a década de 1940 ao, no esteio da publicação do célebre livro de Parsons *The Structure of Social Action* (1937), ganhar notoriedade como fonte teórica. Eis outro exemplo das reviravoltas que marcam a sociologia naquele país: se Chicago passou as três décadas iniciais do século XX como um centro teórico dessa recém-criada disciplina, pensadores notáveis como John Dewey e George Herbert Mead, ainda que lecionassem na referida universidade no período mencionado, só constituiriam objeto de estudo concomitantemente à percepção weberiana. O texto de Lewis A. Coser (“Merton und die europäische Tradition der Soziologie”, 1981 [1975]) traça a variante pela qual também Robert K. Merton teria partilhado essa ascendência.

arquétipos para seus estudos tanto Simmel quanto Tönnies. Dessa forma, ainda que a convergência entre a demografia e a estatística nos estudos sociológicos constitua uma marca inicial dessa disciplina nos EUA, esteve presente a perspectiva alemã de pensamento.

Um centro irradiador dos pensamentos e ensinamentos dos expatriados foi a *New School of Social Research*, criada por Alvin Johnson sob a nomenclatura inicial de “*University in Exile*”. Ela constituiu um local de refúgio material e intelectual para uma parcela considerável de intelectuais emigrados, e desempenhou papel relevante na difusão das correntes filosóficas e sociológicas européias, com destaque para o desenvolvimento de uma *sociologia fenomenológica*⁸⁰. Ainda que tenha sido fundada já em 1933, ganhou notoriedade aos poucos, e o principal representante em termos de reconhecimento nos EUA foi Alfred Schütz, que emigrou somente em 1939. Sua teoria, assinalada pela proximidade com a fenomenologia de Husserl, encontrou resistência de início por apoiar-se sobre bases desconhecidas ao público acadêmico estadunidense, mas no longo prazo, ainda que sob alcance limitado, acabou influenciando o surgimento da etnometodologia.

A participação de sociólogos europeus (notadamente alemães) que migraram para os EUA, em maior número de 1933 a 1945, apesar de amplamente reconhecida, é dotada de uma matriz singular. Isso pois, se influenciaram – tanto direta quanto indiretamente – a modelagem da pesquisa social praticada nesse país, seja através da transmissão de alguns dos ‘clássicos’, seja pela presença e atuação direta no ensino e nas atividades científicas, deixaram de tomar parte ativamente na formulação da teoria sociológica propriamente dita que legou as bases da sociologia posterior. “*Sem dúvida pode-se afirmar que – apesar de muitas contribuições individuais interessantes – dentre os líderes teóricos da sociologia nos Estados Unidos não se encontra nenhum emigrante alemão*”⁸¹. Se esse diagnóstico pode, à primeira vista, soar contraditório, dada a forte influência da teoria e da filosofia sobre a teoria social européia, é passível de explicação parcial em virtude de uma cisão existente entre o tipo de proposição elaborada em cada uma dessas tradições.

⁸⁰ Cf. SPRONDEL, Walter M., “Erzwungene Diffusion. Die ‘University in Exile’ und Aspekte ihrer Wirkung”, 1981 e WAGNER, Helmut R., “Der Einfluß der deutschen Phänomenologie auf die amerikanische Soziologie”, 1981 [1976], especialmente pp. 208-227.

⁸¹ RIEMER, Svend, “Die Emigration der deutschen Soziologen nach den Vereinigten Staaten”, 1981 [1959], p. 169. Um panorama do processo de migração e de suas conseqüências, com especial atenção à periodização adotada, está em KÖNIG, René, (“Die Situation der emigrierten deutschen Soziologen in Europa”, 1981); inclusive retrata o cenário de *fim da sociologia* na Alemanha posterior à onda migratória, visto que após a Segunda Guerra Mundial praticamente todos os intelectuais que haviam permanecido na Alemanha deixaram de ocupar postos relevantes na profissão acadêmica, enquanto quem retornou do estrangeiro conseguiu, em larga escala, retomar as atividades de docência e pesquisa. O diagnóstico de David Earl Sutherland (“Wer rezipiert heute die europäische Soziologie? [...]”, 1981 [1978]) sugere matizar tal viés interpretativo, pois considera que somente o contato entre docentes e discentes seja insuficiente para comprovar a relação, e afirma que houvera um grau relativamente elevado de independência teórica, levando a uma influência menos hierárquica do que fora afirmado.

Malgrado os diversos problemas enfrentados no que se refere à organização universitária na Alemanha, é inegável que a expansão do sistema tenha em algum grau proporcionado uma maior democratização tanto do acesso quanto, em especial, da participação desses cientistas (e intelectuais) na vida pública. Eles assumem, notadamente, o papel de fomentar o desenvolvimento daquela sociedade, com atenção redobrada no que se refere à formação dos indivíduos. “*O ideal profissional dos docentes encontra-se transformado. Eles não mais devem ser simples reprodutores de um saber cristalizado, mas criadores e pesquisadores que abram, à sua maneira, novos domínios ao conhecimento*”⁸². É com essa contribuição que o avanço da especialização científica, através da criação de variadas disciplinas atualmente consagradas, teve um impulso adicional na virada para o século XX. E é este, outra vez, um elemento norteador para as atividades da teoria crítica.

(c) Um *locus* de institucionalização do pensamento teórico de Karl Marx

O antes mencionado Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*, doravante *IfS*), localizado na cidade alemã de Frankfurt am Main, teve um processo de fundação bastante peculiar. Um dado período da história das ciências sociais na Alemanha pode, em alguma medida, ser reconstruído tendo como um dos principais referenciais essa corrente, que desempenhou papel importante para levar o marxismo como pensamento à academia alemã, haja vista que até então somente era possível observar influências teóricas implícitas. Por haver diversas obras que cobrem, com detalhes, suas condições de fundação, limitar-me-ei a cotejá-las para recuperar as questões-chave, de modo a situar o leitor no contexto em que se insere o início do trabalho de Horkheimer. Como enfatizado no discurso de inauguração do edifício que abrigaria o *IfS*, realizado em 22 de junho de 1924 por seu diretor, Carl Grünberg, a estrutura acadêmica alemã praticamente ignorava o marxismo, fosse nas universidades ou em institutos dedicados somente à pesquisa. A prática teórica que ele visava iria, assim, contrapor-se a essa tendência⁸³. É nítida, em sua fala, a convergência entre a concepção de marxismo que detinha e aquela que posteriormente

⁸² CHARLE, Christophe, *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*, 1996, p. 207. Cf. *ibid.*, pp. 207-220. Também ressalta o fato de a urbanização européia ter sido central para tal orientação, pois a organização e o crescimento das cidades facilitaram a criação e a ascensão de instituições de ensino e pesquisa.

⁸³ Cf. WIGGERSHAUS, Rolf, *Die Frankfurter Schule*, pp. 33-49 e KLUKE, Paul, “Das Institut für Sozialforschung”, 1981 [1972], pp. 405-408. Stölting e Jay afirmam ter sido Grünberg, que deixou sua cadeira de “Direito e economia política” na Universidade de Viena (Áustria) para assumir a direção do *IfS*, o primeiro marxista assumido a ocupar uma cátedra no reino da Alemanha. Cf. STÖLTING, Erhard, *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*, 1986, p. 123 e JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1991 [1973], p. 28. Para uma descrição das adversidades e obstáculos aos intelectuais que manifestassem apreço pela social-democracia na Alemanha na virada do século XIX para o XX, cf. RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], em especial pp. 189-214.

marcaria os trabalhos desse grupo de intelectuais, distanciando-se da prática político-partidária em favor da crítica teórica representada pelo materialismo histórico-dialético.

Coincidência ou não, associar-se à relativamente nova Universidade de Frankfurt constituiu, sem dúvida, um elemento crucial para que fosse reservado ao *IfS* o espaço para realizar suas pesquisas com alguma liberdade. Isso decorre da constelação de interesses peculiar que antecedeu sua criação e acabou por traduzir-se jurídica e institucionalmente no formato através do qual foi estabelecido. Baseando-me sobre a história institucional redigida por Paul Kluge, a situação particular de Frankfurt advém do século XVIII, quando convergiram o interesse e a fortuna pessoais do tradicional médico milionário Johann Christian Senckenberg – que ainda vivo criou um hospital e doou sua herança para subsidiar o fomento tanto de práticas médicas quanto a organização de laboratórios e outros institutos que dedicar-se-iam a pesquisas nas ciências naturais, notadamente na biologia⁸⁴ – com a iniciativa do homem de negócios Wilhelm Merton, que, de modo similar a Senckenberg, em 1891 criou o *Institut für Gemeinwohl (Instituto para o bem-estar geral)*, na tentativa de fortalecer a pesquisa nas ciências sociais. Essas duas contribuições foram fundamentais para que, em 30 de maio de 1901, pudesse ser fundada a *Akademie für Handels- und Sozialwissenschaften (Academia de ciências sociais e do comércio)*.

A fundação da academia encontrou respaldo num contexto político característico, enraizado em 1866, quando Frankfurt, uma cidade livre, algo comum nos condados do atual território da Alemanha, foi incorporada à Prússia, que se tornou o ente diretor da província de Hessen/Nassau. Naquele momento, o poder na região pertencia à Prússia, que existiu de direito até 1918, quando, no esteio da derrota na Primeira Guerra Mundial, dissolveu-se o Reino Imperial Alemão (*Deutsches Reich*), dando lugar ao governo democrático conhecido por República de Weimar. A perda da independência política oriunda desse episódio fez com que a burguesia da cidade procurasse modos de se contrapor à interferência estatal, e a escola superior era vista como chance de expressar esse movimento. Assim, não bastasse a excepcionalidade de haver um mecenato de grande poder aquisitivo a impulsionar, financeiramente, o avanço da ciência, o histórico de autonomia cidadina foi um dado central para que se procedesse à organização da ciência através de fundações (*Stiftungen*), que, em virtude de seu caráter jurídico privado, usufruíam um grau de autonomia bastante superior àquele encontrado nas universidades germânicas. Saliento ainda como se fez presente, desde o início, o viés de enxergar uma forte afinidade entre a atividade científica e o planejamento da vida prática.

⁸⁴ Para os dados e a exposição deste e do próximo parágrafo, cf. KLUKE, Paul, *Die Stiftungsuniversität Frankfurt am Main 1914-1932*, 1972, pp. 23-45.

Em meio ao papel representado pela comunidade judaica na cidade frankfurtiana, compunha as aspirações da nova instituição universitária rebater a tendência de fechamento do meio acadêmico aos pesquisadores judeus. O problema se agravava com a incorporação ao estado prussiano, fazendo com que aflorasse o debate entre, por assim dizer, o tipo de autonomia que caberia a essa sorte de estabelecimento: confrontavam-se as posições de uma autonomia científica possível apenas sob tutela estatal, que garantiria os recursos e, em virtude de sua pretensa neutralidade política, zelaria pela justeza das contratações de professores, aos que tomavam a independência da universidade face ao estado por condição *sine qua non* ao exercício da ciência. A confluência dessa dicotomia contribuiu para o caráter único, em termos de organização jurídico-burocrática, dessa universidade, que foi criada com dois órgãos dirigentes, ambos sob a presidência do prefeito, visando representar a independência perdida: o *Großer Rat* (Grande Conselho), responsável por decisões relativas ao fundamento material, bem como a elaboração e aprovação do orçamento; ao *Kuratorium* (Curatório) cabia a resolução de problemas diários da administração universitária e, igualmente, ali estavam representados os doadores e mecenas, pois era esse tipo de liberdade de organização que subjazia à independência almejada pela burguesia econômica⁸⁵. Após um demorado e intrincado processo de negociação, que teve na figura do prefeito Franz Adickes seu principal articulador, ao harmonizar as exigências e regras tanto do lado dos fundadores e mecenas quanto do governo da Prússia, em 22 de abril de 1912 finalmente chegou-se a um consenso, com a aprovação da proposta pela plenária dos deputados da cidade, o que possibilitava sua submissão ao *Kaiser* localizado em Berlim.

Passada essa etapa, pôde-se agora concentrar os esforços em elaborar, em acordo com as delimitações jurídicas postas, o *Stiftungsvertrag*, por assim dizer o “contrato de doação” que regularia o funcionamento e a forma institucional únicas resultantes das forças variadas que a propulsaram. Assinado em 28 de setembro de 1912, finalmente foi possível contar com o aval do governo central, que dependia apenas de decisões práticas referentes ao início das atividades e culminou com sua fundação oficial na data de 10 de junho de

⁸⁵ Para o histórico e a exposição deste parágrafo, ver KLUKE, Paul, *Die Stiftungsuniversität Frankfurt am Main 1914-1932*, 1972, pp. 46-109 e 138-150.

A situação financeira favorável da cidade na virada do século XIX para o XX pôs de vento em popa os projetos do prefeito, Franz Adickes, de instituir a universidade – que dependeria de autorização do governo central prussiano em Berlim. Nesse sentido ela constitui, sob diversos aspectos, um marco da história acadêmica alemã, por ser a primeira criada sob o modelo fundacional, ou seja, submetida ao poder estatal, mas com elevada autonomia, em especial orçamentária. A concretização dos planos de Adickes deve seu empuxo final à morte de Franziska Speyer, esposa de Georg Speyer, casal que, após financiar duas cátedras na academia, de modo análogo a Senckenberg e Merton doou sua fortuna à cidade através da *Speyersche Studienstiftung*, que buscava fomentar a educação e a ciência. A coincidência da amplitude do mecenato com o grande número de empreendimentos e bancos em Frankfurt, criou as condições para mobilizar as pessoas e instâncias reguladoras que deram origem à universidade.

1914, através de decreto real⁸⁶. Foi necessário, ao final, acelerar as obras para garantir a infra-estrutura exigida para ministrar os cursos previstos, e a primeira turma matriculou-se, dessa forma, em outubro do mesmo ano, para o semestre de inverno 1914/1915.

Nas palavras de Kluke, Frankfurt ainda pôde beneficiar-se de “*uma transformação ordenada*” (*ein ordnungsgemäßer Umbruch*)⁸⁷, ou seja, que a transição do governo monárquico para a nova república parlamentarista, e o conseqüente reordenamento das hierarquias burocráticas, e até mesmo a ocupação francesa de determinados territórios, transcorreram afetando minimamente o andar da vida política frankfurtiana. Não obstante, se em termos institucionais a cidade foi preservada do imperativo de adaptar-se a grandes mudanças, vale o contrário para o âmbito financeiro, em que a crise deixou suas marcas e obrigou a universidade, na passagem de 1919 a 1920, a recorrer ao governo para sustentar-se, primeiramente requerendo a incorporação – o que foi rechaçado – e, depois, solicitando um subsídio à cidade, que acabou sendo concedido dada a inflação galopante.

Aparentemente, o principal responsável pela morosidade com a qual o problema foi tratado nos círculos políticos e acadêmicos pode ser identificado, na interpretação de Kluke, na subestimação generalizada da recessão econômica que aguardava a Alemanha, deixando todos desarmados quando o fenômeno chegou ao ápice. Assim, após a suspensão dos planos de ajuda em virtude do golpe de março de 1920 (*Kapp-Putsch*), que desestabilizou o frágil governo berlinense da República de Weimar, obrigando-o a centrar forças na reorganização estatal, ao início de 1923 a intervenção ou o auxílio prussiano eram condição *sine qua non* à sobrevivência da instituição, sendo que o contrato entre estado, cidade e a universidade, por

⁸⁶ Cf. KLUKE, Paul, *Die Stiftungsuniversität Frankfurt am Main 1914-1932*, 1972, pp. 138-150. Reproduzo aqui a lista dos fundadores e, portanto, assinantes do contrato, no intuito de retratar a ampla mobilização que foi necessária para dar vida à universidade: Cidade de Frankfurt am Main (como proprietária da *Akademie*, da *Carl Christian Jügel-Stiftung* e da *Stiftung Theodor Sternsches medizinisches Institut*); o *Institut für Gemeinwohl* criado por Wilhelm Merton; a *Speyersche Studienstiftung*; o legado de Senckenberg constituído pelo *Physikalischer Verein*, pela *Senckenbergische Stiftung* e pela *Senckenbergische Naturforschende Gesellschaft*; a *Stiftung Carolinum* e, por fim, o professor Ludwig Edinger em nome do *Neurologisches Institut* criado por ele.

Deve-se registrar que o início promissor e a tradição de mecenato científico que antecedeu a universidade encontraram, poucos anos após sua inauguração, uma reviravolta que pôs a instituição próxima do fechamento. Na contracorrente do que ocorrera no processo de nascimento, coincidiram fatores de diversas ordens a minarem suas bases, começando pelo falecimento dos principais responsáveis, em termos de suporte e promoção individuais: o prefeito Adickes (em 1915), que apenas resistiu suficientemente para ver seu projeto de vida finalizado, e o comerciante Merton (1916). Além de inexistir um sucessor com a mesma habilidade política e interesse científico demonstrados por ambos, ocorreu simultaneamente à ascensão do momento histórico que levaria à derrocada financeira alemã: a Primeira Guerra Mundial, que, se em seus primórdios promoveu a atividade produtiva em Frankfurt a partir da economia de guerra, culminou, com a derrota alemã, na reestruturação do governo e, por fim, na hiperinflação alemã, que apenas começou a ser controlada em 1923 com a nova moeda, o *Rentenmark*.

⁸⁷ Tanto este como o próximo parágrafo foram redigidos com base em KLUKE, Paul, *Die Stiftungsuniversität Frankfurt am Main 1914-1932*, 1972, pp. 207-286.

conta das lutas ocorridas na Vale do Ruhr (*Ruhrkampf*) em torno da questão territorial associada à ocupação francesa, adiou sua assinatura, que ocorreu em 26 de março de 1924.

A proposta de criação do *IfS*, nascedouro da teoria crítica da ‘Escola de Frankfurt’, foi ao encontro desse problema e visou fomentar a realização de pesquisas autônomas, na medida em que seus praticantes teriam maior autonomia formal e acadêmica sobre a escolha de temas e métodos, sob condicionantes institucionais peculiares. Desde o início as idéias que deram força ao projeto de sua criação observavam como lema essa liberdade científica. A possibilidade de isso ser efetivamente colocado em prática ancorou-se no financiamento disponibilizado por Hermann Weil ao seu único filho, Felix Weil, fundador do *IfS*⁸⁸. Herdeiro de uma fortuna razoável, lhe foi possível levar adiante os planos de fundar uma instituição que pudesse escolher, a partir dos objetivos de seus integrantes, a orientação teórica a ser seguida. Isso notadamente devido à sua independência, de um lado, em relação ao estado, não havendo cobranças que pudessem advir da sociedade ou de instâncias que o ‘controlassem’, assim como, de outro lado, a distância da política institucional⁸⁹. De fato nenhum de seus membros esteve proibido de filiar-se a um partido, tanto que alguns se engajaram na ‘*práxis*’ marxista; essa tomada de posição explícita, porém, nunca se estendeu ao *IfS* em si, que em oportunidade alguma encampou quaisquer candidatos ou partidos.

⁸⁸ Cf. JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, pp. 21-24; KLUKE, Paul, “Das Institut für Sozialforschung”, 1981 [1972], pp. 403 e 404; HORKHEIMER, Max, “Kritische Theorie gestern und heute” (*HGS* 8), 1985 [1969 / 1972], p. 337 e WIGGERSHAUS, Rolf, *Die Frankfurter Schule*, 1986, pp. 19-31. Como apontado por Kluge (“Das Institut für Sozialforschung”, 1981 [1972], pp. 390-395) e Ulrike Migdal (*Die Frühgeschichte des Frankfurter Instituts für Sozialforschung*, 1981, pp. 10-29), apesar de sua trajetória empresarial, Hermann Weil detinha um histórico de participação política, expressa através de cartas dirigidas ao governo da Prússia durante a Primeira Guerra Mundial, além de anteriormente ter feito diversas contribuições financeiras oferecidas diretamente à recém-criada universidade. Migdal ainda enfatiza que, curiosamente, Weil apoiava a política expansionista alemã e teria voltado seus planos ao *IfS*, ao que tudo indica, em virtude de interesses político-econômicos e pessoais.

O efetivo início das atividades do *IfS* teve um andamento tortuoso: seu primeiro diretor nomeado, Kurt Albert Gerlach, faleceu em outubro de 1922, antes de proferir a aula inaugural da cátedra que, também, lhe permitiria ocupar o posto de diretor. Apenas após maiores negociações em torno de quem poderia ser o novo professor, chegou-se ao nome de Carl Grünberg, sob cuja tutela a fundação oficial ocorreu em 3 de fevereiro de 1923 (cf. Ulrike Migdal, *Die Frühgeschichte des Frankfurter Instituts für Sozialforschung*, 1981, pp. 49-55). Para uma visão do contexto sócio-histórico de criação de um instituto de pesquisa dedicado ao marxismo na Alemanha, cf. GAY, Peter, *A cultura de Weimar*, 1978 [1968], pp. 53-55.

⁸⁹ A evidência quanto ao viés de ‘neutralidade’ se fez presente inclusive na escolha do nome, quando “a sugestão do ministério da cultura, de denominá-lo Instituto Felix-Weil de Pesquisa Social, foi recusada por Weil com o argumento de que ‘o Instituto poderia tornar-se conhecido, quem sabe até famoso pela sua contribuição ao marxismo como disciplina científica, mas não em virtude do dinheiro de seu fundador’”. JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, p. 26. As aspas são referentes à citação de uma carta assinada pelo próprio Felix Weil e recebida por Martin Jay. A resolução ministerial que constituiu o Instituto (Min. Otto Boelitz *apud* Paul Kluge (“Das Institut für Sozialforschung”, 1981 [1972], p. 402)), dispõe: “O Instituto encontra-se sob minha supervisão. O diretor do Instituto será nomeado por mim após consulta à Sociedade para a Pesquisa Social [Gesellschaft für Sozialforschung e. V.]. O diretor precisa ser professor com estabilidade [hauptamtlicher] da universidade de Frankfurt”. Cf., igualmente, Ulrike Migdal, *Die Frühgeschichte des Frankfurter Instituts für Sozialforschung*, 1981, pp. 40-49.

Assim é que, do ponto de vista objetivo, a proximidade entre Felix Weil, Friedrich Pollock e Max Horkheimer – a amizade dos dois últimos remonta a 1911 –, constitui um ponto fulcral para que estivessem dadas as possibilidades objetivas que fundamentaram o alvitre do *IfS*. Sob a égide da independência, condição *sine qua non* ao seu funcionamento, diz Jay, referindo-se a Horkheimer e Pollock, que “*a espécie de ciência radical que pretendiam praticar encontrava pouca aceitação na hierarquia acadêmica estabelecida. [...] Em face dessa situação, a idéia de Weil de um instituto de pesquisa social auto-financiado parecia uma excelente oportunidade de distanciar-se dos canais comuns da vida universitária*”⁹⁰. Vê-se, portanto, que a teoria crítica propunha uma abordagem orientada pelo rompimento com a ordenação disciplinar moderna das ciências sociais e humanidades e que teve, como pano de fundo, condições de pesquisa que procuravam dissociar sua prática científica do modo usual e estabelecido de carreira acadêmica.

Nesse sentido, remetendo à interpretação de Fritz Ringer acerca da organização mandarinesca da universidade na Alemanha no período de 1890 a 1933, observa-se que o esforço e as condições de criação desse instituto tornavam-no uma presença *sui generis* na comunidade acadêmica alemã, com destaque para dois aspectos. O fato de ser composto preponderantemente de intelectuais judeus, os quais naquele contexto encontravam-se em grande parte alijados de posições docentes do ensino superior na Alemanha, proporcionou um enclave para um número considerável desses. Além disso, a então flagrante ausência do marxismo na estrutura institucional o tornava teoricamente singular⁹¹. É também no esteio

⁹⁰ JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, p. 25. Cabe dizer que, como Jay aponta (pp. 23-26; 43; 50), Weil estava à procura de maneiras de projetar tais ambições intelectuais, visto que, em 1923, havia organizado a *Erste Marxistische Arbeitswoche* (Primeira Semana de Trabalho Marxista), cujo principal objeto de trabalho foi discutir o manuscrito do ainda inédito texto de Karl Korsch “Marxismo e filosofia”. A datação controversa de sua realização, que Jay localiza no ano de 1922, é detalhadamente retomada no texto de Michael Buckmiller (“Die ‘Marxistische Arbeitswoche’ 1923 und die Gründung des ‘Instituts für Sozialforschung’”, 1990, pp. 145 e 158-159), que com base em relatos pessoais e análises de documentos acaba por fixá-la como tendo início apenas em 20 de maio de 1923. No entanto, após a associação do *IfS* à Universidade de Frankfurt, Weil deixou a carreira acadêmica para dedicar-se ao trabalho administrativo, presidindo a *Gesellschaft für Sozialforschung* (Sociedade para a Pesquisa Social), mantenedora do *IfS*. Em carta a Jay ele atribui essa decisão à tentativa de evitar acusações quanto à “compra” de sua eventual ascensão. Weil apartou-se desse trabalho em 1929, e em 1930 retornou à Argentina para administrar o empreendimento de sua família. Apesar de deixar as atribuições oficiais, continuou a auxiliar o *IfS* financeiramente, mesmo após o exílio, como, por exemplo, através da doação de US\$ 100.000 em 1935. Os graus de antiguidade e intensidade da amizade entre Pollock e Horkheimer podem ser, por exemplo, inferidos a partir das cartas trocadas entre ambos em 1913 e 1914, publicadas no primeiro livro de compilação de suas cartas incluídas na coletânea de obras *Gesammelte Schriften*, 1995, v. 15, pp. 9-15.

⁹¹ Para essas questões cf. RINGER, Fritz K., *O declínio dos mandarins alemães*, 2000 [1968], respectivamente pp. 135-138, 142, 203-205, 225-227 e 229-258. Outras referências à barreira religiosa encontram-se em CHARLE, Christophe, *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*, 1996, pp. 56 e 57 e 176-179 e em MOMMSEN, Wolfgang J., “Wissenschaft und Krieg”, 2002 [2000], p. 227. Curiosamente, desde o início do século XIX houve expressiva participação de intelectuais judeus nas questões envolvendo a ‘nação’ alemã, como evocado por Golo Mann (*Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*, 1966 [1958]) em referências críticas ao escritor Heinrich Heine e a Marx. Os problemas e

desse processo que o diálogo da teoria crítica com os interlocutores das ciências sociais na Alemanha acontecia com representantes teoricamente fundamentados sobre a filosofia idealista crítica alemã do século XIX ou cuja sociologia tivesse a influência de Marx.

Carl Grünberg, em seu discurso de posse pronunciado em 22 de junho de 1924, afirmava que esse recém-criado instituto pretendia, sim, realizar algo novo, e destacava a importância de, não obstante o ensino ainda constituísse uma referência, suas forças se voltarem predominantemente para a pesquisa, algo raro naquele contexto. Em especial, tal orientação visava contrapor-se à tendência presente nas universidades alemãs de assumir um enorme montante de tarefas relacionadas ao ensino para formar o que ele denominou de “*mandarinato*”, ou seja, o grupo de funcionários e pessoas que representaria a base de uma estrutura estatal forte, sendo uma exigência daquele tempo dedicar tempo e recursos à sua preparação⁹². Ao reconhecer a importância dessa tarefa, destacou que a carga de trabalho acabava por dificultar (ou até mesmo impedir) a realização da ciência, pois a ocupação excessiva relacionada à docência e à administração institucional constituía um entrave à atividade de pesquisa. Ainda que considerasse fundamental a ligação do ensino à pesquisa, entendia que era necessário estabelecer um outro tipo de partilha e de divisão do trabalho.

até a possível tendência a diminuir o peso do anti-semitismo e do fenômeno do nazismo como apenas mais um episódio na maneira como Mann vê as origens do holocausto é tratado por Clemens Albrecht (“Warum Horkheimer Golo Mann einen >heimlichen Antisemiten< nannte: [...]”, 1999e).

Na concepção de Ringer a maior inflexão quanto à difusão do marxismo na academia alemã, ainda assim de maneira indireta, deve-se ao surgimento da sociologia, que ele vê representada, em um primeiro momento, pelos escritos de Ferdinand Tönnies, Georg Simmel e Max Weber: “*Se os sociólogos alemães tinham alguma dívida intelectual, era com Marx; mas nem sempre reconheciam inteiramente essa dívida e não tinham nenhum compromisso com o socialismo proletário*”. *Ibid.*, p. 159. Cf. também, no que se refere aos distanciamentos ou aproximações entre a teoria social alemã e o marxismo, *ibid.*, pp. 214-224 e 294-324. Para um comentário crítico ao livro de Ringer, remeto ao artigo de Habermas (“Die deutschen Mandarine”, 1991 [1971]) republicado em *Philosophisch-politische Profile (Perfis político-filosóficos)*.

⁹² “*Por tudo isso, originou-se um exército de funcionários sociais, sempre crescente em termos de número e espécie, que recebeu seu treinamento especializado [Fachausbildung] em escolas superiores, e, conquanto esse treinamento não seja de natureza puramente técnica, também nas universidades. Assim, estas se tornaram, na contramão de sua dedicação original, puramente científica, estabelecimentos de treinamento de mandarins*”. GRÜNBERG, Carl, “Festrede”, 1924, pp. 4 e 5 – grifo no original.

Para isso contribuiria o fato de que, se o *IfS* estava submetido a diversas instâncias e a nomeação de sua direção dependia, por exemplo, do ministro prusso, no que se refere à organização interna da prática de pesquisa, a decisão não cabia ao colegiado: “*Aqui está definida, por assim dizer, a ditadura do diretor*”; *ibid.*, p. 7. Tal peculiaridade lhe permitia pautar autonomamente os fundamentos epistemológicos do trabalho, calcado explicitamente no método marxista. Além disso, fez com que pudesse distanciar-se dos objetivos de preparação profissional inerentes a grande parte da universidade e afirmar que, sob sua tutela, o *IfS* buscava contribuir na formação daqueles interessados em dedicar-se por inteiro à ciência.

Para mais detalhes acerca de sua formação e da proposta que levou à frente no *IfS*, remeto aos trechos da obra de Ulrike Migdal, *Die Frühgeschichte des Frankfurter Instituts für Sozialforschung*, 1981, pp. 56-83. De modo algum partilho os indícios, contidos no livro de Migdal, de que Grünberg confundiria o objetivo de elaborar investigações baseadas sobre a teoria de Marx sob o patrocínio do *IfS* com atividades de cunho político-partidário aparentemente sem teor reflexivo, algo que avento, em especial, ao remeter às experiências comunistas e socialistas que Pollock e Horkheimer teriam vivido durante a revolução conselheira em München, em que, através de um curto-circuito interpretativo, iguala sua participação naquele contexto a um apoio aos partidos comunistas de modo geral. Cf. *ibid.*, pp. 83 e segs.

Wiggershaus retrata a importância teórico-institucional do *IfS* ao atribuir o seguinte alcance aos esforços empreendidos por Grünberg antes que, em decorrência de problemas de saúde, fosse obrigado a deixar o posto de diretor que viria, então, a ser ocupado por Horkheimer: “*Ele havia criado, em Frankfurt, uma situação única para o mundo acadêmico alemão – e não apenas para o alemão. O marxismo e a história do movimento trabalhador podiam, agora, ser estudados em um nível universitário, e quem desejasse poderia iniciar um doutorado sobre tópicos relacionados a esses domínios*”⁹³. Tal esforço institucional também esteve presente no discurso supramencionado de Grünberg, quando ele propõe um distanciamento explícito face à realidade da universidade alemã da época, cuja formação via como orientada para a manutenção do *status quo*. Jay entende que se trataria de alusão à distinção humboldtiana entre as universidades, de formação prática, e as academias de ciência, voltadas à pesquisa pura: “*Entretanto, com o passar do tempo, a ‘academia’ crítica havia sido, nitidamente, suplantada pela universidade voltada à adaptação como o modelo válido de preparação [Ausbildung] superior na Alemanha. O Instituto almejava, desde o início, contrapor-se a essa tendência*”⁹⁴. Em virtude do fato de Horkheimer deixar de se posicionar explicitamente a esse respeito em suas falas e artigos, pode-se apenas tentar inferir sua relação com algumas das questões ali colocadas.

O que é inegável é que o ‘método científico’ subjacente à concepção de marxismo explicitada e nomeada por Grünberg orientava-se pelo enraizamento histórico e na refutação à tentativa de encampar uma ciência neutra, baseada sobre os pressupostos da liberdade dos juízos de valor (*Werturteilsfreiheit*), algo que se encontra presente em 1924 e ecoa nos textos de Horkheimer dos anos 1930. Ainda que nele seja menos explícito, tributário do que posteriormente ficou conhecido como o uso da *linguagem esopiana* pela teoria crítica, em que recorria a outros termos para remeter à teoria de Marx, sua definição do materialismo histórico, a partir da mediação da dialética, tem como um dos principais adversários, no plano teórico, o discurso que propõe a objetividade do conhecimento científico, fruto, para ele, de uma mera mistificação e idealização da capacidade epistemológica humana. Ambos também convergem quando se observa a importância atribuída ao ensino: se Grünberg declarava explicitamente em sua fala, que este era um papel central do acadêmico, no caso de Horkheimer a questão aparece de modo mais prático, visto que procurou dedicar-se às atividades nesse âmbito até o final da vida, mesmo após sua aposentadoria oficial.

⁹³ WIGGERSHAUS, Rolf, *Die Frankfurter Schule*, 1986, p. 46. Sua vinda foi acompanhada pela transferência do *Arquivo de história do socialismo e do movimento operário* (*Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*) por ele coordenado, mais conhecido como *Arquivo de Grünberg* (*Grünbergs Archiv*), que naquele período desempenhou o papel de divulgação oficial do trabalho do *IfS*.

⁹⁴ Cf. JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, p. 29 – aspas no original.

A mudança na direção do *IfS* se deve, portanto, a graves problemas de saúde de Grünberg ocorridos em 1928, que o impediram de dar continuidade às atividades acadêmicas, tempo durante o qual Pollock executou a rotina de tarefas administrativas. Ainda que modesta, a relativa projeção acadêmica de Horkheimer *vis-à-vis* seus colegas de pesquisa no *IfS*, associada ao fato de ele ser uma figura despida de carga política, como o eram integrantes mais centrais nos trabalhos institucionais, tais como Grossman e Pollock, levou-o a ser escolhido para assumir a cátedra deixada em aberto, que passou à denominação de “filosofia social” (*Sozialphilosophie*)⁹⁵. Por ocasião de sua posse na direção observa-se a explícita mudança da orientação de pesquisa ligada à história social e ao movimento trabalhador para a teoria social e o marxismo cifrado, o que em absoluto traduziu uma recusa à pesquisa empírica⁹⁶. Assim, considerava-se que isso indicasse, talvez, um retorno ao período anterior em que Kurt Gerlach havia sido designado a capitanear as atividades institucionais e expressara preocupações com questões próximas à sociologia.

Horkheimer foi a figura com papel central na formulação da teoria, tanto ao traçar as articulações institucionais que possibilitaram certa organização do *IfS*, que concentrou os pesquisadores da teoria crítica da sociedade, quanto pela orientação intelectual delimitada por seus escritos⁹⁷. Entre as medidas que tomou logo após sua posse destaca-se interromper a edição da revista organizada por Grünberg e dar início à *Zeitschrift für Sozialforschung* (Revista de Pesquisa Social), cujo primeiro número foi publicado em 1932 e persistiu até 1941 – sendo, portanto, ainda editada no exterior, após a migração do *IfS* e de seus

⁹⁵ A transição se mostrou um processo um tanto quanto intrincado, visto que a cátedra ocupada por Grünberg e financiada por Weil, de “ciência política”, pertencia à faculdade de ciências econômicas, sendo almejada por outro candidato. Sua nomenclatura foi alterada após a garantia do financiamento de outra cátedra, de “economia política”, que veio a ser ocupada por Adolph Löwe, que à época sucedia a cátedra de Tönnies, em Kiel. Cf. JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, pp. 43 e 44 e WIGGERSHAUS, Rolf, *Die Frankfurter Schule*, 1986, pp. 46-51.

As variadas dificuldades enfrentadas na nomeação estão documentadas no arquivo da universidade, onde, na pasta pessoal de Horkheimer (cf. *Universitätsarchiv*, Personal Hauptakte, Abteilung 14, n.º. 607, fls. 14 e 15), consta o parecer da faculdade de filosofia contra a forma através da qual ele estava sendo alçado à posição de catedrático, pois haveria nomes de maior envergadura e experiência que deveriam anteceder-lo, a fim de evitar que se criasse um precedente para a interferência sobre o mérito acadêmico.

⁹⁶ Cf. WIGGERSHAUS, Rolf, *Die Frankfurter Schule*, 1986, pp. 51-54 e 112-116 e HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (*HGS* 3), 1988 [1931].

⁹⁷ Cf. WIGGERSHAUS, Rolf, *id.*, pp. 10-15. “Pode-se argumentar, portanto, que o feito singular de Horkheimer foi combinar os papéis de teórico social programático, de gerente dos projetos coletivos de um instituto de pesquisa científico-social, editor de seu jornal e, não raramente, mediador pessoal entre esse grupo extraordinariamente talentoso”. MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang, “Introduction. Max Horkheimer [...]”, 1993a, p. 2. Marcuse destacava a importância de Horkheimer como referência, se não o intelectual principal do *IfS*, na década de 1930, sobretudo com relação à acuidade de seus diagnósticos teóricos. Cf. MARCUSE, Herbert, “Filosofia radical: la Escuela de Frankfurt”, 1980 [1978], pp. 151 e 152. No sucinto comentário bibliográfico de Wiggershaus (cf. *id.*, pp. 55-67) acerca do que se pode denominar os ‘anos de formação’ de Horkheimer, são destacados a radicalidade de seus escritos de juventude e a preocupação com as contradições que permeavam a sociedade.

membros. Além disso, ainda que Leo Löwenthal fosse seu “redator-chefe”⁹⁸, a palavra final quanto a mudanças no conteúdo dos artigos e à orientação geral da revista cabia a Horkheimer. Nessa medida, constitui o pensador cardinal para compreender algumas das escolhas ocorridas no desenvolvimento teórico desse grupo, em especial no que se refere à relação com as ciências em geral e especificamente com o marxismo.

Em 1933 iniciou-se a peregrinação que culminou no exílio, resultado da perseguição que sofreriam seus integrantes por serem quase todos judeus e marxistas⁹⁹. Após a passagem por Genebra (Suíça), onde contava com uma ‘subsidiária’ desde 1931 – ano em que se tomou a medida fundamental de transferir o capital para a Holanda –, foi refundado como *Société Internationale de Recherches Sociales*, após o confisco do prédio em Frankfurt pela polícia nazista. Em virtude dessa internacionalização recebeu ofertas de auxílio material de outros intelectuais, o que levou à instalação de escritórios em Londres e Paris, onde também passou a ser editada a revista, através da editora *Librairie Félix Alcan*¹⁰⁰. Paradoxalmente, o destino final da trajetória foram os EUA – o que se deveu, em essência, às dificuldades da mudança definitiva para algum dos locais onde já havia membros do *IfS* trabalhando em ‘postos avançados’. Com efeito, note-se que a *Columbia University*, através de seu reitor à época, ofereceu uma ligação formal e um local de trabalho ao *IfS*, uma recepção acima de qualquer expectativa. Assim, em 1935, a maior parte de seus membros já estava em Nova Iorque, onde – malgrado as limitações financeiras – se pôde retomar os trabalhos.

⁹⁸ Para este e o parágrafo seguinte, cf. JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, p. 45-61. Habermas (“Max Horkheimer. Die Frankfurter Schule in New York”, 1991 [1980]) assinala a importância da revista tanto para a teoria crítica quanto como documento cultural da época.

Em conversa autobiográfica, Löwenthal, que também reconhece a clara mudança de orientação dos trabalhos que ocorreu com o empossamento de Horkheimer, define assim a posição desse grupo: “*Sempre nos sentimos em contraposição ao existente, éramos não-conformistas radicais. Não queríamos participar. [...] Todos os eventos no posterior Institut für Sozialforschung em Frankfurt (esse, na boca do povo acadêmica, já chamado de ‘Café Marx’) estavam marcados por essa disposição radical*”. LÖWENTHAL, Leo, *Mitmachen wollte ich nie*, 1980, p. 47.

⁹⁹ Com a entrada em vigor, na data de 07 de abril de 1933, da lei que permitia ao governo nacional-socialista demitir funcionários públicos por motivos de raça ou políticos, foi brevemente divulgada uma lista de professores, onde entre outros atos figuravam a demissão sumária de Max Horkheimer; a aposentadoria de Carl Grünberg, Franz Oppenheimer e Karl Mannheim, assim como a retirada do direito à docência de Theodor Wiesengrund e Friedrich Pollock. Cf. SPRONDEL, Walter M., “Erzwungene Diffusion. Die ‘University in Exile’ und Aspekte ihrer Wirkung”, 1981, p. 184.

No arquivo de Horkheimer (cf. *MHA* IX 263a) encontram-se cópias dos originais entregues pela polícia, informando a respeito de sua forçada suspensão das aulas (13 de abril de 1933) e, posteriormente, da demissão do serviço público (22 de setembro de 1933), bem como a apreensão do *IfS* (14 de junho de 1933), por este realizar atividades subversivas ao estado nacional.

¹⁰⁰ Cf. HORKHEIMER, Max, “Vorwort” (*HGS* 3), 1988 [1933c]. Ela continuou sendo editada na língua alemã até 1939, no intuito de sustentar o espaço para a prática da cultura intelectual, bem como respeitando a língua materna da maioria de seus autores, após o que o início da guerra e as condições políticas na França impediram sua manutenção sob a tutela de Alcan, fazendo com que não apenas passasse a ser publicada nos EUA, mas, também, tivesse os textos redigidos em inglês, com a justificativa de que, agora, as circunstâncias faziam com que fosse voltada a um público diferente. Cf. *id.*, “Vorwort” (*HGS* 4), 1988 [1940c].

Excluindo-se o hiato teórico que prevaleceu durante o período de realização da Segunda Guerra Mundial, nota-se a influência da teoria crítica sobre a pesquisa na ciência social alemã. O retorno definitivo de Adorno e Horkheimer à Alemanha, ocorrido na década de 1950, acompanhado da retomada de atividades do *IfS* e da nomeação de Horkheimer a reitor da Universidade de Frankfurt, permitiu que exercessem influência crescente sobre as práticas de pesquisa nas ciências sociais, decerto reforçada pelo reconhecimento público usufruído por seu antigo diretor, de modo que “o Instituto realizou um trabalho importante: contribuiu para o reestabelecimento da pesquisa social na Alemanha, promovendo a introdução de novas técnicas nas ciências sociais [...]. Também ajudou a treinar uma geração de estudantes que vieram a moldar os debates intelectuais dos anos 1960 e 1970”¹⁰¹. Valeram-se, para tanto, das análises críticas que fizeram da sociologia do pré e do pós-guerra, assim como das pesquisas empíricas realizadas durante todo esse período.

Antes de seguir a exposição reservo um breve espaço para tratar do termo “escola” na ciência, haja vista a tipologia institucional anteriormente apresentada e a generalização da expressão “Escola de Frankfurt”. Se em seu artigo Jerzy Szacki deixa de lado a definição estrita dessa denominação, chama atenção para os elementos institucionais, psicológicos e tipológicos que têm fundamentado o uso generalizado e díspar de “escola” no curso da sociologia. De outro lado, tem-se Edward Tiryakian construindo um certo viés da história da sociologia, que desenha o tipo-ideal do que caracterizaria uma “escola”¹⁰². Ainda que admita a relevância de diversos dos grandes nomes associados à disciplina, reconhece apenas três escolas como tendo primazia no desenvolvimento teórico da sociologia como ciência: a *École des Annales*, associada a Émile Durkheim, a Escola de Chicago, e a

¹⁰¹ MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang, “Introduction. Max Horkheimer [...]”, 1993a, p. 9. Cf., ainda, DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 339-507.

¹⁰² Cf. SZACKI, Jerzy, “‘Schulen’ in der Soziologie”, 1981 [1973] e TIRYAKIAN, Edward, “Die Bedeutung von Schulen für die Entwicklung der Soziologie”, 1981 [1979]. A exposição de Tiryakian, apesar de quase extrapolar a montagem de um tipo-ideal e rematar numa descrição caricatural, é exemplar dada a coincidência das características que apresenta como cardeais para a afirmação de uma “escola”. Ele elenca a existência de um fundador, carismático e dotado de vigor intelectual; afirma a necessidade de um ajudante no círculo que se encarregue das tarefas burocráticas; que haja uma instituição física para a realização de pesquisas e aulas; a manutenção de uma revista que divulgue essa tendência teórica; a redação de um documento que reúna seu alicerce, uma espécie de *opus magnum*, e, finalmente, destaca que pode ser significativo dispor de alguma forma de mecenas.

Nicholas C. Mullins (“Ein Modell der Entwicklung soziologischer Theorien”, 1981 [1973]) apresenta uma visão alternativa do desenvolvimento de teorias sociológicas a partir da idéia da formação de grupos, que passariam pelas seguintes etapas: (i) grupo de paradigma; (ii) rede; (iii) *cluster* e (iv) domínio especial ou disciplina. Já Heine von Alemann (“Leopold von Wiese und das Forschungsinstitut [...]”, 1981 [1976], p. 371), prefere ver o grupo de Frankfurt como um “círculo” em vez de “escola”. Habermas também lida brevemente com esse problema (cf. “Drei Thesen zur Wirkungsgeschichte [...]”, 1986a). Para um debate da noção de escola na sociologia sob a ótica bourdieuseana e o enquadramento da teoria crítica, cf. ZIEGE, Eva-Maria, *Antisemitismus und Gesellschaftstheorie*, 2009, pp. 34-51; já uma abordagem que analisa especificamente os condicionantes da transição do *IfS* para a Escola de Frankfurt, encontra-se em ALBRECHT, Clemens, “Wie das IfS zur Frankfurter Schule wurde [...]”, 1999d.

corrente de Talcott Parsons. Dessa forma, embora a influência da ‘Escola de Frankfurt’ sobre a teoria social alemã seja distinguível, seu modo de inserção, ao propor uma distinção explícita face a determinadas correntes sociológicas, faz com que Tiryakian descarte essa contribuição. Seria possível inferir, de tal modo, o grau de sucesso obtido pela teoria crítica da sociedade em sua tentativa de distanciar-se da sociologia ‘científica’ praticada à época?

É impraticável encerrar essa questão em uma resposta ‘correta’. O tratamento do problema torna-se de ainda mais complexa monta em virtude do quão dispersos eram os liames teóricos face aos quais a teoria crítica visava distanciar-se. Se o *IfS* – e em especial Horkheimer – procurava delimitar sua diferença em relação a diversas das correntes mais representativas da sociologia na Alemanha das décadas de 1920 e 1930, é difícil estabelecer um padrão genérico para esse comportamento. Na realidade, é antes o contrário que pode ser notado: a carência de diálogo com teorias advindas de outros países, ainda que tivessem exercido influência sobre os alemães, é notável. Simultaneamente, as querelas travadas aparentavam ser, de fato, escolhidas¹⁰³. O esforço de institucionalização apresentou, por conseguinte, uma trajetória tortuosa. Até onde se pode investigar, nunca houve uma decisão planejada ou até mesmo a intenção de formar esse tipo de escola, tendo em vista que, na acepção crítica, tal tipo organizativo representaria a sucumbência à divisão do trabalho científico de acordo com as fronteiras tradicionais e estabelecidas.

Para esclarecer a peculiaridade que rodeou sua criação, volto à interpretação de Kluge sobre a história da nova universidade de Frankfurt, que dedica um capítulo ao *IfS*. A partir do acesso a memorandos e cartas ele explicita, com todas as letras, o debate entre o Conselho e Felix Weil, sendo um ponto capilar justamente o grau de independência exigido, onde persistia um hiato entre as ambições pessoais de Weil e as ressalvas da universidade quanto à singularidade do pedido. Apenas após a intervenção do Ministério da Cultura Prusso é que a desconfiança foi dissuadida, visto que à exigência de autonomia de pesquisa correspondia a possibilidade de o Ministro, a qualquer momento, interromper a associação institucional à universidade e, assim, tornar o *IfS* um órgão privado sem ligação com o poder público. Explicitamente, a única reivindicação que partiu do assessor ministerial Erich Wende foi “*que para ‘dirigente apenas poderia ser nomeada uma personalidade*

¹⁰³ A título de ilustração, veja-se a relação mantida com a sociologia representada por Wiese: ao traçar as condições de criação da *Zeitschrift für Sozialforschung*, Jay narra: “Uma das primeiras tarefas de Löwenthal foi uma viagem de avião para visitar Leopold von Wiese, o decano dos sociólogos alemães; von Wiese deveria saber que a *Zeitschrift* de fato não desejava concorrer com seus Cadernos Quadrimestrais de Colônia para a Sociologia”. JAY, Martin, *Dialektische Phantasie*, 1973, p. 46. Von Alemann afirma que à criação da *Zeitschrift* do *IfS* seguiu-se um anúncio informativo nos *Cadernos* de Wiese. Cf. VON ALEMANN, Heine, “Leopold von Wiese und das Forschungsinstitut [...]”, 1981 [1976], nota 29.

científica reconhecida do círculo da universidade”¹⁰⁴. Torna-se, assim, evidente que a associação oficial à universidade era significativa para Weil, provavelmente em virtude da visibilidade e fidedignidade que transbordariam para sua iniciativa científica, embora tivesse clareza acerca da primazia contida na manutenção da referida autonomia, que balizou sua articulação de modo a cuidadosamente pesar a contrapartida que estaria em jogo no acordo.

A partir disso é que procurarei sustentar, neste trabalho, a hipótese de que essa tensão fundante do *IJS* marcará a teoria de Horkheimer por daqui em diante, sobretudo após assumir a direção. Entendo que ela se manifesta, com maior proeminência, em seus escritos acerca da universidade, onde esboça uma determinada tarefa para essa instituição, mas que nesse movimento, a despeito da precedência ocupada pela pesquisa, ilustra as outras atividades que compreendem a organização da atividade científica¹⁰⁵. Como se verá adiante, há uma distinção manifesta nos trabalhos de Horkheimer após tornar-se diretor, e ele procura marcar sua especificidade também no âmbito institucional, seja em sua fala inaugural, seja no prefácio ao primeiro número da revista.

Resta destacar a ligação peculiar dos trabalhos do *IJS* com o desenrolar político da realidade com a qual se defrontavam; trata-se aqui de política no sentido forte do termo, que passa pelo caráter institucional e partidário, mas abrange elementos localizados além dessa dimensão, por assim dizer, imediata. Desde o início, e durante o tempo em que Horkheimer foi diretor, as pesquisas empíricas e os debates conceituais e metodológicos se pautavam pelos fenômenos políticos e históricos que moviam o mundo. Se, em virtude de seu número e amplitude, é inviável abarcá-los todos, e por nem sempre constituírem referência direta para o tema *stricto sensu* deste trabalho, é fundamental marcar essa relação. Remeto à obra de Helmut Dubiel que, sob a perspectiva da sociologia da ciência, reconstrói os principais aspectos internos à atividade teórica, bem como as influências externas que contribuíram para pautar essa trajetória. Em seu estudo, Dubiel levanta como os principais temas o *movimento dos trabalhadores*, a *União Soviética*, e o *fascismo*¹⁰⁶. Nota, com relação à

¹⁰⁴ KLUKE, Paul, “Das Institut für Sozialforschung”, 1981 [1972], p. 401. Para o debate mais amplo ver as páginas 395-402. Kluge afirma que, em meio às negociações, “isso havia se tornado patente: para Felix Weil não se tratava de ambições pessoais, não apenas de uma carreira acadêmica própria, mas do ganho de uma larga base de pesquisa institucionalmente fundamentada, a partir da qual a teoria marxista poderia ser iluminada e cientificamente disseminada, na frieza e, talvez, abrigo que seria oferecido pela pertença a um instituto de pesquisa da universidade”. *Ibid.*, p. 397.

¹⁰⁵ Paul Kluge (*ibid.*, pp. 418-422) registra o fato de que Horkheimer, ainda que tenha passado pouco tempo à frente do *IJS* no período inicial na Alemanha, desde o início buscou uma maior aproximação com a universidade – ainda que, a não ser pela diferença de personalidade, deixe de apresentar eventuais motivos para a guinada. Deve-se ter em mente que Grünberg assumiu o posto em condições inteiramente diferentes: um professor renomado, próximo ao fim de sua carreira e sem contato anterior com Frankfurt, definitivamente teria pouco ensejo para empenhar-se com o mesmo fôlego em estreitar os laços.

¹⁰⁶ “De um lado, trata-se das condições de possibilidade da política socialista, isto é, do destino do movimento alemão dos trabalhadores, de suas divisões comunistas e social-democratas, bem como do

União Soviética, a curiosa omissão de referências detalhadas e, posteriormente a 1936, nos artigos da *Zeitschrift für Sozialforschung*, a ausência da menção à “URSS” ou à “Rússia”, e acrescenta ser impossível determinar os motivos dessa distância nas análises teóricas. Diferentemente, investigações sobre os trabalhadores e suas formas de organização estavam presentes no horizonte desde a época em que Grünberg fora diretor, e se mantiveram nos períodos posteriores, com atenção especial à tentativa de compreender criticamente o comportamento desse grupo, seja face aos acontecimentos políticos daquele tempo – questão que se aprofundou com o avanço do nacional-socialismo alemão – seja no que se refere ao modo de vida propriamente dito, no interior da família e em relação com outras classes sociais. Finalmente, o problema do fascismo aparece num crescendo durante toda a segunda metade da década de 1930 para tornar-se o principal objeto de estudo desse grupo no período que tem início com a Segunda Guerra Mundial. No caso específico de Horkheimer, a experiência da simultaneidade expressa nos regimes de terror e na barbárie disseminados tanto por Joseph Stalin na URSS quanto Adolf Hitler no *Reich* alemão deixaram profundas marcas sobre decisões ‘estritamente’ biográficas bem como em sua reflexão teórica.

Como espero ter apontado, as condições institucionais de criação do *IfS* originaram um contexto bastante peculiar em que aquele grupo de intelectuais, e Horkheimer à frente, puderam dar início e avançar um trabalho teórico que, do ponto de vista formal, conjugava a intenção de intervir na academia, na universidade, ao mesmo tempo em que preservava um elevado grau de autonomia; no que diz respeito ao conteúdo, preocupava-se em reservar o devido espaço – o que ficará mais claro no capítulo seguinte – ao enfoque materialista e dialético tributário das interpretações de Marx, sem distanciar-se das contribuições recentes proporcionadas pelo avanço da pesquisa social empírica.

desenvolvimento do stalinismo na União Soviética. De outro, trata-se do desenvolvimento, da tomada de poder e da consolidação do nacional-socialismo, e de tendências autoritárias nos países de capitalismo tardio”. DUBIEL, Helmut, *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, 1978, p. 22. Cf. *ibid.*, pp. 25-37, 56-66, 87-100 e 118 e 119. Ainda que redigido em um período posterior, uma notável exceção quanto aos estudos do sistema soviético elaborados por parte da teoria crítica encontra-se no livro de Herbert Marcuse intitulado *Marxismo soviético*, cf. *Die Gesellschaftstheorie* [...], 2004 [1958].

Interlúdio: Bildung e Wissenschaft

Como foi apontado, o desenvolvimento deste trabalho detém diversos marcadores relevantes para a melhor compreensão do problema. Nem todos podem ser recuperados em detalhe, sendo um deles o problema do ideal de formação (*Bildung*) para a concepção da cultura e, portanto, da universidade alemã, notadamente em sua ligação com determinada concepção de prática da ciência. Portanto limito-me, aqui, a jogar luz sobre alguns momentos de sua variação no decorrer do tempo, que antecedem o estabelecimento da teoria crítica da sociedade, de modo que as vicissitudes desses conceitos possam tornar-se mais claras e, por conseguinte, elucidar a interpretação que pretendo trazer para a questão da ciência e da pesquisa em Horkheimer. Essa breve retomada se justifica, além disso, em virtude de se tratar de temas que serão mais detidamente abordados em seus escritos da década de 1950, após o retorno à Alemanha, em meio à dificuldade de enfrentar a reconstrução de uma nação atormentada pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.

Como se viu acima, o século que durou da refundação da universidade alemã até, aproximadamente, o período em que Horkheimer iniciou seus estudos universitários, foi caracterizado por transformações profundas nas “sociedades capitalistas” em geral, e sobretudo, no que se refere à nação alemã. Como afirma Schnädelbach, escorado na interpretação de Plessner, o galgar da revolução industrial foi além de mera coincidência histórica e implicou, mais do que o avanço da ciência, sua transformação qualitativa e estrutural¹⁰⁷. O que ele denomina de “*dinamização da ciência*” constitui, portanto, um processo cuja característica mais relevante é a autonomização da ciência face à filosofia, seguida por sua posterior e contínua diferenciação interna. Esta última se dá tanto pelo viés da *organização do conhecimento*, ou seja, a criação de novas áreas e disciplinas, que se mantém até hoje, quanto pela *institucionalização da prática científica*, que implica o surgimento de novos institutos, faculdades e estabelecimentos que possam escoar essa separação.

No ramo das ciências (naturais), esse desenvolvimento foi provocado, ao mesmo tempo, por mudanças na metodologia utilizada; com efeito, a unificação dos pressupostos disciplinares – o que, no linguajar da estrutura das revoluções científicas de Thomas Kuhn, chamar-se-ia de estabelecer um *paradigma* – possibilitou o fortalecimento de uma prática que adotava o conhecimento regido pela *empíria* em oposição à *metafísica*. É dessa maneira, portanto, que passou a ser definido o conceito de ciência: “*Quando a própria teoria deixou de ser o critério de cientificidade, como ainda o era em Hegel, porém,*

¹⁰⁷ Cf. SCHNÄDELBACH, Herbert, *Philosophie in Deutschland 1831-1933*, 1999 [1981], pp. 88-137.

*inversamente, as teorias precisam se deixar medir pela empiria, que se tornou o critério de cientificidade, então isso significa o primado da experiência ante a teoria*¹⁰⁸. Ou seja, inverte-se a lógica da ciência, que passa a ser entendida apenas como a descrição dos fenômenos observáveis. Face ao peso da experiência essa variação questiona, além disso, a existência de elementos capazes de constituir os parâmetros da cognoscibilidade *a priori*.

Institucionalmente, tal transformação significou a profissionalização da atividade científica, com efeito sobre a filosofia, na medida em que altera seu estatuto gnoseológico. O período em questão apresenta diferentes modos de expressar essas alterações como, por exemplo, no uso crescente do termo *pesquisa* ou posteriormente, com Wilhelm Dilthey, *ciências do espírito* (*Geisteswissenschaften*), exigindo o reexame do encadeamento entre a ‘função social’ exercida pela ciência na modernidade face às épocas históricas precedentes, pois juízos científicos, agora tomados por descrição fiel da realidade, compõem uma era de crescente instrumentalização desse conhecimento. “*As mudanças de função e estrutural da ciência colocam a filosofia após Hegel diante de múltiplos problemas. No caminho da formação através da ciência [Bildung durch Wissenschaft] para a ciência como profissão [Wissenschaft als Beruf], ela precisou procurar novas funções, mas na Alemanha da filosofia universitária, no quadro da universidade humboldtiana, isso a afetou apenas superficialmente; os grandes Privatiere – Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche, Marx e Engels – permaneceram a exceção, ainda que fossem os pensadores mais originais. Mais importante é a mudança estrutural genérica da ciência, que leva de uma ciência sistêmica proposicionalmente definida a uma ciência de pesquisa proceduralmente definida*”¹⁰⁹. Logo, desvirtua-se o papel desempenhado pela reflexão na atividade do pensamento. Esse dado é crucial para situar o contexto epistemológico onde se insere o debate dos primeiros escritos de Horkheimer. Visando aproximar as especificidades da *Bildung* alemã ao destino do modelo interpretativo (*Deutungsmuster*) preconizado por Bollenbeck, volto-me ao texto de Nietzsche publicado no Brasil como “O futuro de nossos estabelecimentos de ensino”, em relação ao que cabe dizer: o que foi traduzido por “estabelecimentos de ensino” é, no original, “*Bildungsanstalten*”, ou seja, a rigor, “estabelecimentos de formação”¹¹⁰.

¹⁰⁸ SCHNÄDELBACH, Herbert, *Philosophie in Deutschland* [...], 1999 [1981], p. 113 – grifos no original.

¹⁰⁹ SCHNÄDELBACH, Herbert, *Philosophie in Deutschland* [...], 1999 [1981], p. 118. O termo alemão *Privatiere* refere-se às pessoas que vivem de pensão ou encontram-se sustentadas por outrem, de modo que escapam à necessidade de exercer uma determinada profissão para garantir o seu próprio sustento.

Assinalo uma peculiaridade em sua interpretação: ainda que aponte essa ampla mudança e os seus condicionantes, Schnädelbach deixa de mencionar uma marca lingüística que, historicamente, distingue as práticas da filosofia e da ciência: o fato de que, no primeiro caso, a ação é *filosofar*, enquanto no segundo trata-se sempre de um exercício no âmbito de alguma disciplina especializada, mas emprega-se o termo geral da *pesquisa* para delimitá-lo, sem que haja um verbo específico para cada uma das áreas.

¹¹⁰ A edição a que me refiro é da editora Loyola. Em outro texto de Nietzsche com a mesma temática, incluído em *Cinco prefácios para cinco livros não escritos* (7 Letras), Pedro Süsskind optou pela

Ali, Nietzsche parte do pressuposto de que estariam em curso duas tendências simultâneas, aparentemente contraditórias: a ampliação da formação (*Bildung*) e sua concomitante diminuição ou debilitação, processo cuja consequência será a degradação da cultura, concebida em termos de uma instituição nacional. O fomento dessa tendência se dá em virtude de uma quimera econômica, no âmbito da qual se considera que, dada a importância concedida à formação, isso a torne um ‘bem’ desejável a todos, sem critérios de disseminação e sob um viés utilitarista. A sua preocupação transcende aquela de defender, idealmente, uma elitização da formação; na realidade, entende como seu pressuposto a limitação a poucos, cujo solapamento teria como consequência o fato de que “*nenhum ser humano almejava a formação [Bildung] caso soubesse quão inacreditavelmente baixo é o número daqueles que, ao final, são e de fato podem ser realmente eruditos [Gebildeten]*”¹¹¹.

Seus efeitos incorrem, particularmente, sobre a prática científica no interior dos estabelecimentos formativos, dado que estava pressuposta a noção de que, acima de tudo, eram aqueles professores que precisavam ser detentores da *Bildung*: “*com a agora visada exploração do erudito [Gelehrten] a serviço da ciência, a formação [Bildung] do erudito torna-se cada vez mais casual e improvável. Isso pois, hoje, o estudo das ciências está expandido em tal extensão que aquele que deseja nelas algo realizar, com base em algumas predisposições, ainda que sem que sejam extremas, irá dirigir-se a uma disciplina bem especializada, todavia negligenciando as outras*”¹¹². Ao deslegitimar o direito de o erudito expressar a sua opinião embasada acerca dos mais diversos temas, esse papel fica a cargo do jornalista (nas palavras de Nietzsche, a “*grudenta camada mediadora*”), que realiza o artifício de vincular os mais diversos assuntos e escrever sobre eles, detentor de apenas uma pseudo-formação e que desemboca na prática crônica do diletantismo. Esse desenvolvimento acaba por constituir tão somente um simulacro do ideal de formação.

É nesse sentido que se deve entender a assertiva nietzscheana de acordo com a qual os desdobramentos recentes, que autonomizaram a atividade científica como uma prática de dedicação e trabalho cuja característica é a limitação a um campo bastante circunscrito, solaparam as possibilidades da *Bildung* em sua acepção originalmente proposta. “*E quem coloca a ‘formação para a ciência’ [‘Bildung zur Wissenschaft’] como o objetivo do ginásio expõe toda a ‘formação clássica’ e a assim chamada formação formal, aliás, todo*

tradução “Pensamentos sobre o futuro de nossos institutos de formação”, que me parece mais apropriada.

¹¹¹ NIETZSCHE, Friedrich, “Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten”, 1988 [1872], p. 665.

¹¹² *Ibid.*, p. 669 – grifo no original. O mesmo problema está presente, também, no ginásio alemão, notadamente na medida em que representa aquela instituição responsável por preparar os futuros estudantes universitários. Nietzsche destaca que o grau de seriedade da formação pode ser derivado do afínco com que é realizado o estudo da língua nativa, o que, para ele, demonstra a precariedade de realização dessa tarefa na Alemanha. Para o que vem a seguir, cf. *ibid.*, pp. 670-677.

o objetivo de formação do ginásio: pois o ser humano científico e o ser humano culto pertencem a duas esferas diferentes, as quais aqui e ali se tocam em um indivíduo, mas jamais coincidem mutuamente”¹¹³. Isso o leva a distinguir entre os “estabelecimentos de formação [*Bildung*]”, inexistentes naquele tempo, e os “estabelecimentos da luta pela existência [*Lebensnot*]”¹¹⁴, que representavam o ginásio alemão e a escola real (*Realschule*), sendo o primeiro responsável por diplomar os futuros estudantes universitários, portanto aqueles que integrariam o alto escalão governamental ou empregos de chefia em firmas privadas, enquanto a última preparava seus egressos para ocuparem funções subalternas e deveres de ofício, ou seja, cargos predominantemente situados fora da estrutura estatal. Ao estabelecer essa linha limítrofe, que afirmava inexistirem instituições capazes de promover a *Bildung* concreta, está fora do horizonte de possibilidades de Nietzsche depreciar as instituições de seu tempo, cabendo-lhe apenas constatar que realizam bem o trabalho que de fato lhes cabe, mas que de modo algum se pode esperar delas algo além disso.

Por fim, procura elucidar os motivos concretos que fundamentam esse seu diagnóstico. Relaciona-os, assim, à idéia de que a liberdade e a autonomia desmesuradas fomentadas na academia, ao se tornarem prática comum nos estabelecimentos existentes, teriam como consequência a “deformação” (*Unbildung*) dos estudantes, dado que um dos aspectos vitais da formação seria a necessidade de obediência e submissão¹¹⁵. Ancora-se, para tanto, sobre o fato de a *Bildung* ter suas raízes nos pensamentos grego e romano, na filosofia antiga, em que se tratava de refletir e argumentar com rigor e disciplina, precisamente na contramão do que constituiria a pedra angular das recentes propostas educacionais. Baseado sobre essa interpretação, parece-me essencial retomar o mesmo processo sob o viés do olhar teórico da sociologia de Max Weber.

¹¹³ *Ibid.*, p. 683 – aspas e grifo no original. Disso provém a noção quanto ao perímetro do escopo de tais estabelecimentos: “Entretanto, toda a educação que vislumbre como o final de sua trajetória um cargo ou um ganha-pão, não é educação para a formação, como a entendemos, mas apenas uma instrução acerca de qual caminho se deve tomar para salvar e proteger seu sujeito na luta pela existência”. *Ibid.*, p. 715. O que vai ao encontro da definição de Bollenbeck: “‘Formação’ [*Bildung*] não está, em primeiro lugar, orientada com vistas ao emprego imediatamente profissional. Ela não é entendida como preparação [*Ausbildung*], mas, antes, como ‘formação geral’ [*Allgemeinbildung*], motivo pelo qual também é possível o ‘estudo transversal’ através das mais variadas disciplinas no ginásio e na universidade”. BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, p. 223 – aspas no original. Uma apreciação crítica do problema encontra-se no formidável artigo de Willi Bolle, “A idéia de formação na modernidade”, 1996.

¹¹⁴ O termo “*Lebensnot*” é derivado do conceito de “*Ananke*” (νάγκη) presente na mitologia grega como a figura da deusa do destino (na mitologia romana sob o nome de “*Necessitas*”). Pode ser traduzido de diversas maneiras para a língua portuguesa, sendo as mais comuns, além da expressão utilizada: necessidade vital, penúria, carência, escassez.

¹¹⁵ Cf. NIETZSCHE, Friedrich, “Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten”, 1988 [1872], pp. 733-752. Além desse aspecto ainda destaco, no esteio de José Carlos Bruni (“O tempo da cultura em Nietzsche”, out./dez. 2002), a importância da temporalidade específica à cultura presente em Nietzsche, na medida em que está em jogo um longo processo formativo que, sob a cultura moderna marcada pelo signo da pressa e de falta de tranquilidade que impede a apreciação contemplativa, carece dos devidos tempo e espaço.

Em sua palestra de 1917, “Ciência como profissão”, ele identifica como os estabelecimentos universitários passam, também, a ser moldados pela organização interna capitalista, similarmente a outros empreendimentos industriais. Ainda que, como afirma, haja indubitáveis vantagens técnicas nesse desenvolvimento, teve lugar, igualmente, uma mudança na “*atmosfera das universidades alemãs*”, em que a atuação do chefe se distancia do antigo catedrático. Desse modo, aconselha àqueles que desejam adentrar a vida científica que se conformem ao fato de ela, naquele tempo (como hoje), realizar-se em um elevado grau de especialização, o que requer perseverança e abnegação por parte de qualquer interessado em dedicar-se a essa atividade¹¹⁶. Assim, seu ditame central é a necessidade incondicional de restringir-se a uma temática e a um enfoque circunscritos, rejeitando aspirações a uma generalização que só poderá levar à mediocridade intelectual.

A interpretação de Weber conceitua essa reorganização em termos do progresso incessante, pois a lógica da produção do conhecimento está ancorada, precisamente, sobre a obsolescência, visto que toda e qualquer descoberta estará, em pouco tempo, ultrapassada pelo avanço da pesquisa. No esteio da disseminação dessa orientação, localizam-se as principais características do que denomina o processo de *intelectualização (racionalização)* do mundo, isto é, a calculabilidade e a despersonalização e desvalorização das ações e relações sociais: “*o progresso científico é uma fração, e a fração mais importante, daquele processo de intelectualização ao qual estamos submetidos há milhares de anos*”¹¹⁷. A ciência está à frente no processo de desencantamento do mundo que especializa o conhecimento e exige a renúncia à perspectiva geral.

Assim, quando pensa o *sentido* subjacente à ciência, a qual, no papel de produtora do conhecimento, figura como veículo de formação da racionalidade, rejeita que esteja em jogo a busca de um conhecimento puro e que, acima de tudo, o progresso da ciência leve cada pessoa a ter um conhecimento melhor do modo como ‘funciona’ o mundo. “*A crescente intelectualização e racionalização não significa, portanto, um crescente*

¹¹⁶ Cf. WEBER, Max, “Wissenschaft als Beruf”, 1992 [1917], pp. 74-84. Horkheimer se refere à interpretação de Weber em uma das primeiras palestras que realizou na Universidade de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial, em 1948 (cf. “Philosophie und Studium” (HGS 8), 1985 [1949], em especial pp. 369-371), além de retornar especificamente ao problema da racionalização em outra palestra do mesmo período (cf. *id.*, “Akademische Freiheit” (HGS 8), 1985 [1953], p. 427).

¹¹⁷ WEBER, Max, “Wissenschaft als Beruf”, 1992 [1917], p. 86. A racionalização como degenerescência da formação (*Bildung*) na Alemanha já era apontada por Nietzsche no contexto da disseminação acrítica de uma cultura massificada e que ele, assim como Weber, identificava em sua forma mais acabada com o jornalista, detentor de uma formação pretensamente ampla, mas sem rigor e conteúdo efetivo algum. Como argumenta no ensaio referido acima: “*Pelo costume válido aqui, na realidade é exigido algo contrário, ou seja, uma formação curta para assim tornar-se rapidamente um ser que ganhe dinheiro, mas apesar disso uma formação tão rigorosa a ponto de poder tornar-se um ser que ganhe muito dinheiro. É permitido ao ser humano apenas tanta cultura quanto é de interesse do empreendimento*”. NIETZSCHE, Friedrich, “Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten”, 1988 [1872], p. 668 - grifos no original.

*conhecimento geral das condições de vida sob as quais nos encontramos. Ela significa, sim, algo diferente: a ciência de que, ou a crença em que, se pudesse adquirir tal conhecimento a qualquer momento, caso se quisesse, ou seja, que, em princípio, não haveria poderes misteriosos e incalculáveis os quais interferissem; que, na verdade, todas as coisas podem – em princípio – ser dominadas por meio do cálculo”*¹¹⁸.

Isso nada tem a ver com a compreensão do caminho que leva à natureza, à religião, à arte e ao ser verdadeiros; a ciência não concerne ao “porquê” ou ao “para quê” do empreendimento que é a nossa vida, mas apenas ao “como” o mundo é controlável¹¹⁹. O sentido da ciência consiste, somente, em oferecer a ‘base’ de conhecimento (procedimento) que possibilita ao ser humano realizar as ações de seu dia-a-dia, controlando fenômenos fragmentados. Esse sentido dissemina, para o pensamento como um todo, o ideal subjacente às *Naturwissenschaften* (ciências naturais), desde sempre sem valor positivo que não aqueles da racionalidade cognitivo-instrumental, da lógica interna das leis de funcionamento do mundo natural, exato e calculável. Trata-se de uma razão voltada para a explicação dos fenômenos com o fim de obter o controle sobre eles, visto que “*todas as ciências naturais nos dão uma resposta à pergunta: que devemos fazer, se quisermos dominar tecnicamente a vida. Quanto a se de fato devemos e queremos dominá-la tecnicamente, e se isso tem, no fundo e afinal de contas, algum sentido – aquelas ciências nos deixam em suspenso ou adotam pressupostos em relação a seus fins*”¹²⁰.

Voltando aos termos de Weber, a relação instrumental com o conhecimento traduz-se na relação mercantil do estudante com o professor, notadamente nos EUA, embora ele afirme que não há dúvida acerca do avanço da “americanização” da universidade alemã¹²¹.

¹¹⁸ WEBER, Max, “Wissenschaft als Beruf”, 1992 [1917], pp. 86 e 87 – grifos no original.

¹¹⁹ Cf. *ibid.*, pp. 89-94.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 94 – grifos no original. Herbert Marcuse, em artigo no qual aborda o problema, refaz a história da racionalidade científica instrumental, a partir de Galileu Galilei, enquanto deslocamento das questões científicas do “por quê” para o “como”, da qualidade para a quantidade, que ocorreu como condição prévia para o progresso – mas um progresso repressivo, que fomentou não a liberdade, mas a dominação. Por essa via a ciência distinguiu-se das esferas de valor, desligando-se dos fins da ação em um movimento de autonomização que acabou por fortalecer “*a relação entre a ciência e a sociedade incrementou, de modo imensurável, as capacidades instrumentais da ciência na luta pela existência*”. MARCUSE, Herbert, “Bemerkungen zu einer Neubestimmung der Kultur”, 2004 [1965], p. 130. Essa pretensão à neutralidade destituiu a ciência de seus aspectos qualitativos de um modo que compromete o exercício da racionalidade crítica face aos resultados de cada investigação.

¹²¹ O abismo que separa a relação entre o discente e o docente na cultura estadunidense e na alemã, bem como o papel atribuído ao professor universitário em termos de prestígio social, são abordados por Horkheimer em fala de 1964, onde a toma como um exemplo de como a mediação do dinheiro nas relações humanas nos EUA divergem fundamentalmente das européias. Cf. HORKHEIMER, Max, “The American Way of Life” (*HGS* 8), 1985 [1964], em especial p. 241. Para um comentário acerca do anti-intelectualismo nos Estados Unidos em fins do século XIX e começo do XX, pautado pelo predomínio da ética protestante e pelo conflito entre a visão empresarial (*business*) do *self-made man* e a intelectual, ligada à educação escolar como propulsora da formação, cf. HOFSTADTER, Richard, *Anti-intellectualism in American life*, 1963, em especial os capítulos IX e X intitulados “*Business and*

Enganam-se aqueles que vêm ao professor buscando respostas ao sentido da vida ou visões de mundo (*Weltanschauungen*) prontas e acabadas; cabe-lhe a tarefa estrita de transmitir, ao aluno, o saber acumulado, pois é essa sua função na divisão do trabalho intelectual, de indivíduo responsável pela disseminação do conhecimento existente, detentor da autoridade legítima sobre os juízos cognitivos (que não são, e nem devem sê-lo, de valor político).

Observa-se, portanto, o desvelar, na análise weberiana, do paradoxo das conseqüências subjacente a esse ideal de investigação racional: enquanto defende a autonomia absoluta do ideal de razão inerente à ciência em face de qualquer valor ou sentido a moldar o mundo, reconhece a subsunção da investigação científica ao processo de racionalização do mundo, ao fim último de dominar a natureza.

Como se pôde ver, as duas visões estão norteadas por horizontes radicalmente diferentes: enquanto Nietzsche tematiza as condições de perda das possibilidades de difundir algum tipo de formação, Weber se dirige ao problema da prática científica e de seus condicionantes. Têm, em comum, o fato de o seu pano de fundo ser o mesmo processo social de mudança na ‘cultura’ alemã, para falar de uma maneira mais geral. Assim é que, para retornar à interpretação de Bollenbeck, destaco como esse processo acabou por, no esteio da necessidade de afirmação de uma “formação alemã” (*deutsche Bildung*) e de uma “cultura alemã” (*deutsche Kultur*), munir a ideologia nacional-socialista do substrato para arquitetar seu projeto de tomada de poder. Ele teve início, portanto, com a apropriação e a subsequente desfiguração das idéias originais, que levaram às propostas de uma “guerra cultural” (*Kulturkrieg*), em que o comprometimento com a defesa desses ideais nacionais provocou um fortalecimento do papel da luta armada¹²². As etapas dessa mobilização passaram, também, pela “crítica da cultura” (*Kulturkritik*), idéia dotada de caráter dúbio, na medida em que uma vertente impulsionou a modernização reacionária, ao contrapor-se à crítica histórica e filosófica e advogar a importância de uma guerra total, intelectualmente representada, por exemplo, nas figuras de Hans Freyer e Carl Schmitt. Dessa forma, o discurso responsável por elevar as noções de raça, sangue e povo encontrou seu caminho de adentrar as manifestações culturais do dia-a-dia.

intellect” (“Negócios e intelecto”) e “*Self-help and spiritual technology*” (“Auto-ajuda e tecnologia espiritual”), pp. 233-271. Para as raízes anteriores do preconceito face à educação em geral e à formação intelectual em específico baseadas sobre a desvalorização do conhecimento escolar e do professorado de modo amplo, cf. *ibid.*, pp. 299-322.

¹²² Cf. BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, pp. 225-301. A teoria crítica da sociedade havia, já antes de 1937, notado os perigos dessa ‘apropriação’ da cultura, cujo caráter afirmativo implicava efeitos de totalitarização do estado através de um amplo domínio político e social. Cf. MARCUSE, Herbert, “Über den affirmativen Charakter der Kultur”, 2004 [1937b].

2 Ciência e crítica: a constituição de uma teoria da sociedade

“Die Kritik für sich bedarf nicht der Selbstverständigung mit diesem Gegenstand, denn sie ist mit ihm im reinen. Sie gibt sich nicht mehr als Selbstzweck, sondern nur noch als Mittel. Ihr wesentliches Pathos ist die Indignation, ihre wesentliche Arbeit die Denunziation.”

Karl Marx, Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel¹²³.

A formação de cunho filosófico de Max Horkheimer estabeleceu o diálogo crítico rumo à sociologia com os trabalhos e estudos no interior do *IfS*. Uma das fontes para essa guinada deve, a meu ver, ser observada na afinidade histórica e teórica entre essa disciplina e o foco sobre a mudança, a transformação e a transição sociais¹²⁴. Dentre os chamados “pais-fundadores”, como Auguste Comte, Karl Marx e Émile Durkheim, para citar apenas alguns, essa temática é evidente. Agora, mais do que somente voltar-se a esses problemas, a marca capilar desse tratamento científico é o recurso a dados empíricos que embasem os diagnósticos, elemento de notória relevância para os projetos de Horkheimer.

Com efeito, é lugar-comum, na literatura dos intérpretes que se ocupam da assim designada ‘primeira geração’ da ‘Escola de Frankfurt’, atentar ao fato de que o marxismo esteve presente de forma cifrada na maioria dos escritos publicados por seus integrantes. Assim, é evidente que afirmações como aquela a seguir, feita por Horkheimer em carta de 1971, constituem indícios do caminho investigativo a ser tomado: “*Após a nossa emigração para a América, passando por Genebra, sem dúvida a interpretação marxista dos acontecimentos sociais permaneceu determinante para nós, o que, no entanto, não quis dizer que tivéssemos orientado nossa posição pelo fio condutor de um materialismo dogmático*”¹²⁵. Dessa forma, a partir do fato de a referência a Marx ser explicitamente assumida por esse teórico, pode-se indagar de que maneira ela se expressa e considero que, para tanto, cabe percorrer sucintamente o desenvolvimento inicial da teoria crítica de suas bases essencialmente filosóficas até o abarcamento do materialismo histórico-dialético.

¹²³ “Não há necessidade de a crítica esclarecer este objeto frente a si mesma, pois dele já não se ocupa. Esta crítica não se conduz como um *fin em si*, mas, tão somente, como um *meio*. Seu sentimento essencial é a *indignação*; sua tarefa essencial, a *denúncia*” (*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*, p. 380).

¹²⁴ Cf. ABRAMS, Philip, “Das Bild der Vergangenheit und die Ursprünge der Soziologie”, 1981 [1972]. Uma argumentação suplementar que procura questionar a proximidade entre a sociologia e o conservadorismo, e que também cerceia outros assim chamados ‘mitos’ similares, encontra-se em GIDDENS, Anthony, “Die klassische Gesellschaftstheorie und der Ursprung der modernen Soziologie”, 1981 [1976].

¹²⁵ Cf. HORKHEIMER, Max, “Vorwort”, 1991 [1971], p. 9. Trata-se de resposta a Jay, que solicitou um prefácio à primeira edição alemã de seu livro sobre a história de criação do Instituto, *A imaginação dialética*, que Horkheimer deixa de redigir em virtude de seu estado de saúde, mas lhe envia tais breves comentários.

Ao falar em bases ‘filosóficas’, observe-se o fato de que o nascedouro da trajetória acadêmica de Horkheimer se deu, em termos formais, sob a influência de professores que se assumiam filósofos. Da apropriação desse tipo de pensamento com a sua experiência de vida é que se origina, portanto, a visada da teoria crítica, sendo, por isso, leviano ignorar a contribuição trazida por ela. Ao mesmo tempo, a tonalidade do ‘marxismo’, termo tão controverso ao ser associado a essa vertente teórica, detém suas especificidades que cabe delinear e destacar, na tentativa tanto de ilustrar quanto de qualificar o motivo que me leva a partilhar da interpretação de que se trata da corrente dominante para a teoria de Horkheimer.

2.1 O conhecimento como questão para Max Horkheimer

As etapas iniciais da trajetória acadêmica – no sentido ‘profissional’ do termo – de Horkheimer marcam sua atenção ao tema da produção do conhecimento. Isso é explícito tanto em sua tese de doutoramento (1922) quanto na tese de habilitação (1925)¹²⁶, em que trata primeiramente da antinomia que estaria presente na crítica da faculdade de julgar kantiana e, subsequentemente, elabora uma crítica a alguns dos pressupostos subjacentes à compreensão de que a crítica do juízo constituiria o elo entre a filosofia teórica e a filosofia prática. Em ambos os textos, torna-se patente a importância teórica atribuída por

¹²⁶ Cf. HORKHEIMER, Max, “Zur Antinomie der teleologischen Urteilskraft” (*HGS 2*), 1987 [1922], e “Über Kants *Kritik der Urteilskraft* als Bindeglied zwischen theoretischer und praktischer Vernunft” (*HGS 2*), 1987 [1925a]. A tese de habilitação equivaleria, no sistema alemão da época, em alguma medida à tese de livre-docência no Brasil. Ela faz com que o professor-doutor obtenha o título de *Privatdozent*, o que lhe oferece a autorização de ministrar disciplinas em diversas universidades, mas sem estabelecer um contrato por tempo indeterminado – para esse último caso, teria de tornar-se *Ordinarius*, o que se aproximaria do antigo catedrático. Para uma reconstrução detalhada da história do *Privatdozent*, cf. BUSCH, Alexander, *Die Geschichte des Privatdozenten*, 1959, em especial pp. 7-23 e 41-60.

Em escrito de 1920 (“Das Wirtschaftsprinzip” (*HGS 11*), 1987 [1920]), quando dedicava grande parte de seus estudos à economia política, Horkheimer demonstra o mesmo interesse ao ocupar-se da crítica ao “princípio econômico”, a saber, o da minimização dos meios para atingir determinado fim. Cabe destacar, ainda, que a orientação de seu pensamento nesse período é explicitamente fenomenológica, tendo sido fortemente influenciado pelo debate entre Cornelius e Husserl. Um texto postumamente publicado – sem datação precisa – que se aproxima de sua tese também comprova esse viés. Em sua nota introdutória, os editores ressaltam a distância que se fará presente nos escritos posteriores como próxima da auto-crítica. Tendo a concordar com a explicação avançada por Gunzelin Schmid Noerr, de que o cumprimento das obrigações ligadas à titulação acadêmica, que lhe possibilitou assumir posições professorais na academia, encerrado com a habilitação, tenha fomentado maior liberdade para que Horkheimer pudesse distanciar-se de um estilo preso ao seu orientador. Cf. HORKHEIMER, Max, “Das Unmittelbar Gegebene als Urgrund der Erkenntnis. Zur Kritik der Kantischen mechanistischen Erkenntnistheorie” (*HGS 11*), 1987 [1921/22?] e NOERR, Gunzelin Schmid, “Nachwort des Herausgebers”, 1987c, bem como o texto de Erwin Rogler (“Horkheimers materialistische >Dechiffrierung< der transzendental-philosophischen Erkenntniskritik”, 1986), que aprofunda o modo como as contribuições de Kant reaparecem em textos posteriores, ainda que considere – sem justificá-lo textualmente – que Horkheimer tenderia, ao final de sua vida, a um entendimento naturalista e biologizante do desenvolvimento humano.

Horkheimer ao seu orientador, Hans Cornelius¹²⁷, e que também explica o fato de tais estudos encontrarem-se imbuídos da escrita e do enfoque fenomenológicos.

Nos anos seguintes iniciou as atividades docentes na Universidade de Frankfurt. Dado que na habilitação obteve a *venia legendi* em filosofia, coube-lhe ministrar cadeiras sobre a história dessa disciplina, sendo a aula inaugural de 1925 intitulada “Kant e Hegel”, e a primeira disciplina abordou o tema da filosofia idealista alemã, demarcada por ele de Kant a Hegel. Através das anotações de aula publicadas em suas obras completas, observa-se o significado atribuído à dialética de Hegel, contraposta à crítica do conhecimento de Kant¹²⁸. Assim, enquanto Kant estabeleceria explicações sempre parciais da experiência humana, sem abarcar o elo através do qual se originaria o conhecimento propriamente dito, que teria de residir além de uma relação mecânica entre essas partes, Hegel congrega também a crítica do pensamento em si, pondo em questão as formas de mediação da experiência. Apesar de o ano de redação desses textos ser o mesmo de sua habilitação, já é possível notar a mudança na filosofia subjacente à sua crítica e que, também, se revela na forma da escrita.

A observação que faz quanto ao primeiro período do idealismo, imbuído da doutrina do esclarecimento, onde destaca a noção unificada de humanidade, expressa, ao mesmo tempo, o reconhecimento da contribuição desse pensamento, que parte da razão como elo de ligação entre os humanos, e a crítica à idéia de que, por isso, esse elemento seria despido de história¹²⁹. Esse racionalismo é que justificará a preocupação essencialmente eurocêntrica

¹²⁷ O que destaca na filosofia de Cornelius é sua contribuição ao problema da consciência, tema que constitui ponto central do pensamento filosófico desde René Descartes. Em especial é a menção à importância de estabelecer nexos entre os acontecimentos isolados, assim como a alusão à psicologia da *Gestalt*, que se sobressaem em sua interpretação. Para esta e outras referências similares, ver os cinco textos de homenagem escritos por Max Horkheimer (cf. “Würdigungen” (HGS 2), 1987 [1923-1931]). Décadas mais tarde Horkheimer (cf. “Philosophie und Studium” (HGS 8), 1985 [1949], p. 369) citará explicitamente o nome de Adhémar Gelb como quem buscou superar a separação de “ciência especializada” e “discernimento universal” antes que a especialização tomasse conta do empreendimento científico.

¹²⁸ “A filosofia hegeliana visa mostrar como os fatores intelectuais, as formas do entendimento e da compreensão, assim como todas as determinações e relações em geral, apenas podem ser essas e ser reconhecidas como essas as quais Kant desvendou, pois esse conteúdo, esse mundo real se expande dessa e não de outra forma na natureza e na história”. HORKHEIMER, Max, “Kant und Hegel” (HGS 11), 1987 [1925b], p. 115 – grifos no original.

¹²⁹ “Essa visão, de que tudo o que teria uma face humana, estaria dedicado na mesma medida à realização dos ideais mais elevados, é o traço fundamental do esclarecimento [Aufklärung]. Todas as diferenças entre indivíduos, povos e raças parecem, ao esclarecimento, como apenas acidentais; pois a verdadeira essência do ser humano é a razão [Vernunft] igual em todos [...]”. HORKHEIMER, Max, “Vorlesung über die Geschichte der deutschen idealistischen Philosophie”, (HGS 10), 1990 [1925-1926], p. 124. Para o que vem a seguir, cf. *ibid.*, pp. 126 e 127. É importante notar que, apesar da influência de Arthur Schopenhauer (*Id.*, “Beantwortung der Frage [...]” (HGS 11), 1987 [1921?]) e Friedrich Nietzsche (*Id.*, “Zum Rationalismusstreit [...]” (HGS 3), 1988 [1934a], pp. 202/203 e 212/213 e “Bemerkungen zu Jaspers’ Nietzsche” (HGS 4), 1988 [1937e]) sobre a história da filosofia alemã e, igualmente, sua referência para o pensamento horkheimereano, ele deixa de recuperar tais contribuições durante os primeiros anos em que lecionou. Ver ainda, a esse respeito, o artigo de Alfred Schmidt (“Max Horkheimer’s Intellectual Physiognomy”, 1993).

do pensamento filosófico praticado durante aquele período. Sabe-se, ainda, que no caminho por tal pensamento Horkheimer focou as “Falas à nação alemã”, de Fichte, realizadas em meio ao engajamento político por ocasião da invasão francesa, onde delineia a importância que a educação assumiria para o restabelecimento do povo alemão. Era apenas esse caráter específico que, na perspectiva da futura Alemanha unificada, poderia dar vazão a uma cultura fortalecida. Simultaneamente, o substrato do racionalismo constitui a entrada para que, futuramente, a teoria crítica mantenha determinados laços com o alicerce posto pela *Aufklärung*, ao salientar os estudos que examinem as condições de produção da razão.

Ainda em 1926, ele ministra “Introdução à filosofia da contemporaneidade”, em que foca o retorno de magnitude da filosofia no âmbito do pensamento científico na Alemanha. Sua retomada assume dupla importância, pois permite restituir o viés interpretativo das correntes de maior relevância do pensamento filosófico, na visão de Horkheimer, sobretudo ao focar a questão do conhecimento. Se localiza, posteriormente à influência do idealismo de Hegel, Schelling e Fichte, um período de perda de relevância da filosofia, na passagem do século XIX ao XX ele identifica dois processos que voltam a lhe conceder premência: (i) a separação da psicologia moderna face às ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e (ii) a distinção entre a psicologia e a filosofia¹³⁰. Se a psicologia moderna, notadamente com a ascensão de sua vertente experimental, passa a adotar métodos derivados das ciências exatas, ela se distingue em termos do objeto do saber, ao reservar um domínio específico ao estudo dos fenômenos psíquicos (da consciência), contrapostos aos fenômenos físicos. Em um segundo momento, dada a autonomização da psicologia como disciplina científica, ocorreu o distanciamento face à filosofia, que foi de caráter recíproco: se aquela passou a orientar-se por uma metodologia predominantemente empírica, entre os representantes dessa entendia-se que, na esfera da psicologia, as principais questões de sua história, como a ética e a moral, estavam relegadas ao segundo plano ou eram desconsideradas.

A questão aqui abordada por Horkheimer, de uma separação entre a formulação do problema de investigação e a reflexão acerca de seu sentido, constituem um marco de todo o seu pensamento posterior. No contexto citado, vale retomar o estudo de Plessner acerca da organização da pesquisa na universidade alemã, que compreende esse processo no esteio da

¹³⁰ Cf. HORKHEIMER, Max, “Einführung in die Philosophie der Gegenwart (Vorlesung)” (*HGS 10*), 1990 [1926], pp. 187-212. Dentre os representantes dessa nova corrente, que também incluiu a psicofísica, os principais nomes citados por ele são Emil du Bois-Reymond, Gustav Theodor Fechner e Rudolf Hermann Lotze. A noção de uma perda da relevância daqueles sistemas filosóficos é interpretada, por Schnädelbach, no esteio da ascensão da história como uma disciplina científica – o que incluiu o surgimento do historicismo – em detrimento do papel exercido pela filosofia da história. Ele também aprofunda a ligação existente entre a filosofia e a psicologia e que, como se vê, persistiu algum tempo. Cf. SCHNÄDELBACH, Herbert, *Philosophie in Deutschland [...]*, 1991 [1981], pp. 13-24, 85-87 e 123-128.

separação das esferas sociais que tem, também, implicações para a prática científica. A partir disso é que pôde afirmar: “*Em uma sociedade estruturada de acordo com a profissionalização disciplinar [fachberuflich], o próprio trabalho da ciência, que participa do processo de especialização e de progresso, também se estrutura de maneira especializada*”¹³¹. Ou seja, a cisão que levou ao declínio dos sistemas filosóficos abrangentes teve sua origem no próprio processo de produção da realidade social. Estaria marcado, igualmente, pela crescente mecanização e despersonalização das atividades diárias e que, pouco a pouco, estender-se-ia a diferentes esferas, traduzindo a demanda de um processo social mais amplo para a rotina da pesquisa. Apenas dessa forma é que “*a adaptabilidade da sociedade moderna avalizada nos pressupostos (e, portanto, nos resultados) se exprime sob duplo aspecto: como industrialização da ciência e como racionalização da vida social*”¹³². Se a matriz weberiana dessa análise é patente, a semelhança com a explanação horkheimereana ficará mais evidente quando se adentra a fase de esboço da teoria crítica propriamente dita, através dos artigos da década de 1930.

Horkheimer tem sua própria interpretação desse processo: “*Por nossa vez, acreditamos que naquela sociedade dos anos sessenta, setenta e oitenta, que, numa alegria juvenil, virava todas as forças intelectuais na Alemanha para as ciências positivas, interessadas unicamente em investigar a natureza quanto a regularidades, para assim dominá-la e deixá-la a serviço dos fins sociais, precisava ascender a necessidade de compreender esses fins propriamente ditos como eternos e justificados*”¹³³. Observa-se o

¹³¹ PLESSNER, Helmuth, “Zur Soziologie der modernen Forschung und ihrer Organisation in der Deutschen Universität – Tradition und Ideologie”, 2003 [1924], p. 13. A expressão “*fachberuflich*”, em virtude de ser a contração de dois termos, comum no alemão, carece de tradução adequada no português. É composta pelo substantivo “*fach*”, que significa “disciplina” ou “matéria” (no sentido escolar do termo) e pelo adjetivo “*beruflich*” (derivado do substantivo “*Beruf*”), com o sentido de “profissional”. Ou seja, dependendo do contexto, a ênfase pode recair sobre a especialização ou a profissão.

Plessner também destaca a importância de uma perda de referência da religião no mundo, que ocorre paralelamente à idéia de que o ser humano exerceria, face à noção de um destino divino, um papel mais relevante como sujeito da história. Assim, “*correspondentemente, a pesquisa necessita de seres humanos com um centro gravitacional de interesse deslocado para o futuro*”. *Ibid.*, p. 15 – grifos no original.

¹³² PLESSNER, Helmuth, “Zur Soziologie der modernen Forschung und ihrer Organisation in der Deutschen Universität – Tradition und Ideologie”, 2003 [1924], p. 17 – grifos no original.

¹³³ HORKHEIMER, Max, “Einführung in die Philosophie [...]” (*HGS 10*), 1990 [1926], p. 210. Continua, expressando o avanço da especialização científica: “*A formação da moderna psicologia experimental como ciência própria de fato faz parte da linha geral de desenvolvimento daquela ciência natural derivada do esclarecimento, e esse desenvolvimento não é, de modo algum, separável daquele da filosofia*”. Para a explanação a seguir, cf. *ibid.*, pp. 216-222. Ela se insere na crítica que efetua à escola neokantiana de Marburgo (como Hermann Cohen, Paul Natorp e Ernst Cassirer), onde toma por precária a tentativa de restaurar as ciências naturais como modelo do conhecimento filosófico, a partir de pretenso erro atribuído a Kant, sugerindo uma construção que pode ser entendida como *petitio principii*. Objetivo diferente é o de Ernst Mach que, filiado ao positivismo inglês, sequer concebe sua abordagem em termos filosóficos. Nesse esteio é que o conceito de *metafísica* deixa de ter acepção científica. Cf., respectivamente, *ibid.*, pp. 212-241 e pp. 257-267. Horkheimer elabora a crítica a Mach na resenha do livro de Lênin *Materialismo e empiriocriticismo* (“Über Lenins Materialismus und Empiriokritizismus” (*HGS 11*), 1987 [1928/29]).

aparecimento de um tema essencial no diagnóstico crítico que será desdobrado futuramente: a *dominação da natureza* como subjacente a uma determinada trajetória do pensamento científico que reaparecerá de múltiplas maneiras. Sua raiz também está na perda da unidade, identificada por René Descartes, das formas de pensamento humano: o nascedouro da filosofia é tributário de uma relação intrínseca entre as questões que afligiam a humanidade e a busca por explicações científicas. A *razão pura* de Kant ainda apresentava traços dessa unidade, na medida em que procurava estabelecer o nexo do conhecimento, fundado sobre os juízos sintéticos *a priori*, que constituiriam o alicerce da percepção humana e, logo, das explicações providas pelas ciências naturais – que teriam, portanto, validade universal.

Quando passa à filosofia da vida, em que são elencados Henri Bergson, Wilhelm Dilthey e Georg Simmel, é possível deparar-se com o traço unificador das concepções anteriormente apresentadas. “*Não apenas a física, a química, a matemática, a história, todo tipo de ciência particular [Einzelwissenschaft], mas também a própria filosofia, reflexão sobre o fazer científico, é de acordo com eles formulação conceitual, pensamento, comportamento racional. A ciência é teoria sistemática, aspiração por um nexo uniforme, pensamento ordenador*”¹³⁴. Tal definição aparece no esteio dos diversos matizes neokantianos apresentados, que compartilham integralmente a noção de que se trata, na atividade científica, de uma abstração conceitual, ou seja, a terminologia utilizada *per se* não é passível de ser verificada empiricamente de maneira singular, e o acento deve ser o de formular a *teoria*, questão que permeará todo seu pensamento posterior.

Após focar a filosofia bergsoniana, Horkheimer volta-se à concepção de Simmel com dois objetivos internamente ligados: demonstrar sua diferença face à perspectiva de Bergson, visto aquele pressupor o caráter histórico da percepção de modo a distingui-la de manifestações inatas e, portanto, eternas; ele vai além ao afirmar que, para Simmel, a ciência é uma “forma cultural” (*Kulturform*), assim como o direito, a economia e o estado, para citar algumas. Por fim, traça o diagnóstico subsequente do entendimento simmeliano:

¹³⁴ HORKHEIMER, Max, “Einführung in die Philosophie der Gegenwart (Vorlesung)” (*HGS 10*), 1990 [1926], p. 268. Malgrado o reconhecimento da necessidade de abstração e da tarefa organizadora que marca o pensamento científico moderno, é curiosa a falta de alusão ao conceito do *tipo-ideal* de Weber, a meu ver demonstrativa da distância que procurava, à época, manter face à identificação com a sociologia. Em passagem anterior ele aborda a Escola de Heidelberg como contraposta ao neokantismo da Escola de Marburgo, que se encontra cristalizada nas obras de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert. A distinção fundamental é separar os grandes ramos científicos: se as ciências naturais (*Naturwissenschaften*) procuram por regularidades que possam ser universalizadas para toda a realidade, a abordagem histórica, predicado das ciências culturais (*Kulturwissenschaften*), busca precisamente o contrário, a saber, compreender eventos específicos, temporal e espacialmente condicionados e que, portanto, têm caráter particular, sem se prestar a estabelecer generalizações mas permitindo, no máximo, a observação de similitudes; cf. *ibid.*, pp. 241-257. À p. 256 remete adicionalmente ao problema da determinação dos valores: “*Se um homem de significação acentuada, como Max Weber, pôde filiar-se aos fluxos de idéia de Windelband e Rickert, então é essencialmente nesse local que se deve procurar um ponto de atrelamento*”.

“Que a vida apenas possa, fundamentalmente, encontrar sua realização nessas formas, faz parte de sua essência. Que elas se autonomizem [verselbständigen], ‘reifiquem’ (como diz a expressão moderna) e, finalmente, se tornem a restrição da vida, é uma visada a ser auferida pela história. Esquecer e ocultar a gênese histórica constitui seu caráter fetichista [Fetischcharakter], e quase todas as instituições dos domínios da cultura têm, hoje, tal caráter fetichista. Desocultá-lo é uma tarefa essencial da crítica filosófica”¹³⁵. Nessa referência a Simmel Horkheimer marca, ainda que pouco cite esse pensador, o significado de sua teoria social (para ir além do rótulo disciplinar de seus escritos que abrangem, sobretudo, a psicologia¹³⁶, a filosofia e a sociologia) para um tratamento crítico da realidade.

¹³⁵ HORKHEIMER, Max, “Einführung in die Philosophie der Gegenwart (Vorlesung)” (HGS 10), 1990 [1926], pp. 293 e 294. Aspas e expressão entre parênteses no original. O desenvolvimento do restante do parágrafo está em *ibid.*, pp. 267-294, em especial pp. 289 e segs. Para uma leitura da sociologia simmeliana na chave do conceito de reificação, com atenção especial à mediação entre Marx e Weber, cf. VANDENBERGHE, Frédéric, *Une histoire critique de la sociologie allemande*, 1997, pp. 111-152.

Na página 325, quando adentra a questão do historicismo, Horkheimer recorre à expressão weberiana “desencantamento do mundo” (*Entzauberung der Welt*). Além disso, na página 243, responsabiliza as mudanças sociais e o aguçamento das contradições sociais que se seguiu pela relevância adquirida por parte daquele “materialismo histórico-dialético, oriundo da esquerda hegeliana através de Feuerbach [...]”. Remeto ao comentário de Alfred Schmidt (“Nachwort des Herausgebers”, 1990 [1989]) quanto à centralidade atribuída às mudanças históricas: se em diversos escritos de Marx, que se contrapõe ao materialismo de Feuerbach, é possível encontrar o enraizamento histórico de sua teoria, a “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel” é um dos primeiros textos orientado explicitamente por essa questão, através da alusão ao descompasso existente entre as condições históricas da Alemanha e sua realidade espiritual. Cf. MARX, Karl, “Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung”, 1976 [1844].

A preocupação com o engessamento das categorias analíticas conjugava-se, à ocasião, com a crítica às concepções dogmáticas do marxismo. Ainda que esse tema fosse deixado de lado nas aulas, em virtude de seu caráter estritamente filosófico, pode ser encontrado, por exemplo, em seu diário filosófico: “[...] não é tão imaterialista quanto o marxista que esquece a realidade do indivíduo por conta do conceito de classe e propaga a moral de classe de acordo com a qual para um futuro, que sequer se precisa vivenciar, o indivíduo deve estar preparado a sacrificar tudo, sem pressentir seu fundamento cristão”. HORKHEIMER, Max, “Philosophisches Tagebuch” (HGS 11), 1987 [1925-1928], p. 251, 13 de março de 1926. A entrada de 16 de dezembro de 1926 (p. 258) verte essa inércia para o problema da teoria como um todo: “Talvez toda a crise científica do presente resulte de que, de um lado, ela toma seus cálculos das ciências naturais por enunciados absolutos e, de outro lado, sua visada de verdadeiros critérios por teses das ciências naturais. No conceito de teoria tudo é miscigenado e embaralhado”. Com efeito, transparece uma dupla implicação dos estudos e do ambiente intelectual da época: percebe-se a psicologia como pano de fundo de seus diagnósticos aliada ao problema de obter distanciamento face ao conceito de marxismo dominante à época, indicando o diálogo com a psicanálise que a teoria crítica desenvolveria adiante.

¹³⁶ Horkheimer põe, aqui, as bases da crítica à fenomenologia que viria a desenvolver, notadamente no artigo “História e psicologia”, de 1932. No debate em torno da definição do conceito de história e da noção de historicidade que estava em voga, retoma o modo pelo qual essa corrente filosófica procurou assentar determinadas verdades acerca do humano, dissociando-o da realidade concreta e de uma interpretação que conjugasse tanto o processo social quanto a concepção dos indivíduos. “A verdadeira história, com suas múltiplas estruturas que abarcam os indivíduos, não é, como o corresponderia à filosofia da existência, apenas algo derivado, secundário, objetivado. Assim, a doutrina do ser no humano transforma-se, ademais como todo e qualquer tipo de antropologia filosófica, de uma ontologia todavia estática na psicologia dos seres humanos vivendo numa determinada época histórica” (“Geschichte und Psychologie” (HGS 3), 1988 [1932c], p. 50). O texto é tributário do crescente interesse – que se aprofundaria com o passar do tempo – adotado pela teoria crítica nos recentes incrementos da psicologia social. Naquele momento contrapõe a esse viés a filosofia da história de Hegel que, guiada pela lógica dialética, iria justamente na contramão da disposição a suplantiar a realidade histórica em favor do delineamento de conceitos absolutos.

A interpretação de Schnädelbach acerca desse processo também auxilia na elucidação das críticas de Horkheimer. Na disputa com o historicismo, a filosofia da vida de caráter fenomenológico, em sua tendência de busca pela ontologia e pela verdade abstrata, dá um passo atrás ao fundamentar as motivações que justificam a metafísica e o invariável como códigos para o entendimento do ser humano. Também reflete, portanto, a influência exercida pela psicologia. “*A filosofia da vida, através de suas próprias premissas conceituais, suspende a tradicional diferença entre natureza e cultura e facilita, assim, o sucesso de um biologismo universal na teoria da cultura, que volta a culminar no racismo nacional-socialista*”¹³⁷. Do ponto de vista da organização do conhecimento, esse viés é ainda mais importante a se considerar, pois as ciências históricas (ou *culturais*, ou *do espírito*, dependendo da corrente) ainda batalhavam por sua afirmação como disciplinas face ao predomínio da fisiologia e de seus derivados.

Na introdução a um ensaio de 1928, postumamente publicado, cujo intuito era consolidar o conteúdo do curso anteriormente citado, a disputa em questão apresenta-se de maneira mais coesa e explícita. Trata-se, na acepção horkheimereana, de escapar ao (falso) dualismo entre a “certitude” da ciência e a “verdade” da filosofia, tributário da visão que associa o viés do positivismo e do racionalismo matemático-mecanicista ao pensamento científico, guinada que vê prestes a ter início. “*Aqui surge, como importante fator teórico, a doutrina da sociedade [Lehre von der Gesellschaft] mesma. [...] Ela preservou algo da herança do idealismo dialético*”¹³⁸. Se o restante do texto se restringe a retomar o *modus*

¹³⁷ SCHNÄDELBACH, Herbert, *Philosophie in Deutschland* [...], 1991 [1981], p. 183 – grifos no original. O desenvolvimento da relação de acoplamento e separação entre esses domínios é compreendido da seguinte maneira: “*No século XIX, a psicologia não mais continua em vigor como disciplina filosófica, mas sim como científico-experiencial [erfahrungswissenschaftlich]; por conseguinte, as doutrinas de valor [Wertlehren] filosóficas que procuram se delimitar face ao ‘psicologismo’ prevalecem não mais como teorias empíricas, mas sim como teorias independentes da experiência*”. *Ibid.*, p. 206 – aspas no original.

¹³⁸ Cf. HORKHEIMER, Max, “Zur Emanzipation der Philosophie von der Wissenschaft” (*HGS 10*), 1990 [1928], pp. 335-340. A citação acha-se à página 339. De acordo com os organizadores e editores das obras, o texto em pauta encontra-se revisado e preparado para publicação, mas jamais chegou a sê-lo. Pode-se inferir o sentido preciso da expressão “*Lehre von der Gesellschaft*”, que traduzi por “doutrina da sociedade” e que nesse período, em virtude de sua contraposição à filosofia refere-se, provavelmente, à sociologia. Essa inferência pode ser fundamentada levando-se em conta que, em outro texto, tal definição é explicitamente estabelecida: “*A sociologia é a doutrina da sociedade*”. *Id.*, “Über Sinn und Grenzen einer soziologischen Behandlung der Philosophie” (*HGS 11*), 1987 [1930?], p. 214.

É também nesse período que trava o primeiro embate com a sociologia. Em artigo de 1930 elabora a crítica ao conceito de ideologia desenvolvido por Karl Mannheim na obra *Ideologia e utopia*. Destaca a presença de elementos marxistas na teoria mannheimiana, mas enfatiza o fato de, malgrado seus esforços, a tentativa de desenvolver uma espécie de conceito “total” de ideologia fazer com que seja incapaz de desvencilhar-se da herança tanto do idealismo filosófico alemão quanto de aspectos que sugerem a existência de uma metafísica subjacente a uma essência humana a ser descoberta por essa sociologia. “*No contexto da sociologia do conhecimento, o conceito moderno de ideologia é colocado a serviço de uma tarefa que vai de encontro à teoria da qual ele se origina. Marx queria transformar a filosofia em prática e ciência positivas, já a sociologia do conhecimento persegue um objetivo final filosófico*”. *Id.*, “Ein neuer Ideologiebegriff?” (*HGS 2*), 1987 [1930b], p. 276 – grifo no original. Ver, ainda, *ibid.*, pp. 281 e segs.

operandi da aula, qual seja, referir-se às principais correntes de pensamento que antecedem esse momento, nessa breve alusão está dada uma amostra do foco que orientaria sua prática de pesquisa, e que se tornaria mais explícito no final dessa e início da próxima década.

O intérprete Gunzelin Schmid Noerr nota as referências cifradas aos fundadores do materialismo histórico a partir da segunda metade da década de 1920, lembrando tratar-se de uma opção teórica de Horkheimer, visto ainda não ter se tornado generalizada a restrição de referências a Marx¹³⁹. Destaca, também, a presença explícita da mediação da psicologia, decorrente do início de sua primeira graduação, ocasião em que chegou inclusive a cogitar o doutoramento nessa disciplina. É importante ter isso como pano de fundo para que se entenda a origem desse debate com a psicologia, bem como reter que esse aspecto de sua formação constituiu o primeiro contato com a ciência social empírica.

Como se pôde notar, Horkheimer constrói essa história das idéias para além de uma preocupação com as fronteiras disciplinares, ao referir-se a filósofos, historiadores, físicos, psicólogos e sociólogos – e essa escolha tem, a meu ver, uma implicação teórica central. A sua preocupação consiste, *de facto*, em localizar e reconstruir determinadas condições de possibilidade de produção do conhecimento e, por conseguinte, na medida em que as deriva da definição de Kant, de produção da razão. Assim, encerrará o curso com seu juízo sobre o método a ser seguido. “Mas, acima de tudo, creio que os motivos mais significativos não provêm da filosofia pura, mas das próprias ciências, que se encontram num nexo imediato com a vida e nas quais se processa uma revolução completa”¹⁴⁰. Aqui se pode, com nitidez, identificar as sementes da proposta que procurará levar a cabo, notadamente a partir da década de 1930, no interior do *IfS*: sem ignorar a tradição de pensamento que denomina de “filosofia social”, mobiliza aquelas disciplinas científicas que expressem tentativas de elucidar criticamente a realidade e que constituam, portanto, um elo com a sociedade. O modo de apresentação assenta o caráter negativo desse método, ao traçar seu escopo a partir da crítica às outras fontes da filosofia de seu tempo, focando a gênese de uma teoria social.

Sua importância é ainda maior dada a resistência de diversos intérpretes a notar essa continuidade no pensamento de Horkheimer, a saber, a persistência do valor que concedia ao tratamento teórico-científico dos problemas. Quando falo aqui de *ciência* refiro-me não

¹³⁹ Cf. NOERR, Gunzelin Schmid, “Nachwort des Herausgebers” (*HGS* 2), 1987a.

¹⁴⁰ HORKHEIMER, Max, “Einführung in die Philosophie der Gegenwart (Vorlesung)” (*HGS* 10), 1990 [1926], pp. 332 e 333. O trecho continua: “Em contraposição a um grande número dos filósofos que mencionei ao final, ainda creio que o entendimento [Verstand] científico e o seu trabalho contribuirão mais para o alcance intelectual do que aquelas orientações que acreditam dele poder abrir mão. [...] há uma física moderna, há orientações psicológicas novas e atuais, há a sociologia e pretensões aparentadas, que apenas precisam ser livradas de suas superstições e de seu convencimento absolutizador, para poder empregá-las como instrumentos úteis”.

somente à noção do procedimento crítico e reflexivo que lhe estaria subjacente na acepção kantiana, ou sob a perspectiva da dialética idealista hegeliana e, posteriormente, materialista em Marx, mas, igualmente, à centralidade representada pelos *procedimentos de pesquisa* empíricos constitutivos das disciplinas às quais faz referência. A conjunção desses fatores marca a possibilidade de balizar a prática acadêmica por um tratamento teórico dialético, histórico e concreto da realidade dada; a disposição a empregar esses diferentes meios de olhar para a realidade como base para pensar a sua transformação.

Face à necessidade de obter uma cátedra na universidade, no intuito de tomar posse na direção do *IfS*, publicou *Sobre as origens da filosofia da história burguesa*, em que dá atenção especial às contribuições de Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Giambattista Vico para a concepção da filosofia da história. Com relação a Maquiavel destaca-se o comentário acerca da relação com a abordagem derivada das “*ciências naturais mecânico-matemáticas*”, as quais têm como pressuposto a continuidade da ‘natureza’, ou seja, as chamadas leis explicativas do presente valem para o futuro, perfazendo uma regularidade que se contrapõe às tendências de transformações qualitativas. Já a visão hobbesiana destaca a importância da universidade para uma determinada orientação histórica na Idade Média: “*De acordo com ele as universidades, como os espaços de reprodução mais importantes das apreciações dominantes, precisam, durante a organização de seu trabalho científico, corresponder aos fins do estado*”¹⁴¹. Aqui se expressa a retomada¹⁴² de um

¹⁴¹ HORKHEIMER, Max, “Anfänge der bürgerlichen Geschichtsphilosophie” (*HGS* 2), 1987 [1930a], pp. 182 e 225, respectivamente.

¹⁴² Cf., ainda, HORKHEIMER, Max, “Hegel und das Problem der Metaphysik” (*HGS* 2), 1987 [1932]. Tal viés também marca o citado livro “*Crepúsculo*”, onde expõe a crítica aguçada às relações de dominação e exploração, às contradições de classe e a elementos do processo de socialização, notadamente nos âmbitos da cultura, distinta por um pano de fundo marxista – em uma época na qual não mais era possível manifestar publicamente apreço à teoria de Marx. Cf. *id.*, *Dämmerung* (*HGS* 2), 1987 [1926-1931a]. A guinada materialista pode ser situada com maior acuidade – na acepção histórico-dialética – em outro texto postumamente publicado, de 1926, que expressa exemplarmente esse movimento. Nele contrapõe, sob o viés da ética, a filosofia prática kantiana à filosofia dos valores fenomenológica. Explicita-se o distanciamento face à fenomenologia, que se manteria no plano das idéias ao delinear preceitos ético-morais absolutos e que passam a servir como um apoio, uma espécie de conforto, dada sua distância em relação à realidade, enquanto a prática de Kant expressa o anseio pela transformação. “*O assim chamado rigorismo de Kant desemboca, ao final, em que o presente nunca deve ser bom o suficiente, que o relevante reside no fazer, isto é, na mudança, e que este fazer liga-se – como dito – de acordo com as palavras do próprio Kant, a uma mudança do mundo humano, isto é, da sociedade. [...] Aqui Hartmann não vê a desvalorização e a dessacralização do mundo em uma realidade mal-organizada, não na existência do sofrimento, da repressão, do horror, por exemplo, que as grandes potências da Europa e da América disseminam por todas as partes da terra, ele não a vê nas atrocidades que os seres humanos causam diariamente para a manutenção de determinados privilégios, não na organização fática da sociedade [...]. Assim é que também o meio de auxílio é visto em uma transição espiritual, em uma renovação da cultura, e não na transformação das relações práticas*”. *Id.*, “Phänomenologische Wertphilosophie und Kants praktische Philosophie [...]” (*HGS* 11), 1987 [1926], pp. 140 e 141. Neste texto, Horkheimer dialoga com a corrente da fenomenologia, sobretudo a *Ética*, de Nicolai Hartmann. O problema da fenomenologia consiste, basicamente, em preservar os laços com o alicerce teológico que, no mais tardar, a filosofia kantiana havia rompido, no que, por ater-se a uma noção de idealidade transcendental, impede o exame crítico da realidade.

pensamento que, posteriormente, seria norteado de modo explícito para o desvelamento das contradições, movimento que entendo incidir em dois níveis. De um lado, ao apontar as contradições que marcam a história cotidiana, o plano da realidade concreta; de outro lado, na crítica metateórica à distância entre o pensamento absoluto e essa realidade.

Ao abdicar da admissão de uma imutabilidade de traços particulares, componentes de determinada espécie de ‘natureza humana’, ou seja, a recusa em partilhar do ângulo ontologicamente fundado, continua como objeto da crítica horkheimereana a chave de recobrimento da filosofia de Kant. No esteio dessa trajetória ele se volta, em especial, ao reproche de uma vertente fenomenológica (e, dados os seus pressupostos, metafísica) da sociologia, que abarca autores como Hartmann, Scheler e Martin Heidegger, em que aponta, ainda, a falta de unidade da sociologia, existente em meio à tensão de constituir uma disciplina *científica*, tendo por modelo as ciências naturais – em especial a física –, mas que somente teria coesão no que se refere ao objeto. Incorre, de tal modo, numa simplificação ao subsumir a um mesmo ideário teórico autores como Oswald Spengler e Tönnies. Estes compartilhariam um problema essencial daquela época: “*A sociologia moderna está marcada, face à doutrina social [Gesellschaftslehre] de Hobbes e Spinoza, pela escassez de confiança quanto a uma mudança racional de seu objeto. Na medida em que haja unidade do objeto, ela reside no negativo: nada se pode mudar ou, ao menos, mudar rapidamente, precisa-se, antes, observar o objeto sociedade, ele é um objeto de pesquisa para uma ciência neutra, livre de pressupostos*”¹⁴³. Enquanto a principal obra de Spengler foi posteriormente abandonada pelo pensamento acadêmico alemão justamente em decorrência de críticas desse tipo, é difícil afirmar o mesmo de Tönnies, notadamente quanto à hipótese de que engessaria suas categorias, compreendendo-as como anistóricas, e, ainda, que de fato praticaria uma sociologia que nessa acepção poderia, talvez, ser rotulada como desengajada.

Para colocar tal viés do diagnóstico de Horkheimer acerca da sociologia em perspectiva, apóio-me em outro texto: um manuscrito onde põe o problema do sentido e das consequências de um tratamento sociológico da metafísica filosófica. Contrapõe-se, dessa forma, o objetivo de determinar o incondicionado, o *a priori*, à tarefa de investigar os

¹⁴³ HORKHEIMER, Max, “Zersplitterung und Einheitlichkeit der gegenwärtigen Soziologie” (*HGS 11*), 1987 [1928b], p. 170. Para o outro texto aqui referido, cf. *id.*, “Über das Recht soziologischer Interpretation” (*HGS 11*), 1987 [1928a]. A associação das ciências sociais à idéia de dominação é uma constante nos escritos horkheimereanos desse período, como se pode ver pela seguinte citação: “*A ciência da política deve sua origem nem ao amor puro pela verdade, tampouco ao entusiasmo especulativo por alguma forma de estado, mas antes aos fins práticos da dominação humana no interesse da disseminação do comércio e do ofício*”. *Id.*, “Zur Geschichte der Soziologie von Machiavelli bis Saint-Simon” (*HGS 11*), 1987 [1929a], p. 191. A crítica a Maquiavel elaborada nesse texto também se estende a Vilfredo Pareto, cf. *id.*, “Pareto und die ‘Frankfurter’ Soziologische Schule” (*HGS 11*), 1987 [1929b]. As duras críticas a Spengler estão em *id.*, “Zu Oswald Spenglers *Jahre der Entscheidung*” (*HGS 3*), 1988 [1933f].

condicionantes sociais da produção do mundo – a saber, da cultura, da ciência, dos seres humanos, das instituições, etc. – o que desembocará, também, na tentativa de explicar sociologicamente a própria metafísica. Logo, o estudo desses condicionantes constituiria a pedra angular do conceito de *crítica da ideologia*. “No processo de manutenção ou mudança das relações entre esses grupos, os assim chamados fatores culturais também desempenham um papel. Eles fortalecem ou enfraquecem o equilíbrio, fazem parte das tendências conservadoras, transformadoras ou implodidoras do sistema. Examinar esse papel da cultura para determinadas épocas é uma boa tarefa científica. A grande escrita histórica crítica nunca se esquivou completamente de abarcá-la, mas envolvê-las sistematicamente é uma empreitada para a sociologia”¹⁴⁴. Cabe-lhe, portanto, desvelar os aspectos subjacentes a essas relações sociais que, freqüentemente, produzem a visão de uma sociedade harmônica e, nesse movimento, ocultam a verdadeira dinâmica e as contradições que a constituem. Se reconhece o valor crítico que reside no enfoque sociológico manifesta, igualmente, preocupação quanto ao grau em que a disciplina, em seu contexto atual, dispõe-se a essa tarefa. Assim, Horkheimer escancara o possível conflito entre a prática de pesquisa da sociologia e as possibilidades intrínsecas à perspectiva sociológica dotada de dialética.

Iniciava-se na época o flerte explícito com a sociologia, ainda que este acabasse por se submeter, por ora, à disciplina da filosofia em virtude de sua presença nos conteúdos dos cursos ministrados por Horkheimer nesse primeiro período¹⁴⁵. Resta, no entanto, destacar

¹⁴⁴ HORKHEIMER, Max, “Über Sinn und Grenzen einer soziologischen Behandlung der Philosophie”, (HGS 11), 1987 [1930?], p. 217.

¹⁴⁵ Como se pôde observar por essa breve reconstrução, a remissão à teoria de Marx foi bastante rara nas aulas e textos de Horkheimer desse primeiro período. Ainda assim, quando se fez presente foi, sempre, marcada por um viés de questionamento ao materialismo ortodoxo em voga – que na literatura da época era, freqüentemente, denominado de marxismo vulgar. A interrogação dos variados matizes da filosofia da época abrange, igualmente, a definição de materialismo histórico. “A tese fundamental do materialismo concebe que as instituições políticas, jurídicas e pedagógicas, todos os tipos de representação das visões de mundo que se encontram dados, atuam hoje no sentido da manutenção de relações de produção obsoletas. Dessa tese decorre a necessidade de estudar, em toda a história e com o máximo de zelo, a dependência das mudanças culturais em relação às econômicas. [...] Apenas o metafísico, a saber, aquele cujos pensamentos são determinados pela ilusão de um conhecimento independente da prática, pode ser especialmente atingido pela réplica: ‘Correto! Mas isso também pode ser olhado de outra maneira’, pois o metafísico não crê possuir um aspecto, mas a totalidade, ‘a’ essência”. HORKHEIMER, Max, “Notizen zur Dämmerung” (HGS 11), 1987 [1926-1931b], p. 285 – aspas no original. Trata-se de aforismos, escritos no mesmo período e contexto da *Dämmerung*, texto mencionado *supra* que publicou, primeiramente, sob o pseudônimo de Heinrich Regius, e que foram excluídos da edição final. A idéia de fundamentar materialisticamente a interpretação dos fenômenos culturais e, ao mesmo tempo, observar de que modo a atividade científica está inserida em cada momento histórico concreto, é realizada na prática por Horkheimer, por exemplo, quando ministra o curso “História do materialismo” em 1957, onde retoma a concepção dessa teoria desde a antigüidade grega, com Demócrito e Epicuro, apontando sua relevância para o debate do materialismo histórico, sendo este, inclusive, o que contribuiu para que Marx fizesse sua tese sobre eles. Cf. HORKHEIMER, Max, “Geschichte des Materialismus” (HGS 13), 1989 [1957]. A crítica à criação e à sustentação de um saber “do todo”, “da totalidade”, “do infinito” e que precisaria, por conseguinte, ser ele próprio, também, “infinito”, reaparece, entre outros, em HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Metaphysik” (HGS 3), 1988 [1933a], pp. 86 e 87.

como tal ênfase é relevante na medida em que se pode observar que ao menos seria possível falar em uma clara reserva no que diz respeito à filiação à filosofia no sentido mais recorrente, em que se aproximaria do idealismo e da metafísica. Para ele, a sociologia começava a aparecer como viés teórico que poderia contrapor-se à dominância filosófica, uma orientação que ganhará força com o passar do tempo, balizada tanto por necessidades institucionais quanto em virtude do próprio rumo tomado pela produção do conhecimento.

2.2 ‘Ciência’ materialista? Perspectivas e mutações de uma visada teórica

Encerrada essa fase, em consenso com os intérpretes, convenciono assinalar o princípio de uma outra etapa que pode ser simbolicamente demarcada através do momento em que Horkheimer assume a direção do *IfS*. Se durante a década de 1930 mantém certa dedicação ao exame arguidor do idealismo filosófico, este passa a estar crescentemente acoplado à formulação da teoria da sociedade. Conquanto de fato haja referências explícitas a Marx, na absoluta maioria das vezes se vale do termo “materialismo”, freqüentemente acompanhado do epíteto “histórico” ou “dialético” – e a palavra “marxismo” permanece de todo ausente durante tal período, tendo em vista a preocupação em manter distância dos grupos de intelectuais esquerdistas vistos por ele como dogmáticos.

Como bem observa Hauke Brunkhorst, o tipo de contribuição de Horkheimer se distingue de outros filósofos e teóricos, inclusive da própria ‘Escola de Frankfurt’ (como Adorno e Marcuse). Embora seja responsável por delinear os fundamentos epistemológicos e travar o embate metateórico que dará origem à idéia da teoria crítica da sociedade, essa tarefa é marcada pela patente ausência de uma obra que sistematize essa vertente, visto que os traços dessa proposta encontram-se distribuídos em diversos artigos – diferentemente, por exemplo, do impacto provocado pelo livro *História e consciência de classe*, de Georg Lukács. Essa falta de sistemática é, no entendimento de Brunkhorst, compensada por um aporte vital: “*Entretanto, a operacionalização do paradigma como um programa de pesquisa social crítica, sua coalescência em uma escola científico-social, filosófica, a qual, entrementes, formou uma tradição própria, permanece o mérito intelectual decisivo de Horkheimer. Ele, não Lukács, foi o primeiro a, sem ambigüidade, liderar o marxismo para a conjunção com o programa de pesquisa das ciências sociais e, ao fazê-lo, estava seguindo um impulso originalmente filosófico*”¹⁴⁶. A meu ver essa passagem representa, de

¹⁴⁶ BRUNKHORST, Hauke, “Dialectical positivism of happiness: Max Horkheimer’s materialist deconstruction of philosophy”, 1993, p. 68. Considero excessiva a leitura de que esse impulso o induziu a “*ser um positivista extremo, influenciado pelo empiriocriticismo, cuja ontologia miúda, de estreito calibre, conhece apenas estímulos sensoriais e coisas individuais*”, o que deverá ficar evidente nos textos

um lado, a constelação programática e teórica que caracteriza o empreendimento esboçado, ao mesmo tempo em que, equivocadamente, desloca a centralidade para a filosofia: isso valeria caso se procure compreender o materialismo – claramente distinto da filosofia social, ainda que fortemente influenciado por esta – numa chave filosófica, porém o esforço de Horkheimer é precisamente inverso, pois procura mostrar a especificidade da visada materialista *vis-à-vis* suas raízes criticamente superadas do idealismo alemão.

Logo, a influência de pensadores como Lukács e Karl Korsch é, como afirma Alfred Schmidt, inegável: tem como referência o esforço desses teóricos em formular uma interpretação divergente do marxismo doutrinário e mecanicista expresso, para Horkheimer, na *II Internacional* e em diversos partidos comunistas, bem como retomar as raízes da filosofia hegeliana em Marx sem, no entanto, permanecer no nível do idealismo. Contudo, a centralidade desses intérpretes não impediu que, em alguma medida, a teoria crítica horkheimereana também buscasse repensar alguns dos traços desse marxismo, notadamente a identidade sujeito-objeto do modo traçado por Lukács. “*Os trabalhos de Horkheimer do início dos anos trinta pressupõem novas questões e juízos, oriundos do clima espiritual do marxismo ‘ocidental’. Mas eles abrem mão da reivindicação dogmática de disporem de um conhecimento total da história mundial [welthistorisches Totalwissen], em cujo nome todos os meios justificar-se-iam*”¹⁴⁷. Enquanto crítica, orientar-se-iam a partir de problemas concretos, ou seja, teriam no horizonte a preocupação com a política no sentido forte do termo, com a prática humana, em suma, com a história. Na forma de *teoria*, fariam uso das bases científicas do conhecimento, reconhecendo no pensamento uma chave para elaborar a crítica. A noção de pensamento científico cabível para Horkheimer restringir-se-ia tão

enfocados a seguir. A interpretação se baseia sobre a dicotomia entre filosofia e ciência, sendo esta classificada como positivista, o que leva Brunkhorst a postular que Horkheimer esboça uma “*dialética positivista*” (*contradictio in adiecto*!) – ainda que, a meu ver, ele de fato queira justamente evadir essa dicotomia, como pode ser avistado em “Materialismo e moral” (HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Moral” (HGS 3), 1988 [1933d], p. 149), quando afirma: “*Ao atribuir significado decisivo à teoria em contraposição à mera coleção de fatos, o materialismo está separado do positivismo contemporâneo, ainda que não da pesquisa concreta, que freqüentemente chega aos mesmos resultados que ele próprio*”.

¹⁴⁷ SCHMIDT, Alfred, “Die ursprüngliche Konzeption der Kritischen Theorie”, 1986b, p. 103 – aspas no original. Para o entendimento de Horkheimer acerca da passagem ao materialismo, cf., *ibid.*, pp. 101-105. A relação teórica de Karl Korsch face à *II Internacional*, bem como as diversidades no tratamento científico do marxismo, são discutidas em maiores detalhes, por exemplo, no “Excurso 1” da tese de Ricardo Musse (*De socialismo científico a teoria crítica*, 1997), e, contemplando também as variadas concepções de revolução que embasam a teoria crítica, sobretudo aquela de Rosa Luxemburg, no livro de Olgária Chain Féres Matos (cf. *Os arcanos do inteiramente outro*, 1995 [1989], pp. 234-245).

Se a proximidade teórica com Lukács é patente, as pequenas divergências eram suficientes para que mantivessem distância mútua em termos pessoais e acadêmicos, numa ausência de inclinação que pode ser verificada, por exemplo, a partir de um recorte de jornal que Horkheimer guardou em seu arquivo, com trechos de uma conversa entre um entrevistador e Lukács, em que este afirma: “*Os ‘frankfurtianos’ são conformistas não-conformistas, que selaram sua paz com os dominantes. Eles protestam ali, onde lhes é autorizado, em um espaço demarcado*”. “Hoffnungen auf lange Sicht”, de Jürgen Werth, no jornal *Frankfurter Rundschau*, edição de 14 de Maio de 1969, aspas no original, disponível em MHA XVII 52d.

somente àquela que compreendesse a reflexão, conseqüentemente, implicaria que a atividade epistemológica também viesse a ser objeto de investigação e de crítica.

De modo análogo aos teóricos que o influenciaram, notadamente de Marx, Weber e Lukács, a constatação de que se estava em meio a uma crise constitui o ponto de partida para o esboço de uma certa formulação teórica. Nesse sentido, deve-se falar em uma crise de duas faces: (i) político-social, na medida em que fora moldada pela derrota da revolução de 1919, o declínio da República de Weimar e, enfim, a tomada de poder por Hitler; (ii) epistemológica, visto que os modelos explicativos e interpretativos enfrentavam limites ao seu diagnóstico. A respeito do grupo de intelectuais reunido no *IfS* pode-se portanto dizer, com Alfons Söllner: “*Eles não partiam da crise do marxismo como uma ocasião para, simplesmente, jogá-lo inteiramente sobre bordo, mas reformularam-o de uma maneira a incorporar os métodos e conceitos das ciências sociais modernas.*”¹⁴⁸. É essa conjunção de fatores que permite entender o motivo que os levava a distanciar-se sobremaneira das outras correntes que se assumiam como marxistas, e que, em sua grande maioria, continuavam atadas a pressupostos que implicavam, por exemplo, seja o papel da classe trabalhadora como sujeito da história, seja a idéia de revolução como ditadura do proletariado.

O período de sua obra aqui em questão expressa a crescente aproximação face à mediação social das ‘esferas’ que compõem tanto a sociedade como um todo quanto o ser humano em particular. Tal viés escora o caráter reflexivo de sua proposta, que detém um de seus pilares no desvelamento dos interesses e dos valores que norteiam a prática humana, notadamente a atividade científica. “*A nossa imagem da história é co-estruturada pelos interesses teóricos e práticos da situação contemporânea. A aproximação da teoria de seu objeto, que de fato caracteriza o progresso espiritual, não significa que algum dia conhecimento e ser coincidam; pois, ao lado da função do conhecimento na sociedade, também se alteram, constantemente, seu sentido e a realidade aos quais ele se refere. Quando o conhecimento perde essa clareza sobre si, ele se torna fetiche, tal qual figura, nem tão raramente, a filosofia [...]*”¹⁴⁹. O alerta ante a interposição de categorias engessadas à teorização compõe o fio condutor de seu esforço no embate com os epígonos da metafísica idealista, bem como os baluartes do racionalismo positivista. O arcabouço do materialismo postulado por Horkheimer se orienta negativamente face às correntes que

¹⁴⁸ SÖLLNER, Alfons, *Geschichte und Herrschaft*, 1979, p. 11. Ele continua: “*Apenas assim o marxismo lhes parecia resgatável como estratégia de pensamento e de ação, de fato, inversamente, também apenas assim é que a situação histórica lhes parecia compreensível e explicável. É a combinação específica da interpretação marxista da história, da ciência social moderna e da pesquisa histórico-empírica que marca a posição particular do Institut für Sozialforschung no interior da emigração intelectual.*”

¹⁴⁹ HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen zur philosophischen Anthropologie” (*HGS* 3), 1988 [1935], p. 275.

considera alimentarem esse adágio – ainda que siga partilhando do ideal de razão do esclarecimento, ou seja, defenda o fomento de um tipo de razão cujo alicerce é a dialética.

Para estabelecer uma ligação com a base da *Aufklärung* alemã anteriormente citada, recorro aqui à interpretação do teórico alemão Heinz Steinert. Pouco conhecido no Brasil, foi professor em Frankfurt e procurou contrapor-se à orientação habermasiana reinante no período a partir da década de 1980, entendendo que o modo cabível de reter a dialética do esclarecimento era concebendo-a como um programa de pesquisa, o que expõe em um livro de 2007. Introdutoriamente retoma a maneira como, de acordo com sua interpretação, seria razoável definir o conceito de *crítica* na teoria da sociedade, sobretudo em Adorno, mas que também vale de modo similar para Horkheimer. Transcrevo, a seguir, um longo trecho que me parece formular exemplarmente seu fio condutor: *“Faz parte das conquistas justamente do esclarecimento alemão, que ele tenha introduzido um conceito de crítica que pode ser melhor traduzido por ‘reflexividade’. Crítica não significa que desgosto de algo no atual estado da sociedade, ou que este seja condenável em nome de uma determinada moral ou uma teoria normativa da justiça, que disporia de uma escala positiva, uma utopia do que é certo, com base nas quais as condições dadas deveriam ser medidas e situadas como muito simples. [§] O conceito de crítica da teoria crítica se diferencia de uma filosofia moral desse tipo. Os motivos são oriundos da tradição do esclarecimento: a crítica reconstrói (desde Kant) as condições, os pressupostos (categorias) evidentes do conhecimento do mundo e da sociedade – para isso não exige uma escala, porém reflexividade. Crítica é (desde Hegel) a auto-compreensão que uma sociedade ganha de si através de seus intelectuais, que articulam seu conhecimento das possibilidades de liberdade como auto-consciência que se desdobra historicamente. Crítica é (desde Marx) a análise da consciência necessariamente falsa da sociedade, que é produzida e disseminada pela classe dominante e por seus intelectuais, à luz das experiências que a classe trabalhadora teve no conflito com a natureza (através do trabalho) e com a dominação (através da pauperização e na resistência contra ela). Também pra isso não se exige uma escala, mas reflexividade. Crítica é (desde Adorno), adicionalmente, sobretudo a análise das conquistas burguesas (como indivíduo, democracia, autonomia) na contradição com sua irrealizabilidade em uma sociedade de dominação capitalista”*¹⁵⁰. Como pode ser observado, há um extenso trajeto teórico-histórico que fundamenta a origem da criticidade dessa vertente interpretativa, e esse percurso é que contém em si o problema da contínua recusa a nomear, a positivar a sociedade melhor e vindoura que é almejada. Isso tem sua

¹⁵⁰ STEINERT, Heinz, *Das Verhängnis der Gesellschaft* [...], 2007, pp. 17 e 18.

origem no fato de que é infactível e ideológico tentar desenhar uma realidade radicalmente diferente norteadas pelas exigências materiais e psíquicas repressivamente formadas, o que é igualmente marcado, apesar das especificidades que acompanharam sua expressão em cada uma dessas épocas, pela idéia de que é fundamental voltar a perspectiva crítica também para si próprio, procurando localizar sua posição no processo histórico em voga.

Antes de prosseguir, há de se registrar uma dualidade estruturante da formulação horkheimereana, a saber, o problema da *dominação da natureza*. A sua importância singular se deve à constituição do conflito presente no debate que envolve o conceito de *razão* (*Vernunft*) na teoria crítica da sociedade em geral e que, também, aparece na obra de Horkheimer. Em “Materialismo e metafísica”, isto se expressa no cerne do problema do conhecimento propriamente dito, quando é feita a distinção histórica entre as formas assumidas pelo materialismo. “Do contrário, o materialismo da burguesia primeiramente visava à multiplicação do conhecimento da natureza e ao ganho de novas forças para a dominação da natureza e do ser humano. Entretanto, a miséria do presente está atrelada à estrutura social. Por isso é que a teoria da sociedade constitui o conteúdo do materialismo de hoje”¹⁵¹. Por ora, basta reter que a cisão entre dois tipos de relação com a natureza, por vezes, dificulta a compreensão de seu argumento, que recusa a *dominação* em favor da *soberania racional*, ou seja, foge a uma condenação unilateral de uma relação desse tipo.

De certo modo, esse aspecto exprime a tensão posta, por exemplo, na *A ideologia alemã* de Marx e Engels, quando está em debate em que medida se pode ponderar acerca de seres humanos concretos, que deixem de se confundir com os ideais desejados e postulados pelo idealismo filosófico, cuja historicidade e cuja prática sejam, portanto, condicionantes da e condicionadas pela natureza, visto que, apesar de o estranhamento provocado no indivíduo pela percepção de uma vida em sociedade, ainda assim é uma realidade que transcorre atrelada à natureza. Ao referir-se à interpretação que Feuerbach tem desse processo, chegam à seguinte conclusão: “Aliás, nesse entendimento das coisas, como elas realmente são e aconteceram, como se mostrará mais nitidamente abaixo, qualquer problema filosófico profundo simplesmente se dissolve em um fato empírico. Por exemplo,

¹⁵¹ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Metaphysik” (*HGS* 3), 1988 [1933a], p. 84.

Dada a relativa marginalidade deste debate, que também abrange o problema da utopia e da distopia, deixarei de retomá-lo em maiores detalhes no âmbito de minha tese, e remeto ao livro de Maurício Garcia Chiarello (cf. *Das lágrimas das coisas*, 2001, em especial capítulos 1 e 3), bem como ao artigo de Wolf Schäfer (“Stranded at the crossroads of dehumanization”, 1993, especialmente pp. 166 e segs.).

A recorrência, naquela época, do embate com a perspectiva da distopia pode ser observada, de modo semelhante, em outros contemporâneos, notadamente no romance *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, redigido em 1931 e publicado no ano seguinte. Cf. HUXLEY, Aldous, *Brave new world*, 1947 [1932]. O entendimento de Horkheimer acerca dessa obra pode ser encontrado em seu livro *O eclipse da razão*. Cf. HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft*, 1991 [1946], pp. 72-74.

a importante pergunta sobre a relação do ser humano com a natureza (ou até, como o diz Bruno (p. 110), as ‘contradições na natureza e na história’, como se essas fossem duas ‘coisas’ mutuamente separadas, o ser humano não tivesse sempre uma natureza histórica e uma história natural à sua frente), da qual se originaram todas as ‘obras superiores inescrutáveis’ sobre ‘substância’ e ‘autoconsciência’, desintegram-se no discernimento de que a aclamada ‘unidade do ser humano com a natureza’ tenha existido desde sempre na indústria e, em cada época, tenha se apresentado de modo diferente de acordo com o maior ou menor desenvolvimento da indústria, assim como a ‘luta’ do ser humano com a natureza [...]. Feuerbach fala nomeadamente da visão das ciências naturais, ele menciona mistérios que apenas se apresentam ao olhar do físico ou do químico; mas onde a ciência natural estaria sem a indústria e o comércio? Mesmo essa ciência natural ‘pura’ obtém o seu fim, assim como o seu material, apenas pelo comércio e indústria, pela atividade sensorial [sinnliche Tätigkeit] dos seres humanos”¹⁵². Ou seja, deve-se ter em mente o fato de que a natureza com a qual nos vemos confrontados é, sempre, o resultado de uma ‘natureza pura’ que sofreu o impacto da ação humana. Horkheimer se torna, assim, tributário desse debate, incorporando os possíveis atritos conceituais que dele decorrem, sem que se dedique a tratar do problema de se há sentido em pensar uma dialética da natureza. Restaria saber, igualmente, se essa constante interação significa que a dominação racional por ele postulada implica, de pronto, a organização dos seres humanos de uma maneira que esteja livre da exploração de uns pelos outros (ou, antes, pressupõe o movimento de ‘aquisição’ da razão que realizaria esse anseio de modo simultâneo). Por ora, basta reter que à noção de uma dominação racional da natureza está subjacente que os indivíduos se tornem os sujeitos da história, ou seja, que possam se livrar da passividade face a uma lógica estranhada.

A transição entre esses períodos, marcada pela continuidade teórica, encontra-se em artigo de 1930 de Horkheimer, voltado ao então recém-publicado livro de Karl Mannheim, *Ideologia e utopia*, onde se pode encontrar o significado que as formulações de Marx têm, mais do que para a teoria crítica da sociedade, especificamente para o conceito de sociologia. Ele abre com o seguinte parágrafo: “No ordenamento das teorias de Karl Marx na ciência do espírito [Geisteswissenschaft] contemporânea inverte-se o sentido de seus conceitos fundamentais em seu contrário. Sua contribuição deveria consistir, essencialmente, na explicação unificada dos movimentos sociais a partir das condições de classe condicionadas pelo desenvolvimento econômico. Não o conhecimento de uma ‘totalidade’ ou de uma verdade total e absoluta, porém a alteração de determinados

¹⁵² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, “Die deutsche Ideologie” (MEW 3), 1958 [1846], pp. 43 e 44 – aspas e parênteses no original.

*estados sociais era o intento de sua ciência. Em conexão com isso também a filosofia é criticada, mas sem colocar uma nova metafísica no lugar da antiga*¹⁵³. Depreende-se dessa passagem, de um lado, o entendimento específico que tem dos objetivos da teoria de Marx, e que denota a influência que este pensador teve para a formulação posterior da(s) teoria(s) de Horkheimer; de outro, a interpretação equivocada que ele atribui, tomando a parte pelo todo, aos sociólogos da época e que, ao dirigir-se ao entendimento mannheimeano, tinha como interlocutor principal a escola sociológica de Frankfurt, como era conhecida à época.

O problema particular que atravessa o texto de Mannheim são considerações acerca do modo como o conceito de *ideologia* vinha sendo empregado, colocado a serviço de lutas partidárias e, desse modo, extrapolando suas atribuições como conceito de cunho científico, em especial no contexto de delineamento da sociologia do conhecimento. Nesta procura-se opor dois tipos de ideologia: uma “particular”, de caráter político, e outra “total”, de caráter filosófico, que se encontra apoiada sobre a filosofia da consciência de Kant. Ao partir do conceito de consciência de classe formulado no contexto do marxismo ele visa generalizar esse ponto de vista, de modo a notar como toda e qualquer consciência estaria “*‘enraizada’ em determinada condição social*”¹⁵⁴ [*in einer bestimmten gesellschaftlichen Lage ‘verwurzelt’*] – tudo isso sem, no entanto, dar margem a um relativismo filosófico. O papel do sociólogo seria então, com base numa espécie de olhar externo, realizar a descrição e explicação das variadas ações seguindo esse preceito de uma determinação pelo grupo específico a que o indivíduo pertence, e supostamente tal abordagem científica habilitaria seu autor a estar livre de julgamento(s) de valor. Isso é que permitiria, pouco a pouco, aproximar-se da construção de uma totalidade, através da identificação dessas variadas formas de compreender o mundo condicionada pelo pertencimento a um certo grupo.

Porém, de acordo com o entendimento de Horkheimer, tal encaminhamento está em desacordo com a origem desse conceito. “*No contexto da sociologia do conhecimento o conceito moderno de ideologia é colocado a serviço de uma tarefa que vai de encontro à teoria da qual ele parte. Marx queria transformar a filosofia em uma ciência e uma prática [Praxis] positivas, enquanto a sociologia do conhecimento persegue um fim filosófico. O problema da verdade absoluta, sua forma e seu conteúdo, a incomodam; seu esclarecimento é*

¹⁵³ HORKHEIMER, Max, “Ein neuer Ideologiebegriff?” (HGS 2), 1987 [1930b], p. 271. O mesmo ponto é o que, de acordo com Ricardo Musse (*De socialismo científico a teoria crítica* [...], 1997, p. 71), também voltará a ser enfatizado posteriormente no ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica”, em relação ao qual afirma, em sua interpretação do marxismo de Horkheimer: “*Nessa chave, o marxismo não se distingue propriamente da teoria tradicional, como pensava Lukács, pela exigência de totalização*”.

Uma apreciação indireta da importância em Horkheimer debruçar-se sobre a teoria de Mannheim pode ser derivado do balanço da contribuição mannheimeana a questões ligadas à epistemologia feito por Luís de Gusmão (cf. “A crítica da epistemologia na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim”, 2011).

¹⁵⁴ HORKHEIMER, Max, “Ein neuer Ideologiebegriff?” (HGS 2), 1987 [1930b], p. 273.

sua mensagem”¹⁵⁵. Inversamente, ao aproximar-se da teoria de Dilthey e citar uma “essência” humana, Mannheim parece deixar de lado a historicidade do ser individual, reservando-lhe uma parcela primordial que seria comum a todas e a todos ao longo da história. Na medida em que compreende ser a pesquisa histórica o modo de ascender ao conteúdo desse caráter geral acaba por filiar-se à filosofia clássica idealista.

Quando examinado em detalhe, nota-se também a tentativa de situar o devir fora da história o que, ao fim e ao cabo, Horkheimer afirma deixar espaço apenas para algo divinamente mediado. Nesse sentido, vai na contramão dos objetivos preconizados pela teoria da ideologia que supostamente o teria inspirado. “*Com razão Marx havia tentado eliminar a certeza de que haveria um ser que atravessasse as épocas e sociedades, que lhes conferisse um fim. Justamente esse traço da filosofia hegeliana lhe aparecia como fantasia idealista. Apenas os seres humanos propriamente ditos, e não a ‘essência’ humana, mas os verdadeiros seres humanos, dependentes uns dos outros e da natureza interna de um determinado momento histórico, são os sujeitos ativos e enfermos da história*”¹⁵⁶. Isso significaria ignorar o fato de que algum – qualquer que seja – sentido da história apenas pode advir das forças humanas atuantes em cada momento, e não de algo externo que porventura seja inominável. Tal trajetória deixa de lado até mesmo a devida atenção às contradições que houveram sido identificadas na teoria que fundamenta seu olhar, dado que se algo superior orienta a prática, sempre lhe estaria subjacente um sentido abrangente que se sobreporia a ela e deixaria de contrapor ações a objetivos diferentes.

O destaque desse aspecto da construção teórica aqui em voga dispõe-se a evidenciar o viés interpretativo que proponho para a compreensão do cerne do conceito de ‘ciência’ que atribuo a Horkheimer. Assim, entendo que seja exequível lidar com a tríade formada por *razão*, *teoria* e *pesquisa* para entender o conceito de ciência que procura delimitar nos escritos inauguradores dessa vertente do pensamento que denomina crítica. Outrossim, os elementos suplementares que auxiliam em sua elaboração derivam dessas noções: na *razão* reside o fundamento de se poder pensar a noção de sujeito, tanto limitada ao indivíduo quanto estendida à sociedade como um todo, que permite circunscrever o universo da prática humana concreta (histórica e material); da *teoria*, intimamente associada à ciência, são extraídas diversas das questões objeto de análise, como as que revolvem dialética, materialismo, moral, dominação, liberdade, transformação e utopia, para citar algumas; a *pesquisa*, enfim, intenciona assentar metodologicamente a proposta de investigação original

¹⁵⁵ HORKHEIMER, Max, “Ein neuer Ideologiebegriff?” (HGS 2), 1987 [1930b], p. 276 – grifo no original.

¹⁵⁶ HORKHEIMER, Max, “Ein neuer Ideologiebegriff?” (HGS 2), 1987 [1930b], p. 282.

aventada sobre bases concretas, a saber, os fatos e juízos proporcionados por essa forma de saber. É significativo notar, nesse sentido, o variegado léxico empregado para descrever sua iniciativa (*filosofia social, pesquisa social, teoria da sociedade, materialismo dialético e materialismo histórico*), e que se fará presente nas passagens citadas no decorrer desse item, mas que evade o uso de *ciência* como rótulo de seu próprio trabalho: Horkheimer toma como imprescindível, unicamente, a empreitada de apropriar-se dos métodos e dos avanços do saber científico moderno para complementar e aperfeiçoar o olhar crítico-dialético.

* * *

Ainda que seja difícil estabelecer um marco temporal, procurarei apontar de que maneira tanto o conteúdo quanto o enfoque de seus escritos sofrem mudanças, partindo de seu discurso de posse como diretor do *IfS*, sem que deixe de haver um fio condutor comum ligando os diferentes momentos. Por tratar-se de uma tomada de posição pública em termos do tipo de trabalho intelectual e de pesquisa a ser praticado nesse ambiente a partir de então, há motivos para retomá-lo detalhadamente. Nele o reconhecimento explícito expresso ao trabalho do antecessor, Grünberg, engatilha a outra concepção que passaria a vigorar, e que Horkheimer aproveita para imputar, parcialmente, ao hiato existente entre a antiga direção, de um professor renomado em seu campo de pesquisa, e ele, que assume o posto na condição de jovem acadêmico sem uma carreira estabelecida. Enfatiza a notória independência do *IfS*, e retoma a idéia da “ditadura do diretor” invocada por Grünberg quando de sua posse¹⁵⁷. Se repetidamente, no transcurso da escrita da história sobre o trabalho do *IfS*, vieram à tona debates sobre o caráter desta ditadura, entendo que ela teve alcance limitado. O principal indicador, para tanto, pode ser encontrado na amplitude e

¹⁵⁷ “Com isto me será possível usar o que foi criado por ele para, ao menos, estabelecer, no ambiente imediato e coletivo junto aos meus colegas, uma ditadura do trabalho planejado sobre a coexistência da construção filosófica e da empiria na doutrina da sociedade [Gesellschaftslehre]”. HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (*HGS* 3), 1988 [1931], p. 31. Na passagem a seguir, poderia-se encontrar um argumento para ligar dois pontos: (i) a afinidade entre seu desenho investigativo e o materialismo expresso por Marx e Engels em *A ideologia alemã*; (ii) a justificativa, fundada sobre a citada concepção de materialismo, para incorporar a pesquisa empírica ao seu trabalho: “Os pressupostos com os quais começamos não são arbitrários, não são dogmas, são pressupostos reais, dos quais só se pode abstrair na imaginação. Eles são os indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida, tanto as encontradas quanto aquelas criadas por suas próprias ações. Logo, esses pressupostos são constatáveis por um caminho puramente empírico”. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, “Die deutsche Ideologie” (*MEW* 3), 1958 [1846], p. 20. Ainda que pareça relevante indicar a convergência, considero aventureiro desenvolvê-la, visto que o texto foi publicado na íntegra apenas em 1932 – mas é bem possível que os intelectuais do *IfS*, em virtude de seu trabalho junto ao arquivo de Marx e Engels, tenham tido acesso anterior a ele (cf. ABROMEIT, John, *Max Horkheimer* [...], 2011, p. 90); para seu papel institucional na edição das *MEGA*, cf. BUCKMILLER, Michael, “Die ‘Marxistische Arbeitswoche’ 1923 und die Gründung des ‘Instituts für Sozialforschung’”, 1990, p. 175, em especial nota 57.

disparidade dos estudos realizados pelos seus intelectuais, atividade que apenas arduamente poderia ser levada adiante dessa forma sem um significativo grau de autonomia.

Em termos da orientação teórica, uma questão que percorre a apresentação trata de precisar o sentido da filosofia social (*Sozialphilosophie*) – que dava nome à recém-criada cátedra ocupada por Horkheimer – o que procurou delimitar tanto em termos de método quanto de objeto e conteúdo. Ao reconhecer as mudanças recentes na separação das ciências é que surge o viés pelo qual se deve entender o teor dessa empreitada. *“Em vista da situação científica atual, onde as fronteiras tradicionais entre os domínios particulares estão colocadas em questão, e em que ainda não sabemos como estarão traçadas em um espaço de tempo previsível, parece anacrônico buscar definições definitivas das áreas de pesquisa. Ainda assim, pode-se condensar as representações gerais sobre a filosofia social. Seu fim último consiste, assim, na interpretação filosófica do destino dos seres humanos, na medida em que são não apenas indivíduos, mas membros de uma comunidade. Ela deve, portanto, ocupar-se sobretudo daqueles fenômenos que apenas podem ser compreendidos no contexto da vida social dos seres humanos: o estado, o direito, a economia, a religião, em suma, toda a cultura material e espiritual da humanidade em geral”*¹⁵⁸. Pode-se dizer que, ato contínuo, ao propor a constituição e o fortalecimento de determinado enfoque, contrapunha-se à ortodoxia disciplinar que enxergava como limitadora das perspectivas de interpretação da realidade social. Em termos de antecedentes, em outras partes dessa fala reforça o distanciamento em relação a uma filosofia do sujeito delineada por Kant face à filosofia social hegeliana, caracterizada pela abordagem da lógica dialética, ao mesmo tempo em que discrimina os contornos aos quais a explicação sociológica estava restrita.

¹⁵⁸ HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (*HGS* 3), 1988 [1931], p. 20. Aqui ocorre uma distinção radical – mesmo que expressa em termos da ausência de remissão – face à proposta de Grünberg, que afirmou em seu discurso: *“É, portanto, apenas evidente que eu, ao abordar as tarefas científicas de meu domínio especializado, o faça munido do método de pesquisa marxista. Ele também deve ser empregado no Institut für Sozialforschung, na medida em que os seus trabalhos sejam realizados imediatamente por mim ou sob a minha direção”*. GRÜNBERG, Carl, “Festrede”, 1924, p. 9. De todo modo, nas páginas seguintes ele define tratar-se do marxismo científico, que esteve renegado no cenário acadêmico alemão daquela época, e é totalmente distinto daquele de cunho político-partidário. Tendo a discordar da interpretação de Wolfgang Bonß (“The program of interdisciplinary research and the beginning of Critical Theory”, 1993, pp. 115-122) quando afirma que a proposta de Horkheimer sofreria de *“ingenuidade na compreensão da pesquisa interdisciplinar”*, em virtude de faltar-lhe coesão e originalidade metodológica. Na realidade, entendo que essa análise deixa em segundo plano as questões postas naquele contexto específico, em que se discerne a filosofia enredada em contornos metafísicos, a ciência (*Wissenschaft*) dominada pela vertente positivista, e o materialismo restrito a um dogmatismo determinista. Ou seja, Bonß incorre em anacronismo ao ignorar o estado da pesquisa na época, que, antes, caminhava na direção de estabelecer e fortalecer fronteiras do que, no sentido contrário, buscar a intersecção e o trabalho conjunto de diferentes domínios do saber. Saliento que, como se pode ver pela dissertação de Gilberto Tedeia (*Materialismo em Horkheimer nos anos 1930*, 2001, pp. 11-17), sua influência em termos do debate brasileiro não pode ser desconsiderada.

O curso histórico, entretanto, trouxe consigo a perda de relevância da filosofia hegeliana, que implicou o retorno à preponderância cega do indivíduo, em detrimento de se lançar um olhar que tivesse como referência a totalidade social. A ausência desse suporte provocou, assim, uma relação imediata com a realidade, deixando de submetê-la à análise e ao confronto de idéias. Ao citar explicitamente o idealismo alemão entreabre a possibilidade de sua ressalva ao peso concedido ao indivíduo também abranger outras doutrinas filosóficas, e reforça a crítica ao problema da abstração essencialista, que se esquivava de analisar a realidade concreta. Portanto, é somente no “*aprofundamento da contradição entre o princípio da forma de vida individualista, ou seja, entre, de um lado, o progresso inquebrantado da felicidade dos indivíduos no interior do quadro social dado, e, de outro, as perspectivas de sua real situação*”¹⁵⁹, que a solidez daqueles juízos ‘científicos’ é posta à prova. Fortalece, assim, a distância que procura estabelecer, primeiramente, entre um saber ‘puramente’ filosófico e a noção de *filosofia social*, que se orienta a partir da realidade dada mas, apesar disso, tende a estabelecer juízos absolutos; em segundo lugar, a particularidade de sua própria teoria, que contempla a pesquisa empírica. Dessa forma, insere-se numa tradição filosófica, ao mesmo tempo em que reconhece a contribuição do saber empírico e defende a junção de ambos, sem conceder preeminência a um dos lados, como argumentarei abaixo. Logo, sinaliza os traços do materialismo que moldará sua trajetória, cujo horizonte consiste em apontar os limites da sociedade capaz de ser concebida e ensejada pela razão e ação humanas a partir das condições materiais e da realidade factualmente observadas.

Tomando por base a objeção às correntes filosóficas supramencionadas, torna-se fundamental congregar teóricos oriundos de diferentes áreas do conhecimento para que se leve a cabo a proposta da *pesquisa social* (*Sozialforschung*) à altura das necessidades reais da história. Dessa perspectiva Horkheimer visa, simultaneamente, reaver o significado da filosofia para a prática científica, bem como delimitar o papel que deve exercer no contexto desse trabalho conjunto. O problema que ele identifica consiste em que se visasse retomar a produção de conceitos filosóficos universais, de sistemas totais, autonomizados face às ciências empíricas; e, ao mesmo tempo, que a produção científica *stricto sensu* relegasse o olhar filosófico a outra esfera, alegando sua incapacidade de contribuir para o discernimento das relações observadas através do método científico. Para ele, antes, enquanto o propósito

¹⁵⁹ HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (*HGS* 3), 1988 [1931], p. 25. Na página anterior remete à tecnicização do processo de individuação: “*Ficou a aparência de que, para mediar a existência empírica de cada um e a consciência de sua liberdade no todo social, fosse necessária não a filosofia, mas somente o progresso linear da ciência positiva, da técnica e da indústria*”. A seguir, define a filosofia social ao diferenciá-la da sociologia: “*Afigura-se responder que a filosofia social não seria uma disciplina científica, antes o seria a sociologia material, que tem a ver com a investigação de determinadas formas de socialização [Vergesellschaftung]*”. *Ibid.*, p. 28.

fosse a compreensão crítica da realidade dada, as diversas faces do conhecimento humano estariam impedidas de prescindir uma da outra, com a exigência tanto da explicação causal quanto do aclaramento filosófico. O intuito é, portanto, eludir o dualismo que oponha a normatividade filosófica supra-factual ao conhecimento livre de valores e de interpretação, como o advoga a objetividade científica. *“Essa concepção, de acordo com a qual o pesquisador especializado observa a filosofia como um exercício bonito, mas cientificamente infrutífero, e que, em contraposição, o filósofo se emancipe do pesquisador especializado [...] atualmente é superada através do pensamento de contínua difusão e desenvolvimento dialéticos da teoria filosófica e da prática das ciências especializadas. [...] A especialização caótica não será suplantada ao empreenderem-se sínteses ruins dos resultados de pesquisa especializados e nem, ainda, a empiria imparcial se realiza na tentativa de reduzir o seu elemento teórico a nada; mas é, sim, através da filosofia como intenção teórica orientada para o todo, o ‘essencial’, ao oferecer impulsos animadores às pesquisas particulares mas, simultaneamente, sendo aberta o suficiente para se deixar impressionar e mudar pelo andar dos estudos concretos [...]. Hoje trata-se de [...] com base em questões filosóficas atuais, organizar investigações em relação às quais filósofos, sociólogos, economistas, historiadores e psicólogos devem unir-se em uma contínua comunhão de trabalho e realizar, em conjunto, o que em outros domínios uma pessoa pode realizar sozinha no laboratório, o que todos os pesquisadores verdadeiros sempre fizeram, isto é, perseguir suas grandes perguntas filosóficas de acordo com os métodos científicos mais elaborados, reformular e iluminar as perguntas no desenvolvimento do trabalho junto ao objeto, delinear novos métodos e, ainda assim, não perder de vista o geral [Allgemeine]. Desse modo, não são constituídas respostas como sim e não às perguntas filosóficas, porém, estas são dialeticamente incorporadas ao processo científico empírico [...]”*¹⁶⁰.

É notável que, se em momento algum o marxismo como método é apresentado sob essa denominação, a referência a um tratamento dialético dos problemas de pesquisa, e de uma espécie de investigação dinâmica da ciência, cujo objetivo, portanto, deixa de ter sua expressão na determinação de resultados fechados e imediatos, aponta com maior nitidez os caminhos a serem percorridos por daí em diante. Sem abdicar de constatar a especialização

¹⁶⁰ HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (HGS 3), 1988 [1931], pp. 29 e 30 – aspas no original. Quase vinte anos depois pode-se encontrar indícios da preocupação externada neste momento como, por exemplo, na palestra “Philosophie und Studium” (HGS 8), 1985 [1949], p. 364: *“Na segunda metade do século dezenove a indústria adentrou a Alemanha. Em grande medida ela primeiramente expulsou a filosofia das universidades. Sob a sua dominação o estudo se orientava não apenas rumo à formação [Bildung] mas deslocava-se, de maneira cada vez mais evidente, do pensamento social para as tão necessárias ciências naturais e a preparação técnica para as profissões modernas. A filosofia como um órgão da auto-determinação humana desapareceu. Ela ainda preservou um lugar humilde como doutrina do método, sistematização, justificação e apologética das ciências particulares”*.

científica – que, ao traduzir processos da realidade concreta, tende a ser irreversível – aventa como imperativo formular os sentidos gerais que pautarão a prática científica. A meu ver esse viés deixa posto, nas entrelinhas, o problema de se a adoção de métodos científicos porventura submeteria o trabalho esboçado por esse grupo aos padrões da vertente positivista dessa atividade, tornando sem efeito seus esforços de ampliação e desdobramento de uma visada teórica na contramão de seu tempo. Para ele, é precisamente esse o contrapeso assumido pelo discernimento (*Einsicht*) inerente à formulação filosófica dos problemas, que evitaria a submissão aos juízos oriundos das ciências especializadas.

A partir desse debate epistemológico, Horkheimer expõe o problema de pesquisa que serviria de linha-guia às atividades do *IfS*. Na forma como o apresenta encontrava-se a justificativa da necessidade de reunir essa equipe composta por investigadores de diferentes áreas, pois a extensão de influências que precisava ser coberta era considerável para que se pudesse abarcar “*a pergunta acerca do nexos entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as mudanças nos domínios da cultura no sentido mais estrito, dos quais fazem parte não apenas os conteúdos espirituais da ciência, da arte e da religião, mas também o direito, o costume, a moda, a opinião pública, o esporte, as maneiras de diversão, o estilo de vida, etc.*”¹⁶¹. Observa-se, portanto, como tal demarcação embasa uma indagação bastante ampla, que torna essencial mobilizar variados elementos para sua consecução e, de certo modo, parece-me que apenas poderia ser almejada sob as condições peculiares de trabalho oferecidas por aquele instituto, que conjugava uma base universitária com um elevado grau de independência financeira e autonomia intelectual.

Horkheimer encerra seu discurso de posse ao expor brevemente a metodologia e o teor da primeira pesquisa concreta sob a orientação proposta, em que cita contribuições derivadas da psicologia e da sociologia. Após anunciar que a temática seguirá relacionada aos trabalhadores e aos empregados, um problema que de certa forma norteava as pesquisas anteriores, adentra maiores detalhes e afirma que “*métodos à base de questionários poderão ser incorporados de múltiplas maneiras em nossas investigações, podendo prestar serviços valiosos, contanto que sempre se saiba que conclusões indutivas inferidas apenas deles são precipitadas. [...] A sociologia americana realizou importantes trabalhos preliminares para a composição desses questionários, que pretendemos adotar e levar adiante para os nossos fins*”¹⁶². Demonstra assim, respectivamente, seu conhecimento de e

¹⁶¹ HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (*HGS* 3), 1988 [1931], p. 32.

¹⁶² HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie [...]” (*HGS* 3), 1988 [1931], pp. 33 e 34. Essa observação revela um detalhe curioso: pode-se afirmar que praticamente refletia o estado da arte da pesquisa social. A posição heterodoxa que um aprofundamento nas técnicas da pesquisa empírica

sua reserva face a métodos então recentemente disseminados na ciência social, apontando o interesse em algum grau de inserção na atividade científica de seu tempo, todavia explicitando quão importante seria a fuga à submissão a esses métodos que devem, tão somente, servir para averiguar as idéias ou hipóteses concebidas e trazidas à frente a partir de interesses ‘científicos’ originados de sua relevância histórica, o que explica a resistência sofrida e exercida quando confrontado, após a emigração, com a pesquisa social realizada nos EUA, que passava por um emprego crescente desses novos métodos de investigação. Vale dizer que, decerto, reduzir toda a “sociologia americana” praticada à época a tal viés seria de um simplismo crasso – apreciação essa que a teoria crítica recusava, sem embargo das restrições que explicitava no que se refere à adoção indiscriminada dessa prática.

Com base em um texto do sociólogo Franz Oppenheimer, originado de três palestras que ministrou em 1928, pode-se ver como o problema do marxismo, bem como outras questões levantadas por Horkheimer em seu discurso de posse, estavam na ordem do dia no que se refere ao debate acadêmico na ciência social alemã. Ao elaborar um balanço do estado de arte da sociologia alemã para um público britânico, enfatiza a contribuição histórica de Simmel e Weber, e coloca Scheler e Wiese entre os nomes de destaque que a respaldavam. Enquanto a relevância de Marx recebia algum reconhecimento, sua insignificância direta no contexto intelectual do século XX parecia indisputada em determinados círculos, que o identificavam como figura central na trajetória formativa da sociologia. *“Basta dizer, aqui, que dois elementos do sistema de Karl Marx tiveram grande influência para além das fronteiras da Alemanha, dois elementos que ele detinha como hegeliano. Estes eram, primeiramente, o método dialético, incorporado de Hegel, que hoje*

significa no âmbito da teoria marxista é destacado em DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 293 e 294. Ao mesmo tempo, o argumento de Anthony Oberschall (“Paul F. Lazarsfeld und die Geschichte der empirischen Sozialforschung”, 1981 [1978]) sustenta que, nos EUA, a pesquisa social empírica, orientada, entre outros, pela técnica do *survey*, teve grande disseminação através do trabalho do europeu Paul F. Lazarsfeld, que emigrou no mesmo período em que os intelectuais do *IfS*. No prefácio a *Estudos sobre autoridade e família*, de 1935, Horkheimer menciona a importância de *Middletown*, estudo de Robert Lynd. Cf. HORKHEIMER, Max, “Vorwort” (*HGS* 3), 1988 [1935d], nota 4, p. 332. A vagarosa difusão do enfrentamento consciente dessa cisão metodológica encontra-se, por exemplo, em artigo de Charles Wright Mills de 1953, onde distingue justamente aqueles que seriam os tipos mais comuns na prática de pesquisa em ciências sociais, por ele denominados de *macroscópico* e *molecular*. Cf. MILLS, Charles Wright, “Two styles of social science research”, 1972 [1953].

Para mais informações quanto à influência de Lazarsfeld sobre a pesquisa social nos EUA, atentando, inclusive, para aproximações e divergências face à teoria crítica, cf. POLLAK, Michael, “Paul F. Lazarsfeld – Gründer eines multinationalen Wissenschaftskonzerns”, 1981 [1979]. É chamativo, a esse respeito, que o próprio Lazarsfeld retém alguma ambiguidade com relação ao papel que caberia ao *IfS*: no seu discurso inaugural no congresso da *American Sociological Association*, em 1962, destaca como grande parte do instrumental técnico e teórico da ciência social empírica teve sua origem na Europa, ainda que tenha permanecido pouco destacado; só que, apesar do balanço que faz dessa história, com exceção de Erich Fromm, não menciona nenhum integrante do *IfS*, e nem a instituição em si. Cf. LAZARFELD, Paul, “Sociology of Social Research”, 1993 [1962].

se encontra descreditado de modo geral, ainda que se deva dizer que, em mãos qualificadas, ele constitui um princípio heurístico valioso. O segundo elemento hegeliano no sistema marxeano – o mais importante – é o materialismo histórico”¹⁶³. Além desse relacionamento dúbio com o marxismo, acaba por avançar, também, a centralidade que a tradição da filosofia social assumia como uma das antecessoras do pensamento social alemão e, por fim, de que modo a psicologia passava a exercer um papel crescente nesse âmbito. Isso permite compreender melhor como, de certo modo, havia uma problemática acadêmica bem específica que circundava o discurso de posse e repercute nos textos de Horkheimer e, assim, mostra o esforço de posicionar-se nesse meio que, em virtude do caminho posterior tomado pela sociologia alemã, perdeu parte de seu referencial.

Nesse espírito é que Horkheimer define, no prefácio ao primeiro número da revista publicada pelo *IfS*, em 1932, o horizonte dos objetivos buscados pela teoria que desenha. Demonstra, novamente, a preocupação em estabelecer os limites e o alcance dessa nova visada teórica proposta – e deixa entrever, ainda que com meias palavras, uma certa proximidade à concepção científica traçada por Marx e Engels, ao externar a busca das leis históricas. “A palavra ‘pesquisa social’ [Sozialforschung] não exige demarcar novas fronteiras no mapa das ciências, que, de todo modo, hoje em dia já aparece como bastante questionável. As suas investigações nos mais diferentes domínios e níveis de abstração são ligadas através da intenção de fomentar a teoria da sociedade contemporânea como um todo. Esse princípio unificador, de acordo com o qual as investigações individuais, sob incondicional rigor empírico, devem ser realizadas com vistas a um problema teórico central, diferencia a pesquisa social à qual a revista pretende servir, igualmente, de meras descrições de fatos como de construções distantes da empiria. [...] Na pesquisa social, a história vale não como uma aparência de mero arbítrio, mas como uma dinâmica dominada por leis, cujo conhecimento é, portanto, ciência.”¹⁶⁴. Ele parte do diagnóstico de uma falta de clareza e de organização na ciência como ela vinha sendo realizada naquele momento, e complementa-o quando se refere ao problema da história, que precisa ser constituinte da observação, o que se traduz na elaboração de um aparato conceitual que pressupõe a transformação e o desenvolvimento contínuos da prática do saber, visto que

¹⁶³ OPPENHEIMER, Franz, “Tendencies in recent German sociology”, 1965 [1932], p. 8. Para maiores referências ao marxismo, ver *ibid.*, pp. 128-130; para o problema da filosofia social e da psicologia, cf. *ibid.*, pp. 11 e 249 e segs., respectivamente. Oppenheimer ainda menciona A. Weber (que estava mais distante da sociologia no sentido estrito do termo).

¹⁶⁴ HORKHEIMER, Max, “Vorwort” (*HGS* 3), 1988 [1932a], p. 36 – aspas no original. A distância de uma concepção positivista da ciência também se expressa no “emprego do auxílio das diferentes ciências com vistas ao problema da sociedade contemporânea e de suas contradições e, assim, compreender os processos importantes para o funcionamento e a mudança da vida social [...]”. *Ibid.*, p. 38.

este é reflexivo e auto-crítico. Na referência negativa a uma atividade somente descritiva se contrapõe, implicitamente, à idéia de uma ciência livre de valores (ou de pressupostos), que deixa de refletir sobre a sua existência, os seus condicionantes e os seus fins.

Aqui também reforça o estilo interdisciplinar desse cometimento, atentando à contribuição ao desenvolvimento de uma psicologia social, de modo a complementar o entendimento do ser humano. Por centrar-se nas questões concretas e atuais concernentes à sociedade, recorrentemente é parte integrante de suas tarefas estabelecer, em caráter preliminar, enunciados hipotéticos sobre as esferas que compõem a realidade social e que são, portanto, passíveis de revisão. Na tentativa de delimitar o escopo dessa iniciativa, afirma: “*A pesquisa social [...] não poderá abrir mão de conceituações condensadoras e pressupostos teóricos de variados tipos, mas, em contraposição à maioria das correntes da metafísica contemporânea, suas categorias não excluem a maior aclaração [Aufhellung] e a justificada refutação através da pesquisa empírica*”¹⁶⁵. Reside nessa afirmação o cerne de sua distinção face à filosofia e, pode-se dizer, a afinidade com relação a determinados predicados da ciência. Na contracorrente, advoga a orientação filosófica no tratamento dos problemas para diferenciar-se de uma concepção de ciência empírica positivista, sem negar que reconhece o imperativo dos critérios científicos para decidir sobre a validade dos juízos de uma teoria. Ou seja, considera o aspecto político, derivado das possíveis implicações históricas que a produção de conhecimento detém; contudo, se distancia de tentar inverter a lógica e, por assim dizer, propor que parâmetros estranhos ao domínio científico possam determiná-lo. Desse modo contesta, explicitamente, a possibilidade de integrar-se às divisões das especialidades instituídas ou constituir uma nova ‘subárea’ em paralelo àquelas existentes, por considerar que, mutuamente cindidas, possuem alcance precário para enfrentar, teórica e praticamente, os problemas que caracterizam aquela realidade.

É importante realçar que há uma preocupação específica de Horkheimer em marcar sua diferença face a determinada sociologia. Ainda que esta fosse uma disciplina nascente, quase sem representantes no interior do meio acadêmico alemão, Frankfurt era justamente um centro irradiador dessa nova forma de conhecimento. Assim, a presença de Oppenheimer, Mannheim e Elias, e a influência exercida por Weber, levavam à obrigação de explicitar as diferenças face a essa metodologia, evitando que o empreendimento do *IfS*

¹⁶⁵ HORKHEIMER, Max, “Vorwort” (*HGS* 3), 1988 [1932a], p. 38. “*Aufhellung*” foi traduzido como “aclaração” para evitar o termo “esclarecimento”, reservado à “*Aufklärung*”.

Na passagem das páginas 38 a 39 continua: “*Seu comprometimento para com os critérios científicos também separa a pesquisa social metodicamente da política. Ela deve afirmar a autonomia de sua reivindicação epistemológica face às considerações ideológicas [weltanschaulich] e políticas. Isso não significa que avenge a crença em algum passo científico livre de condicionamento [Bedingtheit] histórico, nem que o seu conhecimento lhe transpareça como suficiente em si próprio e livre de consequência*”.

fosse simplesmente inserido num cânone ainda em formação e, portanto, dificultasse a tarefa de preservar os contornos particulares e distintivos de sua teoria.

Dito isso, observa-se que, simultaneamente ao debate epistemológico, Horkheimer marca o caráter sobretudo prático que torna a ciência, no contexto capitalista, uma força de produção. Essa associação, feita em “Observações sobre ciência e crise” (1932), tem como referência a teoria de Marx, ainda que na versão inicial ele deixasse de ser explicitamente citado¹⁶⁶. Busca, assim, estabelecer o tipo de relação existente entre a ciência e a sociedade, o que também deixa transparecer a disputa com a posição de Mannheim. Nesse sentido, retoma a questão posta no discurso de posse, de estabelecer o imbricamento *sui generis* da ciência na história, cuja existência não afeta o valor de verdade do conhecimento. Ou seja, o andar da história, se é um componente que provoca mudanças na prática científica, deixaria intacto esse seu caráter singular, o ato do conhecimento expresso na capacidade de produzir enunciados acerca da sociedade. *“Embora também a ciência esteja inserida na dinâmica histórica, ela ainda assim não pode ser despida de seu caráter peculiar e ser mal compreendida de maneira utilitarista. Evidentemente, os motivos por excelência que condicionam a rejeição da teoria do conhecimento pragmatista e do relativismo de modo algum levam à separação positivista da teoria e da prática. De um lado, nem a direção e os métodos da teoria, assim como o seu objeto, a verdade propriamente dita, são independentes dos seres humanos, de outro lado, a ciência é um fator do processo histórico. A separação de teoria e prática é por si um fenômeno histórico”*¹⁶⁷. A partir disso, infere a incongruência existente entre as possibilidades e as capacidades da sociedade num dado momento histórico e a realidade social concreta. Aqui, a cercania da crítica de Marx torna-se ainda mais proeminente, na medida em que alude às potencialidades presentes na atual estrutura produtiva (sob a forma de recursos naturais, máquinas e força de trabalho qualificada), e apreende a crise como o mecanismo culminante de tal processo.

Emerge, sob essa forma, a ênfase sobre o diagnóstico de um descompasso que existiria entre o conteúdo da estrutura social dada, que se encontra em plena reprodução e ampliação, face às possibilidades nela contidas, que podem ser identificadas nas relações sociais e de produção. Isso leva a humanidade em geral a viver muito aquém das promessas surgidas com o avanço das forças produtivas, cujas benesses acabam sendo estendidas apenas a uma parcela reduzida da população. *“Os juízos científicos partilham o destino das forças produtivas e dos meios de produção de outra maneira: a medida de seu emprego*

¹⁶⁶ A versão de 1932 iniciava com a seguinte frase: “Na teoria da sociedade, a ciência está incluída nas forças produtivas humanas”, enquanto na republicação de 1965 lê-se “teoria da sociedade marxista”. HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen über Wissenschaft und Krise” (HGS 3), 1988 [1932b], p. 40.

¹⁶⁷ HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen über Wissenschaft [...]” (HGS 3), 1988 [1932b], pp. 40 e 41.

*encontra-se em crasso desacordo face ao seu elevado grau de desenvolvimento e às verdadeiras necessidades dos seres humanos; desse modo, também o seu desdobramento quanti e qualitativo é reprimido*¹⁶⁸. Escancara, assim, sua filiação à dupla contingência como interpretada por Marx, em que a dinâmica entre a infra-estrutura econômica e os outros domínios da sociedade está distante de expressar um determinismo estanque, sendo, antes, guiada por uma contínua interação dessas esferas em virtude, justamente, de sua constituição histórica, que torna inexequível a demarcação *a priori* de seus elementos.

Por conseguinte, ao retomar a idéia da reflexão científica como um exercício de razão, Horkheimer põe o ditame de exercer a crítica da razão que, como mencionei anteriormente, constitui uma pedra angular de sua teoria da sociedade. Adotando o materialismo histórico, implica apontar os mecanismos de neutralização da prática de questionar, para identificar as maneiras de desvencilhar-se desse artifício, que reserva funções restritas ao entendimento, prevalecendo a idéia de que os grandes problemas da humanidade devam ser tratados em outra esfera, a espiritual. *“Faz parte do obscurecimento das causas da crise contemporânea tornar responsáveis por ela justamente aquelas forças que trabalham com vistas a dar forma [Gestaltung] melhor às condições humanas, acima de tudo o pensamento científico, racional propriamente dito. Procura-se fazer com que sua elevação e cultivação em cada um recuem perante a instrução ‘espiritual’, e desacreditar o entendimento crítico [kritischer Verstand] como instância decisória, conquanto ele não seja requerido profissionalmente na indústria*¹⁶⁹. Depreende-se desse diagnóstico o caráter ambíguo que a ciência assume no capitalismo: como atividade aplicada, empregada para determinados fins imediatos, é vista como motor do desenvolvimento, em um discurso que, no século XXI, foi apartado do conteúdo e se tornou lugar-comum. Contrariamente, quando desempenhada na chave da interrogação aos valores que sustentam o *status quo*, é desqualificada como puro

¹⁶⁸ HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen über Wissenschaft [...]” (HGS 3), 1988 [1932b], p. 41; *id.*, “Vorbemerkung” (HGS 3), 1988 [1934b]. Para o desafino entre sociedade e ciência mediado pelas relações de produção, cf. *id.*, “Materialismus und Metaphysik” (HGS 3), 1988 [1933a], p. 105 e BONß, Wolfgang, “The program of interdisciplinary research [...]”, 1993. Essa problemática também é tratada por Thomas McCarthy (“The idea of a Critical Theory and its relation to philosophy”, 1993), atentando à fundamentação filosófica, bem como às diferenças entre esse período e o viés expresso em 1937.

¹⁶⁹ HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen über Wissenschaft [...]”, 1988 [1932b], p. 41 – aspas no original. Trata-se de um processo histórico que se desenrola desde o século XIX, em que teve início o emprego de seus resultados na forma de aplicação instantânea na grande indústria, território onde o conhecimento detém um horizonte de curto alcance. *“Na medida em que no lugar do interesse por uma sociedade melhor, que ainda dominava o esclarecimento, ganhou dianteira a pretensão de fundamentar a eternidade do presente, um elemento de entrave e desorganização adentrou a ciência”*. *Ibid.*, p. 42. O diagnóstico de crise do capitalismo foi esmiuçado no mesmo número da revista do *IfS* em artigo de Friedrich Pollock (“Die gegenwärtige Lage des Kapitalismus [...]”, 1980 [1932]), ao debater os entraves estruturais e históricos para fundamentar o debate acerca da reorganização econômica planejada. Ali, mesmo que *en passant*, faz-se presente a referência ao papel que a ciência e o desenvolvimento técnico desempenham no aumento da produtividade e, assim, na manutenção do sistema.

exercício especulativo, despido de sentido e de importância para a humanidade. Como ele realça, o conflito em absoluto é inerente à ciência, tendo sua localização nas condições sociais a moldarem os traços da relação de ciência e sociedade. Esse contexto é que permite derivar a crise *externa* da ciência, marcada pela descontinuidade entre suas possibilidades e suas consequências efetivas, e que aprofunda as contradições distintivas dessa estrutura social ao prevenir os modos que podem provocar o desvelamento da astúcia racionalista.

No esteio dessa fundamentação social da prática científica, Horkheimer também marca a diferença metodológica entre o ideal de ciência postulado pelas ciências naturais e as possibilidades de sua incorporação pelas humanidades. O peso recai, novamente, sobre a importância de compreender a dinâmica inerente ao desenvolvimento do comportamento humano e das relações sociais¹⁷⁰. Deve-se reconhecer como, ainda que válida, a noção de explicar causalidades a partir da repetição de experimentos, com o fim último de identificar regularidades, detém um alcance limitado e encerrado no tempo quando se trata de abranger o movimento histórico. A mutabilidade do ser social, cujas características encontram-se em contínua transformação, faz com que os juízos obtidos precisem ser restritos a uma época e a um espaço particulares, impedindo o tipo de generalização que constitui a marca da ciência positivista. Aqueles processos interpretativos que dependam, em alguma instância, da compreensão do ser humano, encontram-se sujeitos a contínuas revisões e, portanto, devem ter clareza acerca de seu caráter histórico e cambiável.

Similarmente às questões levantadas no primeiro item deste capítulo, a crise *interna* da ciência persiste, visto que seu desenvolvimento não impediu que abstrações metafísicas reproduzissem a referência a conceitos contemplativos e universais como “a vida”, que ignora os aspectos balizadores de processos sociais concretos, volta a juízos filosofantes e descuida, portanto, da contribuição ofertada pela ciência da realidade histórica. A hipóstase do humano *in abstractu* leva à compreensão ideológica do mundo; esse modo de apreendê-lo leva à negligência (almejada ou ilusória) de certos elementos responsáveis por consolidar essa sociedade e que, a longo prazo, podem provocar a ascensão de forças transformadoras. “No presente o empreendimento científico oferece o retrato da economia contraditória. Esta é dominada de maneira predominantemente monopolista e, entretanto, caótica e desorganizada em escala mundial, mais rica do que antes e, ainda assim, incapaz de remediar a miséria. Também na ciência aparece uma dupla contradição. Primeiro, vale como princípio que todas as suas etapas têm uma justificativa do conhecimento [Erkenntnisgrund], mas a etapa mais importante, a saber, a colocação propriamente dita

¹⁷⁰ Cf. HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen über Wissenschaft [...]” (HGS 3), 1988 [1932b], pp. 42 e 43.

*do problema, dispensa a fundamentação teórica e parece exposta ao arbítrio. Em segundo lugar, a ciência tem a ver com o conhecimento de nexos abrangentes; todavia, ela é incapaz de compreender em sua vida real o nexo mais abrangente, do qual dependem sua própria existência e a direção de seu trabalho, a saber, a sociedade*¹⁷¹. Implicitamente, de tal modo Horkheimer sustenta a crítica à concepção dogmática do materialismo, visto que, por se dirigir ao problema da relação qualitativa existente entre a infra-estrutura econômica e a superestrutura da sociedade, endereça a mediação dessa relação, e refuta o determinismo definidor dessas esferas. Ao expor a intersecção – a dupla contradição – apresenta, também, o arquétipo que apontaria sua superação, visto que essa crise pressupõe uma crise universal.

Logo, anuncia o modo pelo qual toda e qualquer produção do conhecimento está imbuída de condicionantes sociais. É por isso que, no contexto das relações sociais sob a ascensão do capitalismo, se apresenta como essencial à percepção desse tipo de racionalidade apreender que a ciência passou a existir como força produtiva, e que esse modo de ser influi sobre suas práticas. É necessário partir dessa limitação e de tal condição para entender, igualmente, o desenvolvimento que a marcou, sem tentar isolar os domínios do saber científico da sociedade em meio à qual se realizam. A crise da ciência, ao deter elementos externos a ela, mostra que sua autonomia é apenas relativa, visto ser impossível desvencilhar-se da realidade histórica, tentativa na qual a metafísica despenca.

O problema de uma certa concepção de história foi, até aqui, colocado de maneira um tanto quanto abstrata. A distinção inaugural, para Horkheimer, refere-se àquela entre a definição do universalismo de Kant, que dominou durante muito tempo, e a revisão a ele oposta pela idealização fenomenológica, cisão face à qual retoma a teoria de Hegel. Acima de tudo visa indicar como o objetivo deve ser a busca de uma *teoria* capaz de articular os diferentes momentos da produção da existência humana e, portanto, histórica, guinada que se apresenta pela primeira vez de maneira explícita no artigo “História e psicologia” (1932), onde a identificação do espírito absoluto reinante na concepção hegeliana de história é contraposta a articulação materialista, dialética e histórica de Marx e Engels, apoiada sobre a filosofia de Hegel na medida em que assentada nas condições históricas, embora a ultrapasse por refutar a orientação rumo a um destino concertado. Diferentemente do que se observa no liberalismo – que tende a psicologizar, ou seja, individualizar demasiadamente a história humana – o norte precisa ser a constituição de uma teoria abrangente que seja capaz de situar cada ser humano no contexto histórico que molda suas pulsões.

¹⁷¹ HORKHEIMER, Max, “Bemerkungen über Wissenschaft [...]” (HGS 3), 1988 [1932b], p. 45. Para o restante do parágrafo, cf. *ibid.*, pp. 44-46.

Desse modo ele procura posicionar-se em uma disputa que, se adquire dominância filosófica neste texto, o faz apenas por tratar-se de uma fala realizada na sociedade Kant, cujo cerne, no entanto, é o de apontar as bases subjacentes ao programa teórico delineado por Horkheimer durante a década de 1930. “*Antes, a teoria correta decorre da observação dos seres humanos que vivem sob determinadas condições e preservam sua vida com a ajuda de determinadas ferramentas. A regularidade [Gesetzmäßigkeit] a ser encontrada na história não é nem uma construção a priori, quanto sequer o registro de fatos através de um sujeito do conhecimento pensado independentemente, mas ela é, sim, produzida através do pensamento integrado à prática [Praxis] histórica como reflexo da estrutura dinâmica da história*”¹⁷². A centralidade dessa passagem consiste em negar a existência do *telos* histórico ao deslocar a ênfase para a idéia de *dinâmica*, que pode e deve ser concretamente observada, e que prescinde da exigência de identificar uma verdade supra-histórica a guiar a humanidade e, por conseguinte, esquiva-se aos pressupostos idealistas.

Nas suas palavras, ao criticar a filosofia de Hegel, porém lhe dar continuidade, essa concepção de história atenta às contradições constitutivas do real e apreende a relevância da lógica dialética. Supera o idealismo quando direciona seu olhar para as lutas concretas que surgem em decorrência de mudanças nas instituições e nas esferas que compõem determinada sociedade. “*O conhecimento dos nexos reais destrona o espírito como o poder que, de modo autônomo, modela a história, e, entre aquelas forças humanas que crescem em virtude dos variados conflitos com a natureza e com as formas de sociedade envelhecidas, posiciona a dialética como o motor da história. [§] A concepção econômica de história realiza essa virada da metafísica para a teoria científica*”¹⁷³. Esses dissensos compõem a *dinâmica*, e apenas através de sua análise pode-se aspirar à compreensão dos motivos e das forças que provocaram determinadas mudanças sociais e trouxeram à tona novos tipos de organização social. As categorias do entendimento precisam, portanto, ser derivadas da observação dos dados, sem incorrer na miopia de impor certos conceitos pré-concebidos a esses fatos. A noção de ciência traçada por ele precisa manter distância da tentação a elevar esse movimento a um dogmatismo impassível de ser repensado a partir dos fatos, ou seja, deve resistir a definir uma totalidade abrangente que desconsidere o elemento individual.

Essa variante em absoluto assume a supremacia da infra-estrutura das relações de produção em detrimento da ação individual, ou seja, sob nenhuma hipótese trata-se de

¹⁷² HORKHEIMER, Max, “Geschichte und Psychologie” (HGS 3), 1988 [1932c], p. 54. O termo “*Gesetzmäßigkeit*”, que tem a acepção de “conformidade às leis”, é frequentemente traduzido como “legalidade”, mas essa alternativa parece ter pouco sentido nesse contexto, em virtude de a história deixar de implicar a noção de jurisprudência.

¹⁷³ HORKHEIMER, Max, “Geschichte und Psychologie” (HGS 3), 1988 [1932c], p. 55.

advogar o determinismo econômico. Ainda assim, ele identifica como esse olhar carece de acuidade para contribuir decisivamente nessa direção, visto que se encontra centrado sobre os acontecimentos coletivos, tomados como uma entidade, o que significa deixar fora de sua abrangência a esfera individual, interna. Com efeito, sua proposta consiste em conjugar as noções da abordagem econômica no sentido de produção da vida ao papel desempenhado pela psiquê humana, para coligar aqueles aspectos característicos do tempo histórico que se encontra sob exame¹⁷⁴. É a psicologia que deve, portanto, revelar os efeitos que a estrutura social de um período específico exerce sobre a consciência individual. Horkheimer distingue programaticamente entre a *psicologia de massas* e a *psicologia de grupos*, cabendo à última identificar os mecanismos de integração à ordem social; por exemplo, a manutenção dos conflitos de classe como latentes ou o arcabouço de conformação dos indivíduos à situação econômica. *Mutatis mutandis* ao engessamento conceitual supra-mencionado, relembra que o lugar ocupado pela psicologia como uma espécie de ciência auxiliar mostra que o intuito está distante de erigir uma totalidade finalizada para, na verdade, oferecer o norte de outras investigações e atuar de maneira reflexiva sobre a produção do conhecimento, provocando até mesmo o rearranjo das relações entre as diferentes ciências, ainda no registro de uma teoria da história.

Os números da *Zeitschrift für Sozialforschung* em que os dois artigos citados foram publicados fornecem outros indícios quanto ao conceito de sociologia em questão. Quando se vai à parte de resenhas encontra-se a seção de “Sociologia geral”, onde figuram lado a lado textos de Alfred Vierkandt, Hans Freyer, Vladimir Ilitch Lenin, Pitirim Sorokin, Herbert Marcuse, Otto Neurath, Ferdinand Tönnies, Karl Marx e Friedrich Engels¹⁷⁵. É possível notar que não apenas se trata de autores de épocas e nacionalidades, mas também orientações teóricas bastante variadas, indo muito além de uma divisão restrita da disciplina e, sobretudo, fugindo marcadamente da associação à sua institucionalização.

Assim, Horkheimer esboça a defesa do materialismo contra a esterilização de sua perspectiva, que o aproximaria do dogmatismo, bem como contra a metafísica. No artigo “Materialismo e metafísica” (1933) elabora detidamente as diferenças em relação a esta. A principal preocupação consiste em distanciar-se da idéia – que mantém parentesco com a teologia – de uma salvação, de um futuro melhor, ancorada em valores absolutos que deixem de se ligar às vicissitudes da realidade presente. Essa vertente metafísica acaba por tornar a filosofia o fim propriamente dito, sem entender que a construção do conhecimento

¹⁷⁴ Cf. HORKHEIMER, Max, “Geschichte und Psychologie” (*HGS* 3), 1988 [1932c], pp. 58-66. Neste trecho Sigmund Freud é explicitamente citado como uma referência importante dessa área, além da menção de que caberia a Erich Fromm fundamentar essa psicologia social em bases psicanalíticas.

¹⁷⁵ Cf. ZEITSCHRIFT FÜR SOZIALFORSCHUNG, ano 1, 1980 [1932], pp. 153-166 e 412-424.

deve ser o ponto de partida para criticar a realidade. Nesse intuito o enfoque epistemológico materialista constitui o empreendimento apropriado, na medida em que se coloca para além do embate dualista entre o dogmatismo metafísico abstrato e o positivismo da explicação causal, este responsável pela reprodução ativa do existente, enquanto o primeiro se furta ao exame dos fatos e, portanto, não oferece um diálogo com a realidade concreta. “*O conhecimento, que desde sempre foi obtido com base em determinada prática e em determinados fins, ainda que se encontre em interação com a ação dos seres humanos, toma parte na modelagem [Gestaltung] da realidade exterior e interior, porém sem fornecer modelos, máximas, instruções para uma vida genuína, mas tão somente os meios para tanto, no que não é avanço [Aufschwung], mas teoria*”¹⁷⁶.

Representa, assim, a recusa do transcendentalismo idealizado que se perpetuou na falta de fundamento posta pela metafísica, e nessa medida o conhecimento (*Erkenntnis*) diverge da filosofia circunscrita com tal feição. A teoria precisa, portanto, adotar a qualidade crítica vinculada a um duplo distanciamento: esquivar-se da tentação de abreviar sua atividade à de guia espiritual, detentor *da verdade*, como entidade singular e única, bem como evitar ocultar-se no âmbito de uma explicação apregoada como absolutamente objetiva e contemplativa, apartada da realidade concreta. É explícito o esforço de Horkheimer em relacionar o tema das diretrizes do pensamento a mudanças históricas concretas, as quais, inevitavelmente, têm implicações sobre a prática científica, o que se traduz na transposição que o materialismo realiza a partir de sua base idealista: “*contemporaneamente, o conhecimento das tendências de movimento da sociedade como um todo [gesamtgesellschaftlichen Bewegungstendenzen] possui significado constitutivo para a teoria materialista, enquanto, no século dezoito, os problemas do todo social ainda recuavam perante as questões epistemológicas, científico-naturais e puramente políticas*”¹⁷⁷. Apenas a constante observação da história permite que se formule a teoria

¹⁷⁶ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Metaphysik” (*HGS* 3), 1988 [1933a], p. 79. O termo “*Aufschwung*” pode muito bem ser traduzido por “progresso”, tendo esse sentido mais freqüentemente no contexto de “progresso econômico” (*wirtschaftlicher Aufschwung*), motivo pelo qual optei por utilizar outra palavra. O positivismo assume, aqui, duas faces diferentes, no esteio de uma definição pautada basicamente pela busca de leis causais e regularidades universais, tanto no tempo quanto no espaço. Pode, logo, denotar o modelo das ciências naturais, bem como a filosofia, em que são citados o empirio-criticismo de Ernst Mach e o positivismo de Auguste Comte e John Stuart Mill, pilares da metafísica de, por exemplo, Henri Bergson. Cf. *ibid.*, pp. 95-101. A crítica a Bergson, com atenção especial às condições de projeção de outra sociedade, é desenvolvida em HORKHEIMER, Max, “Zu Henri Bergsons [...]” (*HGS* 3), 1988 [1933b]; “Materialismus und Moral” (*HGS* 3), 1988 [1933d], pp. 130 e 131; “Zu Bergsons Metaphysik der Zeit” (*HGS* 3), 1988 [1934c].

Os limites da religião como doutrina, cuja fronteira está pautada pela projeção de uma outra imagem de mundo elaborada sem reconhecer e nem explicitar as condições materiais existentes à sua realização, estão brevemente discutidos no posfácio “Gedanke zur Religion” (*HGS* 3), 1988 [1935c].

¹⁷⁷ HORKHEIMER, Max. “Materialismus und Metaphysik” (*HGS* 3), 1988 [1933a], p. 80.

correta, pois seu núcleo exige mudanças provocadas pelas alterações concretas, algo de que a metafísica prescinde, pois só exprime as bases para uma conduta de vida, independentemente da distância que mantém face aos processos sociais. Traça, portanto, os contornos da ontologia do ser social, de onde extrairia os motivos da insatisfação humana enquanto, por sua vez, o materialismo visa compreender os fenômenos sociais que provocam a miséria.

Analogamente, o desenho teórico esboçado continua ao recuperar a restrição a Kant anteriormente delineada, sendo ele o responsável por reconhecer que a crença em algum tipo de existência além da terrena, de viés teológico, se funda sobre a aspiração individual à felicidade (*Glückseligkeit*), e a “esperança” humana apenas se origina de uma falta de perspectiva, ou seja, de supor que haja algo que exacerbe as atuais condições de vida. Para caracterizar essa trajetória, se dedica a delinear o que denomino de um duplo giro crítico. Primeiramente, através do entendimento de que Kant, apesar de procurar por rudimentos duradouros (sintéticos) do sistema de classificação humano, realiza essa tarefa num uníssono de *ciência e filosofia*, que implica a assertiva de que tão somente o “*emprego conseqüente da crítica de Kant leva à gênese do método dialético*”, exercício esse realizado por Hegel; em segundo lugar, requer o exame dessa crítica que ainda contém elementos abstratos e, portanto, supra-históricos: “*Quando Feuerbach, Marx e Engels desprenderam a dialética de sua figura idealista, o materialismo adquiriu consciência da tensão entre o seu próprio pensamento e a realidade, e, conseqüentemente, o conceito de conhecimento que lhe é próprio, tensão essa que se encontra em contínua transformação, porém é insuperável [nicht aufhebbar]*”¹⁷⁸. Eis a pedra angular do conceito de materialismo que Horkheimer, para citar uma expressão que lhe é cara, vê como *teoria correta*¹⁷⁹; ao mesmo tempo, é a

¹⁷⁸ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Metaphysik” (HGS 3), 1988 [1933a], respectivamente pp. 91; 91/92; cf., ainda, pp. 83-95. Tal desdobramento aparece, sob a mesma forma, em “Materialismo e moral”: “*O conceito hegeliano de espírito contém, no entanto, o mesmo ideal que o mundo burguês atracou tanto na filosofia kantiana quanto em todas as cabeças pensantes. A teoria de sua realização leva da filosofia à crítica da economia política*”. Id., “Materialismus und Moral” (HGS 3), 1988 [1933d], p. 128. Quanto à contribuição e aos limites da filosofia hegeliana, ver “Sobre a disputa racionalista na filosofia contemporânea” (id., “Über den Rationalismusstreit [...]” (HGS 3), 1988 [1934a], pp. 184-191).

¹⁷⁹ Além dos momentos onde cito essa expressão, ver ainda: HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Moral” (HGS 3), 1988 [1933d], p. 122 e “[Wertfreiheit und Objektivität]” (HGS 8), 1985 [1965a], p. 260. Cabe complementar que se trata do materialismo marcado por elementos engendrados pela interpretação marxista. “*Um processo dialético é caracterizado em que não se deixa compreender como o efeito de fatores individuais permanentes; antes, em seu interior, os momentos se alteram continuamente uns aos outros, de modo que sequer podem ser radicalmente distintos uns dos outros. [...] Algo similar vale para a ciência como um processo real. Decerto seus conceitos são condicionados por objetos, mas, simultaneamente, também pelos fatores subjetivos da pesquisa, e, ademais, pelos métodos e pela direção dos interesses teóricos*”. HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Metaphysik” (HGS 3), 1988 [1933a], p. 88. Esse materialismo não pode, portanto, ser reduzido a uma observação pura e simples de todos os fatos; em verdade, seu aspecto vital consiste em dar-se conta de que a existência é movimento e, portanto, apenas acompanhá-lo é que se mostra como o caminho possível para a aquisição do conhecimento.

trajetória que lhe permite anunciar o cerne de seu materialismo dialético e recorrer ao comprometimento de retrabalhar o aparato conceitual empregado por Marx.

É somente a partir do processo histórico de especialização e cisão do conhecimento que atingiu, inicialmente, o saber filosófico, que se pode compreender a gênese dessa leitura específica da teoria de Marx e Engels. Isso se torna perceptível na medida em que retomei o tratamento inicial concedido por Horkheimer à história da filosofia, o que lhe permite, posteriormente, repensar a noção de filosofia da história, que exige uma alternativa à dicotomia epistemológica. “*O materialismo reivindica a unificação da filosofia e da ciência. Reconhece, de fato, as diferenças de técnica de trabalho [arbeitstechnisch] que existem entre as tarefas mais genéricas da filosofia e aquelas científico-disciplinares, bem como diferenças entre os métodos da pesquisa e da exposição [Darstellung], porém não entre a ciência de modo geral e a filosofia como tal*”¹⁸⁰. Ao apresentar, desse modo, uma comunhão no que se refere ao pensamento e à problemática que norteia tais formas de tratamento da realidade, expressa o denominador comum que permite promover sua agregação, e retoma a exposição, feita em seu discurso de posse, das tarefas colocadas à filosofia

¹⁸⁰ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Metaphysik” (HGS 3), 1988 [1933a], p. 94; cf., ainda, MARX, Karl, “Thesen über Feuerbach” (MEW 3), 1958 [1845].

Nesse sentido vejo como uma interpretação equivocada dessa relação, por exemplo, aquela avançada por Albrecht Wellmer, que parte do pressuposto de que haveria tanto um determinismo histórico quanto uma elevada carga de “positivismo secreto” na história da filosofia de Marx, o que o leva a estender tal concepção ao modo como Horkheimer, a seu ver quase dogmaticamente, ater-se-ia ao papel emancipador do proletariado nos anos 1930. A tese que Wellmer procura fundamentar é definida a seguir: “*A unidade entre o materialismo histórico e a crítica da economia política na teoria da sociedade de Marx é contraditória em si. Em especial, os pressupostos básicos da construção da história de Marx, em contradição com a visada de crítica da ideologia, induzem a uma teoria da revolução ‘objetivista’ em um duplo sentido; de um lado, eles determinariam a função revolucionária da teoria crítica como uma ciência ‘positiva’, pós-ideológica, de outro lado, levariam ao obscurecimento da diferença entre a transformação inevitável e praticamente necessária da sociedade capitalista e, com isso, deixariam a passagem para a sociedade sem classes aparecer como um resultado obrigatório de solução dos problemas sistêmicos do capitalismo*”. WELLMER, Albrecht, *Kritische Gesellschaftstheorie und Positivismus*, 1969, p. 77 – grifos no original. A extensa argumentação de base dele encontra-se ao longo das pp. 3-13 e 53-127.

Se no âmbito delimitado desta tese, é impossível retomar em detalhes todos os elementos que apresenta, saliento os problemas fundamentais: primeiramente, se procura justificar a ênfase que coloca sobre alguns escritos como *A ideologia alemã*, os *Grundrisse* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*, deriva seu entendimento do que eu denominaria de teoria da história de Marx em um reducionismo conceitual drástico, sem recorrer ao *18 Brumário*; além disso, hipostasia uma passagem presente em *A ideologia alemã*, acerca da ascensão da ciência positiva, sem atentar para o fato de que a crítica de Marx se volta contra o idealismo de Feuerbach e, portanto, de modo algum pode ser identificado com o positivismo como entendido cientificamente no século XX; por fim, deixa de apreender o cerne da proposta de Horkheimer, que é incorporar o *conceito de crítica* delimitado por Marx, sem que isso implique engessar as categorias e o vasto aparato conceitual que compõem sua teorização. Nas palavras de Maurice Merleau-Ponty (*As aventuras da dialética*, 2006 [1955], p. 2): “*O saber nunca é categórico; está sempre sujeito a revisões*”.

Para um entendimento diverso, remeto ao livro de Alfred Schmidt (*Die Kritische Theorie als Geschichtsphilosophie*, 1976, p. 76), em que estabelece os laços metodológicos da teoria de Horkheimer com a de Marx, afirmando que ele evitaria submeter-se cegamente à dialética: “*Sua concepção, porém, indica o inacabado. Exatamente por pensar a história – com Marx – unificadamente, não requer uma antropologia fixa, que estaria anteposta de modo ontológico àquela; os seus próprios enunciados antropológicos não se referem aos seres humanos por excelência, mas à época burguesa*”.

social. Trata-se de manter distância de uma defesa pura e simples seja da filosofia, seja das ciências especializadas, com o intuito de, sobretudo, debater a contribuição de uma comunhão entre ambas as formas do conhecimento. Todavia, evade a tarefa de dedicar-se a elaborar qual, precisamente, seria a inclinação ou o método compartilhado.

No artigo “Materialismo e moral” (1933), Horkheimer marca o distanciamento face à concepção positivista de ciência, que investigaria a base moral apenas como um objeto em si mesmo, sem questionar os fins associados a uma orientação desse tipo, algo de que uma abordagem dialética não pode abrir mão. Ao mesmo tempo, esse ponto de vista significa o abandono do individualismo no sentido metodológico, que justifica a moral essencialmente como um problema de consciência individual, ou seja, que caberia a cada um avaliar sua submissão àqueles preceitos, e que essa atitude demarcaria o caminho para uma sociedade estabilizada e racional. Como avançado anteriormente, os limites da perspectiva de Kant e Hegel consistem na abordagem, ou seja, neste caso, partir do pressuposto da moral rígida como fim em si mesmo. Nesse plano, suas considerações põem as bases para pensar o concreto a partir de anseios retidos no pensamento. Assim, uma série dos elementos que compõem as leis morais delineadas por Kant acabam por mostrar-se fundamentais para que se conceba uma sociedade alterada, pautada por valores distintos dos atualmente vigentes – mesmo que a outra realidade deva ser olhada historicamente, um ponto no desenvolvimento da humanidade, sem significar seu fim último. “*Não existe um reino de valores eterno. Necessidades e desejos, interesses e prazeres dos seres humanos se alteram juntamente com o processo social. A psicologia e outras ciências auxiliares da história precisam unir-se para explicar os valores reconhecidos em cada momento e a sua transformação*”¹⁸¹.

Ainda em “Materialismo e moral”, Horkheimer atribui à visada materialista o imperativo de ir além de uma explicação isenta dos fatos para pensá-la criticamente, no contexto da dialética entre a verificação do presente concreto e a possibilidade do futuro razoável, derivado, portanto, da tentativa de organizar racionalmente o mundo. Logo, sustenta que a expressão *prática* dessas formulações *teóricas* ocorre na política, dado que em seu âmbito foram, historicamente, tanto discutidos como realizados determinados

¹⁸¹ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Moral” (HGS 3), 1988 [1933d], pp. 132 e 133. Cf., ainda, *ibid.*, pp. 122-136. Desse modo afirma: “Entretanto, o conceito de espírito de Hegel contém o mesmo ideal, de que o mundo burguês, assim como na filosofia kantiana, estaria ancorado em todas as cabeças pensantes. A teoria de sua realização leva da filosofia à crítica da economia política”. *Ibid.*, p. 128.

O excelente artigo de Furio Cerutti (“Philosophie und Sozialforschung”, 1986, pp. 246-251) aborda tanto o tema da relação particular que a teoria crítica de Horkheimer mantém com a filosofia e as ciências empíricas, quanto a questão dos fundamentos históricos distanciados face às abstrações metafísicas; por sua vez, o artigo de Herbert Schnädelbach (“Max Horkheimer und die Moralphilosophie des deutschen Idealismus”, 1986) aprofunda o debate, sobretudo do ângulo da *filosofia moral*, entre as concepções filosóficas do idealismo alemão e alguns traços do que ele vê como uma moral implícita em Horkheimer.

valores, aqueles que permanecem em disputa desde as lutas de classe da revolução francesa. Essa concepção avalia, por conseguinte, que colocar em questão tais valores modelados sob a doutrina do esclarecimento constitui uma iniciativa *mister*, visto que o seu conteúdo também se altera de acordo com as condições históricas concretas¹⁸². Nessa medida subjaz à teoria crítica da sociedade a noção de uma utopia negativa, orientada pelo objetivo de revelar as contradições que permeiam a sociedade e mostrar as vicissitudes que constituem a base de sua superação, contrapondo criticamente valores e condições materiais.

Estes artigos apontam a adesão às *Teses sobre Feuerbach*, escritas por Marx em 1845. Isso vale, além da tarefa que caberia à filosofia, igualmente para a compreensão da dinâmica de mútuo condicionamento histórico entre os seres humanos e suas condições de existência, implicando o significado da prática para o pensamento (e vice-versa). “*O conceito não-dialético do sujeito livre é estranho ao materialismo*”¹⁸³. Assim, expressa a idéia de que a noção de liberdade humana *de facto* somente aufere sentido na medida em que provém da organização racional da sociedade, mediada pela apreensão da dinâmica real (e dialética) que dá origem ao todo social produzido pela prática dos indivíduos, e – simultânea e dialeticamente – a constituição e constante redefinição desses sujeitos e das possibilidades de transformação a partir das suas condições sociais de vida.

Também é nesse texto que se faz presente com maior força o tema da importância e singularidade das forças da economia livre, do liberalismo econômico do século XIX, que Horkheimer retomará durante o resto de sua vida e servirá como um exemplo de que era possível dar vazão aos interesses dos indivíduos com um elevado grau de liberdade. Tal é, portanto, o substrato que lhe permite argumentar em favor de relações bastante diversas entre os seres humanos do que aquelas que se expressavam com o caminhar do século XX, mas sem remeter a princípios universais, fazendo menção, antes, a condições concretas de existência. “*Logo, é ao atribuir significado decisivo à teoria, em contraposição à mera coleção de fatos, que o materialismo está separado do positivismo contemporâneo sem, de fato, distanciar-se da pesquisa concreta*”¹⁸⁴. Como se vê, a demanda por elementos tangíveis deve ser, por sua vez, ligada a que eles sejam examinados através do instrumental da teoria, ou seja, sem tomar os fatos por dados e inalteráveis, pois nesse sentido encontra-se subjacente à investigação dita científica refletir sobre os processos – em contínua mutação – que dão origem a esses fatos.

¹⁸² HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Moral” (*HGS* 3), 1988 [1933d], pp. 137-149.

¹⁸³ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Moral” (*HGS* 3), 1988 [1933d], p. 148.

¹⁸⁴ HORKHEIMER, Max, “Materialismus und Moral” (*HGS* 3), 1988 [1933d], p. 149. Para a relação entre sua filosofia moral materialista e o problema do universalismo da razão, ver o artigo de Gunzelin Schmid Noerr (“Materialismus und Moral”, 2006a) na coletânea de textos sobre a tradição da teoria crítica.

Da mesma forma Marx e Engels o formularam em *A ideologia alemã*, na crítica a Feuerbach no esteio da oposição que traçam entre a passagem do céu à terra, que tentaria impor à realidade concreta os conceitos moldados *a priori*, e da terra ao céu, concebida pelo seu procedimento materialista. Para melhor fundamentar e ilustrar essa aproximação, veja-se a seguinte passagem. “*Esse modo de observação [Betrachtungsweise] não é livre de pressupostos. Ele parte dos pressupostos reais, sem deixá-los em nenhum momento. Os seus pressupostos são os seres humanos, não em alguma fixidez e reclusão fantástica, mas em seu processo de desenvolvimento empírico, verdadeiro, sob condições determinadas. Uma vez que esse processo dinâmico de vida seja representado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como ainda o é mesmo nos empiristas abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como nos idealistas*”¹⁸⁵. A teoria crítica de Horkheimer, portanto, também consiste na defesa desse método contra sua dissimulação sob a égide de uma concepção determinista que, a rigor, adultera a noção de crítica propriamente dita, na medida em que o dogmatismo concentra seu esforço em se apropriar *pari passu* das categorias de uma época histórica prévia, sem atentar para as possíveis alterações das condições do processo de vida que implicam, igualmente, as necessidades de adaptação e mudança na estrutura conceitual do pensamento.

Em “Sobre a disputa racionalista na filosofia contemporânea” (1934), Horkheimer visa esclarecer mais a fundo o conflito posto em relação aos tipos de racionalidade, no que também retoma algumas idéias expostas em seus cursos da década de 1920. Assim, parte da quebra representada pelo racionalismo cartesiano, que introduziu a especulação conceitual em torno da noção de realidade. Os traços subjacentes ao idealismo alemão ficaram aquém de romper a metafísica em que o pensamento se encerrava nas abstrações conceituais, ao tomar por fixa a relação entre o *conceito* e a *realidade*. Constituiria, assim, categorias eternas na forma da *essência* ou da *ontologia*, implicando a noção – tão criticada – de uma totalidade abstrata e perene: “*De acordo com o materialismo, nem o pensamento puro, nem a abstração no sentido da filosofia da consciência, e nem a intuição no sentido do irracionalismo, encontram-se em condição de ligar o indivíduo a uma estrutura durável do*

¹⁸⁵ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, “Die deutsche Ideologie” (*MEW* 3), 1945 [1846], p. 27. Esse viés fundamenta, por exemplo, o foco sobre a cultura nos *Estudos sobre autoridade e família*: “*A cultura inteira está, assim, inserida na dinâmica histórica; seus domínios, os hábitos, os costumes, a arte, a religião e a filosofia, através de seu entrelaçamento, constituem os respectivos fatores dinâmicos na manutenção ou implosão de uma determinada forma de sociedade. A cultura propriamente dita é, em cada momento, a quintessência de forças na modificação das culturas*”. HORKHEIMER, Max, “Autorität und Familie” (*HGS* 3), 1988 [1936a], p. 344.

Alfred Schmidt aprofunda como as raízes da distância que Horkheimer busca face à instrumentalização da ciência e da teoria podem ser encontradas já na obra de Marx, um debate que terá de ser deixado de lado em minha tese. Cf. SCHMIDT, Alfred, “Die ‘Zeitschrift für Sozialforschung’: Geschichte und gegenwärtige Bedeutung”, 1974 [1970], em especial pp. 55-63.

ser. [...] *Tais determinações definitivas do pensamento e de seu objeto, que independem da situação histórica e das tarefas teóricas que lhe estão colocadas, subjazem a toda a filosofia idealista. Todas elas contêm um conceito dogmático de totalidade. Qualquer temática assentada sobre ele é estranha ao materialismo*”¹⁸⁶. Dessa forma, ele demonstra a importância que atribui ao método dialético como uma nova maneira de estabelecer a relação entre o pensamento e a compreensão conceitual, trajetória fundamentada por Hegel, aperfeiçoada por Feuerbach e completada por Marx, que a levou ao seu conteúdo concreto, e que desemboca em *construtos dialéticos* historicamente mediados.

A perspectiva materialista visa contrapor-se a esse irracionalismo extremo, que chegou ao ponto de advogar os efeitos destrutivos do entendimento, ou seja, encampou a defesa de que determinadas esferas da vida encontrar-se-iam além das possibilidades de uma apreensão pelo pensamento humano. No esteio desse avanço, Horkheimer distingue entre *Rationalität* (racionalidade) e *Vernunft* (razão), sendo aquela primeira colocada, de modo imediato, a serviço do caráter afirmativo e dos pensadores que o fundamentam, no que pode ser continuamente redefinida para satisfazer aos variados anseios que possam surgir¹⁸⁷. Diferentemente, esta se vê, em sua função crítica, como a fonte capaz de destruir a inverdade, a ideologia, na medida em que recorre à reflexão e abarca o desvelamento dos processos históricos, combatendo a perda do espaço outrora ocupado pela teoria.

Na recuperação dessa trajetória transparece como basilar a distinção entre as possíveis maneiras de abstração. Isso significa que o materialismo, na condição de teoria, evidentemente leva a cabo abstrações e é, por si próprio, abstrato, dado que o conceito, bem como os sistemas de pensamento, constituem tão somente a tentativa de *representar* uma determinada realidade concreta. Inversamente ao pensamento idealista, porém, se distancia de entender as formulações conceituais como imutáveis; ciente de sua condicionalidade histórica toma-as por sujeitas ao constante reexame. Esse raciocínio conduz a que deixe de haver sentido pensar em termos de *o indivíduo, o ser humano*, um ente despido de condição histórica e determinado, apenas, seja pelos impulsos puramente psíquicos encontrados no irracionalismo que se observa em alguns ramos da psicologia, seja pela ontologia do idealismo e da filosofia da vida. “*O conhecimento da totalidade é, em si próprio, um conceito contraditório. A consciência da própria condicionalidade, que caracteriza o pensamento materialista, é, no atual estágio da teoria, idêntica com o conhecimento da condicionalidade social dos indivíduos*”¹⁸⁸. Quando se restringe a admitir essas duas esferas,

¹⁸⁶ HORKHEIMER, Max, “Zum Rationalismusstreit [...]” (HGS 3), 1988 [1934a], p. 170.

¹⁸⁷ Cf. HORKHEIMER, Max, “Zum Rationalismusstreit [...]” (HGS 3), 1988 [1934a], pp. 171-184.

¹⁸⁸ HORKHEIMER, Max, “Zum Rationalismusstreit [...]” (HGS 3), 1988 [1934a], p. 196. Ver, ainda: “*O materialismo dialético reconhece a prerrogativa no reproche ao pensamento simplesmente analítico.*”

consideradas de maneira estática e separada, ou seja, numa relação hierárquica, esse pensamento oblitera as suas coexistência e interação, a saber, a via de mão-dupla existente entre tais aspectos. A iniciativa de abranger a conjunção desses fatores, resistindo à rigidez insofismável e, por conseguinte, incapaz de apreender os processos constituintes da realidade, molda o materialismo dialético que orienta a teoria crítica da sociedade.

Desse modo, Horkheimer alude às contribuições inerentes à investigação dos fatores que constituem o ser social na socialização primária, quando argumenta a favor de matizar a influência da educação como um processo ativo e consciente, deslocando a atenção para os episódios vividos na infância, que marcariam de maneira mais profunda a psiquê. Sem negar seu condicionamento pela pertença a uma certa classe social, considera que é fundamental olhar justamente para aqueles elementos que excedem essa dimensão, de modo a evitar que a conceituação se torne estática e atrelada ao determinismo econômico-social estruturalista¹⁸⁹. Nessa orientação se ancora outra crítica ao racionalismo: o individualismo. Incapaz de diferenciar a dinâmica que constitui a pessoa, exacerba a vontade e o interesse individuais, sem se dar conta de que as atuais condições econômicas, que se alteraram desde os tempos do liberalismo dos pioneiros, dificultam sobremaneira as possibilidades de o indivíduo intervir no mundo ao reduzir sua capacidade pensativa e o seu espaço de ação.

O outro lado da moeda subsiste no debate em torno do conceito de *verdade*. Se, como Horkheimer observa, ainda Kant apresentava um viés relativista no interior da filosofia, este desaparece com o avanço do pensamento burguês que, como se viu, acaba encerrado entre as alternativas de voltar-se ao irracionalismo filosófico, que refuta a teoria e se agarra a categorias rígidas, ou decretar a supremacia do positivismo, o que leva à polarização das diferentes formas do saber¹⁹⁰. Separa, dessa forma, a ciência de seus traços

Novas e antigas doutrinas filosóficas, que hipostasiam os resultados da análise e colocam os produtos da abstração como a base ou os elementos do ser, são unilaterais e limitadas. As categorias reificadas [verdinglichten] da filosofia irracionalista, como a vida e a existência – ainda que possam ser afirmadas como intrinsecamente movimentadas, históricas e concretas – não são menos abstratas do que os princípios ontológicos das orientações combatidas como racionalistas, tal qual, por exemplo, o eu, a idéia absoluta e a soma dos sentimentos” e “ O erro lógico situa-se, assim, na utilização não-dialética dos conceitos da parte e do todo”. Ibid., respectivamente p. 195 e p. 204.

¹⁸⁹ Cf. HORKHEIMER, Max, “Zum Rationalismusstreit [...]” (HGS 3), 1988 [1934a], pp. 196-210. “A teoria da sociedade, de acordo com a qual a ação racional está orientada, é – como explanado acima – não uma simples soma de elementos conceituais abstratos, mas a tentativa de, com a ajuda de todas as ciências especializadas [Einzelwissenschaften], desenhar a imagem do processo de vida social, que possa levar ao conhecimento profundo do estado crítico do mundo e dos pontos de partida para uma ordem mais racional”. Ibid., p. 214.

¹⁹⁰ Cf. HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Wahrheit” (HGS 3), 1988 [1935b], pp. 277-282.

progressistas, tornando-a um instrumento que apenas atesta e reproduz o presente estado de coisas em vez de criticá-lo, impossibilitando a organização racional da sociedade.

No esteio desse argumento, a tônica de uma afinidade com o pensamento elaborado nos escritos de Marx e Engels é novamente explícita. Horkheimer reflete sobre o grau de influência e atrelamento existentes entre as relações sociais na luta pela sobrevivência e seu extrapolamento para o cotidiano, para a sociabilidade de modo geral. Imbuído da teoria da história de Marx, o argumento se dirige aos desenvolvimentos progressistas oriundos do advento da racionalidade hoje batizada como capitalista, para apontar as contradições que carrega consigo. *“A luta concorrencial no interior da economia burguesa, através da qual se desdobram as forças dessa sociedade, trouxe à tona um espírito crítico que não apenas foi capaz de se livrar das burocracias da igreja e do absolutismo porém, impulsionado pela dinâmica do aparelho econômico, sabe colocar a natureza a seu serviço [...] esse poder apenas aparentemente encontra-se sob sua propriedade. Decerto os métodos para a produção de riqueza social estão disponíveis, as condições dos efeitos úteis da natureza são amplamente conhecidas, e a vontade humana é capaz de provocá-los. Mas esse espírito e essa vontade propriamente ditos existem de uma forma falsa e dilacerada. Do conceito de um sujeito que tenha poder sobre uma coisa [Sache], faz parte a faculdade de se decidir e de usá-la de acordo com suas próprias intenções. Mas o domínio sobre a natureza não é exercido de acordo com um plano e uma intenção únicos, porém constitui apenas um meio para os indivíduos, grupos e nações, que o empregam na luta uns contra os outros e, ao desdobrá-lo, simultaneamente o limitam mutuamente e o dirigem para fins destrutivos”*¹⁹¹. Ele coloca o problema levantado nos termos da autonomização das forças do progresso face à sua submissão aos desígnios humanos. Os benefícios efetivos do avanço produtivo que compõe a industrialização em larga escala só poderão adquirir um significado humano na medida em que seja possível submetê-los às necessidades da humanidade de modo geral, sob uma orientação coerente face aos princípios de uma razão que oriente uma forma de interesse geral derivado do desenvolvimento histórico. Seu raciocínio se insere no contexto do idealismo alemão pós-kantiano, e, ainda que este movimento seja insuficiente, o questionamento ao subjetivismo que estivera em voga anteriormente, e que se faz presente a

¹⁹¹ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Wahrheit” (HGS 3), 1988 [1935b], p. 283. O trecho continua: *“Com a sua capacidade crítica e o seu pensamento desdobrado, os portadores desse espírito, entretanto, não se tornam realmente o senhor, mas são levados pelas constelações alternantes da luta geral que, apesar de trazida à tona pelo ser humano, se opõe a eles como poderes imprevisíveis do destino. Essa dependência aparentemente necessária, que se faz valer cada vez mais na forma de tensões e crises destrutivas, como a miséria e o declínio gerais, torna-se, para a maior parte dos seres humanos, uma fatalidade incompreensível”*. Cf. id., “Vorwort” (HGS 4), 1988 [1941a].

partir da ascensão do método dialético¹⁹² sob Hegel, é o que provoca uma guinada no modo de abarcar a realidade a realidade.

Esse raciocínio é apropriado, *mutatis mutandis*, quando Horkheimer se dedica a debater as diferenças teórico-metodológicas entre os variados sistemas filosóficos e o materialismo a partir das condições de constituição de juízos ditos verdadeiros. Em sua apreensão histórica dos domínios do real, pressuposto que se estende, inclusive, à ciência, o estabelecimento *da verdade* por si só exprime uma inconsistência lógica. “Assim como a categoria de tendência e a de indivíduo, também todos os outros conceitos teórico-sociais são afetados pela mudança da realidade. As categorias mais formais, como regularidade [Gesetzmäßigkeit] social, causalidade, necessidade, ciência e daí em diante, bem como as mais materiais, tal qual valor, preço, lucro, classe, família, nação e daí em diante, ganham, nos moldes [Gebilden] teóricos correspondentes a uma nova circunstância, uma outra expressão. [...] O movimento da realidade se reflete na ‘fluidez’ dos conceitos”¹⁹³. A rigidez

¹⁹² Hegel permanece nas cercanias do idealismo, na medida em que “pressupõe o fundamento do idealismo, que o conceito e o ser, na verdade, sejam o mesmo e que, por isso, toda a consumação poderia ocorrer no puro meio do espírito”. HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Wahrheit” (HGS 3), 1988 [1935b], p. 292. Restringe, portanto, sua filosofia a apenas um movimento do conhecimento, que visa realizar-se no espírito absoluto, na identidade entre o sujeito e o objeto, sem atentar para os elementos da empiria que contradizem o resultado de seu pensamento. Apesar de desenhar o método dialético, concebe-o de maneira acabada, no que interrompe justamente a sua faculdade crítica.

O conhecimento encontra-se cindido entre as correntes apresentadas; o que Horkheimer expressa é a busca por um valor de verdade que subsista para além dos desejos de uma metafísica (seja ela idealista, seja religiosa), e, também, eluda as simplificações da ciência positivista. Tal oposição é colocada nos seguintes termos: “No presente encontram-se em confronto dois pontos de vista diferentes acerca da sociedade. De acordo com um, o miserável estado psíquico e físico das massas e o estado crítico da sociedade, em vista do grau de desenvolvimento do aparelho de produção e da técnica, decorrem necessariamente da manutenção de um princípio ultrapassado de trabalho social. De acordo com o outro não se trata do princípio, mas de uma falha ou exagero, ou de fatores espirituais, religiosos ou puramente biológicos. Verdadeiro não são todos juntos, mas apenas a teoria que sabe apreender o transcurso histórico de maneira tão profunda, que a estrutura e a tendência da vida social nas diferentes esferas da cultura possa desenvolver-se com maior proximidade a partir dela”. *Ibid.*, p. 298. Essa tarefa de apreender e expor criticamente (*deuten* ou *darlegen*), de maneira conceitual e interpretativa, os processos sociais em curso e, por conseguinte, ser capaz de compreender o movimento da história, é levada adiante nos mais diversos ensaios e artigos publicados na *Zeitschrift für Sozialforschung*. Um texto de Horkheimer que ilustra exemplarmente essa abordagem é “Egoismus und Freiheitsbewegung” (HGS 4, 1988 [1936b]), onde reconstrói as ações e os valores subjacentes à dominação burguesa, e aborda, para tanto, desde o governo e a vida na Roma da Idade Média, no que trata também dos escritos políticos de Maquiavel, passando pela Revolução Francesa, até a ideologia de Calvino e Lutero, apontando as variadas formas de disputa de poder presentes no passar do tempo, no intuito de demonstrar como princípio regente da vida burguesa a necessidade individual e egoística, em detrimento de uma organização conjunta. No esteio de tal edificação afirma: “Em virtude das situações históricas altamente diferentes nas quais se encontravam cada uma de suas classes, Rienzo e Robespierre estão separados por um mundo – e, ainda assim, algo em sua essência é idêntico, pois a forma da sociedade à qual servia a sua eficiência é a mesma”. *Ibid.*, p. 66.

¹⁹³ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Wahrheit” (HGS 3), 1988 [1935b], respectivamente pp. 313 e 317, – aspas no original. “Em que a lógica da dialética inacabada leva em conta a possibilidade de a mudança atingir também a totalidade do instrumental de categorias disponível, sem, por isso, tomar por menos verdadeira a teoria da qual ele foi formado, ela corresponde precisamente à representação hegeliana da diferença entre a dialética e o entendimento [Verstand], sem, por isso, sobrepor-lhe um novo dogmatismo”. *Ibid.*, p. 318. Em relação a este artigo, Matthias Lutz-Bachmann (“Humanität und Religion,

lógica e conceitual de um determinado aparato teórico (bem como científico) apenas seria fidedigna ao seu objeto se este fosse, de fato, imutável. Implicitamente, Horkheimer contrapõe-se, dessa feita, ao marxismo dogmático representado pela *II Internacional*¹⁹⁴, que se atinha às categorias marxistas como eternas e anistóricas, no que, em sua interpretação, rompiam a dialética. Censurava, da mesma forma implícita, a interpretação marxista de Lukács, que postula a identidade entre sujeito e objeto a partir do conceito de consciência de classe, que na teoria crítica da sociedade era substituído pelas investigações no domínio da psicologia social que procuravam, justamente, evadir esse determinismo econômico.

Uma questão premente que decorre do texto de Horkheimer acerca do problema da verdade é a centralidade de localizar e definir historicamente os conceitos utilizados, noção que vale, sobretudo, para a interpretação dos fenômenos pelo recurso à ciência. É através do exame desse conceito basilar para a noção de razão científica que poderá dialogar com as diferentes concepções do conhecimento humano e clarificar, assim, sua própria idéia. *“Também categorias como história, sociedade, progresso, ciência e assim por diante experimentam, com o passar do tempo, uma mudança de sua função. Elas não são essencialidades [Wesenheiten] autônomas, mas, antes, momentos do todo do conhecimento [Erkenntnisganzen], que os seres humanos desenvolvem na disputa entre si e com a natureza e que, jamais, se tornam idênticos à realidade. Isso se refere, também, à própria*

1986, p. 112) afirma que se apresenta um modelo teórico central para a formulação de Horkheimer, a saber, *“a interpretação [Darstellung] e a crítica sistemáticas da economia burguesa em Karl Marx. Nela, a ‘razão’ assume a forma da crítica dialética das determinações da razão e das categorias econômicas. Mas esta é, por princípio, inconclusiva, pois na teoria não é possível uma superação [Aufhebung] ou conciliação das contradições expostas”*.

Weber põs a questão no contexto do recurso ao tipo-ideal, ao apontar Marx como um dos principais representantes dessa formulação de conceitos. Sob a exigência de realizar a correspondência entre os objetos empíricos e sua representação, afirma: *“Nessa luta se realiza o progresso do trabalho científico-cultural. O seu resultado é um constante processo de reajuste daqueles conceitos através dos quais procuramos apreender a realidade”*. WEBER, Max, “Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”, 1985 [1904], p. 207. Para a categoria de tipo-ideal, ver *ibid.*, pp. 190 e segs.

¹⁹⁴ Cf. DUBIEL, Helmut, *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, 1978, pp. 45-55; SÖLLNER, Alfons, *Geschichte und Herrschaft*, 1979, pp. 25-30 e VAN REIJEN, Willem e BRANSEN, Jan, “Das Verschwinden [...]” (*HGS* 5), 1987, p. 457. Dubiel afirma: *“[...] quando Horkheimer fala de ‘teoria da sociedade’ ou de ‘materialismo’ científico, ele não se refere ao legado textual filológico de Marx/Engels disponível em 1933, mas ao programa de uma visada que, no esteio da linha Hegel/Marx, trabalhe em prol da fusão de filosofia e ciência”*. *Ibid.*, p. 46 – aspas no original. Como refiro aqui e em outros momentos do meu texto, isso não impede que sejam buscadas algumas fontes – para usar o termo de Dubiel – “filológicas” no trabalho de Marx. Para outro comentário à crítica do princípio de identidade em Horkheimer, cf. MATOS, Olgária Chain Féres, “Introdução”, 1990, em especial pp. XVIII-XXII.

Martin Jay pontua outro lado dessa vertente ao focar o relacionamento com o humanismo marxista e o papel do indivíduo, para chegar à seguinte conclusão no que se refere à Escola de Frankfurt: *“O indivíduo sempre deveria ser entendido como mediado através da totalidade não-idêntica, nunca como um ponto final em si mesmo. Ao enfatizar o momento negativo do processo dialético, eles fomentaram uma consciência crítica que parecia ausente tanto no marxismo humanista como no científico”*. JAY, Martin, “The Frankfurt School’s Critique of Marxist Humanism”, 1985 [1972a], p. 27.

Para uma formulação da crítica de Horkheimer ao que ele próprio chama de *“materialismo vulgar”*, ver o posfácio ao artigo “Teoria tradicional e teoria crítica” (cf. “Nachtrag” (*HGS* 4), 1988 [1937d], p. 221).

dialética”. Como explicitará logo adiante, refere-se já aqui ao materialismo: “No Capital Marx introduz os conceitos fundamentais da economia política clássica inglesa: valor de troca, preço, tempo de trabalho, bem como outros de acordo com suas definições. Recorre, assim, a todas as definições consideradas as mais avançadas com base na experiência científica. No processo de exposição, porém, essas categorias adquirem novas funções; elas contribuem com vistas a um todo teórico, cujo caráter contradiz o entendimento estático no interior do qual se originaram, e, acima de tudo, contradiz seu emprego isolado e acrítico. O todo da economia materialista está contraposto ao sistema clássico, e, ainda assim, conceitos particulares foram adotados. As formas dialéticas de movimento do pensamento se revelam como as mesmas da realidade”¹⁹⁵.

Isso significa dizer que, em vez de conceber uma determinada estrutura para a abordagem científica e, em seguida, aplicá-la/colocá-la em prática de maneira instrumental e mecânica, como o faz o positivismo, ou, então, delinear um mundo almejado e se pautar por esse desejo sem observar as condições concretas, como o faz o idealismo, a concepção de ciência dialética exige que seja desenhada e pensada a partir dessa história tangível, tornando seu método capaz de diferenciar as nuances constituintes das relações sociais, bem como a interação de natureza e sociedade, e, assim, esboçar a prática concretamente ancorada que permita fundar um mundo efetivamente racional. A única maneira de fazê-lo reside, portanto, na perspectiva dialética, que compreende a realidade exclusivamente a partir de seus movimentos; como visto no parágrafo anterior, os traços da dialética que é a base da teoria horkheimereana derivam do entendimento específico dado a ela por Marx.

Paralelamente ao diálogo com as principais correntes filosóficas de seu tempo Horkheimer, notadamente em “Sobre o problema da predição nas ciências sociais” (1933), leva a cabo o debate direto com as ciências humanas e os problemas colocados por ela. Os parâmetros desse confronto e querela (*Auseinandersetzung*) reside nos critérios que pautam o reconhecimento da prática científica na atualidade *vis-à-vis* o projeto horkheimereano. Dessa maneira, inicia o texto da seguinte maneira: “Que a pergunta acerca da previsão (*prévision*) sociológica esteja subjacente a essa articulação já é uma boa idéia, dado que nela se manifesta, especial e nitidamente, que também a sociologia toma parte na crise

¹⁹⁵ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Wahrheit” (HGS 3), 1988 [1935b], respectivamente pp. 310 e 317. Kurt Lenk tem um artigo acerca da crítica da ideologia em Horkheimer onde exprime essa idéia de maneira acurada: “Visto não haver outras verdades a não ser as históricas, não há sentido em tomar idéias atemporais como medida da verdade. Dessa forma, no entanto, a reflexão crítica inacabada de modo algum perde o >carimbo da verdade<. Pelo contrário: a rejeição do sistema faz jus ao princípio de que a verdade apenas é produzida pela negação de falsas determinações de valor. Nessa medida vale o princípio de que o conhecimento verdadeiro reside unicamente na denúncia da aspiração ideológica”. LENK, Kurt, “Ideologie und Ideologiekritik [...]”, 1986, p. 248 – aspas no original.

cultural geral. A possibilidade da previsão é a pedra de toque [Prüfstein] para toda e qualquer ciência do real”¹⁹⁶. Para separar “previsão” de “predição” (cf. nota *supra*), Horkheimer diferencia dois tipos de juízos, respectivamente os de tipo *abstrato* e os de tipo *concreto*. A partir disso, irá inferir que uns valem para juízos teóricos por assim dizer universais, e que, portanto, dado o caráter de sua abstração e generalidade, detêm uma disposição que não necessariamente aplicar-se-á a um caso concreto; em outras palavras: as “leis” que constituem o modelo preconizado pelas ciências naturais referem-se a propriedades gerais de determinados elementos ou fenômenos, mas que, em uma situação concreta, podem ser inválidas por haver fatores que invalidem aqueles pressupostos.

Nesse sentido, as previsões mantêm sua validade, levando-se em conta que foram derivadas de teoremas abstratos, teoremas estes produzidos com base na experiência. Ou seja, o que precisa ser constantemente observado, comprovado ou revisto são as predições. Depreende-se dessa formulação o seguinte: “*Noutras palavras, a prédiction na natureza refere-se ao experimento arbitrário, e visto que ela não contém experimentos, a sociologia precisaria abster-se de tais enunciados*”¹⁹⁷. Essa cisão é recusada por ele em virtude de considerar que da sociologia, pressupostamente por tratar dos fenômenos sociais, ligados em grande medida à ação humana, submetida a parcela considerável de consciência, deveria se esperar uma capacidade preditiva ainda maior. Do descompasso que existe na realidade, ou seja, que ninguém espera maior capacidade preditiva da ciência da sociedade face às ciências naturais, infere que isso aconteça pelo fato de as ações humanas, no presente, resultarem quase que apenas de forças localizadas além do seu controle. “*Quanto mais a vida social perde o caráter de acontecimento cego da natureza e a sociedade toma medidas para constituir-se como sujeito racional, tanto mais também os processos sociais poderão ser preditos com determinação. A atual insegurança nos juízos sociológicos acerca do futuro é apenas o reflexo da atual insegurança social em geral*”¹⁹⁸. Assim, embasa epistemologicamente o desdobramento e a orientação rumo à importância, delineada em outros textos do período, de atingir a organização racional da sociedade.

¹⁹⁶ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Voraussage in den Sozialwissenschaften” (HGS 3), 1988 [1933e], p. 150 – o termo “*prévision*” encontra-se em francês no original. A tradução brasileira publicada pela editora Perspectiva no livro *Teoria Crítica I* contém um erro no título que não deve ser menosprezado: verte-o como “Do problema da previsão nas ciências sociais”, sendo que a raiz dos dois termos e, além disso, o uso adicional da palavra francesa, deixam pouca margem de dúvida ao que Horkheimer quer dizer. Assim, quando eu utilizar “predição”, refiro-me a “*Voraussage*”, do título em alemão, cujo sufixo “*sage*” é a raiz do verbo “dizer” (“*sagen*”), em alemão, enquanto “previsão” traduz “*Voraussicht*”, cujo sufixo deriva do alemão “visão” (“*Sicht*”). Essa opção adquire maior relevância tendo em conta que, no decorrer do texto, Horkheimer dirigir-se-á justamente a essa distinção.

¹⁹⁷ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Voraussage [...]” (HGS 3), 1988 [1933e], p. 154 – o termo “*prédiction*” encontra-se em francês no original.

¹⁹⁸ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Voraussage [...]” (HGS 3), 1988 [1933e], p. 156.

O lugar que a idéia do prognóstico assume na sociologia sob esse prisma, face às ciências naturais experimentais, está, portanto, relacionado ao movimento histórico e social mais amplo que também condiciona o saber, e, nessa medida, é um elemento essencial, dado o papel que a ciência assume na sociedade contemporânea, para contribuir no sentido de uma melhoria das condições de vida. “*Pois a verdadeira liberdade humana não pode ser equiparada nem à incondicionalidade, nem ao mero arbítrio, sendo idêntica à dominação da natureza em e fora de nós através da decisão racional [vernünftig]. Levar a que esse estado seja característico da sociedade é tarefa não apenas do sociólogo, mas das forças progressistas da humanidade em geral. E assim é que o esforço do sociólogo, de chegar à prédiction exata, torna-se a aspiração política à realização de uma sociedade racional*”¹⁹⁹. Entende-se, por isso, a exigência – repetidamente manifestada – de a sociedade tornar-se um sujeito racional, de modo que possa utilizar-se desse atributo para dirigir o seu rumo. Ainda que as tentativas de distinguir essa defesa da razão do racionalismo positivista sejam constantes em seus escritos, é patente que a conciliação dessa – com o perdão do pleonismo – ‘razão razoável’, detentora de uma compreensão inteiramente outra do modo como se daria essa dominação, traduz-se, em alguns dos casos, numa contradição dialética, cuja resultante proporciona um conceito de razão que, amiúde, é precariamente sustentável do ponto de vista terminológico. Com efeito, em *O eclipse da razão* apresenta outro ensaio de dimensionar essa conceituação em termos dos tipos de razão “objetiva” e “subjetiva”.

O mais fundamental, todavia, é notar esse constante movimento de aproximação e distanciamento crítico que marca a obra de Horkheimer. Ele atravessa tanto os debates com a filosofia, exemplarmente nos confrontos teóricos com Kant e Hegel, e se estende para as ciências humanas, acima de tudo a sociologia. Difere dos momentos e dos textos em que se restringe a tão somente censurar certas abordagens (como é o caso, por exemplo, com a teoria detentora de traços de nacionalismo da extrema-direita representada pelas obras de Oswald Spengler e Ernst Jünger). Esse tipo de relação distingue-se, igualmente, daquela estabelecida com a teoria de Marx, que apesar de ser mencionado – de modo explícito – relativamente menos, constitui o cerne do método proposto e sustentado pela teoria crítica.

Como explanado, a idéia de pesquisa, na medida em que traduz um ideal de ciência que ambiciona a explicação da realidade, fornece os elementos históricos e sociológicos que tornam possível produzir juízos acerca, nesse caso, da sociedade. A tradição filosófica que, de certa forma, serve de refúgio, é significativa pois contém o anseio por outra realidade – ainda que a teoria crítica expresse o que opto por denominar de *normatividade negativa*,

¹⁹⁹ HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Voraussage [...]” (*HGS* 3), 1988 [1933e], p. 157.

assinalada de duas maneiras. Negativa na medida em que, no diálogo crítico com as grandes correntes da filosofia, nega seus valores de caráter ontológico e ideal, distantes de postular a pretensão a uma vida melhor com base nos fatos históricos concretos. Negativa, também, na recusa a aceitar a realidade dada como imutável, encerrada em si própria e cuja mudança estaria associada a um suposto devir, e, assim, abriria mão de preceitos racionais – motivo pelo qual a crítica da razão constitui um aspecto central de seu desenvolvimento teórico.

Tal forma de crítica²⁰⁰, porém, está enraizada nas contribuições oferecidas pelo trabalho de pesquisa. A proximidade da teoria crítica da sociedade de Frankfurt com a pesquisa empírica, apesar de (relativamente) pouco reconhecida na tradição acadêmica da sociologia, encontra ecos, por exemplo, no olhar histórico acerca do grau de influência efetivamente exercido pela sociologia ‘européia’ sobre a ‘americana’. Na tentativa de questionar a supremacia (para não dizer o pioneirismo) empírica que existiria nessa em oposição àquela, e apoiado em diversos estudos, pode-se defender a hipótese de que, na verdade, essa visão decorreria de um baixo nível de institucionalização da pesquisa empírica no interior da sociologia alemã, e que justamente no *IfS* é que seria possível encontrá-la em sua forma mais acabada²⁰¹. Tal juízo vai, evidentemente, ao encontro da

²⁰⁰ Na breve revisão que Wolfgang Bonß faz do conceito de crítica, em que parte do *Positivismusstreit* da década de 1960 travado entre Adorno e Popper, são definidas três principais formas de crítica: a *empírica*, a *imane*nte e a *normativa*. Se, de modo geral, deixa de ocorrer uma adesão a apenas uma delas, entende que a teoria crítica da qual trato neste trabalho tem como ponto de apoio o terceiro tipo, dado que calca sua crítica da sociedade (*Gesellschaftskritik*) sobre a assunção de um possível *dessemelhante* (*mögliches Anderssein*). “Apenas afirmá-lo é insuficiente, e por parte da teoria crítica houve menção, desde o início, a que um possível dessemelhante não poderia ser voltado de modo idealista contra a perversa realidade, mas precisaria estar fundamentado na referência à realidade e ancorado na referência à experiência”. Com base nisso é que se daria, em Horkheimer, a associação entre a filosofia social (*Sozialphilosophie*) e a pesquisa social (*Sozialforschung*): enquanto as raízes da primeira justificam uma tomada de posição crítica que possa, também, reverter-se em prática social, a segunda contribui ao proporcionar a base experiencial exigida nesse contexto. BONß, Wolfgang, “Warum ist die Kritische Theorie kritisch? Anmerkungen zu alten und neuen Entwürfen”, 2003, pp. 368 e 369; cf., ainda, *ibid.*, pp. 373-378.

²⁰¹ Cf. SUTHERLAND, David Earl, “Wer rezipiert heute die europäische Soziologie?”, 1981 [1978], pp. 277-281. Habermas (“Remarks on the development of Horkheimer’s Work”, 1993, pp. 55-58 e “Bemerkungen zur Wirkungsgeschichte [...], 1986 [1985], pp. 163 e 164) dirige-se à distinção entre as concepções teóricas de Adorno e Horkheimer, em que chama atenção para como aquele demonstra maior distanciamento face à possibilidade de ater-se às ciências sociais e à noção de pesquisa; na versão alemã deste artigo, chega ao extremo de afirmar que Adorno e Marcuse não partilhariam do reconhecimento que Horkheimer concedia às ciências, algo que pode ser desmentido quando se olha para a obra de ambos. O texto de Karl-Siegbert Rehberg (“Deutungswissen der Moderne [...]”, 1986) é um exemplo ilustrador como, em geral, os textos acerca da história da sociologia na Alemanha costumam deixar de lado a teoria crítica até mesmo após a Segunda Guerra, em especial no que diz respeito à pesquisa empírica. A antiguidade dessa concepção nos trabalhos da ‘Escola de Frankfurt’ está devidamente documentada, como nos relatos acerca das pesquisas sobre os trabalhadores concebidas e parcialmente levadas a cabo na Suíça, durante a década de 1930, e, posteriormente, com igual teor, nos EUA a partir de 1935, e que resultou na publicação dos *Estudos sobre autoridade e família*. Além disso, houve também o *Radio research project*, realizado em parceria e sob a coordenação do sociólogo austriaco Paul F. Lazarsfeld, que também emigrara (cf. SÖLLNER, Alfons, *Geschichte und Herrschaft*, 1979, pp. 56-62; WIGGERSHAUS, Rolf, *Die Frankfurter Schule*, 1986, pp. 160-163, 171-178, 188-201 e 266-276 e LÖFFLER-ERXLEBEN, Barbara, *Max Horkheimer zwischen [...]*, 1999).

auto-imagem divulgada pelos seus integrantes, e que entendo ser justificada, afinal, a fundamentação histórico-materialista de seus achados e, além do mais, seu admitido interesse em valer-se de recursos e métodos da pesquisa empírica, constituem provas dessa contigüidade. Com efeito, mesmo que, porventura, a teoria crítica passasse a ter interesse em renegar a presença de fundamentos empíricos na elaboração de sua investigação, as publicações de seus trabalhos de pesquisa em diferentes momentos tornariam essa tarefa impraticável.

Ao longo da obra de Horkheimer se observa, portanto, o desenrolar de uma proposta de *laboração*²⁰² reflexiva, à qual está subjacente a tensão em que repercutem os conflitos de múltiplos elementos a moldarem seus contornos, dentre os quais destaco os seguintes: (i) a adesão a métodos e pressupostos atribuídos à atividade científica primária; (ii) o embate com o imaginário de uma noção de tecnociência, a que contrapõe sua subordinação ao valor de dominação racionalmente dirigida da natureza; (iii) os limites de se filiar ao pensamento especulativo associado ao idealismo filosófico; (iv) o desafio mandatório de assinalar, criticamente, as contradições que dão forma à realidade histórica concreta²⁰³. Desse modo, as tarefas que ele se coloca como pensador (para usar um termo abrangente) e os liames da teoria constituem reflexo desses condicionantes priorizados por sua ‘perspicácia crítica’.

Apropriando-se do ideário de interpretar a produção teórica em voga na época em que redigiu esses ensaios e, por conseguinte, contrapô-los aos ditames e pressupostos da atividade intelectual vigente, aprofunda os antagonismos que circundam a tarefa acadêmica e o trabalho de pesquisa em suas múltiplas acepções. Por conseguinte, permite-lhe expor a lógica orientadora da prática científica e apontar de que maneira contribui na reprodução de determinados tipos de racionalidade que engendram os processos sociais. Ao fim e ao cabo, o norte de fomentar essa concepção teórica implica, sobretudo, a criação das condições de possibilidade da razão, que para Horkheimer se encontravam atreladas a fazer ciência no sentido reflexivo, da prática do questionamento e da investigação.

²⁰² Escolhi a palavra “laboração”, de uso pouco comum na língua portuguesa, por aproximar-se do significado pelo qual procuro, de um caráter de continuidade, ou seja, *preliminar* e *inacabado* do empreendimento. Em alemão ela poderia ser mais bem expressa pelos termos: “*Ausführung*”, próximo a “exercício” ou “cumprimento” (cf. HORKHEIMER, Max, “Die gegenwärtige Lage [...]” (HGS 3), 1988 [1931], p. 31); “*Ausarbeitung*”, algo adjacente a “definição” ou “elaboração” ou “*Darlegung*”, possível de ser vertido em “apresentação”, “explicação” ou “exposição” (cf. *ibid.*, p. 35).

²⁰³ Tal viés persiste em seu trabalho, como pode ser observado por este trecho de uma palestra de 1965: “*Medir a sociedade burguesa a partir de suas idéias, as quais ela própria subscreve, como liberdade e justiça, o respeito a cada um, expressar a discrepância entre a idéia e a realidade, e fomentar as possibilidades e tendências para a transposição dessa discrepância, isso é capaz de determinar a teoria autônoma e responsável tanto hoje como na época de Condorcet e dos Saint-Simonistas*”. HORKHEIMER, Max, “[Wertfreiheit und Objektivität]” (HGS 8), 1985 [1965a], p. 260.

2.3 Teoria crítica: ensaios sob a perspectiva da dialética inacabada

Para encerrar este segundo capítulo, note-se a periodização elaborada por Helmut Dubiel para o trabalho científico do *IfS* como um todo, que se baseia, predominantemente, sobre os escritos de Horkheimer, onde ele vê como último momento dessa fase ‘positiva’ de delineamento de sua proposta teórica a introdução do termo “teoria crítica” como auto-denominação do trabalho de prática intelectual e reflexão ‘científica’ sob a forma realizada pelo grupo reunido à sua volta. Dessa forma, se antes, como visto, falava-se *en passant* em características críticas de uma determinada interpretação, nomeando o viés teórico de “materialismo”, “método dialético” ou termos similares, “Teoria tradicional e teoria crítica” (1937), marca a assunção explícita dessa designação para a ‘teoria correta’. Com isso, para Dubiel, contrapõem-se em primeira instância ao ideal de “ciência burguesa”, já que “*para Horkheimer, a ciência ‘crítica’ enxerga a politização interna da ciência (através da crítica da ideologia), analisa-a e também insere, no trabalho teórico, a consciência acerca de sua própria possibilidade de politização [Politisierbarkeit] [...]. Mesmo como ‘crítica’, a própria teoria é um elemento do processo no qual a sociedade se reproduz na apropriação produtiva da natureza*”²⁰⁴. No esteio desse argumento, que procurarei embasar textual e teoricamente em seguida, tomam distância de uma representação autônoma do trabalho científico, colocando como uma das questões centrais, justamente, observar a posição ocupada por essa atividade no processo social de produção, no qual tem participação ativa e vital. Por conseguinte, implica que eventuais alterações estruturais na sociedade clamam, necessariamente, por mudanças na teoria que procura abarcá-la criticamente.

Este item foca, portanto, os textos compreendidos nos anos de 1937 e 1938. A demarcação tem seu início, como dito no parágrafo anterior, com base na redação de um texto programático central nos delineamentos dos trabalhos da ‘Escola de Frankfurt’. Ela se encerra já no ano seguinte em virtude de a proximidade de 1939 e, em especial, os acontecimentos daquele ano – tendo o início da Segunda Guerra Mundial como marco – exercerem influência significativa tanto sobre a perspectiva teórica, quanto no que se refere à prática intelectual de Horkheimer, mudança que se reflete explicitamente nos textos. Cabe adiantar que a incidência da temática do anti-semitismo ganhará força com os novos eventos, complementando, assim, o problema do nacional-socialismo, que se fazia presente em outros textos acerca da estrutura social e econômica do capitalismo.

²⁰⁴ DUBIEL, Helmut, *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, 1978, respectivamente pp. 72 e 74 – aspas e grifo no original. No que se refere à periodização adotada, cf. *ibid.*, pp. 17-24 e 66-86.

Novamente, como é característico de seu trabalho, a apreciação de seus escritos traz o acoplamento entre a crítica da sociedade e a do conhecimento, que, em virtude da maneira pela qual concebe o seu próprio empreendimento teórico, são inseparáveis. Isso implica, dado o contexto epistemológico em que se insere, o diálogo tanto com a ciência social (positiva) quanto com a filosofia. “*Diferentemente de Hegel, a dialética materialista, da forma como está contida na teoria crítica, não suporta a unidade entre pensamento e história. No presente existem formas de vida históricas reais, cuja irracionalidade já se rendeu ao pensamento. A dialética não está acabada*”²⁰⁵. Esta idéia é um dos pilares do movimento e da tarefa que Horkheimer atribui à teoria; sendo constituinte da e constituída pela história, permanece em contínua mutação, enquanto a necessidade de alguma espécie de transformação dos elementos fundamentais da sociedade estiver em voga. Eis a relação que permeia os argumentos dos artigos que recupero em seguida, no intuito de explicitar e clarificar qual a interpretação de crítica que está subjacente à sua proposta investigativa.

Nos textos de Horkheimer, isso se reflete a partir do número seis da *Zeitschrift für Sozialforschung*, de 1937, onde publicou “Teoria tradicional e teoria crítica”, que ficou conhecido por artigo programático²⁰⁶. É observável como o conteúdo do debate se altera de certa maneira: comparado aos artigos anteriores, que dedicavam espaço maior ao problema da prática – ainda que no âmbito de sua derivação teórica – e, também, de fundamentar a leitura específica da teoria de Marx que se apresentava nesse grupo, agora trata-se de fazer convergir os variados elementos no intuito de conceber os traços particulares de uma visada teórica distintiva. Tanto há material permitindo interpretar a permanência de elementos centrais do período anterior, que o primeiro artigo publicado nesse número da revista lida com a corrente representada pelo empirismo (lógico), cujos principais pensadores da época aos quais se dirigiram suas observações foram Ernst Mach, Rudolf Carnap, Bertrand Russell e Otto Neurath. A metodologia adotada é similar a outros escritos: os entraves e as limitações da teoria são expostos, e esse procedimento é complementado por apontamentos acerca de como deve ser realizado o trabalho científico no sentido crítico. Nesse caso,

²⁰⁵ HORKHEIMER, Max, “Montaigne und die Funktion der Skepsis” (*HGS 4*), 1988 [1938a], p. 292. Ao final de sua vida Horkheimer reafirma essa idéia, enfatizando o tipo de relação que a teoria crítica teria mantido com o pensamento de Marx. Cf. HORKHEIMER, Max, “Zur Zukunft der Kritischen Theorie” (*HGS 7*), 1985 [1971e]. Para uma reconstituição de como esse problema se apresenta analogamente também na teoria crítica de Adorno, cf. MUSSE, Ricardo, “Elementos da crítica de Adorno a Kant”, abr. 2007, especialmente pp. 211-213.

²⁰⁶ O prefácio ao referido número da *Zeitschrift* anuncia a importância e o esforço realizados pelos membros do *IfS* com vistas a erigir uma teoria que apresentasse elevada convergência, fazendo menção, ainda, às dificuldades práticas encontradas para manter essa publicação. Chama atenção, também, para o fato de que é através dela que se mantém viva a divulgação de uma tradição alemã das “ciências do espírito” (*Geisteswissenschaften*), que, dados os acontecimentos da época, se encontra em franco perigo de extinção. Cf. HORKHEIMER, Max, “Vorwort zum VI. Jahrgang” (*HGS 4*), 1988 [1937a], p. 105.

inclusive, cede espaço à ênfase sobre uma determinada cientificidade, pois, de modo diverso ao que acontece no debate com a filosofia, aqui a aspiração aos juízos que possam ser dotados do valor de verdade associado à ciência detém maior importância.

Ao voltar-se à dependência exagerada face aos dados empíricos, entendidos imediatamente, essa corrente acaba por adquirir um caráter confirmatório (e, portanto, a-crítico) da realidade posta. “*Quão mais freqüentemente algo havia existido, tão maior é a certeza de que continuará para todo o futuro. O conhecimento refere-se apenas àquilo que é, e à sua repetição. Novas formas de existência, acima de tudo aquelas originadas da atividade histórica do ser humano, encontram-se para além da teoria empirística*”²⁰⁷. Ao lidar com a limitação basilar, escancara como esse ideal – no pior sentido do termo – implica a ausência de questionamento aos fatos, à realidade dada, e, assim, coloca-se de maneira contrária ao cerne de um pensamento que *de facto* tenha, como pressuposto na teoria que aqui analiso, sua origem na noção de ciência do modo traçado no capítulo primeiro, no imbricamento entre a análise empírica e o uso da razão para delimitar os processos de constituição do real.

Isso vale tanto para seu entendimento da realidade quanto, igualmente, no debate epistemológico, na disputa com correntes divergentes de pensamento. “*Não há crítica de uma disciplina especializada fora de uma disciplina especializada, nem pensamento que, munido dos conhecimentos de sua época, ao dirigir-se a determinados fins históricos, possa dizer algo aos especialistas. Tal pensamento, e o elemento dialético, crítico, que parte dele e adentra o processo do conhecimento, através do qual este é conscientemente ligado à vida histórica, além disso, as categorias que a ele se associam, como a diferença entre essência e aparência, a identidade em mudança, a razoabilidade das intenções, sim, o conceito de ser humano, de pessoa e até mesmo de sociedade e de classe, em um sentido que pressuponha determinados aspectos e tomadas de posição – tudo isso inexistem para o acadêmico [Gelehrten] empirista*”²⁰⁸. Através disso, para Horkheimer, seus representantes se aproximam do dogmatismo que observara no racionalismo: tornam-se incapazes de distinguir momentos diferentes e, através desse exercício, atentar ao movimento histórico (concreto) que precisa ser analisado caso se almeje desvendar os processos sociais que produzem e reproduzem ativamente a realidade.

Partindo de abstrações idealistas, que se atêm unicamente a certo momento da observação, interpretando a realidade como uma imagem estática, por si só anula as possibilidades de qualquer relação crítica com o entorno. Sequer o idealismo é tão estreito em sua concepção a ponto de “*equivaler, imediatamente, o saber dos fatos e o conheci-*

²⁰⁷ HORKHEIMER, Max, “Der neueste Angriff auf die Metaphysik” (HGS 4), 1988 [1937b], p. 120.

²⁰⁸ HORKHEIMER, Max, “Der neueste Angriff auf die Metaphysik” (HGS 4), 1988 [1937b], p. 121.

mento do ser, uma limitação revelada já pelo título do empirismo. Os fatos da ciência e a própria ciência são recortes do processo de vida da sociedade, e para realmente compreender qual o significado dos fatos e do todo científico, precisa-se ter a chave para a situação histórica, a saber, a teoria correta da sociedade”²⁰⁹. O ponto enfatizado na citação é vital para compreender de que modo Horkheimer dispunha o seu diálogo com outras abordagens teóricas, pois torna-se mais expressivo um certo dualismo em sua ótica, que pode ter ganhado força a partir da ascensão do relativismo no interior das humanidades.

A contraposição mais incisiva, neste artigo, é em relação ao mote de que a ciência precisaria, necessariamente, realizar o ideal da isenção de valores. Partir dessa prerrogativa constitui, por si próprio, um passo além de cair na armadilha proporcionada, por exemplo, pela metafísica: é tomar o partido de, no limite, alienar-se da realidade dada, consequência de ter como objetivo a mera descrição aventada como puramente objetiva. O projeto que Horkheimer propõe caminha justamente no sentido inverso. “*O interesse no desdobramento do todo, em contínua transformação histórica, esse momento subjetivo e que se altera a si próprio, na teoria dialética não é apenas compreendido como uma fonte de erro, mas sim como fator inerente do conhecimento. Todos os conceitos fundamentais da teoria dialética da sociedade, como sociedade, classe, economia, valor, conhecimento, cultura e assim por diante, formam partes de um nexos teórico atravessado por interesses subjetivos*”²¹⁰. Mostra-se, aqui, tanto o conteúdo da proposta quanto a sua proximidade, mesmo que não-nomeada, da crítica da economia política de Marx, sem implicar a aplicação imediata da ciência.

No esteio desse argumento, é fundamental remeter ao fato de que essa formulação não pretende impor um determinado ordenamento do conhecimento à sociedade. Antes, trata-se de levar adiante um exercício de pensamento baseado sobre os processos sociais, ou seja, que também seja capaz de desvelar as contradições constituintes dessa realidade, sem reduzir a atividade pensativa a uma presença funcional, como presente no empirismo. “*O pensamento abre mão de sua reivindicação em ser, simultaneamente, crítico e dar o exemplo. Suas funções puramente registradoras e calculistas são separadas de sua espontaneidade. Decisão e prática valem, agora, como algo contraposto ao pensamento, [...], o intelecto deve estar ligado no máximo exteriormente ao interesse consciente, a uma direção determinável de sua atividade, devendo privar-se da idéia. [...] Essa ideologia, a*

²⁰⁹ HORKHEIMER, Max, “Der neueste Angriff auf die Metaphysik” (HGS 4), 1988 [1937b], p. 134.

²¹⁰ HORKHEIMER, Max, “Der neueste Angriff auf die Metaphysik” (HGS 4), 1988 [1937b], p. 138. Para sua apresentação desses ideais subjacentes ao empirismo, cf. *ibid.*, pp. 139 e segs. O problema encontra-se no tipo de uso da ciência: “*O papel subalterno do pensamento, que apenas ocupa o posto de empregada para os fins em voga da sociedade industrial com o seu destino duvidoso, é idealizado por esses apologistas tardios da liberdade de valores [Wertfreiheit]*”. *Ibid.*, p. 140.

*identificação do pensamento com as ciências especializadas, aponta, em vista dos poderes econômicos dominantes, que se servem tanto da ciência quanto de toda a sociedade para os seus fins particulares, para a perpetuação do estado presente*²¹¹. O cerne da crítica a essa neutralidade é demonstrar a impossibilidade de juízos puramente científicos, na medida em que isso esteja associado a uma objetividade livre de todo e qualquer interesse. Por conseguinte, a alternativa deve ser a de comprometer-se ao trabalho reflexivo, tendo como fim desanuviar os intentos subjacentes aos processos sociais, o que depende de uma visão capaz de conjugar a crítica materialista e o proveito das possibilidades dadas.

Note-se que essa posição de Horkheimer não acarreta uma recusa ao recurso às descobertas e fatos ofertados pela ciência. Ou seja, julgá-lo como um pensador que nega o conhecimento através da apreensão científica da realidade é simplificar sua teorização. O que está em jogo, para ele, é a importância de enxergar a maneira pela qual a descrição da realidade, atrelada à crítica, precisa ser apreendida no contexto histórico, que implica o movimento contínuo, eixo que se torna ainda mais presente na disputa da metafísica com o empirismo, levando-o a afirmar: *“Mas se a metafísica também está errada ao consolar os humanos por meio de um ser, que basicamente não pode ser constatado com os meios da ciência, é a própria ciência que se torna ingenuamente metafísica onde ela se confunde com o conhecimento e a teoria em geral, e pretende descreditar até mesmo o nome da filosofia, isso é, da instância que lhe é crítica. Na medida em que se possa mostrar que um ponto de vista é inconciliável com determinados juízos científicos, então ele de fato deve valer como errado e antiquado. Também um pensamento construtivo encontra cada uma das constatações das quais ele se serve modeladas de maneira disciplinar, como físicas, geográficas, psicológicas, e por daí em diante. Quando, com vistas a um problema concreto, leva em conta conceitos de diferentes disciplinas, sem respeitar as fronteiras, não se sobrepõe ao conteúdo ou o ignora, como o espetáculo metafísico descomprometido, mas antes o coloca em um nexo que está de acordo com a situação*²¹². Pode-se ver – mais uma vez – a retomada daquela concepção formulada e anunciada em 1931, de um trabalho que tome como ponto de partida os variados ramos da ciência já constituídos, para, a partir de seus dados e fatos, ser capaz de elaborar uma teoria que vá além daquela proposta descritiva e, no entendimento de Horkheimer, conservadora. Aqui, o termo refere-se justamente à idéia de contrapor uma forma de conhecimento que contém a conservação da realidade

²¹¹ HORKHEIMER, Max, “Der neueste Angriff auf die Metaphysik” (HGS 4), 1988 [1937b], pp. 153 e 154.

²¹² HORKHEIMER, Max, “Der neueste Angriff auf die Metaphysik” (HGS 4), 1988 [1937b], pp. 157 e 158.

posta àquela que se orienta a partir das contradições e, assim, tem a capacidade de enxergar as possibilidades de mudança contidas em um determinado momento histórico.

Como anteriormente aventado, a reflexão esboçada nesses textos visa, sobretudo, oferecer uma alternativa ao dualismo que se instalava entre o retorno à filosofia sob a ótica metafísica, e a exacerbação oposta rumo a um empirismo incapaz de analisar criticamente o entorno que constitui o objeto de sua investigação. Tais delineamentos também embasam a distinção que Horkheimer, no artigo programático referido acima, fará entre a teoria tradicional e a teoria crítica, objeto das páginas a seguir. Na medida em que reúne variados dos argumentos trazidos no decorrer dos outros números do periódico, porém de maneira mais sistemática e, em especial, percorrendo historicamente e conceitualmente a constituição da gnose, do conhecimento tanto em seus aspectos epistemológicos quanto filosóficos, e distinguindo aquelas correntes que predominaram em diferentes épocas, fornece uma perspectiva melhor da inserção que a teoria crítica da sociedade poderia ter nesse processo.

Horkheimer inicia o texto traçando a definição do que seria a teoria tradicional. Esta, inaugurada pela filosofia de René Descartes, e tendo como outros representantes de relevância Henri Poincaré, John Stuart Mill e Edmund Husserl, se baseia, acima de tudo, sobre o ideal de matematização do conhecimento científico. Isso significa que parte da física matemática, principal representante das ciências naturais (*Naturwissenschaften*), para chegar à conclusão de que a teoria se define como o encadeamento lógico de proposições. *“Como elementos da teoria, como partes das conclusões e dos enunciados, aparecem cada vez menos nomes de objetos deriváveis da experiência, mas, antes, símbolos matemáticos. Também as operações lógicas já estão racionalizadas em tal medida que, ao menos em grande parte das ciências naturais, a formação da teoria tornou-se construção matemática”*²¹³. Se a história da produção do conhecimento teve, ao menos entre as assim chamadas sociedades ocidentais, tal vertente das ciências como sua principal expressão, as humanidades tenderam a ajustar-se a tal processo e, portanto, procuram incorporar aos seus métodos os exemplos propostos pelas formas de explicação consideradas mais avançadas.

No domínio da sociologia, esse processo se expressa em que formulações amplas, em termos conceituais gerais, sejam consideradas insuficientes ou relegadas em virtude da dificuldade de sua verificação empírica. O embate desse tipo entre a exigência de encontrar correspondências idênticas na realidade – que oblitera o fato de todo e qualquer conceito constituir uma abstração – levou, a seu ver, a que teóricos como Weber colocassem sua noção da *possibilidade objetiva* em termos de relações causais dependentes de uma listagem

²¹³ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS 4*), 1988 [1937c], pp. 162-164.

de fatores, e que, caso algum daqueles fatos deixasse de existir ou de ocorrer, a resultante seria diversa²¹⁴. Tratava-se, portanto, de buscar uma precisão nas ciências da sociedade que vai, justamente, na contramão da forma pela qual se dão os processos dessa esfera. Fundamenta, por esse viés, a idéia de razão instrumental – tributária do conceito de razão formal delineado por Weber – que marcará seus escritos da década de 1940.

Significado ainda maior detém o modo através do qual esse transcurso se insere em seu contexto social e a consequência que Horkheimer extrai para a atividade científica, que, vista numa ótica dialética, exige o ancoramento na realidade social, dotada de um caráter concreto e historicamente definido. “*Os avanços técnicos da era burguesa não podem ser separados dessa função do empreendimento científico. De um lado, através dele os fatos são tornados frutíferos para o conhecimento, que é negociável [verwertbar] sob as condições dadas, de outro lado, o conhecimento existente é aplicado aos fatos. Não há dúvida de que esse trabalho constitui um momento da contínua transformação e desenvolvimento dos alicerces materiais dessa sociedade. Entretanto, na medida em que o conceito de teoria é autonomizado, como se ele pudesse ser fundamentado como a essência interior do conhecimento ou de outra maneira anistórica, ele se transforma numa categoria ideológica, reificada [verdinglicht]*”²¹⁵. Ao delinear, assim, a crítica à idéia de que haveria um funcionamento imanente à ciência, que teria sido e continuaria capaz de fazer suas engrenagens girarem, sem qualquer tipo de contingência social, desenraizada do momento histórico e dos processos sociais que a circundam, coloca em questão o cerne do tipo de produção do conhecimento que estava em voga naquela época. Tendo tomado como ponto de partida a maneira pela qual esse problema se expressa nas ciências da sociedade, o passo seguinte – fundamental na concepção de sua teoria, visto que lhe possibilita avançar esse entendimento para um grau mais elevado de generalização – é argumentar em favor da validade desse raciocínio para a prática científica como um todo.

Para compreender, então, o caminho que leva da formulação de um *constructo* abstrato teórico na ciência até a sua expressão prática, exterior à esfera do conhecimento, a única maneira é voltar-se ao *locus* em que ela se reverte em objetos palpáveis. “*E como a influência do material sobre a teoria, assim também a aplicação da teoria ao material não é um processo intra-científico, mas, simultaneamente, social. Afinal, a relação das*

²¹⁴ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], pp. 164-168. Como exemplos para os conceitos considerados inadequados ao tipo de explicação buscada sob a influência de uma ciência matematizada, ele cita, na p. 165: “*Distinções como aquelas entre comunidade e sociedade (Tönnies), entre solidariedade mecânica e orgânica (Durkheim), entre cultura e civilização (A. Weber) como formas básicas da socialização humana, de imediato mostravam a sua problemática quando se tentava aplicá-las a problemas concretos*”.

²¹⁵ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 168.

*hipóteses com os fatos não se completa na cabeça do acadêmico [Gelehrten], mas na indústria. As regras pelas quais o piche de carvão, quando submetido a determinados tratamentos, desenvolve cores, ou que a nitroglicerina, o salitre e outras substâncias têm uma alta capacidade de explosão, são conhecimento acumulado que, nas fábricas das grandes indústrias, é realmente aplicado aos fatos”*²¹⁶. A tentativa de Horkheimer é desmontar a ilusão de que haveria uma independência total entre esses variados momentos, ou seja, que cada um dentre eles teria condicionantes distintos e que não se misturariam. A visão de mundo dos seres sociais, que se encontra enredada, como ele a chama, na *aparência de autonomia dos processos de trabalho*, advém de uma interpretação mais ampla acerca da organização da realidade social como um todo.

Dessa forma, ele introduz o elemento de crítica da sociedade em sua crítica da ciência, procurando combater, no nível da prática intelectual, essa separação puramente lógica das esferas. Cabe reiterar que, evidentemente, se a simples afirmativa da cisão face às implicações sociais do conhecimento advogada por algumas correntes do saber não torna essa aspiração realidade, do mesmo modo as assertivas de Horkheimer são insuficientes para revogar o ponto de vista dominante. Porém, ao retomar o encadeamento de idéias e fatos que produz essa ideologia, dá-se o passo inicial para questionar a autoridade daquela visão, proposta que ganha maior significado na medida em que o acadêmico, pesquisador e intelectual assume papel central na reprodução desse falso diagnóstico.

É a sua posição no interior da organização da sociedade que constitui, portanto, uma questão premente para a teoria horkheimereana. Novamente, ele ancora sua interpretação sobre o imperativo de proceder a um duplo movimento: criticar a atividade da pesquisa “em si”, ou seja, os critérios colocados pelos pesquisadores para o seu trabalho, mas, ao mesmo tempo, trazer à tona o problema do modo através do qual participam na (re)produção dessa sociedade existente. “*A representação tradicional da teoria encontra-se abstraída do empreendimento científico como ele se realiza no interior da divisão do trabalho em um dado estágio. [...] Na realidade, entretanto, a vida da sociedade resulta do trabalho total dos variados ramos de produção, e, ainda que a divisão do trabalho sob o modo de produção capitalista apenas funcione parcamente, os seus ramos, inclusive a ciência, não devem ser vistos como autônomos e independentes. Eles são idiossincrasias da maneira*

²¹⁶ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 170. O trecho a seguir ilustra a amplitude que ele observa para o condicionamento social, ou seja, extra-científico da atividade de produção do conhecimento, que vai muito além das ciências humanas ou sociais: “*Se a descoberta de novas variedades em domínios particulares da natureza inorgânica ou orgânica, tanto no laboratório químico ou em pesquisas paleontológicas, constitui o motivo para a mudança de classificações antigas ou dá origem a novas, não pode ser derivado apenas da situação lógica*”. Ibid., p. 169.

*pela qual a sociedade se defronta com a natureza e se sustenta em sua forma dada. Eles são momentos do processo social de produção, ainda que possam, em si mesmos, serem pouco ou nada produtivos no sentido efetivo*²¹⁷. Colocado nesses termos o problema assume, portanto, uma outra feição, ao extrapolar aquele ideário que pretende isolar a ciência do mundo em que ela é praticada. A pretensão universalista é questionada, na medida em que ele procura, aqui, chamar atenção para o fato de que não se pode falar em *ciência*, de maneira abstrata, antes observando-a no contexto social em que se insere.

A aspiração a universalizar esses juízos anda de mãos dadas com a matematização do pensamento, ou seja, mais do que a introdução da nova lógica no raciocínio, a supremacia de um olhar positivista que ignora os condicionantes sociais da atividade científica, e a esta representação numérica Horkheimer contrapõe a visada dialética. “*O auto-conhecimento do ser humano no presente, entretanto, não é a ciência natural matemática, que aparece como logos eterno, mas a teoria crítica da sociedade existente, dominada pelo interesse nas condições razoáveis*”²¹⁸. Em seu argumento, tal mediação está fundamentada na noção de que a prática social, ou seja, a intervenção humana, é sempre dotada de algum tipo de razão, precisamente por decorrer de um comportamento ativo, transformador. Desde que a humanidade existe, a sua forma de existência por si só constitui um dos pontos de origem de toda a transformação, sendo, por conseguinte, possível falar em termos de uma realidade social, visto que ela detém, de fato, as marcas de sua socialidade. Disso é derivado que toda a realidade circundante, “*esse mundo sensível, porta os traços do trabalho consciente em si, e a separação quanto a o que pertence à natureza inconsciente, e o que à prática social, não é realmente passível de ser levada a cabo*”²¹⁹. Eis a linha-guia que orienta o olhar para a sociedade e os processos que a constituem. Sem que se tenha clareza acerca desse fato, de que se trata de um mundo moldado pela atividade humana, toda e qualquer interpretação passará ao largo de inquirir, de modo acertado, os fundamentos de produção e reprodução sociais, desvencilhando, assim, uma esfera oriunda de condições concretas das suas circunstâncias históricas de existência.

²¹⁷ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 171. Ao aprofundar o problema da percepção humana, ele dá mais um passo na direção de destrinchar o tipo de mediação que tem lugar: “*Os fatos que os sentidos nos trazem são socialmente pré-formados de dupla maneira: através do caráter histórico do objeto apreendido e através do caráter histórico do órgão que o apreende. Ambos não são apenas naturais, mas formados pela atividade humana; durante a percepção, entretanto, o indivíduo experiencia a si próprio como acolhedor e passivo*”. *Ibid.*, p. 174. Essa vertente do materialismo e do caráter humano histórico derivado, sobretudo, de Marx, também é exposta no artigo de Olgária Chain Féres Matos (cf. “Luz na sombra”, set./out./nov. 1991, em especial pp. 80-83).

²¹⁸ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 172 e segs.

²¹⁹ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 175.

A partir desse ponto, tendo explicitado as principais características do tipo de teoria chamado de tradicional, Horkheimer dedica-se a qualificar o que denomina de teoria crítica. Inicia com a constatação de que ela tem por seu objeto a sociedade propriamente dita, ou seja, que os problemas e as questões de pesquisa são colocados a partir desse horizonte. Ao diagnosticar um determinado movimento que produz aquela sociedade concreta, estampada por contradições, a visada assume outra postura face às iniquidades que marcam essa forma social: encontra-se fora do seu escopo removê-las, dado que são parte integrante e formativa da sociedade, de modo que sua superação apenas pode se dar com uma transformação social em sentido amplo. *“Um comportamento que, orientado para essa emancipação, tenha a mudança do todo como fim, de fato pode servir-se do trabalho teórico como ele acontece no interior dos ordenamentos da realidade existente. Tal comportamento, no entanto, abre mão do caráter pragmático que se depreende do pensamento tradicional como um trabalho profissional socialmente útil”*²²⁰. A singularidade dessa perspectiva é, sobretudo, que os parâmetros para analisar a realidade circundante divergem radicalmente de sua forma no pensamento tradicional. Dito de outra maneira: o olhar teórico se pauta pelo princípio da totalidade, ainda que tenha consciência de sua inatingibilidade, sendo possível compreender as balizas de produção da realidade apenas nesse contexto, ou seja, sem postular o isolamento da prática teórica (científico-intelectual) do tempo e do espaço em que se insere.

A conexão junto à vertente teórica materialista torna-se franca: se, aqui, deixa de citar o nome de Marx, tanto a referência à dominação do capital, ou seja, à produção humana do mundo, porém não de acordo com os seus interesses, quanto o seguinte trecho, fruto de uma nota de rodapé, explicitam as bases do conhecimento. *“Esse comportamento é, a seguir, designado como ‘crítico’. A palavra é entendida, aqui, menos no sentido da crítica idealista da razão pura, quanto naquele da crítica dialética da economia política. Ela designa uma característica essencial da teoria dialética da sociedade”*²²¹. Retomando o

²²⁰ Para o argumento exposto neste parágrafo e no seguinte, cf. HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], pp. 180-183. Quando aborda o tratamento conceitual dessa teoria, ele afirma: *“Assim, as categorias econômicas de trabalho, valor e produtividade valem, para ela, exatamente aquilo que valem nessa ordem, e ela considera qualquer outra interpretação como idealismo. Simultaneamente aparece como a inverdade mais grosseira simplesmente aceitar a validade: o reconhecimento crítico das categorias que dominam a vida social contém, ao mesmo tempo, sua condenação”*. As citações encontram-se na p. 182.

Para uma reconstrução do debate entre a teoria crítica e o pragmatismo no contexto estadunidense nos anos 1930 e 1940, cf. WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt school in exile*, 2009, pp. 101-139.

²²¹ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 180, nota 14 – aspas no original. Assim, a filiação à teoria de Marx dá-se, sobretudo, pelo viés do método. Este ponto é elaborado por Ricardo Musse no que se refere à obra *História e consciência de classe*, de Georg Lukács, em relação à qual afirma: *“Certamente, Lukács não ignora a necessidade, durante o processo de elaboração do conhecimento, de isolar e abstrair elementos de um amplo campo de investigação, de focalizar complexos de problemas ou ainda de condensar conceitos de um dado campo de estudos. Para ele, porém, o decisivo consiste em saber se esse isolamento é apenas um meio para o conhecimento do*

que havia sido disposto no primeiro item deste capítulo, Horkheimer faz outra remissão ao movimento teórico que levou da teoria idealista à materialista, ou seja, do sistema kantiano e da filosofia hegeliana, ambos ainda encerrados no idealismo clássico, para a teoria social dialética de Marx, e nesse momento os toma por base de sua própria atividade intelectual.

Aqui, portanto, é colocado com todas as letras o que aparecia, de maneira dispersa, nos textos anteriores de Horkheimer: a filiação à crítica dialética de Marx. Dubiel procura atribuir um sentido específico a essa formulação: “*‘Teoria crítica’, portanto, é tanto o nome para a orientação político-teórica desse círculo, quanto um sinal de pertença à tradição teórica marxista e – essencialmente – a formulação da reivindicação de, em seu interior, representar seu conteúdo [Gehalt] autêntico*”²²². A significância de reter essa idéia advém do fato de, através dela, encontrar-se mais claramente delimitado o papel desempenhado por esse tipo de elo, que adquire relevância na medida em que lhe permite retomar, como externado em 1931, uma determinada tradição da filosofia social, ao mesmo tempo em que localiza o ponto de distanciamento daqueles pressupostos idealistas que compunham, historicamente, a base do entendimento filosófico.

Segue-se a necessidade de reforçar os pressupostos ‘epistemológicos’, por assim dizer, dessa abordagem. Deve-se atentar especialmente para essa questão em sua obra, tendo em vista a tentativa de se posicionar num espaço que busca distância face a quatro correntes distintas: (i) o positivismo, da forma definida no artigo “O mais recente ataque à metafísica” e revisto acima; (ii) a sociologia do conhecimento, no sentido do termo empregado por Mannheim, ou seja, que se limita a explicar determinados juízos científicos a partir da origem social de seus enunciadores; (iii) a metafísica filosófica, representada, em especial, pelo neo-kantianismo, que apenas retoma e atualiza as abstrações do idealismo universalista; (iv) o marxismo dogmático, que justifica suas atitudes com base na miséria do mundo, mas é incapaz de problematizar, adequadamente, a dualidade que marca a vida presente. “*Enquanto o acadêmico especializado [Fachgelehrte], ‘como’ cientista, observa a realidade social e toma os seus produtos por exteriores, e discerne os seus interesses nela ‘como’ cidadão através de artigos políticos, associação a partidos ou organizações de caridade e participação em eleições, sem juntar essas duas e algumas outras formas de comportamento de sua pessoa, a não ser por interpretações psicológicas, o pensamento*

todo, inserido como momento determinado de uma conexão total, ou se o conhecimento abstrato de regiões parciais isoladas preserva sua autonomia, convertendo-se, à maneira da ciência burguesa, em finalidade própria”. MUSSE, Ricardo, “A dialética como discurso do método”, jun. de 2005, p. 385; ver ainda, para o problema da tentativa de Engels em levar o método dialético para além da compreensão da realidade social, MUSSE, Ricardo, *De socialismo científico a teoria crítica* [...], 1997, capítulo 1.

²²² DUBIEL, Helmut, *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, 1978, p. 79 – aspas no original.

*crítico está, hoje, motivado pela tentativa de ir além da tensão real, superar [aufzuheben] o antagonismo entre a intenção, a espontaneidade e a razoabilidade ancoradas no indivíduo, e as relações do processo de trabalho fundamentais para a sociedade*²²³.

Se o elemento crítico é, também, compartilhado com o marxismo (mesmo aquele dogmático) de maneira mais ampla, o que distingue sua proposta de teoria crítica é que ela, justamente em virtude de seu caráter histórico-materialista e dialético, recorre às mudanças que a presente situação apresenta para reinterpretar a realidade, começando, por exemplo, por questionar a função do sujeito único do conhecimento atribuída ao proletariado. “*Se a teoria crítica consistisse, essencialmente, na formulação dos respectivos sentimentos e representações de uma classe, então ela não mostraria diferença estrutural face à ciência especializada [...]*”²²⁴. Ao colocar-se radicalmente contra a separação de teoria e prática, um dos pilares da ciência positiva matematizada, o tipo de prática social compreendida por esse olhar leva à necessidade de investigar também as consequências implícitas neste saber de cunho crítico, que se posiciona criticamente perante todas as formas de conhecimento, o que – no espírito da leitura de Marx – significa o diálogo com as correntes divergentes. No entanto, a ligação (ou, como formulado de modo freqüente, a unidade) de teoria e prática não significa, sob hipótese alguma, uma aproximação ao ideal contemporâneo da ciência aplicada. Pelo contrário: Horkheimer voltava uma parte de suas ressalvas a objetivos particulares, entendidos no sentido concedido a eles pela idéia do individualismo abstrato, que pudessem estar subjacentes à atividade de pesquisa, pondo em questão um imediatismo capaz de colocar barreiras à própria capacidade investigativa do pensamento.

No esteio dessa exposição ele afirma, inclusive, que a própria tensão entre a teoria e a classe da qual ela trata compõe um aspecto central das contradições que operam sob esse tipo de sociedade. “*Na pessoa do teórico isso aparece nitidamente; sua crítica é agressiva não apenas face aos apologistas conscientes do existente, mas, igualmente, face às tendências utopistas, conformistas e difratárias em suas próprias fileiras*”²²⁵. Depreende-se que inexistia uma coincidência entre a posição no processo de produção e o exercício da crítica; ainda que, como fica explícito no decorrer do texto, a experiência seja um condicionante significativo para desenvolver a reflexão, trata-se de reducionismo conceber

²²³ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 183 – aspas no original.

²²⁴ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], pp. 184-190. “*O intelectual que, ao levantar o olhar venerador, anuncia a força criadora do proletariado, e apenas encontra a sua satisfação em adequar-se a ele e esclarecê-lo, ignora que todo o desvio do esforço teórico, que ele economiza na passividade de seu pensamento, bem como ante um breve antagonismo às massas, à qual o seu próprio pensamento poderia levá-lo, torna essas massas mais cegas e fracas do que elas teriam de sê-lo*”. Ambas as citações encontram-se na p. 188.

²²⁵ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 190.

essa interação em termos determinantes: nem sua origem social na classe trabalhadora ou o pertencimento ao exército industrial de reserva, nem a condição de acadêmico e intelectual podem, por si só, conferir a capacidade crítica a um indivíduo.

Na passagem a seguir, Horkheimer explicita a relação entre a crítica e o aparato conceitual e teórico do qual parte, que apontaria as contradições subjacentes à realidade em voga, indo além da explicação causal passiva e, assim, manteria certa reserva face à produção tradicional do conhecimento. *“Também os interesses do pensamento crítico são gerais [...]. Os conceitos que se originam sob a sua influência criticam o presente. As categorias marxistas de classe, exploração, mais-valia, lucro, pauperização, colapso, são momentos de um todo conceitual, cujo sentido não deve ser procurado na reprodução da sociedade presente, mas em sua mudança em direção ao correto. Ainda que em nenhum lugar a teoria crítica proceda arbitrariamente ou casualmente, por isso ela transparece, para os costumes dominantes do pensamento, como subjetiva e especulativa, unilateral e inútil”*²²⁶. Este norte sustenta a distância face aos marxismos dogmáticos que afirmam representar os interesses particulares (ou de classe), pois o caráter antagônico da sociedade que analisa perpassa todos que a compõem, ainda que o faça de modo diferente para cada classe social; assim, fomentar um olhar teórico abrangente lhe confere uma perspectiva crítica transversal.

Nesse esteio é que, então, Horkheimer assume a disputa com o relativismo e com o positivismo. Contra este, que, no âmbito da sociologia, ele vê representado, em sua forma mais avançada, por Mannheim e Weber, dirige a crítica de que a prática social convergente com a realização da razão acaba, nas esferas do dia-a-dia, sendo incompreensível do ponto de vista tradicional do conhecimento. É assim que a ‘inteligência’ pode permanecer como defensora dessa sociedade racional, mesmo que, em determinado momento, vá de encontro aos interesses da classe trabalhadora²²⁷. Dessa maneira, Horkheimer retoma e aprofunda a crítica à sociologia da ciência mannheimeana que traçara ao início da década de 1930. Cabe dizer que o faz visando abarcar os limites representados pela escola sociológica alemã que, naquele período, detinha maior influência nas ciências humanas. *“A teoria crítica encontra-se em contradição ao conceito formalista de espírito que fundamenta tal concepção de*

²²⁶ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 192. Trata-se da versão dos artigos republicada em 1968, após pequenas modificações estilísticas, bem como o acréscimo de “categorias marxistas”.

²²⁷ “Como o conhecimento aparece no consumo burguês do liberalismo, a saber, na forma de cognição passível de ser usada, indiferentemente do que se tratar, ele é, também, resumido de maneira teórica por essa sociologia. Marx e Mises, Lênin e Liefmann, Jaurès e Jevons, isso pertence, sociologicamente, a uma rubrica [...]”. HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 196. Para este e os próximos dois parágrafos, cf. *ibid.*, pp. 192-202. Ele desenvolverá a analogia entre o procedimento abstrativo, que equipara abordagens teóricas tão diversas, e o papel que a abstração detém no desenho da teoria, lembrando que também a obra de Marx compreende conceitos – necessariamente frutos de abstração – todavia, vai além de apenas traçar hipóteses derivadas dessa sua interpretação.

inteligência. [...] Não há teoria da sociedade, nem mesmo a do sociólogo generalizante, que não contenha interesses políticos, sobre cuja verdade deva ser decidido, em vez de numa reflexão de aparente neutralidade, sem a ação e o pensamento próprios, antes na atividade histórica concreta. [...] O conceito abstrato de inteligência, retido como categoria sociológica, que, ainda por cima, deve ter uma função missionária, pertence, por sua estrutura, à hipóstase da ciência especializada. A teoria crítica não é nem ‘enraizada’, como a propaganda totalitária, nem ‘livre-flutuante’ [‘freischwebend’], como a inteligência liberal”²²⁸. O argumento acarreta que a proposta deixa de buscar a inserção nos domínios de pesquisa constituídos, bem como a submissão a esse *ethos* científico, pois expõe, antes, a artificialidade das fronteiras disciplinares para a prática social. Tal distinção é fundamental, tendo em vista que o trabalho realizado por esses pesquisadores configura uma fonte válida para a análise da realidade, contanto que sejam relacionados tanto entre si, quanto com o objetivo de realização da razão, levando, assim, à superação de seu caráter instrumental. Eis o motivo pelo qual frisa a idéia de *teoria da sociedade*, que tenha por objeto não o recorte de alguns aspectos, porém a visada abrangente da dinâmica constitutiva particular a cada momento histórico em que se expressa e que coloca sob escrutínio.

Retoma, dessa feita, a noção de que a estrutura propriamente dita de apresentação dos, por assim dizer, resultados de pesquisa, confina a capacidade crítica das ciências especializadas. Logo, a formulação em termos de enunciados e hipóteses serve apenas para engessar aquela representação, tendo em vista que estabelece uma determinada cadeia de vínculos causais que, cumpridos os seus pré-requisitos, necessariamente terá aquela consequência, esvaziando o espaço que cabe à ação humana e simplesmente vetando a existência da dinâmica histórica, a idéia de movimento. Vale salientar: por mais que procure ressaltar a distinção representada pela teoria crítica, Horkheimer, contudo, volta a lembrar

²²⁸ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS* 4), 1988 [1937c], pp. 196 e 197 – aspas no original. “Inteligência” refere-se à “*Intelligenz*” ou “*intelligentsia*” formulada por Mannheim. O ponto de vista indicado nessa passagem pode, de certa forma, ser contraposto à leitura que Habermas faz, em *A teoria da ação comunicativa*, do modo como o processo de racionalização deve ser tratado no contexto da sociologia: que é necessário distinguir entre *tipos de racionalidade* e, acima de tudo, ser capaz de apontar o que se encontra subjacente ao *sentido* da ação humana. Levado por ele às últimas consequências, esse modelo implica que se abra mão das aspirações objetivantes das ciências humanas, visto que elas são tão somente capazes de oferecer *interpretações* do mundo, que, portanto, encontram-se mediadas pela ótica do observador que é, ele mesmo, parte constituinte desse mundo, cerceando o grau em que se pode confiar a supremacia àquele juízo. Também é isso que o leva a recorrer ao viés lingüístico para demonstrar como a análise do discurso poderia auxiliar no desmonte da noção de neutralidade que estaria implícita na objetivação. Cf. HABERMAS, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, v. 1, pp. 114-151 e 415 e segs, em especial, pp. 152-202. Ainda que as preocupações externadas por Horkheimer voltem-se a outros problemas teóricos, essa questão está indiretamente posta no debate ao dirigir-se ao problema da posição social da teoria. Até mesmo a idéia de postular um empreendimento de pesquisa orientado pela reunião de vários investigadores visa contrapor-se à subjetividade relativista adquirida pelas humanidades, que, sem atingi-la, teria como fio condutor a busca de uma totalidade.

que seus diagnósticos detêm o mesmo tipo de validade que os das ciências positivas. Essa é uma tensão que, como pode ser observado de maneira pronunciada já em “Observações sobre ciência e crise”, percorre toda a sua obra, estando igualmente presente em outros textos de seus colegas do *IfS*. A principal dificuldade nascida dessa ambigüidade reside nos critérios para que se possa saber até que ponto as descobertas e conclusões do tipo de teoria tradicional podem ser aproveitados como base para a crítica social.

Decerto, a analogia entre as diferentes formas de produção do saber, em particular a proximidade entre os métodos tradicionais e a teoria crítica, ensejam a possibilidade de que, na verdade, se trate de modos de conhecimento muito mais similares entre si do que como pode transparecer à primeira vista. *“Ainda que uma doença seja designada como curável, ainda vale a situação de que a real adoção das medidas correspondentes é uma série de eventos externa ao objeto propriamente dito, pertencente à técnica e, portanto, como tal irrelevante na teoria. A necessidade pela qual a sociedade está dominada poderia, nesse sentido, ser vista como biológica, e, por isso, o caráter particular da teoria crítica ser colocado em dúvida, pois na biologia, assim como de maneira similar em outras ciências naturais, processos individuais são teoricamente construídos, igual ao que havia sido exposto para a teoria crítica da sociedade”*²²⁹. Face a essa consideração, Horkheimer retoma a idéia de que nas ciências especializadas, no contexto da verificação de hipóteses e daqueles enunciados que formam a sua base, há uma cisão total entre sujeito e objeto, ou seja, que as interpretações e os experimentos científicos não interferem sobre sua organização, ao contrário do que é o caso nas ciências humanas. Somente assim é que se pode compreender a origem da aspiração à neutralidade das ciências positivas, que, precisamente em virtude das distinções fundamentais na prática científica, não pode ser estendida a uma teoria que tenha a sociedade como objeto.

De todo modo, a reserva face ao trabalho teórico de maneira geral também tem sua origem no ideal da ciência cujos juízos se expressam através da quantificação, do cálculo exato e das equações e que, conforme dito anteriormente, nasce com o dualismo cartesiano do pensamento e do ser, da separação entre a teoria e a prática. *“A tendência de entender a teoria como oposta à positividade é tão forte, que até mesmo a teoria tradicional inofensiva é, vez por outra, atingida. Pelo fato de a forma mais progressiva do pensamento no presente ser a teoria crítica, e de, portanto, todo esforço intelectual conseqüente, que se preocupe com os humanos, desembocar nela, a teoria em geral adquire má-reputação. Também toda e qualquer outra proposição científica, que não afirme os fatos de acordo*

²²⁹ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS* 4), 1988 [1937c], p. 202.

com as categorias mais usuais e, eventualmente, na forma mais neutra, a matemática, já recebe o reproche de ser muito teórica”²³⁰. A ênfase recai, portanto, sobre a premissa de explicitar, com todas as letras, o significado que detém o olhar *teórico* sobre a realidade. Ele pode, dependendo de seu método, estar restrito à observação, sendo que tal limitação, por si só, é insuficiente para rejeitar essa tentativa, visto que pode servir como ponto de partida para elaborar um diagnóstico crítico. O problema maior reside em abrir mão ou se voltar contra a proposta da teoria, ou seja, desqualificá-la como uma forma de pensamento.

A noção de teoria em si, a saber, de uma formulação científica cuja principal forma de mediação está dada por conceitos qualitativos, é que se torna o objeto de questionamento da ciência especializada sob a tutela da matemática. Contrapõem-se as teses de que estaria em disputa a possibilidade de elaborar juízos científicos de fato objetivos, por causa de sua expressão formalizada nos números e nos enunciados da lógica, ao pretensão subjetivismo que estaria inerente à teoria, fruto de abstrações e que, por conta desse processo pensativo, permaneceria aquém de adquirir uma capacidade que pudesse ser denominada de científica. No esteio dessa cisão, é notável que a coloração particular da teoria crítica aqui proposta procura realizar uma ponte entre este aparente par de oposição, pois reconhece a possível contribuição que caberia à matemática, mas se recusa a exacerbar sua participação.

É contra essa tendência que Horkheimer busca firmar seu projeto teórico, intrinsecamente ligado à noção de que o trabalho teórico deve implicar o afastamento da tentativa em tão somente “compreender” ou “explicar” o mundo, isto é, de um ângulo que se optou por denominar “distanciamento científico” e que, no seu entendimento, furta-se à tarefa política contida no ideal de razão do esclarecimento. “*Se o esforço teórico construído a partir das teorias tradicionais elaboradas nas ciências especializadas, esforço que, no interesse de uma sociedade futura racionalmente [vernünftig] organizada, examina criticamente a sociedade presente, não tiver continuidade, então se refuta a esperança de melhorar fundamentalmente a existência humana. A reivindicação por positividade e submissão, que também ameaça aplacar o significado da teoria nos grupos progressistas, não atinge necessariamente apenas a teoria, mas também a prática da libertação*”²³¹. Simultaneamente, reafirma não apenas o conteúdo, mas o significado implícito na unidade de teoria e prática: a atividade científica detém, concretamente, influências históricas e práticas sobre a realidade em que se insere, devendo, por isso, refletir sobre a dinâmica social, incorporando o trabalho crítico voltado para a análise de sua própria realização.

²³⁰ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 206.

²³¹ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 207.

Da mesma forma, por se tratar de uma teoria histórica e dialética, cujo objeto é a sociedade como um todo, as mudanças concretas no tempo afetam a teoria que necessita, por isso, ter algumas de suas categorias e de seu conteúdo reformulados, contrariamente às ciências naturais, por exemplo, que estabelecem juízos independentes da mudança temporal. Apenas alguns dos marcos da sociedade presente é que, por constituírem seu fundamento, mantêm-se enquanto não for realizada uma transformação extensa e profunda do todo social, que certamente também envolveria as formas científicas tradicionais e, portanto, obrigaria a uma ampla reorganização do pensamento. *“Agora, pode corresponder a um interesse sistemático, e também não ser completamente sem utilidade, classificar e ordenar as diferentes formas de dependência, de mercadoria, de classes, de empreendedor, e por daí em diante, como elas aparecem nas fases lógicas e históricas da teoria. Como em última linha o sentido se torna claro apenas no nexo com toda a construção do pensamento, que sempre precisa adaptar-se a novas situações, então esses sistemas de tipos e subtipos, definições e especificações de conceitos que são retirados da teoria crítica, tendem a sequer possuir o valor dos inventários conceituais de outras ciências especializadas, que pelo menos são empregadas na prática relativamente uniforme do cotidiano. Transformar a teoria crítica da sociedade em sociologia é, de modo geral, um empreendimento problemático”*²³². Aqui se mostra, novamente, a incompatibilidade básica que Horkheimer atribui a essa sociologia particular face à sua perspectiva teórica e que, vale ressaltar, de certa forma também é implicitamente reconhecida, mesmo sem assumi-lo, pelas ciências sociais em geral, na medida em que historicamente se mostraram incapazes de compreender a formulação proposta pela teoria crítica e, por isso, tomam o caminho de desqualificá-la de um ângulo que tentam tomar por estritamente científico. Realço como a vertente da sociologia que aqui se encontrava em questão é aquela derivada de nomes como Durkheim ou Weber, cuja contribuição – na medida em que realiza estudos sistemáticos acerca de problemas sociais candentes, e recorre, entre outros, aos métodos estatísticos ou à idéia da sociologia compreensiva – resta insuficiente para tornar a teoria crítica infrutífera, por tratar-se de uma perspectiva relevante porém, no prisma de Horkheimer, limitada a

²³² HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 213.

Söllner define de maneira acurada a empreitada e o caráter particular proposto pelo tipo de teoria aqui em voga, destacando sua mediação e seu condicionamento históricos. *“A teoria crítica da Escola de Frankfurt entendia-se como ciência histórica em um duplo sentido. De um lado, apreende os objetos por ela analisados como historicamente condicionados, isto é, revela seu caráter transitório, sua origem, sua mudança e suas perspectivas de desenvolvimento. De outro, apreende a si própria como expressão de uma situação histórica determinada, com a reflexão acerca das experiências contingentes, que adentram a formação da teoria e a pesquisa, como parte constitutiva de sua auto-compreensão”*. SÖLLNER, Alfons, *Geschichte und Herrschaft*, 1979, p. 195; cf. *ibid.*, p. 163.

visualizar, aprioristicamente, tão somente uma parcela insuficiente do que seria exigido para conceber juízos críticos.

Analogamente, deixam de apreender dois pontos cruciais e intrinsecamente ligados da teoria formulada por Horkheimer: (i) a teoria não tem por fim a elaboração de juízos que, isoladamente, constituam seu alicerce e, portanto, sirvam tanto à sua reprodução quanto à sua autonomização; (ii) o objetivo da teoria, e, igualmente, seu fio condutor, é a idéia de que é condição *sine que non* desvelar as contradições subjacentes ao processo histórico para, assim, fundamentar em que medida o conceito de uma transformação radical da sociedade deve orientar a prática humana. Deve-se dizer que o segundo elemento não advém de uma noção absoluta e supra-histórica que clamaria por tal mudança, todavia do diagnóstico de que se estaria face a uma estrutura social que, atualmente, está fundada sobre relações de exploração e repressão entre os seres humanos. Sob essa ótica que, a seu ver, se concretiza a unidade entre a teoria e a prática: através da incumbência de perseguir a investigação acerca das formas pelas quais se dá essa interação contínua entre ambas e, por conseguinte, delimitar os aspectos e os conteúdos das ciências que se dirigem a reproduzir o *status quo*. Todavia, esse desenlace apenas se torna possível no processo de mudança, na metamorfose para uma outra sociedade que possa, de fato, conceber e realizar a existência humana livre dessa contradição fundamental: de ter desenvolvido os meios técnicos para concretizar uma vida com uma quantidade mínima de trabalho pesado e, não obstante, sustentar uma parcela enorme da população sob condições desumanas. “*Não existem critérios universais para a teoria crítica como um todo; pois eles sempre se assentam sobre a repetição de acontecimentos e, assim, sobre uma totalidade que se reproduz a si própria. [...] Essa formulação negativa, levada a uma expressão abstrata, é o conteúdo materialista do conceito idealista de razão*”²³³. O movimento que possibilita ao pensamento dar-se conta desse condicionamento mútuo, a saber, a importância de fomentar a crítica do presente para deslocar as engrenagens da atual forma de reprodução, e separar tal atividade da exigência de fixar, *ex ante*, os contornos da nova realidade buscada, materializa o respaldo para que seja possível ater-se aos momentos que prescindem da conversão imediata da teoria em prática.

Na medida em que se dedica à tarefa de indicar as relações existentes entre a base material (em um sentido amplo, ou seja, não estritamente econômico), e o conteúdo bem como os objetivos da teoria, Horkheimer procura desdobrar o caráter desse trabalho crítico, que se dá tanto na forma epistemológica quanto de maneira política, conquanto ambos se

²³³ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS 4*), 1988 [1937c], pp. 215 e 216.

encontrem ligados por um determinado objetivo. Isso implica superar a cisão radical dessas esferas postulada pelo positivismo, ainda que, simultaneamente, sustente a recusa à politização da ciência sob um viés instrumental e imediatista, visto que sua concepção dialética é que contém, de modo intrínseco, o caráter político implícito na reflexão. Isso significa dizer que há um *conteúdo* político na teoria, a saber, a ambição de laborar rumo à realização de uma sociedade racional, livre do abuso de seres humanos uns pelos outros como o fundamento da reprodução material; todavia, ela dispensa *métodos* que possam ser chamados de políticos, visto que o conhecimento é derivado de outras fontes, motivo pelo qual são mantidos e reforçados o significado e o valor atribuídos à pesquisa empírica, *pari passu* uma certa autonomia da investigação científica, entendida na forma particular através da qual a teoria crítica se apropria da interpretação filosófica (*Deutung*) no intuito de problematizar os dados e a realidade social.

Excursus: sobre o déficit sociológico e a filosofia da história

Na tentativa de se contrapor aos repetidos e contínuos equívocos de interpretação do fraseado e dos argumentos de Horkheimer, este excursus trata, sucintamente, do diagnóstico de Axel Honneth acerca do artigo “Teoria tradicional e teoria crítica”, problema que será retomado, adiante, sob o viés das explanações que tanto Habermas quanto ele elaboram sobre a *Dialética do esclarecimento*. Ainda que reconheça tanto a abrangência quanto a fonte materialista desenvolvidas no texto em questão, Honneth peca ao exagerar a importância que caberia à filosofia da história, ao defender que “*predominaria a noção de que a teoria crítica teria de se entender como o órgão reflexivo do potencial racional inerente ao desenvolvimento das forças produtivas*”. Ademais, ao localizar corretamente a cisão que é apresentada entre, de um lado, a perspectiva filosófica e idealista, descolada da realidade concreta, e, de outro, os juízos restritos à mera constatação dos fatos, que se encontram implícitos na ciência positiva, a partir disso chega à seguinte conclusão sobre os objetivos e a influência do ensaio: “*A intenção de conferir ao novo empreendimento interdisciplinar um papel transcendental no processo histórico, de modo que aquele pudesse figurar em condições de igualdade [gleichursprünglich] ao lado da teoria tradicional das ciências que procedem de modo instrumental, constitui o desafio central desse artigo. Que, hoje, sua execução mal convença; que o texto, na verdade, não assuma um papel substancial nas atuais tentativas de fundamentação de uma teoria crítica, pode ter a ver com a indecisão de Horkheimer entre os dois modelos citados*”²³⁴.

Observo dois problemas centrais em seu entendimento. O primeiro encontra-se na premissa de que seria uma característica inerente ao desenvolvimento das forças produtivas dar origem à razão quando, a meu ver, é relevante o fato de que há *contradições* e *antagonismos* – ponto que ele deixa de mencionar – subjacentes ao modo de produção capitalista, e que constituem o ponto de partida para os conflitos básicos do movimento histórico. Evidentemente isso não acarreta, de maneira determinante, a obrigação absoluta de que o processo transcorra nessa direção, visto que está subentendida a noção de que se trata de uma *possibilidade*, sujeita a condições concretas e processos sociais. Há, portanto, uma dialética presente nesse movimento, mas o fundamento tanto epistemológico quanto histórico do papel que cabe à teoria crítica se origina da antevisão de que estão dadas as possibilidades para sublevar as condições atuais de exploração e dominação, e que essa assunção necessita integrar tal olhar. Em segundo lugar, Honneth imputa a Horkheimer, de

²³⁴ HONNETH, Axel, “Traditionelle und kritische Theorie”, 2006, respectivamente pp. 231 e 232.

maneira incorreta, que haveria uma *indecisão* entre os modelos existentes. Trata-se, aqui, de um equívoco mais grave, tendo em vista que ele não apenas está ciente, mas inclusive menciona os textos mais antigos, em que, como argumentei *supra*, está explícita a tentativa de ultrapassar o engessamento oriundo da separação entre os problemas colocados pela filosofia e o conhecimento produzido no âmbito das ciências especializadas (empíricas).

Levando-se em conta que me detive no segundo ponto, remeto aqui, para subsidiar a crítica inicial a Honneth, ao fato de que Horkheimer, no esteio dos diagnósticos explicitados no texto em questão, vê a teoria da sociedade atrelada às condições históricas dadas, e que eventuais ajustes na interpretação decorrem do nexos com a prática social. “*O desenvolvimento histórico dos antagonismos, nos quais a teoria crítica está entrelaçada, desloca a importância de seus elementos particulares, obriga a diferenciações e move o significado dos conhecimentos das ciências especializadas para a teoria e a prática críticas*”²³⁵. Tal formulação tem endereçamento certo: o seu objetivo é justamente o de evitar que se jogue fora a criança com a água do banho e tome o materialismo histórico por um determinismo econômico estéril e mecanicista. Ao incorrer nesse curto-circuito, Honneth vai além de apenas recusar o paradigma do trabalho, como já o fizera Habermas, e deixa de enxergar o principal potencial crítico da teoria.

Se este é um de seus juízos mais recentes, a divergência teórica face à teoria de Horkheimer data da década de 1980, quando, no livro que o projetou no cenário acadêmico alemão, *Crítica do poder (Kritik der Macht)*, Honneth expõe a noção de que se trataria, epistemologicamente, de uma teoria enredada numa auto-contradição, e que, em termos do que eu – com o perdão do termo – tomaria por *ciência normal*, seu projeto estaria marcado por um *déficit sociológico*. A seguir discuto brevemente cada uma destas ressalvas.

²³⁵ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS* 4), 1988 [1937c], p. 208. Também Jay vê como clara a tomada de posição face às opções científicas dadas: “Sozialforschung diferenciava-se da sociologia precisamente em sua preocupação com a totalidade dialética. A separação entre ‘ser’ e ‘poder’, que caracterizava ostensivamente a ciência social burguesa, livre de valores, era execrada pela Escola de Frankfurt; como Horkheimer deixa claro em sua declaração metodológica mais explícita, ‘Teoria tradicional e teoria crítica’, de 1937, a teoria crítica não buscava a verdade pela verdade, mas buscava, em vez disso, efetuar a mudança social”. JAY, Martin, “The Frankfurt School in Exile”, 1985 [1972b], pp. 31-32 – aspas e termo grifado em alemão no original de língua inglesa. Para o mesmo tema, com a ênfase sobre a continuidade entre os textos do início da década de 1930 e este, cf. CERUTTI, Furio, “Philosophie und Sozialforschung”, 1986, p. 256, nota 5. A singularidade da idéia de Horkheimer quanto aos papéis que caberiam à filosofia social e à pesquisa empírica encontra-se em artigo de Alfred Schmidt (“Die ursprüngliche Konzeption der Kritischen Theorie”, 1986b, pp. 105-111). Em outro texto, Schmidt propõe uma divisão da biografia intelectual horkheimereana em seis partes, sem que elas constituam divisões estanques, apresentando a seguinte interpretação para os laços dos períodos iniciais e finais: “*Dessa perspectiva modesta, mas humana: orientado analiticamente por Marx, enquanto metafisicamente por Schopenhauer, e indo além de ambos, é que deve partir uma interpretação precisa da – freqüentemente mal-compreendida – filosofia tardia de Horkheimer. Ela não é uma quebra imediata com as etapas antecedentes de seu pensamento mas, antes, sua superação dialética*”. SCHMIDT, Alfred, “Einleitung: Die geistige Physiognomie Max Horkheimers”, 1974, p. XLVI.

A idéia de uma divisão em termos de pressupostos epistemológicos, que, portanto, acarretaria uma espécie de contradição interna dessa formulação teórica, é derivada do fato de que Horkheimer identifica toda e qualquer prática social como oriunda a partir da atividade humana entendida como *trabalho social*, retomando, assim, o conceito de trabalho expresso na obra de Marx. Isso implicaria, como corretamente observado por Honneth, que tanto a teoria em sua forma tradicional quanto a vertente crítica teriam, evidentemente, de originar-se desse tipo de prática, o que marcaria, portanto, uma ambivalência para explicar o surgimento da visada crítica²³⁶. No próprio entendimento honnethiano, sob a forma limitada e determinada de atividade humana, estão resguardados elementos típicos da teoria tradicional, notadamente a concepção de que uma determinada cadeia de acontecimentos levaria, inequivocamente, a um único resultado, encadeamento que se baseia sobre os pressupostos válidos para os objetos das ciências naturais. Diferentemente, no âmbito da realidade social, é possível que aquilo que é concebido como um mesmo modo de agir se desdobre em conseqüências diferentes; por conseguinte, nem em todos os casos a atividade intelectual será, de modo inextricável, realizada sob a forma tradicional.

Com essa interpretação, é eclipsada justamente a ênfase colocada sobre o sentido subjacente aos desenvolvimentos históricos concretos que Horkheimer tanto enfatizou, no esteio do significado de se retomar o prisma materialista de Marx – no que, inclusive, ele se contrapõe a um viés demasiadamente hegeliano da teoria de Marx, contrariamente ao argumentado por Honneth. Por isso, a seguinte afirmação acaba sendo tributária de encerrar o movimento do pensamento antes de apreender a dinâmica de funcionamento dos processos sociais e que, inevitavelmente, tem seus reflexos na teoria da sociedade. “*Mas se a remissão de Horkheimer acerca da derivação da teoria tradicional de produtos do conhecimento resultantes da ação do trabalho [Arbeitshandlung] deve ser sólida, então o conhecimento fornecido por esse tipo de teoria se presta, em princípio, apenas à explicação e à prognose de processos empíricos; ele não contém, em si, o elemento reflexivo que seria necessário para examinar uma ordem social existente quanto aos*

²³⁶ “De um lado, Horkheimer liga a teoria crítica de maneira conseqüente à mesma forma de atividade do gênero humano do qual, a despeito de sua própria auto-compreensão, também teria se originado a teoria tradicional. Ambos os tipos de teoria seriam, então, igualmente formas de expressão não-autônomas do processo civilizatório de dominação da natureza; na teoria crítica, entretanto, teria adentrado um conhecimento que ultrapassaria a realidade [realitätsüberschießendes], esclarecido acerca dos potenciais de desenvolvimento imanentes às forças produtivas”. HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 17. Rüdiger Bubner (cf. “Was ist Kritische Theorie?”, 1971, pp. 177 e segs.) esboça interpretação similar acerca dos ensaios e artigos de Horkheimer da década de 1930, considerando que a generalidade com que se define a idéia de “interesse” favorece a unidade epistemológica, mas provoca uma dificuldade de mediação entre a esfera prática da emancipação e os objetivos da teoria, ao que contrapõe os ensejos de Habermas em *Conhecimento e interesse (Erkenntnis und Interesse)*, que iria no sentido contrário.

espaços que ela oferece para o desdobramento das forças produtivas”²³⁷. De certo modo esse diagnóstico aponta, de modo correto, alguns dos limites expostos por Horkheimer, em especial no que se refere ao problema de a teoria tradicional esquivar-se a contemplar, *em si*, ou seja, como movimento constituinte da própria atividade teórica, essa visada reflexiva; assim, a divergência apresentada por Honneth é a de que ele não vê de que maneira outra perspectiva poderia apropriar-se desse conhecimento para realizar a crítica.

Em parte, essa quebra se dá, a meu ver, em virtude de ele ainda aproximar a posição dessa teoria crítica de uma espécie de marxismo dogmático, ao referir-se ao desdobramento das forças produtivas, sem apreender a distinção proposta: que, acima de tudo, o salto que precisa ser dado é de tipo qualitativo, ou seja, do domínio racional sobre o aparato existente, dado que o atual progresso material fornece as condições concretas necessárias; e essa dimensão deve abarcar, igualmente, a atividade intelectual, de modo que, em termos epistemológicos, a chave para distinguir ambas formas de produção do conhecimento está localizada no desvendamento das contradições. A linha-guia que permitiria a realização desse passo carece, portanto, de que a apropriação crítica do trabalho empírico realizado pelas ciências tradicionais – especializadas – seja desprendida de uma concepção estanque: ele se encerra em si mesmo, tem caráter apenas confirmatório, ou seja, afirmativo, decorrente da relação entre a atividade intelectual, entre o pesquisador, e a realidade social circundante; ao fomentar uma relação divergente dessa é possível atingir outros resultados e provocar o momento reflexivo.

Um texto de 1959, “Sociologia e filosofia”, fornece algumas pistas pra melhor entender os problemas que se põem nesta interpretação. Ali, Horkheimer apreende de que modo a disciplina sociológica enfrenta uma dificuldade em manter-se a si própria seguindo o molde das ciências naturais, pois encontra-se numa encruzilhada: tributária do esclarecimento e, portanto, de uma veia filosófica, de um lado, e filha da tendência – para falar com Weber – à racionalização, à cientificização do mundo, de outro. A maneira de circundar tal antagonismo foi ater-se a alguns dos ditames da filosofia sem, no entanto, render-se a princípios metafísicos, ou seja, constituir-se como visando a autonomia, a fuga à menoridade. Isso o leva ao seguinte diagnóstico: “*Desde que, no idealismo alemão, o sujeito aprendeu a conceber-se não apenas como individual, mas, simultaneamente, como a força dos seres humanos ativos, em relação uns com os outros, levados pela história, porém, também fatores de sua própria história, ou seja, como sociedade, a sociologia tornou-se, no sentido eminente, a disciplina filosófica. Ela de fato é, como o dizem seus representantes*

²³⁷ HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 18.

positivos, ciência da experiência [Erfahrungswissenschaft], entretanto a experiência como sociologia deve voltar-se à sua própria fonte, ao sujeito que ainda não se apoderou de si, e, assim torná-lo capaz de recobrar-se a si próprio [zu sich selbst zu kommen]”²³⁸.

Tão somente dessa ótica pode-se entender o papel que cabe à filosofia na teoria de Horkheimer, pois é essencial a noção de que, como exposto acima, a interpretação deve guiar o trabalho empírico mas, ao mesmo tempo, este compõe uma das maneiras de colocar à prova os enunciados (ou o que passou a ser denominado de “hipóteses”), sendo que o percurso da negação dialética desenhada por Marx e incorporada por Horkheimer não se atém a apenas um desses elementos. Alfred Schmidt retoma minuciosamente a ligação entre os escritos de Marx e Engels e a teoria crítica, destacando a mediação existente entre ambos através das obras-chave de Korsch e Lukács, com destaque para as mudanças de eixo que ocorrem no modo de conceber a relação de filosofia com a teoria. No esteio dessa reconstrução é que afirma: “*Do desenvolvimento posterior do pensamento de Marx e Engels pode-se depreender que eles não permaneceram na rejeição brusca da filosofia, de 1845. O mesmo vale, correspondentemente, para as posições do primeiro Horkheimer. Tanto o marxismo quanto a sua versão frankfurtiana estão sujeitos, no que se refere à sua proximidade e distância face à filosofia, a uma dinâmica histórica, o que também está ligado a que nem todas as partes componentes da teoria são, a cada momento, igualmente significativas. O que, aqui como lá, permanece uma relação ambivalente, singularmente truncada com a filosofia (de que também faz parte, evidentemente, a retomada de motivos schopenhauerianos na obra tardia de Horkheimer)*”²³⁹. Por conseguinte, se é importante reconhecer que o predomínio de cada uma dessas formas de análise ou explicação da realidade uma sobre a outra se altera com o passar do tempo, ambas continuam presentes, e sua interação é o núcleo metodológico da proposta de teoria em voga.

O que Honneth enxerga como uma espécie de “*reducionismo da prática social do gênero humano à atividade do trabalho*”²⁴⁰ procura, antes, ampliar o sentido concedido à prática do trabalho, na medida em que estende as características repressivas constituintes deste sob o contexto histórico do capitalismo a outras formas de atividade, fazendo com que

²³⁸ HORKHEIMER, Max, “Soziologie und Philosophie” (HGS 7), 1985 [1959c], pp. 114 e 115.

A filiação ao marxismo pode ser derivada da interpretação exposta por Marcuse em *Razão e revolução*, onde coloca o conceito da *necessidade* como central para compreender sua teoria da história. No entanto, duas ressalvas são fundamentais para iluminar precisamente o problema do rompimento com uma tradição positivista: primeiro, trata-se de *leis dialéticas*; além disso, “*seria uma distorção de todo o significado da teoria de Marx argumentar, a partir das necessidades inexoráveis que governam o desenvolvimento do capitalismo, para uma necessidade similar quanto à transformação em socialismo*”. MARCUSE, Herbert, *Reason and revolution*, 1999 [1941], p. 317.

²³⁹ SCHMIDT, Alfred, “Philosophie, Wissenschaft und praktische Kritik”, 2000, p. 90.

²⁴⁰ HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 17.

a fruição da cultura, por exemplo, seja similarmente mediada. Com isso, em momento algum Horkheimer visa estreitar a acepção e o horizonte que se deve conceder à prática social, apontando, contrariamente, um denominador comum que atravessaria as variadas formas de prática humana e que, em termos tanto semânticos quanto conceituais, é remetido à categoria de *trabalho* entendido como auto-constituição humana. Ademais, o movimento teórico aqui descrito não implica o esboço de um ser social abstrato, a concepção de um gênero humano ideal, estando em seu horizonte, *mutatis mutandis*, estabelecer o marcador que seria comum aos seres humanos, sem denotar o eclipse da subjetividade, pois a prática teria expressões particulares em cada indivíduo; entretanto, permaneceria o elemento cujos traços circunscrevem a possibilidade de se conceber uma noção de humanidade.

Como resultado, tem-se que a interpretação honnethiana estabelece uma cisão entre a possibilidade de uma atividade intelectual e prática que tenha como objetivo realizar o que seria, para ele, um pressuposto da filosofia da história de Horkheimer, a saber, a dominação racional da natureza, de um lado, e a tentativa de promover e construir uma organização social diferente e que, portanto, transcenderia aquela atual e historicamente existente, de outro. Permanece aquém de perceber que ambos são expressões do mesmo processo, onde é o tipo de ação humana que sofreria uma mudança radical de orientação, de fim, permitindo que se construa, de maneira ativa e consciente, outras relações sociais e, como efeito dessa transformação, uma sociedade distinta. O problema, como o apresenta com todas as letras poucas páginas depois, reside em seu entendimento de que essas duas dimensões seriam inconciliáveis, ainda que falte embasar suficientemente qual seria a inconsistência de ambas.

Em outras palavras, Honneth toma como existente o que ele denomina de “*filosofia da história*”²⁴¹ subjacente à teoria horkheimereana – um pressuposto interpretativo que, vale dizer, carece de fundamentação – e que, portanto, entenderia o desdobramento da realidade histórica sob um formato finalista e transcendental. O capítulo anterior perpassou repetidas passagens e argumentos que se contrapõem ao entendimento exposto, invalidando essa suposição honnethiana, em que a tentativa de sistematizar a visada de Horkheimer permanece aquém de compreender sua dimensão crítica. Logo, constrói uma teia de relações determinantes, em que estaria implícita a trajetória histórica, sendo que o esforço da perspectiva dialética é precisamente o oposto: formular o que deve ser entendido em termos de uma teoria materialista das possibilidades, apontando e identificando tendências no desenvolvimento da sociedade e que, atualmente, estão localizadas entre o bloqueio da capacidade reflexiva e a prática emancipatória. Saliento que a *teoria* propriamente dita

²⁴¹ “*Esse reducionismo funcionalista tem sua origem nas premissas histórico-filosóficas que sustentam as idéias de Horkheimer, tanto quanto as de Marcuse e Adorno*”. *Id.*, *Kritik der Macht*, 1985, p. 37.

jamais é concebida como a ação transformadora *em si*; aquela, na verdade, contém o que opto por designar de uma espécie de *catalisador* do processo de mudança, sem que exista uma relação determinante e sem que haja um *dever* histórico contemplado sob tal ótica.

Com base nessas suposições e em uma citação de “Teoria tradicional e teoria crítica” que se refere ao potencial de ela ser a “auto-consciência dos sujeitos de uma grande transformação histórica”, afirma: “*Essa formulação, que indubitavelmente ancora a teoria crítica em uma dimensão da luta social – e, portanto, não da dominação social da natureza – acentua drasticamente o descompasso que existe entre a determinação epistemológica e a filosofia da história pressuposta. Para a análise do nexos constitutivo prático da teoria crítica, Horkheimer toma um conceito de prática social que é mais abrangente do que aquele, que seu modelo de história da filosofia permite*”²⁴². Fica patente, portanto, como a quase totalidade da crítica de Honneth se assenta sobre a noção de que a teoria que é objeto de suas ressalvas está estruturada em meio à filosofia da história, ignorando, assim, a ênfase que é colocada, no decorrer da década de 1930, sobre a ausência de um fio condutor para o desenrolar da história, que reivindica a necessidade de constante reatualização da teoria; ademais, o fato de Horkheimer referir-se à filosofia da história em determinados textos, do mesmo modo como elenca as disciplinas científicas, está distante de significar sua filiação a ela, mas destaca tão somente a contribuição que essa ótica teria a oferecer. No esteio do aparato conceitual de Marx, o que tem premência é uma *teoria da história*, que, em virtude de seu caráter concreto-científico, expõe-se ao imperativo do contínuo reexame.

²⁴² HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 23. Anteriormente, Honneth já fizera a consideração quanto ao caráter, de certo modo obscuro, que estaria subsumido à teoria crítica, ao afirmar: “*Horkheimer se apóia, de maneira implícita, sobre um pressuposto básico histórico-filosófico [geschichtsphilosophisch] ao interpretar como os produtos do trabalho social tornaram possível o processo emancipador, que liberta o mundo humano do poder repressivo da natureza e o levou a um estado de dominação da natureza e de uma civilização que se enriquece através dele*”. *Ibid.*, p. 13.

A citação completa do trecho do artigo citado por Honneth é: “*A incapacidade de pensar a unidade de teoria e prática, e a restrição do conceito de necessidade a um acontecimento fatalista, baseiam-se epistemologicamente sobre a hipóstase do dualismo cartesiano de pensar e ser. Este é adequado tanto à natureza quanto à sociedade burguesa, na medida em que ela própria corresponde a um mecanismo natural. A teoria que se torna o poder real, a auto-consciência dos sujeitos para uma grande transformação histórica, vai além da mentalidade para a qual esse dualismo é característico*”. HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS* 4), 1988 [1937c], p. 205.

Recentemente o ponto foi retomado por Honneth ao imputar à teoria crítica da sociedade, em especial em sua expressão nos escritos de Horkheimer, a necessidade de conceber uma *ética*, ou seja, de positivar as aspirações rumo à realidade composta por “*seres humanos livres*”. Novamente, permanece retido no tipo de limitação que desconsidera a relevância da contradição e dos antagonismos como categorias críticas básicas. Cf. HONNETH, Alex, “Eine soziale Pathologie der Vernunft”, 2007a, item I, pp. 31-40. É curioso notar que em outro ensaio do mesmo livro, apesar de ainda remeter às ressalvas formuladas em *Crítica do poder*, Honneth faça uma concessão: “[...] *se não pressupõe bem uma filosofia da história, o modelo crítico da Escola de Frankfurt [...]*”. *Id.*, “Rekonstruktive Gesellschaftskritik [...]”, 2007b, p. 66.

Se, evidentemente, transborda o escopo desta tese discutir em detalhes a questão da filosofia da história em Marx e em Horkheimer, a melhor interpretação nesse sentido, e que Honneth deixa de considerar, é a elaborada por Alfred Schmidt (cf. *Die Kritische Theorie als Geschichtsphilosophie*, 1976)

O problema da filosofia da história, tendo em vista sua presença generalizada no contexto de interpretação da teoria crítica, em particular da formulação que lhe é oferecida por Horkheimer, exige um comentário mais detido. Na minha acepção, o elo de ligação com o idealismo alemão, que é patente no materialismo dialético de Marx, faz com que este retome diversas das questões colocadas por aqueles diferentes tipos de filosofia da história, em especial a de Hegel. As anotações de aula dos anos 1950 explicitam esse problema, em que Horkheimer ofereceu um curso especificamente sobre “Questões de filosofia da história”²⁴³. A diferença que haveria, em meu entendimento, no modo como a teoria crítica da sociedade apresenta o curso da história consiste em seu entendimento eminentemente *teórico*, e não *filosófico*. O que se quer dizer com isso? Que o viés da filosofia pressuporia um *telos* histórico, algo que não é admitido na teoria social de Horkheimer: ele afirma que apresenta ou procura apontar as *tendências* existentes no processo social concreto, sempre fundamentadas sobre fatos – ou seja, de maneira materialista – e enfatizando sua dialética. Na medida em que grande parte dos problemas foram postos pela filosofia, e constituídos em um contexto histórico-filosófico (*geschichtsphilosophisch*), o seu conteúdo continua sendo de interesse, mas passam a ser abordados sob uma outra visada, em um debate crítico, que leva a sua crítica também para o aspecto epistemológico.

De fato, há uma linha tênue entre essas duas acepções. Mas o fato de considerar necessária a existência de parâmetros para a crítica, por si só, é insuficiente para imputar-lhe uma idéia de história da filosofia. Acima de tudo, seu distanciamento face à elaboração de uma ética ou de uma moral constitui um indicativo nesse sentido: ele se limita, de modo geral, a traçar sua crítica em termos puramente negativos, enfatizando os elementos contraditórios que fundamentam a atual sociedade. Assim, vejo como sendo sustentável, como dito acima e feito com alguma recorrência, afirmar que há uma certa *ambivalência* na teoria social de Horkheimer, fruto, sobretudo, de sua preocupação em construir uma *teoria da sociedade*; ela é externada na medida em que se aprofunda o problema da dominação da natureza, calcada sobre os ditames e preceitos do esclarecimento (*Aufklärung*), como linha

²⁴³ HORKHEIMER, Max, “Fragen der Geschichtsphilosophie” (*HGS 13*), 1989 [1953/1954]. Evitarei as citações textuais, tendo em vista que se trata da publicação dos manuscritos de anotações feitas por Alfred Schmidt e que, portanto, reproduzem a idéia geral e o encadeamento dos argumentos horkheimereanos sem, no entanto, expressarem exatamente o modo como ele o formulou com suas palavras. Maiores detalhes acerca da origem dessas transcrições e do contexto de seu preparo para a publicação encontram-se no posfácio de Gunzelin Schmid Noerr (“Nachwort des Herausgebers”, 1989, p. 661). O caráter aberto da interpretação que é feita do materialismo dialético de Marx encontra-se em outro curso, denominado “Crítica do positivismo”; do mesmo modo, uma parte do motivo que pode ter colaborado na disseminação de que seu pensamento compreenderia uma filosofia da história é perceptível a partir das anotações do curso “A idéia de liberdade”. Cf., respectivamente, HORKHEIMER, Max, “Kritik des Positivismus” (*HGS 13*), 1989 [1954c], pp. 391 e segs., *passim*, e “Die Idee der Freiheit” (*HGS 13*), 1989 [1957/1958], p. 467.

interpretativa de sua teoria da história – que, é preciso marcar, é ela própria, evidentemente, de caráter histórico, podendo, portanto, ser reexaminada e redefinida. É nesse contexto que, também, transparece o entendimento de que o materialismo dialético de Marx de modo algum apontava um caminho único para a história humana, deixando aberta a possibilidade da aquisição da razão ou do retorno à barbárie.

Retomando a questão fulcral para a impossibilidade lógica observada por Honneth, de que a dimensão da *luta social* e a da *dominação da natureza* seriam excludentes, cabe reiterar o fato de que a dinâmica do curso histórico diagnosticado por Horkheimer é que liga ambas uma à outra, impossibilitando que sejam separadas: as lutas sociais decorrem, de modo concreto, dos tipos de relação social oriundos da razão instrumental, quando a ação humana de modo amplo é posta em questão, ou ainda do anseio afirmativo da reprodução e confirmação do existente, em termos do pragmatismo ou positivismo científico. “*No nível da auto-reflexão metodológica da teoria crítica, no entanto, Horkheimer conta, em sua segunda versão interpretativa, com uma dimensão de atividade prático-crítica; o desenvolvimento sociocultural se move, simultaneamente, nos trilhos da produção social e da luta social. Esta luta está ancorada [rückvermittelt] no processo econômico de desenvolvimento das forças produtivas, visto que o ‘protesto’, como Horkheimer o formula de maneira vaga, se origina do ‘mecanismo econômico’; a estrutura da ação subjacente à luta social, no entanto, é de outro tipo daquela atividade do trabalho apropriadora da natureza*”²⁴⁴. A divergência de tais formas de prática é remetida, por ele, a que o trabalho é visto como inerente ao “*conjunto do gênero humano como um sujeito transcendente tornado real*”, enquanto “*a prática crítica da luta social estaria reservada a grupos membros de um nexo de vida social*”²⁴⁵. O retorno ao ensaio de Horkheimer mostra como, aqui, trata-se de um entendimento equivocado, visto que se é verdade que a prática humana sob um prisma crítico encontra-se expressa, com maior frequência, em alguns grupos, isso é *concretamente constatado*, mas não *teoricamente concebido*. Ou seja: de modo algum pode-se afirmar que seria facultado a determinados *grupos* (ou *classes*, como Honneth também coloca²⁴⁶), serem *a priori* os detentores desse saber; aquele posicionamento questionador face à realidade dada, que transgride o estabelecido e contesta as verdades

²⁴⁴ HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 23 – aspas no original.

²⁴⁵ HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 24.

²⁴⁶ Veja-se como outro subsídio, no sentido contrário à acepção honnethiana, a seguinte passagem: “*Comportamento e conhecimento orientados para a emancipação, para a transformação da totalidade social, a teoria crítica não configura, entretanto, uma prerrogativa exclusiva de uma classe, de um partido ou mesmo de uma intelligentsia*”. MUSSE, Ricardo, *De socialismo científico a teoria crítica*, 1997, p. 76.

científicas formuladas de maneira absoluta pela ciência positivista, pode encontrar respaldo em variados estratos sociais.

O que vejo como uma espécie de mal-entendido honnethiano a esse respeito emerge de maneira mais evidente logo a seguir quando parece, novamente, limitar a teorização de Horkheimer, mesmo em seu diagnóstico acerca da prática política, a permanecer enjaulada nos parâmetros da concepção marxista de revolução. A limitação dessa ótica explicaria a “*falta de orientação política*”, o que deslocaria as condições do comportamento crítico, minando sua manutenção. Por esse motivo é que entende do seguinte modo tais escritos de Horkheimer: “*Pois estes, de um lado, não deixam dúvida que uma teoria da sociedade, que tem por objetivo a prática crítica, política, deve, sob as condições do capitalismo, procurar seu endereçatário unicamente na classe social dos trabalhadores assalariados, no proletariado; apenas a classe proletária é, por causa de motivos sócio-estruturais, acessível a um esclarecimento teórico e disposta à transformação política*”²⁴⁷. Torna-se perceptível como, em sua interpretação, refuta justamente aquele que constitui o componente mais relevante da contribuição da teoria crítica em termos de sua retomada do método dialético e materialista de Marx: romper o modelo categorial e, por assim dizer, lógico, que confinaria a prática, indelevelmente, a essa classe, o que provocaria um estruturalismo dogmático e anistórico, na contramão da reflexividade aventada como necessária à visada crítica.

As seguintes passagens do artigo “Teoria tradicional e teoria crítica” ajudarão a elucidar o sofisma que se imiscuiu nesse entendimento. Quando se leva em conta que, como bem observado em *Crítica do poder*, a luta social constitui um dos fios condutores para a elaboração da teoria, é necessário atentar ao modo através do qual esta é reinterpretada no contexto de uma realidade em transformação e que, portanto, distancia-se cada vez mais daquela da década de 1920; ao mesmo tempo, a idéia de que as experiências particulares, ou seja, *subjetivas*, constituam um dado basilar para que se origine o imperativo da mudança, permanece presente. “*No entanto, existe uma diferença entre a teoria tradicional e a teoria crítica com vistas ao papel da experiência. Os pontos de vista que esta extrai da análise histórica como os fins da atividade humana, acima de tudo a idéia de uma organização social racional, correspondente à generalidade [Allgemeinheit], são imanentes ao trabalho humano, sem estar presente, em sua forma correta, aos indivíduos ou ao espírito público. Uma determinada direção do interesse pertence à experiência e à percepção dessas tendências. Que ele seja necessariamente gerado no proletariado, a classe imediatamente produtiva, é a doutrina [Lehre] de Marx e Engels. [...] Mas também a situação do*

²⁴⁷ HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 26.

proletariado nessa sociedade não constitui a garantia da compreensão correta”²⁴⁸. Merece destaque como a formulação concreta do interesse seria, seguindo a concepção de Marx e Engels, obtida *necessariamente* através do conjunto de experiências do proletariado, sem que estivesse, de maneira absoluta – e incontornável – restrita a ele; além disso, Horkheimer é enfático quando afirma a historicidade da teoria, ou seja, que se trataria de um exame superficial recorrer às mesmas categorias, atribuindo-lhes sentido igual àquele conceituado por Marx e Engels, quando mudanças significativas na estrutura social separam os diagnósticos desses autores e os da teoria crítica do *IfS*.

Se parece banal apontá-lo, o fato de a teoria ser formulada por indivíduos oriundos de variados meios sociais constitui uma contraprova a esse curto-circuito. É incorreto, portanto, isolar uma determinada classe ou um determinado grupo, de modo a conceber que lhe estaria reservada a supremacia ou o monopólio de aquisição dessa visada sobre o processo histórico e, por conseguinte, de realizar a transformação. “*Se, no entanto, o teórico, e a atividade que lhe é específica, é visto numa unidade dinâmica com a classe dominada, de modo que sua representação das contradições sociais não seja apenas a expressão da situação histórica concreta, mas apareça igualmente como fator modificador, estimulante, então sua função se mostra. O andar da disputa entre as partes avançadas da classe e os indivíduos, que dizem a verdade sobre ela, além disso, a disputa entre as partes mais avançadas juntamente com seus teóricos e o restante da classe, deve ser entendido como um processo de interações [...]. Sua agudez se mostra na possibilidade sempre dada de uma tensão entre o teórico e a classe à qual o seu pensamento se dirige*”²⁴⁹. Em virtude dessa interpretação, Horkheimer estabelece que o mero fato de a revolução ter deixado de acontecer, por exemplo, é insuficiente para que, seguindo o *modus operandi* da ciência tradicional, a teoria possa ser considerada falseada. Antes, é a mudança da situação histórica que provocará a crítica reflexiva, obrigando o intelectual a reexaminar a realidade social e, com base em novas investigações, desvelar as formas de conflito atualmente presentes e os interesses que ora se apresentam.

²⁴⁸ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS 4*), 1988 [1937c], pp. 186 e 187. Para uma discussão aprofundada do problema do proletariado e da classe trabalhadora na “primeira fase” da teoria crítica de Horkheimer, cf. PUZONE, Vladimir Ferrari, *Da revolução à integração [...]*, 2008.

²⁴⁹ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS 4*), 1988 [1937c], p. 189. Pode-se recorrer à interpretação de Olgária Chain Féres Matos (*Os arcanos do inteiramente outro*, 1995 [1989], p. 198) para apontar a tensão que marca a atividade reflexiva na teoria crítica: “*Se entre pensamento e ser não há nenhuma harmonia, o contraste entre ambos se revela como força estimulante, é a admissão de que o pensamento, com suas determinações ideais, seus conteúdos e significações, carrega valores para serem realizados: o dever-se que deve tornar-se efetivo. O pensamento, portanto, é detentor de uma força prática, um estímulo à atualidade da história, da adequatio da coisa à idéia. [...] Para Horkheimer, não se refere exclusivamente ao homem tal qual é, mas também como poderia ser. O momento negativo, o conhecimento das tendências obscuras, não falta ao pensamento negativo e a crítica é seu elemento vital*”.

Finalmente, após perpassar brevemente o papel que seria ocupado pela psicologia social nessa construção teórica interdisciplinar, Honneth termina abordando o problema de como se coloca o conceito de cultura (*Kultur*), definido por ele como uma espécie de recurso categorial para mediar entre a produção material, derivada da economia política, e a psicanálise, como expressão dos anseios individuais na vida social, cuja ligação poderia acarretar um funcionalismo a ser prevenido através da noção de cultura. Aqui, a principal ressalva que faz é como faltaria um desdobramento de outras categorias que pudessem abarcar as formas diárias da vida humana, onde considera que no quadro da teoria proposta torna-se inconcebível abarcar os problemas aventados: “*Entre o modelo marxista do trabalho social e o modelo psicanalítico da socialização pulsional do indivíduo, não lhe está à disposição um terceiro modelo teórico, a partir do qual pudesse desdobrar categorialmente seja a estrutura da ação cultural ou a da luta social. Este é o motivo que obriga Horkheimer, finalmente, a deixar inutilizado tanto o conceito de cultura como uma teoria da ação quanto a categoria do comportamento crítico, apesar de ter posto ambos*”²⁵⁰. O caráter dubio presente na interpretação de Honneth é que ele parece pressupor a relação funcional entre os “modelos teóricos” e a “estrutura de categorias”, concebendo-os de modo engessado e, assim, exigindo que fosse trazido à frente um modelo teórico acabado²⁵¹. Em outras palavras, seria possível argumentar que ele, de certa forma, acaba por *desdialektizar* (*undialektisieren*) a teoria crítica traçada por Horkheimer. O problema desse movimento é que desconsidera aquele que haveria de ser o cerne da teoria a ser fomentado, a qual parte do pressuposto de uma indispensável reflexividade inferida do modo intrínseco através do qual a prática intelectual, como uma das muitas formas de prática social, e o movimento

²⁵⁰ HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, p. 38. Logo abaixo ele completa: “*A coerção de seu modelo fundamental histórico-filosófico é tão forte, que ele não consegue evitar a subsunção de toda a ação cotidiana culturalmente dirigida e da atividade prático-crítica dos grupos sociais ao ramo categorial recortado pelo trabalho social e pela socialização individual das pulsões, ainda antes de desenvolvê-las categorialmente: entre o imperativo da auto-preservação social e a tarefa complementar da socialização individual das necessidades, quem media não é a ação social dos membros da sociedade, mas um círculo institucionalizado de agências culturais*”. *Ibid.*, p. 40. Alguns anos antes, Küsters apontava como o conceito de prática (*Praxis*) na teoria crítica de Horkheimer está imbricado com o de razão (*Vernunft*), o que constitui indício do estreitamento proposto por Honneth; igualmente, ele indica o caráter abrangente do conceito de *trabalho* como derivado de Marx, que compreende a consciência e a ação, contemplando, portanto, múltiplas experiências subjetivas, e que são, do ponto de vista do conhecimento, apreendidas na pesquisa social (*Sozialforschung*). Cf. KÜSTERS, Gerd-Walter, *Der Kritikbegriff der Kritischen Theorie Max Horkheimers*, 1980, respectivamente pp. 29-32, em especial nota 47; p. 35, nota 91 e pp. 36-38.

²⁵¹ Ao abordar a maneira através da qual a prática de pesquisa tradicional constitui o ponto de partida para que pudesse ter início uma proposta intelectual (subsumida, de início, à idéia da *Sozialforschung*) que se distanciasse de uma veia apenas filosófica, Küsters destaca justamente o caráter parcial dos textos na *ZfS*, os quais seriam parte integrante de um projeto mais amplo e inacabado. Cf. KÜSTERS, Gerd-Walter, *Der Kritikbegriff der Kritischen Theorie Max Horkheimers*, 1980, item 4.2, em especial p. 58. Ao mesmo tempo, retoma o fato de que as categorias da teoria tradicional constituem o ponto de partida para que se desenhe a sua crítica, sem fazer com que seja imperativo abrir mão dessas categorias e dos métodos que a elas levaram. Cf. *ibid.*, pp. 50-53.

histórico, encontram-se dependentes um do outro, tornando condição *sine qua non* a tarefa de refletir a realidade concreta e de, em seu esteio, reconceber os conceitos.

O déficit sociológico mencionado originar-se-ia, entretanto, dessa definição algo ampla de cultura, no que Horkheimer estaria esquivando-se do diálogo com aqueles que, em virtude de seus objetivos, constituiriam, para Honneth, alguns dos interlocutores básicos no contexto de um empreendimento que advogava o uso da pesquisa empírica como norte para distinguir-se da filosofia. Se é fato notório que Horkheimer não recorre, de maneira extensa, ao diálogo crítico com aqueles autores que poderiam parecer referências evidentes, notadamente Max Weber, isso deve ser entendido, em parte, por conta da reduzida projeção alcançada pela sociologia naquela época; todavia, ao incluir o diálogo com alguns e deixar outros de fora, reflete o estado de arte da época, embora, e é fundamental frisá-lo, tanto a influência quanto a referência explícita a Durkheim e Weber, para citar apenas dois nomes, compõem seu argumento no artigo abordado por Honneth. Acrescente-se a isso o elemento de inserção acadêmica que não pode e nem deve ser minimizado: na tentativa de estabelecer uma orientação diversa das disciplinas existentes, torna-se compreensível o esforço em, de diferentes maneiras, marcar a distância face aos cânones reconhecidos; de fato, Honneth está correto quando afirma que “*na estrutura de disciplinas da teoria crítica da sociedade de Horkheimer, a sociologia assume, portanto, a posição marginal de uma ciência auxiliar [...]*”²⁵²; todavia, isso permanece aquém de significar, como procura imputar a essa vertente, uma indiferença face aos conteúdos e aos métodos oriundos da sociologia, o que pode ser observado através do diálogo crítico que ocorre, por exemplo, com a sociologia da ciência de Mannheim e, anteriormente, as referências a Oppenheimer.

Ademais, a falta de estabelecimento da sociologia como uma disciplina acadêmica, e que em decorrência do hiato ocorrido com a Segunda Guerra Mundial se arrastaria por

²⁵² HONNETH, Axel, *Kritik der Macht*, 1985, pp. 40 e segs. A questão do anacronismo em que se pode cair é passível de ser entendida, por exemplo, com base na interpretação de Söllner, que destaca como em 1930 a ampla referência aos métodos empíricos já era, por si só, um elemento de pioneirismo tanto do ponto de vista das ciências sociais quanto, em especial, no contexto do marxismo. Cf. SÖLLNER, Alfons, *Geschichte und Herrschaft*, 1979, pp. 25-37. As referências de Horkheimer estão em HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS 4*), 1988 [1937c], pp. 166-168.

Mais recentemente Michael Bock (“*Lästige Verwandtschaft [...]*”, 1999, especialmente pp. 43-47) coloca ressalvas praticamente idênticas às de Honneth, destacando tanto a “*recepção insuficiente da tradição sociológica*” quanto a generalidade da separação traçada entre a teoria tradicional e a teoria crítica. No entanto, deixa de fundamentar a motivação que o leva a reclamar a falta de diálogo com grandes nomes da sociologia à época – como Durkheim, Weber e Tönnies – sem, entretanto, fazer o mesmo tipo de constatação no que se refere, por exemplo, à antropologia/etnologia, às ciências econômicas ou outras disciplinas que, a julgar pelos parâmetros teórico-metodológicos da teoria crítica, podem ser igualmente importantes. O que se pode notar, portanto, é que o mero fato de a história posterior ter concedido um destaque à prática sociológica do *IfS* no período pós-1950 parece justificar que se busque um debate mais forte com pontos de vista oriundos de uma tradição no interior da sociologia em detrimento de outras áreas das ciências sociais quando, na realidade, a preocupação de Horkheimer consistia em propor uma organização teórica radicalmente diferente das disciplinas e orientações existentes, sem delas abdicar.

mais duas décadas, encontra eco em posições divergentes no âmbito das ciências humanas alemãs. É nesse sentido que se deve ler as observações de Ernst Robert Curtius, em 1932, quando discute o problema da decadência cultural na Alemanha, acima de tudo no contexto universitário, opondo-se à aspiração de um projeto nacional que procurasse reforçar a idéia de povo, reclamando, antes, o viés da interação entre os variados países, como havia se dado historicamente através do continente europeu. Ali se expressa uma constelação que, no quadro do debate alemão, remonta elevada similaridade às referências presentes nos artigos de Horkheimer²⁵³. Em especial é o predomínio das idéias de Scheler e Mannheim, por exemplo, em detrimento de Durkheim e Weber, que marca essa problemática, demonstrando como aqueles detinham uma espécie de supremacia na constituição da sociologia alemã na passagem da década de 1920 à de 1930; ao mesmo tempo, a ascensão da psicanálise, através tanto de Freud quanto de Carl-Gustav Jung, caracteriza uma guinada na maneira de interpretar o indivíduo e sua formação. O debate no qual ele se insere é o de questionar o avanço do “*sociologismo*”, ou seja, da tendência a elevar a sociologia acima de suas possibilidades, levando ao efeito contrário ao que poderia e deveria ser obtido através do desenvolvimento dessa ciência social, que desemboca em diagnósticos que advogam um objetivismo científico e econômico-social que ultrapassa os fatos verificáveis. O impacto da publicação de *Ideologia e utopia* é explícito, na medida em que pensadores de orientações tão distintas, como Horkheimer e Curtius, vêem-se obrigados a enfrentar os argumentos ali expostos, enquanto a influência de Weber parece ter se deslocado para o segundo plano.

Logo, para colocar as reservas honnethianas em perspectiva, poder-se-ia argumentar que ele reivindica uma espécie de *superávit sociológico*, sendo que o projeto dessa teoria da sociedade procurava, ao mesmo tempo em que tinha na sociologia uma de suas raízes para a interpretação crítica da realidade social, conjugá-la a outras disciplinas, de modo a evitar o que seria visto como um viés submetido à separação estanque – ilusória e ideológica, diga-se de passagem – do objeto da sociedade em diversos ramos especializados do saber. O mérito que uma eventual ressalva aos limites do debate com a sociologia poderia ter esgotado, portanto, quando deixa de ocorrer o diálogo com a pedra angular da visada de Horkheimer, em que a tentativa, pioneira em sua época, de conciliar os métodos da pesquisa empírica e a análise conceitual teórica que traga para a atividade intelectual o olhar dialético, cuja tônica reside, reitero, no apontamento das contradições constitutivas do processo histórico, permanece um empreendimento indispensável para e insuficientemente

²⁵³ Cf. CURTIUS, Ernst Robert, *Deutscher Geist in Gefahr*, 1932, pp. 79-102.

adotado na atualidade; desse modo, subsiste a importância de se pensar, no âmbito das ciências humanas, as condições de possibilidade de uma *teoria da sociedade*.

A maneira particular de encarar o tipo de efeito e intercâmbio existentes entre o indivíduo e a sociedade, que existem através de uma co-dependência contínua, sendo um inconcebível sem a presença do outro, é um tema que perpassará todo o restante da obra de Horkheimer. A título de exemplo, remeto a um artigo dele publicado exatamente duas décadas depois, onde afirma: “*O conhecimento de que o ser humano é social e historicamente mediado não leva à resignação, pois ainda assim, inversamente, a história também depende dos seres humanos. Quando, no entanto, a dependência não é percebida, ela se perpetua. O fatalismo, a desesperança face ao poder humano, de determinar-se a si próprio e de intervir no andamento das coisas, decorre, muito antes, da coloração visionária das falas do ser, do exagero do conceito solto de uma veracidade simulada, do que de uma tentativa crítica em reconhecer os poderes pregnantos, pelos quais os seres humanos são moldados e impulsionados no bom e no mau sentido*”²⁵⁴.

O elemento de procurar mediar entre as contradições do presente e as possibilidades do futuro constitui, como argumentado anteriormente, a orientação dessa vertente teórica. Coloca-se, explicitamente, contra aqueles que exigem uma normatividade concreta quanto ao modelo de uma sociedade futura, ancorando na compreensão crítica, científica e dialética da realidade dada os fundamentos de sua aspiração em realizar a razão, devendo reconhecer somente essa forma particular de ceticismo, como argumentado por Horkheimer em seu artigo acerca de Montaigne. “*A solidariedade refere-se não exclusivamente ao ser humano como ele é, mas também ao que poderia ser. O pensamento dialético não carece do momento negativo, da compreensão dos traços sombrios do ser humano; a crítica é o seu elemento vital*”²⁵⁵. A partir disso pode-se interpretar de que modo a crítica se insere na constelação teórica desse projeto científico: trata-se, muito antes de um artifício retórico, da aspiração a converter o olhar baseado sobre uma visão negativa da realidade, entendida como a possibilidade implícita de que se possa negar – questionando-se – determinados pressupostos subjacentes ao conhecimento da realidade social, apontando os antagonismos que os sustentam e inferindo que a noção de movimento continua presente.

²⁵⁴ HORKHEIMER, Max, “Zum Begriff des Menschen” (HGS 7), 1985 [1957], p. 60.

²⁵⁵ HORKHEIMER, Max, “Montaigne und die Funktion der Skepsis” (HGS 4), 1988 [1938a], p. 283. “*Nos produtos, os quais a humanidade trabalhadora cria com base em contratos, está contido muito mais tempo de trabalho do que é necessário à reprodução da vida do trabalhador. O capital é que dispõe da diferença. A igualdade dos indivíduos livres, que se renova através da troca, o trabalho de todo ser humano como base de sua propriedade e de seu poder, ou seja, o princípio da burguesia, sobre o qual repousa sua ideologia, prova ser mera aparência, que vela as verdadeiras relações. Quanto mais a sociedade se desenvolve, tanto mais o princípio e, com ele, o conceito burguês de liberdade mostram a sua contradição interna*”. Ibid., p. 274.

O ponto de partida dessa reflexão, no momento em que ela foi delineada, está posto pelo momento radicalmente negativo que se tornava necessário face ao contexto político e histórico vigente. Como procurarei argumentar e embasar no capítulo seguinte, a noção de *continuidade* entre a teoria crítica dos anos 1930 e aquela do período posterior, e que está subjacente a esta tese, baseia-se sobre pressupostos epistemológicos: considera-se que é traçada uma teoria da sociedade, através de diferentes formas de crítica, que abrangem, por exemplo, a cultura, a ciência e a economia, sem, no entanto, abrir mão do método materialista e histórico e que, também, volta-se a uma reatualização da própria teoria crítica. Todavia, os diferentes nexos políticos obrigam a que a postura do intelectual difira nesses períodos opostos, o que está em linha com a formulação adjudicada por eles ao projeto teórico que se nutre do método dialético e que, invariavelmente, é atingido pelo desenrolar da história, devendo alterar suas categorias para evitar cair em um determinismo estanque e alienado da realidade que pretende investigar.

Esses traços iniciais permitem, igualmente, apontar o diálogo com uma hipótese delineada por Alex Demirović a ser detalhada adiante: de que a prática intelectual da teoria crítica, notadamente em Adorno e Horkheimer, dava-se justamente através da teoria. Isso significa que são os textos – em suas diversas formas, como livros, relatos, anotações, diários, *et cetera* – que constituem o instrumento essencial para expressar o ímpeto, como Demirović o denomina, à não-conformação. “*Se a sociedade se desenvolvesse do modo prognosticado por Horkheimer e Adorno, então a teoria logo deixaria de existir. Por sua vez, com isso, também a sociedade capitalista propriamente dita alterar-se-ia dramaticamente. A teoria crítica é o gesto que adverte acerca do perigo de uma sociedade onde a fundamental crítica da sociedade estará silenciada. Apenas a continuidade da teoria é que também garante a tendência à concepção racional e livre da sociedade. Conservar a teoria já representava, por si só, uma intervenção prática nas tendências formativas do processo social*”²⁵⁶. A idéia da prognose aventada por ele retoma, de certa forma, a especificidade concedida às ciências sociais no artigo “Sobre o problema de predição nas ciências sociais”, em que se trata precisamente de apontar tendências, mas que diferem inteiramente do imperativo de realização associado às leis das ciências naturais: o poder da ação humana, do indivíduo, é uma espécie de *parti pris* para que haja sentido em conferir tamanha importância ao fato histórico de realização da razão, na medida em que a mutabilidade da história persiste como alicerce da proposta teórico-crítica.

²⁵⁶ DEMIROVIĆ, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 36 e 37.

3 Dialética e história: aportes para a crítica da razão

Como apontado acima, o trabalho intelectual de Horkheimer é marcado pela necessidade de adaptação aos diferentes contextos em que teve de ser exercido. Ainda que toda e qualquer trajetória intelectual se defronte com essas dificuldades, pode-se argumentar em favor da singularidade da ‘Escola de Frankfurt’, que, além dos interesses próprios a partir dos quais procurava estruturar sua proposta, enfrentou repetidas adversidades políticas que a obrigaram a refazer suas escolhas. Esse ajustamento teve como elemento adicional de dificuldade o fato de terem se colocado como condição *sine qua non* lançar mão de uma abordagem epistemológica distinta daquelas que tomavam forma na academia da primeira metade do século XX; ou seja, ao imperativo da adaptação juntava-se o mote da resistência, a ser exercida tanto no plano científico quanto no plano político.

Nas obras de Horkheimer, isso se expressa no deslocamento de seu objeto teórico, que neste capítulo tentarei retratar como balizado, em particular, por duas de suas obras mais conhecidas: o *Eclipse da razão* e a *Dialética do esclarecimento*, ambos livros datados de meados da década de 1940. Eles refletem o desencadeamento de uma *tendência* à paralisia social, derivada da conjuntura política que adveio com a mobilização contra os regimes totalitários fascista e nazista que tomaram forma, em especial, na Itália e na Alemanha, com maior domínio desse último país. É sob tal viés que se deve entender o fato de os seus escritos terem alterado parcialmente o foco: enquanto, na década de 1930, delinearam os fundamentos de uma teoria social crítica, em diálogo próximo com diversas correntes da filosofia e das humanidades, agora se debruçavam sobre a crítica social, sobre as formas de resistência e de manutenção da “esperança” em meio ao andar da história.

A transição para esses temas encontra-se permeada pela experiência da migração, que obrigou os integrantes do *IfS* a adaptar-se a uma nova existência e um contexto acadêmico diverso enquanto procuravam, simultaneamente, preservar os laços com a cultura germânica, notadamente no que se refere à idéia de uma concepção científica marcada pela teoria. Tendo em vista que o escopo desta tese se concentra sobre os trabalhos diretamente atribuídos a Horkheimer, com foco notadamente sobre sua contribuição após o retorno à Alemanha, bem como o fato de que o período nos EUA constitui, por si só, um amplo objeto de estudo cuja abordagem demandaria, portanto, uma extensão impossível de ser coberta no âmbito deste trabalho, recorrerei a duas obras recentemente publicadas que se dedicam, em maior ou menor monta, a cobrir o objeto em questão. Trata-se dos estudos de Eva-Maria Ziege, *Gesellschaftstheorie und Antisemitismus* (*Teoria da sociedade e anti-*

semitismo), e Thomas Wheatland, *The Frankfurt School in Exile (A Escola de Frankfurt no exílio)*, ambos de 2009, que serão complementados, onde cabível, pelo material que encontrei tanto no arquivo quanto aquele disponível nas obras reunidas de Horkheimer.

A mudança para os EUA, que não foram a primeira escolha entre eventuais destinos cogitados, acabou transcorrendo de maneira muito mais harmônica do que se poderia esperar. Em parte, isso se deve ao misto de habilidade político-acadêmica e da escolha de Horkheimer por manter-se parcialmente distante de alguns dos debates científicos nos EUA, onde apenas paulatinamente ocorreu a integração ao mundo universitário estadunidense. Nesse sentido, como argumenta Wheatland, eles foram beneficiados por um cenário único constituído na Columbia University, em Nova Iorque, cujo departamento de sociologia, estabelecido na passagem do século XIX ao XX, passava por uma reestruturação, e um dos docentes procurava justamente um grupo ao qual pudesse ligar seus esforços de orientação de pesquisa. Assim é que não apenas são recebidos por Columbia, mas a aceitação inclui a oferta de uma casa onde poderiam alojar-se, superando todas as expectativas²⁵⁷. O próprio Horkheimer retrata, em conversa com Otmar Hersche, sua surpresa quando o então presidente (reitor) de Columbia, Nicholas Murray Butler, ofereceu-lhe uma casa inteira para sediar o *IfS*, sem que tivesse havido maior intercâmbio de idéias ou negociações entre as duas partes. A oferta foi tão inesperada que Horkheimer, duvidando de seu parco domínio da língua inglesa, redigiu uma longa carta, explicando que gostariam de utilizar o local por cinco anos, e que haveria um número razoável de pesquisadores, na tentativa de confirmar seu entendimento, ao que recebeu a singela resposta, por escrito: “*Your understanding is perfectly correct*” (“*O seu entendimento está perfeitamente correto*”).

Enquanto este período inicial teve na figura de Erich Fromm um dos principais responsáveis pela divulgação das idéias do *IfS*, notadamente em virtude de ele manter um contato mais próximo com outros intelectuais, sua guinada teórica levou ao rompimento das relações. As cartas de Horkheimer expressam, além das divergências em termos de pensamento, também a questão financeira: era necessário reduzir as despesas, e visto que Fromm era um dos únicos que, por conta de sua atividade clínica como psicólogo, dispunha de outra fonte de renda, pareceu ao diretor que não apenas seria mais razoável, mas que ele inclusive entenderia – exatamente o contrário do que veio a ocorrer – a necessidade de ter

²⁵⁷ Cf. WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt school in exile*, 2009, pp. 35-60 e HORKHEIMER, Max, “Verwaltete Welt” (*HGS* 7), 1985 [1970a], pp. 363-369, bem como *id.*, “Das Schlimme erwarten und doch das Gute versuchen” (*HGS* 7), 1985 [1972 / 1976], pp. 469 e 470.

No arquivo encontra-se, ainda, o rascunho de um memorando proposto pelo *IfS* em que se disciplinariam as relações entre a universidade e o instituto, buscando uma ligação mais estreita. Cf. INSTITUT FÜR SOZIALFORSCHUNG, *Memorandum on the proposed [...]*, *MHA* II 5.220-224, 1942.

seu salário suspenso²⁵⁸. O episódio denota um dos poucos equívocos de falta de habilidade político-acadêmica de Horkheimer, e que implicará dificuldades para o *IJS*.

No esteio desses acontecimentos, é relevante marcar a divisão do trabalho que ocorre no que se refere aos trabalhos organizativos: enquanto Horkheimer permanecerá encarregado das decisões mais diretamente acadêmicas, todas as tarefas relacionadas às questões financeiras e burocrático-administrativas ficarão a cargo de Pollock, em um acordo selado no âmbito da amizade antiga e próxima de ambos. A importância de tal distribuição pode ser vista, por exemplo, nos momentos em que Horkheimer reclama da necessidade de, mesmo que apenas temporariamente, assumir tais atividades²⁵⁹. Tal constatação torna-se ainda mais curiosa quando colocada contra a série de responsabilidades administrativas ou similares assumidas por ele desde o início de sua trajetória acadêmica como professor, e que se estenderam até a sua aposentadoria. Permanece, assim, em aberto se o sacrifício que lhe parecia ser exercer tais cargos era empreendido por questões de mero interesse pessoal, ou se o componente mais relevante era, de fato, a possibilidade de realizar um projeto teórico que via, em última instância, como fomentador de possíveis mudanças radicais na realidade social diagnosticada por ele, desde a juventude, como exploradora e irracional.

O que coloca água no moinho dessa última tendência, de se tratar de uma espécie de preocupação genuína sua, é a evidente distância e o estranhamento que demonstra quando confrontado com as conclusões e os procedimentos das ciências sociais nos EUA. Wheatland enfoca esse problema remetendo-o, também, ao fato de, ali, a sociologia ter nascido em uma quase comunhão com o trabalho social (*social work*), ou seja, orientada sempre por objetivos práticos e, de certa forma, imediatos, diferentemente do estilo teórico das assim chamadas filosofia ou sociologia continentais: “[...] *a teoria crítica não poderia compreender nem as comparações entre as ciências naturais e sociais encontradas nos Estados Unidos, nem a utilização de uma lógica de meios e fins, pragmática, para identificar e confrontar problemas sociais*”²⁶⁰. Isso pois, naqueles momentos em que se aproximava de um trabalho de pesquisa mais próximo ao da microsociologia ou da sociologia de médio-alcance (*midrange*), mais recorrentes no cenário estadunidense, fazia-o já orientada com base em questões mais amplas de pesquisa, ao apontar processos gerais

²⁵⁸ Cf. HORKHEIMER, Max, Cartas de número 495, 496, 498, 499, 502 e 509 (*HGS 16*), pp. 654-657, 660-662, 666-668 e 689, trocadas entre Fromm e Horkheimer em novembro e dezembro de 1939. Cf., ainda, WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt School in exile*, 2009, pp. 81-94, sobre essas questões.

²⁵⁹ Assim, em carta de 8 de março de 1937 dirigida a Wittfogel, face a uma viagem de Pollock à Europa, afirma: “*Como o senhor pode imaginar, a perspectiva de que eu agora terei de, por sete semanas, ocupar o posto de um big businessman, pouco me atrai. Pela minha natureza não tenho muito entusiasmo para isso*”. HORKHEIMER, Max, carta 291 (*HGS 16*), p. 73, expressão em inglês no original.

²⁶⁰ WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt School in Exile*, 2009, p. 206. Cf. *ibid.*, pp. 202-214.

que provocavam mudanças no que denominavam de totalidade social, com a mediação sempre dada através do processo histórico daquela sociedade.

O que é comumente denominado de uma guinada nos objetivos e nos fundamentos da atividade intelectual de Horkheimer e de seus colegas teve como seu propulsor, assim, a obrigação de buscar fundos externos para subvencionar os projetos de pesquisa do *IfS*, momento em que se deu, ao menos do ponto de vista formal, na feitura dos projetos redigidos no intuito de se candidatar aos auxílios (*grants*) oferecidos pelas maiores e mais conceituadas fundações e universidades nos EUA, a rendição aos padrões vigentes naquele contexto científico. A submissão a essas exigências acabou por, após diversas recusas, ter seus resultados positivos, com a primeira aceitação de financiamento, fazendo com que até aquele momento o *IfS* permanecesse relativamente pouco conhecido.

Essa mudança significativa apenas veio a ocorrer nos anos 1940, após a publicação de *Studies in prejudice* (*Estudos sobre o preconceito* – sem tradução para o português), trabalho sob a tutela de uma parceria entre o *IfS* e o *American Jewish Committee* (AJC), quando a conjunção de se tratar de obra publicada em língua inglesa e que abordou um tema candente no contexto de ascensão do nazi-fascismo, alçaram os seus autores à relativa projeção no mundo acadêmico estadunidense. Cabe dizer que é importante ressaltar o reconhecimento adquirido pelos autores, com alcance além do *IfS*, tendo em vista que esta obra foi fruto de um trabalho de pesquisa realizado por um grupo bem maior do que se entende como os seus integrantes. Para Wheatland caracterizava-se, assim, o passo final no processo de acomodação necessário à inserção desse grupo de intelectuais no cenário acadêmico daquele país²⁶¹. Se o seu livro – que expressa a profunda investigação que o precedeu – tem o mérito de esclarecer nos pormenores essa relação, ele deixa de atentar a um dado importante que é trazido à tona justamente no seio de suas descobertas: como é, de fato, difícil falar em um trabalho unificado no âmbito da teoria crítica elaborada sob a direção de Horkheimer, uma tendência fragmentária que se fará presente de diversos modos com o passar do tempo e que, portanto, invalida a objeção de alguns intérpretes a enxergar mudanças profundas nos objetivos do *IfS* onde elas não existem.

No mesmo registro, é curioso notar a influência assinalada e documentada por Wheatland no que se refere ao fato de a obra central desses estudos, *The authoritarian*

²⁶¹ “O resultado dessa acomodação, entretanto, pode muito bem ter valido o seu preço intelectual. Assim como tantos outros cientistas sociais refugiados, o Círculo de Horkheimer recebeu grandes dividendos de fazer a ponte entre as austeras tradições sociológicas do atlântico. Ao adotar o uso do inglês e ao combinar a teoria psicanalítica com a pesquisa social empírica, o Instituto recobrou sua estabilidade financeira e estabeleceu suas credenciais no mundo da academia americana”. WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt School in Exile*, 2009, p. 248. Para os argumentos e desenvolvimentos contemplados nos parágrafos anterior, neste e no próximo, cf., *ibid.*, pp. 227-257.

personality (*A personalidade autoritária*), ter inaugurado uma série de trabalhos voltados para a apreensão do problema da autoridade na sociedade estadunidense. Ou seja, teve uma contribuição decisiva sobre o contexto da sociologia do pós-guerra, que se estruturou, em termos de problemas de pesquisa, parcialmente a partir dessa temática, e que, ao mesmo tempo, observa alguma semelhança quanto à idéia de tentar incorporar elementos tanto das *Geisteswissenschaften* alemãs, de uma outra ‘escola’ de pensamento nas humanidades, à tradição relativamente longa dos trabalhos empiricamente orientados.

Com isso quero dizer que *Studies in prejudice*, por exemplo, apenas leva a cabo os objetivos elencados por Horkheimer em seu discurso de posse como diretor do *IfS*. A experiência no exílio não foi o fator central para que ocorresse uma aproximação entre a pesquisa empírica e a assim chamada teoria crítica, mas apenas proporcionou as condições materiais e intelectuais para que tal fusão fosse possível de ser levada a cabo, sem, todavia, invalidar ou superar diversas das críticas feitas ao empirismo da sociologia estadunidense. Antes, possibilitou que esta se instrísse de maneira mais realista acerca dos limites e do alcance dos métodos de pesquisa empíricos, fazendo com que, futuramente, não apenas o *IfS* se tornasse capaz de auxiliar na sua disseminação na Alemanha como, simultaneamente, realçasse a importância de manter a reflexão crítica como linha-guia.

Nesse sentido, os dois itens que compõem este capítulo podem ser entendidos como localizados em pólos distintos no que se refere aos momentos históricos enfrentados, o que implicou disposições radicalmente diferentes em termos das tarefas intelectuais a serem empreendidas. Os livros, artigos e anotações abordados a seguir ilustram, exemplarmente, a clivagem que separa os contextos em questão; todavia, procurarei apontar o que permite perseguir a existência do fio condutor comum, em termos *teóricos* e *metodológicos*, que liga os trabalhos de pesquisa realizados nesse período aos textos do início e meados da década de 1930 e que, em virtude das transformações ocorridas, poderiam quase que ser caracterizados como épocas distintas. Ao mesmo tempo, havia espectros – notadamente o do anti-semitismo – que acabavam por estabelecer uma ligação entre aquela Alemanha que haviam deixado para apenas retornar após cerca de quinze anos, e a ‘nova’ Alemanha em reconstrução em que viveram e com a qual se defrontaram na década de 1950.

Da mesma forma como já o vinham fazendo preliminarmente desde a década de 1930, através dos estudos sobre autoridade no âmbito das pesquisas junto aos trabalhadores alemães e da análise da estrutura familiar, nos anos 1940 o trabalho no exílio foi marcado, dentre outros temas, pela ênfase sobre o tema do anti-semitismo, focando, agora, tanto a expressão desse fenômeno no interior da sociedade estadunidense, quanto, através do

trabalho no quadro do esforço de guerra (*war effort*) e em conjunto com o governo, na análise de suas raízes na Alemanha. Levando-se em conta a abrangência dos estudos realizados e textos redigidos, bem como o fato de que eles têm, de um lado, relação apenas marginal com o problema de pesquisa aqui tratado, e, de outro, uma participação direta menor de Horkheimer, cujas interpretações sobre o tema estão contidas, entre outros, na *Dialética do esclarecimento*, e que teve papel fundamental, no papel de diretor, em mobilizar os fundos que possibilitaram o financiamento de tais estudos (junto, por exemplo, ao *American Jewish Committee* e ao *Jewish Labor Committee*), deixarei de retomar essas pesquisas, que foram esmiuçadas no livro de Ziege²⁶².

O que deve ser enfatizado, mesmo que brevemente, é o contexto institucional que circundou e, em parte, colaborou para o desenvolvimento ocorrido. Um conjunto de fatores, que vai desde determinadas decisões de Horkheimer até diversos imprevistos, levou-o a reorganizar o trabalho do *IfS* nos EUA. Em termos de ocorrências externas merecem destaque, como afirma Wheatland, a grave crise econômica que atingiu o país, somada a repetidas perdas dos fundos investidos por Pollock sob as mais diversas formas, o que abalou de maneira profunda a situação financeira do, como ele o denomina, círculo de Horkheimer, obrigando ao corte de verbas²⁶³. Tanto no período imediatamente anterior

²⁶² Cf. ZIEGE, Eva-Maria, *Antisemitismus und Gesellschaftstheorie*, 2009. Não obstante o viés de sociologia da cultura, orientada em Pierre Bourdieu, que de certa maneira desloca em parte o problema, Ziege tem o mérito de apresentar, de maneira aprofundada, um estudo horizontal abrangente dos trabalhos do *IfS* sobre o anti-semitismo, focando, em especial, o período nos EUA, com referência a vasto material de arquivo raramente consultado. Ao mesmo tempo, sua hipótese – fruto do tipo de abordagem escolhida – de que Horkheimer veria o anti-semitismo como a chave para entender a sociedade moderna (p. 33) deixa evidente a cisão epistemológica que decorre ao se tentar interpretar essa teoria à luz da autonomia científica derivada da noção do capital científico e dos campos de Bourdieu, visto que o foco da pesquisa do *IfS* se dava, preponderantemente, em virtude dos fenômenos e processos sociais que sua teoria entendia como prementes em moldar um determinado contexto histórico; se, por óbvio, somente a partir de sua presença em determinados projetos, tomava parte no desenho do “espaço de possibilidades” que se configura, permanece relativamente indiferente ao imperativo de acumular “capital científico”, colocando, em primeiro lugar, o interesse sobre os temas das pesquisas realizadas.

Também Peter-Erwin Jansen (“Deutsche Emigranten in amerikanischen Regierungsinstitutionen”, 1999) publicou um artigo conciso sobre a participação dos membros do *IfS* Herbert Marcuse, Franz Neumann, Friedrich Pollock e Leo Löwenthal no trabalho junto ao governo estadunidense, enquanto Clemens Albrecht (“Die politische Pädagogik der Frankfurter Schule”, 1999f, pp. 405-442) destaca o tipo de trabalho conjunto dele com o *AJC*, bem como a posterior criação do *Studienbüro für politische Bildung*, responsável por estreitar as relações em termos de formação pedagógica dos professores junto a escolas estadunidenses, organizada através de visitas no contexto de um intercâmbio contínuo de professores.

²⁶³ Para isso e o que vem a seguir, cf. WHEATLAND, Thomas, *The Frankfurt School in Exile*, 2009, pp. 81-94 e 215-226. Outro aspecto ressaltado por ele, e que sem dúvida também tem sua parcela de culpa na guinada sofrida pelo *IfS*, consiste em lembrar o estilo de vida suntuoso de diversos de seus integrantes, com gastos que possibilitaram aos diretores, Pollock e Horkheimer, terem casas confortáveis com serviços, tirarem férias em locais de algum reconhecimento nos EUA, assim como manterem secretárias multilíngües para o trabalho institucional e a organização e digitação da correspondência. Todavia, a parcela de gastos mais significativa foi aquela reservada à ajuda, em forma de bolsas de estudos e pesquisa, a imigrantes estrangeiros perseguidos na Europa, uma grande parte dos quais dificilmente teria, sem a ajuda do *IfS*, sobrevivido à Segunda Guerra Mundial: como destacado em documento marcado como “confidencial”, o montante de US\$ 200.000 foi alocado para esses gastos durante o período anterior

quanto face a esses entraves, Horkheimer tomou uma série de decisões incertas que contribuíram para agravar o problema. Entre elas esteve a demissão de Erich Fromm, figura central para a visibilidade dos trabalhos do *IfS* nos EUA, e, igualmente, a tentativa de levar outros membros do núcleo original a encontrar trabalho alhures (como os casos de Neumann, Marcuse e Löwenthal), quando também Neumann acabou por atingir notoriedade na comunidade acadêmica estadunidense, sendo inclusive nomeado professor na Columbia University ao final da década de 1940, antes de falecer precocemente em um acidente de carro, em 1954. Essas decisões foram estrategicamente bastante prejudiciais aos planos e projetos posteriores, somando-se ao exagerado isolamento preconizado nos primeiros anos após a emigração, bem como à insistência de Horkheimer em dedicar-se, em tempo integral, à preparação das análises que viriam a ser publicadas como a *Dialética do esclarecimento*.

Tal coincidência de acontecimentos decerto contribuiu decisivamente para que fosse imperativo buscar fundos externos para a realização de pesquisas, e, assim, minou de modo significativo parte da autonomia dos trabalhos de pesquisa; não obstante, possibilitou que, por exemplo, a redação da *Dialética* fosse finalizada. Para ilustrar o efeito bola-de-neve engendrado por essas diferentes questões, veja-se como em 1938 o *IfS* decidiu contratar um escritório de publicidade para cuidar das relações públicas e ajudar na divulgação dos variados trabalhos e, dessa forma, reforçar a imagem institucional²⁶⁴. Pode-se notar, portanto, que a falta de uma orientação clara e explícita relativa ao conteúdo e aos objetivos do trabalho teórico, que deve, sem dúvida, ser imputada a Horkheimer, acabou por comprometer uma possível estabilização e expansão de seus integrantes nos EUA. Se é possível argumentar em favor de que ele buscava certa distância na tentativa de evitar que a especificidade de sua reflexão fosse tolhida pelo que observava como o empiricismo das ciências sociais naquele país, fica patente que se chegou a uma perda de controle sobre os rumos a serem tomados, processo que, entendo eu, também colaborou para que se tornasse vital um possível retorno à Alemanha.

e imediatamente após o início da guerra, contemplando uma extensa e diversa lista de intelectuais. Cf. INSTITUT, *Memorandum for P. T.* [...], MHA IX 258a, 1943.

A tentativa – a meu ver, bastante precária – de Harald Homann (“Die Frankfurter Schule im Exil”, 1999) em tentar localizar a influência do exílio sobre a teoria crítica a partir de 1931, ano de criação da sub-sede em Genebra, torna o período estrangeiro tão extenso que praticamente toda a atividade do *IfS* e de seus principais representantes enquanto “integrantes” ou “membros” do que o autor entende por Escola de Frankfurt seria realizada fora da Alemanha, o que também deveria, portanto, impedir a identificação das especificidades de sua influência. Do mesmo modo, alia uma periodização bastante arbitrária em sua divisão tripartite do exílio a erros factuais, como a afirmação de que desde 1941 alguns dos intelectuais, entre eles Benjamin, teriam deixado de receber dinheiro do *IfS*, sem mencionar o fato de que Benjamin falecera em 1940 (cf. *ibid.*, p. 62), o que torna deveras difícil basear-se sobre as contribuições desse texto.

²⁶⁴ Esta medida foi relatada por Horkheimer em carta de 1º de dezembro de 1938, dirigida ao presidente (reitor) da Columbia University, Nicholas Murray Butler. Cf. carta 443 (HGS 16), pp. 516 e 517.

Menciono, antes de me voltar propriamente ao problema de se a formulação teórica sofreu alterações durante esse período, o fato de que o final da década de 1930 presencia a orientação mais explícita e aprofundada para o problema dos governos autoritários e do fascismo, compreendidos no contexto de expansão e mudança interna do capitalismo. Como no restante da obra de Horkheimer, o diagnóstico retoma tanto as mudanças no pensamento, ou seja, no âmbito da filosofia, quanto aquelas no contexto das relações de produção. Constitui, portanto, um traço essencial da teoria, na medida em que desenvolve, nos seus ensaios, precisamente aquele tipo de interação que entende ser a base para que se possa levar a cabo uma crítica ancorada tanto sobre pressupostos concretos históricos quanto munida de saber científico.

Ao final de sua vida, quando colocado, mais uma vez, face à questão de em que medida seu pensamento teria se alterado, é claro ao rejeitar a idéia de que teria ocorrido uma inflexão marcada por uma contradição lógica ou teórica, visto que o abandono de determinadas categorias é parte integrante do movimento reflexivo proposto no esteio do materialismo que se orienta pela história. Nesse sentido, ganha destaque a idéia de que teria mudado seu entendimento acerca da necessidade de que se realizasse a revolução, algo que ancorava sua teoria nos anos 1930 mas, em virtude do modo através do qual se derrubou o nacional-socialismo, adquiriu outros contornos. “*A afirmação que meu pensamento tenha se alterado está correta na medida em que minhas idéias, que visam o melhor do ponto de vista social [sozial Bessere], nunca foram independentes da correspondente situação histórica*”²⁶⁵. Ou seja, dado que pretendia ancorar sua teoria numa crítica negativa da realidade dada, que deveria ter precedência sobre as formulações positivas, colocava como imperativo, ao menos, o reexame dos pressupostos e dos conceitos para averiguar o grau em que permaneciam correspondentes aos fenômenos que procurava interpretar.

Como visto, em paralelo ao enfoque sobre o conhecimento científico e os sistemas filosóficos, a ênfase sobre o problema da cultura ganha força nos trabalhos dos anos 1930 para manter-se como elemento central das investigações de Horkheimer, o que se pode notar, exemplarmente, na obra *Dialética do esclarecimento*, percorrendo muitos de seus escritos e reflexões. O fato de colocar esse ponto no mesmo patamar de questões ‘internas’ ao empreendimento científico, bem como de temas políticos, para citar um dentre tantos

²⁶⁵ HORKHEIMER, Max, “Neues Denken über Revolution” (HGS 7), 1985 [1971d], p. 416. O problema da revolução reaparece em uma conversa com Gerhard Rein, onde, no contexto de sua interpretação da dialética entre liberdade e igualdade/justiça (*Gerechtigkeit*), Horkheimer menciona que, se a revolução parecia constituir uma alternativa objetivamente válida no início do século, essa idéia deve ser matizada para o período posterior aos anos 1950. Cf. *id.*, “Das Schlimme erwarten und doch das Gute versuchen” (HGS 7), 1985 [1972 / 1976], pp. 458-460.

exemplos, deve ser derivado, em parte, do lugar ocupado pela cultura na socialização do indivíduo e, igualmente, pelo papel que ela, no sentido forte e não-afirmativo, deve exercer. Assim é que, em palestra radiodifundida de 1949, afirma: “*Não há ciência da cultura [Kulturwissenschaft] sem crítica da cultura [Kulturkritik], pois a crítica é a verdade da cultura propriamente dita*”²⁶⁶. Ao desempenhar o papel de referência para a capacidade reflexiva do indivíduo, a cultura ocupa um espaço vital na constituição do ser social em cada momento histórico dado, e é a partir de seu valor que se pode ter a medida da crítica.

A ampliação do objeto da crítica é, sob dois pontos de vista, um marco da teoria crítica formulada por Horkheimer: seja por estender-se a outros temas, à convergência da exposição (*Darstellung*) dialética dos fenômenos culturais e econômicos com um tipo de teoria do conhecimento ou sociologia da ciência, seja, como apresentado em “Teoria tradicional e teoria crítica”, ao fundamentar a importância de que se parta de uma *teoria da sociedade*, que tenha em vista alinhar as variadas esferas que se tornaram a mediação na ciência da sociedade. Ainda que a contribuição da crítica da economia política de Marx seja a mais destacada, Horkheimer reconhece o papel desempenhado pelo positivismo de Saint-Simon nessa trajetória, ao destacar, no curso “Crítica do positivismo”, ministrado por ele em 1954, ter sido o responsável por cunhar a noção de sociedade, fundamentando-a sobre o trabalho humano, na contracorrente das teorias estabelecidas que advogavam o estado (Maquiavel) e o contrato (Rousseau) como a base dessa comunhão²⁶⁷. A crítica contundente que o pensamento horkheimereano dedica ao positivismo do início do século XX, portanto, não o impede de apontar as relações históricas que permitiram ao nascimento dessa corrente científica iluminar o modo de interpretação das relações sociais, auxiliando, inconscientemente, na passagem ao materialismo histórico-dialético, também através de uma segunda exigência: que a ciência contribuísse para a melhoria das condições de existência.

Tal trajetória alcança seu ápice com o início da guerra e leva-o, pela primeira vez, a agregar de modo explícito os problemas do anti-semitismo, da reestruturação da sociedade capitalista e de seu desenvolvimento rumo ao fascismo, bem como das variadas inserções dos cidadãos de religião judaica nessas condições históricas peculiares, elencando-os num

²⁶⁶ HORKHEIMER, Max, “Korreferat [...]” (*HGS 13*), 1989 [1950], p. 17. Pode-se notar, ademais, que o espectro de temas cobertos no interior dos fenômenos culturais foi estendido para abranger, por exemplo, a linguagem (cf. *id.*, “Karl Kraus und die Sprachsoziologie” (*HGS 13*), 1989 [1954a]), que é debatida, na maior parte dos casos, por meio da tentativa de mostrar como, nos diálogos – ou em sua falta – pode-se constatar o conceito superficial de liberdade que acompanha a disseminação da sociedade administrada (cf. *id.*, “Zum Begriff der Freiheit” (*HGS 7*), 1985 [1962a]). Para dois comentários, com ênfases diferentes, acerca da linguagem como um problema nas obras de Horkheimer e Adorno, cf. os artigos de Hermann Schweppenhäuser (“Sprachbegriff und sprachliche Darstellung bei Horkheimer und Adorno”, 1986) e Gunzelin Schmid Noerr (“Wahrheit, Macht und die Sprache der Philosophie [...]”, 1986).

²⁶⁷ HORKHEIMER, Max, “Kritik des Positivismus” (*HGS 13*), 1989 [1954c], pp. 357-365.

mesmo artigo. Recusa a noção de que o fenômeno do anti-semitismo teria raízes alemãs, remetendo-o, antes, às bases materiais da dominação e, dessa forma, ligando-o a outras de suas formas de expressão mundo afora, no que formula uma de suas frases mais citadas naquela época: *“Mas quem não quiser falar do capitalismo, também deve calar-se a respeito do fascismo”*²⁶⁸. Como é recorrente em seus artigos, também aqui traz exemplos de como haveria, em diferentes obras da filosofia burguesa, indícios favoráveis à submissão dos seres humanos através de governos autoritários, aliados à necessidade de aumento da produtividade do trabalho, ou seja, irremediavelmente ligados à evolução econômica submetida aos preceitos da exploração e do lucro.

Ao encontrar elementos estruturantes similares na lógica de reprodução capitalista *vis-à-vis* os regimes totalitários, evita nivelá-los por baixo e remover as especificidades, por exemplo, dos sistemas soviético e alemão. Ao definir, portanto, o que denomina de uma forma de *“estado autoritário”*, sustentado pela repressão direta e massiva da população, refere-se tanto aos mecanismos no leste europeu, sob o governo do *“etatismo integral”* ou do *“socialismo de estado”*, quanto ao fascismo, apontando como este ainda reservaria algum espaço às formas de expressão do capital privado. Tendo em vista o fracasso das revoluções, a defesa – se não enfática, ao menos necessária – que Horkheimer realiza do *“capitalismo de estado”* face a esses regimes do terror, advém do ancoramento deste sobre o finado liberalismo. Com isso, procura levar adiante a visada de Marx, sem deixar de criticar os aspectos de sua teoria da história que necessitariam ser reconcebidos. *“A dialética não é idêntica ao desenvolvimento. Dois momentos opostos, a passagem ao controle estatal e a libertação dele, estão unidos no conceito da transformação social. Ela efetua o que também acontecerá sem espontaneidade: a socialização dos meios de produção, a direção planejada da produção, a dominação da natureza até o imensurável. E ela efetua o que jamais ocorrerá sem resistência ativa e preparação sempre renovada da liberdade: o fim da exploração. Um final desses não é mais a aceleração do progresso, mas o salto para fora do progresso. O racional nunca é inteiramente dedutível. Na dialética histórica ele está sempre ancorado na forma da quebra com a sociedade de classes”*²⁶⁹. O enfrentamento crítico do marxismo vulgar, que postulava a existência das etapas históricas que precisariam, de maneira incontornável, serem cumpridas para a concretização do comunismo, é que está em questão; é possível pensar em termos de uma

²⁶⁸ HORKHEIMER, Max, “Die Juden und Europa” (HGS 4), 1988 [1939], pp. 308 e 309. Entre os textos escritos por Horkheimer em que ele toma como ponto de partida para reflexões acerca do anti-semitismo a questão religiosa, ou apresenta resultados preliminares das investigações do *IfS* nos EUA, cf. *id.*, “Antisemitismus [...]” (HGS 5), 1987 [1944 / 1946] e “Zur Klassifikation [...]” (HGS 5), 1987 [1945].

²⁶⁹ HORKHEIMER, Max, “Autoritärer Staat” (HGS 5), 1987 [1940 / 1942], p. 307.

lógica da história, mas essa é, em si própria, igualmente histórica, o que significa não poder ser absolutizada e autonomizada face aos processos concretos da realidade social.

No esteio desse argumento transparece, nitidamente, o nexos entre a teoria crítica da maneira como concebida por Horkheimer e a sua base materialista, ainda no sentido da crítica da economia política. Continua, portanto, sendo inconcebível separar essas que são defendidas como esferas com um elevado grau de autonomia, um juízo ao qual ele se contrapõe decididamente. Ao mesmo tempo, esboça os contornos da possibilidade de transformação contida no aprofundamento das presentes relações de exploração. Afirmar, portanto, que se enredaria em uma espécie de determinismo histórico, que levaria a sociedade a ficar sem alternativas, fechada de maneira aporética, é simplesmente ignorar tanto o entendimento da realidade concreta posta quanto, de pronto, a sua proposta crítica.

3.1 Os laços entre a razão e a ciência reconsiderados

Retomando a periodização de Dubiel, pode-se identificar a guinada dos trabalhos do *IfS*, e particularmente dos escritos de Horkheimer, a partir da década de 1940, observável tanto em termos dos temas abordados, que circundam a anunciada tese do estreitamento de espaço para o exercício da razão em virtude da disseminação da ideologia e dos sistemas de governo e dominação totalitários, quanto a partir do léxico utilizado: “*É verdade que o conceito de ‘teoria crítica’ ainda é empregado nos escritos do início dos anos quarenta (especialmente no volume 9 da SPSS), mas – face a 1937 – com conotações completamente diferentes. Quando o conceito ao menos aparece na Dialética do esclarecimento ou no Eclipse da razão, então em sua maioria com significado idêntico ao de ‘filosofia’*”²⁷⁰. O comentário subsequente de Dubiel, de que inexistiria uma cisão clara em relação ao período anterior, diferente das passagens caracterizadas desde que Horkheimer havia se tornado diretor do *IfS*, deve ser matizado apenas sob um aspecto particular: a reviravolta no andar da história provoca a guinada no objeto concreto de seus estudos, pois atrelava a elaboração de sua teoria ao contexto político de cada momento histórico, no esteio de uma concepção ‘ortodoxa’ de marxismo conforme postulada por Lukács²⁷¹. Dessa forma, a proposta concreta e ‘positiva’ de investigação delineada nos anos 1930 estava, em parte, ancorada sobre o conteúdo da politização que se dera no início do século XX, e que permitia traçar as

²⁷⁰ DUBIEL, Helmut, *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, 1978, p. 107 – aspas no original. Além disso, Dubiel destaca a falta de um programa de pesquisa nos moldes de 1931 e 1937.

²⁷¹ Cf. LUKÁCS, Georg, *História e consciência de classe*, 2003 [1923]. Uma ótima reconstrução das influências de Lukács sobre o pensamento de Horkheimer, destacando convergências e divergências, encontra-se no livro de Maurício Garcia Chiarello (cf. *Das lágrimas das coisas*, 2001, pp. 38-50).

possíveis formas de prática. Diferentemente, face aos regimes totalitários, como ficará claro adiante, em um primeiro momento só lhe parecia factível advogar a defesa da resistência. De fato o que se encontra subjacente à idéia de Dubiel, e deixa de ser desenvolvido, é como, na realidade, essa ausência de cisão em certa medida demonstra que os autores da teoria em momento algum enxergaram a necessidade de uma mudança imanente à teoria, ou seja, do ponto de vista *metodológico*, sendo suficiente deslocar o *objeto* para abarcar aqueles novos temas centrais ao trânsito do capitalismo no andar da Segunda Guerra Mundial.

De toda maneira, se as mudanças no teor dos escritos é facilmente constatável, sugerir a equivalência entre “teoria crítica” e “filosofia” significa subestimar o nexos histórico da ótica horkheimereana. Isso pois, ainda que se trate de uma obra abrangente e fragmentária, que, portanto, foca diversos problemas, a *Dialética do esclarecimento* é fruto da manutenção daquele trabalho crítico preconizado desde que o *IJS* passou a estar sob a direção de Horkheimer. As partes que mais claramente justificam tal interpretação seriam, a meu ver, as passagens referentes à indústria cultural e ao anti-semitismo. Confrontados com aquela realidade, nas palavras de Eva-Maria Ziege, para os autores “a *Dialética do esclarecimento torna-se uma esperança de educação política*”²⁷².

²⁷² ZIEGE, Eva-Maria, *Antisemitismus und Gesellschaftstheorie*, 2009, p. 130, bem como o item que vai da pp. 119-135. Aqueles trabalhos empíricos realizados sob a tutela do *IJS* referentes ao anti-semitismo (*Antisemitism among American Labor*, que ficou conhecido por *Laborstudy*), bem como os estudos sobre o preconceito (*Studies in Prejudice*), foram minuciosamente estudados por Ziege (cf., *ibid.*, pp. 180-228 e 233-260). Ali também estão retratadas as mudanças da primeira para a segunda série das pesquisas mencionadas, em que, no esteio da profissionalização na preparação dos projetos, passou-se de um empreendimento de pequeno porte, diretamente realizado pelo *IJS* e seus integrantes, para um de médio porte, em que se arregimentou outros teóricos, em especial psicanalistas, de modo a cobrir uma maior variedade temática e geográfica. Para ilustrar a diversidade de pessoas incluídas, veja-se que além de Paul F. Lazarsfeld, colaborador antigo do *IJS*, também o sociólogo Edward Shils tomou parte, mesmo que apenas temporariamente, nesses trabalhos. Ambos estudos foram financiados pelas associações judaicas anteriormente mencionadas (*Jewish Labor Committee* e *American Jewish Committee*); essa parceria teve como foco uma estreita associação com as políticas de reeducação, visando combater, praticamente, a reprodução de diversos tipos de preconceito, e que também contou com a cooperação do *National Community Relations Advisory Council (NCRAC)*. No arquivo encontram-se as anotações referentes a uma palestra de 14 de janeiro de 1944 relatando os objetivos e o provável andamento da proposta. Cf. a versão mimeografada sob o título *Report for the N.C.R.A.C. (MHA IX 47.1)*. O tema do preconceito é retomado por Horkheimer no contexto de uma educação emancipadora, como se pode observar em sua fala, de 1961, onde destaca a constatação das bases culturais do pré-julgamento dos negros nos EUA por uma pesquisa que mostra sua inexistência entre as crianças socializadas através de instituições e, portanto, distantes dos pais. Cf. HORKHEIMER, Max, “Über das Vorurteil” (*HGS 8*), 1985 [1961c]. Para a liga de educação e preconceito em Horkheimer, cf., SILVA, Divino José da, *Ética e educação* [...], pp. 210-233. O posterior retorno à Alemanha implicaria uma continuidade dessa articulação entre as ‘hipóteses’ que se originam do trabalho teórico e a realização de diversas pesquisas, ainda que, no contexto de reconstrução do estado alemão, adquirissem, em determinados momentos, uma conotação de planejamento da política governamental em questão. Um caso exemplar a ilustrar esse viés é o dos *Gruppenexperimente*, um estudo que teve como objetivo investigar os elementos autoritários e xenófobos da população alemã, e que levou, até mesmo, a que integrantes do governo cogitassem utilizar os métodos ali desenvolvidos para a seleção de oficiais no exército, uma possibilidade que colocou o *IJS* face a problemas ideológicos e fez com que mantivesse um certo distanciamento do projeto proposto, sem aceitar o contrato. Cf. DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 353-372.

Ademais, procurarei colocar em questão, também, a interpretação esboçada por Dubiel de que os escritos da década de 1940 tenham significado o afastamento da teoria com base no método ou na perspectiva de Marx. Primeiramente, destaca como, para muitos leitores, essa mudança é pouco perceptível em virtude de, durante toda a trajetória desse círculo de autores, os escritos marxeanos apenas raramente terem sido uma referência explícita e citada. Ao mesmo tempo, menciona o fato de que teria deixado de existir uma argumentação, em termos formais, similar àquela de Marx. “*Essa dissociação da crítica da economia como o paradigma metodológico orientador deixar-se-ia observar, de maneira exemplar, no artigo de Horkheimer ‘The Social Function of Philosophy’ (SPSS 8), escrito no final de 1939. O ainda sustentado conceito programático da crítica e da dialética não é mais – como em 1937 – explicado à luz do paradigma da ‘crítica da economia política’, mas sim dos diálogos platônicos*”²⁷³. A meu ver, essa explicação de Dubiel desconsidera parte significativa do esforço feito por Horkheimer, nos artigos dos anos 1930, para que ficasse clara sua compreensão do método dialético que deveria constituir o núcleo da teoria crítica. Indico isso pois, retomando o que foi dito acima acerca de um possível entendimento da ortodoxia do método, a necessidade de colocar em segundo plano os fundamentos ditos *econômicos* para interpretar os processos sociais seria, tão somente, uma expressão das mudanças históricas em curso na sociedade capitalista²⁷⁴. Ou seja, por si só, é insuficiente para justificar um distanciamento do *método* de Marx.

No entanto, pode-se ir mais longe nas ressalvas a esse ponto da interpretação de Dubiel, ao retomar-se o artigo ao qual ele faz referência. Antes de mais nada, há de se ter em mente o eixo do texto em questão: realmente se trata, conforme anunciado no título, de

²⁷³ DUBIEL, Helmut, *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, 1978, p. 112 – aspas e título em inglês no original. A ênfase sobre a continuidade entre esses que são, repetidamente, entendidos como momentos divergentes da teoria, e que procuro sustentar, também está presente em Küsters, mediada pela associação do conceito de crítica à idéia de crise. Cf. KÜSTERS, Gerd-Walter, *Der Kritikbegriff der Kritischen Theorie Max Horkheimers*, 1980, pp. 11-14 e, em especial, nota 1 do capítulo 3 (pp. 24 e 196). Também Chiarello aponta que há elementos nesse sentido, quando diz a respeito de seu trabalho que “*o presente estudo vem a mostrar, contra as interpretações que advogam uma ruptura na obra, que as contradições que marcam a filosofia tardia já se faziam presentes no programa de materialismo interdisciplinar da década de 30, apenas agora radicalizadas. Mais ainda, que a distensão conceitual, que se diagnostica amiúde na filosofia tardia como sobreposição de dois movimentos contrastantes, é antes um leitmotiv da obra, que se faz sentir, de fato, desde o seu começo. O que não impede reconhecer que a radicalidade introduzida na teoria a partir da Dialética do esclarecimento configura, efetivamente, um ponto de inflexão a mudar o perfil da obra*”. CHIARELLO, Maurício Garcia, *Das lágrimas das coisas*, 2001, p. 20.

²⁷⁴ Além disso, destaco o fato de que a “crítica da economia política” está subjacente às análises presentes na *Dialética do esclarecimento*. A noção de um distanciamento dessa concepção, que também adentrou parte das interpretações brasileiras acerca desse processo (cf., por exemplo, NOBRE, Marcos, “Max Horkheimer [...]”, 2008), é equivocada na medida em que o processo de mercadorização da cultura (através de indústria cultural), da conseqüente reificação de diversos fenômenos culturais, bem como de uma atualização da crítica econômica (veja-se, por exemplo, a questão explicitada concretamente através da teoria dos *Rackets*) apontam que essa perspectiva se manteve como um dos pilares da teorização.

discutir a função social da *filosofia*, ou seja, de certa maneira aprofundar a contribuição que cabe a essa forma de pensamento, divergente das ciências positivas e citada desde o início de sua teorização como um dos pilares de sua proposta intelectual. Após partir das diversas implicações evidentes que decorrem das ciências, Horkheimer fundamenta a especificidade do modo através do qual essa ótica atua socialmente. “*A verdadeira função social da filosofia reside na crítica ao existente. [...] O objetivo principal dessa crítica é impedir que os humanos se percam nas idéias e formas de comportamento, que a sociedade lhes inculca em sua atual organização. Os humanos devem aprender a ter consciência [einsehen] do nexo entre suas atividades individuais e o que é alcançado através delas, entre sua existência particular e a vida geral da sociedade, entre seus projetos diários e as grandes idéias que reconhecem. A filosofia desvela a contradição em que eles se enredam, conquanto estejam, em seu cotidiano, coagidos a ater-se a idéias e conceitos isolados*”²⁷⁵. Estabelece, dessa forma, que não lhe cabe explicar a realidade da forma como ela existe, nem elaborar, de maneira imediata, algum aparato para modificá-la; manifesta-se, de outra maneira, a busca de uma ponte entre as contribuições dos métodos científicos e da perspectiva filosófica, tema este explicitado desde o discurso inaugural na década de 1930.

Dado o histórico de suas polêmicas com as variadas correntes filosóficas, quando estipula essa função está pensando, por óbvio, em uma determinada orientação que se distancie de permanecer na formulação daquelas idéias abstratas a que faz referência em diversos textos, conforme visto acima, mas que desça à terra e, assim, possibilite, através de seus juízos, um direcionamento rumo à sociedade racional. “*A despeito do importante papel que a investigação de problemas sociais, expressa ou inexpressamente, consciente ou inconscientemente, desempenha na filosofia, queremos enfatizar, mais uma vez, que sua função social não consiste nisso, mas no desdobramento do pensamento crítico e dialético. Filosofia é a tentativa, metódica e obstinada, de levar razão ao mundo [...]*”²⁷⁶. Tal escopo da filosofia representa aquele visado por Horkheimer e que, portanto, deve ser integrado à

²⁷⁵ HORKHEIMER, Max, “Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie” (HGS 4), 1988 [1940a], p. 344.

²⁷⁶ HORKHEIMER, Max, “Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie” (HGS 4), 1988 [1940a], p. 347. Com esse passo, marca a diferença, por exemplo, em relação àqueles que procuram “vender” a filosofia como um tipo particular de ciência, ou, pelo menos, mostrar que ela seria muito útil para as ciências especializados. Nessa forma, ela deixaria de ser crítica para tornar-se serva da ciência e da sociedade como um todo. Um ponto de vista desses se filia à tese de que um pensamento que transcenda as formas dominantes de atuação científica, e, com isso, o horizonte da sociedade existente, seria impossível”. *Ibid.*, p. 341 – aspas no original. A crítica a Mannheim está nas pp. 341-344. Ainda neste número da *Zeitschrift für Sozialforschung*, Horkheimer publicou um texto (“Psychologie und Soziologie im Werk Wilhelm Diltheys” (HGS 4), 1988 [1940b]), em que aproxima a teoria diltheyana da filosofia de Hegel, por aquele dar a devida atenção a que se busque compreender uma totalidade de problemas, e não somente alguns pontos observados isoladamente, ao mesmo tempo em que afirma ter a supremacia da percepção individual levado a uma exagerada psicologização das percepções humanas.

elaboração da teoria da sociedade. Além de configurar uma ótica particular no interior das escolas filosóficas, também diverge da sociologia, em especial da acepção mannheimeana de ideologia, que considera todo e qualquer juízo *ideológico*, na medida em que está ancorado no ser (*seinsgebunden*), o que exacerba o ângulo de um tipo de relativismo social, visto que apenas reconhece a verdade de um grupo social, ignorando a realidade histórica concreta e particular a cada época. É a isso que se contrapõe o método dialético que, notadamente, incorpora a noção de movimento ao seu diagnóstico.

Se ainda poder-se-ia afirmar alguma vagueza dessa noção, é patente que, de fato, no artigo em questão reside um esforço em concretizar e estabelecer, do modo mais pertinente, tanto o conteúdo quanto o papel que caberiam ao tipo de questionamento defendido. “*O que, porém, entendemos por crítica, é aquele esforço intelectual e, enfim, prático, de não aceitar irrefletidamente e por puro costume as idéias, maneiras de agir e condições sociais dominantes; o esforço de harmonizar as diferentes faces da vida social umas com as outras e com as idéias e os fins de uma época, derivá-los geneticamente, separar a essência e a aparência uma da outra, investigar os fundamentos das coisas, em suma, realmente conhecê-las*”²⁷⁷. Estabelece, desse modo, duas frentes de batalha: enquanto enfrenta o que toma por relativismo sociológico, de um lado, também combate a idéia de um positivismo social, igualmente vista no capítulo anterior, que se restringiria a buscar as explicações e conexões causais para determinados fenômenos, sem, no entanto, refletir simultaneamente acerca da origem e das implicações daqueles processos sociais em voga.

Diferentemente do que afirmam alguns intérpretes, o fato de dedicar tal espaço a esmiuçar as tarefas da filosofia não significa que o projeto de uma teoria crítica estivesse sendo deixado em segundo plano; antes, adquire o significado de localizar o papel que caberia a essa forma de pensamento, situá-la no âmbito desse plano teórico mais amplo. Dar um salto de sua longa e precisa exposição acerca do significado histórico, concreto e, ao mesmo tempo, atual da filosofia, para o entendimento de que sinalizaria uma guinada no papel atribuído à teoria e ao pensamento na perspectiva de Horkheimer beira a falta de rigor na leitura dos textos. Isso pode ser derivado a partir da seguinte passagem: “*Hoje, porém, a utopia não é mais a forma filosófica apropriada para tratar o problema da sociedade. Reconheceu-se que as contradições do pensamento não podem ser abolidas pela pura reflexão teórica. Para isso é necessário, antes, um desenvolvimento histórico, do qual não temos como escapar de modo pensante*”²⁷⁸. Pode-se observar, portanto, como estão fora de

²⁷⁷ HORKHEIMER, Max, “Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie” (HGS 4), 1988 [1940a], p. 350.

²⁷⁸ HORKHEIMER, Max, “Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie” (HGS 4), 1988 [1940a], p. 348.

discussão a pertinência da filosofia, e, analogamente, o seu escopo. Atingir a totalidade ou completude da atividade reflexiva passa ao largo de seu empreendimento intelectual, ainda que, por conta da tarefa que cabe àquela, seja igualmente impensável abdicar dela.

* * *

Tanto este período quanto o que será analisado no capítulo final desta tese constituem uma contraprova face à noção de que teria havido um distanciamento entre a teoria e a pesquisa empírica na atividade dos integrantes do *IfS*. Se isso ocorreu em alguma medida, como afirma Jay²⁷⁹, em relação ao trabalho compreendido nas obras *Dialética do esclarecimento* e *Eclipse da razão*, entendo que tal interpretação se deve a uma espécie de falta de clareza ou foco na compreensão dos trabalhos institucionais. Isso pois pressupõe uma determinada expressão textual da unidade entre teoria e empiria que jamais existiu na pesquisa do *IfS*, e, ainda menos, no trabalho dos dois autores mencionados por Jay. Se os fatos (a empiria) eram material fundamental para construir certos diagnósticos, tratava-se do movimento reflexivo que pressupunha sua interação mútua, um como condição *sine qua non* ao outro, sem que ambos tivessem de coincidir temporalmente, sem que a *produção de conhecimento*, por assim dizer, ocorresse em blocos que teriam de contemplar, concomitantemente, as faces sob as quais a pesquisa e a reflexão poderiam expressar-se.

Curiosamente, convém notar que Ziege, malgrado o extenso contato que teve com os resultados das pesquisas do *IfS*, incorre no mesmo engano de Jay, externando a surpresa com a trajetória tomada no âmbito da migração. “*Como um Instituto filosoficamente dominado conseguiu, com sucesso tão surpreendente, ser redirecionado à pesquisa empírica, é um fenômeno que carece de explicação. Muitos outros cientistas sociais emigrados para os EUA, que, à primeira vista, estavam substancialmente menos*

²⁷⁹ “Um traço interno similar destruiu a esperança do Instituto com relação à unidade entre a teoria e o trabalho empírico nos anos 1940. Ainda que nunca reconhecido em forma impressa, as análises teóricas de Horkheimer e Adorno na *Dialética do esclarecimento*, no *Eclipse da razão* e na *Minima Moralia* eram muito diferentes, em termos de intenções e conclusões, do trabalho empírico levado adiante sob a direção do Instituto em Estudos sobre o preconceito, especialmente em A personalidade autoritária”. JAY, Martin, “The Frankfurt School in Exile”, 1985 [1972b], p. 35 – grifos no original.

No mesmo sentido Rahel Jaeggi (“Dialektik der Aufklärung [...]”, 2006, p. 249), deixando em segundo plano o trabalho posterior do *IfS*, afirma, em breve comentário à obra, que a *Dialética do esclarecimento* “[...] marca um direcionamento central da teoria crítica, o rompimento com o programa de pesquisa materialista interdisciplinar do antigo Instituto e dos escritos programáticos da época de fundação”.

Para uma listagem dos projetos de pesquisa propostos no exterior pelo *International Institute of Social Research*, como ele foi rebatizado, cf. *MHA* IX 59.1. Horkheimer, por exemplo, retoma as duas grandes pesquisas sobre o preconceito e sobre a personalidade autoritária para iluminar o problema da relação entre autoridade e família aproximadamente quinze anos após o primeiro estudo coletivo realizado pelo *IfS*. Cf. HORKHEIMER, Max, “Autorität und Familie in der Gegenwart” (*HGS* 5), 1987 [1947 / 1949].

filosoficamente ‘carregados’ [‘vorbelastet’], *jamais obtiveram êxito. Por que o filósofo Horkheimer?*”²⁸⁰. Apesar de ela apresentar seis hipóteses explicativas para tal desenlace, que vão do reconhecimento de que Marx já utilizava enquetes até o fenômeno weberiano da *Veralltäglichung*, ou seja, da adaptação a um determinado cotidiano, que teria trazido à frente, no contexto estadunidense, a inserção no empreendimento científico local, mostra-se incapaz de apreender a diferença entre a *certificação formal* e a *prática intelectual concreta* na trajetória acadêmica de Horkheimer, que o levou, durante todo o seu trabalho à frente do *IfS*, a manter uma posição crítica face aos dados empíricos sem, no entanto, abster-se de fomentar seu emprego para o desenvolvimento da teoria. Por sinal, muito além de apenas recorrer à pesquisa empírica, ela representava, antes, um componente indispensável de sua proposta materialista, que tinha um de seus pilares na análise da concretude histórica.

Além disso, é razoável supor que se trataria antes de um problema de recursos materiais do que de mudança de concepção: enquanto desde a década de 1930 o *IfS* tinha à disposição os meios para manter sua independência na organização de trabalhos empíricos, após a emigração houve uma mudança no cenário, que dificultou sobremaneira a manutenção dessas atividades nos moldes em que ocorrera até então. Como poderá ser visto adiante, após o retorno à Alemanha, com o fim da Segunda Guerra, a orientação de realizar ambas vertentes da pesquisa foi retomada, mostrando que se tratara primordialmente de uma limitação em termos de escopo. Todavia, se ocorreu esse freio na abrangência e na quantidade das pesquisas empreendidas, a obra examinada a seguir resulta do longo trabalho compreendendo tanto os dados de pesquisas levadas a cabo quanto a reflexão crítica acerca deles.

Aproveito para, de início, deixar claro que discordo da interpretação, amplamente difundida, de que a *Dialética do esclarecimento* possa ser considerada uma obra que demonstre o pessimismo da teoria crítica²⁸¹; antes de passar à discussão desse debate, vale

²⁸⁰ ZIEGE, Eva-Maria, *Antisemitismus und Gesellschaftstheorie*, 2009, p. 47 – aspas no original.

²⁸¹ Para este entendimento basta confrontar, entre outros, os textos de Martin Jay (“The Frankfurt School in Exile”, 1985 [1972b], pp. 54-55), Helmut Gummior e Rudolf Ringuth (*Max Horkheimer*, 1983 [1973], pp. 54, 71 e 110), Wolfgang Bonß e Axel Honneth (“Einleitung: Zur Reaktualisierung der Kritischen Theorie”, 1982, p. 12), Wolfgang Bonß e Norbert Schindler (“Kritische Theorie als interdisziplinärer Materialismus”, 1982, pp. 39, 60 e 61), Clemens Albrecht (“Die kultur- und bildungspolitischen Pläne”, 1999b, pp. 97 e segs.) e Hartmut Rosa (“Anfänge der bürgerlichen Geschichtsphilosophie”, 2006, p. 212). Se Rolf Wiggershaus (*Die Frankfurter Schule*, pp. 364-383) evita utilizar o termo “pessimismo”, ainda assim interpreta a obra de maneira não-dialética, ao considerar que, ali, estaria disposto o diagnóstico de uma sociedade fechada, totalmente dominada, e sem alternativa alguma de escapar à auto-destruição. Analogamente, no quinto capítulo de seu *Discurso filosófico da modernidade*, Habermas denomina esta obra, que ele vê como originada no esteio de De Sade e Nietzsche, de o “*livro mais negro*” escrito por Horkheimer e Adorno. Cf. HABERMAS, Jürgen, “Die Verschlingung von Mythos [...]”, 1985, p. 130. Barbara Brick e Moishe Postone (cf. “Kritischer Pessimismus und die Grenzen des traditionellen Marxismus”, 1982, pp. 215-232) consideram que, muito mais do que uma guinada, o correto seria ver o pessimismo como aspecto constituinte da teoria crítica, que apenas teria se acentuado ao longo do tempo, sem que pudesse ser atribuído especificamente, por exemplo, ao nacional-socialismo ou ao stalinismo.

introduzi-lo através da remissão ao fato de que Honneth localiza a presença de um “*pessimismo da filosofia da história* [geschichtsphilosophischer Pessimismus]” na obra de Horkheimer já no início da década de 1940²⁸². Para tanto cita, entre outros, os artigos “Arte e cultura de massa”, de 1941, e “O fim da razão”, de 1942, em que seria possível encontrar fontes para tal interpretação. Procurarei demonstrar sucintamente que, após uma leitura atenta dos textos em questão, é difícil compreender de onde adviria essa conclusão²⁸³.

Deve-se registrar que essa posição sofre uma alteração no próprio entendimento que Horkheimer tem acerca de sua obra. Tanto em termos semânticos quanto teóricos, o período em que esteve trabalhando intelectualmente no *IfS* ou na universidade demonstra o que se poderia denominar, simplesmente, de “materialismo”, ou seja, o esforço em analisar a realidade existente para traçar as forças que sustentam determinados movimentos da história, confrontando, sempre, as condições espirituais e materiais em cada um desses momentos, e enfatizando as contradições que lhe estão subjacentes, quando as houver. Ao final de sua vida, no entanto, se a ótica sobre essa constelação de problemas permanece, ele inicia um contato mais próximo com o conceito de pessimismo, fazendo com que, inclusive, chegue ao ponto de afirmar ter tido momentos pessimistas no período anterior à emigração, e relacionando-os com a influência de Schopenhauer, cujas reflexões caracteriza da seguinte maneira: “*O seu pensamento não é tão pessimista quanto a absolutização da ciência*”²⁸⁴.

²⁸² HONNETH, Axel, “Kritische Theorie [...]”, 1990 [1987], pp. 39 e 40.

O organizador das obras completas de Horkheimer limita-se a restringir o pessimismo, de modo que abarcaria apenas as possibilidades de realização do socialismo, desembocando nas teses do capitalismo de estado e dos grupos de *racket*. Cf. NOERR, Gunzelin Schmid, “Nachwort [...]” (*HGS* 5), 1987b, p. 439.

²⁸³ Os textos citados foram publicados originalmente em inglês no periódico sucessor da *Zeitschrift für Sozialforschung*, a *Studies in Philosophy and Social Science*, com os títulos de “Art and mass culture” e “The end of reason”, ainda que tenham sido escritos originalmente ou simultaneamente em língua alemã. Os títulos em alemão diferem, sendo respectivamente “Neue Kunst und Massenkultur” (Arte nova e cultura de massa) e “Vernunft und Selbsterhaltung” (Razão e auto-preservação). A crítica de Honneth a eles também pode ser encontrada em *Kritik der Macht*, 1985, pp. 44-46.

A dificuldade encontrada para entender o argumento reside, sobretudo, no fato de que gostaria de poder rejeitar duas possíveis explicações: (i) a de que a leitura de Honneth simplesmente abdica da dialética, sendo incapaz de aprofundar-se no argumento de Horkheimer; (ii) a possibilidade de que ele partiria, para formular seu juízo, da simples contraposição entre o espaço dedicado a apresentar um mundo sombrio e fortemente mecanizado e aquele onde são indicadas as saídas ou alternativas presentes. Deixarei, igualmente, de me estender sobre o fato de que a noção de uma sociedade *totalmente* integrada significaria, por si só, a eliminação do espaço para o esboço da teoria no sentido definido por Horkheimer, ou seja, pressuporia uma *contradictio in adiecto* intransponível em seu pensamento.

²⁸⁴ HORKHEIMER, Max, “Schopenhauers Denken [...]” (*HGS* 7), 1985 [1971c], p. 252. A exposição dessa ligação encontra-se em duas conversas mantidas com Gerhard Rein e outra com Claus Grossner. Cf., respectivamente, HORKHEIMER, Max, “Erinnerung an Paul Tillich” (*HGS* 7), 1985 [1967a], p. 276; *id.*, “Das Schlimme erwarten und doch das Gute versuchen” (*HGS* 7), 1985 [1972 / 1976], p. 461 e 467; *id.*, “Zur Zukunft der Kritischen Theorie” (*HGS* 7), 1985 [1971e], p. 433. Como é relatado em mais de uma conversação, o “vínculo” com a filosofia schopenhaueriana é antigo, tendo sido um dos primeiros filósofos a ser lido por Horkheimer ainda na adolescência; evidentemente, transborda o escopo deste trabalho investigar mais a fundo essa relação. Para outras referências, ver as suas falas “Schopenhauer und die Gesellschaft” (*HGS* 7), 1985 [1955a] e “Die Aktualität Schopenhauers” (*HGS* 7), 1985 [1961a], bem como o livro de Maurício Garcia Chiarello (cf. *Das lágrimas das coisas*, 2011, pp. 193-224).

Além disso, argumentará repetidas vezes em favor da atualidade de seu pensamento, que anteciparia diversas questões do mundo contemporâneo, destacando, por isso, que ele teria ganhado em importância com o rumo tomado pela história da civilização capitalista. Assim, o que denomina de um tipo de “*pessimismo teórico*” precisaria ser entendido no contexto de avançar apontamentos em relação aos limites colocados em cada momento histórico específico, ou seja, uma noção de pessimismo que é deveras particular – algo que Honneth deixa de frisar. Finalmente, é fundamental que se tenha em conta como Horkheimer, quando menciona essa disposição, a encadeia com o complemento de haver um “*otimismo prático*”, querendo dizer com isso, no esteio de seu entendimento de Schopenhauer, que aquele tipo particular de pessimismo se refere única e exclusivamente a que o andar da história encontra-se em aberto, de modo que é preciso raciocinar em termos de prática intelectual e política para que se possa adquirir um posicionamento perante o transcurso da existência, sem conceder um encaminhamento garantido para as questões da humanidade.

Cabe salientar que a noção de que se estaria face a um mundo sombrio, com poucas alternativas de saída, é, de fato, uma interpretação possível e plausível desses textos, que adiantam uma série dos pontos e temas tratados na *Dialética do esclarecimento*: explicitamente marcados pela ascensão do autoritarismo e pelo terror exercido no contexto da Alemanha nacional-socialista, apenas constituiriam um simulacro da teoria crítica, a submissão aos ditames de um pensamento científico obtuso, para não dizer a negação final do projeto teórico anunciado em 1931, caso permanecessem restritos à enumeração de relações causais e à busca de explicações livres de valores. Ou seja, nesse sentido, documentam um determinado momento histórico e expressam, genuinamente, a proposta crítica delineada como a tarefa intelectual do presente. Porém, daí a poder considerá-los

Quanto ao pessimismo, ver a seguinte passagem, onde Horkheimer faz referência à nostalgia (*Sehnsucht*) que aparece com tanta frequência em sua justificativa da abstratividade do futuro: “*Com sua postura em última instância negativa ligar-se-ia o que, aqui em Frankfurt, é conhecido por ‘teoria crítica’.* [...] *Com o pessimismo teórico poderia combinar-se uma prática que não seja inotimista [unoptimistisch], que, mesmo considerando o mal universal, procure melhorar o possível apesar de tudo*”. HORKHEIMER, Max, “Pessimismus heute” (*HGS* 7), 1985 [1971a], p. 232. Sobre a dialética entre o “*pessimismo teórico*” e o “*otimismo prático*” cf., ainda, *id.*, “Zur Psychologie des Totalitären” (*HGS* 8), 1985 [1954a], p. 77, bem como Gérard Raulet, que aproxima uma forma particular de crítica ao recurso pessimista da formulação de Schopenhauer, destacando que Horkheimer se manteve distante de sucumbir à resignação (“*Kritik der Vernunft und kritischer Gebrauch des Pessimismus*”, 1986, pp. 31-36 e 41-49).

O espírito da época parecia levar a que esse viés estivesse presente em diversos pensadores, variando o modo através do qual se relacionavam com essa questão. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem no texto de Curtius: “*Pessimismo e otimismo são reações sentimentais à totalidade da vida. Elas estão condicionadas pelo temperamento e pela ótica do observador. A vida é, ao mesmo tempo, boa e ruim. Ela é criação, florescer, maturidade, mas também dissolução, apodrecimento, morte. Uma verdadeira postura espiritual filosófica pode, portanto, ser apenas aquela que vê e contempla ambos aspectos. O otimismo cultural dos séculos XVIII e XIX é unilateral, mas justamente por isso o pessimismo cultural contemporâneo também o é. Faz parte da biologia da cultura, que o declínio e a renovação substituam um ao outro*”. CURTIUS, Ernst Robert, *Deutscher Geist in Gefahr*, 1932, p. 27.

como reduzindo a dinâmica social da época a uma sociedade hermética ou totalmente integrada ainda há uma distância considerável, visto que o diagnóstico esboçado não permite que se infira o fim da história.

A partir disso, o texto acerca do fim da razão leva adiante a idéia esboçada em “A função social da filosofia”, na medida em que contrapõe a razão do modo como se encontra em expansão naquele momento e a tarefa que lhe caberia historicamente. Fundamenta, desse modo, a distinção entre a razão objetiva e a razão subjetiva que será apresentada por Horkheimer em *O eclipse da razão*, e antecipa o conteúdo representado pela racionalidade instrumental. O processo que leva a tal caminho, assim como traçado em “Autoridade e família”, parte da posição dos sujeitos em meio ao processo produtivo, contrapondo, agora, o conceito de liberalismo ao do capitalismo de estado e de uma sociedade planificada, com base nos artigos de Pollock publicados no mesmo número da *Studies*. A noção de auto-preservação é, assim, também enfocada no bojo de sua transformação, de uma preservação ampla das condições de existência para uma de caráter individual e apenas egoísta.

Ainda que haja esse diagnóstico, ele não desemboca no fechamento, no que poderia ser denominado do fim da história, como pode ser observado, por exemplo, na seguinte passagem: “*Com a deterioração [Verfall] do eu e sua razão reflexiva [reflektierende Vernunft], as relações humanas se aproximam de uma fronteira, em que a dominação de todas as relações pessoais pelas econômicas, a mediação universal da vida conjunta através da mercadoria, tornam-se um novo modo de imediatez*”²⁸⁵. Pode-se notar como o

²⁸⁵ HORKHEIMER, Max, “Vernunft und Selbsterhaltung” (*HGS* 5), 1987 [1942], p. 339 – grifo meu. Há outras duas citações que ilustram a ligação entre o processo produtivo, o indivíduo e a teoria: “*Com o desaparecimento da existência autônoma na economia, desaparece o próprio sujeito como unidade sintética*”. “*O pensamento reflexivo e até mesmo a teoria perdem em significado para a auto-preservação*”. *Ibid.*, respectivamente pp. 336 e 338. Para o artigo sobre a cultura de massa, remeto à seguinte passagem: “*Há tempos em que a crença no futuro da humanidade apenas pode ser adquirida na resistência descompromissada [kompromißlos] contra a reação dos seres humanos. O presente é um desses tempos*”. *Id.*, “Neue Kunst und Massenkultur” (*HGS* 4), 1988 [1941b], p. 427.

A idéia de uma *tendência* presente no processo histórico e que, portanto, é passível de ser revertida no âmbito do desenrolar da dinâmica social, também está expressa na *Dialética do esclarecimento* e mantém-se em sua teorização, mesmo que com algumas alterações em termos do conteúdo e das expectativas presentes no diagnóstico, até os últimos anos de sua vida. Cf., respectivamente, *id.* e ADORNO, Theodor W., *Dialektik der Aufklärung* (*HGS* 5), 1987 [1944], p. 22 e HORKHEIMER, Max, “Zur Kritik der gegenwärtigen Gesellschaft” (*HGS* 8), 1985 [1968b], pp. 324 e 328. A exceção talvez seja a palestra “Teoria crítica ontem e hoje”, ministrada em Veneza sob o impacto da morte de Adorno, um fato que o próprio Horkheimer afirma, ao início da fala, como um elemento que pode ter prejudicado o argumento. No decorrer do texto ele oscila entre os variados rumos da teoria crítica, que passaram por mudanças no decorrer do tempo, sem, no entanto, suspender a atividade crítica que caberia ao pensamento teórico. Cf. *id.*, “Kritische Theorie gestern und heute” (*HGS* 8), 1985 [1969 / 1972], p. 340 e pp. 345 e segs.

Essa problemática é tributária de um debate que também se faz presente na interpretação da teoria da mudança social em Marx e Engels, onde lhes é imputada a noção de o socialismo constituir o *destino* e não uma *possibilidade* da humanidade (cf., por exemplo, BARROS, José D’Assunção, “O conceito de alienação no jovem Marx”, jun. 2011, em especial p. 227), o que tomo por equivocado na medida em que, mais uma vez, pressuporia a refutação da dialética e do movimento histórico.

que está em jogo é uma tendência em curso, mas que, justamente por ter o caráter de processo e estar em andamento, tem a capacidade de ser impedida. Verter esse entendimento numa aporia tanto factual quanto teórica constitui, simultaneamente, um curto-circuito e um reducionismo conceitual, uma suposição que, ademais, é imputada por Honneth à formulação teórica de Horkheimer.

Retomando a consideração anteriormente feita, a discordância se fundamenta em dois níveis: (i) em termos de conteúdo e inserção histórica, de fato tão somente uma leitura rasa dessa obra é que permite chegar a uma conclusão desse tipo; (ii) do ponto de vista epistemológico, parece-me ser tributário de um diagnóstico não-dialético classificar o seu juízo daquela situação recorrendo aos termos “pessimismo” ou “integração total”:

(i) a partir do contexto de guerra, do anti-semitismo, do anti-teorismo e, finalmente, do extermínio de massas, ainda assim os autores conseguem vislumbrar a realização da razão; esse tema é que, na verdade, predomina, em termos de teoria dialética, na obra, ainda que, no que se refere à extensão ou ao conteúdo, a avaliação crítica da realidade concreta ocupe a maior parte do espaço. É evidente a impraticabilidade de se exigir que, nos tempos atuais, se consiga ter perante os olhos toda a dimensão histórica daquele contexto, embora, ainda assim, seja possível realizar o exercício de observar a teorização à sua luz;

(ii) a idéia de uma história terminada ou fechada implicaria, necessariamente, a rejeição total ou a superação da dialética, tendo em vista que esta contém, em si própria, a idéia do movimento da história e das contradições; o pressuposto de que Horkheimer pudesse fundamentar sua teoria sobre uma impossibilidade lógica e incorrer numa contradição nos termos que, diga-se de passagem, seria insolúvel e aporética sem ter caráter dialético, supõe uma espécie de curto-circuito em seu pensamento e em sua argumentação. Destarte, mais do que presumir, ele observa – o que também aponta a proximidade com um enfoque empírico-teórico – o elevado grau de administração, sem que ele engesse o real.

Remetendo aos termos de Horkheimer, fica evidente que ele, quando muito, assume que possa estar face a uma realidade pessimista ou que se apresentem fatos pessimistas – todavia, de modo algum implica que sua teoria possa estar assim caracterizada. O primeiro momento em que isso se expressa é no já citado artigo sobre o ceticismo, no qual se contrapõe ao viés no qual o ceticismo teria desembocado no interior e sob a pressão da sociedade do capitalismo monopolista. *“A diferença, aqui, consiste em que a teoria crítica que defendemos, em contraposição ao ceticismo, não faz do acesso à mesquinhez do existente um absolutismo anti-teórico, mas, até mesmo em meio às constatações*

pessimistas, deixa-se guiar pelo interesse inabalável em um futuro melhor”²⁸⁶. Deve-se destacar, por certo, que essa esperança de modo algum se origina de uma crença no devir da história, comportando, antes, o espaço para a possibilidade da prática humana entendida no contexto de um exercício da resistência e, no longo prazo, da razão.

A recepção que tem predominado se baseia na interpretação de Habermas que contemplarei abaixo. Na realidade, mais do que apenas mediar o modo de entender esta obra, ele propõe uma linha interpretativa para as aporias em que a teoria crítica teria se enredado e que, portanto, precisariam ser sanadas através do recurso a outros desenhos teóricos, que Habermas busca, acima de tudo, na fundamentação de uma ação comunicativa, cujo substrato adviria da conexão entre o que denomina de uma “teoria da ação” formulada por Weber com as contribuições oferecidas pela teoria dos sistemas de Talcott Parsons, que, apoiadas sobre alguns estudos da linguagem e do signo, tornariam possível traçar uma nova teoria social (*Gesellschaftstheorie*). Para se contrapor a essa idéia, parece-me importante colocar a proposta da teoria crítica da sociedade, em particular como

²⁸⁶ HORKHEIMER, Max, “Montaigne und die Funktion der Skepsis” (*HGS 4*), 1988 [1938a], p. 294. Orientação similar, retomando inclusive as raízes do autoritarismo sob a cultura política externada no regime da República de Weimar, está presente no artigo sobre o neo humanismo de Siegfried Marck. Cf. *id.*, “Die Philosophie der absoluten Konzentration” (*HGS 4*), 1988 [1938b].

Horkheimer procura, sempre, distanciar a noção de “esperança”, que se acha como pano de fundo de suas idéias, face a toda e qualquer veia metafísica ou mística, bem como a separa do transcendentalismo de cunho religioso, distinguindo, até mesmo, entre “esperança” (*Hoffnung*) e “confiança” (*Zuversicht*) em um futuro melhor. Isso se torna mais marcante ao final de sua vida, em especial a partir da década de 1960, em que enfrenta criticamente a teologia para apontar os elementos de resistência passíveis de serem encontrados na crença, contanto que estes tenham algum fundamento material e não se percam na mera justificativa de um ente superior desatrelado da realidade concreta e histórica; reconhece, assim, no debate direto com diversos representantes do poder eclesiástico e também de estudiosos do tema, a relevância de se encorajar, por exemplo, a organização de uma ética. Ao manifestar a preocupação com o processo de racionalização, que também engloba a religião, seu alvo é a cientificização positivista, que despe os elementos religiosos presentes na imaginação de uma outra realidade, ainda que abstrata, de sua validade, e contribui para a inclinação conformista. Sob esse ponto de vista integraria, igualmente, a teoria de Marx e Engels, que se nutriria do caráter idealista que, outrora, ligava o idealismo filosófico alemão à religião; no sentido contrário, Horkheimer também procura apontar o modo como os estudos teológicos sérios precisam estar filosoficamente fundamentados, chegando, em última instância, a pleitear que a *dúvida* faça parte das doutrinas religiosas, que estas, sem sucumbir ao processo de liberalização em curso, saibam lidar com o avanço da ciência. A principal referência teórica quanto a esses temas, para ele, foi seu amigo pessoal, sucessor de Max Scheler em Frankfurt, o filósofo e teólogo Paul Tillich, que emigrou antes da tomada de poder pelos nazistas. Essa temática, que transborda o objeto da presente tese e poderia, por si só, constituir outro trabalho, aparece em variados documentos. Cf., dentre outras publicações originadas de falas públicas e protocolos de discussão: “Theismus – Atheismus” (*HGS 7*), 1985 [1963a]; “Skepsis und Glaube” (*HGS 13*), 1989 [1963a]; “Das Ende einer Illusion? Religionskritik heute” (*HGS 13*), 1989 [1963b]; “Religion und Philosophie” (*HGS 7*), 1985 [1967b]; “De Anima” (*HGS 7*), 1985 [1967c]; “Wahrheit im Denken” (*HGS 13*), 1989 [1968a]; “Die Funktion der Theologie” (*HGS 7*), 1989 [1969b]; “Über den Zweifel” (*HGS 7*), 1985 [1969c]; “Der Preis der Aufklärung” (*HGS 13*), 1989 [1970b]; “Bemerkungen zur Liberalisierung der Religion” (*HGS 7*), 1985 [1971b]. Para um tratamento específico destas questões, remeto ao ótimo artigo de Matthias Lutz-Bachmann (“Humanität und Religion”, 1986, pp. 113-123). Mauricio Garcia Chiarello (cf. *Das lágrimas das coisas*, 2001, p. 22 e capítulo 4) aponta como, ainda que com ênfases diferentes, o tema da religião atravessa toda a obra de Horkheimer, desde os escritos de juventude até os mais tardios.

Horkheimer a desenhou, em dois “níveis”: o da *crítica imanente*, que procurava acolher o debate epistemológico, o que a situava, de certo modo, na querela do que hoje se denominaria de “campo” ou “sistema” científico; simultaneamente, através da constituição e interação mútuas, tem-se a face política, expressa na *crítica da cultura* (*Kulturkritik*). Para a ‘primeira geração’ da teoria crítica, enquanto embasar cientificamente – ou seja, concreta, histórica e dialeticamente – o conhecimento era um fio condutor, mantinham distância de sucumbir às fronteiras disciplinares, respeitando sua existência sem, no entanto, abrir mão de propor sua inserção no contexto de uma *teoria da sociedade* de caráter abrangente.

Isso posto, passo a discutir a obra *Dialética do esclarecimento*, oriunda de diversas discussões mantidas, acima de tudo, entre Horkheimer e Adorno mas que, também, usufruíram da colaboração, em maior ou menor grau, de Löwenthal e Marcuse, e cujos resultados foram transformados em excertos, aforismos *etc.* A idéia era redigir o texto a tempo do quinquagésimo aniversário de Pollock, pois seria dedicado a ele, mas a amplitude do empreendimento fez com que, chegada a data (1944), o trabalho permanecesse por ser completado, motivo pelo qual acabou sendo tipografado em quinhentos exemplares e distribuído pelo *IfS* sob o título de *Fragments filosóficos*, com a dedicatória e a observação de que teria continuidade. Os diversos acontecimentos históricos posteriores fizeram com que o trabalho nunca fosse retomado em toda a sua extensão, sendo apenas complementado por alguns trechos, revisado e, desse modo, encontrou sua publicação através da editora Querido, de Amsterdam, em 1947, agora com o título pelo qual viria a ficar conhecido²⁸⁷. De certo modo, é nesta obra que se torna mais explícito o viés que fora anunciado em texto redigido por Walter Benjamin em 1938, onde fazia uma breve descrição do *IfS*, veiculado em um periódico alemão conservador, no intuito de chamar atenção para o exercício da resistência intelectual: “*Os trabalhos do Institut für Sozialforschung convergem em uma crítica da consciência burguesa. Essa crítica é realizada não apenas de fora, mas como auto-crítica. Ela não permanece na atualidade, mas se volta para a origem*”²⁸⁸.

Partindo de algumas críticas de Habermas ao texto, que serão aprofundadas e discutidas em detalhe mais à frente, remeto ao fato de como ele reconhece, de maneira correta, que no livro estaria presente uma – à primeira leitura – possível “*incompletude ou*

²⁸⁷ Sobre a questão do trabalho conjunto de ambos nesta obra, algo raro no contexto da escrita filosófica, bem como do debate acerca de quais partes seriam da autoria de quem, remeto ao excelente texto do organizador das obras de Horkheimer, que aponta como se tratou de uma comunhão intelectual no sentido forte do termo, em que diversas partes foram redigidas quase que a quatro mãos. Cf. NOERR, Gunzelin Schmid, “Nachwort [...]” (*HGS* 5), 1987b, pp. 425-430. Outro artigo que trata mais especificamente do problema da autoria é o de Willem van Reijen e Jan Bransen, “Das Verschwinden [...]” (*HGS* 5), 1987.

²⁸⁸ BENJAMIN, Walter, “Ein deutsches Institut freier Forschung” (*BGS III*), 1980 [1938], p. 522.

unilateralidade”²⁸⁹. Tal viés se origina, a meu ver, do fato de que transcende o intento dos autores elaborar um livro *totalizante*; a aspiração de ambos é apresentar uma interpretação das conseqüências contraditórias subjacentes ao esclarecimento. No máximo pode-se tentar enxergar a totalidade de sua obra como uma contribuição – ainda que limitada – nesse sentido, que, entretanto, permanece aquém de atingir esse objetivo e constitui, assim, parte de um empreendimento teórico de maior abrangência. A interpretação de Habermas culmina, assim, na idéia de que ocorreria a abdicação da teoria em benefício de uma negação determinada, localizada aquém da reflexão naquele sentido associado à realização da razão. Estariam, portanto, enredados numa aporia, discordando que de fato o horizonte histórico os colocaria face a uma situação sem saída como aquela diagnosticada por ambos. Para Habermas, o horizonte do paradoxo que se apresentaria sob tais condições reside, em especial, no recurso ao exercício da crítica declarada morta para, precisamente, formular a crítica à racionalidade instrumental²⁹⁰. Tal condição é denominada por ele de *contradição performativa* (*performativer Widerspruch*), presente acima de tudo nos textos posteriores de Adorno, dedicados a debater a ausência de espaço e a amplitude daquele diagnóstico.

No entanto, cabe observar que o quadro esboçado por Habermas padece, a meu ver, de três entraves: o primeiro consiste em reduzir a dimensão dialética da obra analisada, imputando-lhe um caráter engessado e míope que está distante tanto da intenção dos autores quanto do que se encontra textualmente expresso; os dois outros pontos encontram-se intrinsecamente ligados, inicialmente através da aparente negligência, nesse seu comentário, em dar o devido valor ao contexto histórico oriundo da ascensão do governo nacional-socialista e que encontrou seu ápice no genocídio praticado durante a Segunda Guerra Mundial, que se encontra diretamente relacionado à proposta de isolar esta obra do restante do trabalho da época. Início recorrendo concisamente acerca dos dois últimos pontos, para abordar a primeira crítica no decorrer da apresentação da obra que farei a seguir.

A dificuldade causada ao se deixar em segundo plano o problema histórico concreto da época ganha luz face ao que procurei, em determinados momentos, explorar no capítulo anterior: que o núcleo da teoria materialista de Horkheimer consiste em acompanhar o desenvolvimento histórico da sociedade humana. Dessa forma, é inexpressivo se, do ponto de vista atual, o genocídio adquire uma posição central no dualismo civilização e barbárie,

²⁸⁹ HABERMAS, Jürgen, “Die Verschlingung des Mythos [...]”, 1985, p. 138.

²⁹⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen, “Die Verschlingung des Mythos [...]”, 1985, pp. 144 e 145 e 154-157. Uma interpretação similar é aventada por Gerhard Brandt, sociólogo de formação que teve participação central nos trabalhos empíricos realizados no *IfS* após o retorno à Alemanha, que entende haver um “*consenso*” acerca da incapacidade de levar a cabo o projeto de Horkheimer de uma teoria da sociedade que aliasse um programa teórico à pesquisa (cf. “Max Horkheimer und das Projekt [...]”, 1986, pp. 279-285).

dado que é estruturante para aquele determinado esforço intelectual que encontra sua expressão, entre outros, na *Dialética do esclarecimento*. Para constatá-lo, bastaria a leitura das numerosas cartas escritas por Horkheimer, diagnóstico que ganharia em concretude no exame de determinadas escolhas teórico-institucionais e pessoais como, por exemplo, a dedicação a elaborar os *affidavits* necessários à obtenção de vistos para os EUA no decorrer dos anos 1930, ou a firme decisão de reter a cidadania estadunidense²⁹¹, reflexo do pavor e da desconfiança mantidos face aos possíveis rumos da nação alemã.

Simultaneamente, como destacado ao início deste capítulo, os trabalhos empíricos realizados pelo *IfS* concomitantemente à preparação da *Dialética do esclarecimento* ilustram exemplarmente que haveria espaço tanto para a reflexão quanto para a pesquisa; de fato apresentavam diferenças face ao modelo preconizado nos anos 1930, sem, no entanto, que isso implicasse o abandono de uma perspectiva que pode ser entendida no seio do que foi denominado de teoria crítica. Para clarificar este ponto, basta discernir-se o fato de que o ambiente da crítica é, acima de tudo, o movimento histórico: enquanto houver uma *dinâmica* social que se faça presente, contrária à paralisia do pensamento, há espaço para a reflexão. Insisto, assim, uma vez mais que o mero fato de se elaborar obras e realizar as pesquisas representa, de pronto, um indício de que restaria aberta a possibilidade, mesmo que estreita, de levar a cabo uma transformação da realidade social.

O pressuposto desse enraizamento histórico de toda a teoria crítica, desde a formulação dos problemas de pesquisa até o desenvolvimento dos conceitos que servem de linha-guia para o trabalho, é perceptível no decorrer da obra de Horkheimer. Para complementar as fontes de textos e trechos anteriormente citados, remeto também ao texto de 1941 publicado no número em inglês da *Studies*, composto por um breve comentário acerca das atividades e do modo de trabalho do *IfS* e seguido pelo projeto de pesquisa sobre o anti-semitismo. “*O processo de formação dessas categorias precisa levar em conta a historicidade do objeto em questão, ou seja, essas categorias precisam incluir a gênese*

²⁹¹ A preocupação de Horkheimer com essa questão era tanta, que ele primeiramente assegurou-se de que sua estadia provisória na Alemanha não o levaria a perder a cidadania estadunidense e, posteriormente, levou o congresso dos EUA a aprovar uma lei autorizando-o a manter a cidadania junto com a alemã, que lhe havia sido ofertada como retribuição pelo governo alemão. Cf. as diversas cartas encontradas no seu arquivo pessoal: *MHA*, V 17.229-231, V 116.28-29. Também Barbara Freitag (cf. *A teoria crítica: ontem e hoje*, 1994 [1986], p. 79) salienta o impacto do totalitarismo sobre a publicação da *Dialética*. Esse anseio, porém, não deve ser confundido – como equivocadamente o faz Clemens Albrecht (“Die kultur- und bildungspolitischen Pläne”, 1999b, pp. 108-114) – com uma “*lealdade*” face à democracia que se observava nos EUA: se não resta dúvida que, como destacado aqui, o liberalismo estadunidense e os traços de uma defesa particular da liberdade impressionaram Horkheimer, permaneceu a distância crítica que caracterizou o seu trabalho teórico e suas tomadas de posição pessoais, e os diversos elogios que tece ao país e às suas instituições estão diretamente ligados à dependência que tem com relação aos dirigentes tanto do outro lado do Atlântico quanto na Alemanha propriamente dita.

verdadeira do objeto”²⁹². No restante da passagem encontra-se explícita e minuciosamente delimitada a metodologia que cabe à concepção e execução de um trabalho de pesquisa crítico, passo a passo, com especial atenção à necessidade de imersão histórica, paralelamente ao cuidado em evitar a rendição ao dogmatismo normativo decorrente do apego, seja ele empiricista ou metafísico, a uma determinada maneira de modelar sua teoria.

À interpretação de Habermas vem somar-se a de Honneth, em um artigo posterior à maioria dos textos aqui enfocados, onde expõe sua concepção da gênese teórica e das limitações epistemológicas que conduziram a que a teoria crítica fosse incapaz de se manter relevante no mapa das ciências sociais. No esteio do que foi exposto no excuro, de que ele observa um funcionalismo no modo através do qual se relacionam as variadas disciplinas constituintes do “materialismo interdisciplinar”, considera haver uma guinada fundamental na *Dialética do esclarecimento*. “Essa obra ultrapassa o horizonte do antigo programa do instituto já em sua visada da filosofia da história [geschichtsphilosophischer Ansatz]: o contexto totalitário não mais deve ser explicado pelo conflito entre as forças de produção e as relações de produção, mas, sim, da dinâmica de formação da consciência humana”²⁹³. Caberia perguntar, do ângulo do materialismo: qual seria a maneira de conceber uma formação da consciência que se realizasse de maneira independente face ao conflito mencionado, a saber, desconsiderando o papel das relações de produção na sociedade?

A meu ver, se Honneth identifica a ascensão do conceito de “razão instrumental” a um lugar central na interpretação da história humana, desconsidera como a reconstrução contida na *Dialética do esclarecimento* procura indicar os contornos específicos assumidos pela relação de dominação no capitalismo e, posteriormente, suas feições sob os regimes de governo totalitários. Analogamente, uma simplificação de mesmo tipo é feita quando ele afirma que teriam sido obrigados, por estender o processo de reificação à prática científica, a abrir mão dela em benefício da filosofia; todavia, o que ocorre é algo similar ao proposto por Horkheimer em sua fala inaugural de 1931, em que a filosofia, apreendida como uma espécie de resistência no plano intelectual, deve auxiliar no apontamento das contradições constituintes dessa acepção utilitária do empreendimento científico²⁹⁴. A noção de abandono daquele projeto inicial de teoria crítica, levada ao extremo, faz com que Honneth deixe de notar as nuances da real posição que caberia à visada da filosofia no contexto da reflexão.

²⁹² Cf. INSTITUT für Sozialforschung, “Zur Tätigkeit des Instituts [...]”, 1988 [1941], pp. 373-377.

²⁹³ HONNETH, Axel, “Kritische Theorie [...]”, 1990 [1987], p. 41.

²⁹⁴ Cf. HONNETH, Axel, “Kritische Theorie [...]”, 1990 [1987], p. 44 e HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik der Aufklärung* (HGS 5), 1987 [1944], aforismo “Filosofia e divisão do trabalho”, em especial p. 275.

Assim, diversos intérpretes partem do reconhecimento de que a proposta inicial no âmbito do *IfS* teria encontrado seus limites face ao desenvolvimento histórico em questão, de que a linguagem da crítica e da reflexão fundada sobre os juízos de algumas das disciplinas tradicionais do empreendimento científico seria insuficiente para enfrentar a nova realidade, diagnóstico que se encontra exposto no prólogo (*Vorrede*) à *Dialética do esclarecimento*, e extraem a conclusão que se teria chegado a uma aporia sem possibilidade de saída. Face a esse deslocamento os autores afirmam: “*Os fragmentos aqui reunidos mostram, entretanto, que nos foi preciso abrir mão de tal confiança. Se o cuidado e a verificação atenciosos da tradição científica constituem um momento do conhecimento, em especial ali onde são entregues ao esquecimento como lastro inútil pelos expurgadores positivistas, então, do contrário, no colapso contemporâneo da civilização burguesa não apenas o empreendimento, mas também o sentido da ciência tornou-se questionável*”²⁹⁵. Desde o início, portanto, explicitam sua *dúvida* quanto aos ditames de se exercer alguma forma de pensamento crítico através da ciência naquele contexto – ou, na formulação de Ricardo Musse, “*colocando sob suspeição a atividade e o próprio sentido das ciências estabelecidas*”²⁹⁶ – sem, no entanto, que a história e a reflexão se encerrem, sem abandonar por completo a relevância do saber científico. Ou seja, se admitem que se encontram face a uma aporia – a saber, a percepção de que havia um elemento de auto-destruição incrustado no processo do esclarecimento, compondo, assim, sua dialética – este é tão somente o ponto de partida para que fosse levada adiante uma ampla reflexão.

Ela está baseada sobre a noção de que a aparência de felicidade, sob o manto da mercadorização cada vez maior da vida, é originada justamente do avanço produtivo. Sob o seu domínio é que surge um abismo na divisão do poder: “*O indivíduo é inteiramente anulado face aos poderes econômicos*”²⁹⁷. Esta é uma das formas de expressão da capacidade que o processo do esclarecimento detém de se reverter em seu contrário, visto que esse avanço deveria dar origem a uma sociedade diferente, livre de exploração, mas que demonstra, agora, ter a capacidade de desqualificar a linguagem da crítica negativa, vital para a reflexão que se propõe a pensar a realidade como um processo de transformação radical. Ainda no prólogo, fazem referência às três grandes partes que compõem o todo da

²⁹⁵ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik der Aufklärung* (HGS 5), 1987 [1944], p. 16. Salvo indicação contrária, as citações seguem o conteúdo da edição original mimeografada de 1944, publicado nas obras reunidas. Doravante, na nota de rodapé será referida apenas como *Dialektik*.

Um breve comentário acerca das variantes textuais observáveis da versão de 1944 para a primeira publicação oficial, datada de 1947, interpretadas à luz da controvérsia interna aos membros do *IfS*, sobre a relação entre economia e política no contexto de ascensão do nacional-socialismo, encontra-se em VAN REIJEN, Willem e BRANSEN, Jan, “Das Verschwinden [...]” (HGS 5), 1987.

²⁹⁶ MUSSE, Ricardo, “Experiência individual e objetividade [...]”, jun. de 2011, p. 169.

²⁹⁷ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (HGS 5), 1987 [1944], p. 20.

obra, e ao início desse comentário lê-se o seguinte trecho, revelador da intenção e do escopo da reflexão: “*O primeiro ensaio, a fundação teórica dos seguintes, procura aproximar da compreensão o entrelaçamento de racionalidade [Rationalität] e realidade social, bem como aquele, inseparável do primeiro, de natureza e dominação da natureza. A crítica ao esclarecimento nele exercida deve preparar um conceito positivo dele, que o desprenda de seu emaranhamento na autoridade cega*”²⁹⁸. Mantém-se o quadro de uma determinada tendência histórica exercida no presente, sem implicar que ela continue sua trajetória de maneira ininterrupta; antes, reafirmam explicitamente o esforço intelectual contido nesse texto, e que, como subjacente à teoria crítica, é uma forma de prática e tem reflexos reais.

O primeiro ensaio, chamado de “Dialética do esclarecimento” (na edição de 1947 renomeado para “O conceito de esclarecimento”), retoma as raízes do credo na ciência a partir da interpretação de Francis Bacon, em que já estaria constatada, mesmo que sub-repticiamente, a contradição na expansão do conhecimento. Para Horkheimer e Adorno, é o desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*) que se encontra em curso destruindo, através do esclarecimento, os mitos sobre os quais estavam erigidas as relações sociais, e, no esteio desse desenvolvimento, levando o próprio esclarecimento a converter-se em mito. A supressão do entendimento mágico da realidade, da mediação anímica do mundo, provoca uma inclinação ao cerceamento do movimento histórico: “*O conceito, que se costuma definir como a unidade caracterizadora do que se compreende através dele, antes foi, desde o início, o produto do pensamento dialético, em que algo apenas é, o que é, ao tornar-se aquilo que não é. Esta era a forma originária da determinação objetificadora, em que o conceito e a coisa se separavam, a mesma que já há tempos prosperava na épica homérica, e que se precipita [sich überschlägt] na moderna ciência positiva. Mas essa dialética permanece imobilizada na medida em que se desdobra a partir do grito do terror, que é duplicação, a tautologia do próprio terror*”²⁹⁹. Esse processo, porém, limita a extensão da ciência, que adquire um papel descritivo, de mera confirmação da realidade dada, e cede seu lugar à forma artística, cuja aura permite desvendar as contradições.

Assim como diagnosticado nos artigos da década de 1930, em especial em “Teoria tradicional e teoria crítica”, é a matematização da ciência que fundamenta esse viés. Com base nela é que se incorre no curto-circuito de identificar, de maneira imediata, a realidade dada com a verdade, sem conceber que possa haver mudanças sensíveis com vistas a um horizonte de possibilidade que permita uma revolução no modo de vida. “*O pensamento se reifica em um processo automático, que se desenrola autonomamente, imitando a máquina*

²⁹⁸ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 21.

²⁹⁹ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 38.

que ele próprio originou, para que, por fim, ela possa substituí-lo. [...] O modo de proceder matemático tornou-se, igualmente, o ritual do pensamento. Apesar da auto-limitação axiomática, ele se instaura como necessário e objetivo: através dele o pensamento se torna coisa, instrumento [...]. Ele [o conhecimento] não consiste na mera percepção, classificação e cálculo, mas precisamente na negação determinada do imediato”³⁰⁰. Essa formalização do pensamento leva a que ele se volte contra o próprio sujeito, obnubilando a possibilidade de se desenvolver uma subjetividade capaz de refletir sobre o presente; caminha-se em direção a que haja somente a identificação entre o dado e o almejado, sem que exista mediação, e se completa o ciclo que pode reduzir o esclarecimento à mitologia.

A trajetória, que eles remetem até os escritos de Homero, partindo notadamente da *Odisséia* continua, todavia, ancorada sobre os ditames do capital. A noção de progresso e de desenvolvimento material, sob um entendimento primevo, que se independentiza face aos anseios de uma sociedade libertada da opressão, continua a ser o carro-chefe do esclarecimento civilizador, refletindo-se, evidentemente, sobre a ciência. “O trabalho social de cada um [des Einzelnen] na economia burguesa está mediado pelo princípio do si mesmo [Selbst]; ele deve devolver a uns o capital ampliado, aos outros a força para o mais-trabalho. Porém, quanto mais o processo de auto-preservação é custeado pela divisão do trabalho burguesa, tanto mais ele compele à auto-alienação [Selbstentäußerung] dos indivíduos, que hão de formar-se de corpo e alma de acordo com o aparato técnico. [...] Quando à teoria restar como única norma o ideal da ciência unitária, a prática deve sucumbir ao empreendimento incondicional da história universal [Weltgeschichte]”³⁰¹. Dessa maneira, no processo de produção social anula-se o atributo de sujeito dos indivíduos, visto que eles acabam tornando-se incapazes de compreendê-lo e nele intervir, no sentido forte do termo. Restritos a apenas reagir a determinadas provocações do entorno, e se adaptar àquela realidade que se apresenta como a única e a melhor possível, a

³⁰⁰ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (HGS 5), 1987 [1944], pp. 47, 48 e 49. A tendência à transformação do ser humano em uma espécie de autômato continua presente no pensamento de Horkheimer nas décadas seguintes. Em artigo publicado na *Kölner Zeitschrift für Soziologie*, por exemplo, enfoca esse momento negativo, e traça a possibilidade teórica de enfrentá-lo, ou seja, que a dinâmica social particular à história humana consiga produzir as condições para a retomada da variabilidade. Cf. HORKHEIMER, Max, “Invarianz und Dynamik [...]” (HGS 8), 1985 [1951a].

³⁰¹ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (HGS 5), 1987 [1944], respectivamente pp. 52 e 53. Os termos postos entre colchetes podem ter múltiplas traduções: “des Einzelnen” poderia também figurar como “indivíduo”; “Selbst” seria passível de ser vertido em “si-próprio”, “eu-mesmo”, ou até mesmo em “individualidade”; “Selbstentäußerung” é, aqui, entendido no contexto de um vocabulário como aquele delineado nos escritos de Marx, motivo pelo qual optei por “auto-alienação”, e que poderia, sem prejuízo do sentido, aparecer como “auto-estranhamento” e, em outro nexo textual, também como “auto-despojamento”; por fim, “Weltgeschichte” poderia aparecer traduzido por “história do mundo”. Para a referência à *Odisséia*, cf. *ibid.*, pp. 55-59, bem como o “Excurso I” da *Dialektik*. Se reconstruir a concepção de história que lhe está subjacente extrapola o tema deste trabalho, remeto à interpretação de Olgária Chain Féres Matos (cf. *Os arcanos do inteiramente outro*, 1995 [1989], pp. 150-172).

manutenção desse *status quo* faz com que apenas lhes reste acatar os ideais disseminados e levar adiante a sua vida sob as condições estabelecidas, confinando-se à preservação dessa existência, marcada pelo dilaceramento da razão e pela obtusidade da ação.

Os fundamentos materiais e históricos desse diagnóstico continuam a ser retomados no decorrer do texto, que se ocupa em cumprir a meta de tecer os fios que ligam diversas das expressões artísticas e teóricas desse processo com a realidade dada, com os fatos que o orientam. *“Não são as influências conscientes, que adicionalmente contribuem para tornar burros os seres humanos reprimidos e subtraí-los da verdade, mas sim as condições de trabalho concretas da sociedade de classes que compelem ao conformismo. A impotência dos trabalhadores não é apenas uma finta dos dominantes, mas a consequência lógica da sociedade industrial, na qual o antigo destino, sob o esforço de escapar-lhe, acabou por finalmente transformar-se. [§] Esta necessidade lógica, porém, não é irrevogável. Ela permanece atada à dominação, simultaneamente como seu simulacro e seu instrumento”*³⁰². Este trecho diz, com todas as letras, que a ventura nauseante em que a humanidade estava enredando-se continua aquém de figurar como uma forma de finalismo, mantendo-se a possibilidade de resistir e escapar a esse processo.

A divergência constatada por Horkheimer e Adorno quando da redação desta obra reside em que, naquele momento histórico particular, o pensamento por si mesmo seria incapaz de reverter a situação encontrada, ou seja, necessitar-se-ia de algo além da mera atividade reflexiva para impedir a manutenção da barbárie. Todavia, a realização de alguns dos ideais subsumidos ao esclarecimento, notadamente o domínio racional da natureza como entendido e delimitado por Horkheimer desde os artigos da década de 1930, seria impossível de ser levada a cabo sem o exercício daquela razão crítica. *“Com a renúncia ao pensamento, que se vinga dos humanos que dele esquecem através de sua forma reificada [verdinglicht], como matemática, máquina e organização, o esclarecimento abjurou de sua própria realização. [...] A prática [Praxis] verdadeira, transformadora, entretanto, depende da intransigência da teoria contra a inconsciência, com a qual a sociedade deixa o*

³⁰² HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 60.

O segundo excurso da obra, que escapa a esta tese, busca compreender as relações entre o esclarecimento, a ciência e a moral, baseando-se sobre as interpretações de Kant, Nietzsche e Marquis de Sade. A idéia central, no que se refere à filosofia kantiana, consiste em apontar o que se deve tomar pelos elementos da lógica capitalista de meios e fins, de uma ação e de um tipo de racionalidade formais, subjacentes tanto à moral burguesa quanto ao seu ideal de ciência. *“A razão é o órgão do cálculo, do plano, ela é neutra contra os fins, o seu elemento é a coordenação. O que Kant fundamentou transcendentemente, a afinidade entre o conhecimento e o plano, que impõe o caráter de utilidade [Zweckmäßigkeit] indelével nos menores detalhes, até mesmo às pausas respiratórias da existência burguesa inteiramente racionalizada, Sade já realizara empiricamente um século antes do esporte”*. *Ibid.*, p. 111.

pensamento engessar-se”³⁰³. Complementando o que havia sido avançado nessa mesma parte do livro, é apontado o papel que caberia à reflexão nesse contexto. Desse modo, se ela por si própria é insuficiente para garantir a interrupção tomada pelo curso histórico, ainda assim a resistência à sua destruição detém participação vital para que se possa reconstruir, ao menos, a visada que incorpore a possibilidade de uma existência radicalmente outra. A funcionalização do pensamento e da razão implicam, assim, que eles se autonomizem face ao seu conteúdo e, portanto, possam ser colocados a serviço de todo e qualquer objetivo. Disso decorre o conceito de uma razão irracional, visto que ela ainda constitui um tipo de racionalidade, na medida em que atende à tarefa de organizar e guiar a ação humana, mas o faz despida de sua característica mais importante, a reflexão.

O entendimento esboçado nessa parte apresenta-se no esteio das investigações do *IfS* sobre a forma que a estrutura econômica do capitalismo adquiriu na primeira metade do século XX. Enquanto Marx apontara a tendência à queda da taxa de lucro, em consonância com a concentração e centralização de capital, o que a teoria crítica denominou “capitalismo organizado”, “capitalismo de estado” ou “capitalismo monopolista”, continha a necessidade de concertar as ações dos produtores a fim de manter a hegemonia produtiva. Uma lógica desse tipo precisava contar com seres humanos dóceis, que tivessem elevada capacidade de adaptação a novos cenários, e que, acima de tudo, fossem expurgados da faculdade de refletir sobre os fins de seus atos, o que impossibilitaria colocar em questão as ordens e os preceitos sociais. A moral de cada tempo, desde os hábitos e costumes transmitidos no âmbito da família, passando pelos romances que expressam modos de socialização, até sua cristalização no direito, contém traços desse desenvolvimento.

Há de se dizer que a importância concedida à base material no âmbito da teoria da sociedade desenvolvida pela ‘Escola de Frankfurt’ levou a que muitos intérpretes fizessem uma associação direta com a defesa de uma espécie de marxismo mecanicista. A referência

³⁰³ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 65. A passagem ilustra, de modo exemplar, a dificuldade em filiar-se à leitura que Habermas tem dessa obra em seu *opus magnum* (cf. HABERMAS, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, v. 1, em especial pp. 505-513). Ali, após traçar a interpretação de que Lukács põe o conceito de “reificação” (*Verdinglichung*) das relações sociais através da mediação do valor de troca, afirma: “*Horkheimer e Adorno desprendem o conceito não apenas do contexto histórico especial da origem do sistema econômico capitalista, mas, em geral, de toda dimensão de relações inter-humanas, e o generalizam temporal (para toda a história do gênero) e objetivamente (ao atribuírem ambos, cognição a serviço da auto-preservação e repressão da natureza pulsional, à mesma lógica de dominação). Essa dupla generalização do conceito de reificação leva a um conceito de razão instrumental que desloca a história originária da subjetividade e o processo de formação da identidade do eu para uma perspectiva histórico-filosófica*” (*ibid.*, p. 508). A limitação da ótica habermasiana consiste em desconsiderar ou ignorar a possibilidade de que coexistam dois tipos de razão: para ele, ou há razão instrumental, ou outro tipo de razão localizado além da versão formalizada. O que Horkheimer e Adorno sustentam, no entanto, é a *tendência* à generalização do substrato instrumental, sem que esse processo tenha se completado, e que, portanto, ainda há espaços para o exercício da razão no sentido forte do termo, para não dizer, quem sabe, uma razão crítica ou até mesmo emancipatória.

a citações extraídas de seu contexto pode contribuir para esse entendimento, como a afirmação a seguir: “*A formalização da razão é apenas a expressão intelectual do modo de produção maquinal*”³⁰⁴. É necessário colocá-la em perspectiva e, a partir do que elaborei anteriormente, levar em conta a articulação singular proposta por Horkheimer e Adorno, nesta obra, e pelos seus colegas, nos diversos trabalhos publicados, no intuito de recuperar a centralidade que concedem à dinâmica social produtora da estrutura social vigente em um determinado momento histórico. Depreende-se que a relação entre o modo de produção e o tipo de racionalidade é indireta e mediata, sendo apenas um molde particular do pensamento humano que se origina daquelas relações sociais, e que o predomínio, do ponto de vista conceitual, pertence à *interação*, pois trata-se de um processo de mão-dupla, em que a atividade produtiva – entendida, agora, no sentido estrito de trabalho que gera valor – e aquele ser humano concreto influenciam-se reciprocamente.

Assim é que são retomadas algumas das investigações acerca das transformações ocorridas no seio da família. É fato, para eles, que o deslocamento do papel desempenhado pelos pais no interior do lar é fruto de mudanças no processo produtivo: em um primeiro momento, a extensão do tempo de trabalho debilitou a possibilidade de o pai constituir o modelo e manter as relações hierárquicas constituintes da família burguesa; posteriormente, a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, por sua vez, diminuiu o seu tempo para cuidar dos filhos, impondo a reorganização das formas de socialização praticadas no círculo familiar. Mediadamente, tal desenvolvimento instigou o estabelecimento de novas relações de autoridade na família que, no médio prazo, levam a mudanças na forma pela qual a autoridade é encarada na sociedade. Isso significa, portanto, que a base material detém participação central para estruturar a sociedade capitalista, mas que essa relação é altamente dinâmica, sem que exista um imediatismo inerente a esse movimento.

A idéia subjacente à passagem a um tipo de estado e de estrutura econômica cuja organização se dá através do monopólio tem como principal referência empírica e problema teórico o fato de ofuscar aqueles poucos espaços outrora existentes para a ação e a prática individuais, que eram a marca de um determinado tipo de capitalismo. “*A sociedade*

³⁰⁴ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (HGS 5), 1987 [1944], p. 127. Para o parágrafo seguinte, cf. *ibid.*, pp. 129 e segs.

No vocabulário de grande parte da sociologia contemporânea falar-se-ia, porventura, num “alto grau de correlação” entre as mudanças na esfera produtiva e aquelas da esfera cultural. Em outros termos também seria possível afirmar que a predominância do capital econômico minaria o capital cultural a ponto de – tendencialmente – colocar em questão a própria autonomia do campo da cultura.

Adiante retornarei ao problema da indústria cultural tratado na *Dialética* (cf. *ibid.*, pp. 144 e segs.), numa chave interpretativa relevante para o problema da minha tese. Se, diferentemente do foco de Adorno, Löwenthal e Marcuse, por exemplo, os escritos de Horkheimer apenas tangencialmente focam a estética, um artigo datado dessa época, escrito para uma enciclopédia de ciências sociais, dirige-se especificamente ao problema da arte. Cf. *id.*, “Zur Soziologie der Kunst” (HGS 5), 1987 [1943 / 1946].

pertence aos aflitos e, por isso, é a presa de extorsões [Rackets]. [...] A possibilidade de tornar-se sujeito econômico, empreendedor, proprietário, está completamente liquidada. Até mesmo no nível da lojinha de queijos o empreendimento autônomo, sob cuja liderança e legado estava assentada a posição da família burguesa e de seu chefe, caiu numa dependência sem saída. Todos se tornam empregados [Angestellten], e na civilização dos empregados a já duvidosa dignidade do pai acaba. A conduta de cada um face ao Racket, seja ele o negócio, a profissão ou o partido, seja antes ou depois da contratação, os gestos do líder [Führer] perante a massa, do amante face à cortejada, adquire traços peculiarmente masoquistas”³⁰⁵. Articulam-se, portanto, a perda de referência da autoridade antigamente encarnada na imagem do chefe de família com a exposição a quaisquer outras figuras que ocupem esse lugar, exercendo uma violência simbólica que, em grande parte das vezes, está diretamente ligada à opressão física. A elevada capacidade de o ser humano adaptar e resignar-se, a obediência e a docilidade que apresenta, decorrem da perda de autonomia identificada no âmbito da reprodução material da vida, o que o leva a aceitar passivamente a noção de que a rotina diária esteja dada pelo signo da heteronomia.

Mais uma vez, insisto na importância de ter perante os olhos e reter o momento histórico que marcou a origem da obra e que, ao mesmo tempo em que contribui para que se entenda os caminhos tortuosos que a razão precisa percorrer para conseguir realizar-se de maneira além da formalização e de sua existência instrumental, ao mesmo tempo é a chave para colocar por terra a interpretação de que a própria teoria, de maneira imanente, teria – como frequentemente afirmado: de modo quase paradoxal – sofrido uma guinada após 1945. Na realidade, como defendido e explicitamente afirmado por parte dos intelectuais reunidos ao redor do *IS* sob a direção de Horkheimer, eles observaram que as mudanças na realidade concreta possibilitaram novos meios de o avanço de outro tipo de razão se fazer presente, minando a tendência ao auto-aniquilamento da humanidade; como exposto desde o ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica”, trata-se da historicidade dessa teorização.

³⁰⁵ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (HGS 5), 1987 [1944], p. 180. O problema da diminuição, em termos quantitativos, dos trabalhadores – definidos, na literatura, em termos de trabalho corporal – em favor dos empregados – que realizariam trabalho intelectual – é retomado por Horkheimer (“Die gesellschaftliche Lage der Angestellten” (HGS8), 1985 [1958]) sob a ótica da inversão de valores no capitalismo tardio, em que a experiência, outrora associada à idade e vista como um ganho tanto para o indivíduo quanto para a empresa, é substituída pelo imperativo da adaptabilidade, que acaba por favorecer as pessoas mais jovens, sem costumes arraigados, tendo o efeito colateral de desprestigiar a atividade reflexiva, o exercício do pensamento.

Iring Fetscher (“Die Ambivalenz des liberalistischen [...]”, 1986, em especial pp. 311-322) aprofunda o modo como Horkheimer realiza a passagem de uma sociedade de classes para aquela organizada em torno dos *Rackets*, apontando como aqui, também, seria possível encontrar as bases para compreender como ele vê a conexão do que se poderia chamar de “relações econômicas” com sua base social, além de mostrar os fundamentos do “novo” tipo de capitalismo que estaria em voga, distinguindo sua teorização daquela avançada, por exemplo, nos textos de Franz Neumann e Herbert Marcuse.

Olhando com rigor, portanto, é difícil afirmar que a *Dialética do esclarecimento* se atenha a um marxismo cifrado ou, até mesmo, simbolize a quebra com esse referencial; busca, antes, estabelecer a mediação entre um determinado método teórico cunhado no século XIX e o reexame de algumas de suas categorias ou sua forma de apreensão para que corresponda à realidade daquele tempo. Reforçar esse viés interpretativo é relevante na medida em que permite, simultaneamente, observar um fio condutor para que se compreenda o leque abrangido pela teoria crítica da sociedade sem, no entanto, eclipsar o fato de proporem uma coloração particular desse viés teórico.

A terceira parte da obra, com o título “Elementos do anti-semitismo”, foi redigida sob a forma de aforismos, e sua estrutura argumentativa manteve a lógica da análise da indústria cultural: compreender esse fenômeno no contexto da sociedade capitalista e de suas mutações. Dedicam-se a examinar esse tipo particular de perseguição, que também os vitimava, em virtude de expressar o exemplo mais extremo de barbárie e desrazão que se fizera presente naquele tempo; ainda que se oriente para um determinado adversário, pode ser encontrada em diversos contextos temporais e geográficos, o que a tornaria constituinte dessa forma de vida capitalista. “*Apenas a cegueira do anti-semitismo, sua falta de intenção, empresta à explicação de que ele seria uma válvula sua medida de verdade. A raiva é descarregada sobre aquele que chama a atenção sem proteção. E como os alvos são intercambiáveis entre si, de acordo com cada constelação – negros, círculos mexicanos, judeus, protestantes, católicos – qualquer um deles pode tomar o lugar dos assassinos sob o mesmo desejo cego de matança, assim que se sinta poderoso como norma. Não há anti-semitas genuínos, e decerto não há aqueles nascidos anti-semitas*”³⁰⁶. Além de inserir e mediar historicamente sua teoria sobre a existência do anti-semitismo, ainda se contrapõem às idéias que procurem vincular esta ou outras formas de racismo e preconceito a bases biológicas. Justamente essa noção é que deriva dos amplos estudos sobre o preconceito orientados por extensos trabalhos empíricos sob a tutela do *IfS*, e que apontaram as variadas feições e formas de expressão que ele pode adquirir.

O sétimo e último item do capítulo dedicado ao anti-semitismo foi acrescentado na edição de 1947 e contém um dos elementos fundamentais que Horkheimer e Adorno identificaram como particulares da expressão do capitalismo monopolista nos EUA: trata-se do “pensamento de tiquete” (*Ticketdenken*)³⁰⁷. Sua formulação originou-se da forma pela qual se davam os votos nas eleições estadunidenses, em que os partidos fornecem listas com os nomes dos candidatos, sendo facultado ao eleitor escolher a qual partido (ou a qual lista)

³⁰⁶ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 200,

³⁰⁷ Cf. HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], pp. 230-238.

atribuirá seu voto, mas sem influência direta sobre os nomes que a integram, sendo que na ciência política contemporânea, essa forma de votação é conhecida como “lista fechada”. O que era considerada uma inovação em termos eleitorais lhes aparecia como a expressão por excelência do modo de obrigar o indivíduo a adaptar-se à realidade dada, ou seja, de impor-lhe um determinado conjunto de alternativas dentre as quais poderia escolher, sem direito a propor sua própria. “*O pensamento de tiquete, produto da industrialização e de sua propaganda, conforma-se às relações internacionais. Se um cidadão escolhe o tiquete comunista ou o fascista já se orienta de acordo com se ele se deixa impressionar mais pelo exército vermelho ou pelos laboratórios do ocidente. A reificação [Verdinglichung], através da qual a estrutura de poder possibilitada unicamente pela passividade das massas apresenta-se a essas como uma realidade ferrenha, tornou-se tão densa, que toda espontaneidade, aliás, a mera representação do verdadeiro estado de coisas tornou-se, necessariamente, uma utopia maximizada, um sectarismo ilusório*”³⁰⁸. A restrita oferta e, mais importante do que isso, o fato de se limitar a capacidade de intervenção individual no desenrolar dos acontecimentos decisivos para o andar da história, acaba por minar – ainda que não oblitere inteiramente – as maneiras de se alterar o curso da humanidade. Por sinal, em virtude da abrangência cada vez maior das formas sociais de vida em voga, encontra-se realmente em jogo a noção de algo que transcenda problemas nacionais ou regionais, para que se tenha no horizonte de expectativa os seres humanos em geral.

Agora, o tema que atravessa todas as partes da *Dialética do esclarecimento*, e que se apresenta como de maior relevância para esta tese, é o problema do pensamento científico. Quando me refiro, aqui, a essa forma de pensar, ela deve ser entendida de modo bastante amplo: engloba, portanto, desde a filosofia com aspiração cientificista, passando pela idéia da reflexão, do método de se formular e buscar explicar a realidade através de conceitos, até chegar à atividade científica experimental, no sentido do que é hoje denominado de *hard science*. No original a noção de ciência é mais bem posta através do termo alemão *Wissenschaft*, que passa a ser freqüentemente definido através de algum adjetivo que a acompanhe ou componha um novo substantivo, delimitando variados “tipos” ou “áreas” de prática científica, como *Einzelwissenschaften*, *Naturwissenschaften*, *Geisteswissenschaften*,

³⁰⁸ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (HGS 5), 1987 [1944], p. 235. A falta de liberdade trazida por essa padronização dos costumes, no esteio da contínua ascensão de manuais de comportamento, que tendem a extinguir o espaço ao exercício mesmo da menor parcela de espontaneidade, é enfocada, por exemplo, em palestra de 1965 no âmbito de um evento nacional da igreja evangélica, onde a abordagem teórica é feita exatamente à luz do desvelamento de uma liberdade apenas aparente. Cf. HORKHEIMER, Max, “Bedrohungen der Freiheit” (HGS 8), 1985 [1965b].

Veja-se o ótimo artigo de Gabriel Cohn (“Esclarecimento e ofuscação”, 1998, em especial pp. 15 e segs.) para uma interpretação que liga o problema do anti-semitismo na *Dialética do esclarecimento*, entendido como expressão do ofuscamento da razão e do pensar “em bloco”, ao pensamento de tiquete.

Fachwissenschaften, et cetera. Além dessa questão conceitual e terminológica, também se apresenta o acoplamento entre essa atividade e o meio em que é realizada, ou seja, se posta a serviço da indústria, se no interior da instituição universitária, com atenção especial ao lugar ocupado na divisão do trabalho social.

Como se pôde ver, o tema do *uso* e da *transformação* da ciência aparece com maior ênfase no ensaio de abertura. Tendo sido apresentado em um determinado contexto, passa a retornar de acordo com os diferentes momentos e problemas que se lhe colocam; no excursus sobre a moral, a referência é, acima de tudo, a reflexão. “*A própria ciência não tem consciência de si, ela é uma ferramenta. O esclarecimento, porém, é a filosofia que iguala a verdade ao sistema científico. A tentativa de fundamentar essa identificação, que Kant ainda empreendeu com uma intenção filosófica, levou a conceitos que não constituem um sentido científico, pois não são meras instruções para a manipulação de acordo com as regras do jogo. O conceito do entender-se a si próprio da ciência contradiz o conceito de ciência propriamente dito*”³⁰⁹. Dessa forma, o cerne do entendimento proposto pela filosofia transgride os ditames da exatidão e da soberania científicas, fazendo com que ela se depare com os limites de sua capacidade explicativa, e o confronto em voga provoca, igualmente, o fracasso do projeto de esclarecimento originalmente concebido. No entanto, tal desenvolvimento deixa de implicar a anulação das condições de possibilidade da reflexão, fazendo apenas com que seja necessário assentá-la sobre novas bases.

De todo modo, o avanço da indústria cultural e da massificação dos fenômenos e dos conteúdos da cultura deu-se de maneira variada e distante da uniformidade. Nos EUA, por exemplo, o progresso da técnica e o desenvolvimento das forças produtivas acelerou a integração e projetou um efeito pró-cíclico, que levou a uma aproximação maior e mais imediata entre a nova forma de capitalismo e determinadas instituições. “*A Europa pré-fascista ficara aquém da tendência ao monopólio da cultura. Porém, é justamente a esse retardamento que o espírito devia um resto de autonomia, e os seus portadores lhe devem a sua existência, por mais obstruída que ela seja. Na Alemanha, a faltante difusão da vida pelos controles democráticos teve efeito paradoxal. Muito ficou preservado daquele mecanismo de mercado que se desenlaçou nos países ocidentais. O sistema de ensino alemão, incluindo as universidades, os teatros de tipo artístico, as grandes orquestras, e os museus, encontravam-se sob proteção*”³¹⁰. Ainda que os autores em seguida apontem a contracorrente que se estabelece no esteio das mudanças na estrutura social, estas, em todo caso, são incapazes, por ora, de atingir a totalidade das instituições envolvidas. Em lugares

³⁰⁹ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], pp. 107 e 108.

³¹⁰ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 157.

desse tipo é possível observar, portanto, espaços para a prática da resistência, ainda que, no quadro do nacional-socialismo, esta se encontre retida quase que inteiramente no âmbito intelectual, com raras expressões práticas. Todavia, como aventado em diversas outras passagens, inexistiu uma ligação direta e imediata entre a teoria intelectual e a prática política *stricto sensu*, sendo que elas podem, eventualmente, coincidir temporal e especialmente, mas o fato de se encontrarem separadas de modo algum significa que suas alternativas de realização estejam absolutamente coibidas; encontrar-se-iam, tão somente, cerceadas em termos históricos e concretos.

Na tentativa de esclarecer a interpretação de ambos esboçada na obra em questão, recorro ao artigo de Leopoldo Waizbort, em que procura jogar luz sobre a maneira como se relacionam dialética e ideologia na teoria de Adorno. Ali, a partir do enfoque que busca enfatizar o problema do idêntico e não-idêntico, e da interação constitutiva de parte e todo, em seu item IV trata exclusivamente desse problema no livro *Dialética do esclarecimento*. O que interessa, aqui, é apontar a centralidade que a dialética como método assume, ponto a ser aprofundado no capítulo final, na exposição do entrelaçamento entre educação e ciência delineado por Horkheimer. Assim, na medida em que Waizbort a entende como composta pela “supressão” (*Aufhebung*) e “intervenção” (*Umschlag*), é possível repensar o argumento de Habermas quanto ao ensaio introdutório do livro: “*Lá, razão e mito são postos, pela razão dialética, em supressão e intervenção. Trata-se justamente de operar a Aufklärung dialeticamente; caso contrário, ela se torna regressão. A Aufklärung tornou-se, hoje, ideologia, e é por isso que sua dialética é necessária*”³¹¹. Isso leva, retrospectivamente, a que a *Aufklärung* seja entendida no contexto do movimento histórico e não, como acaba por aparecer no texto habermasiano, de maneira quase reificada, como se, inevitavelmente, o esclarecimento fosse desembocar nas aporias e dar vazão à barbárie mediada pela razão instrumental, que permanece retida na dualidade sujeito-objeto.

A crítica da ideologia consiste, portanto, em crítica da razão propriamente dita; uma não pode ser separada da outra. “*Ideologia é fórmula, instrumentalização, probabilidade. Dialética é o conceito e o seu operar, sua paciência. O conceito é a possibilidade de se opor à totalização, à dominação, porque proporciona a consciência e a efetividade do particular*”³¹². Por isso, também, a insistência na retomada do trabalho teórico. Um artigo de Alfred Schmidt se aproxima patentemente deste entendimento quando afirma: “*Horkheimer vê a prática alteradora do mundo [Weltverändernde Praxis] na Dialética como dependente, em menor medida, de condições materiais do que de reflexões teóricas, que sejam*

³¹¹ WAIZBORT, Leopoldo, “Glosa [...]”, 2000, p. 6 – termos em alemão no original.

³¹² WAIZBORT, Leopoldo, “Glosa [...]”, 2000, p. 7.

adequadas a emancipar o esclarecimento do falso absoluto da dominação cega”³¹³. Em suma, considero necessário que se interprete esta obra como outro momento de reflexão destes autores, onde, defrontados com uma condição humana particular e geral que parecia ocupar as fronteiras da barbárie de um projeto civilizatório, mantiveram o recurso ao pensamento e à crítica negativa como o horizonte para recuperar o curso do esclarecimento como a construção da autonomia do sujeito e da emancipação humana.

3.2 O espaço da razão e seu curso emancipador

A disputa ou o tipo de interação entre a razão e a ciência foram aprofundados por Horkheimer em seu livro *O eclipse da razão*, publicado pela primeira vez em 1946, fruto de reflexões formuladas durante palestras ministradas na Columbia University, em 1944. Ali, ele se detém de maneira mais enfática sobre a problematização conceitual, num enfoque que opta por denominar de “filosófico”, retomando, de certa forma, o estilo de alguns textos da década de 1930, em que debate as correntes que lhe parecem tomar a dianteira nas discussões em torno do papel a ser desempenhado pelo pensamento e, igualmente, pela atividade científica no contexto de sua crescente instrumentalização. Crescente pois, como se viu, esse tema havia sido repetidamente objeto de suas reflexões, e agora tratava-se de retomar a questão face aos desenvolvimentos mais recentes.

A oposição, em termos conceituais, de dois tipos de razão – “*objetiva*” e “*subjetiva*” – busca expor o que opto por denominar de uma determinada *anatomia da razão* que, na verdade, se expressa concretamente de modo unificado; ela está pautada pela interpretação de um processo histórico que Horkheimer identifica com o avanço da modernidade. O problema diagnosticado por ele se dá a partir de um predomínio do pensamento calculista, que procura tão somente averiguar a melhor relação possível entre os meios para alcançar um determinado fim, sendo que este fim encontra a justificação em termos puramente subjetivos, está dado, sem que seja colocado contra o pano de fundo do contexto histórico concreto. Tal seria, precisamente, a tarefa que caberia à razão objetiva: colocar balizas e referências para os fins, ou seja, formulá-los em termos de um objetivo mais amplo a ser alcançado, que ultrapassaria os meros interesses individuais. No esteio da distinção entre os tipos de ação concebidos por Weber, Horkheimer faz a crítica a essa forma de sociologia como essencialmente positivista, no sentido de pôr a questão da mudança de constituição da racionalidade, mas ser incapaz de abordá-la criticamente. Historicamente observar-se-ia a

³¹³ SCHMIDT, Alfred, “Aufklärung und Mythos im Werk Max Horkheimers”, 1986a, p. 219.

continua coexistência de ambas faces da razão, tendo ocorrido uma alteração no que se refere à presença de cada um desses elementos da mesma combinação; a tendência à calculabilidade, também destacada por Weber, implica a crescente “*formalização*” da razão, o que se expressa na incapacidade de formular juízos críticos sobre a realidade, reduzindo-se a pensar as relações tão somente de modo formal, apropriando-se do pensamento como ferramenta e, por conseguinte, instrumentalizando-o³¹⁴. Assim, face aos questionamentos da capacidade pensativa, que é desqualificada como mera especulação, e que afeta também a importância da teoria como uma perspectiva de enxergar o mundo, desde o século XIX ganha espaço a noção do que se poderia chamar de “*entendimento humano são*” (“*gesunder Menschenverstand*”). Um outro modo através do qual a oposição se expressou na filosofia foi a de “*espírito*” (“*Geist*”) e “*natureza*” (“*Natur*”), correspondendo aquele à forma subjetiva, e esta, à objetiva; no entanto, entender a distinção como um dualismo *real* é uma curto-circuito, visto que se trata apenas de “*aparência*” (“*Schein*”) para sua representação em termos conceituais, ou seja, a terminologia empregada visa clarificar essa abstração.

Concomitantemente, a crítica à sociologia weberiana se estende ao problema de se preconizar a neutralidade científica. Essa questão já fora objeto de textos anteriores, e aqui encontra-se retomada no contexto da formalização da razão, que também tomava de assalto o trabalho científico, reduzindo e limitando-o em seu alcance. “*De acordo com a filosofia do intelectual médio moderno existe apenas um tipo de autoridade, a saber, a ciência, entendida como a classificação de fatos e o cálculo de probabilidades. A constatação de que a justiça e a liberdade seriam, em si, melhores do que a injusteza e a repressão, é inútil e cientificamente não verificável*”³¹⁵. O trecho citado torna mais clara a distinção

³¹⁴ Cf. HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], pp. 27-33, 37-58 e 175 e segs. A coexistência dessas categorias é retomada no último capítulo do livro, onde afirma: “*Ambos os conceitos de razão não representam dois tipos separados e independentes de espírito, ainda que a sua oposição expresse uma antinomia real*”. *Ibid.*, p. 174. A importância de enfatizar como se trata da distinção de duas *faces* da razão, e não de duas *formas* diferentes de racionalidade, dá-se pela interpretação equivocada que aparece no volume primeiro da *Teoria da ação comunicativa*, na qual Habermas, simplificando ao extremo a exposição de Horkheimer, afirma que este teria equiparado a razão subjetiva à razão instrumental, retrocedendo, assim, a uma concepção metafísica de razão que negaria a “*unidade de uma razão diferenciada em si mesmo*”. HABERMAS, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, v. 1, pp. 462-468. Voltarei a esse ponto ao final deste item.

O problema da calculabilidade havia aparecido anteriormente na sociologia alemã na pena de uma das principais referências para a teorização weberiana: os trabalhos de Georg Simmel, notadamente sua *opus magnum* *Filosofia do dinheiro* (*Philosophie des Geldes*, 1999 [1900]), publicada em 1900, e o excelente ensaio “As grandes cidades e a vida do espírito” (2005 [1903]), de 1903, retratam o desenvolvimento do que ele denomina “*o moderno*” sob a ótica das relações sociais mediadas pelo dinheiro, numa interpretação explicitamente ligada à teoria social de Marx. No esteio desses antecedentes teóricos partilhados pelos três nomes aqui citados, em Horkheimer encontra-se a referência a esse processo de avanço da sociedade industrializada como uma expressão da reificação. Cf. HORKHEIMER, Max, *ibid.*, p. 59.

³¹⁵ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 44. Para outra referência ao debate com Weber focado sobre o problema da neutralidade de valores, cf. *id.*, “[*Wertfreiheit und Objektivität*]” (HGS 8), 1985 [1965a], em especial p. 260.

proposta por ele, de traçar uma alternativa à recusa da premissa de que se possa trabalhar teoricamente com base sobre a ciência, explicitando que sua ressalva está dirigida contra uma determinada acepção do pensamento científico, aquela que procura livrá-la de sua veia questionadora, restringindo sua tarefa à descrição dos fatos. Diversamente, o seu intuito consiste em romper com esse paradigma de uma espécie de esterilidade intelectual.

No esforço de defesa da importância do fomento da razão objetiva, o que move a crítica de Horkheimer é, acima de tudo, a proposta de que é necessário, sim, propor uma imagem objetivante da realidade social; porém, distancia-se de formulá-la em termos de uma supressão do sujeito, observando, antes, que apenas a ascensão da subjetividade é que possibilita o desenvolvimento dessa capacidade crítica. Em outras palavras: sustenta como condição *sine qua non* o combate ao relativismo, pois nega a possibilidade de traçar juízos objetivos; simultaneamente, considera *mister* relativizar determinados pontos de vista, na medida em que se encontram subsumidos ao contexto histórico – concreto – que os rodeia e constitui. “Assim, de um lado, o conceito de razão objetiva mostra como sua essência uma estrutura interna à verdade, que exige por si própria, em cada caso determinado, um determinado modo de comportamento prático ou teórico. Essa estrutura é acessível àquele que assume o esforço do pensamento dialético ou, o que é idêntico, possui a capacidade de Eros. De outro lado, o conceito de razão objetiva pode caracterizar justamente esse esforço e essa capacidade, de refletir uma tal ordem objetiva. Todos têm familiaridade com as situações que, por toda a sua essência e inteiramente independentes dos interesses do sujeito, prescrevem uma determinada linha de ação – por exemplo, uma criança ou um animal face ao perigo do afogamento, um povo passando fome ou uma doença individual. Cada uma dessas situações fala, por assim dizer, a sua própria língua. Como, no entanto, elas são apenas recortes da realidade, então é possível que cada uma delas tenha de ser negligenciada, pois há estruturas mais abrangentes que demandam outras linhas de ação, que são igualmente independentes de desejos e interesses pessoais”³¹⁶. Tem-se, portanto, que é a capacidade de apreender a mediação entre os fatos e os pontos de vista individuais, face aos processos históricos mais amplos, e de apontar o modo através do qual interagem, que marca aquela abordagem denominada *dialética*, e que, como apontei a partir de outros textos, é assinalada pelo foco sobre as contradições subjacentes ao movimento histórico.

³¹⁶ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 34. Em texto que, supõe-se, é de 1931 – o organizador das obras datou-o a partir de outro material de arquivo da mesma época – Horkheimer aponta os indícios desta cisão entre o subjetivismo e objetivismo, vertendo-a para a produção do conhecimento, numa contraposição baseada sobre o enfoque da metafísica hegeliana, bem como sua influência sobre a sociologia de Karl Mannheim e Max Scheler. Cf. *id.*, “Subjektivismus und Positivismus [...]” (HGS 11), 1987 [1931?].

Horkheimer elabora a questão de como há uma mudança qualitativa no que se refere ao tipo de razão a partir da idéia de que aquela redução que a verte em instrumento leva ao “*degradamento da razão*” (*Erniedrigung der Vernunft*), que ambienta um efeito duplo, ou seja, vai além de tão somente reconfigurar o modo através do qual aqueles dois tipos interagem, para provocar alterações internas a cada um, e que tem como seu carro-chefe a refutação de que se possa emitir juízos sobre os valores a partir da razão. “*A neutralização da razão, que a despoja da referência a algum conteúdo objetivo, e da força de julgá-lo, e a degrada a uma capacidade executora, que se ocupa mais do como, do que com o porquê, a conduz em grau crescente a um mero aparelho obtuso para registro dos fatos. A razão subjetiva perde toda a espontaneidade, produtividade, a força de descobrir conteúdos de novo tipo e de torná-los válidos – ela perde o que caracteriza sua subjetividade. Como uma lâmina de barbear que foi freqüentemente afiada, esse ‘instrumento’ torna-se muito fino e, enfim, é incapaz de dar conta das tarefas puramente formalistas às quais está restrita*”³¹⁷. Ainda que ele deixe de colocá-lo nesses termos, poderia-se pensar em um *discernimento dialético* cujo bloqueio leva à opacidade da razão, extinguindo a possibilidade de refletir acerca da realidade circundante e, desse modo, levando o indivíduo a submeter-se como um ser apático ao fluxo histórico, em última instância até mesmo ofuscando a condição de existência do indivíduo propriamente dito. Assim, de modo análogo ao que fora identificado no que se refere ao esclarecimento, as modificações na racionalidade provocariam aqueles entraves que podem erodir as bases da subjetividade.

Em termos da prática científica, sua crítica é estendida ao positivismo. Volto-me aqui à tarefa de qualificá-la, visto que, como pode ser observado com base no recorrente dissenso que foi estabelecido no longo prazo com essas correntes, o problema não consiste em derrubar os métodos de pesquisa propriamente ditos mas, antes, colocar em questão a maneira como entendem a realidade social, o que torna os métodos elaborados infrutíferos. “*A ciência moderna, como os positivistas a entendem, refere-se essencialmente a enunciados sobre os fatos e, por isso, pressupõe a reificação [Verdinglichung] da vida em geral e da percepção em especial. Em todo o mundo ela vê um mundo de fatos e coisas e deixa de ligar a transformação do mundo de fatos e coisas com o processo social. Justamente o conceito de fato é um produto – um produto do estranhamento social; nele é que o objeto abstrato da troca é pensado como modelo para todos os objetos da experiência na categoria dada. A tarefa da reflexão crítica não é apenas compreender os diferentes fatos em seu desenvolvimento histórico – e até mesmo isso implica considera-*

³¹⁷ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 72 – aspas no original.

velmente mais do que a escolástica positivista sequer pôde sonhar –, porém, também, entrever o conceito do fato em si mesmo, em seu desenvolvimento e, assim, em sua relatividade”³¹⁸. Novamente, tem-se aqui um fio condutor para conseguir especificar o que Horkheimer entende sob a noção da relatividade científica. O que está em jogo não é um ataque à realidade objetiva; antes, o que procura destacar é que determinar a conotação dos fatos é possível tão somente abordando-os à luz do momento histórico de sua formação, bem como abrangendo, igualmente, os processos e as transformações sociais que os produziram, ou seja, destrinchando uma idéia que consiga enxergá-los como meros dados no sentido literal do termo: algo simplesmente posto, ignorando os fenômenos constituintes.

O cerceamento da razão através do subjetivismo exacerbado constitui uma espécie de impulso para a dominação da natureza, que engloba a dominação do ser humano em dois níveis: a repressão de seu próprio ser social, dos interesses individuais em benefício da adaptabilidade ao entorno, bem como a submissão dos seres humanos uns pelos outros. O avanço dessa relação se dá, entre outros fatores, em virtude da necessidade econômica que move essa tendência de adequação do indivíduo às exigências sociais. Sob o regime nazista, foi a mimese que assumiu essa função, de levar as pessoas a seguirem o comportamento que era observado nos líderes, erigindo uma socialização conservadora da estrutura social vigente. No longo prazo, Horkheimer entende que se dará o que ele denomina de “*revolta da natureza*”, que teria suas origens na inexecutabilidade desse modelo de auto-conservação humana, que pauta a organização da vida individual e social tão somente na reprodução do existente, o que demanda uma racionalidade prioritariamente instrumental, rechaçando as possibilidades de conciliar aquelas duas faces da razão acima aventadas. Entretanto, se em dado contexto pôde-se falar em um maior equilíbrio entre ambos, o retorno inexistente como opção concreta, visto que, para recorrer à famosa expressão de Marx, as engrenagens da história giram em apenas um sentido. “*Em suma, para o bem e para o mal, somos os herdeiros do esclarecimento e do progresso técnico. Contrapor-se a eles pela regressão a degraus primitivos não atenua a crise permanente por eles provocada. Pelo contrário, tais saídas levam de formas de autoridade social historicamente racionais para aquelas de tipo*

³¹⁸ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 96. Este parágrafo continua: “*Os assim chamados fatos, investigados por métodos quantitativos, e que são os únicos que os positivistas costumam observar como científicos, freqüentemente são fenômenos superficiais, que mais escurecem do que desvendam a realidade que lhes está subjacente. Um conceito não pode ser aceito como a medida da verdade, se o ideal de verdade ao qual ele serve pressupõe em si mesmo processos sociais que não deixam o pensamento valer como condição última. A separação mecânica de gênese e coisa é um dos pontos cegos do pensamento dogmático, e remediá-lo é uma das tarefas mais importantes de uma filosofia, que não confunda a forma fixa da realidade com uma lei da verdade*”. Logo, pretende limitar a supremacia concedida ao tipo de explicação científica – esta, por si só, uma idéia questionável – ancorada sobretudo no apego irrestrito a tais fatos, desenhados de maneira engessada e descolada de sua origem processual, ao que se opõe, em termos formais, um esquematismo hermético.

*extremamente bárbaro. O único caminho de ajudar a natureza consiste em desencadear sua aparente oposição, o pensamento independente*³¹⁹.

Ao preconizar essa independência, está em jogo o requerimento de formar aquele ser humano que possa ser concretamente denominado de indivíduo, o que pressupõe a aquisição da capacidade autônoma de avaliar os interesses objetivos e subjetivos, no intuito de acomodá-los na mesma realidade social. Se o pensamento especulativo entre os gregos contém algumas de suas sementes, que posteriormente aparecem representadas na figura do personagem *Hamlet*, de Shakespeare, é a mudança da produção que dará o impulso decisivo para provocar uma guinada nesse sentido. “*Em seus primórdios, o liberalismo era caracterizado por uma diversidade de empreendedores independentes, que se preocupavam com a sua propriedade e a defendiam contra interesses sociais antagônicos. [...] O comerciante e o fabricante precisavam estar igualmente preparados para todas as eventualidades políticas e econômicas. Essa necessidade incitava-os a aprender o que pudessem do passado e a forjar planos para o futuro. Eles próprios precisavam pensar, e ainda que essa tão exaltada independência de seu pensamento fosse, de certo modo, nada além de aparência, tinha objetividade o suficiente para servir aos interesses da sociedade em sua forma e período dados*”³²⁰. A ascensão da grande-indústria, o planejamento central que ganhou força no decorrer do século XX, minou as bases dessa socialização específica, visto que as decisões referentes à organização da produção eram tomadas em apenas alguns âmbitos restritos, aos quais a maior parte dos empregados de uma empresa não tem acesso, deixando-os expostos aos processos decisórios sob a responsabilidade exclusiva de pessoas com as quais esses funcionários não têm contato. O novo modelo de divisão do trabalho que se fez presente dá vazão a um trabalho cada vez mais rotinizado, corroendo a capacidade intelectual, na medida em que ela passa a ser exercitada em grau cada vez mais restrito e com fins exageradamente delimitados.

Em virtude de o avanço técnico ser uma condição *sine qua non* para que a produção material possa oferecer os fundamentos da uma sociedade livre de repressão, a maneira de resistir a esse desmonte da razão precisa se dar através da prática intelectual, visto que é em seu âmago que se encontra a disputa com os tipos de razão. Concretamente, o estímulo do pensamento teórico, que, como se viu, está sendo cerceado, compõe uma frente de batalha. “*A crítica social [Gesellschaftskritik] dos tempos recentes renunciava à justificativa e não glorificava o seu objeto; sequer Marx enaltecia o proletariado. Ele via, no capitalismo, a*

³¹⁹ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 135. Para a trajetória de pensamento delineada neste parágrafo, cf. *ibid.*, pp. 107-116 e 124-131.

³²⁰ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], pp. 145-146.

*forma última da injustiça social; ele desaprovava as idéias estabelecidas e a superstição da classe dominada, que deveria servir à sua teoria. [...] A teoria da sociedade fornecia uma análise crítica da realidade, inclusive do pensamento distorcido dos trabalhadores. Sob as condições do industrialismo moderno, porém, até mesmo a teoria política está infestada com o traço justificador da cultura total*³²¹. O que se deve levar a cabo é, portanto, a recuperação desses traços emancipadores da teoria, ainda que estes devam adquirir novos contornos face a um contexto diferente daquele de outrora. A política precisa livrar-se de sua veia afirmativa e instigar a criticidade. O mesmo processo transcorre no que se refere à sociologia, que se vê submetida ao decaimento da teoria e “*sua substituição pela pesquisa empírica em um sentido positivista*”³²²; tal orientação é subsumida por ele ao processo social em voga, ou seja, não se tratava de algo restrito e imanente ao desenvolvimento da ciência, mas sim da expressão, no âmbito científico, desse movimento histórico mais abrangente.

A isso Horkheimer contrapõe a importância de recorrer a um determinado tipo de perspectiva filosófica. É importante enfatizar sua singularidade, visto que não se trata de um “retorno” (que negue a investigação científica), nem de eclipsar a pesquisa empírica. Antes, visa contrapor-se às tendências que apontara em sua forma embrionária no artigo “Teoria tradicional e teoria crítica”: o que, aqui, denominarei de uma *objetificação subjetivadora*, ou seja, o processo de partir de dados matemáticos e estatísticos que, a princípio, também se encontram historicamente condicionados, no tempo e no espaço, para transpô-los a níveis gerais, sem realizar as mediações necessárias. “*A estratégia de fixar [festnageln], característica das ciências naturais e, nelas, justificada, bem como em todo e qualquer lugar em que se trate de utilidade prática, manipula os conceitos como se fossem átomos. Os conceitos são elencados em juízos e sentenças, e esses, por sua vez, novamente combinados como sistemas. Os componentes atomísticos do sistema permanecem inalterados. Parte-se do pressuposto de que eles se atraem e repelem mutuamente, de acordo com os princípios da lógica tradicional, das leis da identidade, da contradição, do Tertium non datur e daí em diante, que usamos de maneira quase instintiva em todo ato de pensamento. A filosofia persegue um outro método. [...] De acordo com a filosofia, a lógica é tanto lógica do objeto quanto do sujeito; ela é uma teoria abrangente das categorias e relações fundamentais da sociedade, da natureza e da história*”³²³. Observa-se, portanto, como uma certa fluidez ou mutabilidade dos conceitos deve constituir a base de toda e qualquer tentativa de interpretar criticamente a realidade dada. Esse pressuposto implica, de início, o

³²¹ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 151.

³²² HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], pp. 153 e 154, nota 4. O exemplo concreto dado por ele é o do conceito de *classe*.

³²³ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 170.

rompimento com uma dualidade abstrata e idealizada entre o espírito e a natureza, que tentaria polarizar ambos para entendê-los isoladamente, rechaçando a noção de que formariam uma unidade em interação contínua de suas partes; sem dizê-lo de maneira explícita, Horkheimer poderia, *mutatis mutandis*, aludir ao problema de *relação* ou até mesmo do *conflito* entre a sociedade e o indivíduo, tópico por excelência da sociologia que esteve marcado pelo mesmo tipo de curto-circuito teórico.

Os argumentos que se iniciam com a definição do conceito de filosofia desembocam nas considerações finais em que são traçados os condicionantes da ótica dialética de razão proposta por Horkheimer, que se precisa fazer presente no intuito de possibilitar um salto qualitativo, que habilite a humanidade a escapar do rumo que tomara. “*A razão apenas pode realizar sua razoabilidade [Vernünftigkeit] através da reflexão sobre a doença do mundo, como ela se produz e reproduz através do ser humano; nessa auto-crítica é que a razão pode, ao mesmo tempo, permanecer fiel a si própria, atendo-se ao princípio da verdade, que devemos unicamente à razão, e sem se voltar a outros motivos. [...] A razão apenas pode ser mais do que a natureza caso ela adquira consciência concreta de sua ‘naturalidade’ – que consiste em sua tendência à dominação – a tendência específica que, paradoxalmente, aliena-a da natureza. Assim é que, sendo instrumento de conciliação, ela ao mesmo tempo torna-se mais do que um instrumento. As mudanças de direção, os avanços e os retrocessos desse esforço refletem o desenvolvimento da definição de filosofia. [§] A possibilidade de auto-crítica da razão pressupõe, primeiro, que o antagonismo entre a filosofia e a natureza adentrou uma fase aguda e devastadora, e, segundo, que nesse estágio de completo estranhamento a idéia de verdade ainda esteja acessível*”³²⁴.

Os traços dúbios e antinômicos presentes nessa passagem requerem uma breve elucidação para melhor contextualizá-los. Ao expor o caráter de dominação subjacente à razão, está pensando em termos de uma demanda que significa, a rigor, a capacidade de “entendimento”, de “interpretação”, ou, pensando no original: de *Deutung* que compõe a razão. Ela apenas está apta ou preparada para *entender* na medida em que domina aqueles

³²⁴ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 177, aspas no original. Traduzi “*Vernünftigkeit*” por “razoabilidade” em vez de “racionalidade”, alternativa esta mais freqüente na língua portuguesa, para distingui-la da associação com as formas da *ratio* aqui trabalhadas. É – no mínimo – curioso notar que Habermas parece ter um entendimento inverso da última frase citada, ao classificar a *Dialética do esclarecimento* de uma maneira irônica, por apontar o caminho de crítica da razão por ela mesma, ao mesmo tempo em que desmentiria a possibilidade do acesso à verdade; como aponto no parágrafo seguinte, o importante para Horkheimer é o contrário: que, malgrado o cerceamento ao exercício da razão, alguma forma de verdade ainda poderia ser desvelada através da auto-crítica. Para o trecho aqui referido, cf. HABERMAS, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, v. 1, respectivamente pp. 512 e 513. Ainda que aparente caminhar na mesma direção ao ver a racionalidade dita instrumental como a única existente no capitalismo organizado, Nobre reconhece o potencial crítico contido na *Dialética*. Cf. NOBRE, Marcos, “Max Horkheimer [...]”, 2008, pp. 50-52.

movimentos que formam o processo histórico, que constituem a realidade, o entorno; o que se distancia, de modo imediato, de *subjugar* tal realidade, com o sentido de dominação dado exatamente em termos da aquisição dessa capacidade. Uma vez consciente da posse de uma faculdade dessa espécie é que se pode fomentar a sua criticidade; no entanto, até o momento há um predomínio dessa forma de dominação repressora, instrumental da razão, o que impede a guinada exigida para a emancipação humana.

Habermas detém uma interpretação bastante diferente da maneira como, tanto no *Eclipse da razão*, quanto na *Dialética do esclarecimento*, é formulada a razão instrumental e se daria a dominação da natureza em sentido amplo, incluindo tanto do ser humano sobre a natureza, quanto dos seres humanos uns pelos outros. Seu entendimento baseia-se sobre a reinterpretação que Horkheimer e Adorno teriam do conceito de reificação, mediado pela obra de Lukács, que incorporam à sua teoria: para eles, não se trataria de derivar a forma de pensar da forma-mercadoria, havendo, antes, uma série de mediações e diferenciações no que se refere à influência do processo de troca e do valor de troca; a noção do pensamento identificador (*identifizierendes Denken*) estaria, assim, ancorada sobre a filosofia de origem (*Ursprungsphilosophie*) em vez da ciência, o que significaria uma retradução idealista do conceito de reificação para o contexto da filosofia da consciência. Essa abstração seria operada a partir de dois estágios de generalização levados a cabo por eles, quando separam o conceito de reificação de dois aspectos fundantes: (i) de seu contexto histórico do sistema econômico capitalista; (ii) da dimensão das relações inter-humanas de modo geral. “*A razão instrumental é concebida nos termos de relações sujeito-objeto. A relação interpessoal entre sujeito e sujeito, que é decisiva para o modelo de troca, não tem significado constitutivo para a razão instrumental. [...] Essa dupla generalização do conceito de reificação leva a um conceito de razão instrumental que coloca a história originária da subjetividade e o processo de formação da identidade do eu [Ich-Identität] em uma perspectiva histórico-filosófica abrangente*”³²⁵. A partir desse diagnóstico tentarei apontar, a seguir, as principais limitações da maneira como Habermas descreve esse problema, no que se deve enfatizar, sobretudo, as simplificações que fundamentam seu entendimento.

Parece-me que o primeiro passo deve ser o questionamento da concepção unilateral de razão citada acima e que, de acordo com Habermas, teria sido esboçada por Horkheimer. O fato de ele explicitamente fazer alusão ao modo como Weber conceitua os tipos de racionalidade funcional e substantiva é o indício inicial que permite matizar o prisma habermasiano: afinal de contas, Weber de modo algum afirmava que o ser humano estaria

³²⁵ HABERMAS, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, v. 1, pp. 507 e 508.

dotado tão somente de um desses tipos de razão (assim como, analogamente, os tipos de ação definidos por ele também são exercidos em diferentes contextos, possibilitando sua coexistência). No entanto, pode-se acrescentar a esse ponto a seguinte passagem do texto de Horkheimer, que expõe de maneira clara o problema em questão: “*A relação entre esses dois conceitos de razão não é apenas de oposição. Historicamente, ambos aspectos da razão, o subjetivo e o objetivo, existiram desde o princípio, e o predomínio daquele sobre este adveio no desenlace de um longo processo*”³²⁶. Trata-se, portanto, de uma fronteira a separar as óticas componentes da razão, sem implicar o esvaziamento total de um desses aspectos; a escolha metodológica de partir dessa separação sustenta o argumento da crítica à razão instrumental, cujo norte é apontar o perigo que a hipóstase dessa trajetória pode trazer às capacidades de exercício efetivo da razão. O mesmo movimento permite refutar a idéia – quase leviana – de que as relações interpessoais (ou, como também são freqüentemente denominadas: intersubjetivas) far-se-iam ausentes: antes, Horkheimer entende que, justamente em virtude de a mediação ocorrer através do processo de troca em meio à formamercadoria, que as relações entre as pessoas na maior parte das vezes estariam subsumidas àquelas de um sujeito face a um objeto.

Posta essa temática cabe retomar – para concluir o ponto da interpretação que Jürgen Habermas traça desta obra de Horkheimer e Adorno e, destarte, introduzir a problemática do capítulo final desta tese – a questão da falência ou do abandono daquele projeto de “*materialismo interdisciplinar*” (na expressão de Dubiel aproveitada por Habermas) que acompanharia a *Dialética do esclarecimento*. Como ele afirma, far-se-ia presente um paradoxo na tentativa de reabilitar a razão, visto que eles remeteriam à mimese como recurso para restabelecê-la, ao mesmo tempo em que concedem a impossibilidade desta realizar-se sob a existência reificada do capitalismo organizado e da sociedade administrada. Dessa forma, a proposta da obra ficaria restrita aos parâmetros presentes na “*tradição da grande filosofia*”, incapaz de oferecer uma saída, acima de tudo por permanecer encerrada nos seguintes traços: “*a insistência sobre a contemplação, sobre uma teoria distante da prática; a aspiração a uma totalidade de natureza e mundo humano; o retorno às origens, com a tentativa de retroceder para alguém do rompimento da cultura*

³²⁶ HORKHEIMER, Max, *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft* (HGS 6), 1991 [1946], p. 30. O trecho continua: “*A razão no sentido efetivo [eigentlich] de Logos ou ratio esteve sempre referida, essencialmente, ao sujeito, à sua capacidade de pensar. [...] A capacidade subjetiva de pensar era o agente crítico que dissolvia a superstição*”. Se a leitura que Georg Lohmann (cf. “The failure of self-realization [...]”, 1993) faz deste livro de Horkheimer concorda parcialmente com Habermas, ele considera que este acaba por ignorar o potencial contido no argumento de que a negatividade compreendida em sua idéia de razão ainda pode impelir o indivíduo à resistência, na medida em que reconheça a falta de auto-realização que está sub-jacente às contradições apontadas pela teoria entre as possibilidades e a realidade dada.

com a natureza [...]”³²⁷. A noção de que teoria e prática far-se-iam de modo separado será iluminada no capítulo final de minha tese, em que procurarei esclarecer tanto a forma quanto o conteúdo atribuídos por Horkheimer a esse binômio, lembrando que os textos da década de 1930 continham em germe os atributos que marcariam a teoria crítica também no período posterior ao retorno à Alemanha. No entanto, cabe reservar, aqui, breves linhas para apontar como, no esteio do diagnóstico que Marx esboçara em seus textos de análise da revolução francesa, a idéia – quase abstrusa – de um retrocesso na história é inteiramente afastada por ambos autores da *Dialética*.

No aforismo “Para a crítica da história da filosofia”, contido nos ensaios finais da *Dialética do esclarecimento*, é brevemente reconstruída a problemática da relação entre a liberdade individual e aquela do ser genérico, com referência direta a Hegel e, em seguida, menções indiretas a passagens das obras de Marx. O intuito é indicar de que modo ainda se trata de aparência compreender o papel de conformação ao qual a racionalidade se sujeita, e que se fortalece no âmbito de uma certa interpretação da história. “Na história da filosofia se repete o que ocorria no cristianismo: o bem, que na verdade está entregue ao sofrimento, é travestido como a força que determina o andar da história e triunfa ao final. [...] Assim, não apenas a história é revertida em seu contrário, mas também a própria idéia, que deve romper a necessidade, o andar lógico do ocorrido, é deturpada”³²⁸. Mostra-se o enfoque de retirar a ênfase – que tanto Habermas quanto Honneth encontram em demasia na obra de ambos – sobre a filosofia da história, justamente na tentativa de evitar a subsunção da dinâmica supramencionada a uma concepção estanque ou fechada, que expressaria seja o ceticismo ou a resignação, no sentido contrário da resistência tomada como princípio.

³²⁷ HABERMAS, Jürgen, *Theorie des kommunikativen Handelns*, 1981, v. 1, p. 513.

Além disso, considero que o problema da renúncia ao aparato filosófico que sustentaria o enfoque recusado por Habermas, e ao qual ele contrapõe a necessidade da mudança de paradigma rumo à *razão comunicativa*, ancorada sobretudo na sociologia de Georg Herbert Mead, tem como pressuposto uma unidade teórica que me parece colocar por terra alguns dos momentos singulares que caracterizam o pensamento em questão. Assim é que ele deixa de enxergar como, apesar dos aspectos partilhados entre as perspectivas acerca do conceito de reificação esboçadas por Lukács e pela teoria crítica da sociedade, que encontra em Adorno e Horkheimer seus principais representantes, há diferenças entre elas que dizem respeito, primeiramente, ao problema da identidade de sujeito e objeto, o que torna difícil aceitar a tese enunciada por ele ao final do volume um: “Com base na recepção da teoria weberiana de racionalização, de Lukács a Adorno, torna-se nítido que a racionalização social sempre foi pensada como reificação da consciência. Os paradoxos aos quais isso leva mostram, porém, que esse tema não pode ser satisfatoriamente trabalhado com os meios conceituais da filosofia da consciência” (*ibid.*, p. 533). Se extrapola o escopo deste trabalho debater em detalhe essa hipótese, cabe salientar, apenas, que a tentativa de apontar os limites da filosofia de Kant, bem como o esforço de fundamentar suas interpretações no materialismo histórico-dialético, visava contrapor-se a essa tradição filosófica essencialmente alemã. De outro lado, no que se refere à ligação com Lukács, partilho do argumento de Ricardo Musse (cf. “A dialética como discurso do método”, junho de 2007), em que ele coloca como divisor de águas o *método*, sendo este a ligação constituinte que media, notadamente através de *História e consciência de classe*, o que veio a ficar conhecido por “marxismo ocidental”, que também abrange a teoria crítica da sociedade.

³²⁸ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik (HGS 5)*, 1987 [1944], p. 255.

Poucos anos depois, na passagem da década de 1940 para a de 1950, encontra-se um trecho entre as *Notizen* de Horkheimer que esclarece significativamente a questão, visto que recorre ao alicerce da dialética, buscando reconstituir o que toma por fundamento reflexivo. Isso o leva a afirmar: “*Na dialética, todo antagonismo remonta a uma contradição fundamental, na verdade, toda contradição determinada no andar do desenvolvimento propriamente dito é a forma dessa mesma contradição decisiva. Os problemas filosóficos que se ligam ao conceito da dialética como um todo, tal qual a questão da conciliação no interior ou para além da história, a relação de história e razão, lógica, natureza e espírito, de dialética acabada e inacabada, referem-se, em última instância, àquela contradição, e apenas podem ser compreendidos a partir dela. É a contradição entre verdade e realização*”³²⁹. Na continuação do aforismo, distingue o modo como Hegel e Marx definiam esse andar: enquanto o sistema hegeliano agarrava-se à certeza da conciliação, no esteio do conceito divino definido no cristianismo, a influência da cultura cristã em Marx permanecia mais limitada, o que apenas o levava a postular a reserva da capacidade de intervenção ao pensamento, ou seja, este contém um *a priori* político, sem que isso implique a garantia de que se atinja aquela conciliação pretendida³³⁰. Essa diferença aparentemente reduzida é fundamental, na medida em que dela se depreende a historicidade do materialismo, que se distancia de traçar rotas inexoráveis para o andar da história.

Desse aspecto pode-se inferir um dos traços de continuidade mais decisivos de seu olhar teórico, visto que realça a importância – marcada desde os escritos da década de 1930 e apoiada, de maneira explícita, sobre Marx – em reconhecer a primazia das mutações de caráter histórico sobre qualquer tipo de rigidez que possa ser encontrada em determinados conceitos. Ao mesmo tempo, evitar render-se a pressupostos relativistas que buscam levar ao extremo a historicidade do ser humano, no que efetivamente apagam as fronteiras e as possibilidades da teoria, ou seja, da investigação rigorosa, mesmo que, no momento inicial, esteja distanciada de uma relação transformativa do entorno. É nesse sentido que a noção de educação teórica, da dialética contida num projeto formativo do indivíduo e da sociedade, é o norte das obras apresentadas neste capítulo.

³²⁹ HORKHEIMER, Max, “Notiz zur Dialektik”, *Notizen (HGS 6)*, 1991 [1949-1969], p. 204, aforismo do período de 1949-1952. Afirmará, em “Zwei Seiten des Materialismus” (1953-1955): “*Tolerância – visto que tudo precisa ser, como é. – Protesto, contrário a que tudo seja, tal como deve ser*” (*Ibid.*, p. 230).

³³⁰ De certo modo, aproxima-se do raciocínio que o leva a considerar, nos aforismos “Dialética burguesa” e “Sobre o esclarecimento alemão” (ambos *ibid.*, p. 241), que é devida alguma gratidão à ordem burguesa, pois foi ela que deu origem à idéia de crítica; e, ainda, que a forma peculiar de esclarecimento a que se refere não seria verdadeiramente representado por Lessing, por ele ter sofrido maior influência dos franceses, mas precisamente por Engels e Marx. Ao mesmo tempo, ele indica como a proximidade do fim da época burguesa tenderia a provocar uma recaída no imediatismo, na positividade irrefletida, no desmonte da mediação. Cf. “Dialektik der Aufklärung (I)”, *Notizen (HGS 6)*, 1991 [1949-1969], p. 246. Estes aforismos são do período de 1956 a 1958.

O que de fato sofrerá pequenas adaptações ou alterações na década seguinte tem sua origem na realidade diferente que se apresentava a Horkheimer: ainda que identifique os percalços que marcam o período da redemocratização alemã após o final da Segunda Guerra Mundial, nota como aquele espaço de exercício da razão que fora reduzido a um mínimo no contexto dos esforços de guerra agora convertia-se numa oportunidade de intervir ativa e teoricamente no processo social de estruturação daquela nação. As cicatrizes deixadas pela experiência do exílio continuarão presentes, tanto na população alemã quanto nas análises da teoria crítica, porém são perceptíveis as diferenças e, mais importante que isso, o modo como elas levam esse pensador a lidar com o trabalho intelectual por daí em diante.

4 Sociologia e universidade: formação científica e teoria crítica

“Durante o ensino [lehren] na escola muito depende de conceder ao aluno a satisfação de que através do aprendido ele sabe mais, ele se torna mais sagaz do que outros. Isso não é possível através da advertência e da promessa, nas quais se nota a intenção de tornar a aula [Pauken] atraente. Antes o provoca – sem considerar o conteúdo, que precisa vir em segundo lugar (lista dos truques de demagogos!) – o gesto honesto da solidariedade, da cumplicidade, a piscadela espiritual, a concordância contra a dominância do mundo e o indício silencioso de lhe pregar uma peça. A atuação e a rotina, porém, são insuficientes, pois a capacidade de empatia junto aos estudantes é inconsciente e insubornável. O professor que não seja inteiramente sincero, que não esteja em uníssono com a coisa, o aluno e seu medo, deve antes ficar com o que trouxe e, no final das contas, com a autoridade. Ele sabe lecionar [pauken] melhor do que educar [erziehen] – e isso também não deve ser menosprezado, contanto que lecione o que é proveitoso”³³¹.
Max Horkheimer, “Ratschlag für Lehrer” (1962)

4.1 Reeducação e formação: a teoria crítica retorna ao lar

Como transpareceu no decorrer deste texto, os variados contextos e conjunturas políticos são fundamentais para entender o posicionamento político-intelectual e o trabalho teórico de Max Horkheimer. Se isso vale para todos esses diferentes momentos, parece-me ainda mais pronunciado na interpretação dos escritos, bem como das decisões práticas, a partir da década de 1950, marcada pelo retorno do IfS à Alemanha – um país que, derrotado na guerra, encontrava-se bastante destruído em todas as instâncias: prédios vitimados por ataques de bombas, instituições científicas dilapidadas pelo êxodo de seus docentes e pesquisadores, bem como um aparato político ainda dominado por uma parcela relevante daquelas pessoas que exerciam os cargos em questão durante o governo nacional-socialista.

³³¹ HORKHEIMER, Max, “Ratschlag für Lehrer”, *Notizen (HGS 6)*, 1962, pp. 382-383. O jogo de palavras posto por Horkheimer através dos verbos “lehren”, “pauken” e “erziehen” me leva a transcrever a passagem original na íntegra para esclarecer ao máximo – ainda que sem dirimi-las – as múltiplas possibilidades de tradução. “*Beim Lehren in der Schule kommt viel darauf an, dem Schüler die Befriedigung zu gewähren, daß er durchs Gelehrte mehr weiß, schlauer wird als andere. Das geht nicht durch Mahnen und Versprechen, dem man die Absicht anmerkt, das Pauken schmackhaft zu machen. Eher noch leistet es – vom Stoff abgesehen, der danach sein muß (Liste der Demagogenricks!) – der ehrliche Gestus der Solidarität, der Mitverschworenenheit, das geistige Augenblinzeln, das Einverständnis gegen die Übermacht der Welt und der stille Hinweis, ihr ein Schnippchen zu schlagen. Mit dem Schauspielen, der Routine aber ist es da nicht getan, das Vermögen der Einfühlung bei den Schülern ist unbewußt und unbestechlich. Der Lehrer, der es nicht ganz ehrlich meint, der nicht eins ist mit der Sache, dem Schüler und dessen Angst, bleibt besser beim Hergebrachten und am Ende bei der Autorität. Er kann besser pauken als erziehen – und auch das soll man nicht geringerschätzen, solange er das Nützliche paukt*”.

De maneira ilustrativa, recorro sucintamente o episódio que constituiu o pontapé inicial para os trâmites que, futuramente, culminaram na aposentadoria de Horkheimer³³². Em 1956, quando estava em debate a nomeação de um novo professor de filosofia em Frankfurt, para a vaga aberta em decorrência da aposentadoria antecipada de Gerhard Krüger, corria paralelamente o pedido para que fosse concedida uma cátedra a Theodor W. Adorno. Na ocasião um membro do corpo docente, Hellmut Ritter, em sessão do conselho da faculdade que debatia a lista de nomes, insinuou que bastaria ser judeu e protegido de Horkheimer para ocupar uma cátedra em Frankfurt³³³. Isso motivou Horkheimer a escrever ao ministro do estado de Hessen e solicitar a permissão para a aposentadoria, tendo em vista tanto o fato de haver passado dos 60 anos de idade quanto, como agravante, o regresso de manifestações anti-semitas que, dado o seu passado e, justamente, o motivo pelo qual, inicialmente, tivera sua permissão de lecionar cassada, impediriam que continuasse a exercer a docência a contento. Com isso, pode-se ver como a cautela inicial de Horkheimer face à possibilidade de retomar os trabalhos na Alemanha estava concretamente ancorada.

Parece-me relevante, também, sugerir uma linha interpretativa no que se refere a uma mudança que, de soslaio, pode ter a aparência de um paradoxo: como aquele filósofo, acostumado à figura da “ditadura do diretor”, poder o qual, como se viu, de fato chegou a exercer em determinados momentos, não apenas chegou precisamente a reitor daquela instituição que, de início, havia aceitado-o com reservas, mas pôde ser reeleito para o cargo? A noção de que se está face a um paradoxo deriva, notadamente, do entendimento de que um posto dessa espécie demanda de seu ocupante um elevado grau de diplomacia – característica essa que, a julgar pela trajetória reconstruída acima, estava até certo grau distante de ser a principal de suas qualidades. Evidentemente, o debate aqui evadir-se-á do cunho psicológico, fazendo, quando muito, algumas considerações em termos biográficos que podem ter significado para compreender essa guinada, atentando particularmente à

³³² Saliento que, contrariamente à informação encontrada em diversos textos de intérpretes, e até mesmo nos comentários das *Gesammelte Schriften*, Horkheimer não se aposentou em 1959, quando de fato fez uma solicitação da qual se absteve logo em seguida, mas sim em 1962. A carta com o pedido encontra-se em sua pasta pessoal da universidade, datada de 18 de julho de 1961, reiterada em correspondência de 26 de agosto, e solicita que seja tornado emérito a partir de 1º de abril de 1962. Cf. *Universitätsarchiv*, Abt. 134, n.º. 234, Personalakte Max Horkheimer, fls. 36 e 38.

³³³ Os depoimentos dos docentes Wilhelm Rau, Otto Vossler, Friedrich Ohly e Gottfried Weber (decano), presentes àquela sessão, confirmam, apesar de pequenas diferenças na versão dos fatos, que as palavras “proteção”, “fraude” e “judeu” foram utilizadas por Ritter durante a discussão, dizendo que, após sua pronúncia, Horkheimer teria se levantado e deixado o recinto sem tecer comentário. Para as referências citadas, cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 134, n.º. 234, fls. 90-95, 100-101. De acordo com os protocolos das reuniões da congregação da *Philosophische Fakultät*, em 1953, quando se cogitou incluir Adorno na lista tríplice para outra cátedra, Ritter já havia manifestado ressalvas quanto à sua capacidade filosófica, a julgar pelas *Minima Moralia*. Com dois votos contra, Adorno integrou a lista. Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 130, n.º. 82, fl. 17.

condição de emigrante que o obrigou a lidar com situações adversas e dessa maneira formular, de modo implícito, uma dialética de adaptação e resistência.

Veja-se, assim, as primeiras negociações para o retorno das atividades do *IfS*, retomadas em outubro de 1946, quando tanto o decano da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, quanto o Curatório (*Kuratorium*) da universidade, enviaram cartas a Pollock e Weil, convidando a *Gesellschaft für Sozialforschung* (entidade jurídica mantenedora do *IfS*) a reinstalar-se em Frankfurt, bem como declarando a importância, em termos científicos e culturais, que significaria a reabertura do antigo instituto³³⁴. Partindo desses contatos iniciais até que, alguns anos mais tarde, ocorresse o retorno de Horkheimer e Adorno à Alemanha, transcorreu um intrincado processo, sendo que, ainda em 1948, continuava mantida a idéia de instaurar tão somente um braço institucional em Frankfurt, com as principais atividades e pesquisadores mantidos na sede de Nova Iorque. O próprio *IfS* foi oficialmente reconhecido e reinstituído do ponto de vista jurídico apenas no final de 1951.

O prédio do *IfS* fora um dentre vários vitimados pelos ataques aéreos na guerra, restando apenas algumas salas no sub-solo possíveis de serem utilizadas. Todavia, como o afirma o sucessor de Adorno e Horkheimer como diretor, Ludwig von Friedeburg, que na época era estudante de psicologia e fora a Frankfurt fazer um estágio de pesquisa no *IfS*, em janeiro de 1951, essa estrutura precária de modo algum impediu que, desde aquele momento, já se levasse adiante as primeiras pesquisas³³⁵. Em especial, vale salientar que também von Friedeburg viu como traço distintivo, naquele contexto de prática científica, o

³³⁴ Cf. as cartas datadas, respectivamente, de 16 e 18 de outubro de 1946 e 10 de dezembro de 1951 (*MHA* X 28a, IV 1.49 e IV 1.300), bem como carta dirigida a Horkheimer, de 18 de fevereiro de 1948 (*MHA* IV 1.67). Em carta de 28 de outubro de 1950 (*MHA* IV 1.318) ao diretor financeiro da cidade, Horkheimer solicita verba adicional para a reconstrução, visto que o alto comissário dos EUA disponibilizara uma verba de pessoal e equipamento para, em seguida, oferecer ajuda financeira a que o prédio pudesse ser erguido. Este documento evidencia como a experiência com a redação de projetos no exílio contribuiu para a retórica horkheimereana, que menciona a relevância da ciência social também no contexto da indústria e da pesquisa de opinião, destacando o papel a ser ocupado pelas atividades do *IfS*.

Clemens Albrecht (“Vom Konsens zur Lagerbildung [...]”, 1999c, pp. 137 e segs., em especial p. 142, nota 2) retrata Horkheimer como alguém que, após o retorno à Alemanha, teria constantemente recorrido a ameaças no sentido do retorno aos EUA para obter vantagens ou como instrumento de pressão no que se refere a determinadas decisões no interior da universidade; no entanto, diversos dos documentos citados por ele foram confrontados por mim no Arquivo e apontam apenas a solicitação de verbas, seja para o *IfS*, seja para outros projetos acadêmicos, sendo impossível extrair deles o comportamento visto por Albrecht. Divergência de mesmo tipo existe com relação à necessidade de uma posição “neutra” de Horkheimer e Adorno face às nomeações de professores que, para Albrecht, encontrar-se-ia fora de suas incumbências: antes, na medida em que defendiam critérios políticos, no sentido do veto àqueles cuja participação no regime nacional-socialista estivesse comprovada, apenas radicalizavam o projeto de reeducação, que precisaria iniciar pela própria estrutura institucional da academia (*ibid.*, p. 143). A contribuição de seu texto reside na indicação da diversidade de alianças buscadas pelo *IfS* e por Horkheimer no âmbito do seu esforço educativo, incluindo a tentativa de participar ativamente de novas formas de organização educacional, tal qual o instituto planejado pela Unesco e a recém-criada unidade do instituto Max-Planck.

³³⁵ Cf. VON FRIEDEBURG, Ludwig, “Von den großen Zeiten [...]”, 1999 e DEMIROVIC, Alex, “Das Institut für Sozialforschung. Ein Ort kritischer Gesellschaftsforschung”, 1999b.

esforço e o objetivo dos integrantes daquele grupo de realizar pesquisas empíricas sempre à luz do pensamento teórico, sendo este marcado pela perspectiva da teoria da sociedade.

A visada teórica de Horkheimer se voltou para considerações basilares relativas à necessidade de levar adiante uma formação política da juventude alemã. Ele afirma isso de modo explícito, por exemplo, em cartas da época endereçadas a dirigentes acadêmicos, bem como a colegas e amigos³³⁶. Dessa feita, é importante observar como isso significa – e procurar-se-á avançar esse ponto neste capítulo – ampliar o conceito alemão de formação (*Bildung*), mesmo aquele pressuposto na atividade científica materialista desenvolvida pelo *IfS* nos anos 1930, para colocar no horizonte, de maneira ativa, a juventude como o alvo desse novo tipo de educação. Tal idéia derivava do diagnóstico de que o sucesso do nacional-socialismo, na Alemanha, havia sido bastante facilitado pela inexistência ou, ao menos, superficialidade de dedicação a conteúdos políticos na área da educação básica.

Paralelamente ocorria a movimentação envolvendo o retorno de Horkheimer à sua cátedra, algo que ele sequer desejava, pois tinha reservas face ao rumo que a nação alemã tomaria, incerto de que a restituição (ou implementação) da democracia teria sucesso em um país que, como as antigas investigações do *IfS* comprovavam, mostrou o profundo enraizamento de tendências ao autoritarismo. Assim é que, primeiramente, apenas aceita o convite para ministrar um curso como professor-visitante, no verão de 1948. Ainda que a experiência tenha sido bem-sucedida, foi insuficiente para livrá-lo de seu temor em relação à política e à cultura alemãs. Para melhor dimensionar a indecisão pela qual passava, atente-se ao fato de que em março de 1949, no espaço de apenas dez dias, Pollock e ele redigiram quatro memorandos onde pesavam os fatores pró e contra o retorno à Alemanha, tecendo várias considerações de ordem pessoal e teórica³³⁷.

³³⁶ No arquivo da reitoria da Universität Frankfurt (*Universitätsarchiv*, Akten des Rektors, Abteilung 4, n.º. 562, fl. 12), encontrei uma carta dirigida ao reitor, datada de 22 de julho de 1948, quando ele ainda estava decidindo se e de que modo retomar as atividades na Alemanha, onde se lê: “*A juventude alemã precisa ser colocada em condições de desdobrar suas melhores forças, e dedicá-las ao fim comum de uma organização humana e duradoura do mundo. Agradeço ao senhor e aos vossos colegas que eu, após essa primeira visita a Frankfurt, creia poder contribuir nessa tarefa*”. Em texto por ocasião do sexagésimo aniversário de Adorno lê-se: “*No inverno de 1949/50 tomamos a decisão de participar na educação da jovem geração na Alemanha e, despreocupados quanto à grandeza estatística de sua possibilidade, contra os ventos do mundo administrado, como Adorno o batizou, desdobrar o pensamento autônomo em nossos estudantes*”. HORKHEIMER, Max, “Jenseits der Fachwissenschaft” (*HGS* 7), 1985 [1963b], p. 262.

Também em seu arquivo há um recorte de jornal em que está destacada a notícia acerca de uma reunião do secretário estadual da educação de Hessen, em que se havia discutido a premência de instalar cátedras de ciência política, disciplina até então inexistente na Alemanha, e que acabou sendo introduzida, notadamente, a partir do modelo estadunidense, tendo em vista a participação central desse governo na reconstrução feita pelos aliados (cf. *MHA* XVII 45, *Frankfurter Rundschau* de 13 de setembro de 1949).

³³⁷ Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 130, n.º. 81, fls. 171, 187, 191 e 195; para os memorandos, cf. cartas n.º. 836-839 (*HGS* 18). A proposta do convite para ministrar um curso na condição de professor-visitante surgiu, formulada pelo decano, em reunião de 6 de fevereiro de 1948; ali, já se aventava a alternativa de oferecer-lhe a retomada de sua cátedra e, caso ocorresse uma negativa,

Para ilustrar aquele que, talvez, seja considerado o elemento central ausente na retomada dos trabalhos em território europeu, recorro ao entendimento de um exilado ilustre de sua perspectiva parcialmente distante, expresso em 1965. Convidado por Pollock para escrever um texto a ser publicado em algum jornal alemão por ocasião do septuagésimo aniversário de Horkheimer, Marcuse incluiu a seguinte passagem na versão inicial que viria a ser cortada por Pollock: “*O trabalho conjunto interno entre a filosofia, a sociologia, a ciência econômica e a psicologia, que foi alcançado sob a direção de Horkheimer nesses anos, não voltou a realizar-se até hoje. Ele permitia a antecipação conceitual de tendências que, logo, haveriam de determinar todo o desenvolvimento*”³³⁸. Argumenta que, se houve manutenção do pano de fundo crítico oriundo da tradição da filosofia associada ao projeto iluminista e que compreendia, como Marcuse faz questão de explicitar, também a crítica à teoria de Marx, o mesmo não pode ser dito quanto à composição institucional e acadêmica das atividades; tal visão é matizada por Friedeburg, ao destacar a presença de psicólogos e estatísticos que trabalhavam junto a ele e outros colegas desde os anos 1950.

Todavia, em diversos termos o elo com o projeto teórico inicial foi preservado, e essa continuidade se faz presente nos textos e falas da década de 1950. No intuito de ilustrar tal afirmação, cabe observar o seguinte trecho do artigo “Teoria tradicional e teoria crítica”,

de nomeá-lo professor honorário (cf. carta datada de 18 de fevereiro de 1948, encontrada no arquivo em *MHA IV 1.67*). Um ano depois a oferta se tornava objeto de uma discussão oficial: a faculdade decidiu, em sessão da congregação, em 19 de janeiro de 1949, encaminhar o pedido oficial para que Horkheimer reassumisse sua cátedra, que seria porventura oferecida a Theodor Steinbüschel caso a proposta não se concretizasse. A rápida mudança na decisão é perceptível a partir do fato de que, em 4 de fevereiro de 1949, o protocolo registra tão somente a aceitação do convite para as aulas como professor-visitante, no verão daquele ano; contudo, na sessão da congregação realizada em 27 de maio de 1949, Horkheimer já consta como um dos presentes. Correspondência de 25 de janeiro de 1949 (cf. carta 832, *HGS 18*) dirigida ao ministro da educação de Hessen, Hermann Lietz, expressa simultaneamente a expectativa e o receio de Horkheimer no que diz respeito ao trabalho no retorno à docência na Alemanha.

³³⁸ MARCUSE, Herbert, *MHA XXIII* 18.394, 1965. O artigo foi publicado na *Süddeutsche Zeitung* sem a menção ao fato de que o empreendimento inicial do *IJS* não havia voltado a realizar-se, trecho excluído por Pollock (cf. *MHA XXIII* 18.397), com a justificativa de evitar, assim, que viesse à tona a leitura de que Marcuse manteria algum ceticismo face a esse novo período de trabalho. Friedeburg apresentou sua leitura dessa realidade em conversa pessoal que tive com ele em 25 de agosto de 2009.

A partir dos textos tardios de Horkheimer, pode-se notar um recuo do papel atribuído à psicologia em sua teoria, onde permanece atrelada, essencialmente, à interpretação da mudança estrutural da família que diagnosticou na década de 1930. Ganhará espaço quando se trata de explicar o que contribuiria ao descompasso de interesses e valores dos indivíduos face à submissão aos regimes totalitários, acima de tudo a partir da tendência localizada pela psicologia de massas, de que o ser humano moderno estaria inclinado a uma submissão irracional e passiva à dominação autoritária, marcada pela identificação com o líder (*Führer*) e seus comandos. Simultaneamente, a referência aos *Estudos sobre o preconceito* (*Studies in prejudice*), realizados sob a tutela do *AJC*, nos EUA, durante a década de 1940, representam o resultado da associação de uma base psicanalítica na interpretação de fenômenos sociais empíricos ligados à ideologia totalitária. Cf. HORKHEIMER, Max, “Lehren aus dem Faschismus” (*HGS 8*), 1985 [1950a] e HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., “Vorurteil und Charakter” (*HGS 8*), 1985 [1952]. Ainda que este trabalho me impeça de aprofundar as contribuições da psicanálise para a teoria social de Horkheimer, detém importância inegável e é debatida, por exemplo, em artigo de Alfred Lorenzer (cf. LORENZER, Alfred, “Psychoanalyse als kritische Theorie”, 1986).

que integra uma passagem onde Horkheimer discute a questão de o trabalho científico ter surgido em meio à derrocada do feudalismo e da transição para o capitalismo, em que a cisão da sociedade e a constituição da classe burguesa eram um elemento central para compreender os conflitos da época. “*Na medida em que o pensamento teórico não dizia respeito a fins altamente especializados, em conexão com essas lutas, o interesse nele diminuiu. São utilizadas menos energias para preparar e levar adiante a capacidade de pensar [Denkfähigkeit], independentemente de sua forma de emprego*”³³⁹. Mostra-se o que, no entendimento de Horkheimer, seria um dos sinais de como a ciência adquirira um caráter industrial, ou seja, mecanizado, o que implicava a dispensa da etapa de reflexão subjacente à formulação conceitual. Deve-se entender, portanto, que foi a partir desse referencial que logrou sentido, para ele, debruçar-se sobre determinadas atividades em um momento histórico diverso, visando atenuar esse viés que separa pensamento e ciência.

A trajetória de Horkheimer após reassumir sua cátedra, concessão integrante dos esforços de reparação e compensação (expressos no termo alemão *Wiedergutmachung*) que o governo alemão empreendeu face aos judeus que haviam sido expulsos ou sofrido perseguições, caracterizou-se por uma proximidade ainda maior com trabalhos de direção em seus diversos níveis. Eles ocorreram desde o início de sua retomada das atividades na Europa, quando brevemente após o retorno foi eleito decano da faculdade³⁴⁰, e se aprofundaram em 1951, quando se tornou reitor da Universidade de Frankfurt. Se, evidentemente, é impossível separar conceitualmente os textos das suas decisões acadêmicas, é necessário respeitar a mediação ocorrida em cada uma das esferas, motivo pelo qual procederei à divisão, em termos formais, quando da apresentação de alguns desses aspectos.

O recurso metodológico de apresentá-los separadamente, em um primeiro momento, contempla, igualmente, críticas que enxergam uma espécie de fraqueza ou limitação na posição oficiosa de Horkheimer, enquanto ocupante de um cargo representativo, quando precisava desempenhar diversos papéis de caráter público, e a sua interpretação do processo histórico em curso. *Mutatis mutandis*, deve-se ter em mente que sua adesão e aceitação da função de reitor, no período em questão, equipara-se a se tornar diretor do *I/S* na década de 1930: ainda que pudesse ver a relevância histórica que uma revolução teria, naquele ponto, considerava que as condições concretas de existência e mobilização não permitiam pensar nesses termos, enquanto, no contexto do pós-guerra, tinha no horizonte a suma necessidade

³³⁹ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS* 4), 1988 [1937c], p. 179.

³⁴⁰ A carta de Horkheimer a Pollock (cf. carta 884, *HGS* 18, p. 148, 03 de julho de 1950), expressa que até ele foi surpreendido pela eleição, com apenas dois votos contra; a correspondência entre ambos revela, ainda, a contínua indecisão quanto aos planos de permanecer na Alemanha (cf. *HGS* 18, cartas 861, 874, 885-890, *passim*), receio partilhado, por exemplo, pelo colega Adolph Löwe (cf. *ibid.*, carta 848).

de contribuir para a reconstrução da Alemanha, em primeira linha no intuito de evitar que o anti-semitismo fosse sustentado³⁴¹. Logo, o simples fato de que mantinha restrições teóricas a diversos dos desenvolvimentos que ganhavam espaço naquele momento, impede que se tire a conclusão míope de considerar incompatíveis as duas posições; um diagnóstico crítico não implicava a retirada do contexto da prática, seja em qual âmbito ela possa ocorrer.

Uma espécie de ‘aposta’ no papel da universidade foi o principal motivador para o retorno à Alemanha e o esforço em retomar o trabalho no interior da universidade. Como indicado em diversos momentos no decorrer dos capítulos anteriores, este é um dado que marca permanentemente seu discurso e pode ser encontrado, outra vez, na palestra de 1948 proferida em Frankfurt sob o título de “Philosophie und Studium” que, numa tradução aproximada, equivaleria a “Filosofia e estudo”, com a terceira palavra reservada aos estudos de nível superior. O imbricamento entre a instituição universitária e o avanço da humanidade, tomado em sentido *lato*, é característico dos argumentos de Horkheimer e do entendimento que se esforça em transmitir às novas gerações. Nesta que é sua primeira fala pública realizada em Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial, inicia pensando o papel que caberia à universidade num contexto onde se identificava o rebaixamento do indivíduo, aprofundando-se em especial sobre a filosofia, cujo cultivo apenas detinha sentido quando se ambicionava constituir sujeitos livres. Destarte, a dificuldade de conciliar a aspiração a uma formação (*Bildung*) no teor abrangente do termo encontrava-se, para ele, nos escritos de um dos preconizadores dessa ótica na Alemanha: a literatura de Goethe, que procurava justamente apontar os condicionantes dessa trajetória, enquanto em Hegel já se notava os traços de um predomínio do geral, do social, face à entidade autônoma que seria o indivíduo

³⁴¹ Remeto à seguinte passagem na obra de Eva-Maria Ziege (*Antisemitismus und Gesellschaftstheorie*, 2009, p. 118 – aspas no original): “*Quem tiver lançado ao menos um olhar sobre as famosas anotações de Horkheimer dos anos 50 e 60, terá de reconhecer que ele analisava santuários como a democracia, os direitos humanos, a liberdade ou a economia de mercado de forma extremamente realista, quando não os recusava: um pensamento duplo, até hoje inexplicado, entre o Horkheimer oficial e o secreto. Esse pensamento duplo ‘Horkheimer contra Horkheimer’ vai muito além da estrutura que molda todo o texto da Dialética do esclarecimento*”. Da mesma forma, como afirmou em palestra de 25 de novembro de 2009, no âmbito do ciclo ligado à exposição *Die Frankfurter Schule und Frankfurt. Eine Rückkehr nach Deutschland*, Honneth julga que o trabalho de pesquisa empírico-crítico do IfS após o retorno da migração virtualmente acabara, tendo sofrido um processo de profissionalização no contexto estadunidense, por tornar-se igual àquele levado a cabo por outros institutos e centros na Alemanha Ocidental.

Honneth havia esboçado entendimento similar quase vinte anos antes: “[...] quando o ‘Institut für Sozialforschung’ foi reaberto em Frankfurt, em 1950, ele retomou sua atividade de pesquisa sem ligação direta com a auto-compreensão sócio-filosófica dos anos trinta e quarenta. Inexiste um nexo interno entre os estudos empíricos, que foram então elaborados no Instituto, e as pesquisas filosóficas e crítico-culturais [philosophisch-kulturrkritischen], nas quais Horkheimer, Adorno, e Marcuse, que havia ficado nos EUA, deram continuidade aos seus esforços originais. A teoria crítica como um contexto de escola unitária, filosoficamente integrada, estava, por agora em diante, dilapidada”. HONNETH, Axel, “Kritische Theorie [...]”, 1990 [1987], p. 57 – aspas no original. Novamente encontra-se pressuposta uma unidade em um nível que, concretamente, jamais chegou a existir, dado que variadas divergências foram, inclusive, fio condutor dos debates internos e, portanto, dos textos que chegaram a público.

o que, do ponto de vista horkheimereano, implicaria a submissão das possibilidades subjetivas, levando à ascensão da heteronomia, sendo o nacional-socialismo e sua ideologia totalitária o ápice desse processo, em que a individuação foi suprimida em benefício de uma integração total, do domínio de uma entidade que se impunha aos outros.

O problema que percorre sua fala está em apontar as consequências dos avanços da especialização científica, no que faz referência, entre outros, ao texto de Weber revisto em detalhes no *Interlúdio*³⁴². Após identificar tendências similares àquelas que Adorno e ele já houveram apontado na *Dialética do esclarecimento*, considera: “*Contudo, a tecnicização do estudo ainda não progrediu tanto a ponto de a espiritualidade do conteúdo a ser apreendido tê-lo deixado por inteiro. Desenvolver o discernimento numa ordem razoável [sinnvolle Ordnung], à qual o estudo outrora levou, ainda não se tornou mera apropriação de macetes intelectuais de modo que, em vez de educação para a ciência, tivéssemos de falar apenas na aquisição de práticas de dominação. Ainda persiste um parentesco interno entre o objeto da aula, o conhecimento organizado e a teoria, de um lado, e as forças específicas do ser humano como ser de razão [Vernunftwesen], de outro. Por isso, entre ambos ainda ocorre uma interação produtiva*”³⁴³. Entrevê-se como a instrumentalização do processo educativo é alvo de sua inquietude, na tentativa de – como faz questão de ressaltar – em hipótese alguma retroceder no tempo histórico mas, antes, fazer o possível para tomar parte na construção da instituição e das condições que possam abrigar e fomentar a crítica.

A retomada de questões postas nos anos 1930, e aprofundadas na década seguinte, é constante em seu trabalho teórico dos anos 1950. A posse como reitor, ocorrida no final de 1951, traceja o primeiro esboço desse movimento, ao partir da divisão proposta entre a razão objetiva e a razão subjetiva, que é tributária do diagnóstico de que se estaria face a uma crise da razão, momento esse que implica uma desvalorização do pensamento de modo geral. “*Os conceitos não são mais concretamente transpostos no árduo trabalho teórico e político, mas sim pelo decreto filosófico, abstrato e sumário, no que são, em acordo com o espírito da época [Zeitgeist], declarados como meros símbolos. Eles valem como artifícios economizadores do tempo, como se o pensamento mesmo tivesse sido levado ao nível do procedimento industrial e tivesse se tornado uma parte da produção. Quanto mais as idéias da automação e da instrumentalização caducam, quanto menos elas significam em si, tanto*

³⁴² “O produto do progresso no quadro do presente é a atomização, a divisão do ser humano. Em sua especialização e em seu depuramento levado até o extremo, as ciências particulares se entendem cada vez mais como um mero aparato, sem a menor ligação com questões da orientação da vida ou com suas visadas essenciais. O positivismo é a teoria filosófica moderna. A ele o conhecimento é apenas funcional”. HORKHEIMER, Max. “Philosophie und Studium” (HGS 8), 1985 [1949], p. 368.

³⁴³ HORKHEIMER, Max, “Philosophie und Studium” (HGS 8), 1985 [1949], p. 373.

mais elas sucumbem, igualmente, à reificação [Verdinglichung], como se fossem um tipo de máquina”³⁴⁴. Assim, na medida em que o próprio *conceito*, no sentido de uma abstração necessária ao movimento de formulação da teoria, de encadear argumentos e elaborar idéias, perde sua relevância nessa sociedade, a ciência assume um novo curso. O rumo que apresenta é explicitamente ligado ao processo de desencantamento do mundo, como fora nomeado por Weber. Com ele, partilha a importância de se conservar uma referência à cultura, que precisaria ser protegida do relativismo.

O domínio cultural, entendido como aquele que, a princípio, encontrar-se-ia fora de uma estruturação imediatamente econômica, precisa ter seu declínio impedido. Imanente à teoria da sociedade que fundamenta sua visada encontra-se o caráter histórico da sociedade e de seus fenômenos e processos, de modo que a proposta não consiste no retorno ao passado, mas no imperativo de rearticular o papel que caberia à conceitualização e à crítica, vista como uma pedra no sapato do progresso mecânico desregrado. *“A dissociação e a neutralização da cultura não auxiliam contra o trabalho destrutivo da razão subjetiva. Não se deve transpor a contraposição entre a razão subjetiva e a razão objetiva pela decisão por uma alternativa, e nem, de fora, pela suavização das contraposições ou a hipóstase das idéias, mas, sim, através da imersão no próprio objeto contraditório [widersprüchliche Sache selbst]”*³⁴⁵. Tal concepção está dirigida contra a noção de que seria possível esquivar-se do enfrentamento e de adentrar as contradições constituintes da sociedade, de alternativas que vislumbrem a harmonização dos interesses sem dirigir-se aos seus fundamentos materiais. A negação dessa dialética no movimento histórico apenas implica o tratamento superficial dos temas e problemas tanto políticos quanto científicos, o que acaba por limitar o alcance da racionalidade a um viés explicativo e pretensamente neutro, que se furta a observar as potencialidades contidas na realidade concreta, a base para aproximar-se de um confronto crítico com o andar da história.

O desenvolvimento histórico na interpretação de Horkheimer, que foi objeto de análise em passagens anteriores, se reafirma, aqui, como marcado pela relação instrumental entre os seres humanos e destes face à natureza, que precisa ser superada para que seja possível suspender a cisão (*Entzweiung*) em dois tipos de racionalidade, fomentando uma razão que contemplaria as aspirações subjetivas, individuais, e as necessidades objetivas, gerais. *“A consecução de um estado social, em que cada um não se torne o meio do outro é, simultaneamente, a realização do conceito de razão, que se encontra ameaçado de ser perdido na divisão atual entre a verdade objetiva e o pensamento funcional. [§] O mundo,*

³⁴⁴ HORKHEIMER, Max, “Zum Begriff der Vernunft” (*HGS* 7), 1985 [1952a], p. 29.

³⁴⁵ HORKHEIMER, Max, “Zum Begriff der Vernunft” (*HGS* 7), 1985 [1952a], p. 33.

hoje, fala àquele que pensa teoricamente, a todos dotados de uma audição social, uma linguagem clara. Apreendê-la e formulá-la de maneira incansável é a tarefa do pensamento filosófico ligado à sociologia”³⁴⁶. Pode-se ver que, desde o início de sua atividade institucional, indissoluvelmente ligada àquela de cunho intelectual, ele anuncia a perspectiva que orientará seu projeto teórico em termos de *dialetizar* a sociologia no contexto de um país (ou uma humanidade) que carece de profunda transformação.

O fio condutor dessa empreitada é o contínuo entrelaçamento dos diferentes ramos da ciência, da produção do conhecimento e do pensamento, com o olhar da filosofia. Deve-se reter, portanto, que a especificidade oferecida pela filosofia, ao se contrapor ao progresso desregrado da história, é que busca estabelecer parâmetros que orientem sua trajetória. Acima de tudo, seu papel concerne a levar a cabo, como reafirmará em 1959, a crítica da cultura (*Kulturkritik*), visto que ela constitui o âmbito de atuação da filosofia. “*A filosofia é, simultaneamente, preservadora [bewahrend] e crítica*”³⁴⁷. Implicitamente ele distingue, portanto, “conservar” de “preservar”, na tentativa de indicar como a reflexão acerca de certos traços da cultura possibilita que alguns de seus aspectos sejam mantidos após a transição para outra época ou um outro contexto, evitando rupturas que ignorem os avanços anteriores. O seu pleito apenas pode ser interpretado quando se leva em conta o diagnóstico partilhado por Horkheimer de que o andamento da sociedade industrial é irreversível; justamente por isso torna-se *mister* conceber modos de tomar as rédeas em sua modelagem.

³⁴⁶ HORKHEIMER, Max, “Zum Begriff der Vernunft” (*HGS* 7), 1985 [1952a], p. 34.

³⁴⁷ HORKHEIMER, Max, “Philosophie als Kulturkritik” (*HGS* 7), 1985 [1959a], p. 87. Essa distinção reaparecerá em diversos de seus escritos; destaque, aqui, sua referência ao significado transformador da conservação: “*Com o que devemos nos preocupar de mais sério, hoje, é que, de fato, haja tão poucos verdadeiros conservadores. O verdadeiro conservador [Konservative] sabe da fragilidade da existência e a venera. Ele não quer mudá-la violentamente, ele quer preservar [bewahren]. O pseudo-conservador, porém, afirma que tudo precisa continuar como estava, nem que isso leve tudo abaixo. E essa gesticulação do pseudo-conservador, que quer conservar a qualquer custo e, com isso, destrói tudo, é aquela perigosa*”. *Id.*, “Zur Psychologie des Totalitären” (*HGS* 8), 1985 [1954a], p. 82. Habermas é um dos autores que entende – a meu ver, equivocadamente – que Horkheimer teria se tornado conservador ao final de sua vida (cf. HABERMAS, Jürgen, “Bemerkungen zur Entwicklungsgeschichte [...]”, 1986 [1985], p. 176).

O chavão do conservadorismo, que teria tomado seu pensamento político sobretudo após 1960, apenas é válido quando comparado à radicalidade expressa anteriormente, pois denotava a peculiaridade de sua experiência de vida. Por exemplo: inquietava-o como os regimes “orientais” (a Rússia e a China) assemelhavam-se ao fascismo, em virtude de sua burocracia autoritária, destruindo as possibilidades de autonomia do indivíduo que, malgrado as limitações da assim chamada “democracia burguesa”, ainda encontrava mais espaço nas estruturas sociais dos EUA e da Alemanha. Cf. HORKHEIMER, Max, “Notizen 1949-1969” (*HGS* 6), 1991 [1949-1969], “História e futuro do indivíduo”, “Funções e limites da cultura burguesa”, “Racionalização da razão”, “Sociedade em transição” e “O sujeito na sociedade industrial”, pp. 307-311, 326-327, 399 e 406. Para o caráter contraditório da figura do indivíduo na sociedade estadunidense, e sua origem nos traços da sociedade burguesa, cf. “Os outros centrados”, “A dialética da sociedade burguesa”, “No aparato” e “Pela América”, pp. 249-250, 290-291 e 409.

A singularidade da transição à democracia, tanto da perspectiva da população quanto dos intelectuais, ao lidar com o passado nazista e o fenômeno do holocausto (*Vergangenheitsbewältigung*), sobretudo no que se refere às especificidades de cada uma das “duas Alemanhas” constituídas a partir de 1950, é debatido em texto de Friedrich H. Tenbruck (“Von der verordneten Vergangenheitsbewältigung [...]”, 1999).

Todavia, esse viés permanece distante da rendição aos processos em curso: como o fez desde sua juventude, a identificação e nomeação dos problemas e contradições que marcam determinada sociedade difere de sucumbir a eles; antes, a ótica negativa constitui o ponto de partida para que se cogite uma mudança de rumo. Assim é que, no último dos aforismos preparados para a publicação das *Notizen*, afirma: “*O conhecimento de que a sociedade se encontra no caminho do liberalismo, caracterizado pela concorrência de empreendedores individuais, para a concorrência de coletividades, da sociedade por ações, de associações e blocos comerciais e políticos, não tem por consequência necessariamente o conformismo. O significado do indivíduo [des Einzelnen] se esvai, entretanto, ele é capaz de, na teoria e na prática, intervir criticamente no desenvolvimento, ao contribuir, através de métodos contemporâneos, para a formação de coletividades extemporâneas, capazes de preservar o indivíduo em genuína solidariedade. A análise crítica dos demagogos seria um elemento teórico, a união dos seres humanos, que os desmascaram do ponto de vista psicológico, sociológico e tecnológico, elemento prático do não-conformismo na atualidade*”³⁴⁸. Nas páginas a seguir resta mapear e investigar as maneiras – múltiplas, diga-se de passagem – encontradas por Horkheimer para expressar tanto essa angústia quanto uma espécie de convicção na possibilidade de se trabalhar no desvelamento dos antagonismos.

O editor dos volumes que reúnem os escritos publicados *post-mortem* identifica certa desvalorização dessa época no percurso de Horkheimer, tachada como de produção intelectual quase nula, em especial quando comparada a Adorno, o que explica a sombra jogada sobre eles que – hoje disponíveis há mais de vinte anos – foram incapazes de gerar a repercussão merecida, o que também vale, ainda que em menor grau, para diversas das palestras e pronúncias públicas do período. No que lhes diz respeito, Schmid Noerr afirma: “*As palestras públicas, bem como as aulas universitárias, estão permeadas pelo impulso de uma preservação crítica da tradição filosófica do esclarecimento até o trabalho cotidiano de cunho científico e político-formativo. Face a elas, as Notizen mostram que os conceitos de ciência e de esclarecimento de Horkheimer encontram-se sob uma reserva de certo modo cética*”³⁴⁹. Do mesmo modo como o faz em outros lugares, Schmid Noerr procura

³⁴⁸ HORKHEIMER, Max, “Pelo não-conformismo”, *Notizen* (HGS 6), 1991 [1949-1969], pp. 424-425. O editor que trabalhou pessoalmente com Horkheimer – em 1972 e 1973 – nos preparativos da publicação das notícias póstumas, Werner Brede, destaca ainda a peculiaridade da escrita, decorrente de serem textos que nunca houveram sido formulados com a intenção de serem publicados, possibilitando identificar traços particulares da redação, encontráveis somente nos textos de juventude. Isso foi, também, o que provocou uma longa resistência à publicação, condicionada pelo autor à presença contínua de um editor em sua residência em Montagnola, na Suíça, no intuito de preparar a versão final dos textos. Em termos do tema, Brede afirma: “*O Leitmotiv das Notizen são os paradoxos sociais que, na época da dialética do esclarecimento e do sombreamento [Verfinsterung] da razão, também levam o pensamento teórico para a forma do paradoxo*”. BREDE, Werner, “Nachwort [...]”, 1991 [1974] (HGS 6), p. 431.

³⁴⁹ NOERR, Gunzelin Schmid, “Nachwort [...]” (HGS 14), 1988, p. 551.

deixar claro como não se trata de “ceticismo”, uma orientação recorrentemente criticada por Horkheimer, mas, antes, de manter distância da aceitação passiva do esclarecimento como mera ideologia, que poderia desembocar em puro conservadorismo, desconsiderando a dialética que tanto ele como Adorno haviam identificado no avanço das idéias iluministas.

A citada dialética entre preservação e avanço, entre resistência e progresso, é cuidadosamente modelada, e contém elementos dos dois grandes momentos – caricaturando um pouco – de sua formação intelectual e política: de um lado, a tradição científica alemã no sentido das *Geisteswissenschaften*, ou seja, das “ciências do espírito”, em uma tradução literal, contrapostas às *Naturwissenschaften*; de outro, o liberalismo político, o pioneirismo individual estadunidense, uma das características que marcou profundamente a experiência migratória. É apenas no esteio dessa trajetória que se pode compreender sua defesa – por vezes efusiva – dos EUA, em que diferia de muitos colegas, acima de tudo no *IfS*. Todavia, o que ele denomina de *humanismo*, e que define como uma espécie de ideário europeu, permitiria ao indivíduo desdobrar suas faculdades e assegurar em seu horizonte de pensamento, portanto, a defesa dessa qualidade como viés balizador da singularidade que a educação superior assumiria: “Disso faz parte, e neste final falo pro domo, que nós na Europa deixemos ou devolvamos à universidade a posição que ela ocupou. Talvez poucos aqui saibam, que em guinadas decisivas da história européia foi a universidade que preservou as grandes idéias contra as forças da deterioração, que foi também a universidade que, algum dia, representou a idéia de democracia na Europa”³⁵⁰. Como visto no capítulo primeiro, apesar dos solavancos sofridos por essa instituição em sua longa história, a participação crucial que teve em diversos contextos da história, e que se estende para além do continente em questão, é praticamente irrefutável.

No que se refere à formação universitária, visa estender a abrangência e a participação da filosofia a outras áreas, dado que ela se concentra sobre os cursos nas humanidades, que têm elevada carga de leitura baseada nela; no entanto, está em falta nos outros domínios em que, se olhada com seriedade, poderia ter um impacto ainda maior em virtude da crescente falta de contato, derivada da especialização, da orientação humana face a outras áreas de estudo. As decisões acerca de políticas públicas, a resolução de problemas no interior da empresa, tudo isso fica a cargo de peritos naquele assunto, sem que haja maneiras de questionar o seu trabalho. O desenvolvimento aqui retratado é visto como ainda mais grave à luz da participação de uma cultura singular que lhe teria dado origem, e que o *IfS* se esforçou em preservar durante a migração. “No século dezoito, quando a Europa

³⁵⁰ HORKHEIMER, Max, “Das Europäische” (*HGS* 8), 1985 [1954b], pp. 88 e 89.

tinha um futuro, a filosofia e a crítica que a compõe foram atuais, e ainda no dezenove a utopia, que se expressava no negativo, era mais do que mera ilusão. Em meados do vinte, o espírito do mundo [Weltgeist] parece ter deserdado para outros povos, e o pensamento europeu não é continuado na Europa. A resignação, porém, é impossível enquanto permanecer um resto de liberdade”³⁵¹. Mostra-se, nesse trecho, um dos lados da combinação, subjacente à teoria crítica da sociedade, entre as tradições culturais. À preservação, enquanto reafirmava sua ligação com o idealismo filosófico alemão, de alguns dos traços que o fundamentavam, somar-se-ia a transparência que era vista como marca do liberalismo e que, nesse sentido, caracterizava a sociedade estadunidense, moldada por uma história de autonomia e pioneirismo políticos cujas raízes eram significativas para se formular uma determinada defesa da cultura.

A complexa articulação que propõe entre a prática de pesquisa e o olhar sociológico pode ser vista desde a reabertura do *IfS*, em 12 de novembro de 1951, no conteúdo de sua fala de “posse” – posse que, nem de fato, nem de direito, se concretizava naquele momento. Tanto que ao início, após os agradecimentos de praxe, preocupou-se em enfatizar como deveria, se o tempo permitisse, retomar aquela fala pública, publicada em 1931, cuja idéia geral permanecia válida e premente. Assim, sugere que espera como a contribuição principal dessa instituição o auxílio na formulação do ponto de vista que possibilitaria ligar os diferentes processos sociais, removendo os antolhos que, frequentemente, cerceiam o olhar científico. No entanto, faz questão de ressaltar que essa proposta encontra-se distante de nivelar por baixo o rigor analítico. *“Isso não significa que os estudantes ou acadêmicos que traremos para as nossas investigações devam ceder algo da meticulosidade e da responsabilidade de sua disciplina. Devem, antes, exercitar-se no Instituto, aprendendo um com e do outro, a aplicar seus métodos às questões sociais. Àquilo que já dominam devem acrescentar o discernimento da antiga sociologia, além de apropriar-se dos recentes e aperfeiçoados métodos empíricos das ciências sociais*”³⁵². Complementa dizendo como está

³⁵¹ HORKHEIMER, Max, “Philosophie als Kulturkritik” (*HGS* 7), 1985 [1959a], p. 103. Tomo como uma das interpretações mais acuradas, no que diz respeito à mencionada dialética de pessimismo e otimismo, aquela de Olgária Matos, ao defender que *“há uma suspensão da ação política, mais em decorrência de uma teoria da história como teoria da melancolia do que em função de um pessimismo, pois assimilar este último significaria a recaída em uma forma do dogmatismo, de ontologia. É o enfrentamento do tema da dominação moderna que confere tom pessimista a esses escritos. Porém, não se trata de uma visão resignada dos acontecimentos, mas, antes, uma atitude de radicalismo político”*. MATOS, Olgária Chain Feres, *Os arcanos do inteiramente outro*, 1995 [1989], p. 20 – grifos no original.

³⁵² Refiro-me aqui ao manuscrito de sua fala que se encontra no arquivo. *MHA* IX 273.1a, 1951, fl. 5. Um ano antes, um memorando do *IfS* havia exposto preocupação semelhante: *“Nas últimas décadas a sociologia, em oposição ao seu antigo parentesco com os sistemas filosóficos, tornou-se uma ciência no sentido moderno. No esteio desse progresso, entretanto, reside a ameaça de que o pensamento sobre a sociedade caia, de um lado, em rotina técnica e amontoamento cego dos fatos, ou, de outro, em sínteses insuficientemente fundadas e definições conceituais abstratas. A conjunção dos métodos argutos da*

ciente do fato de que uma parcela significativa dos formandos ocupará cargos fora do ramo acadêmico, em profissões regulamentadas no âmbito do governo ou da iniciativa privada.

Mesmo face a esse horizonte, o encargo principal que caberia ao fomento do pensamento sociológico, para Horkheimer, encontra-se num âmbito mais geral e, pode-se dizer, mais profundo: *“Mas quase mais importante do que contemplar essas oportunidades profissionais é a tarefa de tornar a formação científico-social [sozialwissenschaftliche Bildung] um elemento no estudo acadêmico daqueles que, um dia, serão professores, políticos, jornalistas, médicos, e também juristas, bem como atuarão em outros postos de grande influência. Vemos na ciência social um elemento daquele humanismo atual, a cujo desdobramento a questão acerca do futuro da humanidade encontra-se ligada hoje. Os estudantes não devem parar de aprender a ler e entender Platão e Aristóteles, mas cremos que irão ler e compreendê-los corretamente, quando alcançarem o discernimento dos problemas sociais atuais, assim como, de fato, também vale o contrário, que os problemas atuais apenas podem ser suficientemente apreendidos quando as idéias da cultura ocidental são estudadas em suas fontes”*³⁵³. Retomarei alguns aspectos suplementares do conteúdo dessa fala posteriormente; no entanto, é fundamental realçar o modo como está posto o pano de fundo para a orientação prático-intelectual que a teoria crítica e, acima de tudo, Horkheimer levaria adiante nos anos seguintes.

O posicionamento que se explicita é o de marcar a distinção face às diferentes concepções de sociologia que se encontravam em debate, na Alemanha, naquele momento, ao mesmo tempo em que, como é evidente pelo trecho citado, se reafirma e reforça os laços entre a sociologia e a filosofia. Poderia-se, seguindo a interpretação de Demirović, ir um pouco além e afirmar, até mesmo, que se trataria de uma espécie de inversão da prioridade, em que aquela ótica fornecida pela – como aparece em outra passagem da fala – “postura sociológica” (*soziologische Haltung*) tornar-se-ia imprescindível ao aproveitamento máximo dos textos filosóficos. *“O saber sociológico precisa, então, determinar o processo intelectual de compreensão dos conceitos e textos centrais do pensamento europeu – a hermenêutica é, com isso, não apenas uma disciplina filosófico-filológica, de formação descompromissada e atribuição de sentido à vida, sob um viés de preservação cultural,*

pesquisa social, como formados, acima de tudo, nos países ocidentais, com o pensamento determinado pela teoria e pelas ciências do espírito, que costumou ter seu lar predominantemente na Alemanha, está em tempo”. INSTITUT FÜR SOZIALFORSCHUNG, *Memorandum über das Institut für Sozialforschung an der Universität Frankfurt/Main*, MHA IX 70c, 1950.

³⁵³ HORKHEIMER, Max, MHA IX 273.1a, 1951, fl. 5. Demirović atenta ao importante fato de que, dessa forma, também se traz argumentos contra a interpretação de Wiggershaus, de que a manutenção da teoria crítica precisaria ocorrer através de um trabalho estritamente teórico que resultasse em livros e artigos, sem reconhecer as múltiplas dimensões que o trabalho intelectual poderia e, porque não, deveria assumir. Cf. DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, p. 330.

*desdobrando-se, antes, à luz de uma postura sociológica, que visa a crítica e a mudança sociais. Isso deve ser enfaticamente realçado, pois aponta como Horkheimer não tendia em absoluto a refilosofar sua própria teoria ou, até, a abrir mão da pesquisa nas disciplinas especializadas*³⁵⁴.

Transparece a redefinição que, na acepção horkheimereana, precisaria atravessar a sociologia nos dois âmbitos: como uma ciência especializada no contexto do discurso acadêmico e da disputa pelo espaço na pesquisa universitária; e, paralelamente, procurando assumir uma posição central na proposta de um novo tipo de formação (*Bildung*), que se distanciasse, em alguma medida, daquele ideal alemão do século XVIII, ainda que, no esteio de um processo histórico que incorpore a superação definida através do conceito de *Aufhebung*, preservasse e, desse modo, devesse a ele alguns de seus componentes. Essa idéia deve ser pensada como abarcando seu pensamento durante toda esta década, dado que é através da expressão prática, presente em diversos espaços, que se torna possível averiguar de que modo tal virada *ma non troppo* rumo à sociologia – que, reitero, antes consolida do que interrompe o elo que sua teoria mantém com a filosofia – adquire forma concreta sob este novo norte da vida intelectual de Horkheimer. Acrescento, ainda, que o desenho de uma sociologia qualitativamente diversa daquela cuja organização se encontrava em curso na Alemanha perpassava, obrigatoriamente, a dimensão da *intervenção* associada à prática intelectual e científica, distante do sentido presente no partidarismo ou em argumentos de teor ‘puramente’ político, derivado, antes, do que fora diagnosticado nos anos 1930: a presença incontornável de juízos de valor na interpretação das ciências sociais e, portanto, o significado tomado pelo debate acerca destes.

(a) Alguns aspectos da atuação como reitor

Cabe assinalar, de início, que as atividades de Horkheimer na função de reitor, para além daquela parcela ocupada pelo trabalho rotineiro exigido por uma organização burocrática, orientaram-se, precipuamente, a partir do imperativo de se ver face a uma universidade que precisava ser reconstruída. O modo pelo qual essa realidade se impôs a ele de maneira avassaladora pode ser visto, por exemplo, no enorme tempo ocupado na negociação para conseguir as verbas necessárias a reerguer os edifícios dos institutos e das faculdades, quase todos destruídos, bem como construir, entre outros, os prédios destinados ao alojamento estudantil. Quanto a isso, detinha experiência precedente nesse quesito, tendo em vista que, nos anos imediatamente anteriores, havia sido obrigado a percorrer o mesmo

³⁵⁴ DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 331 e 332.

caminho para que fosse possível retomar a existência física do *IfS* na Alemanha, podendo se valer desse episódio para melhor organizar a tarefa que se lhe colocava. Entretanto, saliento que o empreendimento científico de grande porte, como aquele apresentado pela universidade em Frankfurt, além de exceder em termos de abrangência o comparativamente pequeno *IfS*, ainda estava tomado por uma conjuntura bastante diversa. Isso decorre tanto da multiplicidade de interesses que convergiam naquele espaço, com domínios científicos disputando a hegemonia em determinados contextos, e professores e assistentes competindo pelo espaço institucional à disposição, quanto pelo alto grau de heteronomia que cabia à atividade reitoral em comparação com a direção do modo concreto através do qual se dava no instituto de pesquisa sob a tutela de Horkheimer.

Quem se desse ao trabalho de recorrer a textos da época poderia ter encontrado, de modo explícito, algumas das balizas que norteavam o significado concedido por ele à educação superior e, notadamente, à universidade. Registre-se um aspecto que retomarei *en passant* durante as próximas páginas, e que ilustra como, malgrado os laços peculiares que se estabeleceram entre o *IfS* e a universidade frankfurtiana, o ideal da universidade alemã moderna era uma referência para esse pensamento crítico. É nesse sentido que, em um texto de 1950, redigido para a coletânea publicada nos EUA sob o título *Tensions that cause wars*, ao se dirigir a questões de cunho psicológico proeminentes no contexto de ascensão do fascismo, Horkheimer destaca a importância e um aspecto dessa instituição: “*Caso não se atente cuidadosamente ao problema da universidade alemã ela pode tornar-se, novamente, o centro de um nacionalismo maligno. A intromissão direta de fora seria, no entanto, perigosa; entre outros pois ameaçaria sua autonomia e auto-governo acadêmicos, uma de suas verdadeiras virtudes culturais*”³⁵⁵. Estava posto, portanto, que a participação na direção universitária, a julgar pelo seu discurso, voltar-se-ia a preservar a singularidade do modelo alemão, centrado sobre a prerrogativa da autonomia.

Como o seu antecessor na presidência da universidade, Boris Rajewski, assinalava ao início de 1951, as dificuldades financeiras do estado de Hessen e de Frankfurt eram apenas, por assim dizer, a gota d’água de um problema mais amplo que estava colocado: a falta de atratividade de uma instituição destruída. Em carta dirigida ao prefeito, onde, entre outros assuntos, tocou na necessidade de mais verbas orçamentárias, Rajewski afirma: “*Em nossa universidade temos, atualmente, 21 cátedras vagas. Algumas negociações para ocupá-las já duram dois, três anos. Elas repetidamente fracassam, pois as personalidades de renome não conseguem se decidir pela vinda para a universidade em ruínas*

³⁵⁵ HORKHEIMER, Max, “Lehren aus dem Faschismus” (*HGS* 8), 1985 [1950a], p. 34.

frankfurtiana [Frankfurter Ruinen-Universität]”³⁵⁶. Mostra-se que nem mesmo o fato de a universidade, em virtude de seu caráter de fundação autônoma submetida ao estado, estar dotada da prerrogativa de oferecer condições diferenciadas para conseguir trazer determinado docente ou pesquisador, possibilitava a contratação de muitos deles. Para além dessa declaração, há indícios e comprovações arquivais suficientes que mostram como a situação perdurou, pelo menos, durante toda a década de 1950 e parte da de 1960, levando alguns professores catedráticos de Frankfurt a aceitarem ofertas de outras universidades alemãs.

Para situar melhor o contexto institucional de seu trabalho, seguem algumas breves revisões sobre a estrutura e o estado da universidade. Ela era, naquele momento, composta por cinco faculdades: *Wirtschafts- und Sozialwissenschaftliche Fakultät* (Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais), *Philosophische Fakultät* (Faculdade de Filosofia), *Medizinische Fakultät* (Faculdade de Medicina), *Rechtswissenschaftliche Fakultät* (Faculdade de Ciências Jurídicas) e *Naturwissenschaftliche Fakultät* (Faculdade de Ciências Naturais). Em termos históricos, era a primeira dessa lista que detinha maior importância, tendo em vista que Frankfurt era (e continua sendo) um dos grandes centros comerciais e econômicos da Alemanha, sede dos principais bancos, bem como da bolsa de valores, o que levou a que a lógica de criação de cursos fosse orientada com vistas a suprir a demanda por tais funcionários. Em termos de prestígio, as faculdades das áreas de medicina e ciências naturais haviam adquirido grande relevância; a primeira, por sua utilidade imediata no que se refere a uma espécie de “uso social” do conhecimento, enquanto a segunda se projetara no esteio dos esforços de guerra e de uma tradição alemã, notadamente na área da física.

O primeiro mandato iniciou em outubro (quando começa o ano letivo universitário alemão) de 1951, sucedendo Rajewski, um professor da Faculdade de Ciências Naturais, da área da física médica. Os doze meses iniciais são marcados, sobretudo, por uma questão ampla e incontornável: a reconstrução física e acadêmica da universidade. O elevado grau de destruição a que estivera submetida pode ser constatado ao se consultar o orçamento daquele ano, em que a edificação de prédios para todas as faculdades, bem como a carência de moradia estudantil, constituíam as necessidades básicas do empreendimento. Os planos para erguer esses variados edifícios já haviam se iniciado durante a gestão anterior, de modo que coube a Horkheimer, essencialmente, zelar pela continuidade dos trabalhos, ou, como no caso do *Studentenhaus* (Casa estudantil), se esforçar em prol da obtenção de maiores recursos face à insuficiência dos inicialmente concedidos³⁵⁷. Nesse sentido, por exemplo, a

³⁵⁶ *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pasta nº. 135, carta de 13 de novembro de 1950, fl. 109.

³⁵⁷ Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pastas nº. 119 e 121.

Nesta última pasta encontra-se o dado de que, dos 3.550.000 marcos alemães (doravante *Deutsche Mark*, abreviado “DM”), DM 1.050.000 vieram de financiamento da administração e do *high commissioner* (alto

proximidade de Horkheimer com a administração governamental de ocupação que cabia aos EUA, bem como, porventura, o fato de ser cidadão dos EUA, colaboraram na possibilidade de garantir maiores verbas e, dessa forma, finalizar a moradia dos estudantes.

O que era designado de modo geral por *Studentenhaus* congregou, na verdade, tanto um espaço para encontros, festas, debates, encenações de peças e prática de esportes quanto o *Studentenwohnheim*, ou seja, a moradia estudantil propriamente dita. A epopéia que levou de seu planejamento até a finalização pode ser vista como símbolo do descompasso entre os interesses e as aspirações da administração universitária e as possibilidades dadas naquele contexto. A proposta de sua criação adveio, em grande parte, do imperativo de oferecer a moradia aos estudantes mais necessitados oriundos de outras cidades, e aos assim chamados refugiados da Alemanha Oriental³⁵⁸. O apoio inicial foi concedido pelo *Alto Comissariado da Alemanha Ocupada* (*High Commissioner for Occupied Germany* – doravante *HICOG*) dos EUA, que em 17 de julho de 1950 se comprometeu a financiar DM 550.000 dos DM 1.500.000 orçados para a construção. Após muitas negociações, e sob a ameaça de perder a doação estadunidense, o estado de Hessen e a cidade de Frankfurt conseguiram decidir por reservar DM 250.000 cada um para esta obra, de modo a contribuir na mesma proporção que a agência governamental. Ainda assim, passaram-se alguns meses entre cada um desses passos, de modo que a pedra fundamental apenas foi lançada em 25 de maio do ano seguinte, sendo que, em outubro de 1951, o escritório de arquitetura e engenharia contratado para a obra, face à elevação dos custos de matéria-prima e salários, bem como da emenda de ampliação ao projeto original, reajustou o orçamento total da obra para DM 2.897.550, excedendo consideravelmente o montante à disposição.

A construção ainda passou por outros percalços, visto que apesar de o *Richtfest* (o tradicional evento que celebrava o término dos fundamentos da obra) ter acontecido ao final de outubro de 1951, até meados do primeiro semestre de 1952 os edifícios continuarem praticamente no mesmo estado, sem avanços significativos, levando a que o prefeito se manifestasse pela retomada e adiantamento dos trabalhos. Estes foram novamente dificultados por questões financeiras: o valor final da obra – agora contemplando tanto os prédios quanto o interior, os móveis e o acabamento – foi fixado em DM 3.104.586,16, de

comissário) estadunidense, John McCloy, enquanto o restante (DM 2.500.000) de fundos alemães do estado e da cidade. De modo a oferecer subsídios para um melhor entendimento dos valores monetários da época, apresento alguns dados suplementares: em outubro de 1949, as previsões orçamentárias no que se refere exclusivamente à reconstrução ou renovação de prédios atingidos por bombardeios, totalizaram DM 19.435.000. Naquele ano foi solicitado, para inclusão no orçamento de 1950, um montante de DM 3.300.000, sendo que, num primeiro momento, o prefeito de Frankfurt, em virtude das dificuldades financeiras pelas quais passava a cidade, pôde garantir a concessão de apenas DM 440.000.

³⁵⁸ Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pasta n°. 164, em especial fls. 43-51, 57 e 162-173.

acordo com o contrato da firma de arquitetura apresentado à sessão do comitê responsável pelo acompanhamento dos trabalhos instaurado na instituição³⁵⁹. As garantias para que fosse completado vieram apenas quando esforços orçamentários extraordinários de estado e cidade somaram-se a outros DM 500.000 doados pelo *HICOG* através de McCloy.

A interrupção da obra por conta da necessidade de ajustar os pagamentos junto às empreiteiras e outras empresas contratadas ocorreu justamente na passagem do mandato de Rajewski para Horkheimer. A escassez de fundos para a manutenção do projeto é ilustrada, por exemplo, pela participação de estudantes internacionais na construção, que formaram mutirões e ajudaram nos mais diversos trabalhos, seja como voluntários ou apenas em troca do dinheiro para cobrir os gastos do transporte e da alimentação³⁶⁰. Tal esforço somou-se à obrigação, instituída desde 1946, de que cada estudante que se matriculasse tivesse de levar a cabo dois dias de trabalho nas atividades de reconstrução, tempo que foi aumentado para uma semana (quarenta e oito horas líquidas) a partir do final de 1948. Ali, a enorme falta de mão-de-obra compeliu a administração a adotar tais medidas, visto que, do contrário, as condições de estudo e a retomada do funcionamento da universidade com um mínimo de suporte institucional e predial tornar-se-ia um processo demasiadamente delongado.

A importância de erguer em especial as instalações dedicadas às associações e atividades estudantis detinha um caráter particular no contexto pós-nacional-socialismo. Era manifesta a preocupação que determinados desmandos nas formas de organização da juventude alemã haviam sido ocasionadas após a ascensão do regime hitlerista, e tornava-se necessário, desse modo, proceder ao enfrentamento dessas estruturas que, sob determinado ponto de vista, alienaram parcelas de população da capacidade de analisar o movimento ao qual haviam se submetido. Assim, estava em voga promover formas de socialização dessa juventude que, de um lado, as tirassem da proximidade com as antigas e ressurgentes corporações estudantis (como as mencionadas *Korporationen* e *Burschenschaften*), e, de outro, diminuísse a escassez de oportunidades de interação e comunitarização, promovendo a existência de uma vida estudantil no sentido forte do termo, que abrangesse um conjunto de atividades ao redor do aprendizado em sala de aula como vital à formação humana.

Já durante o primeiro semestre de 1952, poucos meses após assumir a reitoria, uma atividade que ocupou um espaço significativo em sua agenda foi receber as requisições de orçamento do ano seguinte das diversas faculdades, tanto em termos de pessoal, quanto de

³⁵⁹ Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pasta nº. 165, fls. 167-205, 218-225 e 253-265. O orçamento detalhado encontra-se nas fls. 305-320, e a referida sessão ocorreu em 9 de junho de 1952.

³⁶⁰ Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pastas nº. 134 e 164/1, fl. 460; nesta encontra-se uma notícia de jornal acerca do tema publicada no *Frankfurter Rundschau* de 8 de agosto de 1951. Para o parágrafo seguinte, ver as fls. 245-248 da pasta 164.

recursos básicos. Detenho-me predominantemente sobre a questão de pessoal, pois os dados disponíveis para equipamentos e outras despesas similares são pouco detalhados para que se possa esmiuçá-los. Inicialmente, portanto, foram requisitados aproximadamente dez professorados (*Ordinariat*) ou cadeiras (*Lehrstuhl*), dos quais dois, na realidade, tratavam da conversão de um contrato extraordinário em ordinário. No sistema acadêmico alemão, esse tipo de distinção ligava-se, acima de tudo, ao tipo de vínculo, visto que o contrato de professor ordinário é por tempo indeterminado, além de haver a disparidade salarial entre ambos. Enquanto a diferença monetária é de pequena monta, a maior distinção se refere ao prestígio acadêmico e à posição que se ocupa no interior da hierarquia acadêmica, visto que o professor que chamarei de titular (*Ordinarius*) possui um elevado grau de autonomia sobre o conteúdo designado pelo nome de sua cadeira, e pode, além disso, requisitar a contratação de assistentes e exercer maior influência na nomeação de futuros professores.

É interessante notar que precisamente a Faculdade de Filosofia, sede da cátedra pertencente a Horkheimer, deixou de fazer qualquer solicitação de professorado. Enquanto isso, havia uma distribuição relativamente equânime entre as diversas faculdades, sendo os seguintes pedidos incorporados à previsão orçamentária para 1953: Faculdade de Ciências Jurídicas: direito penal (*Strafrecht*) e direito da cidadania e do trabalho (*Bürgerliches Recht und Arbeitsrecht*); Faculdade de Medicina: conversão de duas cadeiras extraordinárias, de odontologia (*Zahnheilkunde*) e fisiologia vegetal (*Vegetative Physiologie*) em ordinárias; Faculdade de Ciências Naturais: restituição da segunda cadeira de matemática (*Mathematik*), extinta por motivos políticos em 1934, e reocupação da cadeira de psicologia (*Psychologie*), vaga desde 1933; Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais: ciências administrativas (*Betriebswirtschaftslehre*) e sociologia (*Soziologie*). Além disso, aprovou-se um pedido de cadeira conjunta entre a Medicina e as Ciências Naturais, para o estudo da genética, mas que acabou sendo criada sob a nomenclatura de *antropologia e ciência da hereditariedade* (*Anthropologie und Vererbungswissenschaft*)³⁶¹. No caso desta, tratava-se de uma cadeira que, após a tomada de poder pelo governo nacional-socialista, havia sido apropriada para divulgar os estudos de eugenia. Finalmente, decidiu-se que duas outras cátedras solicitadas seriam deixadas de lado nesse orçamento: a de direito da cidadania, direito internacional e direito comparado (*Bürgerliches Recht, ausländisches Recht und Rechtsvergleichung*) e a de tecnologia química (*chemische Technologie*), solicitadas, respectivamente, por parte das Faculdades de Ciências Jurídicas e Ciências Naturais.

³⁶¹ Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pasta n°. 121.

Contudo, apesar do cuidadoso planejamento, as restrições financeiras impediram a concessão da grande maioria dos pedidos feitos pela universidade. Desse modo, diversos deles tiveram de ser repetidos no ano seguinte, como pode ser visto pelos documentos contidos no plano orçamentário para o ano de 1954, redigido e aprovado durante o segundo e último mandato de Horkheimer. Ali, além de realizar os pedidos, havia ocorrido uma mudança organizativa, com as solicitações sendo classificadas em três categorias: “*I – necessidade inegável*”, dividida em subcategorias, (Ia) e (Ib); “*II – extremamente urgente*” e “*III – bastante importante para o desenvolvimento da universidade*”³⁶². A hierarquização final, evidentemente, coube ao reitor, que a decidiu a partir das solicitações e justificativas trazidas à frente pelas faculdades. Tendo em vista que inexistem documentos acerca das motivações que levaram esta ou aquela sugestão a ser priorizada, pode-se apenas destacar alguns dos aspectos do ordenamento efetuado.

Para contextualizar os trâmites que envolvem a indicação de um professor seguem, brevemente, as etapas que antecedem a *Berufung*, ou seja, a nomeação de um acadêmico. Saliento que o próprio termo delimita a especificidade do processo: derivado tanto do verbo substantivado “*Ruf*”, ou seja, “chamado”, quanto de “*Beruf*”, que se pode traduzir por “profissão” ou “vocação”, de acordo com o contexto, alude à adequação da pessoa em voga ao cargo específico a ser ocupado. Similarmente ao Brasil, onde há a publicação de editais, no caso alemão ocorre a “*Ausschreibung*” – que pode ser traduzida como “divulgação” – daquela vaga, cujo texto e conteúdo foi anteriormente discutido no colegiado e que, em seguida, costumava ser publicizada através de jornais de grande circulação. Os candidatos interessados devem enviar sua inscrição com *curriculum vitae* e uma lista de publicações para concorrerem, após o que é realizada uma pré-análise pela comissão de seleção da faculdade ou da área de conhecimento responsável. A partir dela alguns são previamente selecionados e se recorre a pareceristas externos a respeito das habilidades e características acadêmicas, escolhendo-se, em seguida, um número restrito que será convocado para aulas públicas. Essa aula constitui o critério final de eliminação, com o objetivo de reduzir a quantidade final a três nomes, que são indicados ao ministro estadual para sua escolha.

Definida a lista tríplice (*Dreierliste*), é redigido um novo e mais extenso parecer, chamado de *laudatio*, sobre cada indicado a ocupante da cátedra, em que se apresenta uma visão geral da trajetória acadêmica do candidato desde a graduação, os professores com os quais estudou, os temas que abordou em seu doutorado ou sua *Habilitation*, e, por fim, se tece comentários sobre as publicações e a contribuição que dele se espera caso venha a

³⁶² Para os diversos dados de ordem tanto qualitativos como quantitativos apresentados neste e nos parágrafos seguintes, cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1 Alt: Rektor, pasta nº. 122.

integrar o corpo docente. Esse intrincado processo de seleção, por vezes, se arrasta durante meses até a elaboração final da lista com a respectiva classificação.

O achatamento das ambições institucionais universitárias é perceptível no baixo número de cátedras (*Ordinariate*) solicitadas. Classificadas com prioridade (Ia) achavam-se apenas a criação da cátedra de *matemática*, solicitada no ano anterior e que ainda aguardava autorização, e da cátedra extraordinária (*ausserordentlicher Lehrstuhl*) de *microbiologia*; sob prioridade (Ib) tem-se a criação de quatro cátedras extraordinárias: *filologia inglesa*, *química inorgânica*, *psicologia* e *antropologia e ciências da hereditariedade*, sendo que a última adviria da conversão de um posto de assistente superior já existente. A prioridade (II) listava a cátedra de *direito do cidadão e do trabalho*, de *administração* e de *odontologia*, esta novamente resultado de conversão a partir de cadeira extraordinária. Finalmente, a prioridade (III) apresentava apenas três cátedras: *direito penal*, *sociologia* e *ciência da música*, a última existente como extraordinária, localizadas, respectivamente, nas faculdades de *ciências jurídicas*, *ciências econômicas e sociais*, e *filosofia*. A única observação é a preferência dada às faculdades de *medicina* e de *ciências naturais*, vis-à-vis a permanência, em segundo plano, das solicitações efetuadas pela de *ciências jurídicas*.

O segundo ponto decorre do fato de as duas cátedras na área do direito terem ficado com uma prioridade relativamente menor, ainda que a de *direito penal* estivesse sendo pleiteada há mais de três anos. Em parte isso se deve a que já existia uma cátedra nessa especialidade, mas a faculdade exigia uma segunda, baseada sobre dois argumentos: (i) o aumento do estudantado e (ii) a inferioridade que a área de estudos legais em Frankfurt aparentava face a congêneres de outras universidades alemães, cujos grandes centros detinham ao menos dois catedráticos de direito penal. Tendo em vista a maior urgência, em termos práticos, dos pedidos feitos, por exemplo, pela faculdade de medicina, cujo hospital atendia a população local, pode-se ter uma pista do que levou a essa hierarquização. No que se refere às ciências humanas e sociais, houve um reequilíbrio parcial com os pedidos de dez *Diätendozenten*³⁶³, professores com contrato temporário, requisitados justamente para suprir deficiências quantitativas do corpo docente, visto que se dedicavam apenas a ministrar disciplinas, com salários bem inferiores aos dos catedráticos.

³⁶³ A contratação desses dez docentes esteve distribuída entre as seguintes especialidades: *filologia românica*, *filosofia*, *medicina física radiológica (biofísica)*, *zoologia*, incluindo *zoologia aplicada*, *química orgânica e bioquímica*, *administração pública*, *história do leste europeu*, *administração de empresas*, *ciência sistemática da música* e *história nacional da idade média*.

Veja-se aqui os vencimentos (marcos alemães, anual) para as três classes de professor, de modo a ilustrar a diferença, sendo o valor total composto de salário-base + adicional de quarenta por cento + gratificação): *Ordinariat* (11.100 + 4.440 + 2184 = 17.724); *Extraordinariat* (8.600 + 3.440 + 1.716 = 13.756); *Diätendozentur* (4.800 + 1.920 + 1.716 = 8.436).

A perspectiva de Horkheimer acerca da (possível) contribuição educativa docente, subsumida à formação para a resistência às tendências totalitárias, era pública e embasava sua defesa de mais recursos para a universidade. Por conseguinte, reconhecia e enfatizava o papel político-acadêmico que cabia a essa instituição, contrapondo-se a mantê-la sob a idéia da tão conhecida “torre de marfim”. Nesse sentido é que ele se posiciona, em sessão do *Kuratorium*, acerca das pesadas restrições orçamentárias impostas pelo estado: “*Hoje de modo algum se trata, para nós, apenas das nomeações. Sei que estou em acordo com todos que, na universidade, deve haver não apenas professores titulares e extraordinários, como também Diätendozenturen em medida suficiente. Este não é o caso. A trajetória formativa [Bildungsgang] dos estudantes está fortemente prejudicada, se não houver docentes em número suficiente. É um perigo, também sob o ponto de vista político, se os estudantes não são enviados para a vida com uma formação universal. Sua carência nesse tema os torna suscetíveis à propaganda totalitária. A concessão das Diätendozenturen é, por isso, uma solicitação bastante urgente da universidade ao ministério*”³⁶⁴. Destarte, ele demonstra uma dupla inteligência política, na medida em que se distancia de insistir na satisfação de todas as exigências do corpo docente, que seriam, em primeira instância, a criação de novas cátedras, recorrendo ao expediente de permanecer no âmbito dos contratos mais limitados e menos onerosos; ao mesmo tempo, ao ligá-los a um problema nevrálgico da história alemã recente, procura combater possíveis acusações de um corporativismo acadêmico, visto que uma parcela significativa dessas obrigações docentes visava questões mais abrangentes do que aquelas de caráter exclusivamente científico.

Paralelamente, eram patentes as graves dificuldades em conseguir trazer os nomes desejados pelas respectivas faculdades. Retomando a citada cátedra de filosofia, ocupada por Krüger, veja-se o processo de sua ocupação, no intuito de ilustrar os problemas com os quais a administração universitária da época se deparava. A cátedra fora ocupada pelo filósofo e biólogo Hans Lipps desde 1936. Sua morte na Segunda Guerra Mundial (1941) obrigou a faculdade a procurar um substituto. Indicou-se três nomes: Ferdinand Weinhandel em primeiro lugar e, empatados em segundo, Josef König e Joachim Ritter. Nenhum dos três aceitou o convite, obrigando a faculdade a preparar outra lista confeccionada e entregue ao ministro apenas em 1945, indicando o filósofo Gerhard Krüger para a cadeira, que, em virtude da demora do governo de Hessen em fazer a oferta formal, aceitou uma indicação para Tübingen, o que implicou a preparação de uma nova lista³⁶⁵. Nesse ínterim as aulas

³⁶⁴ *Universitätsarchiv*, Akten des Rektors, Abteilung 1, n.º. 78, sessão de 27 de maio de 1953, fls. 14 e 15.

³⁶⁵ A reconstrução da trajetória de nomeação para essa cátedra exposta nos parágrafos seguintes foi obtida a partir de dados arquivais. Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, pasta n.º. 300-07/01. A decisão de Gadamer em dar preferência a Heidelberg em detrimento de Frankfurt estava tomada ao menos desde o

ficaram – em caráter substitutivo – a cargo de Hans-Georg Gadamer, sendo ele convidado a ocupar a cátedra, aceitando-o mas, logo em seguida, deixando a cadeira em favor de convite que lhe havia sido feito por Heidelberg, exigindo a elaboração de uma lista adicional.

Esta relação de nomes, submetida ao ministro em 1950, agora em um contexto de reconstrução da universidade, mas que, especificamente para esse caso, constituía uma disputa que vinha desde o governo nacional-socialista, foi objeto de controvérsias internas até mesmo antes de ser aprovada em sua versão final: a faculdade propôs, nessa ordem de preferência, os filósofos Josef König, Gerhard Krüger e Theodor W. Adorno; essa indicação foi contestada com base em dois fatos principais, sendo um deles o perigo de minar a pluralidade filosófica em Frankfurt, ao possibilitar a nomeação de Adorno, colega de Horkheimer, detentor de uma das cátedras, e, assim, favorecendo a reprodução da filosofia social em detrimento, por exemplo, da filosofia existencialista cultivada por antecessores daquela cadeira. Na primeira versão de sua justificativa, inclusive, o professor que expressara seu dissenso adentra o mérito da participação decisiva de Horkheimer na listagem inicial, ao recusar diversos nomes de orientação similar à de Adorno para, em seguida, defender sua inclusão. Tratar-se-ia preponderantemente de interesse pessoal ou acadêmico? Até mesmo a possibilidade de fazer algum tipo de separação dessa ordem, quando muito estabelecer a sua extensão, encontra-se fora do alcance e dos objetivos deste trabalho. Pode-se apenas assinalar que, se eles cultivavam uma amizade antiga e bastante próxima, a admiração intelectual de um pelo outro está documentada na correspondência trocada entre ambos e no trabalho teórico conjunto delineado por eles. A importância de destacar o imbróglio representado por esse episódio consiste em tentar oferecer uma demonstração do jogo de forças que estava em questão, visto que o ministro alterou a lista, cuja ordem final foi: Josef König, Gerhard Krüger e F. J. Brecht, definida em meados de 1950. Na data de 07 de março de 1951 ocorreu o primeiro encontro de negociação de König com o ministro, e ele enviou suas condições de contratação em 16 de abril do mesmo ano.

As últimas datas foram obtidas com base em uma carta de 29 de maio de 1951 do ministro da educação e da cultura de Hessen, Ludwig Metzger, enviada ao prefeito de Frankfurt, Walter Kolb. Além de relatar o andamento das conversas com König a respeito da nomeação, ele também destaca dois fatores fundamentais: primeiramente que, apesar de o reitor da universidade ter solicitado celeridade na contratação, o estado de Hessen indispunha de meios adequados para remunerar os docentes, oferecendo salários inferiores a

final de 1949, como pode ser depreendido em carta de Horkheimer ao decano da faculdade de filosofia, Otto Vossler, datada de 1º de novembro de 1949, em que lamenta a perda de mais este filósofo. Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 134, pasta nº. 4, fl. 66. Da mesma época data o início do esforço de Horkheimer em indicar Adorno para a cátedra (cf. carta 853, *HGS 18*).

diversas outras instituições alemãs e solicitando, assim, que a cidade averiguasse a alternativa de complementar os vencimentos. Além disso, dimensiona o nível de cerceamento material da época, afirmando que o problema da moradia (*Wohnungsfrage*) estava impedindo ou dificultando diversas negociações, pois eles eram incapazes de garantir aos pretendentes que conseguiriam encontrar casas ou apartamentos de acordo com suas necessidades, remetendo inclusive ao caso de um professor que há seis meses tentava achar uma casa e, mesmo dispondo de um imóvel de troca em Bonn, continuava sem encontrar uma alternativa. Apesar da interrupção na correspondência nesse ponto, sabe-se que a nomeação de König fracassou novamente, mas que Krüger aceitou a cadeira, pois em 23 de maio de 1956 encontra-se a lista para sua substituição após a aposentadoria (*emeritiert*)³⁶⁶.

Agora, os nomes indicados – sem ordem de classificação – foram Josef König, Helmuth Plessner e Wilhelm Weischedel. A ministra Helen von Bila decidiu-se por Weischedel, escrevendo-lhe em 17 de agosto de 1956, sendo que em carta de 11 de abril de 1957 encontra-se a confirmação de que as negociações com ele fracassaram, o que leva von Bila a requisitar uma nova lista tríplice à faculdade, visto que considerava os outros dois candidatos muito idosos para serem nomeados, o que implicaria a aposentadoria em curto espaço de tempo. De certo modo, pode-se argumentar que essa indicação específica demonstra, novamente, a pequena influência exercida pela teoria crítica, em termos institucionais, em Frankfurt: se, anteriormente, haviam sido incapazes de incluir o nome de Adorno na lista, agora tiveram a preferência deles novamente recusada, visto que Plessner teve atuação bastante próxima a eles, até mesmo ocupando, de modo interino, a direção do *IfS*. A nova lista tríplice foi apresentada apenas em 5 de março de 1958, indicando-se nessa ordem os professores Hans Barth, Eugen Fink e Walter Schulz³⁶⁷. O anúncio e a convocação

³⁶⁶ Para a carta citada e a nova lista com a respectiva documentação, cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, pasta n°. 300-07/01, respectivamente fl. 91 e fls. 76-83. No parágrafo seguinte farei referência às correspondências com a ministra da educação e da cultura de Hessen, Dr. Helen von Bila, fls. 65 e 68-70, bem como a mais uma lista tríplice, cuja composição e documentos correspondentes estão em fls. 40-56.

³⁶⁷ A correspondência aqui citada encontra-se no *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, pasta n°. 300-07/01, respectivamente fls. 32, 31, 30 e 29.

Em paralelo corria um processo que teve demora similar: a substituição de Wilhelm Sturfels, professor extraordinário aposentado em 1953, cuja lista tríplice foi remetida ao ministro em 24 de março de 1956, sem que houvesse nomeação, dando início a nova seleção instaurada em novembro de 1961. Adorno e Horkheimer participaram intensamente durante os trabalhos da comissão, que se reuniu diversas vezes no ano seguinte (15 e 28 de fevereiro, 16 de maio, 7 e 18 de junho e 22 de julho), até consensuar uma lista. A cisão que dificultou um acordo era quanto a se um antigo docente de Frankfurt, Wolfgang Cramer, que detinha o direito à docência sem ter um contrato com a universidade, deveria ser cogitado para a posição. Enquanto seu nome esteve fora da disputa, Horkheimer argumentou repetidamente a favor de seu assistente, Karl-Heinz Haag, sendo que o decano mostrou-se frontalmente contra incluí-lo na lista em virtude de “nomeações caseiras” (*Hausberufungen*) serem mal-vistas. A lista aprovada pela faculdade em 26 de julho de 1961 foi composta de Cramer, Gerhart Schmidt e Hermann Lübke, nessa ordem de classificação, e Cramer foi nomeado em 30 de março do ano seguinte. Esta nomeação tem importância na medida em que as desavenças entre Cramer e Horkheimer eram explícitas, conforme se pode ver pela

de cada um deles se deu em 09 de maio (para Barth, que declinou) e em dezembro do mesmo ano (para Schulz), que condicionou sua aceitação à possibilidade de trazer o seu assistente para Frankfurt. Ele próprio acabou por abrir mão da mudança (carta manuscrita de 29 de janeiro de 1959), esgotando, mais uma vez, as opções indicadas.

A gravidade desse caso específico bem como, *mutatis mutandis*, dos sintomas de desagregação da faculdade, pode ser melhor dimensionada a partir da fala de um professor, em reunião do senado universitário, para liquidar as delongas na elaboração da lista que manchavam a reputação da faculdade – e de toda a universidade, argumentava –, que propôs a reconstituição da comissão de seleção para ocupar a cátedra de filosofia, que teria cinco pessoas, uma indicada por cada faculdade da universidade. Dessa forma, por mais justificativas que pudesse apresentar, este membro da instituição colocava claramente em dúvida a autonomia e a capacidade daquela faculdade. Fazia-o, aliás, remetendo a declarações que haviam chegado aos seus ouvidos em outros espaços, em que pessoas externas à universidade já afirmavam suspeitar de “listas-fantasma” (*Scheinlisten*), considerando este processo de nomeação um engodo, atingindo o ponto de asserir que o corpo docente procurava, de maneira ativa e explícita, impedir a ocupação da cátedra³⁶⁸. A questão se resolveu apenas em meados de 1959, quando uma carta do decano da Faculdade de Filosofia transmite a indicação de Bruno Liebrucks para complementar o nome de Eugen Fink que restara da lista anterior, sendo Liebrucks nomeado pelo ministério em 24 de julho de 1959³⁶⁹. Naquele momento, aquela que era a principal cátedra dedicada exclusivamente à filosofia em Frankfurt permanecia vaga por mais de três anos e meio.

correspondência trocada entre ambos alguns anos antes (cf. cartas 981-983, *HGS 18*, pp. 411-418). Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, n.º. 300-07/03, fls. 68-123 e *id.*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 130, n.º. 82, fls. 437, 473, 478 e 479, e Abteilung 130, n.º. 83, fls. 4-6, 17 e 18, 32-35 e 38.

³⁶⁸ Para o excerto da ata de reunião do senado, ocorrida em 27 de maio de 1959, cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, pasta n.º. 300-07/01, fl. 25, e a menção aos rumores nas fls. 20-22. Até mesmo por ocasião do complemento da lista com o nome de Liebrucks, a faculdade fez questão de reiterar a preferência por Fink através da seguinte passagem que encerra a indicação, na carta de 01º de julho de 1959 (fls. 11 e 12): “A faculdade verificou todas as possibilidades em questão, antes de se decidir por apresentar sua primeira sugestão, em 23 de maio de 1956, e a segunda, em 5 de março de 1958. Nessas sugestões ela se deixou levar pela idéia de que a cátedra de filosofia tinha uma importância muito especial para a tarefa formativa da universidade. O nomeado deveria contribuir à continuidade da tradição filosófica da ainda jovem universidade frankfurtiana. Justamente por isso a faculdade se permite aludir enfaticamente a que ela, no sentido de sua segunda lista, veria como muito bem-vinda a nomeação do senhor Fink. Ela conhece as dificuldades administrativas, porém, seria extremamente grata se essas, dada a excepcional importância dessa nomeação, pudessem ser superadas”.

³⁶⁹ A longa negociação interna até que se chegasse à composição dessa lista está registrada, mesmo que sumariamente, nos protocolos de decisão das sessões da congregação e de suas comissões. Ali, inclusive, encontra-se o entendimento de que o ministério simplesmente não queria nomear o segundo da lista, Eugen Fink, motivo pelo qual a inclusão de outro nome tornaria quase certa a sua indicação pelo estado, suspeita que, de fato, acabou sendo confirmada através da rápida nomeação de Bruno Liebrucks. Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 130, n.º. 82, fls. 340 e 343.

Pode-se observar como a convergência (infeliz) de diversos fatores dificultou, durante um período de tempo considerável, a organização da filosofia em Frankfurt. Os documentos existentes impedem que se tenha clareza acerca de outros fatores que podem subjazer essas disputas; porém, como procurei ressaltar, considerações de ordem material desempenharam um papel importante³⁷⁰. Para além disso, e deixando de lado o grau em que ocorreu maior influência de laços pessoais ou considerações acadêmicas, Horkheimer contribuiu decisivamente para que Adorno obtivesse, em 1953, uma cátedra extraordinária (*planmässiges Extraordinariat*), visto que em 1950 este tão somente recuperara o direito de lecionar (a *venia legendi*) sem, no entanto, ter uma posição e qualquer tipo de pagamento por parte da universidade³⁷¹. Tal concessão foi autorizada em paralelo pelo ministério, sem prejudicar eventuais outras solicitações de docentes que a faculdade de filosofia pudesse vir a fazer. Em momento posterior, em que se desencadeou a disputa com Hellmut Ritter relatada acima, também no quadro da reparação de guerra (*Wiedergutmachung*), foi-lhe concedida uma cátedra de “Filosofia e sociologia”, que ocupou até sua morte. O intrincado processo, cujas negociações tomaram praticamente todo o ano de 1956, retrata a disputa de poder no interior da faculdade que se fazia presente, visto que a transformação do posto extraordinário em ordinário, por originar-se da legislação específica fruto da reconstrução pós-holocausto, ocorreria sem prejudicar as demandas universitárias financeiras e institucionais; não obstante, houve veementes protestos quanto à indicação.

Paralelamente, deve-se considerar o fato de que o caráter peculiar de sucessão de uma cátedra também complexificou o processo de composição da lista tríplice. Quando um titular (*Ordinarius*) aceita uma indicação em outra universidade ou falece, tais condições não se aplicam; contudo, quando é aposentado (*emeritiert*), considera-se que há uma tradição a zelar, em virtude de ele ter encerrado sua trajetória acadêmica na instituição. Se isso difere da tentativa de criar uma escola de pensamento, e se a faculdade como um todo permanece soberana na elaboração da lista, sempre realizada por uma comissão, o que se

³⁷⁰ Sobretudo, pode ser valioso – porém, vai além do escopo deste trabalho – reconstruir detidamente as disputas em termos político-científicos expressas por esses debates: ou seja, a tentativa de direcionar o conteúdo da filosofia para um determinado eixo, tendo em vista que, se existia uma tradição estabelecida através da teoria crítica, é indubitável que os centros do pensamento filosófico estavam alhures: em Tübingen, em Freiburg, em Heidelberg e, mais recentemente, em Berlim. O fato é que a filosofia em Frankfurt foi incapaz (ou desinteressada) de se desvencilhar do espectro do hegelianismo-marxismo até a década de 1970, quando, após a morte de Adorno, o afastamento de Horkheimer e, por fim, a partida de Habermas rumo ao recém-criado *Max-Planck-Institut* em Starnberg, levaram a uma reorganização da área, que coincidiu com um suporte burocrático-legal, visto que as faculdades foram dissolvidas por uma nova legislação estadual que criou “domínios especializados” (*Fachbereiche*).

³⁷¹ A documentação e a correspondência referentes, primeiro, à nomeação de Adorno como professor extraordinário (30 de setembro de 1953), e, em seguida, acerca da obtenção de uma cátedra (1º de julho de 1957), estão disponíveis no arquivo da universidade. Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 134, n.º. 4, fls. 82-89 e 90-114, respectivamente.

tem é a praxe de aquele professor que se aposentou, caso o queira, ser membro da comissão responsável por analisar os nomes para a nova cátedra, podendo, portanto, não apenas votar ou obstar o prosseguimento, mas argumentar diretamente a favor ou contra a inclusão de nomes durante o processo. Um caso exemplar e ilustrativo foi a sucessão do próprio Horkheimer, que solicitou sua aposentadoria para deixar a cátedra ocupada por ele a partir de 1962, desencadeando, ao final do ano anterior, a discussão para nomear a comissão responsável por analisar de que forma dar-se-ia a transição para seu substituto³⁷². Duas questões principais circundaram a nomeação: de um lado, tem-se o debate se a indicação deveria ocorrer a partir de filósofos “puros” ou se, antes, manter-se-ia a associação entre a filosofia e a sociologia; como ambas foram levadas simultaneamente, eram propostos e debatidos nomes para cada uma dessas interpretações, sendo que acabou por prevalecer, ao final, uma dissonância no interior da comissão que os levou a simplesmente elaborar duas listas e levar a decisão final à instância máxima da faculdade.

Todavia, faz-se necessário elucidar esse estado de coisas, pois está distante de se tratar de proteção específica no caso de Horkheimer, mas sim de um costume arraigado na antiga universidade alemã, uma espécie de prerrogativa oculta daqueles que conseguem atingir o topo da hierarquia acadêmica. Há contraprovas concretas que demonstram como, até mesmo na época em que foi reitor, ou seja, quando ocupava o posto individual de maior poder na instituição universitária, respeitou a divisão de poderes existente em seu interior: a influência que exerceu, no caso de Adorno, deve-se ao fato de ser um caso interno à faculdade de que ele era parte e, portanto, tinha legitimidade de participar no processo de indicação de professores. O extremo oposto aparece, então, no diálogo travado entre Horkheimer e René König, quando este ocupava a posição de titular em Köln, acerca das possibilidades de ser incorporado ao corpo docente em uma eventual cátedra de sociologia a ser criada na *Wi.-So. Fakultät* em Frankfurt³⁷³. König mostrou-se interessado em instaurar uma eventual cooperação e associar-se ao *IfS*, e esforçou-se bastante em dirimir boatos na

³⁷² Os protocolos de discussão da comissão responsável pela seleção, composta pelos professores Adorno, Horkheimer e Liebrucks, quanto da sessão da “congregação” da faculdade (*Fakultätssitzung*), que decidiu o desfecho da lista ao ministro, fornecem os detalhes. Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 130, n.º. 83, fls. 122/123, 158/159, 184/185, 200-203, 217/218 e 223-227.

³⁷³ Cf. a correspondência entre ambos no *MHA* V 103.102-103.171. A primeira cátedra de sociologia na *Wi.-So.-Fakultät* acabou sendo recriada apenas em 1957, tendo sido inicialmente ocupada por Julius Kraft; paradoxalmente, Heinz Sauermann, sociólogo detentor de uma cátedra de economia em Frankfurt, organizou o primeiro encontro de sociologia após a derrubada do governo nacional-socialista justamente em Frankfurt, em 1946. Cf. GLATZER, Wolfgang, “Die deutschen Soziologen [...]”, 1989, pp. 46 e 47. É impossível retomar, no âmbito deste trabalho, o destino da sociologia acadêmica em Frankfurt durante o período de governo nacional-socialista, bem como imediatamente após, sob a ingerência direta e explícita das forças de ocupação. Para maiores detalhes, remeto aos dois textos a seguir: KLINGEMANN, Carsten, “Sozialwissenschaften in Frankfurt [...]”, 1989 e BRAKEMEIER, Heinz, “Die Wiedereinrichtung der Sozialwissenschaften”, 1989.

época de que aproveitaria a sondagem de Frankfurt para negociar uma cátedra em Zürich, garantindo a Horkheimer que não havia nenhuma oferta de lá. Do lado oposto, em carta de 11 de junho de 1952, Horkheimer manifestou não saber se o orçamento vindouro contemplava a verba para a criação da cátedra, e acrescentou que, sem dúvida, tratava-se de um assunto interno à faculdade e que ele, mesmo na condição de reitor, manteria distância de imiscuir-se, remetendo o próprio König a engajar-se no diálogo tanto com o ministro quanto com Sauermann, professor dessa faculdade.

O aspecto mais significativo desse episódio consiste menos em apontar a idoneidade de Horkheimer enquanto reitor – ainda que seja um dado a se levar em conta – para, antes, corroborar a idéia de que ele expressava, em termos práticos, o respeito à autonomia da atividade científica e, no caso, em sua concretização institucional no poder decisório atribuído a cada uma das partes que formavam o todo da universidade. Assim, se havia questões que mereciam tratamento em esferas onde convergissem representantes das diferentes faculdades, mantinha-se como válida a noção de existir um foro privilegiado ou reservado para temas como a nomeação de docentes, questão que ainda ganhava em importância na medida em que a escolha de um nome entre aqueles que constituíam a lista tríplice era uma precedência do ministro da cultura, relativizando a influência exercida pela faculdade e, ao mesmo tempo, aumentando a magnitude adquirida pela elaboração da lista.

Simultaneamente, deve-se atentar a que, ao menos no que se refere a Frankfurt, a autonomia de cada faculdade encontra uma espécie de meio-termo. Isso pois a lista era, sempre, submetida ao *Kuratorium*, que se posicionava a respeito – ou seja, ao menos precisava aprová-la – mas podia, também, fazer ressalvas ou comentários adicionais. Além disso, como os decanos das cinco faculdades integravam essa instância, cabia-lhes expressar os juízos emitidos pelos docentes que representavam; como foi o caso, em 1952, por ocasião de lista para a cátedra de ciência política, na *Wi.-So. Fakultät*, em que tanto a Faculdade de Ciências Jurídicas, quanto a de Filosofia, manifestaram críticas: ao primeiro indicado, que ocupava uma posição de destaque na vida política institucional, e receava-se que seria incapaz de se dedicar suficientemente às atividades docentes, e ao terceiro nome, contra quem teriam surgido pareceres colocando em questão seu renome científico³⁷⁴. Entretanto, se a Faculdade de Filosofia chegou ao ponto de questioná-la, o próprio *Kuratorium* permaneceu neutro face à lista, tomando conhecimento do relatório do decano sem entrar no mérito das ressalvas. Nesse sentido, levando-se em conta que a lista foi mantida e encaminhada ao ministério, a autonomia da faculdade foi, de fato (e de direito), preservada.

³⁷⁴ Sessão de 18 de julho de 1952. Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung 1, nº. 78, fl. 4 da ata de reunião.

Em paralelo, Horkheimer também teve uma participação ativa em debates que se ocuparam de questões que transcendiam o âmbito exclusivo da universidade presidida por ele. Dedicarei atenção a um deles em particular: sua intervenção no que se refere ao ressurgimento das organizações estudantis representadas pelas *Studentische Korporationen* (corporações estudantis), cuja tendência à reprodução de ideais nacionalistas e, não raro, explicitamente autoritários, era observada com preocupação no espaço acadêmico alemão, ao mesmo tempo em que, dada sua tradição e disseminação no território, também contavam com apoio substancial por parte de pessoas, dentro e fora da universidade, que haviam tomado parte nesses movimentos. A eclosão de manifestações que remetiam aos antigos costumes que, como visto acima, procuravam selecionar os estudantes e contribuir para a preparação desses grupos organizados em torno de interesses anti-democráticos, deu-se de modo crescente a partir da reestruturação da universidade com o fim da guerra, e culminou nos anos em que Horkheimer foi reitor.

As “resoluções de Tübingen” (*Tübinger Beschlüsse*), aprovadas em 1949, foram a resposta dada pela universidade local à presença cada vez maior das manifestações desses grupos organizados, que, acima de tudo, manifestavam um desrespeito ao ideário que deveria permear a atividade intelectual inerente à prática científica, onde também esperasse-se o recurso à democracia. Ali, o reitor e os docentes condenaram e, para além disso, proibiram os estudantes de realizarem, nas dependências universitárias, atividades ligadas às corporações ou de portar as tradicionais vestimentas que os identificavam como integrantes dessas comunidades³⁷⁵. A década de 1950, no entanto, acabou por apresentar um cenário diferente, em que docentes de variadas instituições argumentavam que o perigo de uma nova escalada do nacionalismo ou, até mesmo, do nacional-socialismo, estava distante e, portanto, restrições como aquelas teriam perdido o sentido.

Dessa forma, a *Westdeutsche Rektorenkonferenz* (Conferência de Reitores da Alemanha Ocidental – doravante *WRK*), em sua reunião realizada em Marburg, na data de

³⁷⁵ Tanto o contexto de criação quanto as principais práticas comuns às *Korporationen* foram apresentados no capítulo 1 desta tese. No arquivo de Horkheimer encontra-se uma pasta com recortes de matérias jornalísticas a respeito dessa questão, em especial referentes ao ano de 1953. Cf. *MHA* XVII 47.

Transcrevo um trecho dos *Tübinger Beschlüsse*: “Não se deve negar que, em parte das antigas corporações, havia tradições as quais, aperfeiçoadas e combinadas com novos conteúdos, merecem ser absorvidas e preservadas. É compreensível que algumas associações queiram, em sua refundação, apoiar-se em resquícios organizacionais das antigas corporações. Porém é a tendência restauradora, que repetidamente toma a frente nos esforços para a criação de associações estudantis, o que constitui a verdadeira preocupação. Entre o outrora e agora se colocam mudanças de grande dimensão. A geração que vivenciou essa época precisa encontrar novas formas e novos conteúdos para sua vida conjunta”. A reunião da *WRK* realizada de 11 a 13 de outubro de 1949, também em Tübingen, manifestou seu apoio às resoluções e enfatizou a importância de se encontrar novas formas de associação. Cf. *Universitätsarchiv, Abteilung*. 1 alt, nº. 90, “Anlage 2 zum Protokoll der Rektorenkonferenz in Marburg am 4. 5. 52”.

04 e 05 de maio de 1952, se viu obrigada a rever o posicionamento de apoio *pari passu* às resoluções aprovadas em Tübingen três anos antes, matizando significativamente a posição face a esses desenvolvimentos. O debate para se chegar a qualquer tipo de nova resolução, até mesmo mais branda, mostrou-se bastante truncado em virtude da haver posições que, além de divergentes, eram irreconciliáveis. Tanto que a primeira versão do texto proposto para aprovação foi intensamente discutida, sendo alvo das mais diversas sugestões e ressalvas, até que, finalmente, se chegasse a uma solução satisfatória, e que foi aprovada por unanimidade³⁷⁶. Tratou-se, assim, de uma formulação bastante geral, onde o distanciamento face às orientações ideológicas estava implícito, visto que os contestadores do ressurgimento viam nele a possibilidade de uma fagulha para incendiar as aspirações a um estado alemão forte sob o signo de um nacionalismo anti-semita e racista.

O tema viria a ser retomado apenas no ano seguinte, em que, apesar de estarem mantidas opiniões diferentes acerca de algumas das questões básicas do problema, alguns membros consideraram relevante que se adotasse um novo posicionamento a respeito. Nesse sentido, Horkheimer foi enfático ao destacar que todo cuidado seria pouco na redação desse texto, de modo a evitar que se pudesse interpretar, a partir dele, uma espécie de revisão do juízo expresso pela *WRK*. Após mais debates, conseguiu-se, outra vez, aprovar uma resolução, dessa vez com três votos em contrário³⁷⁷. Acima de tudo, o que dificultou o diálogo foi o modo como se concluiu que algumas formulações poderiam gerar a impressão

³⁷⁶ Reproduzo aqui a resolução na íntegra: “*A Westdeutsche Rektorenkonferenz abordou, mais uma vez, a questão das associações. Em concordância com o encontro de Tübingen, em 1949, os reitores apelam novamente às escolas superiores, aos senados e às representações estudantis para que façam de tudo no intuito de evitar que concepções de honra [Ehrevorstellungen] altivas voltem a ganhar vida e se mostrem. A unidade da civitas acadêmica não deve ser colocada em perigo através de formas de vida comunitária estudantil não mais defensáveis. Para as formas de comunitarização estudantil devem ser determinantes a verdadeira postura científica, o sentimento de responsabilidade social e os ensinamentos das últimas décadas*”. *Universitätsarchiv*, Abteilung. 1, nº. 90, protocolos das reuniões de Marburg e Stuttgart.

³⁷⁷ As comissões tiradas no contexto das reuniões para elaborar ambas versões foram compostas de quatro e cinco docentes, respectivamente, sendo que Tellenbach e Horkheimer foram os únicos a integrar as duas. O texto final aprovado por unanimidade foi o seguinte: “*Os reitores das universidades da Alemanha Ocidental reunidos em Stuttgart, nos dias 26 e 27 de junho de 1953, constatarem que está em curso um trabalho conjunto compreensivo na configuração da vida comunitária estudantil, que se dá tanto com os estudantes não-corporativos, a maioria, quanto com os que fazem parte de corporações e comunidades dos mais variados tipos. No entanto, eles lamentam profundamente que alguns círculos, que se encontram distantes das atuais tarefas espirituais e político-estatais das escolas superiores, e da responsabilidade verdadeira da Civitas acadêmica, tenham freqüentemente desvalorizado, mal-interpretado ou atacado esses esforços. Os reitores esperam, dos estudantes, que eles tenham consciência das obrigações perante sua escola superior e sua respeitabilidade. Por isso precisa ser exigido dos estudantes que, em especial no que se refere ao uso público das cores e à participação nos duelos, eles respeitem estritamente as resoluções adotadas e acordos aprovados pelo senado. Através de perseguições e falsificações, como elas lamentavelmente voltam a acontecer em determinados jornais e revistas, tem-se um desserviço às tarefas sérias estudantis e acadêmicas em geral*”. O “senado” ao qual é feita referência nessa citação significa o conselho máximo decisório de uma universidade, explicitando o compromisso com a autonomia. *Universitätsarchiv*, Abteilung. 1 Alt, nº. 90, protocolos das reuniões de Marburg e Stuttgart.

de que a *WRK* pretendia dizer às universidades o que fazer, desrespeitando, assim, a autonomia que cada instituição tem para regulamentar essas questões. A redação final dada à resolução visou, então, enfatizar os aspectos do comportamento e da orientação que o engajamento estudantil deveriam evitar, sem endereçar-se especificamente a determinadas formas de organização do corpo discente.

Horkheimer dirigiu-se de modo abrangente a diversas expressões dos modos através dos quais o estudantado poderia interagir e, assim, exercitar um sentimento de comunidade, que procurasse equilibrar a tendência a um egocentrismo exagerado, que tivesse como implicação, por exemplo, a hipertrofia do individualismo no sentido forte, qualitativo do termo, deixando os jovens mais suscetíveis a manobras por parte do aparelho de governo ou de massas, fossem elas partidárias ou outros tipo de organização. Pode-se notar, portanto, como a idéia de preservar aspectos da cultura pressupunha um discernimento que permitisse identificar os elementos que fossem na contramão de uma realidade repressiva³⁷⁸. O convívio humano necessitaria de determinados espaços que pudessem retirá-lo, mesmo que apenas temporariamente, das atividades enredadas na competição submetida ao desempenho, à exigência de superar o outro como fim maior face à interação no interior do grupo e entre diversos desses grupos.

(b) O curso de graduação em sociologia (*Diplom-Soziologie*)

A ambivalência quanto ao papel da formação que se apresentava na teoria social de Horkheimer, citada acima, também encontra sua expressão na prática que empreendeu no espaço acadêmico. O exemplo mais notável, para tanto, encontra-se em sua participação na comissão que formulou os requisitos para a obtenção do diploma de sociologia, inexistente como curso autônomo na Alemanha até a década de 1950, e que foi inicialmente introduzido em Frankfurt e em Berlim, na recém-inaugurada *Freie Universität*. Ali, ele se viu forçado a contribuir para a disciplinarização desse domínio, que foi conformado às exigências do ensino e da pesquisa universitários estabelecidos, o que, de certa forma, ajudou em sua canonização – algo que, a meu ver, teve o objetivo de evitar que ele fosse cooptado e submetido às práticas acadêmicas de aplicação imediatista do conhecimento. Se lhe foi possível resguardar determinadas características através da participação nesse

³⁷⁸ Nesse contexto é que devem ser entendidas, por exemplo, as idéias levantadas por ele em palestra de 1961 acerca do esporte como um fenômeno social, em que destaca, acima de tudo, sua importância como ente socializador, que poderia fomentar o trabalho conjunto, a interação coletiva que mantivesse algum espaço para o exercício da autonomia individual. Cf. HORKHEIMER, Max, “Neue soziale Verhaltensmuster” (*HGS* 8), 1985 [1963c].

projeto, teve de se render a tomar parte na divisão do trabalho estabelecida. Nesse sentido, por exemplo, observa-se aqui um dos casos em que a teoria crítica teve reflexos positivos na prática, colaborando direta e decisivamente na formulação dessas diretrizes.

Antes de reconstruir os contornos dessa proposta, cabem alguns breves comentários acerca da institucionalização da sociologia na Alemanha Ocidental no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Para tanto, recorro ao detalhamento realizado por Alex Demirović, que, acima de tudo, apresenta a vantagem, para o objeto deste trabalho, de focar o problema com a ênfase dirigida para a participação do *IfS* nessa empreitada. Diferentemente do que se podia observar, a partir do que foi traçado no capítulo primeiro desta tese, a reorientação dos estudos superiores após 1945 deixou a sociologia como disciplina autônoma totalmente marginalizada, tanto no interior da universidade, quanto no horizonte científico: havia raras cátedras, e inicialmente estas se encontravam dispersas e servindo à docência em diversos cursos, sem que houvesse uma organização com vistas à formação de sociólogos³⁷⁹. Entre as figuras que participaram diretamente da elaboração dos primeiros pareceres quanto ao formato a ser adquirido pela ciência social (*Sozialwissenschaft*) na Alemanha estava o decano da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais (*Wi.-So. Fakultät*) de Frankfurt, Heinz Sauermann, um dos articuladores do retorno do *IfS* à Alemanha, que pautou a importância do distanciamento das ciências sociais no sentido *lato* face às ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), a seu ver marcadas pelo viés especulativo e metafísico, o que implodiria aspirações rumo à inserção no domínio científico.

Simultaneamente, um outro grupo, reunido a partir da comunhão de serem representantes dos variados institutos alemães na área das ciências sociais, elaborou um relatório em que ligava a cientificidade à utilidade social do conhecimento, na chave de uma analogia com os saberes e as receitas oferecidos pela medicina. Expressava, acima de tudo, uma espécie de reserva de mercado no que se refere ao direito de formular juízos sobre a sociedade, em algum grau deslegitimando a eventual tentativa paralela de outras óticas acerca do social, tendo seu argumento reforçado pela palestra de Helmut Schelsky, em 1950, que questionava o viés “teórico-especulativo”, advogando a retomada de uma sociologia dita “aplicada”, sob o manto sagrado da “objetividade” e da “neutralidade”³⁸⁰.

³⁷⁹ Cf. DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 266-276.

³⁸⁰ Cf. DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 277-288. Além de bater de frente com o conteúdo da teoria discutida no *IfS*, ainda lhes imputa um favorecimento que teria se originado das forças de ocupação estadunidenses. “Ao mesmo tempo, entretanto, Schelsky toma a si próprio como aquele que, na realidade, representaria a sociologia americana na Alemanha; e, similarmente a Horkheimer, se mostra preocupado com a sucessão acadêmica – contudo, ele visa de modo mais imediato a carreira acadêmica e menos a sua racionalidade e formação”. *Ibid.*, p. 284. Para a “resposta” – nunca publicada – do *IfS*, cf. MHA IX 250.1a; um balanço da sociologia no contexto de Frankfurt, da década de 1910 até o pós-guerra, está em PROSS, Helge, “Die Soziologie [...]”, 1956.

Adorno, Horkheimer e von Wiese receberam esse diagnóstico de maneira bastante crítica, preocupados, acima de tudo, com uma orientação cada vez mais direcionada à preparação de “especialistas administrativos” (*Verwaltungsspezialisten*), em detrimento do “acadêmico” (*Gelehrter*). Assim é que o *IfS* redigiu o rascunho de uma resposta, que atribuía à sociologia a tarefa de fomentar a capacidade de julgamento, distanciando-se de uma especialização cientificista, e enfatizando que o caráter democrático que se buscava na sociedade deveria, igualmente, estar subjacente a essa forma de conhecimento.

Um possível modo de o *IfS* trabalhar essa questão houvera sido delineado em um breve projeto de pesquisa rascunhado por Horkheimer, que data de 28 de fevereiro de 1949. O problema era, precisamente, o de conceber a ciência social como um vetor que pudesse contribuir na democratização do país, ou seja, entendê-la como tomando distância de uma autonomia científica no sentido positivista. No texto, a importância de um estudo desse tipo encontra sua justificativa pelo fato de a tradição acadêmica das ciências sociais alemãs ter sofrido uma influência excessivamente filosófica e especulativa, que foi incapaz de levar as investigações a lidar com problemas práticos da sociedade através da pesquisa. “*O conhecimento meticuloso da situação presente da ciência social pode nos tornar aptos a ligar o desenvolvimento futuro à tradição sociológica existente, e tornar as diversas medidas de assistência mutuamente o mais proveitoso possível, incluindo o intercâmbio de estudantes e estudiosos*”³⁸¹. O impacto que a sociologia estadunidense teve sobre ele, ao mesmo tempo em que se torna evidente um elevado grau de desconfiança face ao estado das ciências sociais alemãs, fazia com que essa incursão fosse vista por ele como fundamental para que se pudesse organizar concretamente os próximos passos. Pode-se depreender, das ações e trajetórias dos meses seguintes, que os resultados devem tê-lo estimulado significativamente, tendo em vista que deixou de lado o receio face ao retorno à Alemanha, aceitando o convite que lhe fora feito pela universidade frankfurtiana.

As aspirações de Horkheimer se refletem, em alguma medida, na menção feita acima à mudança na nomenclatura de sua cátedra para “filosofia e sociologia”, solicitada em 24 de março de 1951. Ela expressava o interesse institucional, dado que sua participação

³⁸¹ HORKHEIMER, Max, “A study in the present situation [...]”, 28 de fevereiro de 1949, fl. 2. O projeto proposto visava realizar entrevistas com membros do corpo docente de Frankfurt, Heidelberg e Munique, no intuito de compreender em que medida os métodos mais recentes da pesquisa social empírica estavam em curso nas ciências sociais alemãs e, com isso, planejar as maneiras de intervenção acadêmica. O papel difuso que caberia ao pensamento sociológico é expresso por Horkheimer numa conferência estudantil, em 1954: “*A reivindicação de fornecer à sociologia um espaço apropriado nas universidades não atinge apenas o ensino. Ao lado da especialização jurídica e educacional, ao lado dos diplomas de psicólogo, economista, comerciante etc., carecemos de outro tipo de preparação profissional acadêmica. A sociologia teórica e empírica e a política precisariam formar seu núcleo, e seriam obrigatórios conhecimentos jurídicos e econômicos, bem como a possibilidade de doutorar-se na faculdade de filosofia ou de ciências econômicas*”. *Id.*, “Verantwortung und Studium” (*HGS* 8), 1985 [1954c], p. 451.

em bancas nessa área ou na oferta de disciplinas exigia que também fosse oficialmente responsável por ministrar conteúdos pela área de sociologia; mas, além disso, é justificada com base na mudança e perda de sentido que teria se dado quanto ao termo da “filosofia social”, cuja orientação seria, na segunda metade do século XX, radicalmente diversa das atividades didáticas e de pesquisa planejadas por ele. Ele se refere, especificamente, às necessidades do tipo de formação necessária aos estudantes, e deixa entrever um interesse intelectual genuíno na formulação do tipo de sociologia que deveria ser fomentado no contexto frankfurtiano³⁸². Um indicativo adicional para tanto é a lista de temas que o próprio Horkheimer sugere, alguns anos depois, para as primeiras provas no âmbito da sociologia em Frankfurt: “1. *O que é sociologia?*; 2. *O conceito de ideologia*; 3. *A família como problema social*; 4. *A teoria da origem do capitalismo de Max Weber e a crítica de sua teoria*”. Sem que deixasse de refletir a abordagem que perpassou os trabalhos do *IfS*, tinha a preocupação com um determinado cânone estabelecido na literatura sociológica, o que de modo algum impediu que, continuamente, marcasse a importância da contribuição que a filosofia e seu viés interpretativo teriam para o estudo daquela disciplina.

A idéia levantada acima, de que existiria uma espécie de caráter dubio em relação ao *se e como* dever-se-ia institucionalizar a sociologia na educação superior alemã sob uma disciplina acadêmica dotada de um diploma autônomo é apresentada por Demirović a partir dos debates que antecederam e acompanharam a tentativa de criar o diploma em Berlim, cuja proposta foi anterior à de Frankfurt, mas acabou sendo aprovada posteriormente. Além da tensão entre a possibilidade de submissão da sociologia à disciplinarização universitária, bem como sua conformação a exigências extra-científicas, que poderiam tirar-lhe sua capacidade crítica, como o retratava a posição de Heinz Maus, um ponto em comum era a necessidade de pensar as oportunidades de inserção profissional dos formandos, sob o risco de que se criasse uma habilitação sem o devido debate acerca dos objetivos e, assim, alavancasse o perigo de interferências externas decidirem acerca do rumo da formação nas

³⁸² O texto completo com o seu pedido, dirigido à faculdade e ao ministério de Hessen, encontra-se no arquivo da universidade. Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, pasta 300-07/02, fl. 77. Os temas de prova elencados por ele que cito a seguir se encontram em *MHA* IV.9. Ver, ainda, DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 291-293.

No período de 1944 a 1948, no contexto dos preparativos, após o fim da guerra, para o oitavo congresso de sociologia da *DGS*, desenrolou-se uma outra controvérsia, sem a participação do *IfS*, que ainda estava distante de concretizar seu retorno, envolvendo a crítica de Lukács à sociologia como positivismo, que teria facilitado a ascensão do nacional-socialismo, rebatida tanto por von Wiese quanto por Heinz Maus, ambos opostos ao cientificismo lançado por uma parte dos acadêmicos, sendo defensores do potencial crítico do pensamento sociológico e da teoria social. A diferença é que Maus, tendo estudado no *IfS* nos anos 1930, buscava aproximar marxismo e sociologia, indo até mesmo estudar e lecionar na Berlim Oriental, em 1949, onde logo se desiluiu por causa das restrições impostas pelo regime soviético a uma discussão crítica e não-dogmática das teses de Marx. Cf. *ibid.*, pp. 295-310.

ciências sociais³⁸³. O primeiro consenso ao qual se conseguiu chegar foi o de incluir um rol variado de disciplinas razoavelmente estabelecidas nas ciências sociais contemplando, por exemplo, a política, a psicologia social, a política social e a antropologia cultural, para citar algumas, mas reunir e unificá-las sob um diploma comum, o de “sociólogo”. O grau de organização mais elevado no âmbito da *DGS* decerto foi um fator fundamental para que se desse essa consolidação.

Da mesma forma é que o elevado interesse dos frankfurtianos em desempenhar um papel decisivo nesse processo, aliado à proximidade entre os principais dirigentes da *DGS*, notadamente Leopold von Wiese, que inclusive ministrou diversos cursos e seminários no *IfS*, e Adorno e Horkheimer, deve ter contribuído para que lhes coubesse a coordenação de uma das comissões responsáveis por elaborar uma proposta de regimento de avaliação. O confronto principal que se desdobrou dessa constelação de interesses foi a incerteza quanto à demanda por profissionais e formandos desse tipo, acima de tudo no setor público, em que vigorava um monopólio dos juristas, que diversos grupos das ciências econômicas e sociais pretendiam extinguir. Para os colegas do *IfS*, no entanto, o que ganharia importância seria de fato a possibilidade de intervir diretamente em um espectro mais amplo, ao formar seres humanos capazes de lidar, de maneira questionadora, com os desenvolvimentos do mundo capitalista que, nas palavras de Adorno apresentadas por Demirović, tendiam a seguir o mesmo caminho tomado nos EUA: “*Eles não deveriam ser treinados como profissionais versados na pesquisa social empírica mas, antes, ser formados como especialistas instruídos, críticos da sociedade* [gesellschaftskritischen]. *Mas justamente esse pontapé inicial rumo à formação dos sociólogos no quadro da Faculdade de Filosofia levou, como se mostrará a seguir, a um dilema estratégico*”³⁸⁴. Aquele jogo de forças que inicialmente

³⁸³ Cf. DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, pp. 388-400. Além das questões levantadas, outra que se apresentou naquele momento, ainda que tenha ganhado projeção relativamente menor, envolvia o tipo de relação que existiria entre a “ciência da política” e a “sociologia”.

³⁸⁴ DEMIROVIC, Alex, *Der nonkonformistische Intellektuelle*, 1999a, p. 405.

O problema do conflito entre os diferentes interesses profissionais, bem como dos domínios científicos, é apresentado nas pp. 400-414. Ali ganha destaque o fato de que o *IfS* alardeou, no meio acadêmico, o caráter pioneiro do diploma de sociologia criado primeiramente em Frankfurt, com ênfase no conceito amplo que era compreendido em sua formulação, voltada tanto para a prática de pesquisa quanto ao emprego em outras instâncias profissionais. No entendimento de Demirović, um elemento decisivo era o de que se desenhava a possibilidade de sistematizar o modelo a ser adotado na Alemanha, em particular dado que Adorno e Horkheimer se encontravam articulados com algumas das outras instituições influentes no ramo da sociologia, como Köln (von Wiese), Berlim e Göttingen (Plessner).

Até mesmo a *Wirtschafts- und Sozialwissenschaftliche Fakultät* em Frankfurt, malgrado os receios de Horkheimer, foi incapaz de criar o seu próprio diploma para concorrer com a *Philosophische Fakultät*, permanecendo ela e, concretamente, o *IfS*, como uma das raras opções em toda a Alemanha de obter o título. Um indicador, para tanto, é o crescente número de estudantes nesse curso, apesar da falta de clareza quanto à perspectiva profissional; embora, como manifestado por alguns estudantes, o maior problema residisse na contradição – insolúvel, como o diria Adorno – da formação teórica face à prática exercida nos empregos posteriormente ocupados. Cf. *ibid.*, pp. 414-425.

favorecera a concepção de Adorno e Horkheimer logo se inverteu, em virtude da pressão dos grupos que tinham em Schelsky uma de suas vozes mais enérgicas, que preferiam ver o título de sociólogo ou cientista social submetido a outros cursos pré-existentes, relacionados em sua maioria à preparação para a carreira pública ou privada em áreas próximas da economia. Com isso, o que era apresentado por modelo da *DGS* para a Alemanha tendia a ser alterado em favor de uma opção composta por diversas habilitações com maior grau de divergência e que, portanto, iam na contramão da base de uma teoria da sociedade, marcada pela participação da filosofia, como concebido no *IfS*. Para a sorte deles as variadas faculdades de ciências econômicas e sociais, bem como sua entidade representativa, manifestaram-se contra a adesão a essa extensão do diploma, de modo que a proposta inicial, mais atrelada à formação filosófica, pôde ser sustentada.

Uma proposta dessa espécie de “regimento de avaliação” (*Prüfungsordnung*) foi inicialmente introduzida em 1954. Ele expressa uma característica da antiga tradição dos cursos universitários alemães: salvo raras exceções, a maneira de controlar o conteúdo que deveria ser dominado pelos formandos costumava ocorrer através dos temas listados para as provas finais, sem que houvesse um currículo mínimo, em termos de disciplinas obrigatórias, a ser cursado³⁸⁵. Há material de arquivo, referente à participação de Horkheimer em uma sessão do ministério da cultura (responsável pelas instituições educacionais), com o resumo de sua contribuição, em que enfatiza a especificidade do

A manutenção da sociologia sob a responsabilidade do *IfS* continuou até o início da década de 1970. Com isso, quer-se dizer que apesar de o assim chamado “*Seminar*” ter passado a acontecer em dependências da universidade a partir de 1966/1967, ou seja, já no contexto da aposentadoria de Horkheimer, ainda era dirigido por Adorno, von Friedeburg e Habermas, todos eles relacionados em maior ou menor medida ao *IfS*. A mudança definitiva e a integração a alguma divisão universitária aconteceria apenas em 1971, quando em Frankfurt a separação em faculdades foi extinta e substituída por *Fachbereiche* (numa tradução livre: “domínios especializados”), por sua vez sub-divididos em diferentes institutos, onde o *Soziologisches Seminar* tornou-se parte das “ciências sociais”. Cf. *ibid.*, pp. 425-429. Algumas breves considerações de Horkheimer acerca do papel interventor do sociólogo e do filósofo encontram-se em “Gedanken zur politischen Erziehung” (*HGS* 8), 1985 [1960 / 1963].

³⁸⁵ A diferença radical no que se refere à concepção do desenvolvimento e da autonomia intelectuais é ilustrada, por exemplo, por Paul Lazarsfeld, quando relembra a introdução, na década de 1920, do modelo da “tese guiada” (“*guided dissertation*”) por Robert Park na sociologia da *University of Chicago*, que visava, justamente, contrapor-se ao modelo alemão vigente. Como ele explica, trata-se da organização do que é, hoje em dia, conhecido como programa de pós-graduação, enquanto na Alemanha o candidato escolhia um tema, escrevia a sua tese e, ao final, submetia-a à avaliação por uma banca de professores. Cf. LAZARSFELD, Paul, “Sociology of Social Research”, 1993 [1962], p. 266.

René König pauta sua distinção, por conta da época de sua origem, pela contraposição à possível escolarização educacional, que deveria ficar restrita aos ginásios e, por isso, clamava pela manutenção das condições singulares que marcavam a universidade, diferentemente, por exemplo, do projetado sistema francês: “*E é importante dar-se conta dessa atmosfera, pois nela se anuncia o ideal de formação especificamente alemão, de acordo com o qual toda a prática, que não seja aclarada pela totalidade do saber, representa uma rotina vazia. Na França, a luta pela formação superior tomou um outro caminho. Acima de tudo, foi Napoleão quem procurou substituir as universidades por escolas especiais*”. KÖNIG, René, *Vom Wesen der deutschen Universität*, 2000 [1935], p. 49.

diploma como proposto em Frankfurt, autorizado em caráter probatório pelo governo do estado de Hessen por um período de três anos³⁸⁶. A diferença em relação aos cursos existentes em Nürnberg e Wilhelmshaven-Rüsterspiel, onde existiam diplomas de *Sozialwirt*, que, em uma tradução livre, assemelharia-se a um “economista social”, estaria, de acordo com ele, na ênfase jurídica desse currículo, que procuraria preparar estudantes capazes de lidar com o aparato burocrático-legal nas esferas privada e pública, enquanto a concepção frankfurtiana, proposta pela faculdade de filosofia, estaria centrada sobre uma formação mais abrangente, reunindo cursos de métodos de ciência social empírica, história social e econômica, bem como dos sistemas políticos, conhecimentos de psicologia social, economia política e jurídicos, e, até mesmo, noções do estudo de pesquisa de opinião. A inclusão de algumas dessas questões no amplo leque de conteúdos decorreria justamente de preocupações externadas por figuras de liderança na economia e na política, que teriam manifestado sua preocupação quanto à falta desses saberes nos recém-formados.

O regimento original de seis páginas, cuja cópia também se encontra dentre o material arquivado, prevê uma duração total de oito semestres para o curso, com uma prova preliminar (*Vorprüfung*) a ser realizada após a metade desse período, composta de um exame oral compreendendo cinco avaliações sobre cada um dos conteúdos listados a seguir, e duas avaliações escritas. Havia cinco matérias cujos conhecimentos seriam avaliados em seu âmbito: “(i) *Conceitos fundamentais de sociologia e filosofia social*; (ii) *História contemporânea, com ênfase sobre a história social, cultural e econômica*; (iii) *Fundamentos de teoria de economia política*; (iv) *Conceitos elementares de estatística* e (v) *Fundamentos de psicologia, com ênfase sobre a psicologia social*”. A prova principal (*Hauptprüfung*), requisito para a obtenção do diploma, era composta de uma parte escrita, referente ao trabalho de conclusão de curso (*Diplomarbeit*), cuja aprovação com o conceito mínimo de “satisfatório” permitia o acesso ao exame oral. Este, com duração mínima de duas horas, divididas em ao menos quarenta minutos para a disciplina principal (*Hauptfach*), e vinte minutos para cada disciplina complementar (*Nebenfach*), versaria sobre os seguintes temas: “(i) *Sociologia teórica e histórica, filosofia social e sua história, incluindo os domínios específicos de interesse do candidato*; (ii) *pesquisa social empírica*;

³⁸⁶ Este e os próximos cinco parágrafos foram redigidos com base no material encontrado em arquivo cujas folhas, atualmente, se encontram sem numeração, de modo que é possível indicar apenas a pasta de origem contemplando as atas das reuniões ocorridas. Para melhor orientação, no corpo do texto cito os documentos utilizados. Cf. *MHA* IV.9, “Aktennotiz”, 1954-1957, e IV.10 “Protokolle”, 1962-1963. A importância de Horkheimer no cenário da sociologia alemã pode ser inferido, em parte, por uma carta encontrada entre os documentos aqui citados, datada de 17 de maio de 1955, em que dois professores lhe solicitam, em nome do *Seminar für Soziologie* (Seminário de sociologia) da *Freie Universität Berlin*, um parecer acerca da proposta de prova e diploma a ser implementada por aquela universidade.

(iii) *Ciência da política*; (iv) *Fundamentos de direito do estado e, quando cabível, domínios sociológicos importantes do direito administrativo e do trabalho*; (v) *uma disciplina eletiva*". O quinto tema precisava estar ligado de algum modo aos interesses perseguidos no decorrer do curso, podendo, cumprida essa condição, ser de matéria externa à faculdade.

Como se pode ver, a influência da concepção de trabalho intelectual aventada por Horkheimer desde os anos 1930 é evidente, sendo que uma estrutura desse tipo era única na Alemanha de então e, de certo modo, permaneceria como um marco singular³⁸⁷. Como destaca em um memorando de 1955, a existência da prova preliminar que mencionei no parágrafo anterior – não adotada nas outras três universidades citadas – serviria, acima de tudo, para demarcar aquele currículo mínimo, ao menos em termos de conteúdo, que inexistia na tradição acadêmica alemã. Na medida em que segue, em termos formais, o esqueleto aprovado e recomendado pela DGS, em sua sessão de 24 de outubro de 1953, é, sobretudo, a composição disciplinar que distingue sua proposta da existente, pautando o foco sobre a ciência social empírica (inexistente no diploma de *Sozialwirt*), em combinação com a teoria sociológica, sem, contudo, deixar de contemplar o conteúdo jurídico, enquanto o *Sozialwirt* tinha seus temas de prova concentrados no direito e na economia.

Por fim, havia um requisito adicional também particular, que, novamente, aprofunda a noção de que precisaria haver um elo entre a teoria e a prática, mas que sua mediação exigia o fomento ao pensamento científico. No § 3º encontra-se a seguinte passagem: "*Na inscrição para a prova principal é necessário comprovar uma atividade profissional ligada ao estudo com duração mínima de meio ano. A dispensa dessa regra pode ser autorizada pela faculdade, em casos excepcionais, quando comprovada uma proeminente capacidade científica*". Outros documentos encontrados juntos a este mostram que, em versão anterior, a proposta englobava um período de dois semestres. Logo, expressa-se a preocupação em, por assim dizer, tanto proteger o curso contra eventuais acusações de um academicismo injustificado, como resguardar a relevância que a dedicação à prática científica deve assegurar sob a idéia ampliada de formação. Ao mesmo tempo, pode-se entender que transmite certas orientações que, para além do debate apenas interno à academia ou da retórica, traduzem a concepção da contribuição que a formação do cientista social, de modo geral, e do sociólogo, em particular, poderia trazer à sociedade.

Em outro memorando do mesmo período, sem data, é feita uma comparação entre três diferentes diplomas existentes à época: o de sociólogo (*Soziologe*) e de cientista social

³⁸⁷ Para constatá-lo, basta confrontar as condições para a obtenção do diploma vigentes a partir de 2002, antes da implementação do *Processo de Bolonha*, que, na Alemanha, levou à introdução dos bacharelados de seis semestres. Ali, encontra-se uma ênfase muito maior sobre a especialização no interior da sociologia como uma disciplina autônoma. Cf. *Kultusministerkonferenz*, "Rahmenordnung [...]", 2002.

(*Sozialwissenschaftler*), ambos em Frankfurt, aquele sob a tutela da faculdade de filosofia, e este a cargo da faculdade de ciências econômicas e sociais, e o de sociólogo (*Soziologe*) em Berlim. Considero que compará-los detalhadamente ultrapassa o quadro desta tese, o que me leva a fazer apenas alguns comentários gerais: a diferença em Frankfurt consistia numa orientação mais ampla, no caso do sociólogo, que combinava a formação na sociologia teórica e empírica, complementada tanto com estatística quanto através da psicologia social, enquanto o diploma de cientista social, ainda que fomentasse a pesquisa empírica, tivesse sua ênfase sobre os estudos administrativos e burocrático-legais, com diversas disciplinas econômicas e da área jurídica estando, no limite, mais próximo ao *Sozialwirt* anteriormente mencionado³⁸⁸. Quanto a Berlim, a especificidade encontrava-se no fato de a prova final poder ser realizada tanto na faculdade de filosofia quanto na de ciências sociais, havendo um conteúdo básico comum e, dependendo do direcionamento feito pelo aluno, a ênfase se daria em termos de provas conclusivas que convergissem para a tradição das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) ou das ciências sociais aplicadas.

O caráter experimental dessa proposta pode ser observado a partir de comentários que sinalizam, desde sua aprovação, a necessidade de reavaliar o andamento dali a um ou dois anos, tendo em vista que se estava face à reorganização da sociologia na Alemanha, que, conforme visto no capítulo inicial desta tese, estava em franco processo de profissionalização quando se deu a tomada de poder pelos nacional-socialistas. O processo avaliativo dos critérios formais para a prova, bem como do conteúdo que deveria fazer parte do curso de sociologia em Frankfurt, teve início no ano de 1957, quando ocorreu uma reunião entre dois professores convidados de Berlim e alguns representantes de Frankfurt para debater as mudanças cabíveis³⁸⁹. A principal necessidade de mudança constatada na discussão envolvia a enorme carga de trabalho que recaía sobre os discentes, pois a prova preliminar exigia o domínio de uma ampla gama de temas. Assim, chegou-se à conclusão que seria de interesse reduzi-los de cinco para três, mantendo-se “(i) *Conceitos fundamentais de sociologia e filosofia social*; (ii) *Conceitos elementares de estatística e* (iii) *Fundamentos de psicologia, com ênfase sobre a psicologia social*”, com o

³⁸⁸ É significativo notar, nesse sentido, que em carta de 24 de abril de 1957 dirigida ao ministro da cultura de Hessen, Adorno – à época diretor do *IfS* em substituição a Horkheimer – tenha pleiteado que o número de temas tanto para a prova preliminar quanto para a prova principal fosse reduzido, justificando essa necessidade com base no fato de que o tempo de estudos impossibilitava o aprofundamento em um leque tão amplo de disciplinas. A alternativa proposta era excluir “história” e “economia política” da prova preliminar, incorporando-os, como possíveis temas, à prova principal, de modo que figurassem lado a lado com a ciência política, constituindo um rol de temas do qual caberia ao discente escolher um.

³⁸⁹ Compuseram essa reunião, realizada em 02 de março de 1957, Otto Stammer, que posteriormente se tornaria secretário-geral da *DGS*, e Hans-Joachim Lieber, que viria a ser reitor da *Freie Universität (Universidade Livre de Berlim)*, ambos tendo tomado parte na fundação do seminário sociológico na Berlim Ocidental, e Adorno, Helge Pross, Friedeburg, Friedrich Weltz e Hellmut Becker, por Frankfurt.

deslocamento dos temas “*História contemporânea, com ênfase sobre a história social, cultural e econômica*” e “*Fundamentos de teoria de economia política*” para a prova principal, em que o primeiro figuraria ao lado de “*Ciência da política*”, sendo facultado ao candidato escolher um dentre eles, enquanto a parte econômica tornar-se-ia obrigatória.

Fato é que, em Frankfurt, por alguns anos havia uma coincidência de interesses no que se refere ao estudo da sociologia e o seu oferecimento no interior do *IfS*, o que levou a que também ocorresse um contato maior com a teoria crítica, que orientava o foco dessa formação, sem, no entanto, monopolizar o seu conteúdo: havia, afinal de contas, teóricos menos próximos a esse ideal de trabalho intelectual, e coexistiam atividades e disciplinas diretamente ligadas à sociologia na *Wi.-So. Fakultät*, que se encontravam, também, anunciadas no *IfS*. Esse quadro começou a ser alterado apenas depois do fim dos anos 1950, progredindo rumo a uma descentralização com a criação de algumas cátedras de sociologia e a institucionalização do *Soziologisches Seminar* (Seminário Sociológico) após a nomeação de Habermas como substituto de Horkheimer, em 1964³⁹⁰. O desenvolvimento fez face, também, ao crescente número de estudantes, que, na sociologia, passou de 30 (em 1955) para 216 (em 1960) e 519 (em 1965), refletindo a projeção dessa “nova” área no contexto acadêmico-universitário alemão, ao mesmo tempo que espelhava, em alguma medida, a atração didática e intelectual da teoria crítica, visto que diversos ouvintes freqüentavam os cursos oferecidos, predominantemente, para presenciar as aulas de Adorno e, depois de 1955, Horkheimer.

As disparidades vigentes no interior da universidade frankfurtiana entre as duas concepções de ciência social, institucionalizadas através de dois diplomas diferentes, foi endereçada apenas alguns anos mais tarde, sendo realizadas reuniões no intuito de redigir o texto a ser submetido à apreciação das instâncias decisórias universitárias, com início em 1962 e que se estenderam até 1964³⁹¹. Dada a exigência de autonomia e a orientação específica de cada uma das duas faculdades, naquele momento a possibilidade de unificar a

³⁹⁰ Cf. DEMIROVIC, Alex, “Frankfurter Schule [...]”, 1989, pp. 153-158. As novas cátedras, nenhuma delas na Faculdade de Filosofia, foram criadas e tiveram como primeiro ocupante, respectivamente: 1957 (Julius Kraft), 1961 (Walter Rugg), 1963 (Friedrich Tenbruck) e 1965 (Thomas Luckmann).

³⁹¹ No arquivo com o convoluto de Max Horkheimer há os protocolos de diversas sessões, realizadas em 27 de junho e 18 de julho de 1962, 9 de janeiro, 6 de fevereiro, 27 de fevereiro e 15 de maio de 1963, e, por fim, 24 de novembro e 30 de novembro de 1964. Cf. *MHA* IV.10, pasta 8. A comissão responsável era composta pelos decanos de cada uma das faculdades envolvidas, além dos professores Rugg, Achinger e Napp-Zinn, da faculdade de ciências sociais e econômicas, e Adorno e Horkheimer, pela faculdade de filosofia. A seguir apresentarei resumidamente os traços das principais propostas debatidas; visto que o *Soziologisches Seminar*, responsável pelas disciplinas sociológicas na faculdade de filosofia, estava sob os auspícios do *IfS*, referir-me-ei apenas à sigla, enquanto o ponto de vista dos cientistas sociais estará submetido à sigla que comumente representava aquela faculdade, “*Wi-So*”. Como se depreende dos protocolos das reuniões de 1964, o hiato de quase um ano deve-se ao fato de Horkheimer ter deixado a comissão em virtude de sua aposentadoria, sendo substituído pelo recém-contratado Habermas.

prova não chegou a ser seriamente aventada, havendo alguma convergência apenas no que se refere à unificação de algumas partes constituintes da avaliação final. A querela partiu de dois dos temas colocados para a prova principal (*Hauptprüfung*), a *economia política* e o *direito*, sendo esse debate provocado essencialmente como decorrência de aqueles temas de prova integrantes da prova principal aparecerem no histórico escolar de discentes aprovados e, portanto, terem um peso objetivamente maior em termos da certificação concedida. O modo de inserção do direito foi resolvido com relativa rapidez: a *Wi-So* estava preocupada com o peso desse tema, por ser ele obrigatório, enquanto para o *I/S* figurava, ao lado de política e história, como opcional; no final, houve uma disposição maior a enfatizar a parte jurídica, apoiada também por Horkheimer, com o argumento de preparar os formandos de maneira adequada às exigências da vida no serviço público³⁹², e que por fim adquiriu a forma de torná-la uma prova obrigatória, porém limitada à prova preliminar.

No caso da economia política, a reclamação dos representantes da *Wi-So* estava em que não se adquiria conhecimentos suficientes para que ela constasse entre as disciplinas principais e que, por isso, deveria compor apenas o rol de temas da prova preliminar; a isso, Adorno e Horkheimer opunham o caráter central que os estudos da economia detinham para a compreensão da vida social, e que circunscrevê-los a fazerem parte apenas dos primeiros semestres de estudo constituiria uma grave falha na formação sociológica; ou seja, deve-se enfatizar o traço curioso de serem justamente os representantes da filosofia que estavam mais atidos ao lugar que deveria ser ocupado pelo estudos da economia nos domínios da sociologia do que os da *Wi-So*. Essa discussão estendeu-se por diversas reuniões, após haver um temário mais delimitado sugerido em documento elaborado por Pollock, que foi rebatido pelo representante convidado da *Wi-So*, ao afirmar que mudanças recentes nos estudos de economia política haviam deslocado a problemática de uma visão geral para questões da micro- e macroeconomia, o que Adorno e Horkheimer também entenderam como amplo demais para os estudos dos sociólogos. Tal divergência apenas foi solucionada

³⁹² Esta questão era constituinte dos pensamentos de Horkheimer à época, tentando encontrar o equilíbrio entre a praticidade imediata e a formação do indivíduo. Veja-se o aforismo “>Formação clássica<”, do fim da década de 1950: “O estudo da antiguidade grega era reservado aos humanistas, [...] tomado como parte da preparação correta dos seres humanos. [...] compreendido como >tradição< [...] está colocado em questão justamente por isso. Para permanecer, precisaria provar a sua utilidade. Isso, porém, seria ao mesmo tempo a prova de sua redundância, pois aquele estudo apenas tinha sentido para educar seres humanos que não estivessem encerrados apenas ao útil. Se eles e os seus professores agora se atêm às justificativas dúbias que deveriam tornar aquele estudo palatável, então eles se enganam. As disciplinas relacionadas a determinadas funções da sociedade da divisão do trabalho desempenham muito melhor a desejada preparação [Ertüchtigung] para a trajetória, seja ela de caráter diplomático ou a assim chamada artística, na realidade artístico-empresarial [kunstgewerblich], do que o ensino do grego tornado pragmático. A formação para o inútil defendida como útil torna-se, ela própria, inútil, assim como, de outro lado, a razão que fundamenta a si própria torna-se irracional. Onde a tradição se racionaliza, ela já terminou”. HORKHEIMER, Max, “>Klassische Bildung<”, *Notizen (HGS 6)*, 1991 [1949-1969], p. 275.

quando se teve notícia de que na faculdade de filosofia havia sido criada uma cátedra de psicologia, o que contribuiria para aumentar a presença desse tema na prova do sociólogo, contexto face ao qual Horkheimer considerou como plausível a possibilidade de restringir a economia política à prova preliminar.

A parte prática de realização das provas envolveu três controvérsias. A primeira delas era a necessidade da prova preliminar (*Vorprüfung*), veementemente defendida por Adorno e Horkheimer como possibilidade de pré-seleção, havendo argumentos similares para o problema do número de disciplinas na prova principal (cinco em sociologia, contra sete em ciências sociais) e do tempo reservado às provas orais, em que para as ciências sociais era defendido um indicativo de quinze minutos, enquanto os representantes da sociologia consideravam que deveria haver um mínimo de vinte minutos, sem um teto. Aqui a ênfase era a de selecionar em termos de profundidade no domínio do tema: tanto o número demasiadamente alto de disciplinas quanto um tempo reduzido fariam com que houvesse uma tendência a que os estudos fossem realizados de modo mais superficial, sem o aprofundamento exigido. Outra questão foi rapidamente resolvida: se na sociologia era prevista a possibilidade de refazer uma prova em caso de reprovação, nas ciências sociais havia apenas a alternativa de compensá-la com uma nota mais elevada em outra disciplina, algo que Adorno e Horkheimer acataram como grau de exigência maior.

O pano de fundo que acirrou o debate entre ambas as faculdades intensificou-se a partir de 1958, quando a *Wi-So* solicitou que fosse aberto outro seminário sociológico, paralelo, portanto, àquele a cargo do *IJS*, questão debatida na congregação por Horkheimer. Assim, ainda que houvesse, no fundo, o interesse de ambos os lados em evitar a concorrência, os focos de pesquisa diversos dificultavam a negociação, ao mesmo tempo em que estaria dependente de qual docente viesse a ser nomeado para a cátedra; para além disso, havia incertezas, primeiramente, quanto à garantia de sua concessão³⁹³. Nesse sentido, a questão interna chegava ao ponto de se deveria ocorrer o pedido junto ao ministério para uma cátedra dedicada somente à sociologia, mas instituída na Faculdade de Filosofia. Se, naquele momento, esse pedido permaneceu em suspenso, acabou por concretizar-se posteriormente, em 1963, quando Habermas havia sido indicado como sucessor de Horkheimer, e, preocupado com a sobrecarga de trabalho que poderia se dar no contexto do seminário de sociologia, colocou como condição de sua contratação que fosse designada uma cátedra específica para esse fim, ligada à pesquisa social empírica.

³⁹³ Cf. *Universitätsarchiv*, Akten der Philosophischen Fakultät, Abteilung 130, nº. 82, sessões de 22 de janeiro de 1958 (fl. 250) e 07 de maio de 1958 (fl. 272). Ver, ainda, correspondência entre o ministério e o decano da faculdade, em que são relatadas as exigências de Habermas quanto às condições de ocupação da cátedra; cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, nº. 300-07/02, fls. 54-56.

Ao final da década de 1950, encontram-se reflexões de Horkheimer nas *Notizen*, como o aforismo a seguir, que joga luz sobre as concepções que desenvolvia quanto à formação da sociologia. Vê-se que está em jogo uma definição bastante particular, que pode facilmente ser ligada ao conceito de pesquisa social e, posteriormente, de teoria crítica delineado durante a década de 1930. “*A sociologia não é sempre apenas teoria ou empiria, ou uma conexão de ambos, como se a empiria sustentasse ou verificasse a teoria ou também preparasse a assim chamada prática, que deve estar ligada à teoria. Sociologia quer dizer, sobretudo, observar as coisas sociais de longe. Que se perceba, por exemplo, que a consciência da humanidade, por mais inconsciente que seja, a civilização, se manifesta nos fait divers, em que um acidente, um episódio infeliz ou um caso de morte sejam notados e transmitidos. Hoje, tudo isso está racionalizado, serve à prevenção de novos acidentes, à orientação rápida e algo similar*”³⁹⁴. A imediateidade e o emprego do saber, sobretudo na medida em que ele ganha ares de ocupar o espaço entre a ciência no sentido da *Wissenschaft*, ou seja, da prova, da explicação exata de algo, despida de considerações de valor, de um lado, e a *Deutung*, a interpretação filosófica, associada pelo senso-comum à formulação abstrata da ética e da moral humanas, de outro, torna-se um dado cada vez mais sensível no decorrer do tempo.

É esse, portanto, o objetivo de Horkheimer ao tomar para si, institucionalmente, o saber da “sociologia” e da “filosofia” – em vez daquela idéia difusa de “pesquisa social” – na renomeação de sua cátedra: consistia num primeiro passo para aspirar à construção de outro sentido para a prática teórica, contrapondo-se ao domínio do positivismo científico. A abrangência de alguns dos projetos do *IfS* – que serão brevemente expostos a seguir – aliada ao esforço de pensar a educação nesse sentido ampliado, de remeter ao ideal de formação, sem tomá-lo de maneira reificada, do modo como fora concebido no contexto idealista e na Alemanha de dois séculos antes, permite-lhe respaldar seus pontos de vista acerca do papel que caberia às humanidades, em geral, e à sociologia, em particular, na contemporaneidade, salvaguardando os alicerces de uma visada crítica cuja crucialidade enxergava.

³⁹⁴ HORKHEIMER, Max, “Soziologie”, *Notizen (HGS 6)*, 1991 [1949-1969], p. 272. Na mesma obra há outro aforismo que debate o estatuto da sociologia como disciplina: “*Na sociologia, as confirmações, a não ser em ramos totalmente tecnicizados, são de outra sorte que na ciência natural. O resultado consiste na influência sobre o comportamento humano, não no funcionamento de uma coisa, [...]; isso vale não menos para as conseqüências das polls quanto para o market and motivation research, para os human relations studies assim como para a demoscopia. Apenas um gênero de investigações, que não estão orientadas pela idéia do todo, conservam a sua autonomia. São aquelas que, independentes de contratantes, têm por objetivo uma justeza relativa e, por isso, contraditória, as mudanças da miséria em determinadas partes da sociedade, em prisões, manicômios, famílias, terras isoladas, cidades e vilas*”. “Zur gegenwärtigen Aufgabe der Soziologie”, *ibid.*, p. 282 – termos em inglês no original.

(c) Sobre alguns projetos de pesquisa do *Institut für Sozialforschung*

Paralelamente à necessidade de ampliar o espectro temático coberto pelas variadas investigações propostas no âmbito do *IfS*, e que, portanto, levou-os a participar de pesquisas que fugiam ao padrão usual no contexto de uma ciência social baseada sobre a teoria de Marx, tem-se também aqueles projetos que apresentam laços mais evidentes com a idéia de reeducação da juventude alemã, o principal motivo para que Horkheimer aceitasse o convite que lhe fora feito, de reintegrar o corpo docente da antiga universidade onde havia iniciado sua trajetória acadêmica. A seguir estão indicadas, sucintamente, as principais questões de pesquisa levantadas no horizonte dos trabalhos logo após o retorno e que se ligam, de modo direto, à questão da universidade. Posteriormente, nem todos foram realizados e, outros, tomaram forma e abordagem diferentes da inicialmente concebida.

Antes de adentrar as considerações acerca do conteúdo-base, parece-me importante firmar minha divergência face à interpretação de Clemens Albrecht. Em seu texto, ainda que enfatize corretamente a participação direta no delineamento de uma prática política no sentido educacional por parte do que rotula de “Escola de Frankfurt”, parece simplificar deveras o olhar de Horkheimer. Isso ocorre, por exemplo, ao afirmar que teria escolhido como aliados não o Partido Social-democrata (SPD), mas sim conservadores e cristãos, e que se o trabalho de Dubiel mostraria o deslocamento do primado da economia para a política ao início dos anos 1940, os memorandos apresentam, antes, o primado da cultura e da educação³⁹⁵. A limitação presente no argumento de Albrecht é que, novamente, recai no erro de tentar dividir ou periodizar algo que, antes, está marcado por uma aspiração à totalidade: seguindo minha linha de raciocínio, o problema educacional, de certo modo, faz-se presente desde a década de 1930, visto que Horkheimer jamais postulou a separação do conhecimento através da atividade científica de uma idéia mais ampla de formação, o que se expressa através de sua ênfase sobre as bases filosóficas. Ou seja: se o que ele denomina de pesquisa social (*Sozialforschung*) deve recorrer a métodos empíricos oriundos de diferentes disciplinas, o olhar crítico exige, ao mesmo tempo, aspirações presentes numa determinada tradição filosófica baseada sobre a dialética, que se furta a dissociar *educação* de *formação* e, também, de ciência no sentido da análise rigorosa.

No material de arquivo foram preservados alguns documentos que merecem atenção especial, na medida em que servem de linha-guia para a melhor compreensão dos objetivos e dos modos de intervenção preconizados pelo *IfS*. A seguir, tratarei brevemente de quatro

³⁹⁵ Cf. ALBRECHT, Clemens, “Die kultur- und bildungspolitischen Pläne [...]”, 1999b, pp. 123-131.

deles: o primeiro, de fevereiro de 1948, é o “Memorando ref. reeducação alemã e sugestões para uma investigação local” (*Memorandum re German re-education and suggestions for an investigation on the spot*); o segundo, sem data mas provavelmente redigido em 1949, detém o título “Um estudo sobre a situação presente das ciências sociais na Alemanha e a introdução da pesquisa social e do ensino modernos na Alemanha como meios de democratização e melhor entendimento” (*A study in the present situation of the social sciences in Germany and the introduction of modern social research and teaching in Germany as a means for democratization and better understanding*); o terceiro, de seis páginas e datado de 20 de fevereiro de 1951, tem o título “Sugestão para a investigação do papel da faculdade de filosofia na preservação e no desenvolvimento da cultura espiritual” (*Vorschlag für Untersuchungen über die Rolle der Philosophischen Fakultät bei der Erhaltung und Weiterentwicklung der geistigen Kultur*); o outro, “A universidade alemã de hoje. Um projeto de pesquisa” (*The German University of today. A research project*), com treze páginas de extensão, retrata o estado e o possível andamento dessa pesquisa em 31 de dezembro de 1954³⁹⁶. Apresentarei de maneira sucinta as principais questões subjacentes a essas propostas, de acordo com a ordem em que foram citados acima.

Os dois primeiros documentos elencados aproximam-se bastante em seus objetivos: enquanto um pretende investigar as ciências sociais de modo a tentar elucidar as origens daqueles preconceitos que marcaram a ascensão do nacional-socialismo e puderam conviver de modo relativamente pacífico no decorrer da Segunda Guerra Mundial, em meio ao autoritarismo e ao fascismo reinantes, o outro pensa mais praticamente na contribuição face às medidas que podem evitar que algo similar se repita, ou seja, busca conceber o que ganhou o nome de “reeducação” alemã, um amplo projeto encampado pelo *IfS*. Assim é que se pode ler, no início do segundo parágrafo do projeto que aborda as ciências sociais, esta passagem: “*É um pressuposto subjacente ao estudo que qualquer coisa que promova o desenvolvimento da pesquisa social moderna irá, ao fim, promover a democratização da Alemanha e o entendimento mútuo dos dois países*” (fl. 1). O desenvolvimento da pesquisa iniciaria com o mapeamento das ciências sociais na Alemanha, concentrando-se sobre as universidades de Heidelberg, Munique e Frankfurt, entrevistando tanto docentes quanto

³⁹⁶ Cf., respectivamente, *MHA* IX, 172.9b (5 fls.) e 172.1f (5 fls.) e V, fls. 47.162 a 47.167 e 47.92 a 47.104. A idéia de, naquele contexto histórico específico, intervir na dinâmica social através da atividade de pesquisa foi externada de maneira explícita, por exemplo, no prefácio aos *Studies in prejudice*. Cf. HORKHEIMER, Max e FLOWERMAN, Samuel H., “Vorwort [...]” (*HGS* 5), 1987 [1949 / 1950], em especial p. 410. Similarmente, aquela que é a mais conhecida de suas partes, *The Authoritarian Personality*, caracterizado pelo trabalho interdisciplinar e em equipes de pesquisadores, em parceria com o *Berkeley Public Opinion Study*, marcou a tentativa de expor e criticar os principais elementos do mecanismo de discriminação e das formas de propaganda, no intuito de pensar formas de combatê-lo. Cf. HORKHEIMER, Max, “Vorwort [...]” (*HGS* 5), 1987 [1950].

discentes dessas instituições, a fim de formar esse quadro dos objetivos e condicionantes da atuação nessa área. Para este trabalho, cabe destacar como a proposta expressa o que se encontra subjacente à contribuição abrangente que caberia à formação em ciências sociais do ponto de vista de Horkheimer, o que se torna ainda mais central quando consideramos que as idéias esboçadas no memorando sobre a reeducação apresentam um nível ainda mais elevado de generalidade. Desse modo, vê-se que elaborar e fomentar uma educação crítica é o que permanece no horizonte de atuação dessa visão teórica.

No terceiro caso, tratava-se de levantar problemas de pesquisa que demonstrassem relevância tanto para os EUA quanto para a Alemanha, tornando necessária a colaboração entre acadêmicos de ambos países. O parágrafo introdutório afirma um duplo problema que orientaria os diversos ramos dessa pesquisa, sintetizado em duas questões abrangentes: (i) *“o que pode acontecer para conservar a tradição humanista em um sentido amplo como uma força que forma os seres humanos, ao invés de treinar meros especialistas ou seguidores desprovidos de eu, em uma situação onde não apenas o ideal de formação humanista, mas também o conceito de humano propriamente dito está ameaçado?”* e (ii) *“o que pode acontecer para tornar o espírito humanista realmente frutífero para a educação real, de modo a ultrapassar a separação de conhecimento mediado e sentimento de vida concreto, de retirar a conversa sobre o humano do domínio do chavão, de ganhar, a partir da idéia de humano, uma força de oposição contra a tendência dominante de rebaixar os indivíduos a meros apêndices da maquinaria técnica e social?”* (fl. 1). No cerne desse trabalho encontrava-se, portanto, a exigência de proceder à avaliação crítica do sentido que a formação (*Bildung*) havia adquirido na contemporaneidade, devendo ser tomado como central para minha tese o fato de externar o distanciamento face a uma noção engessada de formação, que permanecesse no plano ideal, incapaz de ser concretamente traduzida.

É assim que se deve entender o problema posto no primeiro dos sub-estudos dessa pesquisa mais ampla, que seria intitulado “Investigação sobre a função da Faculdade de Filosofia”, onde estaria em primeiro plano entender as (possíveis) contribuições ofertadas pelo exercício da capacidade de pensar. Isso é que representava a pergunta se *“o trabalho consciente na compreensão do sentido de fenômenos humano-sociais de fato fornece um antídoto à reificação do espírito”* (fl. 3). Transparece no trecho, novamente, a proeminência representada pela mediação estabelecida desde Marx, a partir da passagem do trabalho de tipo *concreto* para aquele *abstrato*, em que caem por terra as diferenças qualitativas entre os diferentes trabalhos realizados por cada indivíduo; a perda dessa capacidade de distinção é que se expressa, no âmbito formativo, na impossibilidade de discernir as contradições que

moldam a realidade histórica concreta. O combate dessa tendência precisaria, na concepção de Horkheimer, ser o fio condutor da atividade intelectual crítica.

No esteio dessa questão é que surge o segundo eixo de trabalho, que se organiza em torno da divisão do trabalho intelectual presente na universidade, ou seja, de sua repartição em departamentos e faculdades, malgrado o discurso quanto à premência de integração dos diversos ramos da ciência, que tem como principal contraponto a desconfiança de cair no diletantismo científico. Deve-se, por isso, conceber o que se denomina de *“laboratório acadêmico”*, no intuito de sondar modos de diminuir a distância entre as variadas formas de saber, levando à *“confeção de estudos sobre como seria possível, seriamente, emancipar a preparação dos estudantes dos limites das faculdades, sem que, com isso, fosse deixada para trás a exigência de sólidos conhecimentos específicos”* (fl. 4). Tal objetivo precisaria estar estreitamente casado com os modos concretos de realizar tais tarefas, ou seja, observar quais mudanças na matriz curricular ou nos métodos pedagógicos poderiam precaver os estudantes contra uma especialização precoce, sempre tendo como pano de fundo o entrelaçamento de ensino e pesquisa.

Por fim, a última divisão visa abordar a escola fundamental na Alemanha, com ênfase ainda maior sobre os métodos de ensino, e partindo da relação próxima entre a base que ela constitui para a educação superior. Similarmente, o lugar ocupado pelo humanismo nesse nível educacional permanece um dado central, devendo a investigação abranger os aspectos formativos que se encontram fora da educação formal *tout court*, como, para citar alguns, a participação dos pais e os modos estudantis de organização e representação. Aqui é que seriam levados a cabo, também, estudos de caso comparativos, tanto no que se refere a diferentes instituições alemãs quanto para contrapô-las a escolas estadunidenses.

O projeto final citado detinha, em termos empíricos, um escopo significativamente maior do que este que acabei de apresentar. Ele visava tratar da universidade alemã sob uma perspectiva que pudesse contribuir tanto para a auto-avaliação dos integrantes da instituição quanto, notadamente, oferecer suporte aos governantes e outros responsáveis pelas políticas públicas educacionais na Alemanha daquele período, objetivos explicitados no texto. Assim é que, logo na primeira página, encontra-se a seguinte afirmação: *“A ênfase está colocada, antes, sobre a análise do papel da ideologia acadêmica, do que sobre o estabelecimento de fatos sócio-econômicos”* (fl. 1). Nessa abordagem consubstancia-se o enfoque recorrente da teoria crítica da sociedade, de uma crítica imanente de ideologia, ou seja, que visa contrapor os comportamentos concretamente verificados aos discursos e à *“ideologia verbalizada”*, com o intuito de desvelar as possíveis contradições que lhe estejam subjacentes.

A investigação seria realizada através da análise de três diferentes grupos: docentes, discentes, e os assim chamados especialistas (*experts*), estando os últimos definidos como “*aqueles indivíduos no governo, na indústria, etc. que, em sua atividade profissional, selecionam, treinam e supervisionam jovens graduandos universitários*” (fl. 2). Tornava-se imperativo iniciar a pesquisa com um estudo de fundo, composto da leitura de documentos publicados como registros de conferências, falas, pronunciamentos oficiais e similares, no intuito de fornecer as categorias básicas usadas pelos grupos em questão bem como, ao mesmo tempo, reunir dados a fim de possibilitar análises qualitativas. A partir desse estudo inicial é que se poderia avançar as sub-pesquisas, contemplando entrevistas com aqueles considerados os personagens-chave para entender a universidade, em especial enquanto se contrapõem as expectativas estudantis, docentes e empresariais aos elementos da educação que são efetivados no transcurso da formação.

Em paralelo, aproveito para remeter novamente a uma das principais contribuições, em termos de método de pesquisa nas ciências sociais, que derivou dos trabalhos empíricos realizados pelo *IfS*, destacando o modo como a proposta reflexiva se manteve como um dos fios condutores da investigação. Diversos de seus estudos, como se viu, combinavam os métodos quanti e qualitativos, fazendo uso de questionários e analisando bases de dados obtidas a partir destes, bem como organizando discussões em grupo (*Gruppendiskussionen*), hoje em dia mais conhecidos pelo termo “grupos focais”. Como pioneiros no uso dessa técnica, proporcionaram tanto avanços significativos no modo de empregá-la quanto, simultaneamente, trataram de balancear essa parte com a reflexão sobre os limites que lhe estavam postos, como os escritos de Adorno, por exemplo, ilustram de maneira exemplar. O estudo em questão, que fora encomendado por uma empresa privada alemã, a Mannesmann, repercutiu bastante à época, e tinha como objeto compreender o “clima do empreendimento” (*Betriebsklima*), a saber: procurava esclarecer os fatores condicionantes da relação no interior de uma empresa, entre os empregados, as forças dirigentes e a representação sindical. Até mesmo esta oportunidade foi utilizada para colocar em prática a possibilidade da reflexão crítica, ou seja, problematizar tanto o objeto – ótica constituinte de toda e qualquer pesquisa séria – quanto aprofundar-se no debate lúcido dos métodos utilizados naquele contexto. Em um breve texto comentando os resultados obtidos, entrevê-se a tensão presente na realização da pesquisa: “*Se a investigação do Instituto não pode reivindicar ter feito constatações claras, definitivas e fáceis de serem convertidas em prática, ela, porém, oferece, para além das conclusões concretas, a oportunidade de contribuir para os fins do conhecimento de que se falou acima. O conhecimento de seu próprio limite faz parte da*

essência desse método”³⁹⁷. Depreende-se do restante do texto que, no transcorrer de uma pesquisa, a reflexão acerca dos métodos empreendidos e do alcance que detinham era tão ou mais importante do que os resultados propriamente ditos. E isso em um momento delimitado pela enorme proximidade, em termos políticos, que havia entre a teoria e a prática, apontando como o viés de desqualificar essa vertente teórica através do argumento de que teriam empreendido algo próximo à “refilosofização” das ciências sociais reflete apenas a falta de conhecimento do autor desse diagnóstico.

(d) Prática intelectual e marxismo acadêmico

Os traços de continuidade aventados no subitem anterior também perfazem a prática intelectual defendida e empreendida por Horkheimer nos anos 1950 e 1960. Notadamente, nesse período, tanto em termos biográficos quanto no que se refere ao contexto político, o que sobressai é a tentativa de estreitar laços com determinadas expressões práticas da vida acadêmica, ou seja, com as várias implicações ‘mundanas’ e históricas que se originam das investigações científicas, e que decorrem de uma espécie de responsabilidade que caberia ao intelectual em cada época e, no contexto em voga, acabava por apresentar-se de maneira mais evidente. Esta também pode ser uma das leituras que forneceu o empuxo final para seu retorno à Alemanha, pois expressava um tipo particular de comprometimento intelectual face aos antagonismos, às contradições e aos indícios de síncope do pensamento.

³⁹⁷ HORKHEIMER, Max, “Menschen im Großbetrieb” (*HGS* 8), 1985 [1955b], p. 100; cf., ainda, HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., “Vorwort” (*HGS* 8), 1985 [1960]. O minucioso debate sobre os métodos de pesquisa realizado por Adorno pode ser visto, por exemplo, através de um manuscrito encontrado no arquivo de Horkheimer, em que aborda os principais projetos a serem realizados pelo *IfS* nos anos 1950, e opõe os problemas encontrados na aplicação de questionários sem algum tipo de ‘contraprova’ às opiniões coletadas através deles, motivo pelo qual se deveria intensificar os estudos através de grupos de discussão, fazendo uso de determinados estímulos – como exemplo para a questão do posicionamento da população face à presença das forças de ocupação na Alemanha é citada uma carta fictícia que teria sido redigida por um soldado estadunidense – para provocar o debate entre os participantes do grupo. Cf. ADORNO, Theodor W., “Plans on new Research Projects [...]”, 1950.

O engajamento de Adorno nas pesquisas em 1950 me foi relatado, também, por Friedeburg, (conversa de 02 de março de 2010), onde enfatizou como a ausência de Horkheimer, notadamente na primeira metade da década, fruto dos cargos ocupados na universidade, levou a que Adorno acompanhasse todos os estudos e discutisse, pormenorizadamente, o emprego das técnicas com os estudantes.

A convergência na interpretação de Adorno e Horkheimer da sociologia como um suporte da teoria crítica pode ser visto nas seguintes passagens de outro texto acerca da pesquisa empírica: “*A oposição da análise quantitativa e qualitativa não é absoluta: nenhuma questão é final. Para chegar a enunciados quantitativos é sempre necessário, primeiro, deixar de lado as diferenças qualitativas dos elementos; e tudo que é socialmente único traz em si as determinações gerais, para as quais valem as generalizações quantitativas. [...] Essa controvérsia é o motivo pelo qual o objeto da sociologia, a sociedade e os seus fenômenos, não possui o tipo de homogeneidade com a qual a assim chamada ciência natural clássica pode contar. Na sociologia não se pode avançar na mesma medida de constatações parciais sobre condições sociais para sua – mesmo que restrita – validade universal, como se estava acostumado a inferir as propriedades do chumbo a partir da observação de um pedaço de chumbo*”. ADORNO, Theodor W. “Soziologie und empirische Forschung”, 1979 [1957], respectivamente pp. 204 e 206.

Quando se recupera a interpretação de Plessner, esboçada no texto “Quanto à situação das ciências do espírito [*Geisteswissenschaften*] na sociedade industrial”³⁹⁸, nota-se a preocupação externada naquele período, entre aqueles que propunham variadas formas de diálogo entre a filosofia e a sociologia, quanto à maneira como essas “ciências humanas”, para falar em termos brasileiros (ou “humanidades”, caso se prefira o vocabulário recorrente nos EUA), deveriam ou poderiam portar-se em vista da generalização do método científico perpetrado pelas ciências naturais, e em que medida o seu papel deveria ser alterado e/ou repensado. O que se apresentava como um problema que advinha, pelo menos, das duas décadas anteriores, era a desvalorização da docência, tanto como atividade quanto em termos de profissão almejada ou respeitada, face à orientação educacional cada vez maior com vistas à profissionalização da juventude e da preparação para a prática empresarial.

Era nesses termos que se inseriam as tarefas do *IfS* propriamente dito. Durante um evento de auto-avaliação, realizado em 15 e 16 de maio de 1953, nas dependências do instituto, as principais questões relacionavam-se às maneiras concretas através das quais os seus integrantes poderiam contribuir na tarefa de integrar a atividade de pesquisa e o ensino, incluindo-se aí a elaboração e o avanço dos métodos. Nesse sentido, Horkheimer colocou os seguintes problemas como condutores do trabalho científico proposto: “*Reconhecemos que os pontos de vista dos seres humanos são, em grande medida, socialmente condicionados. Esses é que devem ser investigados de modo exato, em pesquisa similar à de laboratório, no que não se deve traçar fronteiras estritas entre o ensino e a pesquisa ou entre professores e alunos. [...] Queremos que os estudantes aprendam a dominar o nosso método, sem que se deixem ser dominados pelos métodos, que eles aprendam a superar a fronteira entre teoria e empiria*”³⁹⁹.

³⁹⁸ Cf. PLESSNER, Helmuth, “Zur Lage der Geisteswissenschaften [...]”, 2003 [1958]. Um texto escrito por Jürgen Habermas na mesma época (“Das chronische Leiden der Hochschulreform”, 1981 [1957], em especial p. 17) destaca o que seriam as três características do modelo alemão de universidade que teriam sido preservadas na forma de um *ethos* científico: (i) uma *unidade das ciências* buscada desde Hegel; (ii) a *unidade de ensino e pesquisa* e (iii) a proposta da *liberdade de ensino e estudo*. No entanto, face àqueles debates contundentes em torno da reforma universitária, ele constata que diversos tipos de mudança vão rumo a uma tendência cujo diagnóstico seria: “*Onde a pesquisa se transforma em prestação de serviço e o ensino em aula, e a universidade se divide em instituto de pesquisa e escola, cada um deles trabalhando de maneira tão presa a um serviço como o outro; onde o empreendimento universitário se aproxima, do ponto de vista da estrutura organizativa, de uma grande burocracia – ali também se altera o sentido da atividade científica, tanto dos professores como dos estudantes*” (*ibid.*, p. 32). A evidência do quanto as palavras citadas são tributárias das teorias de Adorno e Horkheimer é, a meu ver, exemplar.

³⁹⁹ INSTITUT FÜR SOZIALFORSCHUNG, *Bericht über die Tagung des Instituts für Sozialforschung in Frankfurt am Main am 15. und 16. Mai 1953*, MHA V 34.80-87. As citações encontram-se, respectivamente, nas folhas 84 e 85. Entendimento similar encontra-se no protocolo referente às discussões prévias de um outro projeto de pesquisa, em que a participação da sociologia é entendida no sentido de esclarecer questões sociais e políticas, levando adiante pesquisas que ultrapassem os ideais de um trabalho ‘puramente’ científico. Cf. *id.*, “Diskussionsprotokoll [...]”, 28 e 29 de junho de 1950.

Além de apontar a ligação entre a formação de professores do ensino básico e a educação superior, que constituía um dado relevante para ancorar a tarefa pedagógica que Horkheimer via como subjacente ao seu esforço educativo, na condição de docente universitário, veja-se outro trecho que expressa de maneira explícita esse corte transversal que precisa orientar a visada teórica. Em fala pública que realiza por ocasião de evento comemorativo da promulgação, em Hessen, da constituição estadual, seu foco é o problema da uma educação política, que auxilie na disseminação do espírito democrático podendo, por conseguinte, avançar qualitativamente a democracia institucionalizada, em termos de um sistema político nacional. Após destacar a importância que a juventude tem nesse processo de resistência ao ressurgimento de tendências totalitárias e fascistas, afirma: “*Se precisamos deter a desumanização e o declínio da cultura na escola popular, para cuja defesa fomos convocados, então isso vale, ainda mais, para a escola superior, a universidade. Aqui é que são formados os professores, junto aos quais outros deverão aprender, aqui é que maturam os políticos que, um dia, servirão a sociedade*”⁴⁰⁰. Sinalizava, assim, que era necessário deixar a posição passiva face à preparação dos grupos responsáveis por assumir a direção política do estado, visto que sua inserção em espaços vitais da sociedade tornava necessário o maior cuidado e a maior dedicação a essa trajetória. Para tanto, era condição *sine qua non* ir além da política restrita à dimensão institucional, pois os fundamentos oriundos do iluminismo representado pela tradição francesa tinham sua razão de ser: preservar o indivíduo e garantir tanto direitos básicos quanto, sobretudo, uma condição humana que a sustentasse, era quase um “passo” anterior dessa via.

A busca de uma politização maior da humanidade em geral se inicia, considera ele, por aquela referente às e aos discentes, o que sinaliza um projeto de longo prazo; nesse sentido, mostrava a tentativa de – como indicado acima – entender a participação e, por conseguinte, a responsabilização individual como um elemento fundador do sujeito. O fato de apresentar elevada burocracia de modo algum poderia levar à passividade, e além disso, reforço como o significado da política, aqui, está longe de significar a ocupação de cargos

O esforço de Horkheimer para retomar a publicação de uma revista – fosse ela a antiga *Zeitschrift für Sozialforschung* ou um novo periódico – está documentado tanto em seu arquivo (ver a correspondência de dezembro de 1953 dirigida ao secretário da educação de Hessen e ao magistrado da cidade com a proposta de reedição, cf. *MHA IV*, 1.230 e 2.52/53) quanto é tratada, com algum grau de detalhamento, por Günter C. Behrmann (“Zur Publikationsgeschichte der Kritischen Theorie”, 1999, pp. 249-263), porém jamais conseguiu ser concretizado, sendo que os motivos desse insucesso permanecem demasiadamente obscuros ou inexplicados para permitir uma interpretação.

⁴⁰⁰ HORKHEIMER, Max, “Politik und Soziales” (*HGS 8*), 1985 [1950b], p. 50. O termo “escola popular” refere-se ao original alemão “*Volksschule*”, e, sem dúvida, é uma das marcas da elevada hierarquização vertical do sistema alemão; esta divisão específica foi criada ao início do século XX e tem como objetivo a formação e preparação complementar dirigida a adultos, incluindo cursos profissionais, de idiomas, de atividades artísticas, musicais e afins.

na esfera tradicional da atuação legislativa ou executiva⁴⁰¹. Àqueles que desempenham um trabalho similar ao de Horkheimer caberia, então, engajar-se no contexto em que atuam, o que permite entender sua preocupação em, malgrado os obstáculos que colocava à redação e à produção intelectual, aceitar os cargos de direção aos quais fora votado com o passar do tempo. Cada esfera de trabalho e cada tipo de ocupação, de emprego, permitem participação das mais variadas formas, e sua preocupação era apenas a rejeição que esse viés enfrentava.

O modo de inserção do pensamento teórico face a essa realidade constitui, também, tanto uma especificidade que a visada de Horkheimer procura destacar, quanto um elo de ligação com a teoria marxista. Numa conversa com Otmar Hersche, em 1968, ele retomará a idéia expressa por Marx de que a teoria pode, em determinadas circunstâncias, tornar-se uma forma de poder⁴⁰². Baseado sobre reflexões da década de 1950, é possível fundamentar, a seguir, que se trata de algo mais que retórica, pois o tipo de relação mantido com a prática intelectual expõe a proximidade dessa concepção de pensamento, sem, entretanto, cair na ingenuidade de advogar uma relação de imediatismo, onde estaria em voga a hierarquização dos indivíduos associados a cada uma dessas formas de poder. O que está em questão é que a presença da teoria, compreendida, acima de tudo, como esforço de reflexão e tentativa de estabelecer nexos abrangentes entre os diversos processos sociais, precisa se fazer presente na composição da atividade política, educativa e, de modo geral, transformadora.

Esse viés estava em debate, pelo menos, desde meados da década de 1930, a julgar por uma passagem de “Teoria tradicional e teoria crítica”. Como visto, estivera em voga a preocupação de apontar os limites do trabalho teórico, reflexivo, bem como mostrar de que modo também este se inseria na divisão do trabalho da sociedade capitalista, sem que

⁴⁰¹ Em um dos raros trabalhos publicados no Brasil que aprofunda o problema da educação em Horkheimer, Divino José da Silva remonta a importância que erigir e manter uma democracia assume em sua teoria social, na medida em que “*está preocupado em pensar de que maneira formar indivíduos para a participação política, sem a qual as garantias democráticas se veriam inviabilizadas*”. SILVA, Divino José da, *Ética e educação* [...], 2001, p. 235.

⁴⁰² HORKHEIMER, Max, “Gefährdung der Freiheit [...]” (*HGS 13*), 1989 [1968b], pp. 196 e 197. Como referido pelo organizador do texto, a citação de Marx à qual ele se refere no trecho em questão é: “*A arma da crítica não pode, no entanto, substituir a crítica das armas, o poder material precisa ser derrubado por poder material; até mesmo a teoria torna-se poder material quando toma as massas*”. MARX, Karl, “Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung”, 1976 [1844], p. 358.

No mesmo sentido é que se deve entender outra observação do mesmo período: “*A teoria, como elemento da formação acadêmica e da educação em geral, não está separada de modo mais decidido da prática do que outros domínios do pensamento e da pesquisa*”. HORKHEIMER, Max, “Neues Denken über Revolution” (*HGS 7*), 1985 [1971d], p. 417. O exemplo mais recorrente trazido por Horkheimer, no que se refere à atuação do especialista e da perda de referência da totalidade, é o da prática na medicina, em que a função do “médico de família” (em alemão *Hausarzt*, ou seja, ao pé da letra, “médico da casa”) foi gradativamente substituída pelos aparelhos mais eficientes e por diversos médicos de uma determinada área; se o avanço em termos de diagnóstico decorrente de tal desenvolvimento é desejável, ele carece da pessoa responsável por ligar os pontos que se encontram dispersos e, assim, realizar a mediação social desse processo clínico. Cf. *id.*, “Bedrohungen der Freiheit” (*HGS 8*), 1985 [1965b], pp. 270 e segs.

pudesse transcendê-la (numa perspectiva metafísica) ou adquirir a visão do observador, de maneira imparcial (defendida por correntes positivistas). Um dos elos de ligação com a, por assim dizer, realidade extra-acadêmica eram as referências das chamadas ciências aplicadas ou de saberes que já se orientavam a partir de determinados problemas imediatos do mundo. *“Um processo de fertilização na agricultura ou a aplicação de uma terapia médica podem ainda estar muito distantes da eficácia ideal, mas, ainda assim, já representar algo. Talvez as teorias que fundamentem esses experimentos técnicos, no nexos com a prática especial e com as descobertas em outros domínios, possam ser refinadas, revistas ou derrubadas, o que faria com que uma pequena quantidade de trabalho fosse economizada, ou alguma doença curada ou mitigada. Entretanto, a teoria que leva à transformação do todo social tem, primeiramente, a consequência de que a luta com a qual ela está ligada se intensifica. Também na medida em que melhorias materiais, que se originem da força de resistência de determinados grupos, descendam mediatamente da teoria, não se trata de setores da sociedade de cuja constante extensão possa surgir a nova. Representações desse tipo compreendem de modo errôneo a diferença fundamental de um todo social dividido, no qual o poder material e ideológico funcione para a manutenção dos privilégios, em contraposição à associação de seres humanos livres, em que cada um tem a mesma possibilidade de se desenvolver”*⁴⁰³. Procura, portanto, distinguir entre os limites colocados à inovação nos termos e no quadro da sociedade dada face à necessidade de uma transformação ampla e radical da estrutura social, e o faz sem descartar as contribuições factuais oferecidas por aquelas ciências especializadas e que, estritamente, seguem os ditames da teoria tradicional. Observa-se, desse modo, como a trajetória da teoria crítica por ele delineada desde sempre atentou para os liames e as sutis fronteiras que separavam os lados aparentemente divergentes da atuação intelectual, mas que, sob um determinado prisma, podiam adquirir o empuxo rumo a uma mesma direção.

Depreende-se que, dado o caráter da sociedade capitalista atual, põe-se o tópico quanto ao papel que a ciência assume nesse contexto. Se existe um aparato organizado com vistas à produção, no sentido industrial do termo, isso não transparece, de modo imediato, na totalidade da atividade de pesquisa. Para além disso, o caráter produtivo de uma determinada tarefa não determina, por si só, a maneira pela qual detém relevância para a

⁴⁰³ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (HGS 4), 1988 [1937c], p. 193. O avanço tecnológico, que apenas seria benéfico à humanidade na medida em que coincidissem com uma maior conscientização acerca dos processos sociais, está presente nas reflexões de Horkheimer sobre o modo de se tratar os animais, em que, referindo-se à sua utilização como cobaias em experimentos, destaca que é necessário, ao menos, levar as pessoas a constatarem o sofrimento a que são submetidos, sem aceitá-lo de maneira passiva e indiferente. Cf. *id.*, “Erinnerung” (HGS 7), 1985 [1959b].

manutenção do *status quo*. “Também o giro em falso [Leerlauf] de diversas partes do empreendimento universitário, bem como a perspicácia inexpressiva, formação de ideologia metafísica e não-metafísica, têm, do mesmo modo que outras necessidades oriundas dos antagonismos sociais, o seu significado social, sem, no período atual, corresponderem realmente aos interesses de alguma maioria significativa da sociedade. Uma atividade que contribua para a existência da sociedade sob as suas formas dadas, não precisa, em absoluto, ser produtiva, ou seja, ser formadora de valor para um empreendimento. Ela pode, porém, pertencer a essa ordem e co-possibilitá-la, como é o caso, de fato, com a ciência especializada”⁴⁰⁴. Dirige-se, com isso, brevemente à polêmica questão, no âmbito dos epígonos da teoria de Marx, no que diz respeito ao modo pelo qual a atividade científica, em sentido amplo, toma parte na reprodução do capital.

Primeiramente, abordou a importância crescente assumida pela formação de professores, e que relacionava, de modo direto, com a interpretação delineada desde a década de 1930, sobretudo nos *Estudos sobre autoridade e família*, de que mudanças na esfera do trabalho trouxeram uma nova organização interna ao núcleo familiar, tirando de casa os pais como entes socializadores e, por isso, colocando um peso maior sobre o papel que a educação formal, escolar, passaria a ter na transmissão de valores aos indivíduos. Um problema que passou a ser mais freqüente, decerto projetado no quadro de seu período no posto de reitor, refere-se aos papéis educacionais desempenhados pela universidade, a partir da relação entre a ciência e a formação. Essa temática configurou o cerne de seus (raros) escritos e de suas (numerosas) falas, entrevistas e debates realizados a partir do retorno definitivo à Alemanha, na década de 1950⁴⁰⁵. Ao apresentar o seu conceito de formação

⁴⁰⁴ HORKHEIMER, Max, “Traditionelle und kritische Theorie” (*HGS* 4), 1988 [1937c], p. 180.

⁴⁰⁵ O tema permanece até o final da vida, como se vê pelo protocolo de uma conversa rádio-difundida com Otmar Hersche, de 1967 (cf. HORKHEIMER, Max, “Wissenschaft, Wahrheit und Bildung” (*HGS* 13), 1989 [1967a]), bem como em palestra do mesmo ano que foi a abertura de uma série, no contexto dos debates organizados pelo *AStA* (*Allgemeiner Studentenausschuss*), a entidade representativa estudantil, envolvendo o conceito de uma “universidade crítica”, (cf. *id.*, “Zum Philosophiestudium heute” (*HGS* 13), 1989 [1967b], pp. 88 e 89), onde manifesta o receio de que houvesse uma dupla falta de consideração face a esse aspecto: tanto a docência era depreciada, com a profissão de professor, sobretudo da educação básica, pouco prestigiada socialmente como, além disso, os salários eram baixos *vis-à-vis* as exigências e a enorme carga de trabalho e responsabilidade. Logo, haveria uma relação direta entre esse entendimento e a razão formalizada ou o pensamento operacional, conquanto a mediação necessária para compreender, em toda sua amplitude, o significado da figura do professor para a sociedade, era maior do que aquela subjacente ao funcionalismo. Com isso em mente, a universidade adquiria proeminência ainda maior, em virtude de ser responsável pela instrução e formação dos docentes, de modo que seus integrantes eram personagens cuja relevância precisava ser apreciada corretamente.

Em texto da mesma época, Habermas destaca como a tentativa de adequar a educação superior ao novo alunado egresso da escola, despedido dos requisitos que outrora balizavam o ideal do ensino pela pesquisa, leva o governo a cair no extremo oposto, impondo medidas para limitar o tempo máximo de conclusão do curso e estabelecendo uma quantidade de disciplinas obrigatórias, algo que se opunha à tradicional visão da liberdade de aprendizado, em que cada estudante deveria ativamente “montar” sua trajetória através da escolha dos conteúdos. Cf. HABERMAS, Jürgen, “Zwangsjacke für die Studienreform”, 1981 [1966].

(*Bildung*), parte, essencialmente, da idéia de que o processo formativo deve fazer com que os indivíduos sejam capazes de estabelecer nexos entre os variados processos que compõem a história da humanidade, no plano geral, e entre os conhecimentos e os domínios da ciência, em um plano mais delimitado. Para tanto, realça como um dos aspectos centrais de seu diagnóstico o fato de que a profissão docente – tanto no nível da educação básica quanto no âmbito superior – encontrar-se-ia desvalorizada, refletindo sobre a formação como um processo, ou seja, sobre a constituição dos indivíduos, andamento este que encontraria como um de seus agravantes a elevada especialização.

Todavia, reconhece que o processo imanente à atividade científica seria irreversível, de modo que se tornava necessário buscar soluções capazes de remediar essa fragmentação, e que divergissem, por exemplo, da proposta do *studium generale*⁴⁰⁶, impraticável após o enorme aumento na quantidade de conhecimento produzido. Naquela ocasião, explicita que, evidentemente, reconhece a preparação para determinadas profissões como constituinte das obrigações do estudo universitário, ao mesmo tempo em que salienta como ninguém pode se iludir acerca da existência de uma ciência capaz de congrega, subsumir e integrar plenamente tantas diferentes áreas do saber e de especializações científicas, de certo modo obstruindo o processo de racionalização⁴⁰⁷. Antes, nota que o objetivo da universidade, o intuito da formação (*Bildung*) como a enxerga nessa outra realidade, consiste em proporcionar variadas experiências de sociabilidade ao indivíduo, pois é apenas através dessa multiplicidade de contatos, de organizações e associações, que se pode evitar uma equivalência de “racionalidade instrumental” e “estudo” (*Studium*), no que retoma a idéia de *autonomia*, do poder sobre si mesmo, como orientando as aspirações humanas.

⁴⁰⁶ Cf., por exemplo, sua fala por ocasião da matrícula dos estudantes no primeiro semestre de 1952, em HORKHEIMER, Max, “Akademisches Studium” (*HGS* 8), 1985 [1952b], pp. 386-388; *id.*, “Fragen des Hochschulunterrichts” (*HGS* 8), 1985 [1952c], p. 404 e *id.*, “Verantwortung und Studium” (*HGS* 8), 1985 [1954c], pp. 452-453. Em vez de um amálgama de disciplinas, o que ele coloca como princípio é, antes, um trabalho científico no intuito de abarcar problemas há muito postos na humanidade: “*Sem sequer tocar as propriedades das disciplinas e faculdades ou estultificar o rigor de seus métodos específicos, trata-se de juntar os vários ramos do saber na formação acadêmica e no emprego comum rumo às grandes questões do presente*”. *Id.*, “Soziologie an der Universität” (*HGS* 8), 1985 [1951b], p. 380.

Considero que os pontos levantados a seguir, sobretudo a ligação explícita entre o combate à obtusidade humana e o desenvolvimento da autonomia, precisam ser aproximados do pensamento de Adorno, como por exemplo em “Educação após Auschwitz” (“*Erziehung nach Auschwitz*”, 1970 [1966]), onde atribui lugar de destaque ao papel da experiência.

⁴⁰⁷ Em “Sobre o conceito de verdade”, Horkheimer tangencia esse problema ao colocar a construção de uma teoria da sociedade, no sentido do fomento da reflexão crítico-científica, como algo que se sobrepõe – sem anulá-la – à divisão do trabalho intelectual, pensando a importância de erigir e recuperar o papel da teoria como essencial: “*Por mais que as questões das ciências naturais sejam solúveis em seu interior e com os seus meios específicos e se furtem a qualquer outra competência, na mesma medida o conhecimento especializado é, em si mesmo, abstrato, e alcança toda a sua verdade apenas na teoria, que compreende as ciências naturais nessa determinada condição histórica como um momento de desenvolvimento do todo social*”. HORKHEIMER, Max, “Zum Problem der Wahrheit” (*HGS* 3), 1988 [1935b], p. 307.

A palestra de 1953 intitulada “Liberdade acadêmica” (*Akademische Freiheit*) é onde retomará mais explicitamente o problema das especificidades subjacentes ao conceito da universidade alemã moderna e dos preceitos que a sustentam. Assim, lembra que a questão da liberdade acadêmica está tradicionalmente associada à relação de ensino e pesquisa, mas que precisa ser reforçada também no sentido de garantir a participação, atuação e liberdade, neste contexto acadêmico, tanto aos docentes quanto às e aos discentes. No que diz respeito a estes, aponta como um dos pontos fulcrais a possibilidade de modelar o conteúdo de seu curso, o que afirmava ser possível em nível mais elevado no sistema acadêmico alemão em comparação a outros mais conhecidos, e que tal opção era tolhida pela administração crescente que, ao tomar conta da sociedade como um todo, evidentemente se fazia sentir na esfera científico-acadêmica como em outra qualquer⁴⁰⁸. E ganhava força, ainda, no esteio da relação inversa de quantidade e qualidade que fora observada com o avanço da sociedade industrial sob o capitalismo monopolista, pensando que o aumento de diplomados e de instituições depõe contra a sua qualidade; analogamente, mais uma vez remete ao fato de que a contração do espaço para o livre-empresendedor tem efeitos que vão muito além da esfera econômica, pois influenciam a perspectiva que os indivíduos têm acerca do quão amplos ou limitados são os graus de liberdade que têm na modelagem de suas vidas.

Quando retoma o problema da perda de autonomia do indivíduo e indica a tendência cada vez maior ao conformismo, menciona o exemplo do trabalho em equipe como um dos indicadores de supressão do ego como sujeito. Reaproxima-se, portanto, da idéia da racionalidade como auto-preservação: a interação com outras pessoas se deve tão somente ao interesse instrumental na sobrevivência, sem um autêntico norte cooperativo. É, portanto, na contraposição a essa orientação que ele observa o papel que continua cabendo, apesar de sua antiguidade, à universidade; todos aqueles que a constituem precisam dele estar cientes e se engajar para que se façam presentes as condições objetivas que permitam preservar sua atuação nesse sentido. Por mais que, como retomarei nas linhas conclusivas de minha tese, as ciências humanas e, notadamente, a sociologia tenham assumido uma centralidade maior nessa empreitada, há denominadores comuns ao pensamento científico genuíno que desde muito podem ser encontrados na atividade de pesquisa, na prática intelectual, e cujo *locus* por excelência seria esta instituição privilegiada em que se busca aliar ensino e pesquisa.

⁴⁰⁸ Cf. HORKHEIMER, Max, “Akademische Freiheit” (*HGS* 8), 1985 [1953], pp. 421-428. Vai, assim, ao encontro do que afirma Bollenbeck: “Do ponto de vista retórico, o ideal clássico de formação permanece a linha-guia extra-oficial da universidade alemã. De fato, entretanto, o conceito da ‘formação’ idealista se restringe a um domínio decrescente no interior das ciências do espírito [Geisteswissenschaften]”. BOLLENBECK, Georg, *Bildung und Kultur*, 1994, p. 307 – aspas no original.

No ano de 1952, na palestra intitulada “Questões do ensino superior” (*Fragen des Hochschulunterrichts*), ele retoma um percurso histórico em que relembra o caráter arcaico e medieval que marca a universidade como instituição para, em seguida, destacar o método tradicionalmente utilizado pelos professores, focado sobre a leitura sistemática das aulas, de uma relação *sui generis* com o modo de apresentar o conteúdo aos discentes. Os sistemas filosóficos, desde Hegel e Kant, são postos como a base dessa abordagem, onde até foi possível realizar a aula recorrendo a um linguajar mais simples a partir do momento em que os textos-base escritos por ele puderam ser impressos, ou seja, do avanço técnico facilitador da reprodução de textos datilografados ou tipografados⁴⁰⁹. O problema que aventa reside na perda de rigor que tem acompanhado a superação desse método, motivo pelo qual ainda lhe atribui alguma importância, mesmo que extemporaneamente. Considera, ainda, que o modo através do qual Weber postulava a separação radical de conhecimento e valor era um tanto quanto equivocada levando-o, em suas exposições ao final da vida, ao esforço de proferir aulas que tão somente apresentassem conceitos e definições, no que se poderia chamar de uma relação quase asséptica com a docência e o conhecimento.

Malgrado a aparente superação do método de ensino medieval, Horkheimer destaca como, ao fim e ao cabo, os próprios estudantes têm pouco interesse em participar ativamente nas aulas, fruto do modelo de transmissão mecanizada e reificada do conhecimento que se disseminou *vis-à-vis* o esforço interpretativo de outrora. Tal entendimento pode ser transplantado para os dias atuais: se os debates didático-pedagógicos enfatizam o quão importante é a participação do alunado, esta acaba sobreposta ao estudo rigoroso; substituir o exemplo da palestra (da *Vorlesung*) por outra realidade em sala de aula exige preparação significativamente maior de cada discente, visto que estes devem ler os textos-base indicados autonomamente, para que a aula – em forma de debate – tenha a real possibilidade de debruçar-se sobre questões postas pelos autores. Corre-se o risco de petrificar o pensamento científico, ou seja, revertê-lo em seu contrário, pois historicamente visa construir e provocar a reflexão. Entende que se esteja face a um paradoxo, dado que a universidade deve tanto preservar aquele seu pendor acadêmico de antigamente quanto, simultaneamente, preparar para as profissões atuais, aproximar-se dessa realidade marcada pela crescente administração que, inclusive, toma de assalto toda a esfera da docência e da pesquisa na medida em

⁴⁰⁹ Ao início da exposição ele coloca: “*A palavra leitura [Vorlesung] lembra ler. Aqui, isto nada mais significa do que alguém ler algo para muitos – caberia o complemento: pois o que deve ser lido não lhes é facilmente acessível*”. HORKHEIMER, Max, “Fragen des Hochschulunterrichts” (*HGS* 8), 1985 [1952c], p. 392. O termo *Vorlesung* corresponde justamente ao tipo de aula realizada, sobretudo, pelos professores catedráticos, e que tradicionalmente compreende uma longa palestra ou leitura, sem que haja espaço para perguntas ou questionamentos, diferentemente, por exemplo, de um seminário (*Seminar*).

que obriga todos a se tornarem gestores institucionais, limitando o espaço do pensamento e da autonomia, ambos fundamentais para a prática científica: “*O avanço intelectual da ciência, sobretudo sua organização completa [Durchorganisation], visam a liquidação do intelecto, do elemento especulativo do pensamento, sem o qual nada se pode formar, e não se pode erigir áreas de proteção natural para o elemento especulativo*”⁴¹⁰.

Assim é que em “Estudo acadêmico” (*Akademisches Studium*), outra palestra de 1952, onde destaca a especificidade da universidade como uma instituição diferenciada, distancia-se de vê-la como elitizada, porém busca demarcar a particularidade e o rigor que caberiam ao estudo de cunho acadêmico face ao aprendizado na escola ou nas faculdades especializadas (*Fachschule*)⁴¹¹. O modo como ele observa essa questão é que o objetivo consiste em levar a/o discente a dominar o conteúdo e o método, algo que sob o signo da cultura de massas se inverte, em que se nota uma tendência de submissão a esquemas pré-formatados, ou seja, uma diluição da própria noção de sujeito. O conceito de autonomia aventado pouco acima implica, para Horkheimer, o *pensamento*, ação cujo significado perdeu espaço sob o signo da crescente administração e constitui o alicerce do que, cerca de uma década antes, chamara de “resistência”, base da ultrapassagem de uma razão estreita entendida apenas no intuito de auto-preservação. O sustento do que ele chama de “*espírito crítico*” (*kritischer Geist*) depende da dedicação e do recurso a diferentes matérias orientadas por uma lógica comum e articuladas entre si, ou seja, nesse sentido foge ao amontoamento aleatório de disciplinas que ganhava força no discurso (pseudo) pedagógico. A fala se encerra com a menção de que a importância de respeitar e dominar o método deve prevenir e combater sua adoção irrefletida, que se perca de vista o olhar sobre a realidade circundante e, pensando na condição discente, que se encare a instituição única e exclusivamente como um local de aprendizado de caráter predominantemente passivo, para dar lugar a um ambiente onde se faça presente a participação ativa. Aqui ele se refere ao papel que a atuação nas associações estudantis pode desempenhar, estimulando discentes geralmente desinteressados em questões organizativo-administrativas a, pelo menos, realizar o esforço de acercar-se dessa esfera tão definidora do ponto de vista individual e institucional.

Nesse período, Horkheimer aproximou-se da sociologia por dois caminhos: de um lado, retomou a querela com diversas correntes desse domínio acadêmico, debatendo temas

⁴¹⁰ HORKHEIMER, Max, “Fragen des Hochschulunterrichts” (*HGS* 8), 1985 [1952c], p. 402.

⁴¹¹ É o que também o leva a afirmar o seguinte: “*Na universidade são ministradas disciplinas isoladas, mas ela não quer educar o especialista [Fachmann]. [...] O mundo no qual hoje vivemos não é um cosmo; ele não é universal, porém está atravessado por contradições até sua configuração mais interior, e seria uma inverdade se tivéssemos como imagem espiritual reivindicar a universalidade*”. HORKHEIMER, Max, “Akademisches Studium” (*HGS* 8), 1985 [1952b], respectivamente pp. 382 e 388.

no âmbito da sociologia da cultura; de outro, procurou reforçar os laços institucionais com a disciplina, seja através da renomeação de sua cátedra, que teve seu nome alterado de “filosofia social” para “filosofia e sociologia”, seja através da assunção explícita, em falas públicas e aulas, de que estava ali como “sociólogo”. Contudo, trata-se, no meu entender, de uma estratégia em parte também retórica, posto que aos ideais colocados para o pensamento sociológico estão subjacentes os mesmos que defendeu como orientadores da teoria crítica⁴¹². Acrescente-se a isso, finalmente, que o papel adquirido pela sociologia no contexto do capitalismo organizado deve ser tomado por um dos motivos que colaborou para que a ênfase fosse deslocada, de modo a poder legitimar-se como intelectual e acadêmico apto e credenciado a interferir nesse debate.

Da mesma forma, se o ideal de formação (*Bildung*) alemão constitui uma referência, sua expressão, por assim dizer, mundana, era o que tinha a maior projeção no horizonte da ótica horkheimereana. Isso significa que ele estava atento aos ditames através dos quais a concepção ideal encontrava sua realização histórica, mas que, não obstante, ainda assim detinha algum valor. É assim que, com a ascensão da massificação e da indústria cultural, de um lado, e sob o efeito da passividade e da adesão ao nacional-socialismo na Alemanha, de outro, se podia observar o abalo do conteúdo inerente à formação. “*Com a propriedade burguesa, também a formação havia se disseminado. Ela havia forçado a paranóia para os cantos escuros da sociedade e da alma. Mas como a emancipação real dos seres humanos não ocorreu simultaneamente ao esclarecimento do espírito, a própria formação adoeceu. Quanto menos a consciência formada era alcançada pela realidade social, tanto mais aquela se rendia ao processo de reificação. A cultura tornou-se mercadoria por completo, disseminada de modo informacional, sem impregnar aqueles que dela aprendiam. O pensamento perde o fôlego, limita-se à apreensão do factualmente isolado. Nexos do pensamento são recusados como esforço inútil e desconfortável*”⁴¹³. Na crítica delineada nesta passagem por Horkheimer e Adorno está contida, igualmente, a pista para reverter o processo em curso, que passa pela reaproximação de pensamento e realidade concreta, entendida como a interpretação dos processos históricos e sociais, divergindo, portanto, da projeção e idealização metafísicas e da descrição e explicação positiva cientificista.

⁴¹² Em palestra de 1954 ele contextualiza: “*A sociologia, como a tratamos nas últimas palestras, isso lhes deve ter, decerto, ficado nítido, é inseparável de aspectos filosóficos, tampouco quanto daqueles históricos e psicológicos*”. HORKHEIMER, Max, “Wert und Objektivität [...]” (*HGS 13*), 1989 [1954b], p. 29.

Com isso, antecipa um tema candente da década seguinte e que se faz presente de maneira recorrente nos debates acerca da objetividade e do caráter político da atividade científica. Como o dirá Habermas: “*Uma ‘politização’ no sentido da auto-reflexão da ciência não apenas é legítima, é a condição de uma autonomia da ciência, que hoje é impossível de ser apercebida de modo apolítico*”. HABERMAS, Jürgen, “Demokratisierung der Hochschule – Politisierung der Wissenschaft?”, 1981 [1969], p. 196.

⁴¹³ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W., *Dialektik* (*HGS 5*), 1987 [1944], p. 227.

Encontrava desse modo, na feição da responsabilidade como tratada na fala de 1954 “Responsabilidade e estudo” (*Verantwortung und Studium*), um acento que precisaria ser retomado, em ligação direta com a idéia de liberdade. Esta precisava reconquistar a abertura até mesmo no interior do dia-a-dia estudantil, cuja marca crescente era a administração e, por conseguinte, o reduzido espaço de manobra para que o estudantado pudesse adquirir ou desenvolver esta responsabilidade a partir da exigência de escolher por conta própria, por exemplo, as disciplinas que pretendia cursar. Este viés adentrava cada vez mais a atividade científica, que se via face ao pensamento obtuso, incapaz de lidar com um raciocínio cuja base seria a da contraposição ao existente, ao aparente. “*Entre o culto dos fatos na ciência, justamente em seus ramos espirituais, e a passividade com a qual os povos se deixam dominar, os cultivados à frente, existe um nexo interno. [...] A subordinação fixa do pensar àquilo que se dá como o seguro, como fato, é, no fundo, subordinação aos costumes do pensamento dominante, e a educação para tal é a inculcação de uma espécie de obediência espiritual. [...] A resistência contra o traço desastroso da época exige a constituição de outras forças intelectuais do que aquelas que se desdobram na mera diferenciação, constatação, classificação e no cálculo*”⁴¹⁴. O trabalho que, presentemente, caberia à formação para a ciência seria desvencilhá-la de suas tendências instrumentais, de sua parcialidade e funcionalização que a despem da visada crítica.

Todavia, o problema identificado por Horkheimer está além de condenar o processo de racionalização *per se*; antes, aponta que lhe está subjacente uma irracionalidade, e esta, sim, pode e deve ser combatida, começando por identificar o papel exercido pela técnica. A relação discente com a autonomia foi tecnicizada, isto é, submetida aos ditames da lógica de meios e fins, da racionalidade formal, e a falta de responsabilidade anda de mãos dadas com a perda da autonomia no exercício da ciência. Nesse sentido ele menciona o círculo vicioso que impulsionaria o empreendimento universitário: o desestímulo à atividade genuinamente crítica afastaria cada vez mais pessoas da profissão docente, e mesmo esta sofreria com os percalços da administração e da funcionalização, em que o tempo dedicado ao contato com o estudantado se torna cada vez mais exíguo. Um contexto desses faria com que a noção de responsabilidade deva ser entendida como resistência a esse avanço da mecanização de uma

⁴¹⁴ HORKHEIMER, Max, “Verantwortung und Studium” (*HGS* 8), 1985 [1954c], p. 436. Nas palavras de Rafael Cordeiro, um dos raros autores brasileiros a dialogar diretamente com os escritos do período aqui abordado na obra horkheimereana: “*O conceito de formação tenta construir o indivíduo pleno e inclui o fomento de sua capacidade de resistência à sedução da barbárie do mundo administrado. Não se trata, porém, do abandono da especialização e sua substituição pela formação. O que se pretende é a busca de equilíbrio entre esses dois momentos, especialmente quando a educação diz respeito aos cursos técnicos que lidam mais diretamente com as realizações da razão instrumental*”. SILVA, Rafael Cordeiro, “Educação para a resistência em Max Horkheimer”, 2009, p. 219.

atividade pensativa cujo signo deve ser a liberdade⁴¹⁵. O outro foco seria a necessidade de questionar os valores internos, sociais, do país e da nação da qual se faz parte, interpelando a universidade acerca da abrangência e do alcance de sua colaboração para erigir um estado que possa contar com sujeitos pensantes, capazes de estranhamento face ao seu entorno.

Paralelamente, enxergava como um atributo vital destacar as qualidades espirituais, humanas, contidas na e intrínsecas à formação como a idéia de *Bildung*, que suplantavam a base material. É assim que, em palestra comemorativa por ocasião dos quarenta anos da *Akademie der Arbeit*, em Frankfurt, enfoca os aspectos que necessitariam daquela preservação anteriormente aventada, em que, referindo-se aos exemplos dos espíritos embotados que havia encontrado entre alguns dos homens mais ricos com os quais convivera, constata como a fruição estética é possibilitada por condições divergentes das que podem ser adquiridas unicamente através da riqueza material. Ao reservar uma sensibilidade particular àquele que teve contato com ela, permite-lhe entender a abrangência do processo constitutivo de ser humano, que transcende (para não chegar ao extremo de dizer: contrapõe-se) a influência e a mediação do dinheiro como elementos da *Bildung*, sendo este o motivo que reservaria aos sindicatos, integrantes e principais beneficiários da *Akademie*, um papel importante nesse processo, ao garantir a condição mínima da democracia como o seu fator subjacente. “*Formação no sentido dos sindicatos, afirmo eu, funda-se na compreensão da sociedade, no conhecimento das próprias possibilidades e do objetivo correto. Assim entendida, a teoria não quer dizer o anúncio de uma doutrina pronta, mas a análise progressiva, o conhecimento crítico. Para tanto, os sindicatos carecem do emprego das mais novas realizações científicas aos seus próprios problemas, em especial das ciências sociais [Gesellschaftswissenschaften], das Social Studies*”⁴¹⁶. Evidentemente, mais uma vez seu conceito de democracia vai além da expressão eleitoral ou governativa, para abarcar o fomento do combate ao preconceito e da afronta aos clichês enraizados na sociedade. Se afirma que essa necessidade de menor adaptabilidade e conformação surge e é reconhecida até mesmo na literatura do empreendedorismo, considera que os traços específicos e, em parte, não-instrumentais que podem acompanhar sua disseminação através dos empregados e no contexto sindical, possibilitaria outra ênfase.

Simultaneamente, entretanto, recusa a importância de colocar a idéia de nação à frente, rememorando as guerras recentes e acentuando, assim, o caráter universalista da formação que propõe. “*A pergunta pela formação, hoje, não mais concerne à criação de*

⁴¹⁵ Cf. HORKHEIMER, Max, “Verantwortung und Studium” (*HGS* 8), 1985 [1954c], pp. 441-450.

⁴¹⁶ HORKHEIMER, Max, “Der Bildungsauftrag der Gewerkschaften” (*HGS* 8), 1985 [1962d], p. 216. O termo “*Social Studies*” encontra-se em inglês no original.

uma cultura nacional própria [...]. Antes, tratar-se-ia de preservar e compreender aquilo que restou apesar dos ataques. O que seria a formação quer dizer, no entanto, algo mais estreito. [...] A implacável divisão do trabalho não deixa espaço à espontaneidade razoável, e a escolha entre a motocicleta e o novo aparelho comunicador é apenas um substituto. Todo fazer [Tun] torna-se adaptação. Não apenas a educação, mas também o interesse daqueles, que estão sendo educados, precisa ajustar-se aos métodos, fatos e ao utilizável, enfim, à capacidade de mudar de um local de trabalho ao outro, à habilidade de escolher bem. O que aqueles filósofos alemães, Humboldt e os idealistas, queriam, a cultura como algo que não se encerre no pragmático e nem seja arbitrário, aparece para aqueles que o entendem como evidente, em seu isolamento, como despido de conteúdo”⁴¹⁷.

O problema que se coloca é, portanto, o modo de conciliar as necessidades imediatas, cuja preponderância no contexto da luta pela existência precisa ser observada, com uma gama de características que poderiam extrapolar o quadro restrito da sobrevivência. O carro-chefe do esforço que deve ser feito concentra-se sobre a quebra face ao imperativo de ajustar-se aos ditames das formas de vida dadas, que apenas pode ocorrer através de um posicionamento decidido em prol de outras relações sociais.

Na mesma chave interpretativa, sua já citada palestra de 1952 “Questões do ensino superior” localizará o problema da relação entre a nação e a universidade alemãs num período situado aproximadamente de 1780 a 1830, caracterizado pelo fato de toda a atividade científica, ou seja, também das ciências naturais, encontrar-se permeada pela filosofia idealista. Isso, portanto, era o que demarcava a noção clássica de *formação* (*Bildung*), e uma vez que toda a organização institucional e a arquitetura do pensamento foram deixadas para trás, também se torna impossível ater-se àquele mesmo sentido que, como ele afirma, perde a identidade. O olhar do docente, do pesquisador, sobretudo nas ciências humanas, precisa apreender esta quebra e ter à sua frente que não se trata de “reconstrução da formação e, muito menos, do esforço infrutífero por assim chamadas sínteses. O tempo é de uma educação que vá positivamente tanto para além do conceito de formação quanto do desenvolvimento abstrato de capacidades técnicas, do acúmulo de informações objetificadas, que em grande medida hoje já substituem a cultura”⁴¹⁸. Pode-se

⁴¹⁷ HORKHEIMER, Max, “Der Bildungsauftrag der Gewerkschaften” (*HGS* 8), 1985 [1962d], p. 204. Tal preocupação com a retenção de determinados aspectos da universidade e da cultura alemãs, porém sob viés explicitamente auto-nomeado de conservador, e que se aproxima da definição que Horkheimer tem da preservação, foi exposta por Curtius no início da década de 1930, sendo que outro ponto o ligava, de certo modo, às raízes acadêmicas frankfurtianas: a relevância do pensamento de Max Scheler para a sua interpretação. Cf. CURTIUS, Ernst Robert, *Deutscher Geist in Gefahr*, 1932, pp. 51-65.

⁴¹⁸ HORKHEIMER, Max, “Fragen des Hochschulunterrichts” (*HGS* 8), 1985 [1952c], p. 405. Pode-se ler assim a crítica que faz ao conceito da *educação progressista* em conversa com Pollock, de 1953, expressa nas anotações publicadas como *Späne*: “O erro da progressive education encontra-se na suposição de que

notar, portanto, como o papel outrora atribuído à cultura no debate de Kant e Mendelssohn reverbera nas reflexões de Horkheimer acerca do papel ocupado pelo pensamento e pela universidade, e que eventuais alterações de significado provocadas pelo andar da história diferem do abandono puro e simples dos ideais da cultura e da formação, que precisam ser reconceituados à luz das exigências atuais, justamente para evitar a perda da possibilidade de constituição do sujeito, e prevenir que o pensamento degenere numa tarefa automatizada e instrumental. Isso é o que, por exemplo, impulsionou sua participação ativa, vista acima, na formulação do curso de sociologia em Frankfurt, no que visava preservar os aspectos relevantes dessa ótica sobre o geral lado a lado às novas exigências da preparação profissional e acadêmica.

Num tom similar, em palestra realizada no mesmo ano sob o título “O conceito de formação” (*Begriff der Bildung*), ele adverte as e os discentes a quem se dirige acerca do reducionismo em que se pode cair ao tentar contrapor uma boa e uma má formação, de modo análogo ao dualismo cultura *versus* civilização, o que desemboca numa simplificação e produz uma antinomia que apenas pode ser formulada conceitualmente, sem encontrar seja respaldo, seja correspondência na realidade concreta. Corre-se, assim, o risco de recair no mesmo equívoco da metafísica, do idealismo, de tomar uma categoria por eterna e, com esse viés, reificá-la; e, neste caso específico, exacerbar um histórico de formação a partir da noção egocêntrica de auto-constituição, ao que ele se opõe. “*Ninguém se torna culto [gebildet] pelo que ‘faz de si mesmo’, mas apenas pela dedicação à coisa, no trabalho intelectual bem como na prática [Praxis] consciente de si*”⁴¹⁹. A formação é o fomento da capacidade de questionar o que aparece como óbvio, de colocar em dúvida as verdades estabelecidas, e isso vai muito além da constituição individual, isso remete à orientação com base no geral, no todo, por mais que seja impossível apreender uma totalidade fechada. Dito isso, Horkheimer destacará como é essa a expectativa que os recém-ingressantes costumam ter com relação à universidade, que lhes seja aberta uma nova realidade, no que alude às diferenças face à educação escolar e afirma que, na condição de reitor, considera como esse papel ainda cabe à universidade; todavia, ele exige que as e os discentes não sucumbam a uma atração pela passividade e se engajem, por exemplo, nas atividades da administração estudantil para que possam aproximar-se do dia-a-dia dessa instituição.

o indivíduo pudesse desdobrar-se de sua interioridade. Mas, na verdade, originalmente ele não possui nenhuma interioridade, e a personalidade apenas pode formar-se pelo confronto com as coisas e os seres humanos”. *Id.*, “Progressive education und andere moderne Bemühungen” (*HGS 14*), 1988 [1953], p. 214.

⁴¹⁹ HORKHEIMER, Max, “Begriff der Bildung” (*HGS 8*), 1985 [1952d], p. 415. O termo “gebildet” pode ser igualmente traduzido por “formado” em vez de “culto”, na medida em que a raiz é o verbo “formar”.

O redemoinho que arrastou a formação, submetida aos desígnios da razão instrumental, para sua aplicação imediatista, convertendo-a em receita para o bem-estar e, no esteio desse processo, despindo-a de seu caráter reflexivo, é formulado de modo áspero por Horkheimer. Como o faz recorrentemente, retoma a analogia do saber e da prática médicas, em que opõe o distanciamento que acompanhou a especialização da atividade desse profissional, que antes tinha proximidade e conhecimento de seus pacientes e, agora, precisa tratá-los em um processo semi-industrializado: na medida em que aparece um caso, ele precisa ser resolvido, e não diagnosticado e refletido. A referência literária para a teoria crítica, que espelha a realidade concreta e que Horkheimer retoma, é a idéia da formação como expressa no *Wilhelm Meister*, de Goethe, em que se tratava de haver um ser humano cultivado, capaz de lidar com a multiplicidade que o conduz e se apresenta ao gênero humano, e cuja possibilidade foi solapada pelo progresso, em cujo esteio transparece a seguinte interpretação: *“Há muito a divisão do trabalho progrediu, a vida está organizada de modo mais rígido, nesta parte do mundo há muito as diferenças culturais entre as nações e os estratos está por demais nivelada, a ponto que se carecesse da formação universal para fazer a ponte entre eles. Tanto as relações públicas quanto as humanas tornaram-se um nicho de peritos; no século dezoito há pequenos tratados sobre o cuidado humano, no vigésimo, há profissões para fazê-lo. A disposição e a convicção, a formação simultaneamente geral quanto diferenciada, perdem em utilidade. E se o motor do interesse prático na preservação dos elementos culturais se foi, então também passa aquele traço característico humano que lhe corresponde. É também por isso que a luta contra a degeneração da universidade em escola especializada [Fachschule] porta o signo da futilidade. A formação, outrora levada pela necessidade social, afunda em uma espécie de aparelhagem espiritual superior e higiene, para o consumo geral, sob a forma de discos e pocket-books. [...] A cultura européia e clássica, a formação no sentido específico do humanismo e do idealismo alemão, incorporada ao interior do indivíduo, é substituída por modos de sentir e de comportamento que pertencem à sociedade tecnicizada”*⁴²⁰. De fato, pode-se argumentar que haveria um caráter nostálgico subjacente a este trecho, no qual se observa a expressão contraditória que aparecera inicialmente no escrito nietzscheano tratado

⁴²⁰ HORKHEIMER, Max, “Zum Begriff des Menschen” (HGS 7), 1985 [1957], p. 64. Todos as vezes em que aparece o termo “formação”, corresponde ao alemão “*Bildung*”; “*pocket-books*” encontra-se grafado em inglês no original, sendo a tradução brasileira “livros de bolso”.

Essa mesma idéia é desenvolvida em outro texto, onde os traços nostálgicos daquela sociedade que se encontra em processo de dissolução devem ser interpretados e esse desenvolvimento denunciado pela filosofia, evidentemente sem a intenção de reverter a roda da história, porém na tentativa de auxiliar no pensamento racional acerca do porvir. Cf. *id.*, “Der Mensch [...]” (HGS 8), 1985 [1960].

no interlúdio acima, bem como a tensão que, por conseguinte, estrutura o seu argumento⁴²¹. Todavia, as reflexões de Horkheimer se esforçam por, tomando esse entendimento como um dado concreto, pensar o que se deve aventar como programa formativo a partir desse nexos histórico, no que se dirige às bases existentes para esboçar propostas factíveis.

Na mesma época ele pronunciou, no décimo-quarto congresso da DGS, em maio de 1959, uma palestra intitulada “Sociologia e filosofia”, onde reconstrói, de início, o caminho tomado pela teoria em meio ao avanço da sociedade industrial, onde foi possível notar a sua impotência face ao avanço da produção mecanizada, que trouxe consigo outra mentalidade, onde o pensamento deixara de ocupar o mesmo espaço que lhe fora concedido sob o signo das reflexões de Saint-Simon e Marx, por exemplo, que identificavam na razão (*Vernunft*) o fundamento organizador da produção econômica. Ancorados sobre o princípio da cientificidade, Comte e Spencer despiram a sociologia da visada crítica que marcara a denominação de teoria da sociedade desde o esclarecimento e procuraram adequar-se aos critérios postos pelas ciências naturais⁴²². Isto significa que surgem como base a verificabilidade e a previsibilidade dos conceitos, que, no afã de demonstrar sua utilidade, levaram o destino da sociologia a torná-la uma “competência” (*Fertigkeit*). Entretanto, Horkheimer entende que ainda há uma herança filosófica que marca sua constituição.

A questão, para ele, reside em torno da idéia basilar da ciência, a saber, que se trata de investigar os fatos, de uma busca de objetividade. *“É verdade, a ciência precisa ater-se aos fatos, mas em todo lugar estes não são pré-formados apenas pelos métodos conscientemente praticados e pelo correspondente objetivo da pesquisa, mas também pelo objeto da sociologia, o todo social e seus variegados momentos. Isto, ao menos, é o pressuposto cuja confirmação progressiva faz parte da marcha da sociologia como ciência. Quanto mais luz uma investigação é capaz de jogar sobre o tipo dessa pré-formação,*

⁴²¹ A aparente nostalgia poderia e deveria, antes, ser reinterpretada à luz das tão variadas transformações contemporâneas que a universidade sofreu, e que parecem atingir de modo cada vez mais igualitário essa instituição nas mais diferentes regiões do mundo. Remeto, por exemplo, ao artigo de Irene Cardoso, onde, na chave do binômio instituição-organização que toma a lógica interna da universidade, nota que sistemas de avaliação, claramente frutos do processo de administração da sociedade, por vezes levam à inversão da razão que haveria de orientar a prática acadêmica e, por exemplo, subordinam à especialização a ligação entre as atividades historicamente inerentes ao saber universitário, classificando-a como universidade *de ensino, de pesquisa, et cetera*. Distinguindo entre o discurso da universidade e sobre a universidade, isso leva a que a “fixação do discurso da universidade como organização funcional e operacional, o discurso continuado, quase fechado nele mesmo, quase elide a possibilidade de tornar visível o sujeito da sua enunciação. Quase anula a distância entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. Produz-se uma circulação continuada de enunciados, uma circularidade de falas (como num delírio) que não podem reconhecer as balizas de um discurso, evidenciando assim, no limite, a impossibilidade do discurso”. CARDOSO, Irene, “O discurso da universidade”, maio de 1999, p. 63.

⁴²² Cf. HORKHEIMER, Max, “Soziologie und Philosophie” (HGS 7), 1985 [1959c], pp. 108-115. “Teoria da sociedade, a ciência como uma disciplina política, como ainda formava o ponto alto na hierarquia das disciplinas em Saint-Simon, torna-se sociologia”. *Ibid.*, p. 112.

*quanto mais ela mostra, como os seres humanos se produzem a si próprios em seu trabalho, tanto mais a sociologia cumpre a tarefa do auto-conhecimento e da auto-determinação cuja realização, outrora, a filosofia considerava obra sua*⁴²³. O seu entendimento expressa o viés de produção da razão que aparece em diversos momentos no decorrer dos textos acima perscrutados, e que implica esquivar-se face à prática de uma perspectiva (pretensamente) teórica, de cunho estéril, para marcar a retomada do pensamento crítico. Como coloca, trata-se de encontrar a saída deste *labirinto* representado pelo totalitarismo e que, freqüentemente, se torna a atividade científica despida de ponderação, quando a prática e o exercício da reflexão devem, justamente, livrar o indivíduo da submissão aos ditames da propaganda e da conformação cada vez mais amplamente presentes.

O embate acadêmico em jogo consiste em explicitar o potencial contido no que ele toma por *postura* ou *formação* sociológica, cujo cerne é o restabelecimento da visada de protesto que, muito além de conceder primazia à resistência, constitui a criticidade indispensável ao intelectual, pressuposto da intervenção na realidade. Com efeito, o posicionamento neutro, para Horkheimer, apresentava-se como uma opção censurável, que deixava de coadunar com a atitude que se deveria esperar de alguém envolvido em atividades educacionais. Para ele, como se viu, no esteio da tradição do esclarecimento, o objetivo de formar o indivíduo era inseparável da dedicação ao questionamento do mundo, e à prática de pesquisa caberia fomentar essa inquietude sem a qual o ser humano sucumbiria à adequação à realidade dada e, aparentemente, imutável, desconsiderando que a harmonia propagada pela indústria cultural é aparente, que a concretude é moldada por conflitos e contradições.

O curso que sua prática intelectual tomaria assumira seus contornos, como avançado acima, antes da retomada de sua cátedra na universidade, quando externava a necessidade que via em tomar parte na educação da juventude alemã. Explicitamente, as referências têm início com a fala de reabertura do *IfS*, onde se conjuga a tomada de posição pública ao desenho das principais tarefas que lhe caberiam, e que engloba, igualmente, uma definição aproximada do lugar a ser ocupado pela sociologia. “*Quem é sociologicamente formado [soziologisch gebildet] é pouco inclinado a deixar-se cegar contra o resto do mundo por um aparelho de propaganda totalitário. [...] Das fronteiras, que devem cair, faz parte também aquela entre o ensino e a pesquisa. Que nas disciplinas das ciências do espírito apenas raramente exista a oportunidade que constitui a regra nas ciências naturais, qual seja, que, nos laboratórios, estudantes e professores trabalhem conjuntamente nas pesquisas, era uma carência pedagógica decisiva – para ambos os lados. Queremos atrair*

⁴²³ HORKHEIMER, Max, “Soziologie und Philosophie” (*HGS* 7), 1985 [1959c], p. 116.

os estudantes para a pesquisa, tornar a atividade prática [Praktikum] científico-social algo permanente. Através disso deve ocorrer um relacionamento mútuo mais profundo, uma postura mais apropriada entre os discentes e os docentes. Nisso também pode provar-se como, ocasionalmente, o estudante é mais esperto que o seu professor”⁴²⁴. Expressa, assim, não apenas sua ligação com um ponto do ideal da universidade alemã moderna, como destaca sua função socializadora, o modo pelo qual pode contribuir, de maneira ativa, para modelar relações que abarquem o âmbito da educação superior e possam transcendê-lo.

O elemento vital para a educação crítica está contido na tendência ao diálogo que manifesta ao constatar e, melhor, realçar o caráter dialógico requerido pela relação docente-discente, pressuposto que precisa orientar a perspectiva intelectual dos professores, para fazer brotar as formas concretas de novas interações entre os seres humanos, pautadas por uma razão que esteja distante de instrumentalizar o outro, de apenas enxergar nele um objeto. O papel socializador desempenhado pelo ambiente da sala de aula – que constitui um espaço onde, dependendo da atitude do docente, pode ter início algum movimento rumo ao fomento de relações menos desiguais – era visto como veículo basilar para reverter aquela tendência à administração e conformação diagnosticada pela teoria crítica, acima de tudo, a partir da década de 1940. Ademais, tal idéia de administração representa, inclusive, a tentativa de esvaziar e anular as contradições que continuam a existir. Para além do diálogo – enxergado, *grosso modo*, como ponto de partida – o que precisava ser incentivado eram o confronto, a disputa, a querela (*Auseinandersetzung*), em que o próprio acabamento da argumentação representa o alicerce do pensamento dialético, exercício este cujo *locus* mais apropriado era visto por Horkheimer, no contexto em que escrevia, na universidade de modo geral, e na atividade de pesquisa, em particular.

⁴²⁴ MHA IX 273.1a, 1951, fl. 6 – sublinhado no original. Em conversa com Hans Jürgen Schultz anos mais tarde a questão do diálogo continuará como marca de seu pensamento, onde fundamentará algumas idéias que apresento a seguir. Cf. HORKHEIMER, Max, “Dialog über den Dialog” (HGS 7), 1985 [1969a]. A aquisição da capacidade de relacionar os diferentes aspectos da realidade social, como se apresentam, de maneira separada, na ciência e nos meios de comunicação, por exemplo, é fundamental para que se possa exercer uma democracia de fato, fazendo com que o poder seja empregado menos unilateralmente. Esse problema é debatido no contexto das teorias de democracia, onde, ao relacioná-lo com a mudança estrutural na família e, por conseguinte, no conteúdo e na origem da prática educativa, tem-se seu significado político. Cf. HORKHEIMER, Max, “Macht und Gewissen” (HGS 7), 1985 [1962b].

Considerações finais

Viu-se que um dos aspectos centrais das reservas que Habermas coloca à vertente da teoria crítica aqui esposada parte do abandono daquela idéia dualista e/ou universalista de razão, que se encerraria no diagnóstico da racionalidade instrumental, para apontar o que entende como “quebra de paradigma”, levando-o a desconsiderar um significativo fator de contribuição daquela teoria crítica: que as noções de formação (*Bildung*) e educação (*Erziehung*) precisariam ser cultivadas para uma transformação social radical, apenas possível de ser pensada e pautada pela resistência face às contradições ainda vigentes. Isso se opõe à ação comunicativa, haja vista que a distribuição dos meios de comunicação (exposta na figura da *indústria cultural* e da *cultura de massas*), bem como o domínio de uma certa linguagem comunicativa reduz o poder desse argumento, aparentando que condições similares de exposição dos problemas e das contradições seriam o suficiente, e deixando de lado as possibilidades de apreensão e intervenção nessa realidade. O que Horkheimer vê como condição *sine qua non* é a existência de sujeitos que se apropriem desse processo, e para tanto o *pensamento*, o *intelecto*, a *ciência* e, sobretudo, a *teoria* de dimensão qualitativa constituem o caminho incontornável.

A quebra de paradigma proposta por Habermas, e que, com algumas modificações, é retomada e ampliada por Honneth, desloca o eixo; tratam, assim, de observar a teoria de Horkheimer sob uma ótica límpida, isolando-a de seu contexto histórico e, desse modo, interrompendo e distanciando-se da formulação de uma crítica imanente. Tal mudança, ainda que permaneça aquém de submeter-se aos ditames do positivismo científico definido através do caráter confirmatório, afirmativo adquirido pela busca por uma *explicação*, em detrimento da *interpretação*, também rompe com os ideários de crítica da ideologia (*Ideologiekritik*) ou de crítica da cultura (*Kulturkritik*). Os problemas predominantes localizam-se, agora, em termos do enfoque sobre a ação (*Handlung*) ou a agência (*agency*), invertendo, de maneira coerente com as ressalvas feitas por ambas, o papel que o indivíduo adquire face à história. O problema em que podem incorrer consiste, acima de tudo, na tendência à harmonização de interesses e posições, nivelando por baixo as contradições e oposições existentes em um plano mais abrangente.

Em outras palavras, pode-se aventar que o papel cedido à dialética é progressivamente encolhido, se é que ela permanece como um elemento teórico reconhecido. É em seu âmbito que se localiza o confronto (em diferentes níveis), uma dimensão que deixa de ser o fio condutor para o diagnóstico. Questões epistemológicas são, em medida crescente,

discutidas apenas nessa esfera (ou, talvez, nesse “campo”), freqüentemente dissociadas do movimento histórico e da realidade concreta; logo, os debates ocorrem apenas sob o prisma da lógica da ciência. *“Como dificuldade maior surge o pressuposto teórico-social pouco plausível, de que o desenvolvimento teórico seria um problema puramente lógico, de modo que as inconsistências são tratadas como questões internas à ciência, de uma decisão teórica certa ou errada, enquanto, a meu ver, se trata de diferenças de conteúdo, de práticas teóricas de tipo diferente e de contradições sociais, ligadas a diferentes fases da sociedade capitalista e à relação variada dos intelectuais críticos com ela. Se determinados problemas são superados em virtude de uma mudança de paradigma, então também não parece realmente necessário ocupar-se dos textos mais antigos. Eles têm, quando muito, interesse histórico-científico. Isso não é de fato conciliável com a concepção histórica instrutiva [instruktiven historistischen Auffassung] da teoria crítica em Horkheimer, que via em sua própria formação teórica apenas a forma atual de uma longa tradição de teoria crítica, que recebera a contribuição de Helvetius e Voltaire, Kant e Hegel, Marx, Nietzsche e Freud”*⁴²⁵. Uma tradição teórica, portanto, que não toma as obras dos antecessores apenas por textos datados, que teriam sua importância restrita a que se entenda o desenvolvimento interno da ciência, porém procura preservar e recuperar os elementos que contribuem para o discernimento do processo histórico. É no mesmo sentido que vai a interpretação de Alfred Schmidt⁴²⁶, no prefácio ao segundo volume de reedição dos artigos de Horkheimer, quando lembra que os textos raramente realizam a exegese da obra de Marx, ou seja, que a interpretação materialista está implícita, de modo inverso ao que ocorre em outras correntes filosóficas e sociológicas, que se aprofundam em debates quase filológicos.

O retorno dos representantes da teoria crítica da sociedade à Alemanha após o exílio – que teve como marco no decorrer desta tese o fato de a antiga cátedra ocupada por Max

⁴²⁵DEMIROVIC, Alex, “Die Erfahrung des Totalitarismus [...]”, 2000, pp. 94-95. O viés de relegar essa vertente teórica a uma espécie de “museu da ciência” pode ser observado, de maneira exemplar, no texto de Wolfgang Bonß e Norbert Schindler, onde afirmam, no esteio de uma tentativa em eschematizar o que denominam de “materialismo interdisciplinar” com o uso de instrumentais gráficos, em que tabelas e flechas ilustram as formas de relação interna dos conceitos: *“Comparado ao estado de desenvolvimento das reflexões sobre ciência e crise, o objetivo dessa concepção é tão impressionante quanto sua diferenciação. De um lado não remetia, como o fazia o marxismo ortodoxo, os variados fenômenos de crise apenas à linha de desenvolvimento burguesa, e, de outro, não ocorria a adaptação, como na sociologia do conhecimento, à separação entre a filosofia e a ciência, de modo a cair em um relativismo epistemológico com uma reivindicação do conhecimento reduzida”*. Assim, a constatação feita pelos autores ao final – de certo modo óbvia – de que seria impossível uma retomada imediata (*unvermittelt*) desse projeto, termina por datá-lo e, ao final das críticas, deixa o leitor face a um esqueleto carcomido, do qual, aparentemente, pouco ou nada pode ser aproveitado, e que deve, ao que tudo indica, ser enxergado tão somente como um modelo. O ápice do diagnóstico destruidor localiza-se na idéia de que teria havido uma falta de reflexão sobre os métodos de pesquisa, sendo que os autores, infelizmente, restringiram-se a analisar os artigos publicados na *ZfS*, esquecendo ou, quem sabe, não tendo acesso aos estudos realizados em paralelo. “Kritische Theorie als interdisziplinärer Materialismus”, 1982, respectivamente pp. 53 e 56 e segs.

⁴²⁶ Cf. SCHMIDT, Alfred, “Zur Idee der kritischen Theorie”, 1974 [1968], pp. 9-15.

Horkheimer na condição de diretor do *IJS* ter sido retomada por ele – esteve intimamente associado a um projeto teórico. Em maior ou menor grau, este transcendeu os limites da instituição universitária *tout court*, seja ao conceber a atividade de pesquisa fora dela, seja na busca de alterações no interior de sua estrutura burocrática. Em todo caso, guiou-se pelo intento de propor e fomentar uma nova relação com o intelecto, com a prática científica, visando construir, quando cabível – ou resistir, quando era o que restava –, perspectivas que validassem o questionamento da realidade imediatamente dada. Assim, trata-se de algo deveras distante das aspirações positivas que recorrentemente são aguardadas do cientista no sentido que costuma ser retratado, por vezes, na figura do inventor – de quem se espera intervenções contundentes e decisivas na realidade. Horkheimer está preocupado com outra feição deste processo, motivo pelo qual iguala este exercício da razão, a preocupação com o intelecto, ao papel primordial da universidade em seu tempo. Voltando à palestra de 1948 anteriormente citada, transcrevo esta frase em que ele expressa o que entende por tal tipo de oposição ao *Zeitgeist* vigente: “*Mas justamente esta força é idêntica à capacidade da negação, que não apenas risca e esquece o conteúdo negado, porém o adota como algo condicionado e finito, para ir além dele*”⁴²⁷. Observa-se como sua vida na universidade representa uma postura, uma condição que precisa exceder estes espaços relevantes (ainda que parcos) e se fazer presente no cotidiano.

No mesmo movimento reflexivo é que também ocorre a alusão à “*consciência não-conformista*” que precisaria permear os indivíduos e, simultaneamente, constituiria aquele sustentáculo fundamental de uma atitude crítica. Ele explicita que esse viés jamais poderá tomar a trajetória de uma elite, de um grupo privilegiado, caso o objetivo seja provocar mudanças na sociedade entendida de modo amplo, o que implica contestar o *status quo* em suas diversas esferas, tomando conta da ciência, da política, da cultura e da economia, para citar apenas os escopos mais diretos dos estudos horkheimereanos. Também isso permite falar em “*resistência*”, pois a possibilidade de se considerar um momento positivo carece dessa prática negativa, exige a imersão no pensamento que revele as contradições e, portanto, ofereça as condições de delinear a crítica.

No meu entendimento, em virtude do legado intelectual que explicitiei acima e que foi firmado sobretudo nos textos de Horkheimer, pode-se recorrer a uma idéia fulcral do trabalho de Friedrich Schelling, onde procura apresentar as condições básicas do trabalho acadêmico e que constituirá uma das interlocuções aqui propostas para amarrar o modo como a teoria crítica de Horkheimer enxerga e avança a importância da atividade científica

⁴²⁷ HORKHEIMER, Max, “Philosophie und Studium” (*HGS* 8), 1985 [1949], p. 374.

em um sentido muito mais epistemológico, ou seja, de produção do conhecimento sob um prisma filosófico do questionamento ao imediato, de certo modo nadando na contramão das correntes que se preocupam com a “aplicação” ou os “produtos” da pesquisa. Schelling afirma em 1802: “*Esta é a verdadeira vantagem do tipo vivo de ensino, que o professor não apenas coloca resultados, como o escritor costuma fazê-lo, mas que ele, ao menos em todas as ciências superiores, apresente o modo de chegar a eles e, em todo caso, faça com que o todo da ciência surja face ao aprendiz. Agora, como é que aquele, que não detém sua ciência a partir da construção própria, é capaz de apresentá-la não como algo dado, mas como algo a ser elaborado [zu Erfindendes]?*”⁴²⁸. De pronto, vê-se como evidente a ligação com o ideal da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, marco da universidade alemã moderna que aparece como referência no decorrer deste trabalho. Importa enfatizar como Schelling justifica a exigência desses laços a partir da noção propriamente dita da atividade científica entendida como um processo que abarca tanto a *produção* quanto a *transmissão* do conhecimento: o tipo de desenvolvimento e construção da ciência em seu sentido *lato* preza pelo acúmulo e, igualmente, pelo seu sentido para o outro, que extrapola o indivíduo incumbido dessa tarefa, fazendo com que o acento recaia sobre a forma e o conteúdo.

Uma palestra de 1950, em que fora convidado para falar sobre a noção de ciência política (*Politische Wissenschaft*), associa os pontos anteriormente levantados, pois ali o objetivo de Horkheimer consiste em – mais uma vez – enfatizar a motivação que o levou a sempre convocar pesquisadores e intelectuais de diferentes áreas do conhecimento quando fundou e, depois, reconstituiu o *IfS*; este texto também contribui para apontar a viragem sociológica que ele dará àquele viés historicamente atribuído à filosofia, através da qual o recurso à pesquisa assume lugar central em sua perspectiva teórica. O que se encontra em jogo, para ele, é ainda a formação (*Bildung*) em um sentido mais amplo, motivo pelo qual também expressou suas reservas ao foco sobre essa ciência política separada da sociologia, da produção intelectual que detinha uma certa tradição balizadora. Afirmará, portanto: “*Especialmente importante é que seja superada a separação de ensino e pesquisa; o estudante deixa de ver o espírito da ciência essencialmente corporificado no professor junto à sua mesa, mas, antes, está sentado à mesa com o professor e pensa como solucionar determinados problemas de pesquisa*”⁴²⁹. Quando menciona a humanização do humano pensa, igualmente, em humanizar a própria atividade científica, tirá-la da torre de marfim, do seu pedestal, e aproximá-la das e dos discentes.

⁴²⁸ SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph, *Vorlesungen über die Methode (Lehrart) des akademischen Studiums*, 1990 [1802], p. 28. Horkheimer retoma o texto – ainda que não especificamente esta passagem – na já citada palestra “Philosophie und Studium” (*HGS* 8), 1985 [1949], pp. 368 e 369.

⁴²⁹ HORKHEIMER, Max, *Politische Wissenschaft* [...], *MHA* IV 2, 15 de julho de 1950, fl. 100.

Um texto divulgado no ano seguinte na revista do diretório estudantil de Frankfurt, intitulado “A sociologia na universidade”, remete ao fato de que, historicamente, ambas as disciplinas – tanto a filosofia quanto a sociologia – encontraram elementos mútuos que se mostraram fundamentais para moldá-las em sua forma atual. O que permanece no contexto em que escrevia – e que ainda ecoa na atualidade – é a preocupação, no interior da sociologia, com o rigor de suas interpretações. “*A visada nas relações entre a economia e a política, entre as estruturas sociais e os interesses espirituais, entre as instituições e os modos de pensar e sentir, contém um elemento crítico e libertador, que é inseparável de uma sociedade livre*”⁴³⁰. Ele marca, assim, o olhar sobre a emancipação humana, que atravessa as preocupações teóricas nas diferentes épocas em que realizou seus trabalhos, e estabelece a conexão com a sociologia, encarregada de realizar a ponte entre a vertente pensativa crítica oriunda da filosofia e o olhar empírico, rigoroso sobre o existente.

A incongruência que salta aos olhos em seu diagnóstico circunda o problema da disparidade e da contradição entre o desenvolvimento das forças materiais e a situação espiritual humana. O indivíduo fraturado é a expressão desta realidade; contudo, a fratura simboliza, justamente, o fato de ainda se estar aquém da liquefação do sujeito, a saber, que se deve falar no *eclipse* da razão, ou seja, é possível sustentar que permaneça algum espaço para o exercício do pensamento, e que sua preservação é uma tarefa fundamental. No esteio dessa interpretação é que, também, o estudo rigoroso e o ambiente universitário adquirem o seu papel, de fomentar a resistência contra e a reflexão acerca dessa realidade.

Como se viu, já em “Sobre o problema da verdade” (1936) o método teórico de Marx era exposto, lembrando que recorria aos conceitos da economia política inglesa e interpretava-os de acordo com sua visada. *Mutatis mutandis* é que, por sua vez, Horkheimer se apropria do conceito de sociologia, que tem sua origem na proximidade da influência que a concepção positivista de ciência teve sobre a epistemologia de modo geral, e reconsidera, sobretudo, o papel e a perspectiva que esta pode ter. Assim, se o histórico de desenhar uma visada própria, que ele denomina de *teoria crítica da sociedade*, constitui a diretriz de sua produção intelectual, esteve submetido e, por assim dizer, filiado a uma tradição teórica, ao mesmo tempo, nunca o impediu de adentrar o diálogo íntimo com outras concepções ou olhares; especificamente, se ao início de sua carreira acadêmica esteve próximo à filosofia, pouco a pouco estreitou o intercâmbio, bem como a intervenção intelectual, no que se refere à sociologia e, como procurei apontar, formulou contribuições relevantes que, em certa medida, têm sido deixadas de lado nos debates no interior desta disciplina.

⁴³⁰ HORKHEIMER, Max, “Soziologie an der Universität” (HGS 8), 1985 [1951b], p. 379.

Desse modo, ele não abandona a importância de pensar a formação (*Bildung*) do ser humano num sentido que vá além da preparação instrumental para o trabalho, ainda que difira claramente daquele ideal preconizado nos séculos XVII e XVIII; da mesma forma, o fato de acentuar o papel da sociologia no esteio desse diagnóstico o impede de vê-la como a formação em si: ela constituiria, lado a lado da filosofia, um dos alicerces educacionais para o fomento de uma razão reflexiva, e considero que a proximidade do pensamento expresso na sociologia face à concepção de ciência, aliada à preocupação com o rigor dos métodos, é que lhe concede o lugar ocupado na ótica horkheimereana no período observado. Assim, a meu ver deve-se atentar ao fato de que ele continuamente foge ao reducionismo de enxergar uma única disciplina científica ou vertente teórica como base para esse projeto formativo, balizando seu olhar de acordo com as mudanças na prática científica propriamente dita.

É tão somente norteadado pela afinidade entre os múltiplos aspectos constituintes da visada crítica, o requisito mínimo para exercer e reabilitar o pensamento reflexivo, que se torna possível assimilar o modo através do qual Horkheimer articula sociologia, formação e crítica em sua proposta teórica. Oriunda de outra época, continua como projeto por realizar-se, na medida em que a regressão da razão prossegue na atualidade, e deve-se ter como horizonte que o esclarecimento de seus condicionantes expressa e representa um primeiro passo rumo à reversão desta tendência.

5 Referências bibliográficas

- ABRAMS, Philip. "Das Bild der Vergangenheit und die Ursprünge der Soziologie". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1972], v. 1, pp. 75-95.
- ABROMEIT, John. *Max Horkheimer and the Foundations of the Frankfurt School*. Nova Iorque, Cambridge University, 2011.
- ADORNO, Theodor W. "Plans on new Research Projects of the 'Institut für Sozialforschung'". *MHA*. IX 69. Mimeo, 7 fls. 1950.
- _____. "Soziologie und empirische Forschung". In: TIEDEMANN, Rolf. (Org.). *Soziologische Schriften I*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1979 [1957], pp. 196-216.
- _____. "Erziehung nach Auschwitz". In: _____. *Erziehung zur Mündigkeit*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1970 [1966], pp. 88-104.
- _____. "Wissenschaftliche Erfahrungen in Amerika". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1968], v. 1, pp. 299-336.
- ALBRECHT, Clemens. "Die Erfindung der Frankfurter Schule aus dem Geist der Eloge". In: _____. BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999a, pp. 21-35.
- _____. ">Das Allerwichtigste ist, daß man die Jugend für sich gewinnt<: Die kultur- und bildungspolitischen Pläne des Horkheimer-Kreises bei der Remigration". In: _____. BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999b, pp. 97-131.
- _____. "Vom Konsens der 50er zur Lagerbildung der 60er Jahre: Horkheimers Institutspolitik". In: _____. BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999c, pp. 132-168.
- _____. "Wie das IfS zur Frankfurter Schule wurde". In: _____. BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999d, pp. 168-188.
- _____. "Warum Horkheimer Golo Mann einen >heimlichen Antisemiten< nannte: Der Streit um die richtige Vergangenheitsbewältigung". In: _____. BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999e, pp. 189-202.

- _____. “Im Schatten des Nationalsozialismus: Die politische Pädagogik der Frankfurter Schule”. In: _____, BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999f, pp. 387-447.
- BAKER, Paul J. “Die Lebensgeschichten von W. I. Thomas und Robert E. Park”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1973], v. 1, pp. 244-270.
- BARROS, José D’Assunção. “O conceito de alienação no jovem Marx”. *Tempo social*. 23 (1). São Paulo, USP, junho de 2011, pp. 223-245.
- BEHRMANN, Günter C. “Die Theorie, das Institut, die Zeitschrift und das Buch: Zur Publikations- und Wirkungsgeschichte der Kritischen Theorie 1945 bis 1965”. In: ALBRECHT, Clemens, _____, BOCK, Michael, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999, pp. 247-311.
- BENJAMIN, Walter. “Ein deutsches Institut freier Forschung”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1980 [1938], pp. 518-526.
- BLOMERT, Reinhard. *Intellektuelle im Aufbruch*. Munique, Carl Hanser, 1999.
- BOCK, Michael. “Lästige Verwandtschaft: Die kritische Theorie im Kontext der 20er Jahre”. In: ALBRECHT, Clemens, BEHRMANN, Günter C., _____, HOMANN, Harald e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999, pp. 36-56.
- BOLLE, Willi. “A idéia de formação na modernidade”. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. *Infância, escola e modernidade*. São Paulo, Cortez, 1996, pp. 9-32.
- BOLLENBECK, Georg. *Bildung und Kultur*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1994.
- BONß, Wolfgang. “The program of interdisciplinary research and the beginning of Critical Theory”. In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e _____. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 99-125.
- _____. “Warum ist die Kritische Theorie kritisch? Anmerkungen zu alten und neuen Entwürfen”. In: DEMIROVIĆ, Alex. (Org.). *Modelle kritischer Gesellschaftstheorie*. Stuttgart, J. B. Metzler, 2003, pp. 366-392.
- BONß, Wolfgang e HONNETH, Axel. “Einleitung: Zur Reaktualisierung der Kritischen Theorie”. In: _____ e _____. (Org.). *Sozialforschung als Kritik. Zum sozialwissenschaftlichen Potential der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1982, pp. 7-27.
- BONß, Wolfgang e HONNETH, Axel. (Org.). *Sozialforschung als Kritik. Zum sozialwissenschaftlichen Potential der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1982.

- BONß, Wolfgang e SCHINDLER, Norbert. "Kritische Theorie als interdisziplinärer Materialismus". In: BONß, Wolfgang e HONNETH, Axel. (Org.). *Sozialforschung als Kritik. Zum sozialwissenschaftlichen Potential der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1982, pp. 31-66.
- BRAKEMEIER, Heinz. "Die Wiedereinrichtung der Sozialwissenschaften in Frankfurt nach 1945". In: STEINERT, Heinz. (Org.). *Die (mindestens) zwei Sozialwissenschaften in Frankfurt und ihre Geschichte*. Frankfurt am Main, Universität Frankfurt, 1989, pp. 128-152.
- BRANDT, Gerhard. "Max Horkheimer und das Projekt einer materialistischen Gesellschaftstheorie". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 279-297.
- BREDE, Werner. "Nachwort des Herausgebers [zur Erstveröffentlichung der Notizen]". In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1991 [1974], v. 6, pp. 429-433.
- BRICK, Barbara e POSTONE, Moishe. "Kritischer Pessimismus und die Grenzen des traditionellen Marxismus". In: BONß, Wolfgang e HONNETH, Axel. (Org.). *Sozialforschung als Kritik. Zum sozialwissenschaftlichen Potential der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1982, pp. 179-239.
- BRUNI, José Carlos. "O tempo da cultura em Nietzsche". *Ciência e Cultura*. 54 (2). São Paulo, out./dez. 2002, pp. 33-35.
- BRUNKHORST, Hauke. "Dialectical positivism of happiness: Max Horkheimer's materialist deconstruction of philosophy". In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 67-98.
- BUBNER, Rüdiger. "Was ist Kritische Theorie?". In: APEL, Karl-Otto *et al.* *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1971, pp. 160-209.
- BUCKMILLER, Michael. "Die 'Marxistische Arbeitswoche' 1923 und die Gründung des 'Instituts für Sozialforschung'". In: REIJEN, Willem von e NOERR, Gunzelin Schmid. *Grand Hotel Abgrund. Eine Photobiographie der Frankfurter Schule*. Hamburgo, Junius, 1990, pp. 144-186.
- BUSCH, Alexander. *Die Geschichte des Privatdozenten. Eine soziologische Studie zur großbetrieblichen Entwicklung der deutschen Universitäten*. Stuttgart, Ferdinand Enke, 1959.
- CAHNMAN, Werner J. "Tönnies in Amerika". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1977], v. 4, pp. 82-114.
- CARDOSO, Irene. "O discurso da universidade". *Tempo social*. 11 (1). São Paulo, USP, maio de 1999, pp. 49-65.

- CASPER, Gerhard. “Um mundo sem universidades?”. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Um mundo sem universidades?* Rio de Janeiro, UERJ, 2003 [1996], pp. 35-77.
- CERUTTI, Furio. “Philosophie und Sozialforschung. Zum ursprünglichen Programm der kritischen Theorie”. In: HONNETH, Axel e WELLMER, Albrecht. (Org.). *Die Frankfurter Schule und die Folgen*. Berlin/Nova Iorque, de Gruyter, 1986, pp. 246-258.
- CHARLE, Christophe. *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle*. Paris, Seuil, 1996.
- CHARLE, Christophe e VERGER, Jacques. *História das universidades*. Unesp, São Paulo, 1996 [1994].
- CHIARELLO, Maurício Garcia. *Das lágrimas das coisas. Estudo sobre o conceito de natureza em Max Horkheimer*. Unicamp, Campinas, 2001.
- COHN, Gabriel. “Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 43. São Paulo, 1998, pp. 5-24.
- COSER, Lewis A. “Merton und die europäische Tradition der Soziologie”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1975], v. 4, pp. 237-261.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Deutscher Geist in Gefahr*. Stuttgart/Berlin, DVA, 1932.
- DEMIROVIĆ, Alex. “Frankfurter Schule – zum Verhältnis von Kritischer Theorie und Soziologiestudium am Institut für Sozialforschung (1950-1966)”. In: STEINERT, Heinz. (Org.). *Die (mindestens) zwei Sozialwissenschaften in Frankfurt und ihre Geschichte*. Frankfurt am Main, Universität Frankfurt, 1989, pp. 153-174.
- . “Max Horkheimer: Der revolutionäre Konservative”. *Die Neue Gesellschaft/Frankfurter Hefte*. 4. Frankfurt, 1990.
- . *Der nonkonformistische Intellektuelle – Die Entwicklung der Kritischen Theorie zur Frankfurter Schule*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1999a.
- . “Das Institut für Sozialforschung. Ein Ort kritischer Gesellschaftstheorie”. In: *Forschung Frankfurt*. 17 (3). Frankfurt am Main, Johann Wolfgang Goethe-Universität, 1999b, pp. 20-35.
- . “Die Erfahrung des Totalitarismus und die Realpolitik der Vernunft”. In: *Zeitschrift für kritische Theorie*. 11. Lüneburg, zu Klampen, 2000, pp. 93-102.
- DUBIEL, Helmut. *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung. Studien zur frühen Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1978.
- DURKHEIM, Émile. *Éducation et sociologie*. Paris, Félix Alcan, 1934 [1902-1911].
- ELIAS, Norbert. *Studien über die Deutschen*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2005 [1989].

- FERRY, Luc; PESRON, Jean-Pierre e RENAUT, Alain. "Présentation". In: _____. *Philosophies de l'université*. Paris, Payot, 1979, pp. 9-40.
- FETSCHER, Iring. "Die Ambivalenz des liberalistischen >Erbes< in der Sicht von Max Horkheimer. Eine Skizze zu seinen politischen Reflexionen im Exil". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 298-327.
- FICHTE, Johann Gottlieb. "Aphorismen über Erziehung aus dem Jahre 1804". In: _____. *Sämtliche Werke*. Berlin, de Gruyter, 1965 [1804], v. 8, pp. 353-360.
- _____. "Deducirter Plan einer zu Berlin zu errichtenden höheren Lehranstalt". In: _____. *Sämtliche Werke*. Berlin, de Gruyter, 1965 [1807], v. 8, pp. 95-204.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1994 [1986].
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 [1968].
- GIDDENS, Anthony. "Die klassische Gesellschaftstheorie und der Ursprung der modernen Soziologie". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1976], v. 1, pp. 96-136.
- GLATZER, Wolfgang. "Die deutschen Soziologen und ihre 'Gesellschaft' – am Beispiel der Soziologentage in Frankfurt am Main". In: STEINERT, Heinz. (Org.). *Die (mindestens) zwei Sozialwissenschaften in Frankfurt und ihre Geschichte*. Frankfurt am Main, Universität Frankfurt, 1989, pp. 37-54.
- GRÜNBERG, Carl. "Festrede". In: *Frankfurter Universitätsreden*. XX. Frankfurt am Main, Werner und Winter, 1924, pp. 3-16.
- GUMNIOR, Helmut e RINGGUTH, Rudolf. *Max Horkheimer: mit Selbstzeugnissen und Bilddokumenten*. Hamburgo, Rowohlt, 1983 [1973].
- GUSMÃO, Luís de. "A crítica da epistemologia na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim". *Sociedade e Estado*. 26 (1). Brasília, UnB, jan./abr. 2011, pp. 221-239.
- HABERMAS, Jürgen. "Das chronische Leiden der Hochschulreform". In: _____. *Kleine politische Schriften I-IV*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1957], pp. 13-40.
- _____. "Der deutsche Idealismus der jüdischen Philosophen". In: _____. *Philosophisch-politische Profile*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991 [1961], pp. 39-64.
- _____. "Vom sozialen Wandel akademischer Bildung". In: _____. *Kleine politische Schriften I-IV*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1963], pp. 101-119.
- _____. "Zwangsjacke für die Studienreform". In: _____. *Kleine politische Schriften I-IV*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1966], pp. 120-133.
- _____. "Die deutschen Mandarine". In: _____. *Philosophisch-politische Profile*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991 [1971], pp. 458-468.

- _____. "Demokratisierung der Hochschule – Politisierung der Wissenschaft?". In: _____. *Kleine politische Schriften I-IV*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1969], pp. 186-196.
- _____. "Max Horkheimer. Die Frankfurter Schule in New York". In: _____. *Philosophisch-politische Profile*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991 [1980], pp. 411-425.
- _____. *Kleine politische Schriften I-IV*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981.
- _____. *Theorie des Kommunikativen Handelns I. Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981.
- _____. "Die Verschlingung von Mythos und Aufklärung". In: _____. *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1985, pp. 130-157.
- _____. "Bemerkungen zur Entwicklungsgeschichte des Horkheimerschen Werkes". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986 [1985], pp. 163-179.
- _____. "Drei Thesen zur Wirkungsgeschichte der Frankfurter Schule". In: HONNETH, Axel e WELLMER, Albrecht. (Org.). *Die Frankfurter Schule und die Folgen*. Berlin/Nova Iorque, de Gruyter, 1986a, pp. 8-12.
- _____. "Die Idee der Universität". In: _____. *Zeitdiagnosen – Zwölf Essays*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003 [1987], pp. 78-104.
- _____. *Philosophisch-politische Profile*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1991.
- _____. "Remarks on the development of Horkheimer's Work". In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 49-65.
- _____. *Zeitdiagnosen – Zwölf Essays*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003.
- HALLIDAY, R. J. "Die soziologische Bewegung, die Sociological Society und die Entstehung der akademischen Soziologie in Großbritannien". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1968], v. 3, pp. 381-412.
- HASELBACH, Dieter. "Franz Oppenheimer". In: STEINERT, Heinz. (Org.). *Die (mindestens) zwei Sozialwissenschaften in Frankfurt und ihre Geschichte*. Frankfurt am Main, Universität Frankfurt, 1989, pp. 55-71.
- HEBERLE, Rudolf. "Soziologische Lehr- und Wanderjahre". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1976], v. 1, pp. 271-298.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. "Über den Vortrag der philosophischen Vorbereitungswissenschaften auf Gymnasien". In: _____. *Philosophische Propädeutik. Gymnasialreden und Gutachten über den Philosophie-Unterricht*. Stuttgart, Fr. Frommans, 1949 [1812], pp. 301-316.

- _____. “Über den Vortrag der Philosophie auf Universitäten”. In: _____. *Philosophische Propädeutik. Gymnasialreden und Gutachten über den Philosophie-Unterricht*. Stuttgart, Fr. Frommans, 1949 [1816], pp. 317-324.
- _____. “Über den Unterricht in der Philosophie auf Gymnasien”. In: _____. *Berliner Schriften 1818-1831 – Werke II*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986 [1822], pp. 31-41.
- HOFSTADTER, Richard. *Anti-intellectualism in American life*. Nova Iorque, Alfred Knopf, 1963.
- HOMANN, Harald. “Die Frankfurter Schule im Exil”. In: ALBRECHT, Clemens, BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, _____, e TENBRUCK, Friedrich H. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999, pp. 57-77.
- HONNETH, Axel. *Kritik der Macht*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1985.
- _____. “Kritische Theorie. Vom Zentrum zur Peripherie einer Denktradition”. In: _____. *Die zerrissene Welt des Sozialen*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1990 [1987], pp. 25-72.
- _____. *Die zerrissene Welt des Sozialen*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1990.
- _____. “Traditionelle und kritische Theorie”. In: _____. e Institut für Sozialforschung. (Org.). *Schlüsseltexte der Kritischen Theorie*. Wiesbaden, VS, 2006, pp. 229-232.
- _____. *Pathologien der Vernunft. Geschichte und Gegenwart der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2007.
- _____. “Eine soziale Pathologie der Vernunft. Zur intellektuellen Erbschaft der Kritischen Theorie”. In: _____. *Pathologien der Vernunft. Geschichte und Gegenwart der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2007a, pp. 28-56.
- _____. “Rekonstruktive Gesellschaftskritik unter genealogischem Vorbehalt: Zur Idee der ‘Kritik’ in der Frankfurter Schule”. In: _____. *Pathologien der Vernunft. Geschichte und Gegenwart der Kritischen Theorie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2007b, pp. 57-69.
- HONNETH, Axel e Institut für Sozialforschung. (Org.). *Schlüsseltexte der Kritischen Theorie*. Wiesbaden, VS, 2006.
- HONNETH, Axel e WELLMER, Albrecht. (Org.). *Die Frankfurter Schule und die Folgen*. Berlin/Nova Iorque, de Gruyter, 1986.
- HORKHEIMER, Max. “Das Wirtschaftsprinzip”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt a. M., Fischer, 1987 [1920], v. 11, pp. 13-16.
- _____. “Beantwortung der Frage: Was heißt vom Standpunkt des transzendentalen Idealismus aus die Behauptung, daß die materielle Entwicklung der Entwicklung

- des Bewußtseins vorhergegangen ist?”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1921?], v. 11, pp. 17-21.
- _____. “Das Unmittelbar Gegebene als Urgrund der Erkenntnis. Zur Kritik der Kantischen mechanistischen Erkenntnistheorie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1921/22?], v. 11, pp. 22-69.
- _____. “Zur Antinomie der teleologischen Urteilskraft”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1922], v. 2, pp. 13-72.
- _____. “Würdigungen”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1923-1931], v. 2, pp. 147-176.
- _____. “Über Kants *Kritik der Urteilskraft* als Bindeglied zwischen theoretischer und praktischer Vernunft”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1925a], v. 2, pp. 73-146.
- _____. “Kant und Hegel”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1925b], v. 11, pp. 100-118.
- _____. “Vorlesung über die Geschichte der deutschen idealistischen Philosophie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1990 [1925-1926], v. 10, pp. 8-165.
- _____. “Phänomenologische Wertphilosophie und Kants praktische Philosophie: Ethik als Harmonisierung der Gegenwart oder Gestaltung der Zukunft”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1926], v. 11, pp. 138-144.
- _____. “Einführung in die Philosophie der Gegenwart (Vorlesung)”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1990 [1926], v. 10, pp. 167-333.
- _____. “Philosophisches Tagebuch”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1925-1928], v. 11, pp. 237-261.
- _____. *Dämmerung*. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1926-1931a], v. 2, pp. 309-452.
- _____. “Notizen zur Dämmerung”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1926-1931b], v. 11, pp. 262-285.
- _____. “Über das Recht soziologischer Interpretation”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1928a], v. 11, pp. 158-165.
- _____. “Zersplitterung und Einheitlichkeit der gegenwärtigen Soziologie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1928b], v. 11, pp. 166-170.
- _____. “Zur Emanzipation der Philosophie von der Wissenschaft”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1990 [1928], v. 10, pp. 334-419.

- _____. "Über Lenins *Materialismus und Empirio-kritizismus*". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1928/29], v. 11, pp. 171-188.
- _____. "Zur Geschichte der Soziologie von Machiavelli bis Saint-Simon". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1929a], v. 11, pp. 189-195.
- _____. "Pareto und die 'Frankfurter' Soziologische Schule". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1929b], v. 11, pp. 196-201.
- _____. "Über Sinn und Grenzen einer soziologischen Behandlung der Philosophie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1930?], v. 11, pp. 209-220.
- _____. "Anfänge der bürgerlichen Geschichtsphilosophie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1930a], v. 2, pp. 177-268.
- _____. "Ein neuer Ideologiebegriff?". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1930b], v. 2, pp. 271-294.
- _____. "Subjektivismus und Positivismus als Erben der Hegelschen Metaphysik. Vorbemerkungen zu einer empirischen Erkenntnislehre". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1931?], v. 11, pp. 221-229.
- _____. "Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Instituts für Sozialforschung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1931], v. 3, pp. 20-35.
- _____. "Hegel und das Problem der Metaphysik". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1932], v. 2, pp. 295-308.
- _____. "Vorwort [Heft 1 / 2 des I. Jahrgangs der *Zeitschrift für Sozialforschung*"]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1932a], v. 3, pp. 36-39.
- _____. "Bemerkungen über Wissenschaft und Krise". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1932b], v. 3, pp. 40-47.
- _____. "Geschichte und Psychologie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1932c], v. 3, pp. 48-69.
- _____. "Materialismus und Metaphysik". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1933a], v. 3, pp. 70-105.
- _____. "Zu Henri Bergsons *Les deux sources de la morale et de la religion*". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1933b], v. 3, pp. 106-109.
- _____. "Vorwort [Heft 2 des II. Jahrgangs der *Zeitschrift für Sozialforschung*"]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1933c], v. 3, p. 110.

- _____. "Materialismus und Moral". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1933d], v. 3, pp. 111-149.
- _____. "Zum Problem der Voraussage in den Sozialwissenschaften". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1933e], v. 3, pp. 150-157.
- _____. "Zu Oswald Spenglers *Jahre der Entscheidung*". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1933f], v. 3, pp. 158-162.
- _____. "Zum Rationalismusstreit in der gegenwärtigen Philosophie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1934a], v. 3, pp. 163-220.
- _____. "Vorbemerkung [zu Kurt Mandelbaums und Gerhard Meyers *Zur Theorie der Planwirtschaft*]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1934b], v. 3, pp. 221-224.
- _____. "Zu Bergsons Metaphysik der Zeit". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1934c], v. 3, pp. 225-248.
- _____. "Bemerkungen zur philosophischen Anthropologie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1935a], v. 3, pp. 249-276.
- _____. "Zum Problem der Wahrheit". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1935b], v. 3, pp. 277-325.
- _____. "Gedanke zur Religion". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1935c], v. 3, pp. 326-328.
- _____. "Vorwort [zu den *Studien über Autorität und Familie*]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1935d], v. 3, pp. 329-335.
- _____. "Autorität und Familie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1936a], v. 3, pp. 336-417.
- _____. "Egoismus und Freiheitsbewegung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1936b], v. 4, pp. 9-88.
- _____. "Vorwort zum VI. Jahrgang [der *Zeitschrift für Sozialforschung*]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1937a], v. 4, pp. 105-107.
- _____. "Der neueste Angriff auf die Metaphysik". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1937b], v. 4, pp. 108-161.
- _____. "Traditionelle und kritische Theorie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1937c], v. 4, pp. 162-216.
- _____. "Nachtrag". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1937d], v. 4, pp. 217-225.
- _____. "Bemerkungen zu Jaspers' Nietzsche". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1937e], v. 4, pp. 226-235.

- _____. “Montaigne und die Funktion der Skepsis”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1938a], v. 4, pp. 236-294.
- _____. “Die Philosophie der absoluten Konzentration”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1938b], v. 4, pp. 295-307.
- _____. “Die Juden und Europa”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1939], v. 4, pp. 308-331.
- _____. “Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1940a], v. 4, pp. 332-351.
- _____. “Psychologie und Soziologie im Werk Wilhelm Diltheys”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1940b], v. 4, pp. 352-370.
- _____. “Vorwort”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1940c], v. 4, pp. 371-372.
- _____. “Vorwort”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1941a], v. 4, pp. 412-418.
- _____. “Neue Kunst und Massenkultur”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1941b], v. 4, pp. 419-438.
- _____. “Autoritärer Staat”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1940 / 1942], v. 5, pp. 293-319.
- _____. “Vernunft und Selbsterhaltung”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1942], v. 5, pp. 320-350.
- _____. “Zur Soziologie der Kunst”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1943 / 1946], v. 5, pp. 360-363.
- _____. “Antisemitismus: Der soziologische Hintergrund des psychoanalytischen Forschungsansatzes”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1944 / 1946], v. 5, pp. 364-372.
- _____. “Zur Klassifikation jüdischer Einwanderer”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1945], v. 5, pp. 372-376.
- _____. *Zur Kritik der instrumentellen Vernunft*. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1991 [1946], v. 6, pp. 19-186.
- _____. “Autorität und Familie in der Gegenwart”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1947 / 1949], v. 5, pp. 377-395.
- _____. *A study in the present situation of the social sciences in Germany and the introduction of modern social science research and teaching in Germany as a means for democratization and better understanding*. MHA. IX 172.1f. 5 fls. Mimeo. 28 de fevereiro de 1949.

- _____. “Notizen 1949-1969”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1991 [1949-1969], v. 6, pp. 187-425.
- _____. “Philosophie und Studium”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1949], v. 8, pp. 361-377.
- _____. *Politische Wissenschaft. Abschrift eines Diskussionsbeitrag in Königsberg. MHA.* IV 2.97-100. 3 fls. Mimeo. 15 de julho de 1950.
- _____. “Vorwort [zu *The Authoritarian Personality*]”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1950], v. 5, pp. 415-420.
- _____. “Lehren aus dem Faschismus”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1950a], v. 8, pp. 9-37.
- _____. “Politik und Soziales”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1950b], v. 8, pp. 37-52.
- _____. “Späne. Notizen über Gespräche mit Max Horkheimer, in unverbindlicher Formulierung aufgeschrieben von Friedrich Pollock”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1950-1970], v. 14, pp. 173-547.
- _____. “Korreferat zu Rothackers Probleme und Methoden der Kulturanthropologie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1950], v. 13, pp. 13-18.
- _____. “Invarianz und Dynamik in der Lehre von der Gesellschaft”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1951a], v. 8, pp. 53-63.
- _____. “Soziologie an der Universität”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1951b], v. 8, pp. 378-380.
- _____. “Zum Begriff der Vernunft”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1952a], v. 7, pp. 22-35.
- _____. “Akademisches Studium”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1952b], v. 8, pp. 381-390.
- _____. “Fragen des Hochschulunterrichts”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1952c], v. 8, pp. 391-408.
- _____. “Begriff der Bildung”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1952d], v. 8, pp. 409-419.
- _____. “Akademische Freiheit”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1953], v. 8, pp. 420-432.
- _____. “Fragen der Geschichtsphilosophie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1953 / 1954], v. 13, pp. 270-346.

- _____. "Zur Psychologie des Totalitären". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1954a], v. 8, pp. 77-83.
- _____. "Das Europäische". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1954b], v. 8, pp. 84-89.
- _____. "Verantwortung und Studium". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1954c], v. 8, pp. 433-453.
- _____. "Karl Kraus und die Sprachsoziologie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1954a], v. 13, pp. 19-24.
- _____. "Wert und Objektivität in der sozialwissenschaftlichen Erkenntnis". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1954b], v. 13, pp. 25-29.
- _____. "Kritik des Positivismus". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1954c], v. 13, pp. 347-396.
- _____. "Schopenhauer und die Gesellschaft". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1955a], v. 7, pp. 43-54.
- _____. "Menschen im Großbetrieb". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1955b], v. 8, pp. 95-106.
- _____. "Zum Begriff des Menschen". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1957], v. 7, pp. 55-80.
- _____. "Geschichte des Materialismus". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1957], v. 13, pp. 397-451.
- _____. "Die Idee der Freiheit". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1957 / 1958], v. 13, pp. 452-514.
- _____. "Die gesellschaftliche Lage der Angestellten". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1958], v. 8, pp. 112-125.
- _____. "Philosophie als Kulturkritik". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1959a], v. 7, pp. 81-103.
- _____. "Erinnerung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1959b], v. 7, pp. 104-107.
- _____. "Soziologie und Philosophie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1959c], v. 7, pp. 108-121.
- _____. "Die Aufklärung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1959 / 1960], v. 13, pp. 570-645.
- _____. "Der Mensch in der Wandlung seit der Jahrhundertwende". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1960], v. 8, pp. 131-142.

- _____. "Gedanken zur politischen Erziehung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1960 / 1963], v. 8, pp. 147-155.
- _____. "Die Aktualität Schopenhauers". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1961a], v. 7, pp. 122-142.
- _____. "Nachwort [zu *Porträts deutsch-jüdischer Geistesgeschichte*]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1961b], v. 8, pp. 175-193.
- _____. "Über das Vorurteil". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1961c], v. 8, pp. 194-200.
- _____. "Zum Begriff der Freiheit". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1962a], v. 7, pp. 145-153.
- _____. "Macht und Gewissen". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1962b], v. 7, pp. 154-159.
- _____. "Kants Philosophie und die Aufklärung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1962c], v. 7, pp. 160-172.
- _____. "Der Bildungsauftrag der Gewerkschaften". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1962d], v. 8, pp. 201-220.
- _____. "Theismus – Atheismus". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1963a], v. 7, pp. 173-186.
- _____. "Jenseits der Fachwissenschaft". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1963b], v. 7, pp. 261-264.
- _____. "Neue soziale Verhaltensmuster [Zur Soziologie des Sports]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1963c], v. 8, pp. 221-234.
- _____. "Skepsis und Glaube". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1963a], v. 13, pp. 56-71.
- _____. "Das Ende einer Illusion? Religionskritik heute". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1963b], v. 13, pp. 153-162.
- _____. "The American Way of Life". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1964], v. 8, pp. 234-245.
- _____. "[Wertfreiheit und Objektivität – Max Weber]". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1965a], v. 8, pp. 258-261.
- _____. "Bedrohungen der Freiheit". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1965b], v. 8, pp. 262-279.
- _____. "Erinnerung an Paul Tillich". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1967a], v. 7, pp. 276-283.

- _____. "Religion und Philosophie". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1967b], v. 7, pp. 187-196.
- _____. "De Anima". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1967c], v. 7, pp. 197-206.
- _____. "Wissenschaft, Wahrheit und Bildung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1967a], v. 13, pp. 174-182.
- _____. "Zum Philosophiestudium heute". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1967b], v. 13, pp. 84-95.
- _____. "Marx heute". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1968a], v. 8, pp. 306-317.
- _____. "Zur Kritik der gegenwärtigen Gesellschaft". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1968b], v. 8, pp. 324-332.
- _____. "Wahrheit im Denken". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1968a], v. 13, pp. 100-107.
- _____. "Gefährdung der Freiheit – Opposition des Geistes". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1968b], v. 13, pp. 188-201.
- _____. "Dialog über den Dialog". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1969a], v. 7, pp. 300-307.
- _____. "Die Funktion der Theologie in der Gesellschaft". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1969b], v. 7, pp. 308-316.
- _____. "Über den Zweifel". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1969c], v. 7, pp. 213-223.
- _____. "Kritische Theorie gestern und heute". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1969 / 1972], v. 8, pp. 336-353.
- _____. "Dokumente – Stationen". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1969 / 1974], v. 7, pp. 317-344.
- _____. "Verwaltete Welt". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1970a], v. 7, pp. 363-384.
- _____. "Die Sehnsucht nach dem ganz Anderen". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1970b], v. 7, pp. 385-404.
- _____. "Ehe und Familie in der Krise?". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1970a], v. 13, pp. 208-223.
- _____. "Der Preis der Aufklärung". In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989 [1970b], v. 13, pp. 224-239.

- _____. “Pessimismus heute”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1971a], v. 7, pp. 224-232.
- _____. “Bemerkungen zur Liberalisierung der Religion”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1971b], v. 7, pp. 232-239.
- _____. “Schopenhauers Denken im Verhältnis zu Wissenschaft und Religion”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1971c], v. 7, pp. 240-252.
- _____. “Neues Denken über Revolution”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1971d], v. 7, pp. 415-418.
- _____. “Zur Zukunft der Kritischen Theorie”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1971e], v. 7, pp. 419-434.
- _____. “Vorwort”. In: JAY, Martin. *Dialektische Phantasie*. Frankfurt am Main, Fischer, 1991 [1971], pp. 9 e 10.
- _____. “Das Schlimme erwarten und doch das Gute versuchen”. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1972 / 1976], v. 7, pp. 442-479.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *Dialektik der Aufklärung*. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1944], v. 5, pp. 16-290.
- _____. “Vorurteil und Charakter”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1952], v. 8, pp. 63-76.
- _____. “Vorwort [zu Werner Mangolds *Gegenstand und Methode des Gruppendiskussionsverfahrens*]”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1985 [1960], v. 8, pp. 143-146.
- HORKHEIMER, Max e FLOWERMAN, Samuel H. “Vorwort zu den *Studies in Prejudice*”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987 [1949 / 1950], v. 5, pp. 406-411.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. “Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim”. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *Um mundo sem universidades?*. Rio de Janeiro, UERJ, 2003 [1810], pp. 79-100.
- HUXLEY, Aldous. *Brave new world*. London, Albatross, 1947 [1932].
- INSTITUT für Sozialforschung. “Zur Tätigkeit des Instituts. Forschungsprojekt über den Antisemitismus”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988 [1941], v. 4, pp. 373-411.
- _____. *Memorandum on the proposed incorporation of the Institute of Social Research into Columbia University*. MHA. II 5.220 4 fls. Mimeo. 1942.

- _____. *Memorandum for P. T. on certain questions regarding The Institute of Social Research*. MHA. IX 258a. 11 fls. Mimeo. 1943.
- _____. *Memorandum über das Institut für Sozialforschung an der Universität Frankfurt/Main*. MHA. IX 70c. 10 fls. Mimeo. 1950.
- _____. *Diskussionsprotokoll zu Konferenz über den Plan einer Studie des Instituts für Sozialforschung über die Haltung verschiedener sozialer Schichten in Deutschland, besonders zu Amerika*. MHA. IX 220.1. 20 fls. Mimeo. 28 e 29 de junho de 1950.
- _____. *Bericht über die Tagung des Instituts für Sozialforschung in Frankfurt am Main am 15. und 16. Mai 1953*, MHA. V 34.80-87. 15 e 16 de maio de 1953.
- JAEGGI, Rahel. "Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente". In: HONNETH, Axel e Institut für Sozialforschung. (Org.). *Schlüsseltexte der Kritischen Theorie*. Wiesbaden, VS, 2006, pp. 249-253.
- JANSEN, Peter-Erwin. "Deutsche Emigranten in amerikanischen Regierungsinstitutionen". In: _____ e Redaktion 'Perspektiven'. (Org.). *Zwischen Hoffnung und Notwendigkeit*. Frankfurt am Main, Neue Kritik, 1999, pp. 39-58.
- JAY, Martin. "The Frankfurt School's Critique of Marxist Humanism". In: _____. *Permanent Exiles*. Nova Iorque, Columbia University, 1985 [1972a], pp. 14-27.
- _____. "The Frankfurt School in Exile". In: _____. *Permanent Exiles*. Nova Iorque, Columbia University, 1985 [1972b], pp. 28-61.
- _____. *Dialektische Phantasie*. Frankfurt am Main, Fischer, 1991 [1973].
- _____. *Permanent Exiles*. Nova Iorque, Columbia University, 1985.
- KANT, Immanuel. "Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?". In: _____. *Was ist Aufklärung?*. Hamburgo, Felix Meiner, 1999 [1784], pp. 20-27.
- _____. "Was heißt: sich im Denken orientieren?". In: _____. *Was ist Aufklärung?*. Hamburgo, Felix Meiner, 1999 [1786], pp. 45-61.
- _____. "Der Streit der Fakultäten". In: _____. *Kants Werke – Akademie Textausgabe*. Berlim, Walter de Gruyter, 1968 [1798], v. VII, pp. 1-116.
- _____. "Pädagogik". In: _____. *Kants Werke – Akademie Textausgabe*. Berlim, Walter de Gruyter, 1968 [1803], v. IX, pp. 437-499.
- KEYLOR, William R. "Die Herausforderung der Wissenschaft von der Gesellschaft". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1975], v. 3, pp. 252-275.
- KLINGEMANN, Carsten. "Sozialwissenschaften in Frankfurt am Main während der NS-Zeit". In: STEINERT, Heinz. (Org.). *Die (mindestens) zwei Sozialwissenschaften in Frankfurt und ihre Geschichte*. Frankfurt am Main, Universität Frankfurt, 1989, pp. 101-127.

- KLUGE, Paul. *Die Stiftungsuniversität Frankfurt am Main 1914-1932*. Frankfurt am Main, Kramer, 1972.
- _____. "Das Institut für Sozialforschung". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1972], v. 2, pp. 390-429.
- KÖNIG, René. *Vom Wesen der deutschen Universität*. Opladen, Leske + Budrich, 2000 [1935].
- _____. "Die Situation der emigrierten deutschen Soziologen in Europa". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981, v. 4, pp. 115-158.
- KULTUSMINISTERKONFERENZ. *Rahmenordnung für die Diplomprüfung im Studiengang Soziologie*. Ms. Bonn, 2002, 54p.
- KÜSTERS, Gerd-Walter. *Der Kritikbegriff der Kritischen Theorie Max Horkheimers*. Frankfurt am Main, Campus, 1980.
- LANGEWIESCHE, Dieter. "Wieviel Geisteswissenschaften braucht die Universität?". In: KIMMICH, Dorothee e THUMFART, Alexander. (Org.). *Universität ohne Zukunft?*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2004, pp. 36-51.
- LAZARSFELD, Paul F. "Sociology of Social Research". In: _____. *On social research and its language*. Chicago, University of Chicago, 1993 [1962], pp. 257-274.
- _____. "Mit Merton arbeiten". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1975], v. 1, pp. 337-391.
- _____. *On social research and its language*. Chicago, University of Chicago, 1993.
- LENK, Kurt. "Ideologie und Ideologiekritik im Werk Horkheimers". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 244-258.
- LEPENIES, Wolf. "Einleitung. Studien zur kognitiven, sozialen und historischen Identität der Soziologie". In: _____. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981a, v. 1, pp. I-XXXV.
- _____. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981b, 4 v.
- _____. *Between Literature and Science: the Rise of Sociology*. Cambridge, Cambridge University, 1992 [1985].
- LEVINE, Donald N., CARTER, Ellwood B. e GORMAN, Eleanor Miller. "Simmels Einfluß auf die amerikanische Soziologie". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1975/76], v. 4, pp. 32-81.

- LÖFFLER-ERXLEBEN, Barbara. *Max Horkheimer zwischen Sozialphilosophie und empirischer Sozialforschung*. Frankfurt am Main, Peter Lang, 1999.
- LOHMANN, Georg. "The failure of self-realization: an interpretation of Horkheimer's *Eclipse of Reason*". In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 387-412.
- LORENZER, Alfred. "Psychoanalyse als kritische Theorie". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 259-278.
- LÖWENTHAL, Leo. *Mitmachen wollte ich nie: ein autobiographisches Gespräch mit Helmut Dubiel*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1980.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo, Martins Fontes, 2003 [1923].
- LUTZ-BACHMANN, Matthias. "Humanität und Religion. Zu Max Horkheimers Deutung des Christentums". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 108-128.
- MAIER, Joseph. "Jüdisches Erbe aus deutschem Geist". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 146-162.
- MANN, Golo. *Deutsche Geschichte des 19. und 20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main, S. Fischer, 1966 [1958].
- MARCUSE, Herbert. *Reason and revolution*. Nova Iorque, Humanity, 1999 [1941].
- _____. "Philosophie und kritische Theorie". In: _____. *Schriften*. Springe, zu Klampen, 2004 [1937a], v. 3, pp. 227-240.
- _____. "Über den affirmativen Charakter der Kultur". In: _____. *Schriften*. Springe, zu Klampen, 2004 [1937b], v. 3, pp. 186-226.
- _____. *Die Gesellschaftslehre des sowjetischen Marxismus*. In: _____. *Schriften*. Trad. Alfred Schmidt. Springe, zu Klampen, 2004 [1958], v. 6.
- _____. "Bemerkungen zu einer Neubestimmung der Kultur". Trad. Alfred Schmidt. In: _____. *Schriften*. Springe, zu Klampen, 2004 [1965], v. 8, pp. 115-135.
- _____. "Filosofia radical: la Escuela de Frankfurt". In: HABERMAS, Jürgen. (Org.). *Conversaciones con Herbert Marcuse*. Barcelona, Gedisa, 1980 [1978], pp. 147-168.
- MARX, Karl. "Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung". In: _____ e ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlim, Dietz, 1976 [1844], v. 1, pp. 378-391.

- _____. “Thesen über Feuerbach”. In: _____ e ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlim, Dietz, 1958 [1845], v. 3, pp. 5-6.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. “Die deutsche Ideologie”. In: _____. *Werke*. Berlim, Dietz, 1958 [1846], v. 3, pp. 5-530.
- MATOS, Olgária Chain Féres. *Os arcanos do inteiramente outro*. A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo, Brasiliense, 1995 [1989].
- _____. “Introdução”. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo, Perspectiva, 1990, pp. XIII-XXII.
- _____. “Luz na sombra”. *Revista USP*. São Paulo, USP, set./out./nov. 1991, pp. 77-83.
- MCCARTHY, Thomas. “The idea of a Critical Theory and its relation to philosophy”. In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 127-151.
- MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993.
- _____. “Introduction. Max Horkheimer: between Philosophy and Social Science”. In: _____. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993a, pp. 1-22.
- MENDELSSOHN, Moses. “Über die Frage: was heißt aufklären?”. In: _____. *Gesammelte Schriften – Jubiläumsausgabe*. Stuttgart Bad-Canstatt, Friedrich Frommann, 1998 [1784], v. 6,1, pp. 113-119. [Trad. bras.: “Sobre a pergunta: O que quer dizer ilustrar?”. *Discurso*. 19. Revista do Departamento de Filosofia da USP, 1992, pp. 59-65].
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. São Paulo, Martins Fontes, 2006 [1955].
- MERTON, Robert K. “Zur Geschichte und Systematik der soziologischen Theorie”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1967], v. 1, pp. 15-74.
- MIGDAL, Ulrike. *Die Frühgeschichte des Frankfurter Instituts für Sozialforschung*. Frankfurt am Main/Nova Iorque, Campus, 1981.
- MILLS, Charles Wright. “Two styles of social science research”. In: HOROWITZ, Irving Louis. *Power, politics & people. The collected essays of C. Wright Mills*. Londres, Oxford e Nova Iorque, Oxford University, 1972 [1953], pp. 553-567.
- MOMMSEN, Wolfgang J. “Die kulturellen Eliten im Ersten Weltkrieg”. In: _____. *Bürgerliche Kultur und politische Ordnung*. Frankfurt am Main, Fischer, 2002 [1996], pp. 178-195.
- _____. “Kultur als Instrument der Legitimierung bürgerlicher Hegemonie”. In: _____. *Bürgerliche Kultur und politische Ordnung*. Frankfurt am Main, Fischer, 2002 [1998], pp. 59-75.

- _____. “Wissenschaft und Krieg”. In: _____. *Bürgerliche Kultur und politische Ordnung*. Frankfurt am Main, Fischer, 2002 [2000], pp. 216-239.
- MULLINS, Nicholas C. “Ein Modell der Entwicklung soziologischer Theorien”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1973], v. 2, pp. 69-96.
- MUSSE, Ricardo. *De socialismo científico a teoria crítica. Modificações na autocompreensão do marxismo entre 1878 e 1937*. Tese de doutorado – filosofia. São Paulo, USP, 1997.
- _____. “A dialética como discurso do método”. *Tempo social*. 17 (1). São Paulo, USP, jun. de 2005, pp. 367-389.
- _____. “Elementos da crítica de Adorno a Kant”. *Doispontos*. 4 (1). Curitiba, São Carlos, abr. 2007, pp. 201-215.
- _____. “Experiência individual e objetividade em Minima moralia”. *Tempo social*. 23 (1). São Paulo, USP, jun. de 2011, pp. 169-177.
- NIETZSCHE, Friedrich. “Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten”. In: COLLI, Giorgio e MONTINARI,azzino. (Org.). *Friedrich Nietzsche: Sämtliche Werke (Kritische Studienausgabe)*. Munique/Berlin, Deutscher Taschenbuch/de Gruyter, 1988 [1872], v. 1, pp. 641-752.
- NOBRE, Marcos. “Max Horkheimer. A Teoria Crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio”. In: _____. *Curso livre de teoria crítica*. Campinas, Papirus, 2008, pp. 35-52.
- NOERR, Gunzelin Schmid. “Wahrheit, Macht und die Sprache der Philosophie. Zu Horkheimers sprachphilosophischen Reflexionen in seinen nachgelassenen Schriften 1939 bis 1946”. In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 349-370.
- _____. “Nachwort des Herausgebers”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987a, v. 2, pp. 455-468.
- _____. “Nachwort des Herausgebers. Die Stellung der >Dialektik der Aufklärung< in der Entwicklung der Kritischen Theorie. Bemerkungen zu Autorschaft, Entstehung, einigen theoretischen Implikationen und späterer Einschätzung durch die Autoren”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987b, v. 5, pp. 423-452.
- _____. “Nachwort des Herausgebers”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987c, v. 11, pp. 409-417.
- _____. “Nachwort des Herausgebers. Die Geste der Skepsis – Horkheimers späte Notizen”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1988, v. 14, pp. 551-553.

- _____. "Nachwort des Herausgebers". In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1989, v. 13, pp. 659-664.
- _____. "Materialismus und Moral". In: HONNETH, Axel. (Org.). *Schlüsseltexte der Kritischen Theorie*. Wiesbaden, VS, 2006a, pp. 220-222.
- _____. "Dämmerung". In: HONNETH, Axel. (Org.). *Schlüsseltexte der Kritischen Theorie*. Wiesbaden, VS, 2006b, pp. 223-225.
- _____. ">Auf die Gemeinheit ist eine Prämie gesetzt.< Max Horkheimers frühe Kapitalismuskritik". In: *Zeitschrift für kritische Theorie*. 26/27. Lüneburg, zu Klampen, 2008, pp. 9-36.
- OBERSCHALL, Anthony R. "Paul F. Lazarsfeld und die Geschichte der empirischen Sozialforschung". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1978], v. 3, pp. 15-30.
- OPPENHEIMER, Franz. "Tendencies in recent German sociology". *The Sociological Review*. XXIV (1, 2 e 3). Staffordshire/Vaduz, University of Keele/Kraus Reprint Ltd., 1965 [1932], pp. 1-13, 125-137, 249-260.
- PAPCKE, Sven. (Org.). *Ordnung und Theorie*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986.
- PLESSNER, Helmuth. "Zur Soziologie der modernen Forschung und ihrer Organisation in der Deutschen Universität – Tradition und Ideologie". In: _____. *Gesammelte Schriften. Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003 [1924], v. 10, pp. 7-30.
- _____. "Zur Lage der Geisteswissenschaften in der industriellen Gesellschaft". In: _____. *Gesammelte Schriften. Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003 [1958], v. 10, pp. 167-178.
- _____. "Der Weg der Soziologie in Deutschland". In: _____. *Gesammelte Schriften. Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003 [1960], v. 10, pp. 191-211.
- _____. "Wissenschaft und moderne Gesellschaft". In: _____. *Gesammelte Schriften. Schriften zur Soziologie und Sozialphilosophie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2003 [1961], v. 10, pp. 241-249.
- POLLAK, Michael. "Paul F. Lazarsfeld – Gründer eines multinationalen Wissenschaftskonzerns". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1979], v. 3, pp. 157-208.
- POLLOCK, Friedrich. "Die gegenwärtigen Lage des Kapitalismus und die Aussichten einer planwirtschaftlichen Neuordnung". *Zeitschrift für Sozialforschung*. Munique, DTV, 1980 [1932], pp. 8-27.

- PRAHL, Hans-Werner. "Der Streit um die Vaterschaft. Die Anfänge der Soziologie in der Sicht deutscher Soziologen vor 1933". In: PAPCKE, Sven. (Org.). *Ordnung und Theorie*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986, pp. 48-68.
- PROSS, Helge. "Die Soziologie und ihre Grenzgebiete an der Johann Wolfgang Goethe-Universität". *MHA*. XI 29b, 7fls. Mimeo, 1956.
- PUZONE, Vladimir Ferrari. *Da revolução à integração: a trajetória do proletariado vista por Max Horkheimer*. Dissertação de mestrado – sociologia. São Paulo, USP, 2008.
- RAULET, Gérard. "Kritik der Vernunft und kritischer Gebrauch des Pessimismus". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert (eds.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 31-51.
- REHBERG, Karl-Siegbert. "Deutungswissen der Moderne oder 'administrative Hilfswissenschaft'? Konservative Schwierigkeiten mit der Soziologie. In: PAPCKE, Sven. (Org.). *Ordnung und Theorie*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986, pp. 7-47.
- RIEMER, Svend. "Die Emigration der deutschen Soziologen nach den Vereinigten Staaten". In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1959], v. 4, pp. 159-175.
- RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo, USP, 2000 [1968].
- ROGLER, Erwin. "Horkheimers materialistische >Dechiffrierung< der transzendental-philosophischen Erkenntniskritik". In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 79-107.
- ROSA, Hartmut. "Anfänge der bürgerlichen Geschichtsphilosophie". In: HONNETH, Axel e Institut für Sozialforschung. (Org.). *Schlüsseltexzte der Kritischen Theorie*. Wiesbaden, VS, 2006, pp. 210-213.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou de l'éducation*. Paris, Garnier-Flammarion, 1966 [1762].
- SCHÄFER, Wolf. "Stranded at the crossroads of dehumanization: John Desmond Bernal and Max Horkheimer". In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 153-183.
- SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *Vorlesungen über die Methode (Lehrart) des akademischen Studiums*. Hamburgo, Felix Meiner, 1990 [1802].
- SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. "Rezension von: Zwey Schreiben die Errichtung einer akademischen Lehranstalt in Berlin betreffend". In: _____. *Schleiermacher Kritische Gesamtausgabe*. Berlim/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1998 [1807], v. I.6, pp. 1-6.

- _____. "Rezension von: Sendschreiben an Herrn G. S. Über die Verlegung der Universität Halle nach Berlin und Soll in Berlin eine Universität seyn? Ein Vorspiel zur künftigen Untersuchung dieser Frage". In: _____. *Schleiermacher Kritische Gesamtausgabe*. Berlin/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1998 [1808a], v. I.6, pp. 7-13.
- _____. "Gelegentliche Gedanken über Universitäten in deutschem Sinn. Nebst einem Anhang über eine neu zu errichtende". In: _____. *Schleiermacher Kritische Gesamtausgabe*. Berlin/Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1998 [1808b], v. I.6, pp. 17-100.
- SCHMIDT, Alfred. "Zur Idee der kritischen Theorie". In: _____. *Zur Idee der kritischen Theorie*. Munique, Carl Hanser, 1974 [1968] pp. 7-35.
- _____. "Die 'Zeitschrift für Sozialforschung': Geschichte und gegenwärtige Bedeutung". In: _____. *Zur Idee der kritischen Theorie*. Munique, Carl Hanser, 1974 [1970] pp. 36-124.
- _____. "Einleitung: Die geistige Physiognomie Max Horkheimers". In: HORKHEIMER, Max. *Notizen 1950 bis 1969 und Dämmerung. Notizen in Deutschland*. Frankfurt am Main, Fischer, 1974, pp. XIX-LXX.
- _____. *Die Kritische Theorie als Geschichtsphilosophie*. Munique/Wien, Carl Hanser, 1976.
- _____. "Eröffnung der Konferenz". In: _____. e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986 [1985], pp. 11-15.
- _____. "Aufklärung und Mythos im Werk Max Horkheimers". In: _____. e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986a, pp. 180-243.
- _____. "Die ursprüngliche Konzeption der Kritischen Theorie im frühen und mittleren Werk Max Horkheimers". In: HONNETH, Axel e WELLMER, Albrecht. (Org.). *Die Frankfurter Schule und die Folgen*. Berlin/Nova Iorque, de Gruyter, 1986b, pp. 89-112.
- _____. "Nachwort des Herausgebers". In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1990 [1989], v.10, pp. 423-428.
- _____. "Max Horkheimer's Intellectual Physiognomy". In: MCCOLE, John, BENHABIB, Seyla e BONß, Wolfgang. (Org.). *On Max Horkheimer*. Londres/Cambridge, MIT, 1993, pp. 25-47.
- _____. "Philosophie, Wissenschaft und praktische Kritik". In: *Zeitschrift für kritische Theorie*. 11. Lüneburg, zu Klampen, 2000, pp. 83-91.
- SCHNÄDELBACH, Herbert. *Philosophie in Deutschland 1831-1933*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1999 [1981].

- _____. “Max Horkheimer und die Moralphilosophie des deutschen Idealismus”. In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 52-78.
- SCHWEPPENHÄUSER, Hermann. “Sprachbegriff und sprachliche Darstellung bei Horkheimer und Adorno”. In: SCHMIDT, Alfred e ALTWICKER, Norbert. (Org.). *Max Horkheimer heute: Werk und Wirkung*. Frankfurt am Main, Fischer, 1986, pp. 328-348.
- SILVA, Divino José da. *Ética e educação para a sensibilidade em Max Horkheimer*. Ijuí, Unijuí, 2001.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. “Pesquisa e formação”. *Plural*. 9. São Paulo, USP, 2º sem. 2002, pp. 213-224.
- SILVA, Rafael Cordeiro. “Educação para a resistência em Max Horkheimer”. In: BUENO, Sinésio Ferraz. (Org.). *Teoria crítica e sociedade contemporânea*. São Paulo, Unesp, 2009, pp. 213-223.
- SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1999 [1900].
- _____. “As grandes cidades e a vida do espírito”. *Mana*. 11 (2). Rio de Janeiro, out. 2005 [1903], pp. 577-591.
- SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SÖLLNER, Alfons. *Geschichte und Herrschaft. Studien zur materialistischen Sozialwissenschaft 1929-1942*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1979.
- SPRONDEL, Walter M. “Erzwungene Diffusion. Die ‘University in Exile’ und Aspekte ihrer Wirkung”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981, v. 4, pp. 176-201.
- STEINERT, Heinz. “Die fünfte Fakultät: Strömungen in der Geschichte der Sozialwissenschaften an der Universität Frankfurt”. In: _____. (Org.). *Die (mindestens) zwei Sozialwissenschaften in Frankfurt und ihre Geschichte*. Frankfurt am Main, Universität Frankfurt, 1989, pp. 17-36.
- _____. *Das Verhängnis der Gesellschaft und das Glück der Erkenntnis: Dialektik der Aufklärung als Forschungsprogramm*. Münster, Westfälisches Dampfboot, 2007.
- STÖLTING, Erhard. *Akademische Soziologie in der Weimarer Republik*. Berlin, Duncker & Humblot, 1986.
- SUTHERLAND, David Earl. “Wer rezipiert heute die europäische Soziologie? Bemerkungen und Beziehungen zwischen europäischer und amerikanischer Soziologie”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1978], v. 4, pp. 262-297.

- SZACKI, Jerzy. “‘Schulen’ in der Soziologie”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1973], v. 2, pp. 16-30.
- TEDEIA, Gilberto. *Materialismo em Horkheimer nos anos 30*. Dissertação de mestrado – filosofia. São Paulo, USP, 2001.
- TENBRUCK, Friedrich H. “Von der verordneten Vergangenheitsbewältigung zur intellektuellen Gründung der Bundesrepublik: Die politischen Rahmenbedingungen”. In: ALBRECHT, Clemens, BEHRMANN, Günter C., BOCK, Michael, HOMANN, Harald e _____. *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt am Main, Campus, 1999, pp. 78-96.
- THAYER, Willy. *A crise não moderna da universidade moderna (Epílogo de O conflito das faculdades)*. Belo Horizonte, UFMG, 2002 [1996].
- TIRYAKIAN, Edward. “Die Bedeutung von Schulen für die Entwicklung der Soziologie”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1979], v. 2, pp. 31-68.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991 [1887].
- TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. “À sombra do iluminismo”. In: _____. *Ensaio de filosofia ilustrada*. Brasiliense, São Paulo, 1987, pp. 51-101.
- VANDENBERGHE, Frédéric. *Une histoire critique de la sociologie allemande*. Marx, Simmel, Weber e Lukács: aliénation et réification. Paris, la Découverte, 1997.
- VAN REIJEN, Willem e BRANSEN, Jan. “Das Verschwinden der Klassengeschichte in der >Dialektik der Aufklärung<. Ein Kommentar zu den Textvarianten der Buchausgabe von 1947 gegenüber der Erstveröffentlichung von 1944”. In: HORKHEIMER, Max. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main, Fischer, 1987, v. 5, pp. 453-457.
- VINCENTI, Luc. *Éducation et liberté (Kant et Fichte)*. Paris, PUF, 1992.
- VON ALEMANN, Heine. “Leopold von Wiese und das Forschungsinstitut für Sozialwissenschaften in Köln 1919 bis 1934”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1976], v. 2, pp. 349-389.
- VON FRIEDEBURG, Ludwig. “Von den grossen Zeiten der Soziologie, ‘die verkündete, wo es lang geht’”. *Forschung Frankfurt*. 17 (3). Frankfurt am Main, Johann Wolfgang Goethe-Universität, 1999, pp. 36-43.
- WAGNER, Helmut R. “Der Einfluß der deutschen Phänomenologie auf die amerikanische Soziologie”. In: LEPENIES, Wolf. (Org.). *Geschichte der Soziologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1981 [1976], v. 4, pp. 202-236.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Glosa sobre ideologia e dialética em Adorno”. *Plural*. 5. São Paulo, USP, 2000, pp. 1-20.

- WEBER, Max. "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis". In: WINCKELMANN, Johannes. (Org.). *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1985 [1904], pp. 146-214.
- . "Wissenschaft als Beruf". In: ———. *Max Weber Gesamtausgabe*. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1992 [1917], v. 17, pp. 70-111.
- WEHLER, Hans-Ulrich. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. 4 v., Munique, C. H. Beck, 2006 [1987], v. 1.
- WELLMER, Albrecht. *Kritische Gesellschaftstheorie und Positivismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1969.
- WHEATLAND, Thomas. *The Frankfurt school in exile*. Minneapolis/Londres, University of Minnesota, 2009.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *Die Frankfurter Schule: Geschichte, theoretische Entwicklung, politische Bedeutung*. Munique, Carl Hanser, 1986.
- ZEITSCHRIFT FÜR SOZIALFORSCHUNG. Anos 1-9. Munique, dtv, 1980 [v. e.].
- ZIEGE, Eva-Maria. *Antisemitismus und Gesellschaftstheorie. Die Frankfurter Schule im amerikanischen Exil*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 2009.

Fontes arquivais

- ARCHIVZENTRUM. Universitätsbibliothek der Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main. *Nachlass Max Horkheimer* (Na1).
- UNIVERSITÄTSARCHIV. Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main.

Teil 1: Historisches Archiv bis 1971 (Abt. 1 bis 999)

Alte Abteilung 1: Akten des Rektors

- Nr. 64: Lehrkörper: Lektoren u. Assistenten (Lehrstuhlvertreter) nach 1945
- Nr. 68: Organisation-Rektor: Rektoratsübergabe, Rektoratsfeiern, Reden
- Nr. 69: Organisation: Rektoratsübergabe (Feiern), Reden
- Nr. 71: Organisation: Schriftwechsel persönlich (allgemein) Tagungen
- Nr. 72: Organisation: Einladungen zu diversen Veranstaltungen
- Nr. 76: Organisation: Institute, Vereinigungen ausserhalb der Universität, denen Rektor o. Univ. Angehörten (Teil 1 – 1947-1955)
- Nr. 78: Rektorat: Organisation. 1) Besuch des Kultusministers 1951. 2) Selbstverwaltungskommission. 3) Sitzungen des Großen Rates und des Kuratoriums. (Laufzeit 1938-1958)
- Nr. 90: Westdeutsche Rektorenkonferenz. Protokolle - Niederschriften von Tagungen (1952-1955)
- Nr. 119: Organisation: Mc-Cloy-Spende Studentenhaus. (Laufzeit 1950-1952)

Nr. 121: Organisation: Haushalt-Gebühren-Haushaltsplan. (Laufzeit 1946-1952)
Nr. 122: Organisation: Haushalt-Gebühren-Haushaltsplan. (Laufzeit 1952-1955)
Nr. 135: Universitäts-Gebäude (Wiederaufbau, Kosten und Finanzierung, Feier des Wiederaufbaus am 21.6.1951, Univ.-Bauamt – 1946-1959)
Nr. 136: Universitäts-Gebäude (Wiederaufbau – 1946-1956)
Nr. 164: Studentenschaft: Studentenhaus (1950-1951)
Nr. 165: Studentenschaft: Studentenhaus (1951-1952)

Alte Abteilung 14: Akten des Kurators

Nr. 607: Personal Hauptakte Max Horkheimer

Abteilung XX

Nr. 300-07/01: Professuren H4-FB7 Philosophie
Nr. 300-07/02: Professuren H4-FB7 Philosophie
Nr. 300-07/03: Professuren H4-FB7 Philosophie
Nr. 300-07/04: Professuren H4-FB7 Philosophie

Akten der Philosophischen Fakultät

Abteilung 130: Philosophische Fakultät

Nr. 81: Protokolle der Fakultätssitzungen III (1935-1953)
Nr. 82: Protokolle der Fakultätssitzungen IV (1953-1961)
Nr. 83: Protokolle der Fakultätssitzungen V (1961-1966)

Abteilung 134: Lehrkörper

Nr. 4: Personalakte Theodor (Wiesengrund) Adorno
Nr. 234: Personalakte Max Horkheimer